



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 5ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

**07/04/2022
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senadora Kátia Abreu
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL
quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 5/2022 - Não Terminativo -	SENADOR HUMBERTO COSTA	11
2	MSF 13/2022 - Não Terminativo -	SENADOR HUMBERTO COSTA	68
3	MSF 47/2021 - Não Terminativo -	SENADOR CID GOMES	160
4	MSF 70/2021 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	205
5	MSF 84/2021 - Não Terminativo -	SENADOR JAQUES WAGNER	266
6	MSF 56/2021 - Não Terminativo -	SENADOR NELSON TRAD	349

7	MSF 85/2021 - Não Terminativo -	SENADOR CARLOS VIANA	414
8	MSF 64/2021 - Não Terminativo -	SENADOR TASSO JEREISSATI	510
9	MSF 66/2021 - Não Terminativo -	SENADOR MECIAS DE JESUS	559
10	MSF 9/2022 - Não Terminativo -	SENADOR MECIAS DE JESUS	608
11	MSF 89/2021 - Não Terminativo -	SENADOR NELSINHO TRAD	650

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PP)			
Renan Calheiros(MDB)(9)(50)(53)	AL 3303-2261	1 Dário Berger(MDB)(9)(50)(53)(52)	SC 3303-5947 / 5951
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-2182 / 4084	2 Carlos Viana(PL)(9)(50)(53)(66)	MG 3303-3100
Jarbas Vasconcelos(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-3522	3 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(8)(50)(53)	PB 3303-2252 / 2481
Nilda Gondim(MDB)(11)(51)(50)(53)	PB 3303-6490 / 6485	4 Flávio Bolsonaro(PL)(4)(35)(21)(51)(50)(53)(34)(40)	RJ 3303-1717 / 1718
Esperidião Amin(PP)(5)(17)(21)(42)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	5 Daniella Ribeiro(PP)(10)(42)	PB 3303-6788 / 6790
Kátia Abreu(PP)	TO 3303-2464 / 2708 / 5771 / 2466	6 Eliane Nogueira(PP)(61)(60)	PI 3303-6187 / 6188 / 6192
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil(PODEMOS, PSDB, PSL)			
Mara Gabrilli(PSDB)(7)(30)(31)(45)	SP 3303-2191	1 Plínio Valério(PSDB)(7)(28)(26)(33)(45)	AM 3303-2833 / 2835 / 2837
Roberto Rocha(PTB)(7)(45)	MA 3303-1437 / 1506	2 Tasso Jereissati(PSDB)(13)(67)(68)(62)(45)	CE 3303-4502 / 4503 / 4517 / 4573
Flávio Arns(PODEMOS)(12)(39)(54)	PR 3303-6301	3 Soraya Thronicke(PSL)(14)(39)(54)	MS 3303-1775
Marcos do Val(PODEMOS)(25)(19)(64)(44)(63)	ES 3303-6747 / 6753	4 Giordano(MDB)(25)(19)(27)(36)(44)(56)(58)	SP 3303-4177
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos(PSD, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(2)(65)(69)(43)	RR 3303-5291 / 5292	1 Lucas Barreto(PSD)(2)(32)(43)	AP 3303-4851
Nelsinho Trad(PSD)(2)(29)(43)	MS 3303-6767 / 6768	2 Sérgio Petecão(PSD)(2)(29)(43)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
VAGO(47)		3 VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL)			
Chico Rodrigues(DEM)(3)(37)	RR 3303-2281	1 Marcos Rogério(PL)(3)	RO 3303-6148
Zequinha Marinho(PL)(3)	PA 3303-6623	2 Maria do Carmo Alves(DEM)(3)	SE 3303-1306 / 4055 / 2878
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)			
Jaques Wagner(PT)(6)(16)(20)(46)	BA 3303-6390 / 6391	1 Fernando Collor(PTB)(6)(46)	AL 3303-5783 / 5787
Humberto Costa(PT)(6)(46)	PE 3303-6285 / 6286	2 Telmário Mota(PROS)(15)(6)(46)	RR 3303-6315
PDT/CIDADANIA/REDE(REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes(PDT)(49)	CE 3303-6460 / 6399	1 Fabiano Contarato(PT)(57)(49)	ES 3303-9049
Randolfe Rodrigues(REDE)(24)(49)	AP 3303-6777 / 6568	2 Weverton(PDT)(49)	MA 3303-4161 / 1655

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (4) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (5) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (8) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (9) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
- (15) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (16) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (17) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
- (18) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
- (19) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Orlívio Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLI).
- (20) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
- (21) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
- (22) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- (23) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.

- (24) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
- (25) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
- (26) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
- (27) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
- (28) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
- (29) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
- (30) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
- (31) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
- (32) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
- (33) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
- (34) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (35) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
- (36) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
- (37) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
- (38) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
- (39) Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
- (40) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
- (41) Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
- (42) Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
- (43) Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
- (44) Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
- (45) Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
- (46) Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
- (47) Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
- (48) Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
- (49) Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
- (50) Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
- (51) Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
- (52) Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
- (53) Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
- (54) Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
- (55) Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
- (56) Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
- (57) Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
- (58) Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
- (59) Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
- (60) Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
- (61) Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
- (62) Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM).
- (63) Em 30.11.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 61/2021-GLPODEMOS).
- (64) Em 30.11.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 62/2021-GLPODEMOS).
- (65) Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
- (66) Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Márcio Bittar para compor a comissão (Of. 8/2022-GLMDB).
- (67) Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
- (68) Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).
- (69) Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a Comissão (Ofício nº 1/2022-BLPSDREP).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
 SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
 FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-5919
 E-MAIL: cre@senado.leg.br
 HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC
 OL=54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 7 de abril de 2022
(quinta-feira)
às 09h

PAUTA

5ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Reordenamento (30/03/2022 19:18)
2. Inclusão de mais 3 sabatinados. (31/03/2022 12:25)
3. Novo reordenamento (31/03/2022 13:24)
4. Ajuste de título (01/04/2022 10:27)
5. Atualização de relatórios recebidos (04/04/2022 11:12)
6. Idem (04/04/2022 20:52)
7. Idem (05/04/2022 18:56)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 5, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação da Senhora CLAUDIA DE BORBA MACIEL, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 47, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)

[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)

[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FÁBIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)

[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)

[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 84, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)

[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)

[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 56, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da

Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 85, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)
[Relatório Legislativo](#) (CRE)

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 10

MENSAGEM (SF) Nº 9, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 11

MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

1

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE CLAUDIA DE BORBA MACIEL

CPF.: 850.662.817-20

1962 Filha de Alcedo Maciel e Albertina de Borba Maciel, nascida em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1962 Graduada em Jornalismo Gráfico e Audiovisual pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1997 Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF - "Meio Ambiente e Comércio no Mercosul"

2005 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2008 Curso de Altos Estudos

Cargos:

1996 Terceira-secretária

2002 Segunda-secretária

2006 Primeira-secretária, por merecimento

2008 Conselheira, por merecimento

2013 Ministra de segunda classe por merecimento

Funções:

1998-99 Divisão do Meio Ambiente, assistente

1999-03 Presidência da República, Assessoria Diplomática do Gabinete do PR, assistente

2003-06 Delegação Permanente em Genebra, segunda e primeira-secretária

2006-08 Embaixada em Caracas, primeira-secretária

2008-09 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessora

2009-10 Secretaria de Assuntos Estratégicos/PR, chefe de Gabinete do Ministro

2010-11 Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis, chefe

2011 Embaixada em Quito, conselheira

2011-13 Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável, chefe

2013-15 Ministério do Desenvolvimento Social, chefe da Assessoria Internacional

2015-17 Embaixada em Paris, ministra-conselheira

2017-20 Delegação Permanente junto à Unesco, ministra-conselheira

2020- Consulado Geral em Munique, cônsul-geral adjunta

Condecorações:

1999 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, medalha de bronze

1999 Prêmio Rio Branco, IRBr, medalha de prata

2009 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

2010 Medalha do Pacificador, Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 5, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação da Senhora CLAUDIA DE BORBA MACIEL, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 1

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **CLAUDIA DE BORBA MACIEL**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **CLAUDIA DE BORBA MACIEL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de janeiro de 2022.

EM nº 00325/2021 MRE

Brasília, 23 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CLAUDIA DE BORBA MACIEL**, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CLAUDIA DE BORBA MACIEL** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulino Franco de Carvalho Neto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 13/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora CLAUDIA DE BORBA MACIEL, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/01/2022, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3107507** e o código CRC **F801AF84** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.010230/2021-18

SEI nº 3107507

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

Maço da República da Guiné-Bissau

Outubro de 2021

GUINÉ-BISSAU



OSTENSIVO

Divisão de África II

PERFIS BIOGRÁFICOS**UMARO SISSOCO EMBALÓ****Presidente da República da Guiné-Bissau**

Nasceu em 1972, de família muçulmana. Possui doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madri. É considerado especialista em questões africanas e de Oriente Médio. Tenente-general antes de ser Presidente, promoveu-se a General de Exército.

Em 2016, foi nomeado Primeiro-Ministro no governo do Presidente José Mário Vaz. Pediu demissão em janeiro de 2018, após desentendimentos com o então Chefe de Estado. Em fevereiro de 2020, tomou posse como Presidente da República, pelo partido Movimento para a Alternância Democrática.

SUZI BARBOSA
Ministra dos Negócios Estrangeiros



Nascida em 1973, formou-se em Relações Internacionais e especializou-se em Diplomacia Africana pelo Instituto Superior de Gestão e Economia de Lisboa.

Foi eleita Deputada da Assembleia Nacional Popular pelo PAIGC, em 2014, e nomeada Secretária de Estado da Cooperação Internacional e Comunidades em 2015. Em 2017, recebeu o Prémio Humanitário Pan-Africano para a Liderança Social e do Género.

Depois de exercer o cargo de Conselheira para Assuntos Políticos e Diplomáticos do Primeiro-Ministro Aristides Gomes, do PAIGC, foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros em 2019, demitindo-se em janeiro de 2020.

Voltou ao cargo no governo do Primeiro-Ministro Nuno Nabiam, em março de 2021.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os tradicionais laços diplomáticos que unem Brasil e Guiné-Bissau remontam a 18 de julho de 1974, quando o Brasil foi o primeiro país fora do bloco socialista a reconhecer a independência da República da Guiné-Bissau. A embaixada brasileira em Bissau foi aberta naquele mesmo ano e a embaixada da Guiné-Bissau em Brasília, em 2011.

Juntamente com a comunidade internacional, o Brasil não reconheceu o governo provisório resultante do movimento de abril de 2012. As relações bilaterais foram plenamente normalizadas após as eleições gerais de abril e maio de 2014, que marcaram o retorno do país à democracia.

O último chefe de Estado brasileiro a visitar a Guiné-Bissau foi o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2005. Do lado bissau-guineense, o Presidente Umaro Sissoco Embaló visitou o Brasil em agosto de 2021. Antes dele, em janeiro de 2015, o presidente José Mario Vaz participou da cerimônia de posse da então Presidente Dilma Rousseff.

O então Primeiro-Ministro Baciro Djá representou a Guiné-Bissau na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 1º de novembro de 2016. Do lado brasileiro, a mais recente visita de Chanceler ocorreu em 2011 (ida do então chanceler Antônio Patriota a Bissau). Do lado bissau-guineense, o então chanceler Soares Sambu participou da Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Brasília, no dia 31 de outubro de 2016.

O Brasil apoiou os últimos processos eleitorais na Guiné-Bissau, tendo enviado técnicos e participado das missões de Observação Eleitoral da CPLP para os pleitos legislativos e presidenciais de 2019.

O Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau, em Bissau, é um dos principais espaços culturais e de ensino de português na cidade.

Desde 1976, 20 bissau-guineenses cursaram o programa de capacitação para diplomatas estrangeiros do Instituto Rio Branco. Desde 2009, 13 militares do país foram capacitados em diversos cursos nas escolas das Forças Armadas brasileiras.

O Brasil recebe o segundo maior contingente de estudantes bissau-guineenses no exterior: 521 nacionais do país já se formaram na UNILAB e há importante participação no Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

O Sr. Vice-Presidente Hamilton Mourão avistou-se com o presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló, à margem da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (Luanda, 17/07/2021). Igualmente, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, manteve reunião com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades da Guiné-Bissau, Suzi Barbosa, à margem da XXVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (Luanda, 16/07/2021).

Visita do Presidente da Guiné-Bissau ao Brasil

Entre 24 e 27 de agosto de 2021, o presidente da Guiné-Bissau, general Umaro Sissoco Embaló, realizou visita oficial ao Brasil. A comitiva presidencial foi integrada pela ministra dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades, Suzi Carla Barbosa, e pelo ministro da Defesa Nacional e dos Combatentes da Liberdade da Pátria, general Sandji Fati.

Em 24 de agosto, o presidente Embaló e sua comitiva foram recebidos pelo Presidente Jair Bolsonaro, acompanhado dos titulares dos ministérios de Relações Exteriores, Justiça e Segurança Pública, Defesa, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Educação, Saúde e da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Ocorrida seis anos após o comparecimento do então presidente José Mário Vaz à cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff (2015), e onze anos após a vinda ao Brasil do presidente Malam Bacai Sanhá (2010), a visita de Embaló terá contribuído para relançar as relações bilaterais de amizade e cooperação entre o Brasil e aquele país parceiro de língua portuguesa. A intensa programação da comitiva presidencial guineense em solo brasileiro poderá desdobrar-se em ações de retomada ou de

lançamento de relevantes iniciativas de cooperação, bem como em diálogo mais fluido acerca de temas políticos.

A visita do presidente Umaro Sissoco Embaló serviu ao propósito de reforçar os laços políticos, econômicos, cooperativos e culturais que unem os dois países. Do ponto de vista comercial, a manutenção de diálogo fluido com o país africano pode favorecer a aproximação do Brasil com os demais membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), bloco econômico formado por quinze nações, com população superior a 350 milhões de pessoas e importante mercado consumidor de produtos brasileiros.

Cooperação técnica

A Guiné-Bissau é importante parceiro da cooperação técnica brasileira para o desenvolvimento. O Programa de Cooperação Brasil – Guiné-Bissau possui como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em 18/05/1978 e promulgado em 01/08/1979.

Cooperação Técnica Bilateral

Atualmente, a pauta de cooperação técnica bilateral com a Guiné-Bissau é composta pelos seguintes projetos em execução:

1. Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau – Fase III – Consolidação e Transferência de Gestão”, desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Desde 2006, o Centro de Formação já formou mais de 4.200 alunos nas 10 áreas de capacitação profissional oferecidas (panificação, carpintaria, serralheria, manutenção de microcomputadores, pedreiro, mecânica de autos, eletricitista, encanador, manutenção de refrigeração e corte e costura).
2. Projeto “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau”, desenvolvido em parceria com a EMBRAPA, tem por objetivo contribuir para a geração de emprego e renda na

Guiné-Bissau por meio da diversificação da oferta de produtos oriundos do processamento do caju.

3. O Projeto “Apoio na Área de Diagnóstico Laboratorial do HIV e de outras doenças infecciosas na Guiné-Bissau”, desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde, foi assinado em 2012 e repactuado em março de 2015.
4. Projeto "Fortalecimento do Combate ao HIV/Aids na Guiné-Bissau - Fase II", assinado em março de 2019, tem por objetivo fortalecer a capacidade de resposta nacional do país no combate à epidemia de HIV/Aids.

Cooperação regional

1. Capacitação de diplomatas: O Instituto Rio Branco (IRBr) implementa, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), desde o ano de 2008, programa de capacitação para diplomatas estrangeiros com vistas a atender jovens profissionais dos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP. Até o ano de 2020 foram formados nove diplomatas bissau-guineenses.
2. Capacitação de militares: A ABC, em parceria com o Ministério da Defesa, tem apoiado, desde o ano de 2009, a oferta de vagas para militares da América Latina e da África em diversos cursos nas escolas das Forças Armadas brasileiras. No período de 2009 a 2020 foram capacitados 13 militares bissau-guineenses.

Cooperação Trilateral com Países Desenvolvidos

Guiné Bissau é beneficiado com a seguinte iniciativa do Programa de Treinamento para Terceiros Países – TCTP, no âmbito do Programa de Parceria Brasil - Japão – JBPP: "Curso Internacional de capacitação para Gestores de Unidades de Formação Profissional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa", promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – São Paulo.

Cooperação Técnica Trilateral com Organismos Internacionais

Encontram-se em execução os seguintes projetos de cooperação trilateral:

- 1) Projeto-país “Jovens Lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas”, executado no âmbito da parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O objetivo do projeto é o fortalecimento de lideranças locais, o desenvolvimento comunitário e a promoção de educação integral para crianças e jovens da comunidade do bairro de São Paulo, localizada no município da cidade de Bissau.
- 2) Projeto-país: BRA/13/008-S230 - "Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau – Fase III". Por ocasião da visita de Comitativa Presidencial de Guiné-Bissau a Brasília, o Projeto CFFS – Fase III teve sua assinatura concluída em 25 de agosto de 2021. A Fase III do projeto tem como principal objetivo a elaboração e a implementação de plano de sustentabilidade para o CFFS, de modo a permitir a gradual transferência das responsabilidades técnica e financeira do Centro para as autoridades pertinentes do Governo bissau-guineense, bem como finalizar a adequação da infraestrutura do Centro.
- 3) PMA/10/01/BRA - "Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar", assinado em 2010, executado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA). O objetivo do programa é reforçar a capacidade e os conhecimentos, em nível nacional, em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar, e apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional.

Cooperação Técnica com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desde a criação da CPLP, o Brasil tem sido líder na proposição e implementação de ações de cooperação em prol do desenvolvimento socioeconômico dos Estados membros da Comunidade. A cooperação brasileira tem abarcado expressivo rol de temas, em que se sobressaem saúde, recursos hídricos, ensino superior e direitos das pessoas com deficiência. São os seguintes os projetos em execução na Guiné-Bissau:

- 1) Projeto “Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania”.
- 2) "Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP", executado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA).

- 3) "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)", executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Cooperação Humanitária

Em 2018, o governo brasileiro doou 188.880 comprimidos antirretrovirais, 250 mil unidades de gel lubrificante e 37,5 mil “kits” de diagnóstico para HIV. O Ministério da Saúde e a Associação dos Cônsules no Brasil (ACONBRAS) custearam o transporte dos medicamentos, que pesaram 6.459 kg e tinham, à época, valor declarado de US\$ 959.082,31.

ECONOMIA E COMÉRCIO

A Guiné-Bissau é um país rico em recursos naturais. Sua economia é baseada no setor agrícola, que responde por 60% do PIB (de cerca de US\$ 1,65 bilhão), 96% das exportações e 85% dos empregos do país. Os principais produtos são castanha de caju, arroz, milho, sorgo, banana e manga. Com disponibilidade de terras aráveis e de água, o setor primário tem amplo potencial de desenvolvimento, hoje limitado pela carência de infraestrutura e de investimentos. A indústria representa 12% do PIB do país.

O processo de comercialização e exportação da castanha de caju representa mais de 90% das exportações do país (principalmente para a Índia e o Vietnã) e contribui com 15% do PIB, empregando grande parte da população ativa.

O país dispõe de abundantes recursos pesqueiros. Há também potencial turístico, em especial no arquipélago de Bijagós. Quanto aos recursos minerais, o país dispõe de reservas de bauxita e fosfato. Há expectativas sobre a exploração de petróleo no país.

Após a queda sofrida em 2012, em razão de instabilidade política, o PIB bissau-guineense cresceu continuamente entre 2013 e 2019, tendo atingido crescimento de 4,6% em 2019, 3,4% em 2018 e 4,8% em 2017.

A quebra da safra do caju causada pela pandemia de Covid-19 impactou fortemente a economia, acentuando a informalidade, além de elevar a insegurança alimentar no país.

Ao lado de São Tomé e Príncipe e Moçambique, a Guiné-Bissau foi beneficiada pelo perdão do serviço da dívida concedido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em abril de 2020, a 25 dos Estados mais pobres, no contexto da pandemia de Covid-19.

Historicamente o Brasil apresenta superávits no intercâmbio comercial com a Guiné-Bissau. O fluxo comercial total é concentrado em poucos itens do agronegócio, tendo oscilado, nos últimos 4 anos, entre US\$ 4 e 6 milhões.

A corrente total passou de US\$ 5 milhões em 2019 para US\$ 4 milhões em 2020. Em 2018, a corrente atingira US\$ 6,575 milhões.

Com a pandemia de Covid-19, em 2020, as exportações brasileiras para a Guiné-Bissau tiveram queda de 17,43%, ficando em US\$ 3,46 milhões (em comparação com US\$ 4,19 milhões em 2019). Já as importações tiveram queda ainda maior, de 29%, ficando em US\$ 606,22 mil (em comparação com US\$ 851,25 mil em 2019).

No período, o Brasil acumulou saldo de US\$ 2,85 milhões no comércio bilateral e os produtos do agronegócio responderam por 85% das exportações totais, com destaque para açúcar e confeitaria (US\$ 1,57 milhão), bebidas (US\$ 573 mil), produtos de pastelaria (US\$ 341 mil), carnes (US\$ 209 mil) e pescados (US\$ 79 mil).

Os principais produtos importados pelo Brasil foram coco e castanhas.

De janeiro até julho deste ano, o Brasil exportou o equivalente a US\$ 1,18 milhão em produtos para a Guiné-Bissau, sendo o agronegócio responsável por 71% da pauta exportadora, especialmente açúcar e confeitaria (21%), produtos de pastelaria (16%), bebidas (14%) e carnes (12%). Já as importações brasileiras oriundas da Guiné-Bissau somaram US\$ 316 mil.

Não há registro de investimentos brasileiros diretos na Guiné-Bissau, tampouco de investimentos do país africano no Brasil.

POLÍTICA INTERNA E EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU

A história da Guiné-Bissau está ligada à do arquipélago de Cabo Verde, ambos ex-colônias portuguesas. Em 1956, o intelectual Amílcar Cabral (bissau-guineense de família de imigrantes cabo-verdianos) fundou, no exílio, o Partido Africano da

Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo objetivo era promover a independência da Guiné-Bissau e sua união a Cabo Verde.

A guerrilha contra o colonizador teve início em 1961. Em 1973, Amílcar Cabral foi assassinado e os bissau-guineenses proclamaram a independência, reconhecida pelo governo português em 1974. Luís Cabral, irmão de Amílcar, assumiu a presidência e instituiu regime de partido único, de orientação marxista, liderado pelo PAIGC. Em 1980, Cabral foi deposto por golpe de Estado, chefiado pelo General João Bernardo "Nino" Vieira. O golpe selou a separação entre o PAIGC da Guiné-Bissau e o de Cabo Verde, interrompendo assim o processo de unificação dos dois países.

O processo de transição para a democracia começou em 1990, e, em maio do ano seguinte, o país adotou o pluripartidarismo. Entre 1998 e 1999, o país passou por guerra civil. Em 2009, Nino Vieira (que voltara à presidência por meio das urnas em 2005) foi assassinado, supostamente por tropas leais ao antigo comandante das forças armadas, General Tagmé Na Waié (ele próprio morto horas antes em atentado a bomba).

A Guiné-Bissau é uma república semipresidencialista e multipartidária. O presidente é o chefe de Estado, eleito pelo voto direto. O primeiro-ministro é o chefe de governo, nomeado pelo presidente, em consulta com o legislativo. A Assembleia Nacional Popular é o legislativo unicameral. A constituição prevê a eleição dos parlamentares a cada quatro anos. Os dois principais partidos são o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Movimento para Alternância Democrática (Madem).

Umaro Sissoco Embaló elegeu-se presidente em 2019, pelo Madem e nomeou, como chefe de governo, Nuno Nabiam.

Além da reforma na constituição do país, o governo bissau-guineense tem reiterado compromisso com reformas do Poder Judiciário e dos setores de defesa e segurança, tal como previsto no Acordo de Conacri, assinado pelos atores nacionais em setembro de 2016, sob os auspícios da comunidade internacional.

Além de representar a CPLP no âmbito do P5, em sistema de revezamento com a Embaixada de Cabo Verde em Bissau, o Brasil exerce, desde 2007, a presidência da configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz (PBC, da sigla em

inglês) da ONU, cujo Fundo para a Consolidação da Paz financia projetos de desenvolvimento no país.

MAPA



DADOS BÁSICOS

	Guiné-Bissau	Brasil
Nome oficial	República da Guiné-Bissau	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Português (oficial)	Português
População	2 milhões (governo nacional)	211,7 milhões (IBGE)
Área	36.125 km ²	8,516 milhões km ²
PIB nominal (FMI, 2020)	US\$ 1,43 bilhão	US\$ 1,36 trilhão
PIB per capita (FMI)	US\$ 887,59	US\$ 6,4 mil
Crescimento do PIB (FMI)	4,6% (2019) -2,8% (2020)	-4,5% (2020) 3,2% (2021)
IDH (PNUD, 2019)	0,480 (178ª posição)	0,765 (84ª posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2019)	55,3%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	58,3 anos	74,7 anos
COVID-19 (27/09)	6.099 casos 135 óbitos	21.351.972 casos 594.443 óbitos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL-GUINÉ-BISSAU	2018	2019	2020
Intercâmbio total	6,58	5,04	4,06
Exportações	4,81	4,19	3,46
Importações	1,77	0,851	0,606
Saldo	3,04	3,33	2,85

*** Principais produtos da pauta comercial (2020)**

➤ **Exportações:** açúcar, álcool, preparações alimentícias, carnes e calçados.

➤ **Importações:** cocos e castanhas.

Embaixador da Guiné-Bissau no Brasil: M'bala Alfredo Fernandes

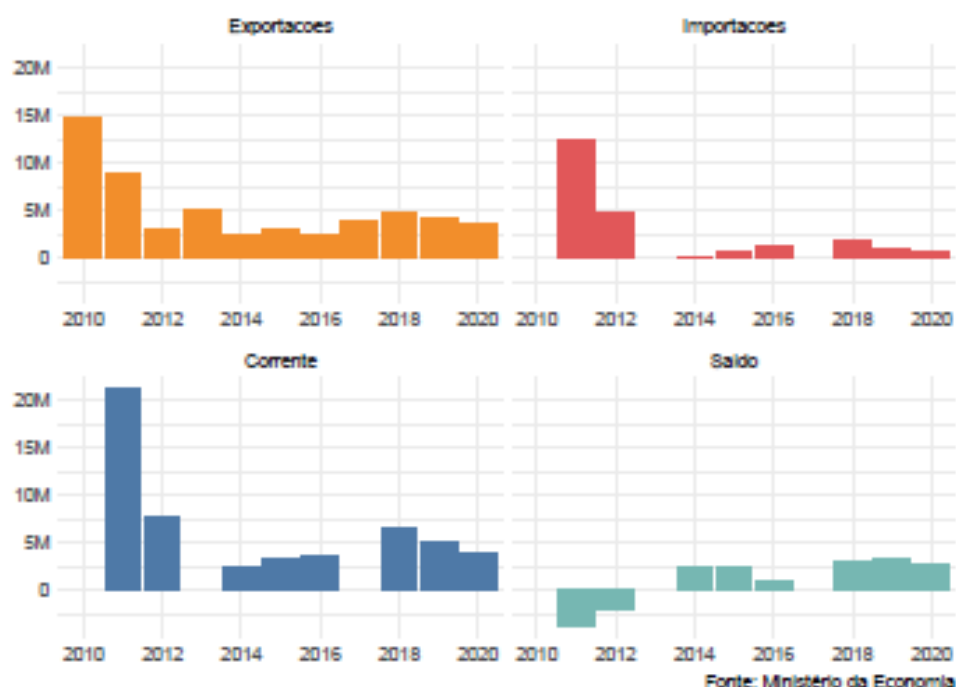
Embaixador do Brasil na Guiné Bissau: Fábio Guimarães Franco

FLUXOS COMERCIAIS

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Guiné-Bissau, Fluxo de Comércio até 2020

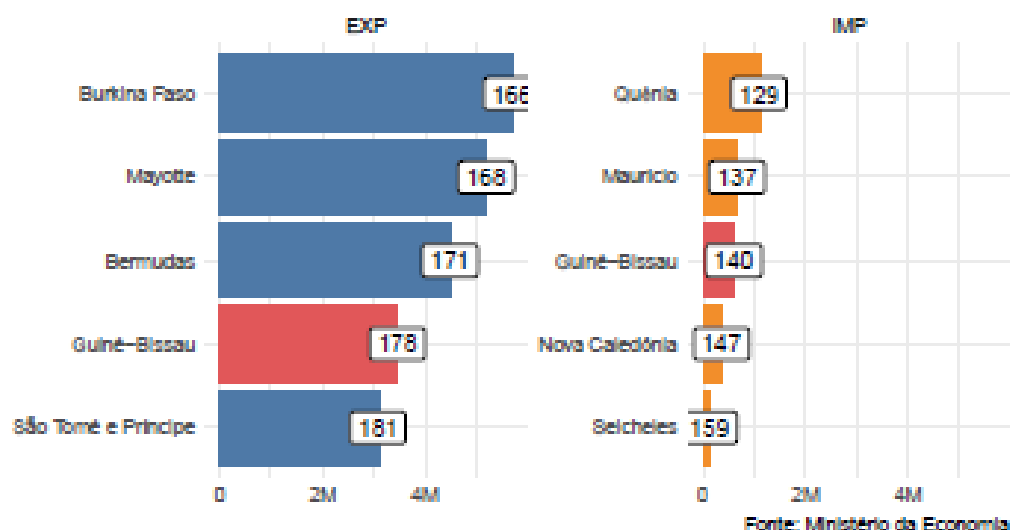


	2020	2019	2018	2017	2016
Exportações	3M (-17.43%)	4M (-12.85%)	5M (28.54%)	4M (55.14%)	2M (-16.46%)
Importações	606K (-28.8%)	851K (-51.9%)	2M (NA)	NA (NA)	1M (156.5%)
Saldo	3M (-15%)	3M (10%)	3M (NA)	NA (NA)	1M (-53%)
Corrente	4M (-19.3%)	5M (-23.3%)	7M (NA)	NA (NA)	4M (9.2%)

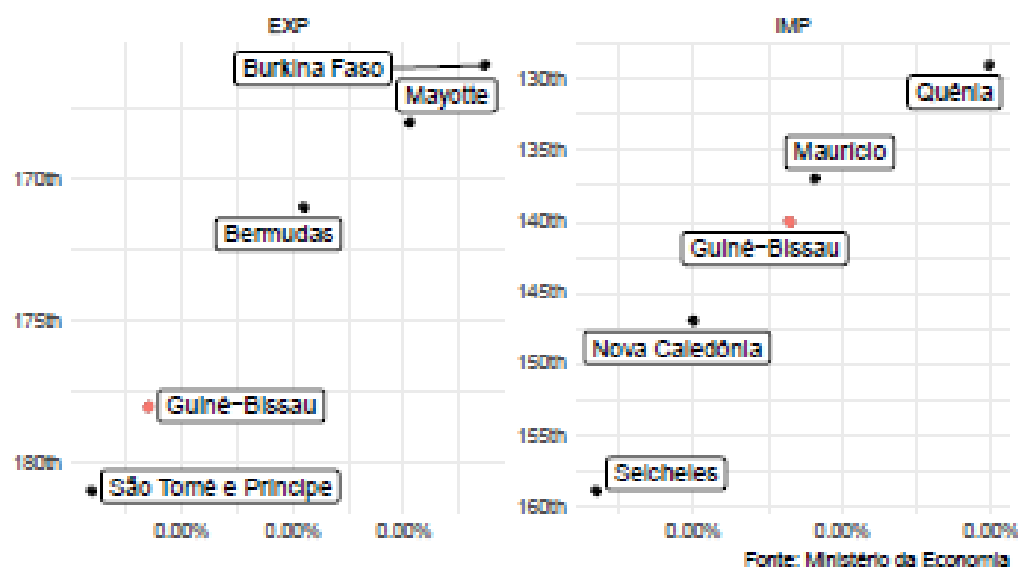
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportações	3M (14.08%)	3M (-48.40%)	5M (72.32%)	3M (-67.71%)	9M (-40.30%)
Importações	504K (571.3%)	75K (NA)	NA (NA)	5M (-60.7%)	12M (NA)
Saldo	2M (-3%)	2M (NA)	NA (NA)	-2M (-157%)	-4M (NA)
Corrente	3M (30.1%)	3M (NA)	NA (NA)	8M (-63.6%)	21M (NA)

1.2 Destinos de exportações e origens de importações

Brasil-Guiné-Bissau, parceiros comerciais próximos em 2020

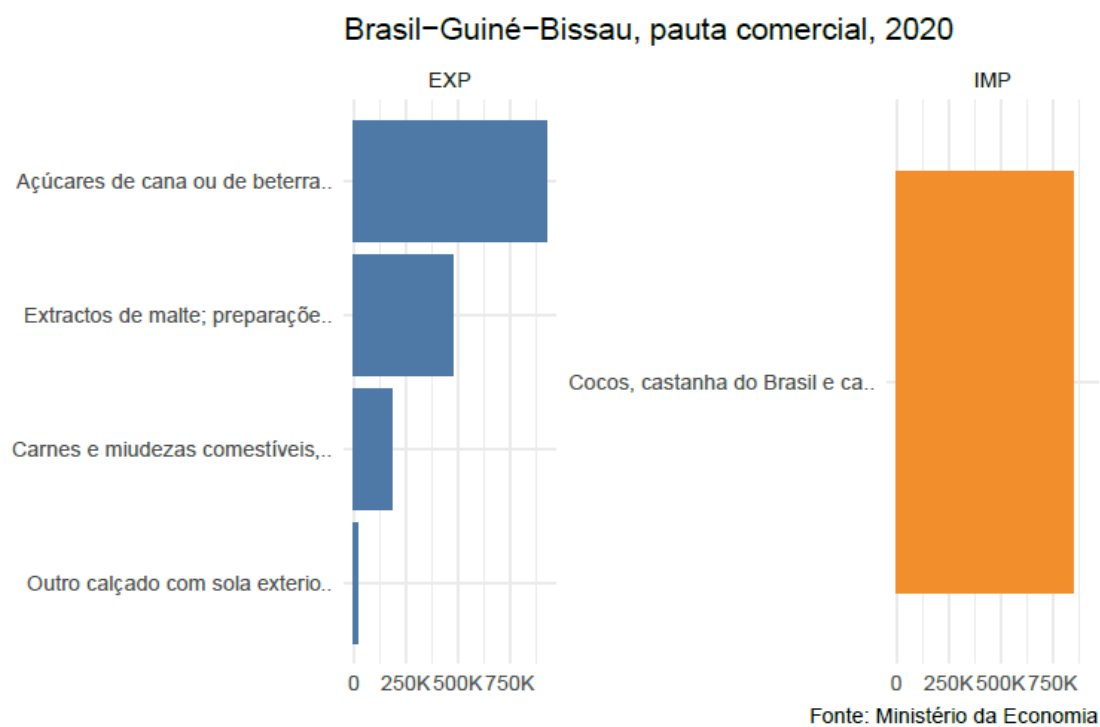


Brasil-Guiné-Bissau, ranking e proporção de comércio, em 2020



Dados Anuais				
Direção	País	Valor	Variação	Proporção
2020				
EXP	Burkina Faso	5.69M	-22,13%	0,00%
	Mayotte	5.19M	35,78%	0,00%
	Bermudas	4.49M	-10,07%	0,00%
	Guiné-Bissau	3.46M	-17,43%	0,00%
	São Tomé e Príncipe	3.08M	-4,54%	0,00%
IMP	Quênia	1.10M	-16,06%	0,00%
	Maurício	669.36K	-18,33%	0,00%
	Guiné-Bissau	606.22K	-28,79%	0,00%
	Nova Caledônia	367.40K	234,46%	0,00%
	Seicheles	128.82K	-23,99%	0,00%
2019				
EXP	Burkina Faso	7.31M	-33,22%	0,00%
	Bermudas	4.99M	71,52%	0,00%
	Guiné-Bissau	4.19M	-12,85%	0,00%
	Mayotte	3.82M	42,09%	0,00%
	São Tomé e Príncipe	3.23M	38,87%	0,00%
IMP	Quênia	1.31M	-15,77%	0,00%
	Guiné-Bissau	851.25K	-51,86%	0,00%
	Maurício	819.54K	-38,02%	0,00%
	Seicheles	169.48K	-31,52%	0,00%
	Nova Caledônia	109.85K	-2,85%	0,00%
2018				
EXP	Burkina Faso	10.94M	10,57%	0,00%
	Guiné-Bissau	4.81M	28,54%	0,00%
	Bermudas	2.91M	84,03%	0,00%
	Mayotte	2.69M	NA	0,00%
	São Tomé e Príncipe	2.33M	26,52%	0,00%
IMP	Guiné-Bissau	1.77M	36,89%	0,00%
	Quênia	1.56M	14,64%	0,00%
	Maurício	1.32M	35,47%	0,00%
	Seicheles	247.50K	105,30%	0,00%
	Nova Caledônia	113.06K	-84,90%	0,00%
2017				
EXP	Burkina Faso	9.90M	684,06%	0,00%
	Guiné-Bissau	3.74M	55,14%	0,00%
	São Tomé e Príncipe	1.84M	58,72%	0,00%
	Bermudas	1.58M	-8,87%	0,00%
IMP	Quênia	1.36M	128,13%	0,00%
	Maurício	976.08K	115,15%	0,00%
	Nova Caledônia	748.82K	965,07%	0,00%
	Seicheles	120.56K	-66,85%	0,00%

1.3 Produtos comercializados

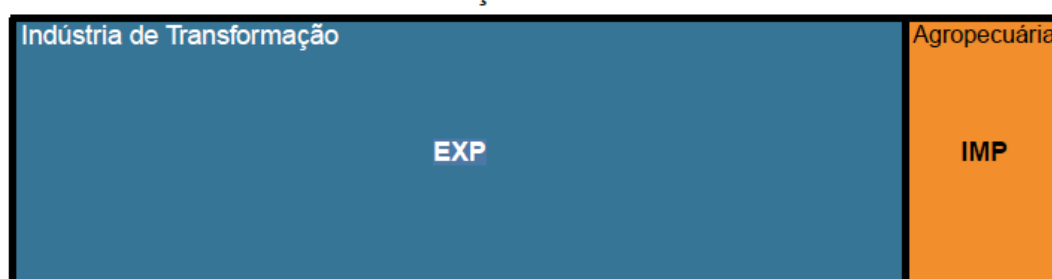


Dados Anuais						
Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção	
2020						
EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	1.55M	67,5%	44,7%	
	Álcool etílico não desnatado, com um teor alcoól..	2207	573.10K	245,5%	16,6%	
	Extractos de malte; preparações alimentícias de fa..	1901	341.10K	-28,4%	9,9%	
	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	209.63K	14,0%	6,1%	
	Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	142.40K	655,2%	4,1%	
IMP	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, fres..	0801	606.22K	-28,8%	100,0%	
2019						
EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	923.12K	-6,8%	22,0%	
	Extractos de malte; preparações alimentícias de fa..	1901	476.55K	-39,4%	11,4%	
	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	183.89K	7,0%	4,4%	
	Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	18.86K	31,2%	0,5%	
IMP	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, fres..	0801	851.25K	-51,9%	100,0%	

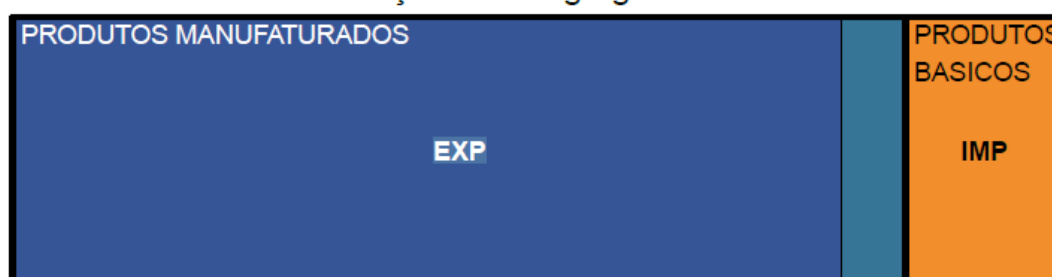
2019	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	923.12K	-6,8%	22,0%
		Extractos de malte; preparações alimentícias de fa..	1901	476.55K	-39,4%	11,4%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	183.89K	7,0%	4,4%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	18.86K	31,2%	0,5%
	IMP	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, fres..	0801	851.25K	-51,9%	100,0%
2018	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	990.05K	-23,0%	20,6%
		Extractos de malte; preparações alimentícias de fa..	1901	786.96K	-9,5%	16,4%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	171.83K	140,0%	3,6%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	14.37K	184,9%	0,3%
	IMP	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, fres..	0801	1.77M	36,9%	100,0%
2017	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	1.29M	107,8%	34,4%
		Extractos de malte; preparações alimentícias de fa..	1901	869.66K	63,4%	23,3%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	71.59K	-82,1%	1,9%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	5.04K	-95,2%	0,1%
	IMP	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, fres..	0801	1.77M	36,9%	100,0%

1.4 Classificações do Comércio

Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020

BENS DE CONSUMO (BC)	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	BENS DE CONSUMO (BC)
	BENS DE CAPITAL (BK)	
EXP		IMP

Classificação CUCI em 2020

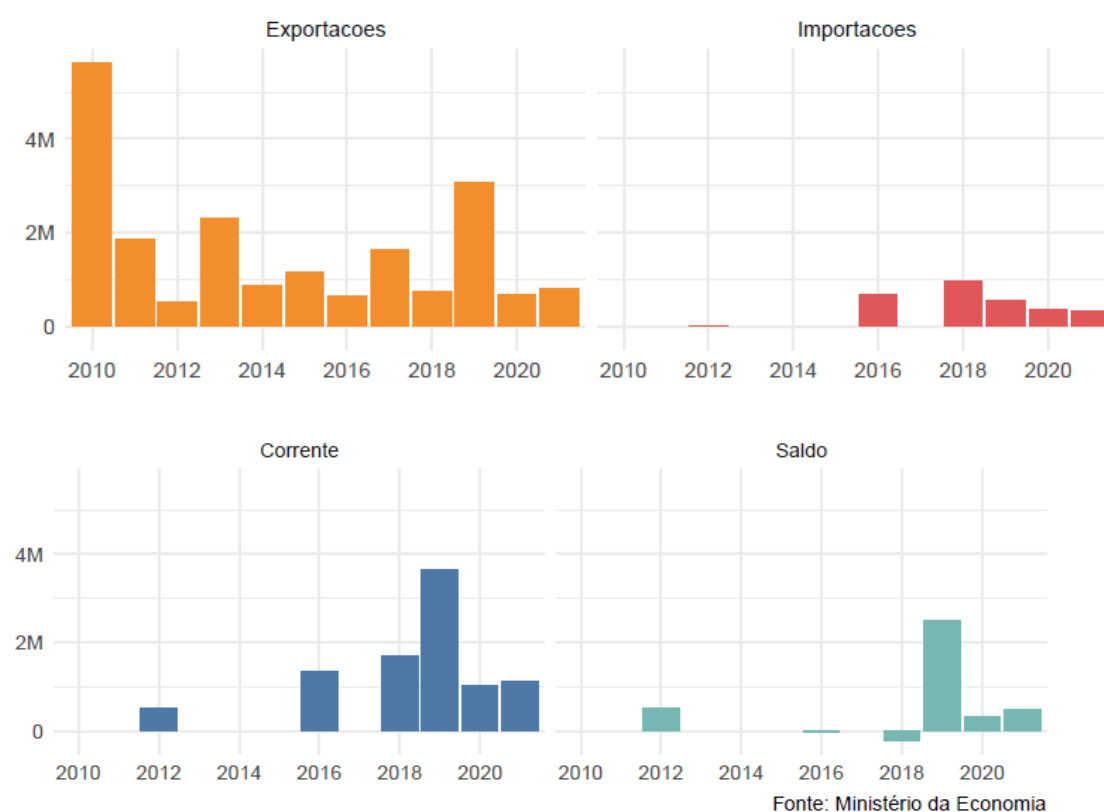
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.		PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS
	OBRAS DIVERSAS		
EXP			IMP

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	3.5M	100,0%
	Outros Produtos	1.0	0,0%
IMP	Agropecuária	606.2K	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	3.2M	92,9%
	PRODUTOS BASICOS	247.1K	7,1%
IMP	PRODUTOS BASICOS	606.2K	100,0%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS DE CONSUMO (BC)	2.5M	71,2%
	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	743.5K	21,5%
	BENS DE CAPITAL (BK)	253.4K	7,3%
IMP	BENS DE CONSUMO (BC)	606.2K	100,0%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS	2.3M	67,5%
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	581.5K	16,8%
	OBRAS DIVERSAS	221.7K	6,4%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	182.8K	5,3%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	111.3K	3,2%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	25.9K	0,7%
IMP	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS	606.2K	100,0%

2 Dados mensais

2.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Guiné-Bissau, Fluxo de Comércio agregado até Maio



	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	797K (15.2%)	691K (-77.5%)	3M (309.3%)	751K (-53.8%)	2M (148.6%)
Importacoes	316K (-8.5%)	346K (-38.9%)	566K (-40.8%)	955K (NA)	NA (NA)
Saldo	481K (39%)	346K (-86%)	3M (1 124%)	-205K (NA)	NA (NA)
Corrente	1M (7%)	1M (-71%)	4M (113%)	2M (NA)	NA (NA)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	654K (-43.0%)	1M (32.4%)	867K (-62.5%)	2M (346.5%)	518K (-72.2%)
Importacoes	683K (NA)	NA (NA)	NA (NA)	NA (NA)	4K (NA)
Saldo	-28K (NA)	NA (NA)	NA (NA)	NA (NA)	514K (NA)
Corrente	1M (NA)	NA (NA)	NA (NA)	NA (NA)	522K (NA)

EMBAIXADA DO BRASIL EM BISSAU
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR FÁBIO GUIMARÃES FRANCO

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (2019-2022):

I- APRESENTAÇÃO

A minha gestão como embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau iniciou-se em 7 de março de 2019, data da minha chegada em Bissau, e tem seu término previsto para 8 de janeiro de 2022. Nesse período, a comunidade internacional logrou auxiliar o país a realizar as eleições previstas, primeiro as legislativas de 10 de março, e, em seguida, as presidenciais do dia 29 de dezembro de 2019. Tomou posse na presidência, no final de fevereiro de 2020, o vencedor daquele último pleito, Umaro Sissoco Embaló, do partido MADEM G-15.

2. Em março de 2020, a pandemia atingiu a Guiné-Bissau, cujas autoridades decretaram severas restrições, inclusive o fechamento de todas as fronteiras por vários meses. Os decretos continuaram a ser prorrogados até o final de 2021, e continuarão em 2022, embora com restrições menos estritas em cada nova edição. Não obstante essas duas dificuldades significativas — tensão política e pandemia — a embaixada logrou dar continuidade à intensa agenda de temas bilaterais, a qual culminou com a histórica visita do presidente Sissoco ao Brasil, no final de agosto de 2021, a convite do presidente Jair Bolsonaro.

3. O presente relatório será dividido nas seguintes seções, as quais refletem as principais atividades desenvolvidas pela embaixada durante a minha gestão: A. Acompanhamento Político; B. Visita Presidencial; C. Cooperação Técnica; D. Cooperação Cultural e Promoção da Língua Portuguesa; E. Cooperação Educacional; F. Setor Consular; e G. Conclusão.

II- ACOMPANHAMENTO POLÍTICO

4. Em 8 de março de 2019, participei de reunião com a missão de observadores eleitorais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, responsáveis pela observação das eleições legislativas de 10 março. Estavam presentes, igualmente, naquela ocasião, os então dois únicos outros embaixadores residentes de países-membros da CPLP na Guiné-Bissau, os de Portugal e Angola.

5. Ao longo de 2019, houve reuniões semanais com os embaixadores de Portugal e Angola, para discutir o cenário político local, as quais levaram à criação do "Grupo CPLP". O Grupo passou a elaborar relatórios para a sede da Comunidade em Lisboa, tendo sido mencionado na reunião de Conselho de Ministros realizada em Mindelo, Cabo Verde, em julho de 2019. A institucionalização do Grupo estruturou os contatos frequentes com a sede da CPLP, promoveu maior visibilidade às nossas respectivas embaixadas e permitiu que as autoridades locais convocassem o Grupo para interlocução conjunta com os três embaixadores.

6. As referidas eleições legislativas foram declaradas livres e transparentes por todas as missões observadoras, incluindo a da CPLP. O PAIGC, partido tradicional e fundador da República, saiu vitorioso do pleito, elegendo 47 dos 102 deputados com assento na Assembleia Nacional Popular (ANP), fato que confere direito à indicação do primeiro-ministro.

7. Ao mesmo tempo em que prestava os seus bons ofícios à Guiné-Bissau com vistas à solução das crises institucionais, a comunidade internacional auxiliou o país na preparação das eleições presidenciais, agendadas para o final de 2019. Participei, dessa forma, dos frequentes encontros realizados para discutir aqueles temas, sobretudo no âmbito das reuniões de alto nível do Comitê de Pilotagem das Eleições Presidenciais, co-presidido pela Comissão Nacional de Eleições guineense (CNE) e pelo Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), estabelecido em 2009 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para promover a estabilidade no país.

8. Quando da minha chegada, exercia a chefia do UNIOGBIS, como representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, o embaixador brasileiro José Viegas Filho, substituído alguns meses depois por Rosine Sori-Coulibaly, da Burkina Faso. As reuniões do Comitê eram frequentadas por embaixadores residentes (Portugal, Angola, França, Espanha, União Europeia, China, Rússia, Senegal, Guiné-Conacri e Nigéria); por embaixadores não-residentes (Estados Unidos e Reino Unido), com sede em Dacar, por chamada de conferência; por representantes da CEDEAO e da União Africana; e por representantes de outros órgãos, tais como Banco Mundial e PNUD, dentre outros participantes.

9. Esperava-se que os principais parceiros contribuíssem com recursos ou assistência técnica para garantir a realização das eleições legislativas, tendo o Brasil contribuído de ambas as formas: a título de assistência financeira simbólica, a embaixada coordenou a doação do Brasil de USD 50 mil, depositados no "basket fund" gerido pelo PNUD; e, quanto à assistência técnica, o Brasil enviou duas missões no âmbito do projeto de cooperação eleitoral. Neste último caso, trata-se de iniciativa coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e executada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, a qual vinha sendo realizada desde 2005, mas que foi suspensa durante as eleições legislativas. Para reverter essa situação, empenhei-me para garantir a retomada da cooperação, com o auxílio da ABC, resultando na autorização da então presidente do Tribunal Superior Eleitoral de realização de duas missões do TRE-MG a Bissau, no segundo semestre de 2019, para auxiliar a Comissão Nacional de Eleições (CNE) no pleito presidencial. Graças a essas missões, pude manter estreito contato com a CNE e receber informações precisas sobre o processo eleitoral.

10. Integrei-me, igualmente, ao P5, grupo criado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de auxiliar e facilitar o processo de estabilização política na Guiné-Bissau. O P5 reúne os representantes da União Africana, CEDEAO, União Europeia, Nações Unidas e CPLP. A minha participação no P5, que continuou até o final da minha missão, se deve ao fato de a CPLP não contar com representação própria em Bissau, tendo o último representante residente deixado o país anos antes de minha chegada. As reuniões eram frequentes, muitas vezes sendo convocadas de última hora para tratar das crises que surgiam repentinamente. Em momentos de maior tensão, o P5 prestou os seus bons ofícios para favorecer o diálogo entre as partes e produziu declarações

à imprensa, sendo chamado em diversas ocasiões ao palácio presidencial no final do mandato do presidente Jomav.

11. A embaixada teve participação frequente nesses três grupos — Grupo CPLP, UNIOGBIS e P5 — sendo essencial para a coleta de subsídios sobre a política interna guineense, os quais foram enviados regularmente à Secretaria de Estado e às missões brasileiras junto à CPLP, em Lisboa, e junto às Nações Unidas, em Nova York. O representante permanente brasileiro junto às Nações Unidas preside a Configuração para a Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) desde a sua criação em 2007, órgão esse responsável por apresentar "briefings" ao Conselho de Segurança regularmente. O presidente da Configuração realiza visitas a Bissau, a última tendo ocorrido em outubro de 2019.

12. Em abril de 2020, a CEDEAO emitiu declaração parabenizando o presidente Sissoco por sua vitória nas eleições, um reconhecimento da legitimidade de seu mandato, tendo a comunidade internacional passado paulatinamente a interagir com o governo do primeiro-ministro Nuno Nabian, nomeado pelo presidente. Alguns meses depois, a embaixada começou a reunir-se com interlocutores do governo, especialmente na chancelaria guineense, para tratar de assuntos de cooperação bilateral. Os contatos entre a embaixada e as autoridades locais adensaram-se ao longo de 2021, com maior intensidade a partir de meados do mês de agosto, quando foi iniciada a preparação da visita do presidente Sissoco ao Brasil.

III- VISITA PRESIDENCIAL

13. Realizou-se, em agosto de 2021, visita do presidente Umaro Sissoco ao Brasil, a convite do presidente Jair Bolsonaro, a qual incluiu agenda em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Durante o primeiro dia da visita, 24 de agosto, a chegada do presidente Sissoco ao Palácio do Planalto foi marcada por momentos protocolares no nível de visita de estado.

14. Após a chegada ao Planalto, o presidente Bolsonaro reuniu-se com a comitiva guineense, que incluiu também o ministro da Defesa Nacional, a ministra dos Negócios Estrangeiros e conselheiros presidenciais, e convocou os seguintes ministros brasileiros para participar da reunião, cujas pastas foram apontadas pelo presidente Sissoco como aquelas responsáveis por áreas prioritárias para a cooperação bilateral: Justiça, Agricultura, Saúde, Educação e Relações Exteriores. Embora os assuntos tenham sido tratados de forma resumida durante a reunião, os referidos ministros guineenses mantiveram reuniões paralelas (relatadas abaixo), durante as quais discutiram os temas de interesse de forma mais detalhada.

15. Durante a reunião bilateral das delegações no Planalto, novo item na agenda de cooperação surgiu a pedido do presidente Sissoco: a possibilidade de o Brasil auxiliar na instalação de centro de hemodiálise na Guiné-Bissau, visto que o país não possuiu aparelho para tratar de doenças renais, fato que obriga os pacientes a buscar tratamento no exterior. O presidente Bolsonaro instruiu o titular da pasta a examinar o assunto, portanto o ministro da Saúde acompanhou o presidente Sissoco, no último dia da visita, 27 de agosto, ao Rio de Janeiro, onde visitaram o maior centro de hemodiálise do continente. A cooperação nessa área continua e a embaixada vem coordenando as reuniões de equipes técnicas responsáveis pelo assunto.

16. Ainda durante o primeiro dia da visita a Brasília, ambos os presidentes fizeram declarações à imprensa, no Palácio do Planalto, e seguiram para almoço oferecido no Itamaraty, do qual participaram as duas delegações e dezenas de autoridades brasileiras, incluindo ministros, políticos e diplomatas. À tarde, o presidente Sissoco foi recebido no Congresso pelo vice-presidente do Senado Federal. No final da tarde, articulei audiência para o reitor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) com o presidente Sissoco e com a ministra dos Negócios Estrangeiros, tendo o presidente se comprometido a examinar a possibilidade de a Guiné-Bissau conceder bolsa de auxílio-moradia para os mais de 600 alunos guineenses na Universidade. O reitor, por sua vez, informou que realizaria visita a Bissau no final de 2021, a qual foi de fato realizada.

17. No segundo dia da visita, 25 de agosto, o presidente Sissoco foi o convidado de honra do presidente Bolsonaro nas celebrações em torno do Dia do Soldado, realizadas no Quartel-General do Exército. No terceiro dia da visita, a delegação deslocou-se a São Paulo, onde o presidente Sissoco manteve encontro com mais de cem membros da comunidade guineense naquela cidade e, em seguida, visitou o Museu da Língua Portuguesa, recentemente reinaugurado. No último dia da visita, 27 de agosto, a delegação visitou o Comando de Operações Navais da Marinha e familiarizou-se com o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul e com os Sistemas de Monitoramento do Centro de Controle do Tráfego Marítimo. Trata-se de temas de relevância para a Guiné-Bissau, em razão das dificuldades de monitorar suas águas territoriais, onde está localizado o arquipélago de Bijagós, com mais de 80 ilhas, razão pela qual o ministro da Defesa solicitou cooperação da parte brasileira nessa área.

18. Ambos os ministros que integraram a comitiva presidencial mantiveram agendas paralelas durante a etapa da visita em Brasília. A ministra dos Negócios Estrangeiros visitou a sede da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), onde elencou as seguintes cinco prioridades da Guiné-Bissau na área da cooperação bilateral: (1) a retomada do projeto Centro de Formação de Oficiais (CFO), sendo que a parte guineense estaria disposta a disponibilizar o espaço físico para abrigar o referido centro; (2) cooperação entre Academias Diplomáticas, tendo a ministra mantido reunião com a diretora do Instituto Rio Branco para tratar do tema (relatado abaixo); (3) incremento da cooperação em agroindústria, que a parte brasileira sugeriu fosse realizada a partir de projeto relacionado ao pedúnculo do caju, desenvolvido em parceria com a EMBRAPA; (4) apoio brasileiro à especialização médica, tendo como foco a implementação de serviço de hemodiálise; e (5) continuação da capacitação de magistrados, com base em projeto anterior nessa área realizado em parceria com o Ministério Público Federal. As cinco demandas prioritárias elencadas pela ministra continuarão a ser discutidas nos próximos anos e constituirão parte relevante da agenda da cooperação bilateral no futuro.

19. Ao final da reunião na ABC, foram assinados os seguintes documentos: Projeto do Centro de Formação das Forças de Segurança, Fase III, o qual permitirá a finalização das reformas de infraestrutura do Centro; Documento de Revisão do Projeto de Fortalecimento do Combate ao HIV/SIDA, com o objetivo de dar continuidade à iniciativa, suspensa desde 2019; e Documento de "Aide-Mémoire", resumindo as decisões estabelecidas durante a visita da ministra à ABC.

20. A ministra visitou, em seguida, o Instituto Rio Branco, e informou à diretora do Instituto que a Guiné-Bissau deseja utilizar o IRBr como modelo para estruturar a sua própria academia

diplomática; solicitou, dessa forma, auxílio para a formação de quadros, especialmente na área de protocolo e consular. Com relação ao programa de alunos estrangeiros, no âmbito da visita foi oferecida vaga a diplomata guineense para cursar o IRBr a partir do ano letivo de 2021; a oferta foi aceita e o candidato escolhido iniciou os estudos no Instituto no final de 2021. Memorando de Entendimento entre Academias Diplomáticas foi assinado pela parte guineense e aguarda a assinatura da parte brasileira.

21. O ministro da Defesa Nacional, por sua vez, manteve encontro com o seu homólogo brasileiro, general Walter Braga Netto, no dia 25 de agosto, quando solicitou o envio de missão de instrução brasileira para auxiliar na formação de militares guineenses. Indagou o ministro, igualmente, sobre a possibilidade de o Brasil criar adidância de defesa na Guiné-Bissau. O ministro manifestou o seu desejo de formar parcerias com a indústria de defesa brasileira, demonstrando interesse sobretudo em produtos como armamentos e meios aéreos e navais. O ministro brasileiro, por sua vez, convidou o seu homólogo para conhecer as escolas militares de formação no País, bem como as indústrias de base. Com o objetivo de realizar visita àqueles locais e dar continuidade às discussões mantidas com a parte brasileira, o ministro guineense tenciona voltar ao Brasil em missão individual própria.

22. O ministro da Defesa Nacional também se encontrou com o ministro-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), sugerindo que fosse estabelecida cooperação entre o STM e o Tribunal Militar guineense. Após a visita presidencial, houve contato com o ministério da Defesa Nacional de Guiné-Bissau, com o objetivo de dar seguimento às consultas realizadas pelo ministro à margem da visita presidencial. Naquela ocasião, o ministro informou que tenciona formalizar a solicitação de realizar missão própria ao Brasil e reiterou a prioridade de seu país na área de cooperação técnica: a retomada do Centro de Formação de Oficiais (CFO). Confirmou, igualmente, o interesse do seu país de que o Brasil venha a criar adidância de defesa na Guiné-Bissau.

IV- COOPERAÇÃO TÉCNICA

23. A cooperação técnica está amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica assinado em 1978. Desde então, foram desenvolvidas cerca de 70 iniciativas bilaterais, as principais das quais elencadas e descritas a seguir.

I. Centro de Formação da Forças de Segurança (CFFS)

23. É um dos principais projetos coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na Guiné-Bissau e executado em parceria com o Departamento da Polícia Federal (DPF) e Academia Nacional de Polícia Federal (ANP), com a participação dos seguintes parceiros guineenses: Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos; Ministério do Interior; Polícia Judiciária; Polícia da Ordem pública; Serviços de Informação de Segurança; e Guarda Nacional.

24. Ao longo de 2019, o Centro recebeu visitas dos ministros do Interior e da Justiça guineenses, os quais foram acompanhados pela embaixada. Em setembro de 2019, a embaixada apoiou missão da ABC e da Polícia Federal a Bissau, a qual concluiu a V Reunião do Comitê de Acompanhamento de Projetos (CAP), com o objetivo de discutir a futura Fase III do projeto. No final do ano, seis agentes da Polícia Federal ministraram cursos de defesa pessoal e de prática de

ensino policial. Naquela ocasião, acompanhei a então ministra da Justiça à cerimônia de formatura e a recebi na residência para um almoço com a missão brasileira.

25. Durante 2020, as missões temporárias da PF foram interrompidas, e o projeto, suspenso, devido à pandemia, tendo a embaixada assumido responsabilidades adicionais pela manutenção do centro. As missões foram reiniciadas apenas em maio de 2021, com a chegada de agente da Polícia Federal, o qual convidei para proferir palestra no Centro Cultural tendo em conta a sua especialidade no ensino policial. Em agosto de 2021, sugeri à ABC que se aproveitasse a visita do presidente Sissoco a Brasília para assinar a Fase III do projeto, proposta que foi aceita e cumprida, representando importante avanço nas tratativas com a parte guineense.

26. A Fase III tem como objetivo elaborar e implementar o plano de sustentabilidade do CFFS, que permitirá a gradual transferência das responsabilidades técnica e financeira do Centro para autoridades guineenses, bem como finalizar a adequação de sua infraestrutura, com orçamento previsto de USD 3 milhões e vigência de quatro anos. Está prevista a construção de alojamento para 160 alunos, armazéns e área para administração das novas estruturas. Um dos objetivos finais é auxiliar a Guiné-Bissau a instalar uma escola de polícia voltada à especialização e à formação básica, a qual seria incorporada à estrutura governamental do país.

27. Durante a pandemia, o governo guineense solicitou o uso do CFFS para abrigar infectados com o vírus COVID-19, portanto acompanhei o ministro da Saúde Pública e o representante da OMS para realizar vistoria das instalações. Em seguida, fomos convocados pela ministra dos Negócios Estrangeiros, a qual decidiu, diante das avaliações técnicas, que as instalações não seriam adequadas para a finalidade pretendida.

II. Centro de Formação Profissional (CFP)

28. Ao apresentar as minhas credenciais ao então presidente Jomav, em março de 2019, este fez questão de frisar a importância do Centro para a economia da Guiné-Bissau, manifestando apreço enfático pela iniciativa. De fato, trata-se do outro importante projeto coordenado pela ABC e executado pelo SENAI, o qual já formou 4700 jovens em 10 áreas (panificação, carpintaria, serralheria, manutenção de microcomputadores, alvenaria, mecânica de autos, eletricidade, encanamento, manutenção de refrigeração e corte e costura). Em julho do mesmo ano, acompanhei a ministra da Administração Pública em visita ao Centro, onde participamos de cerimônia de formatura de turma de aproximadamente 300 alunos.

29. Em 2020, em razão da pandemia, o Centro suspendeu a quase-totalidade de suas atividades, embora tenha logrado, a despeito da crise sanitária, oferecer ciclo completo de formação, capacitando 260 jovens. Em março de 2021, a ABC decidiu prorrogar a vigência da iniciativa até dezembro de 2022, prevendo a aquisição de equipamentos, a introdução de novos conteúdos, e a adequação dos cursos oferecidos às demandas do mercado guineense. A prorrogação garantirá a capacitação de mais 700 jovens guineenses. Duas missões do SENAI ocorreram no final de 2021 e início de 2022.

III. Apoio Técnico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) à Comissão Nacional de Eleições (CNE)

30. A iniciativa começou em 2005, embora não tenha sido enviada missão a Bissau para auxiliar nas eleições legislativas de março de 2019. Empenhei-me em garantir a continuidade da cooperação, junto com a ABC e altas chefias da Secretaria de Estado, e o Tribunal Superior Eleitoral concordou em enviar duas missões técnicas para preparar as eleições presidenciais. As missões auxiliaram tanto no primeiro como no segundo turnos, os quais ocorreram em novembro e dezembro de 2019, respectivamente, conforme descrito na parte de acompanhamento político do presente relatório.

IV. Projeto "Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas-Práticas Socioeducativas-Fase II", do Centro Educacional Amizade São Paulo (CEASP)

31. Trata-se de projeto em parceria com a UNESCO, financiado com recursos da ABC e conta com a participação da Fundação Gol de Letra e da Secretaria de Educação da Prefeitura de Vitória (ES). O Ministério da Educação Nacional é a contraparte guineense. A embaixada acompanhou os trabalhos da última missão técnica a Bissau, em janeiro de 2020, sendo que o projeto tem vigência até março de 2022, quando poderá ser prorrogado.

V. Cooperação Humanitária

32. No início de 2021, organizou-se cerimônia no ministério da Saúde Pública para a entrega de doação de medicamentos antirretrovirais provenientes do Brasil, com valor superior a US\$ 180 mil, com a cobertura da Televisão Guiné-Bissau.

VI. Projeto “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau”, desenvolvido em parceria com a EMBRAPA

33. A iniciativa tem por objetivo contribuir para a geração de emprego e renda na Guiné-Bissau por meio da diversificação da oferta de produtos oriundos do processamento do caju, que representa mais que 90% da pauta de exportação guineense. No final de 2019, a embaixada acompanhou missão técnica da EMBRAPA a Bissau, para dar seguimento ao projeto, que visa a implementação de Unidade Didática no Centro de Promoção do Caju (CPC-Caju), em parceria com a FUNDEI, instituição privada de utilidade pública guineense. Em março de 2020, a ABC lançou edital de licitação e contratou empresa de arquitetura para elaboração de projeto executivo de reforma do CPC-Caju, aprovado em abril de 2021. Em julho do mesmo ano, deu-se início ao processo de licitação para contratação da empresa de construção civil que fará a reforma do Centro.

34. Os dois principais projetos — CFFS e CFP — sofreram interrupções e suspensões durante a pandemia, mas posteriormente retomaram as suas atividades. Ambos preveem a gradual passagem da administração dos Centros para a parte guineense, que deverá arcar com os custos envolvidos. Dois projetos na área do combate ao HIV/AIDS encontram-se suspensos, mas o assunto continua a ser tratado por meio de reuniões virtuais, com vistas à sua reativação.

35. É fundamental realizar a triagem e a interpretação das constantes demandas por auxílio e cooperação adicional, em todas as áreas. Na maioria dos casos, o que é solicitado direciona-se à área de formação, de fato a área de maior atuação do Brasil no país. Para auxiliar os nossos

parceiros a formular as suas solicitações, especialmente em áreas mais complexas, seria justificável a realização de missões de especialistas para diagnosticar a situação específica e elaborar projeto em conjunto com a parte guineense.

36. O projeto CFFS demandará atenção redobrada do posto, tendo em conta a importante fase em que se encontra. Seria útil realizar visitas periódicas ao Centro, o qual está localizado em João Landim, a 45 minutos de Bissau. A Fase III implicará a vinda de várias missões da Polícia Federal durante os próximos anos, normalmente realizadas por períodos de três meses cada. Orçado em USD 3 milhões, o projeto prevê a construção de dormitórios e outros prédios, e é de tal envergadura que poderá justificar pedido de criação de adidância policial na embaixada. O adido policial ficaria responsável, de forma permanente, por acompanhar o projeto, e sua presença em Bissau traria o benefício adicional de poder auxiliar a Polícia Judiciária guineense no combate à corrupção e ao tráfico de drogas, além de possibilitar interlocução mais estreita com a UNODC, Interpol e outros órgãos.

V- COOPERAÇÃO CULTURAL E PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

37. Durante o meu primeiro ano de gestão, de março de 2019 até março de 2020, mês em que a pandemia atingiu o país, foi possível utilizar de forma mais intensa o mais importante instrumento para difundir a cultura brasileira e para promover a língua portuguesa: o Centro Cultural Brasil – Guiné-Bissau (CCBGB). O Centro é um ponto de referência em Bissau e conta com auditório para até 100 pessoas, cinco salas de aulas, uma biblioteca, um pátio para a realização de eventos com até 200 pessoas, além de um Telecentro, atualmente desativado.

38. Vários dos eventos promovidos pelo CCBGB no período pré-pandêmico, em 2019, foram de natureza musical, tais como: concerto de Nino Galissa, mestre do instrumento "korá"; apresentação do grupo brasileiro Sambossa; e a realização da Semana de Música Brasileira. Em maio de 2019, foi realizada a Semana da Língua Portuguesa e Cultura da CPLP em Bissau, tendo o Centro promovido festival de desenhos animados, apresentação de documentários, oficinas de capoeira e berimbau, além de atividades para o público infantil na biblioteca. Em junho, foi realizada festa junina, com participação de expressivo número de guineenses, brasileiros e expatriados. No mesmo mês, realizou-se evento em torno do Dia da Criança, com 200 alunos de escolas primárias.

39. Na segunda metade de 2019, dois cineastas brasileiros viajaram de Fortaleza a Bissau para lançar o seu filme no Centro, realizando palestras e promovendo debates. Foi promovida, igualmente, a Semana Literária - Machado de Assis, com oficinas que atraíram centenas de jovens guineenses. A divulgação desses eventos foi facilitada graças aos serviços de auxiliar local de imprensa, contratado à época, por apenas alguns meses.

40. Em 2019, as celebrações em torno do 7 de Setembro foram realizadas no Centro, reunindo cerca de 200 pessoas, com a presença de autoridades guineenses e da comunidade internacional, tendo sido contratada banda musical para o evento. Em 2020 e 2021, no entanto, não foi possível realizar evento mais amplo para celebrar a Data Nacional, em razão das restrições impostas pelos decretos promulgados com o objetivo de combater a pandemia.

41. No início de 2020, antes de a pandemia atingir o país, mantive diversas reuniões com o então secretário de Cultura, a quem me procurou para solicitar o apoio brasileiro para realizar viagem ao Ceará, com o objetivo de assinar memorando de entendimento com o governo estadual e colher informações a respeito das políticas culturais brasileiras, tidas por aquela autoridade como modelo a ser utilizado pela Guiné-Bissau. Mantive reuniões similares com o secretário de Cultura do governo subsequente, o qual demonstrou interesse em receber apoio brasileiro para a elaboração de uma Estratégia Nacional de Cultura.

42. Logo após o início do período pandêmico na Guiné-Bissau, concluiu-se o processo seletivo para a contratação da nova diretora do CCBGB, cargo esse finalmente preenchido após anos de vacância. Desde então, o Centro tem promovido atividades para o público infantil, por meio do projeto Casa das Letrinhas, com oficinas de leitura e pintura inspirada em poemas infantis de Cecília Meireles. O programa Cinema no Centro, por sua vez, conta com sessões semanais de filmes brasileiros. Na área das artes plásticas, foi realizada exposição de artistas brasileiros (Mônica Mendes e Tino Gomes), cujo lançamento se deu em modalidade semipresencial: foi realizado no auditório do Centro Cultural e transmitido ao vivo por meio da mídia social da Embaixada.

43. Em 2020, a embaixada retomou o Programa Leitorado Brasileiro por meio de memorando de entendimento firmado com a Universidade Lusófona da Guiné (ULG), com o objetivo de promover a língua portuguesa na variante brasileira. O leitor realizou diversas ações, acompanhadas pelo posto, tais como: criação da Semana da Língua Portuguesa na ULG; execução de projeto em conjunto com leitores brasileiros na África; e oferta de cursos como "Preparatório Celpe-Bras", prova que auxiliou a aplicar em 2020. O leitor também participou na aplicação do vestibular da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e auxiliou na elaboração de projetos do Programa de Atividades de Língua Portuguesa (PALP).

44. Com o intuito de promover a língua portuguesa, propôs-se que a celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa fosse realizada no Centro Cultural, em coordenação com os embaixadores de Portugal e de Cabo Verde. Ambos concordaram com a proposta e, juntos, convidamos a ministra dos Negócios Estrangeiros, que participou da cerimônia de abertura do evento no CCBGB em 5 maio de 2020, veiculado pela Televisão Guiné-Bissau (TGB). No meu discurso, enfatizei que aquele "Dia" seria celebrado ao longo da semana inteira, por meio da realização de oito painéis sobre diferentes aspectos da promoção da língua portuguesa, tais como: a utilização de tecnologias para a sua difusão; as estratégias para participar do CELPE-Bras; prêmios literários; o programa PEC-G; e os 10 anos da UNILAB, dentre outros. Todos os painéis foram transmitidos por meio virtual em razão das restrições impostas pela pandemia, e continuam disponíveis na página da embaixada no Facebook.

45. Foram promovidos os seguintes eventos: a I e a II Semana Literária no Centro, as quais homenagearam Machado de Assis e Clarice Lispector; lançamentos de livros (por exemplo, *Chuva de Prata*, da escritora são-tomense Alda Barros, e *Nha Terra*, do brasileiro Gislailson Cá); celebração do Dia Mundial do Livro, com palestras proferidas pelo leitor brasileiro e pela leitora de Portugal; lançamento do Clube de Leitura na biblioteca; e sarau de poesia dedicado a autores brasileiros de origem afro-brasileira que realizam trabalhos dentro dessa temática.

46. De realização iminente, pode-se mencionar o conjunto de projetos aprovados no quadro do Programa de Atividades de Língua Portuguesa (PALP-2021) e do Programa de Atividades Culturais do Posto (PACP-2021), os quais perfazem um total de nove ações ora em execução, nas áreas de publicação de obras de intercâmbio cultural, formação de professores de língua portuguesa, realização de concurso literário e difusão radiofônica.

47. A partir de março de 2020, por determinação de decretos promulgados com o objetivo de combater a pandemia, o Centro encerrou as suas atividades culturais e permaneceu fechado durante meses. Desde então, foram escassos os eventos de natureza cultural oferecidos pelo Centro, situação similar tendo ocorrido com os outros dois principais centros culturais em Bissau (de Portugal e da França). Os referidos decretos foram reeditados e estendidos, limitando as atividades desses centros, e foram prorrogados até o início de 2022, embora com restrições menos rigorosas. Vários eventos planejados e autorizados pelo Centro foram cancelados, tais como a Feira das Culturas Regionais Brasileiras e grande parte do Ciclo de Palestras Quinzenais, em razão das restrições.

48. Sugere-se dar continuidade, quando possível, às atividades mencionadas anteriormente e solicitar recursos para renovar e ampliar o conjunto de equipamentos informáticos utilizados no CCBGB. Seria útil, igualmente, facultar o acesso dedicado à internet ao público nas instalações do Telecentro, atualmente desativado. Trata-se de iniciativa que tem o intuito de atender às demandas dos alunos guineenses, crescentemente mediadas pela tecnologia, nas áreas de ensino-aprendizagem e de difusão cultural.

49. Quanto ao leitorado, as dificuldades giraram em torno do atraso no cronograma de posse do leitor, prevista inicialmente para junho de 2020, mas adiada para outubro do mesmo ano em razão da pandemia. Embora a embaixada tenha solicitado o auxílio do leitor em diversos projetos, seu tempo é limitado pela necessidade de cumprir carga-horária mínima de 30 horas semanais na Universidade Lusófona. Seria conveniente, dessa forma, solicitar a indicação de leitor exclusivo para dedicar-se às atividades da embaixada. Tal demanda se justificaria pelo fato de o Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau possuir apenas um diretor, fato que relega as questões relacionadas à pedagogia da língua portuguesa e à gestão de suas respectivas literaturas e culturas a plano secundário de atuação. Além disso, um Leitorado Brasileiro específico poderia auxiliar na inserção da língua portuguesa na variante brasileira nos projetos de cooperação educacional da embaixada.

VI- COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

50. Um dos programas que tem tido e continuará a ter o maior impacto positivo no capital humano da Guiné-Bissau é o Programa Estudante Convênio - Graduação (PEC-G), executado pelo MEC: nas últimas décadas, 1500 guineenses se formaram em universidades brasileiras. No programa de pós-graduação, PEC-PG, por sua vez, cerca de 60 guineenses foram formados. Durante a minha gestão, encontrei-me com ex-alunos desses programas, vários dos quais exercendo altas funções no governo, tais como ministros e secretários de estado. Todos, sem exceção, relataram-me que suas experiências foram positivas, em relação ao período de formação no Brasil. O PEC-G tem contribuído, dessa forma, para facilitar a interlocução da embaixada com membros do governo e da sociedade civil, gerando oportunidades para promover as relações bilaterais.

51. Outro importante programa de cooperação educacional é executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a qual já formou 1200 guineenses em seus mais de 10 anos de existência. No momento, há cerca de 600 estudantes guineenses cursando a UNILAB, o maior contingente de alunos estrangeiros naquela universidade. Em razão da pandemia, no entanto, 140 alunos foram obrigados a permanecer na Guiné-Bissau e a frequentar as aulas de forma remota, tarefa difícil em razão do custo e precariedade do serviço de internet oferecido no país.

52. A despeito da pandemia, a embaixada continuou as suas atividades de promoção desses dois programas educacionais, tanto a UNILAB quanto o PEC-G. Para candidatar-se ao PEC-G, o candidato guineense deve primeiro ser aprovado no CELPE-Bras, exame de proficiência em português aplicada por equipe do Centro Cultural desde 2015. A prova é exigida apesar de a Guiné-Bissau ser um país de língua oficial portuguesa, porquanto a grande maioria da população tem outra língua materna, tal como o crioulo ou as línguas nacionais, e não o português. Durante a minha gestão, três edições do CELPE-Bras foram aplicadas, em maio e outubro de 2019, em dezembro de 2020, e em dezembro de 2021.

53. Em 2019, o vestibular da UNILAB, intitulado "Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE)" foi aplicado de forma exitosa com auxílio da embaixada. Não foi possível, no entanto, em razão da pandemia, aplicar a prova em 2020, a qual foi adiada para abril de 2021 e aplicada, novamente com o auxílio da equipe do Centro Cultural e apoio da embaixada. Processo seletivo foi igualmente realizado em dezembro de 2021, conforme o edital 2021/2022 da Universidade. Em maio de 2021, acompanhei missão da pró-reitora da UNILAB a Bissau, quando fomos recebidos pelo presidente Sissoco, os ministros da Educação e Negócios Estrangeiros, reitores de universidades, e outras autoridades. A embaixada acompanhou, igualmente, missão da UNILAB chefiada pelo reitor, dr. Roque Albuquerque, realizada em novembro de 2021.

54. A pandemia causou sérias dificuldades para a cooperação educacional, adiando aplicação das provas do CELPE-Bras e forçando 140 estudantes da UNILAB a permanecer em Bissau e a realizar as aulas à distância. Apesar do auxílio da embaixada, os alunos continuaram a ter dificuldades de acesso à internet. Seria importante solicitar os recursos necessários para reativar o Telecentro do Centro Cultural, para garantir o fornecimento de internet rápida e colocar o serviço à disposição dos alunos da UNILAB e outros utentes, elevando ainda mais o nível da cooperação educacional brasileira.

55. Em relação ao vestibular da UNILAB, a embaixada recebeu informações de alunos guineenses sobre dificuldades no processo de inscrição para realizar o vestibular: segundo informaram, muitos não conseguem inscrever-se, em razão do número elevado de interessados — mais de 3 mil por ano — quando comparado com o número reduzido de vagas para participar da prova. Atualmente, a seleção daqueles que participarão da prova é baseada na ordem de inscrição e na documentação apresentada. Poderá ser proposto à UNILAB a realização de um pré-teste, com o objetivo de selecionar, previamente, aqueles mais aptos a participar do vestibular, evitando que bons candidatos sejam excluídos do processo seletivo.

VII- SETOR CONSULAR

56. A ação mais relevante de minha gestão foi o trabalho realizado pela embaixada na repatriação de brasileiros presentes na Guiné-Bissau durante a pandemia, finalizada com sucesso em julho de 2020: 46 cidadãos foram transportados de volta ao Brasil, com recursos do governo brasileiro e com o auxílio e coordenação do posto.

57. A pandemia impôs também a necessidade de garantir a proteção dos agentes consulares, no atendimento ao público, o que incluiu a instalação de telas de acrílico nas áreas correspondentes, além de serem disponibilizados aparelhos de medição de temperatura e de desinfecção das mãos. Registro, igualmente, com satisfação, que officiei casamento durante a minha gestão, entre dois brasileiros residentes no país, no meu próprio gabinete na chancelaria, com o auxílio de vice-cônsul e de outros agentes consulares, celebração essa muito apreciada pelos nubentes.

58. Com a chegada da pandemia na Guiné-Bissau, em março de 2020, as autoridades locais decidiram impor severas restrições à movimentação da população, tal como ocorreu também no âmbito de viagens internacionais. Em razão dessas medidas, o serviço de concessão de vistos foi suspenso por vários meses, embora o setor tenha continuado a prestar assistência a brasileiros.

VIII- CONCLUSÃO

59. Durante a minha gestão, a embaixada passou por dificuldades ao desenvolver suas atividades, as quais sofreram percalços não apenas devido a crises políticas, mas também às medidas implementadas para combater a pandemia. Não obstante as referidas dificuldades, a embaixada logrou completar número considerável de atividades, algumas das quais resumidas neste relatório.

60. Fui chamado com frequência a participar de reuniões para discutir o cenário político local com membros da comunidade internacional, o que também ocupou grande parte de minha agenda. Essa participação brasileira é fundamental, porquanto o Brasil é parceiro e ator de importância significativa na Guiné-Bissau, e não deve permanecer alheio às discussões prementes sobre o cenário político local ou sobre questões relativas ao desenvolvimento do país.

61. Além do acompanhamento político e das atividades desenvolvidas no Centro Cultural, algumas das principais atividades da embaixada têm girado em torno dos vários projetos coordenados pela ABC, os quais têm impactado positivamente e de forma inestimável a vida social e econômica do país. Interlocutores guineenses, em diversas ocasiões, transmitiram-me a sua opinião segundo a qual nenhum outro parceiro logrou os resultados que o Brasil tem alcançado na Guiné-Bissau, referindo-se, sobretudo, aos projetos Centro de Formação das Forças de Segurança e Centro de Formação Profissional. A cooperação educacional, por meio do PEC-G e da UNILAB, tem favorecido número expressivo de jovens guineenses, fortalecendo o capital humano da Guiné-Bissau, e o nosso Centro Cultural continua a ser ponto de referência na capital. A visão positiva que a população local tem da presença brasileira em Bissau deve-se, em grande parte, aos projetos desenvolvidos pelo Brasil no país, portanto, a manutenção e ampliação desses programas devem figurar como prioridades.

62. É importante dar continuidade aos resultados da bem-sucedida e histórica visita do presidente Sissoco ao Brasil, durante a qual foi assinado documento com as prioridades guineenses de cooperação. A prioridade número um foi apontada como a retomada do projeto Centro de

Formação de Oficiais (CFO), a cargo dos respectivos ministérios da Defesa. Ademais, a realização de uma visita presidencial de retribuição a Bissau deverá ser mantida na pauta da embaixada, tendo em conta o potencial que intercâmbio desse nível possui no sentido de intensificar ainda mais as já densas relações bilaterais. Nossas relações são profundas, históricas e contínuas, atribuições às quais alude o presidente Sissoco quando afirma que "o Brasil nunca abandonou a Guiné-Bissau". A principal tarefa durante minha gestão, portanto, foi a de dar continuidade a esse esforço de décadas dos meus antecessores, no sentido de garantir a manutenção do nível de excelência das nossas relações, e de empenhar-me para impulsionar as relações bilaterais em direção a patamar ainda mais elevado.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BISSAU**

Candidata: Embaixadora Cláudia de Borba Maciel

PERFIL DO CANDIDATO**Cláudia de Borba Maciel**

Nascida em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Graduiu-se em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF. Ingressou na carreira diplomática em 1996.

Em 26 anos de carreira diplomática, ocupou diversos cargos e funções em Brasília e no exterior. No exterior, atuou nas seguintes missões diplomáticas do Brasil:

- Embaixada em Buenos Aires, em 1998;
- Delegação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, em 2003-2006;
- Embaixada do Brasil em Caracas, em 2006-2008;
- Embaixada do Brasil em Quito, em 2011;
- Embaixada do Brasil em Paris, em 2015-2017;
- Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, em Paris, em 2017-2019; e
- Consulado-Geral do Brasil em Munique, em 2020-2021.

Os principais cargos no Itamaraty em Brasília foram:

- Assessora na Secretaria-Geral das Relações Exteriores, em 2008-2009;
- Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis, em 2011; e
- Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Sustentável, em 2012-2013, onde foi responsável pelas negociações internacionais preparatórias à Conferência Rio+20 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Os principais cargos em outros órgãos da Administração Pública foram:

- Chefe de Gabinete do Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, em 2010-2011;
- Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2013-2015.

Entre as atividades acadêmicas, foi professora de Teoria das Relações Internacionais no Instituto Rio Branco, em 2001; e Professora de Política Externa Brasileira no Instituto Rio Branco, em 2008-2009.

Condecorações:

- Prêmio Rio Branco, medalha de prata, em 1999;
- Ordem de Rio Branco, grau Comendador, em 2009; e
- Medalha do Pacificador, em 2010.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com Guiné-Bissau, conforme definido pela Presidência da República, com vistas a promover o desenvolvimento nacional, bem como a prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover produtos e serviços brasileiros na Guiné-Bissau, assim como oportunidades de investimentos naquele país.
3. Estimular o incremento do intercâmbio educacional entre Brasil e Guiné-Bissau.
4. Promover a imagem e cultura do Brasil na Guiné-Bissau, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes segmentos da economia criativa, e a língua portuguesa na variante brasileira.
5. Prover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na Guiné-Bissau.
6. Explorar mecanismos de cooperação técnica em prol do desenvolvimento de capacidades mútuas.
7. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1) Incrementar e diversificar o comércio bilateral com a Guiné-Bissau**

- *Organizar reuniões de alto nível, em diálogo com as contrapartes bissau-guineenses;*
- *Apoiar a realização de missões empresariais, de lado a lado;*
- *Trabalhar em parceria com a APEX-Brasil para avaliar mercados a serem explorados e incrementar o comércio bilateral;*
- *Realizar eventos de promoção de produtos brasileiros, com potencial de expansão no bissau-guineense;*
- *Manter interlocução com os principais importadores bissau-guineenses de produtos brasileiros e outros atores locais relevantes;*
- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, a fim de contribuir para a promoção da imagem do produto e do serviço brasileiros*
- *Atuar junto à comunidade brasileira na Guiné-Bissau, a fim de estimular que atuem na importação de bens e serviços brasileiros.*
- *Contribuir para a atualização do guia "Como Exportar Guiné-Bissau".*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada;

2) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;

3) Números de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada;

4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e bissau-guineenses, bem

como de associações setoriais, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado;

- 5) **Número de publicações em mídia social, entrevistas, palestras, painéis, ou outras ações da Embaixada** que auxiliem na promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira;
- 6) **Número de reuniões com representantes do governo da Guiné-Bissau** que tenham como foco o aumento do comércio bilateral;
- 7) **Número de relatórios de acompanhamento da economia bissau-guineense e da balança comercial** com o Brasil produzidos pela embaixada;
- 8) **Número de reuniões, eventos ou textos para circulação** a respeito das oportunidades de **investimento** no Brasil;
- 9) **Número de atendimentos a consultas** telefônicas, por e-mail, por meios eletrônicos oficiais ou presenciais;
- 10) **Número de cursos de capacitação e treinamento;**
- 11) **Número de publicações** elaboradas (estudos, boletins, revistas);
- 12) **Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras.**

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar e produzir inteligência

- *Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa da Guiné-Bissau e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil.*
- *Para implementar essa ação de apoio à meta, pretende-se utilizar como fonte principal a rede de contatos a ser estabelecida na Guiné-Bissau, a qual incluirá autoridades e sociedade civil guineenses, bem como a comunidade internacional. Dentre os principais interlocutores que poderão auxiliar no acompanhamento do cenário político da Guiné-Bissau, figuram os embaixadores residentes de Portugal, Angola, e Cabo Verde, bem como o Grupo dos Cinco (P5). Composto por representantes das Nações Unidas (ONU), União Africana (UA), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), União Europeia (UE) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o P5 exerce importante papel no acompanhamento da situação na Guiné-Bissau, com o objetivo de promover diálogo construtivo entre os atores políticos guineenses.*
- *Manter as missões brasileiras junto às Nações Unidas, em Nova York, e junto à CPLP, em Lisboa, informadas a respeito dos principais desenvolvimentos da política interna e realidade socioeconômica guineenses.*
- *Desde a sua criação em 2007, o Brasil preside a Configuração para a Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz (CCP), órgão responsável por apresentar "briefings" ao Conselho de Segurança regularmente. O presidente da Configuração é o representante permanente brasileiro junto às Nações Unidas,*

o qual conta com o apoio da embaixada para manter-se informado sobre a situação política e socioeconômica guineense.

No âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), por sua vez, o Brasil tem favorecido projetos de grande interesse para a Guiné-Bissau, razão pela qual a missão junto àquela Comunidade poderá beneficiar-se dos informes produzidos pela embaixada.

- *Manter a Secretaria de Estado informada a respeito dos principais desenvolvimentos nas fronteiras marítimas da Guiné-Bissau.*
- *Um dos Estados africanos ribeirinhos do Atlântico Sul, a Guiné-Bissau tem papel fundamental na revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que se reveste de especial relevância no presente, à luz da delicada situação de segurança no Golfo da Guiné. Segundo dados da “International Chamber of Commerce – International Maritime Bureau (ICC-IMB)” referentes ao ano de 2020, as águas do Golfo da Guiné concentraram cerca de 43% dos incidentes de pirataria e roubo armado no mar e 95% dos sequestros de tripulantes de navios que ocorreram no mundo. Nesse contexto, tendo em conta o largo histórico de cooperação bilateral em defesa, cabe à Embaixada estar atenta aos desenvolvimentos nessa área.*

2. Fortalecer o mecanismo de consultas políticas

- *Coordenar-se com o governo bissau-guineense para viabilizar reunião do mecanismo de consultas políticas.*
- *Os dois países mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas desde 2007, para discutir a cooperação bilateral e propiciar espaço de diálogo sobre temas da agenda internacional.*

3) Incrementar o diálogo parlamentar bilateral e entre os Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais nos Legislativos dos dois países

- *Seguir fomentando a colaboração interparlamentar entre o Brasil e a Guiné-Bissau.*
- *Há grande potencial para intensificar o intercâmbio entre os parlamentos dos dois países a respeito de soluções adotadas em uma variada gama de temas (por exemplo, direitos indígenas e proteção da privacidade de dados pessoais).*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 3

- 1) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Guiné-Bissau;**
- 2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa bissau-guineense;**
- 3) Número de reuniões de consulta política, em formato presencial ou virtual;**
- 4) Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte;**
- 5) Número de reuniões com representantes do governo da Guiné-Bissau para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reunião de consultas políticas.**

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a obter apoio da Guiné-Bissau a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;*

2. Contribuir para o fortalecimento do diálogo Brasil-Guiné-Bissau em fóruns multilaterais, com especial ênfase no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como forma de alavancar a cooperação bilateral com a Guiné-Bissau

- *Realizações de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e reuniões de cúpula.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais por ano;
- 2) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais;
- 3) Índice de apoio bissau-guineense a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade bissau-guineense e diversificar as referências culturais brasileiras para além de manifestações já consagradas

- *Promoção de eventos de música e dança brasileira, clássica e popular, e apoio a festivais que contem com a participação de músicos ou dançarinos brasileiros;*
- *Estímulo a atores locais que cultivam cultura brasileira na Guiné-Bissau;*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
- *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira.*
- *Aproveitar o potencial do Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau, em Bissau, um dos principais espaços culturais e de ensino de português na cidade.*

2. Divulgar amplamente e realizar atividades relacionadas ao bicentenário da Independência do Brasil e ao centenário da Semana de Arte Moderna

- *Promoção de eventos relativos ao bicentenário da Independência do Brasil, com eventual apoio do setor privado;*
- *Incentivar galeristas brasileiros a aproveitar a efeméride do centenário da Semana de Arte Moderna para realizar atividades em Bissau.*

3. Promover a indústria cultural e criativa brasileira

- *Diversificar as ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação e co-criação entre atores bissau-guineense e brasileiros;*

- *Incentivar galeristas e artistas plásticos brasileiros a participar de eventos na Guiné-Bissau.*
- 4. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público bissau-guineense**
 - *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção, para divulgação de produtos brasileiros, bem como em atividades culturais.*
- 5. Preparar evento em comemoração à efeméride dos 50 anos desde o estabelecimento das relações bilaterais, a ser celebrada em 2024.**
 - *Promover a celebração da efeméride junto às mídias sociais.*
 - *O Brasil foi o primeiro país, fora do bloco soviético, a reconhecer a independência da Guiné-Bissau, em 1974. A Guiné-Bissau, por sua vez, foi o primeiro país lusófono na África a ser reconhecido pelo Brasil. A embaixada brasileira é a mais antiga na capital guineense. Esses fatos representam capital político inestimável e auxiliam na manutenção do excelente nível do relacionamento entre os dois governos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de realização de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros;**
- 2) Número de eventos culturais alusivos ao bicentenário da Independência do Brasil e ao centenário da Semana de Arte Moderna;**
- 3) Número de ações de promoção de música e dança;**
- 4) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira;**
- 5) Número de ações de promoção do turismo.**

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Promover a cooperação com a Guiné-Bissau em áreas como a prevenção de desastres e catástrofes naturais; e prospectar novas oportunidades de cooperação ambiental, como na área de manejo florestal sustentável**
 - *Realização de reuniões para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente, desenvolvimento sustentável e prevenção de desastres naturais;*
 - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia.*
- 2. Identificar possibilidades de desenvolvimento de cooperação técnica bilateral**
 - *Incentivo à cooperação com o governo bissau-guineense para compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável e irrigação, ao abrigo do Acordo de Cooperação Técnica bilateral.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de realização de reuniões e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**
- 2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano**
- 4) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre cooperação**

VI - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral

- *Contribuir para o fortalecimento de programas existentes dedicados a apoiar projetos de mobilidade acadêmica e de pesquisa universitária;*
- *Ampliar o número de estudantes bissau-guineenses em instituições de graduação e pós-graduação brasileiras, especialmente no âmbito dos programas UNILAB e PEC-G, por meio dos quais o Brasil recebe o segundo maior contingente de estudantes guineenses no exterior:*
- *Programa Estudante Convênio - Graduação (PEC-G), executado pelo Ministério da Educação (MEC): Trata-se de um dos programas de maior impacto positivo no capital humano da Guiné-Bissau, o qual formou 1500 guineenses em universidades brasileiras nas últimas décadas. No programa de pós-graduação, PEC-PG, por sua vez, cerca de 60 guineenses foram formados. A embaixada presta apoio ao MEC ao aplicar o exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (CELPE-Bras), pré-requisito para um cidadão guineense candidatar-se a uma vaga no PEC-G.*
- *Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB): A Unilab formou 1200 guineenses em seus mais de 10 anos de existência. No momento, há cerca de 600 estudantes guineenses cursando a UNILAB, maior contingente entre os alunos estrangeiros naquela universidade. A embaixada presta apoio às missões da UNILAB ao país e na aplicação do "Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE)" da Universidade.*
- *Dar continuidade ao Programa Leitorado Brasileiro, atualmente executado em cooperação com a Universidade Lusófona da Guiné (ULG), com o objetivo de promover a língua portuguesa na variante brasileira.*
- *Avaliar a possibilidade de solicitar a indicação de leitor para dedicar-se exclusivamente às atividades da embaixada, para tratar da pedagogia da língua portuguesa e buscar a inserção da língua portuguesa na variante brasileira nos projetos de cooperação educacional da embaixada, bem como no conjunto de projetos no quadro do Programa de Atividades de Língua Portuguesa e do Programa de Atividades Culturais do Posto.*
- *Em relação àqueles programas, nove ações encontram-se em execução, nas áreas de publicação de obras de intercâmbio cultural, formação de professores de língua portuguesa, realização de concurso literário e difusão radiofônica.*

2. Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países

- *Divulgar, junto aos setores interessados do governo bissau-guineense, informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil, bem como sobre os parâmetros e normas de funcionamento do sistema brasileiro de compras de produtos de defesa;*
- *Aprofundar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países.*

3. Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa

- *Prestar apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e Guiné-Bissau, quando cabível.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e bissau-guineenses durante a gestão**
- 2) Número de contatos com autoridades de Defesa da Guiné-Bissau e de reuniões bilaterais em matéria de Defesa durante a gestão**

VII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Desenvolver iniciativas de cooperação com o governo bissau-guineense com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações**
 - *Promover a cooperação técnica em áreas com externalidades positivas para as populações de ambos os países, como saúde, educação, agricultura e energia;*
 - *Dar continuidade à carteira de projetos em andamento, no âmbito da cooperação técnica, especialmente os seguintes:*
 - *Centro Formação das Forças de Segurança (CFFS): projeto coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e executado pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), está atualmente na Fase III, com orçamento de USD 3 milhões e vigência de quatro anos. Está prevista a construção de alojamento para 160 alunos e outras novas estruturas, para possibilitar a criação de escola de polícia guineense; e*
 - *Centro de Formação Profissional (CFP): projeto coordenado pela ABC e executado pelo SENAI, já formou 4700 jovens guineenses em 10 áreas (panificação, carpintaria, serralheria, manutenção de microcomputadores, alvenaria, mecânica de autos, eletricidade, encanamento, manutenção de refrigeração e corte e costura).*
 - *Avaliar possibilidade de encetar novas iniciativas em áreas como saúde, agricultura, educação e segurança pública.*
 - *O incremento da cooperação em agroindústria poderá ser realizado no âmbito do projeto "Implantação e Implementação da Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau", desenvolvido em parceria com a EMBRAPA.*
 - *Na área de saúde, o Brasil estuda a possibilidade de instalação de centro de hemodiálise na Guiné-Bissau e a embaixada vem coordenando reuniões de equipes técnicas responsáveis pelo assunto.*
 - *Na área de educação, foi assinado Memorando de Entendimento entre Academias Diplomáticas, abrindo a possibilidade para cooperação na área de formação de quadros guineenses por meio de oferecimento de cursos.*
 - *Promover a continuação da assistência técnica eleitoral brasileira, em coordenação com o PNUD, durante as eleições vindouras.*
 - *O apoio técnico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), iniciado em 2005, é considerado fundamental pela Comissão Nacional de Eleições guineense, e confere visibilidade e prestígio político ao Brasil perante as autoridades locais e a comunidade internacional.*
 - *Dar maior visibilidade à cooperação oficial, distinguindo-a da cooperação verticalizante que é prestada por doadores tradicionais.*
 - *Os projetos brasileiros configuram-se respostas a demandas guineenses e voltam-se à adaptação de experiências exitosas no Brasil às particularidades da Guiné-Bissau, em diálogo permanente com o governo local.*

- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico
 - 2) Número de projetos e iniciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades
 - 3) Número de contatos com autoridades bissau-guineenses da área de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades
 - 4) Número de matérias e entrevistas divulgadas nos meios de comunicação social a respeito da cooperação oficial.

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - 1. Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira na Guiné-Bissau, inclusive por meio da constante facilitação do acesso a tais serviços;
 - *Avaliar a conveniência de criar o Conselho de Cidadãos Brasileiros na Guiné-Bissau.*
 - *Realizar consultas com representantes da comunidade, para auferir o interesse efetivo do grupo. A maioria dos brasileiros no país trabalha como missionários evangélicos e reside nas diferentes regiões do país, deslocando-se apenas esporadicamente à capital.*
 - 2. Manter e atualizar os esforços de resposta a crises ou desastres naturais
 - 3. Realizar visitas a nacionais presos na Guiné-Bissau a fim de prestar a assistência consular cabível
 - 4. Organizar eleições na jurisdição do posto
 - 5. Utilizar as redes sociais do posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Índice de satisfação do consulente
 - 2) Número de inovações introduzidas na assistência consular que redundem em facilidade na prestação dos serviços
 - 3) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda
 - 4) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda
 - 5) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares
 - 6) Tempo de permanência do cidadão no setor consular
 - 7) Tempo de permanência do cidadão no guichê de atendimento
 - 8) Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira em situações de crise ou catástrofes naturais
 - 9) Número de visitas a nacionais presos na Guiné-Bissau
 - 10) Número de seguidores das redes sociais do posto



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 5, de 2022 (nº 1/2022, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação da Senhora, CLÁUDIA DE BORBA MACIEL Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.*

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora CLAUDIA DE BORBA MACIEL, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

A indicada é filha de Alcedo Maciel e Albertina de Borba Maciel. Nasceu em Porto Alegre/RS em 1962. É graduada em Jornalismo Gráfico e Audiovisual pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ainda no âmbito acadêmico, a indicada obteve o título de Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Iniciou sua carreira como Terceira-Secretária em 1996, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco (IRBr), em que foi agraciada com Prêmio Rio Branco, medalha de prata, dedicado ao segundo colocado do Curso. Ascendeu a Segunda-Secretária em 2002; a Primeira-Secretária em 2006; a Conselheira em 2008; e a Ministra de Segunda Classe em 2013, sempre por merecimento. Em 2008, conclui o Curso de Altos Estudos do IRBr em que teve aprovada a tese intitulada “Principais aspectos da atuação da Petrobrás na Venezuela e seus reflexos sobre a evolução recente das relações bilaterais”.

Entre as funções desempenhadas destacam-se: assessora da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2008/09); chefe de Gabinete do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2009/10); chefe da Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis (2010/11); Conselheira na Embaixada em Quito (2011); chefe da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável (2011/13); chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento Social (2013/15); Ministra-Conselheira na Embaixada em Paris (2015/17); Ministra-Conselheira na Delegação Permanente junto à Unesco (2017/20); cônsul-geral adjunta no Consulado Geral em Munique (2020 até o momento).

Além do currículo, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Guiné-Bissau, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Localizada na costa ocidental da África, a República da Guiné-Bissau tem a maior parte de seu território formada por terrenos baixos e pantanosos, bem como pelo arquipélago de Bijagós. O país possui reservas de bauxita e fosfato e tem como destaque na agricultura a castanha-de-caju. Trata-



SF/22423.69958-37



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

se, segundo dados do Banco Mundial, de um dos países mais pobres do mundo, que ocupa a 178ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas

Sua população, estimada em dois milhões de habitantes e com expectativa de vida de 58 anos, tem como idioma oficial o português. Nesse sentido, o país integra a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A história da Guiné-Bissau está, de início, ligada à do arquipélago de Cabo Verde, ambos ex-colônias portuguesas. Em 1956, o intelectual Amílcar Cabral (bissau-guineense de família de imigrantes cabo-verdianos) fundou, no exílio, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo objetivo era promover a independência da Guiné-Bissau e sua união a Cabo Verde. Em 1973, Amílcar Cabral foi assassinado e os bissau-guineenses proclamaram a independência, reconhecida pelo governo português em 1974. Luís Cabral, irmão de Amílcar, assumiu a presidência e instituiu regime de partido único, de orientação marxista, liderado pelo PAIGC. Em 1980, Cabral foi deposto por golpe de estado, chefiado pelo General João Bernardo “Nino” Vieira. O golpe selou a separação entre o PAIGC da Guiné-Bissau e o de Cabo Verde, malgrado, com isso, o processo de unificação dos dois países.

O Brasil foi o primeiro país fora do então bloco socialista a reconhecer a independência da Guiné-Bissau, ainda em 1974. A embaixada brasileira em Bissau foi aberta naquele mesmo ano. A embaixada da Guiné-Bissau em Brasília foi aberta em 2011, com financiamento brasileiro, por intermédio da CPLP.

Após o golpe de estado de abril de 2012, sob o comando do então Chefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas, a Guiné-Bissau foi submetida a virtual isolamento pela comunidade internacional. O Brasil não reconheceu o governo provisório, e as relações bilaterais ficaram praticamente paralisadas até as eleições gerais de 2014, que marcaram o retorno à democracia.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

A cooperação técnica bilateral tem como marco o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, de 1978. No momento presente, a cooperação abrange diversas áreas, como saúde, agricultura, educação, formação profissional e fortalecimento das instituições do Estado. Nesse sentido, o Brasil apoiou, por exemplo, os últimos processos eleitorais na Guiné-Bissau e enviou técnicos para participar das missões de Observação Eleitoral da CPLP para os pleitos legislativos e presidenciais de 2019.

No âmbito da pauta de cooperação técnica trilateral, atualmente são desenvolvidas iniciativas em parceria com diferentes países (p. ex., Japão) e organizações internacionais (p. ex., UNESCO, FAO e CPLP) nas áreas de educação, segurança alimentar e segurança pública.

A quase totalidade do comércio bilateral com a Guiné-Bissau corresponde às exportações brasileiras (US\$ 4 milhões em 2020). Em 2015 e 2016, o Brasil chegou a importar castanhas (sob a rubrica “cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, frescos ou secos, mesmo sem casca ou pelados”). Os principais produtos exportados pelo Brasil foram açúcar e confeitaria (21% do total), produtos de pastelaria (16%), bebidas (14%) e carnes (12%). Não há registro de investimentos brasileiros diretos na Guiné-Bissau.

A rede consular brasileira na Guiné-Bissau restringe-se ao Setor Consular da embaixada em Bissau. As informações prestadas pelo Itamaraty não indicam o número de brasileiros residentes atendidos por esse Setor. Não há empresas brasileiras em operação no país.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

, Presidente

, Relator



SF/22423.69958-37

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 13, DE 2022

(n° 56/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome da Senhora PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 56

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

EM nº 00021/2022 MRE

Brasília, 1 de Fevereiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA**, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, deverá ser removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 57/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 17 de fevereiro de 2022.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal, Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, **submete**, à consideração dessa Casa, o nome da Senhora **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixadora do Brasil na República de Camarões e, cumulativamente, na República do Chade.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 17/02/2022, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3192724** e o código CRC **DE343428** no site: https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA

CPF: 296.478.861-87

ID: 10116 MRE

1964 Filha de José Francisco de Lima e de Helena Maria de Oliveira Lima, nasce em 1º de março, no Rio de Janeiro.

Dados Acadêmicos:

1986 Licenciatura em História, Universidade de Brasília
1988 Bacharelado em História, Universidade de Brasília
1989 Especialização em História das Relações Exteriores do Brasil, Universidade de Brasília
2014 LIX CAE, A Diplomacia Brasileira e a Gestão de Oportunidades no Sudão
2017 MBA em Gestão de Comércio Exterior e Negócios Internacionais, Fundação Getúlio Vargas (em desenvolvimento)
2018 Gestão Estratégica, Especialização, Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAD)

Cargos:

1989 Terceira-secretária
1996 Segunda-secretária
2004 Primeira-secretária, por merecimento
2008 Conselheira, por merecimento
2014 Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1991-94 Divisão de Imigração, assistente
1994-95 Embaixada em Moscou, terceira-secretária
1995-97 Embaixada em Manágua, terceira e segunda-secretária
1997-00 Consulado-Geral em Santiago, cônsul-adjunta
2000-02 Embaixada em Lima, segunda-secretária
2002 Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento Administrativo, assistente
2002-03 Departamento Cultural, assessora
2003 Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais, coordenadora-assistente
2003-06 Chefe da Assessoria Internacional, Controladoria-Geral da União, Presidência da República
2006-07 Departamento de Direitos Humanos, assessora
2007 Divisão de Cooperação Jurídica Internacional, chefe, substituta
2007-09 Departamento de Estrangeiros, coordenadora
2008 Embaixada em Conacri, missão transitória
2009-11 Embaixada em Lima, conselheira
2011-14 Departamento da África, assessora técnica
2011 Embaixada em Cartum, missão transitória
2012 Embaixada em Cartum, missão transitória
2014-17 Embaixada no Kuaite, conselheira e ministra-conselheira
2017 Divisão de Seguimento de Cúpulas, chefe

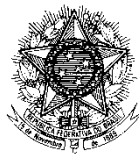
2018 Grupo de Assistência Operacional e Administrativa (GAOA)
 2019 Embaixada em Cartum, embaixadora

Condecorações:

2000 Medalha "Amigo da Marinha", Lima, Peru
 2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro



FERNANDO PERDIGÃO
 Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

CAMEROUN



OSTENSIVO

Outubro de 2021

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	6
Reunião de consultas políticas 2021.....	6
Combate à pirataria no Golfo da Guiné.....	7
Cooperação em defesa.....	8
Cooperação técnica	9
Cooperação com entidade não governamental	10
Cooperação educacional.....	10
Cooperação cultural.....	10
Cooperação jurídica.....	11
Cooperação em direitos humanos.....	11
Cabo de fibra óptica Fortaleza-Kribi.....	12
Cooperação entre agências reguladoras de telecomunicação	12
Comércio bilateral	13
Investimentos brasileiros.....	13
Empréstimos e financiamentos oficiais	13
Assuntos Consulares	13
POLÍTICA INTERNA	15
Instituições	15
Relações governo-sociedade	15
Quadro político recente	16
POLÍTICA EXTERNA	17
Chade.....	17
Nigéria.....	17
República Centro-Africana	18
França.....	18
Estados Unidos.....	18
China	19
Rússia	19
Turquia	20

Índia.....	20
ECONOMIA	21
Situação econômica.....	21
Setores econômicos.....	22
Matriz energética.....	22
Petróleo e gás.	23
Recursos minerais.	23
Comércio exterior.....	23
MAPA.....	24
DADOS BÁSICOS	25
INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX	26

PERFIS BIOGRÁFICOS

Paul Biya
Presidente da República



Paul Biya é o segundo presidente da República do Cameroun. Está no cargo desde 1982. Nasceu na aldeia de Mvomeka'a, na Província do Sul, em 13 de fevereiro de 1933. Após os estudos secundários em Iaundê, transferiu-se para Paris, onde conclui curso superior em Direito Público em 1961, no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Também estudou no *Institut des Hautes Études d'Outre-Mer*, que formava quadros para a administração colonial francesa.

Paul Biya tornou-se primeiro-ministro do Cameroun em 1975, no governo Ahmadou Ahidjo. Com a renúncia de Ahidjo, em 6 de novembro de 1982, tornou-se presidente. Obteve a renovação de seu mandato em 1984, 1988, 1992, 1997, 2004, 2011 e 2018.

Lejeune Mbella Mbella
Ministro das Relações Exteriores



Lejeune Mbella Mbella nasceu em 9 de julho de 1949 em Nkongsamba, departamento de Mounjo, a 370 quilômetros de Yaoundé. Com doutorado em Relações Internacionais, é diplomata de carreira. Trabalhou nos Arquivos Nacionais do Cameroun e serviu nas embaixadas de seu país no Canadá e na França, foi cônsul em Marselha, Diretor da Francofonia no Ministério das Relações Exteriores camerounês e embaixador no Japão e na França. Foi nomeado ministro das Relações Exteriores em outubro de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência do Cameroun em 1960 e, em 1982, inaugurou sua Embaixada em Iaundê. Em 1984, o Cameroun abriu sua Embaixada em Brasília. Restrições orçamentárias levaram o governo brasileiro a desativar sua representação na capital camerounesa em 1999.

A partir de meados dos anos 2000, novo impulso foi dado ao relacionamento bilateral. Em janeiro de 2005, realizou-se visita do então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Iaundê. Três meses depois, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Cameroun, oportunidade em que a Embaixada brasileira em Iaundê foi reaberta. Em agosto do mesmo ano, foi realizada em Brasília a II Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun, presidida pelo então Ministro Celso Amorim e pelo então chanceler camerounês, Laurent Ezzo.

Em fevereiro de 2010, teve lugar, em Brasília, a III Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun. O lado camerounês foi chefiado pelo então chanceler Henri Eyeye Ayissi. Na oportunidade, foram assinados dois memorandos de entendimento, para o Estabelecimento de Consultas Políticas Bilaterais e sobre Cooperação Esportiva.

Em agosto do mesmo ano, o presidente Paul Biya visitou o Brasil, ocasião em que foram firmados MdEs sobre cooperação cultural e sobre cooperação no campo da agricultura e da pecuária, além de acordos sobre cooperação no campo do turismo e sobre exercício de atividade remunerada por parte de dependentes dos funcionários das respectivas embaixadas.

Em maio de 2013, o então chanceler camerounês, Pierre Moukoko Mbonjo, realizou visita de trabalho ao Brasil. Na oportunidade, foi recebido pelo então Ministro Antonio Patriota e manteve contatos com operadores econômicos no Rio de Janeiro, entre os quais a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e o BNDES.

Em agosto de 2015, o então Ministro Mauro Vieira visitou o Cameroun, ocasião em que manteve encontros de trabalho com o Primeiro-Ministro Philémon Yang e o então Chanceler Pierre Moukoko Mbonjo e participou da abertura de encontro entre empresários dos dois países.

A IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun, inicialmente prevista para ocorrer em novembro de 2013, em Iaundê, foi adiada a pedido do Governo brasileiro, e ainda não foi possível reagendá-la.

Uma visita do Ministro da Justiça do Cameroun, Laurent Ezzo, estava prevista para setembro de 2018, mas foi cancelada por motivos de agenda da parte camerounesa. Contudo, realizou-se em setembro de 2019, ocasião em que foram firmados acordos de Extradução e de Transferência de Pessoas Condenadas à Privação de Liberdade.

O número de visitas oficiais e a cooperação mantida pelos países em foros internacionais demonstram que o relacionamento diplomático é de alto nível. O país africano tem consistentemente apoiado as candidaturas brasileiras em organismos internacionais (FAO, OMC, OMA, entre outras).

Reunião de consultas políticas 2021

Realizou-se, em 17 de junho de 2021, por videoconferência, a I Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Cameroun. A delegação brasileira foi chefiada pelo Senhor

Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, Embaixador Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega, e contou com a presença da Embaixadora do Brasil em Iaundê, Vivian Loss Sanmartin, do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Embaixador Ruy Pereira, e de representantes de várias unidades do Itamaraty. Por sua vez, a delegação camerounesa foi chefiada pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Cameroun, Embaixador Oumarou Chinmoun, e contou com a participação do Embaixador do Cameroun em Brasília, Martin Mbeng, e de autoridades de vários ministérios. As duas delegações discutiram temas regionais; trocaram impressões a respeito de temas da agenda multilateral, reforçando as convergências entre os dois países; e trataram da disposição do Brasil de estreitar seus laços com a União Africana.

Os acordos bilaterais foram passados em revista, de modo a se identificar tanto as pendências relacionadas a documentos já assinados quanto as oportunidades para a celebração de novos instrumentos bilaterais. Examinou-se o andamento das negociações sobre os acordos de cooperação jurídica em matéria civil, de cooperação em matéria de defesa e sobre troca e proteção de informação classificada. No entendimento de que as negociações para a adoção de um Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto de Relações Internacionais do Cameroun estão finalizadas, o lado brasileiro convidou o diretor da academia diplomática camerounesa a visitar o Brasil tão logo seja possível, para assinar o documento.

Quanto à cooperação na área de defesa, mencionaram-se o apoio brasileiro à Arquitetura de Iaundê, a cooperação entre as Marinhas dos dois países e a participação de militares camerouneses em cursos de formação e aperfeiçoamento oferecidos pelas Forças Armadas do Brasil. Também houve breve diálogo sobre produtos de defesa. No campo da cooperação técnica, tratou-se dos projetos "Integração Africana para o Melhoramento Genético Durável do Algodão", "Aumento do Potencial de Produção da Cotonicultura no Cameroun" (ou "Cotton Cameroun") e "Apoio à Melhoria do Funcionamento do Sistema de Registro Civil do Cameroun". Também foram mencionadas novas demandas de cooperação camerounesas.

Houve ainda diálogo sobre a candidatura do sítio arqueológico do porto camerounês de Bimbria à lista do patrimônio mundial da UNESCO; alternativas para promover o ensino de português no Cameroun; e a participação do Cameroun nos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG) oferecidos pelo Brasil. Conversou-se, por fim, sobre a possibilidade de cooperação na área de telecomunicações; sobre projeto na área de produção de arroz; e sobre parcerias privadas, promoção dos investimentos e promoção comercial bilateral.

Combate à pirataria no Golfo da Guiné. Em 2012 o Golfo da Guiné superou o Golfo de Aden como a área com o maior número de casos de pirataria no mundo. Segundo dados da “International Chamber of Commerce – International Maritime Bureau”, em 2020 as águas do Golfo da Guiné concentraram cerca de 43% dos incidentes de pirataria e roubo armado no mar e 95% dos sequestros de tripulantes de navios registrados naquele ano.

Em junho de 2013, na cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC), instituiu-se a chamada Arquitetura de Iaundê, arcabouço normativo e operativo para promoção da segurança marítima no Golfo da Guiné pelos países ribeirinhos. No âmbito dessa iniciativa, criou-se o Centro Inter-Regional de Coordenação (CIC), com sede na capital camerounesa, e cinco Centros de Coordenação Marítima Multinacionais.

Tendo em conta seu interesse no Atlântico Sul, que faz parte de seu entorno estratégico, o Brasil participou da Cúpula de Iaundê como observador e vem apoiando a Arquitetura de Iaundê, por meio da cessão de um oficial da Marinha para o CIC. Em 2019, a Marinha do Brasil também enviou suboficial à cidade de Douala, para dar apoio técnico à instalação e utilização do Sistema de Informação sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM) brasileiro nos centros de vigilância costeira do Cameroun.

Em maio de 2019, instituiu-se no Brasil o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para Acompanhamento da Situação no Golfo da Guiné, com a participação do Itamaraty, do Ministério da Defesa e da Marinha. No âmbito desse GTI, favoreceu-se a elevação do Brasil a membro pleno do Grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG), confirmada pela presidência “pro tempore” dos EUA e do Gabão em agosto de 2020. Em dezembro de 2020, o Brasil participou, pela primeira vez, como membro pleno de reunião plenária do Grupo. A decisão de passar de observador a membro pleno demonstra o compromisso brasileiro com a promoção da paz e da segurança no Golfo da Guiné e no Atlântico Sul como um todo.

O G7++FoGG reúne, além do próprio G7, Austrália, Bélgica, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suíça, a União Europeia, o Escritório da ONU contra as Drogas e o Crime (UNODC) e a INTERPOL, em coordenação com os países da costa ocidental africana.

O GTI brasileiro tem, ainda, avaliado a possibilidade de pôr em prática novas iniciativas de cooperação com o Cameroun e outros países da região. Recorde-se que a Marinha do Brasil vem participando de exercícios navais na região, como o “Obangame Express”, realizado anualmente desde 2010 e do qual participam, além dos 16 países do Golfo da Guiné, países das Américas e da Europa. O exercício é patrocinado pelo Comando Militar dos EUA para a África (AFRICOM) e objetiva capacitar forças de defesa locais para enfrentar desafios criados pelas atividades criminosas.

Na edição do Obangame Express de 2021, a Marinha do Brasil participou com o navio-patrolha Araguari, que realizou exercícios nos dias 22 e 23 de março em águas territoriais do Cameroun. Na sequência, o navio-patrolha fez escala em São Tomé e Príncipe, antes de atracar em Douala em 29 de março, encerrando em 2 de abril sua passagem pelo Cameroun.

Cooperação em defesa. As relações em matéria de defesa entre o Brasil e Cameroun têm evoluído positivamente nos últimos anos, em especial com a aproximação entre as respectivas Marinhas, mas também pela negociação de instrumentos internacionais que criarão quadro jurídico mais sólido para a aproximação entre os dois países nesse domínio. Ambos os lados possuem adidos militares há anos em suas respectivas embaixadas em Brasília e Iaundê, o que favorece o diálogo no âmbito militar.

Destaca-se, na área de defesa, a **cooperação entre as Marinhas** dos dois países, com atividades de treinamento e capacitação, exercícios conjuntos, cooperação institucional e visitas de oficiais. O governo e a Marinha do Cameroun atribuem grande importância a essa cooperação e têm expressado satisfação com os avanços alcançados nos últimos anos. A parceria seria vista como “promissora e essencial”, tanto em relação a temas de segurança do Golfo da Guiné como no tocante à formação e ao treinamento de oficiais da Marinha camerounesa.

Essa colaboração, que inclui o envio de oficial de ligação brasileiro ao Centro Inter-Regional de Coordenação (CIC) estabelecido pela Arquitetura de Iaundê, foi decorrente da celebração, em agosto de 2018, de um Memorando de Entendimento entre as Marinhas dos dois países. No âmbito desse MdE, têm-se realizado, periodicamente, reuniões do Grupo de Trabalho Brasil-Cameroun entre as marinhas (GTBRACAM).

Também em 2020, na área de **formação e treinamento**, seis aspirantes da Marinha camerounesa cursaram a Escola Naval no Rio de Janeiro, e nove cadetes, a Academia Militar das Agulhas Negras. Para 2021, foram oferecidas vagas a seis militares camerouneses no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica da Área de Defesa. Ainda no tocante à formação, teve início, em 2 de novembro de 2020, curso de língua portuguesa na Embaixada brasileira, destinado a oficiais da Marinha local, mas também aberto a outras Forças e a civis. O objetivo da iniciativa foi atender a demanda dos militares camerouneses para capacitar os candidatos a intercâmbios no Brasil.

Cooperação técnica. A cooperação técnica bilateral está amparada no Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Cameroun, assinado em 14 de novembro de 1972 e promulgado no ano seguinte. Atualmente, **dois projetos de cooperação já negociados** estão pendentes de assinatura pela parte camerounesa. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) aguarda as assinaturas para pôr essas iniciativas em prática.

O projeto **“Cotton Cameroun”** (“Aumento do Potencial de Produção da Cotonicultura no Cameroun”) tem por objetivo incrementar a produção de algodão na região algodoeira do norte do país (Garoua e Maroua), sem, no entanto, aumentar a zona das culturas. Entre as atividades previstas, destacam-se a inovação em matéria de utilização de adubos organominerais, o reforço da gestão dos solos, o melhoramento das sementes e a mecanização das culturas. As instituições encarregadas da execução técnica são a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Associação dos Produtores de Algodão do Estado de Minas Gerais (AMIPA), do lado brasileiro; e o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER), do lado camerounês.

O projeto **“Apoio à Melhoria do Funcionamento do Sistema de Registro Civil do Cameroun”** tem por objetivo apoiar a reforma do sistema de registro civil camerounês, com vistas a melhorar o acesso aos direitos fundamentais dos cidadãos daquele país. Entre as atividades previstas, destacam-se a criação de um sistema informatizado de registro civil e o reforço das capacidades em matéria de mobilização do conjunto dos atores que trabalham no domínio do registro civil. As instituições encarregadas da execução do projeto são a Universidade Federal do Sul do Estado da Bahia (UFSB) e a Associação dos Notários e Agentes do Registro Civil do Brasil (ANOREG), do lado brasileiro; e a Secretaria Nacional do Registro Civil (BUNEC) do Cameroun.

O governo do Cameroun também apresentou ao Brasil **novas demandas de cooperação** em diferentes áreas, que estão sendo avaliadas pela ABC.

Em 6/4/2021, o Cameroun submeteu, por intermédio da Embaixada do Brasil em Iaundê, **pedido de cooperação técnica no domínio da gestão das florestas e da proteção da fauna.**

Em 5/1/2021, foi apresentado, também por intermédio da Embaixada do Brasil em Iaundê, **pedido de cooperação na área de ensino profissional rural.**

Missão camerounesa esteve no Brasil no período de 11 a 15 de novembro de 2019, para visitar o centro de formação da Polícia Militar do Distrito Federal, instalações da Força Nacional de Segurança, ligada ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública, e a Escola Superior de Polícia Civil (ESPC) do Distrito Federal. Durante a visita à ESPC, o chefe da delegação camerounesa manifestou **interesse em cooperação técnica visando à formação de peritos em medicina legal.** No entanto, até o momento, o governo do Cameroun não formalizou a demanda.

Por sua vez, o Ministério das Pequenas e Médias Empresas, da Economia Social e do Artesanato (MIMPMEESA) do Cameroun expressou, em setembro de 2020, **interesse em firmar parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e**

Médias Empresas (SEBRAE). A ABC já abordou o SEBRAE a fim de conhecer o seu interesse nesta matéria.

A **proposta de cooperação técnica em promoção do turismo** baseia-se nas disposições do Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo, assinado em 2010. O Ministério do Turismo e do Lazer do Cameroun elaborou dossiê técnico sobre o assunto, apontando os quatro domínios específicos em que o país tenciona desenvolver cooperação com o Brasil: (i) estratégias de desenvolvimento e de promoção do turismo; (ii) formação de pessoal para atividades turísticas; (iii) estatísticas, estudos e pesquisa sobre turismo; e (iv) investimentos e fundos. A ABC poderia dar seguimento a este pedido caso o Cameroun confirme seu interesse.

O Cameroun também já se beneficiou da **ajuda humanitária** brasileira. Em 2012, com o apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Brasil doou 3.550 toneladas de arroz àquele país.

Cooperação com entidade não governamental. O Cameroun vem desenvolvendo projeto na área de rizicultura em parceria com entidades da sociedade civil brasileira. O objetivo da iniciativa é contribuir para o aumento da produção de arroz no país africano, que hoje depende da importação do produto para atender à demanda interna.

Cooperação educacional. No período de 2000 a 2021, foram selecionados 60 estudantes camerouneses para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (**PEC-G**) brasileiro. É necessário que os estudantes selecionados falem português como língua nativa ou sejam aprovados no exame oficial que fornece certificado de proficiência em língua portuguesa (CELPE-BRAS). Para candidatos de países onde não há aplicação do exame para o CELPE-BRAS, como o Cameroun, é permitida a realização do teste no Brasil, após a conclusão de curso de português para estrangeiros (com cerca de sete meses de duração).

Estudantes camerouneses também têm participado do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (**PEC-PG**). No período de 2000 a 2020, foram selecionados cinco candidatos do Cameroun para o programa, que oferece bolsas de estudo para nacionais de países com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) em instituições de ensino superior brasileiras.

Quanto à **cooperação entre as academias diplomáticas** dos dois países, o texto do Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto de Relações Internacionais do Cameroun (IRIC) está pronto para ser assinado.

Cooperação cultural. O Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun foi celebrado em Iaundê, em 14 de novembro de 1972, e entrou em vigor em 1973. Em 2005, no âmbito da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun, foi firmado Programa Executivo Cultural entre os dois países, com validade de cinco anos, propondo atividades nas áreas de música, dança, artes plásticas, arquitetura e conservação do patrimônio histórico-cultural. Em 2010, foi assinado novo PEC, válido até 2013, propondo atividades nos campos de música, dança, cinema, artes cênicas, e literatura.

A cooperação entre Brasil e Cameroun ganhou impulso na área de preservação do patrimônio histórico e cultural com a missão do antropólogo Milton Guran (especialista responsável por auxiliar na elaboração da candidatura brasileira que levou à inscrição do Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial – LPM – da Unesco) ao país africano em 2019, no contexto do projeto de cooperação bilateral para apoiar a

candidatura do sítio arqueológico do Porto de Bimbia à inscrição na LPM. A ida de Guran ao Cameroun para dar apoio técnico à candidatura de Bimbia atendeu à solicitação expressa pelo governo camerounês, configurando relançamento da cooperação bilateral no campo da cultura. Superadas as restrições de viagens em razão da pandemia do Covid-19, espera-se a continuidade do projeto do Porto de Bimbia, com o oferecimento de *workshop* a ser ministrado por Guran, visando à capacitação para o trabalho de coleta de memória oral e ao registro fotográfico, requeridos para a elaboração do dossiê da candidatura do local.

Nos últimos anos, a difusão do audiovisual entre Brasil e Cameroun também ganhou destaque. O Brasil tem participado continuamente de festivais de cinema camerouneses, como o “Cinéma numérique ambulant” e o “Écrans Noirs”. Nesse último, em 2019, o documentário “Meu Amigo Fala”, do cineasta brasileiro Joel Zito Araújo, venceu o prêmio de melhor documentário internacional.

Cooperação jurídica. Está em negociação **Acordo de Cooperação Mútua em Matéria Civil**. O Cameroun enviou, em 26/11/2020, contraproposta à minuta apresentada pelo Brasil. O texto foi encaminhado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Em 03/9/2019, durante visita do Ministro da Justiça do Cameroun, Laurent Esso, ao Brasil, foram firmados **Acordos de Extradicação e de Transferência de Pessoas Condenadas**. O Cameroun informou o Brasil da conclusão dos trâmites internos para a ratificação dos documentos. Pelo lado brasileiro, o processo de ratificação e internalização dos dois instrumentos não foi concluído até o momento.

Cooperação em direitos humanos. Em outubro de 2020, a chancelaria camerounesa manifestou o interesse do Ministério dos Assuntos Sociais em promover o intercâmbio de experiências e a capacitação nos seguintes domínios relacionados à proteção das pessoas socialmente vulneráveis: (a) proteção de crianças e dos adolescentes em situação de rua; (b) formação e o reforço das capacidades dos assistentes sociais dos grupos vulneráveis; (c) políticas de proteção das crianças, das pessoas idosas e das pessoas deficientes; (d) proteção e promoção dos direitos das crianças que necessitam de medidas especiais de proteção (situação de risco, órfãos, sida, miséria, etc.); (e) processo de desenvolvimento econômico e social, tendo em conta a situação das populações indígenas ou indígenas vulneráveis; (f) integração social e profissional dos idosos e dos deficientes; (g) problemas sociais como o abuso de drogas, a gravidez precoce ou não, o tráfico de seres humanos, a violência contra as mulheres, a cibercriminalidade, etc.; (h) gestão dos sistemas de informação social; e (i) criação de um registro social unificado.

Em 8 de janeiro de 2020, o Brasil enviou ao lado camerounês a resposta do Ministério da Cidadania. Várias Secretarias do Ministério, responsáveis pelos temas propostos, teriam interesse em trocar experiências e cooperar sobre temas específicos. O governo brasileiro disponibilizou-se para programar uma videoconferência, a fim de detalhar melhor as áreas relatadas e discutir programa de trabalho tentativo. Aguarda-se resposta do lado do Cameroun.

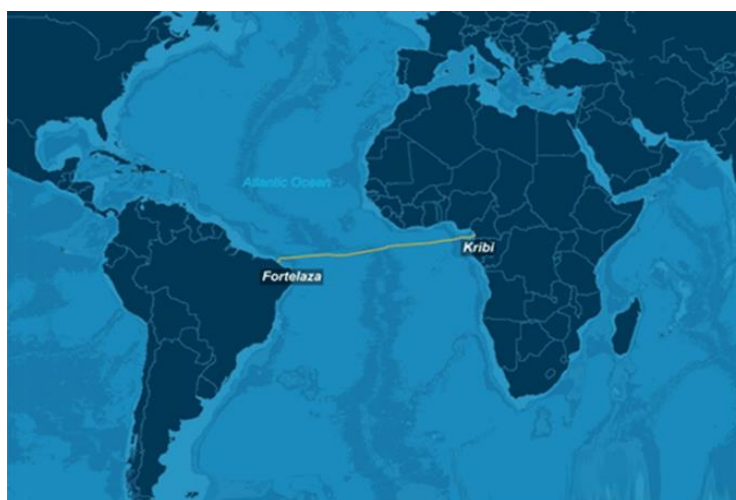
O Cameroun também tem sido ativo na promoção da liberdade religiosa e orgulha-se de ser “um dos poucos países do mundo onde coexistem numerosas confissões religiosas”, em liberdade garantida pela Constituição de 1996. O Cameroun aderiu à Aliança para a Liberdade de Religião ou Crença (IRFBA) em agosto de 2020. O objetivo seria reforçar a imagem do país quanto ao tema e partilhar “a longa e rica experiência camerounesa de coexistência pacífica entre religiões, inspirando-se

simultaneamente em boas práticas provenientes do mundo inteiro”. Em setembro de 2020, o Cameroun copatrocinou a iniciativa brasileira de divulgar uma declaração conjunta do IRFBA na 45ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos.

Cabo de fibra óptica Fortaleza-Kribi. Inaugurado em 2018, o *South Atlantic Inter Link* (SAIL) é um sistema de cabo submarino composto por quatro pares de fibras ópticas com uma capacidade nominal de 32 Tbps (Terabits por segundo). Com cerca de 6 mil quilômetros, o cabo SAIL conecta Fortaleza-CE à cidade cameronesa de Kribi e é operado pelo consórcio Camtel-China Unicom. Inscreve-se nas iniciativas de expansão da conectividade entre o Brasil e regiões de crescente demanda de dados. No mesmo ano, foi inaugurado o cabo *South Atlantic Cable System* (SAC), que liga Fortaleza a Sangano (Angola). Posteriormente, em 2 de junho de 2021, foi inaugurado o cabo Ellalink, que liga Fortaleza a Sines (Portugal), passando por Praia (Cabo Verde) e Funchal (Portugal).

Entre as três iniciativas destacadas, os cabos SAIL e SAC permitem a conexão direta entre o Brasil e o continente africano. Note-se, no entanto, que o cabo Ellalink permitirá igualmente a ligação Brasil-África através das ligações Cabo Verde-Senegal. Como resultado, a redundância da conexão brasileira com África aumenta, tornando o sistema mais disponível e confiável. Com a consolidação da infraestrutura digital no Atlântico Sul, o Brasil procura posicionar-se como líder da transformação digital regional e assumir um papel de primeiro plano no mercado digital emergente.

No caso do cabo SAIL, a concepção do projeto beneficia-se da posição do Cameroun como *hub* portuário da África Central (Porto de Douala) e via de escoamento e suprimento para Gabão, República Centro-Africana, Chade, Congo e RDC. O projeto de instalação de cabo submarino teve origem em 2010, quando a ANATEL estabeleceu contatos com sua homóloga cameronesa, a Camtel. Em outubro de 2015, o governo do Cameroun assinou, por meio da Camtel, dois instrumentos com a empresa China Unicom, que veria o cabo como parte de esforço de maior envergadura destinado a criar novos canais de comunicação entre a Ásia e a América do Sul. Também participam do projeto as empresas Huawei e Telefônica.



Cooperação entre agências reguladoras de telecomunicação. A ANATEL está em contato com a Agência Reguladora de Telecomunicações (ART) do Cameroun para discutir data e formato para celebração de memorando de entendimento para a

cooperação bilateral na área de telecomunicações. Não há, ainda, minuta do instrumento. O plano da ANATEL é firmar o documento, se possível, durante a Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações (CMDT) da União Internacional de Telecomunicações (UIT), inicialmente prevista para novembro de 2021, mas posteriormente adiada para junho de 2022.

Entre as áreas previstas para cooperação ao abrigo dos MdEs que a ANATEL vem assinando, encontram-se: convergência regulatória e tecnológica, acesso universal a serviços de telecomunicações, supervisão e controle, regulação econômica, redes de telecomunicação, proteção ao consumidor e tecnologias da informação e comunicação (TICs) para o desenvolvimento.

Comércio bilateral. O comércio bilateral entre Brasil e Cameroun passou por forte crescimento, entre 2003 e 2010, seguido de importante redução, entre 2010 e 2016. Em 2017, registrou-se crescimento expressivo do intercâmbio bilateral em relação ao ano anterior: a corrente total passou de USD 43,226 milhões para USD 94,626 milhões. Contudo, houve declínio nos anos subsequentes.

O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. Os superávits foram de USD 92,304 milhões em 2017; USD 66,368 milhões em 2018; USD 3,494 milhões em 2019; e USD 38,792 milhões em 2020. Registre-se que a drástica redução do saldo em 2019 deveu-se a grande importação de gás camerounês pelo Brasil por empreendimento gasífero em Sergipe, em fase de testes.

Em 2020, as exportações brasileiras para o Cameroun totalizaram USD 41,932 milhões. Os principais produtos exportados foram açúcares, álcool etílico, sal e cloreto de sódio, coque de petróleo, veículos automóveis para o transporte de dez pessoas ou mais, peixes congelados e caixas e outras embalagens de papel ou cartão. As importações brasileiras originárias do Cameroun totalizaram USD 3,140 milhões. Os principais produtos importados foram borracha natural e pasta de cacau.

Investimentos brasileiros. A Andrade Gutierrez, empresa brasileira de construção, tomou parte em grandes projetos no Cameroun. Por meio de sua subsidiária portuguesa (ZAGOPE), a companhia participou da construção do aeroporto internacional de Iaundê, assim como de importantes obras rodoviárias. O consórcio brasileiro Marcopolo-Queiroz Galvão vinha desenvolvendo projeto para implantação de BRT em Duala e Iaundê, as duas principais cidades do Cameroun, estimado em mais de USD 500 milhões. O projeto, no entanto, não foi além da fase de planejamento.

Empréstimos e financiamentos oficiais. O Cameroun não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil. Tampouco há registro de empréstimos e financiamentos oficiais vigentes.

Assuntos consulares. A rede consular do Brasil em Cameroun corresponde à Embaixada do Brasil em Iaundê. Não há Cônsules Honorários do Brasil no Cameroun. Existem em torno de 70 brasileiros no Cameroun, em sua maioria religiosos e missionários que residem, em geral, em regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

Os casos consulares acompanhados pela Embaixada do Brasil em Iaundê tratam, principalmente, de situações que envolvem necessidade de repatriação de brasileiros desvalidos; pedidos de localização de paradeiro de cidadãos residentes no país; e denúncias de fraudes e golpes eletrônicos. Não existem brasileiros presos no Cameroun.

POLÍTICA INTERNA

Ex-colônia alemã, o Cameroun tornou-se, após a I Guerra Mundial, território sob mandato da Liga das Nações. A maior parte do território ficou sob o controle da França, ao passo que ao Reino Unido coube uma porção menor. Em 1º de janeiro de 1960, a parte francesa conquistou a independência. Referendo realizado na área sob tutela britânica em outubro de 1961 resultou na adesão da parte sul ao novo país, ao passo que a parte norte, predominantemente muçulmana, optou por integrar-se à Nigéria.

O primeiro presidente, Ahmadou Ahidjo, originário do norte do novo país, estabeleceu regime de partido único a partir de 1966 e governou de maneira centralizadora. Em 1982, renunciou e foi sucedido por seu Primeiro-Ministro, Paul Biya. Ainda sob regime unipartidário, Biya foi eleito presidente em 1984 e reeleito em 1988. O país passou por processo de abertura política a partir de 1990, ano em que foi promulgada a Lei das Associações e Partidos Políticos. Paul Biya foi reeleito em 1992, 1997, 2004, 2011 e 2018.

O Cameroun enfrenta hoje a atuação do grupo terrorista Boko Haram no Grande Norte (que abrange as regiões de Adamaoua, Norte e Extremo-Norte) e as demandas secessionistas de duas regiões anglófonas, situadas no noroeste do país.

Instituições. O Cameroun adota como forma e sistema de governo, respectivamente, a república e o semipresidencialismo. Em 1972 nova Constituição acabou com a Federação e instituiu a República Unida do Cameroun, renomeada em 1984 como República do Cameroun. O país está dividido em 10 regiões semiautônomas, cuja administração, desde 2021, passou a ser partilhada entre governadores, nomeados pelo Presidente, e conselhos regionais.

Em 2013, o Parlamento camerounês passou a ser bicameral, com a criação do Senado, instituído formalmente por emenda constitucional de 1996 e composto por 100 integrantes com mandato de cinco anos, dos quais 70 são eleitos indiretamente (pelos cerca de dez mil membros dos 360 conselhos municipais) e 30 são indicados pelo Presidente. Em março de 2018, teve lugar a primeira renovação daquela casa, com 93 cadeiras atribuídas à *Rassemblement Démocratique du Peuple Camerounais* (RDPC), do Presidente Paul Biya, e sete à *Social Democratic Front* (SDF), histórico partido de oposição.

A Assembleia Nacional, por seu turno, conta com 180 deputados, 152 dos quais pertencem à RDPC. Os demais assentos estão distribuídos, desde 2020, entre a *Union Nationale pour la Démocratie et le Progrès* (UNDP), com 7 deputados; a SDF, com 5; o *Parti Camerounais pour la Réconciliation Nationale* (PCRN), com 5; a *Union Démocratique du Cameroun* (UDC), com 4; a *Front pour le Salut National du Cameroun* (FSNC), com 3; o *Mouvement pour la Défense de la République* (MDR), com 2; e a *Union des Mouvements Socialistes* (UMS), com 2.

Em fevereiro de 2018, o país passou a contar com um Conselho Constitucional, previsto na Carta de 1996, composto por 11 membros.

Relações governo-sociedade. O Cameroun é formado por uma diversidade de biomas e grupos étnicos – estima-se que cerca de 250 idiomas ou dialetos são falados no país. Nesse contexto, o Estado camerounês tem buscado fortalecer o governo central para conter tendências fragmentárias.

A maioria cristã (70% da população) convive em harmonia com a minoria muçulmana (24%), concentrada na parte setentrional do país, ou ainda com pequena

parcela da população que pratica o animismo (2,2%). A minoria anglófona (17%) reclama de discriminações sociais e econômicas sofridas pelas populações das regiões do Sudoeste e Noroeste, resultando na chamada questão anglófona.

Ataques do grupo terrorista Boko Haram e a entrada de refugiados nigerianos, no norte do Cameroun, representam desafios adicionais para o governo. No leste, por sua vez, o fluxo de refugiados centro-africanos também tem representado desafio para as autoridades camerounesas.

Quadro político recente. A situação política no Cameroun passa por período de calma. O segundo colocado nas eleições de 2018, Maurice Kamto, líder do Movimento para o Renascimento do Cameroun (MRC) e membro da etnia bamileke, contestou os resultados do pleito e declarou-se vencedor. Manifestações e protestos foram organizados por seu partido, no âmbito de “programa de resistência” anunciado à época. Kamto foi preso em 28 de janeiro de 2019, juntamente com mais de uma centena de correligionários.

Em setembro de 2019, em resposta à crescente pressão para o lançamento de diálogo inclusivo entre as partes do conflito anglófono e em prol do fim da repressão a opositores, o governo anunciou a convocação do Grande Diálogo Nacional, que teve lugar de 30/9 a 4/10 daquele ano. Ao mesmo tempo, Paul Biya concedeu perdão presidencial a Maurice Kamto e a outros 104 integrantes do MRC. Tais anúncios foram acolhidos positivamente por França, Estados Unidos, ONU e demais parceiros internacionais do Cameroun.

Em fevereiro de 2020, após sucessivos adiamentos, foram realizadas eleições legislativas e municipais em todo o país. Os resultados do escrutínio deram ampla maioria ao partido governista, inclusive nas duas regiões anglófonas. No plano legislativo, verificou-se perda de espaço do SDF para outras legendas, como a União Nacional para a Democracia e Progresso (UNDP), o Partido para a Reconciliação Nacional (PCRN), do ex-candidato presidencial Cabral Libii, a Frente Nacional para a Salvação Nacional (FNSSC), o Movimento para a Defesa da República (MDR) e a União de Movimentos Socialistas (UMS). A RDPC manteve sua ampla maioria na Assembleia Nacional (152 deputados de um total de 180). No âmbito municipal, as eleições asseguraram aos governistas o controle de 316 das 360 municipalidades do país.

Em 6 de dezembro de 2020, foram realizadas as primeiras eleições regionais da história do Cameroun. Conselheiros municipais e chefes tradicionais elegeram 900 conselheiros regionais, nas 10 regiões do país. O partido do Presidente foi vitorioso em nove das 10 regiões.

Não obstante continuar sendo a agremiação hegemônica no cenário político nacional, a RDPC, sob a condução de Biya, busca renovar-se. Está em curso, nesse contexto, preparação de Congresso Nacional do partido, 10 anos depois de sua última realização.

POLÍTICA EXTERNA

Banhado pelo Atlântico a oeste, o Cameroun compartilha fronteiras com Nigéria, Chade, República Centro-Africana (RCA), República do Congo, Gabão e Guiné Equatorial. Sua política externa tem sido historicamente discreta, voltada, de forma pragmática, à promoção da cooperação com seus parceiros.

Não obstante, o país é ativo nos foros multilaterais. No discurso que proferiu por ocasião da abertura da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Chanceler Lejeune Mbella Mbella reafirmou as grandes linhas condutoras da política externa camerounesa: defesa do multilateralismo; ênfase no papel da ONU para a preservação da paz e da segurança internacionais; necessidade de solidariedade global para promover o desenvolvimento e a superação da pobreza; e necessidade de ações conjuntas e coordenadas para enfrentar as ameaças globais representadas pela mudança climática, pelas migrações e pelo terrorismo.

O Cameroun é membro da *Commonwealth*, da Organização Internacional da Francofonia e da Organização da Cooperação Islâmica, o que reflete sua identidade bilíngue e plurirreligiosa. O país, ademais, é tradicional contribuinte de tropas para operações de paz das Nações Unidas na África, ocupando atualmente o 18º lugar em termos de contingente.

No plano regional, o Cameroun integra a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC). Mantém relacionamento cordial com os vizinhos, para os quais exporta principalmente gêneros alimentícios.

Chade. O Cameroun é importante aliado do Chade na luta contra o grupo terrorista Boko Haram. Os dois países integram a Força Multinacional Mista (FMM), conformada em 2015 para atuar de maneira coordenada no combate ao terrorismo na Bacia do Lago Chade e da qual participam também Nigéria e Níger.

No contexto da crise política e securitária aberta em abril de 2021 com a morte do presidente chadiano Idriss Déby Itno, o Cameroun atuou no seio da União Africana em favor do Chade. É unânime, no meio político camerounês, a preocupação com os efeitos negativos que um novo ciclo de instabilidade e conflitos no país vizinho poderia trazer para o Cameroun.

O petróleo chadiano é exportado através de oleoduto que atravessa o território camerounês até chegar ao porto de Kribi. O corredor rodoviário Douala-N'Jamena, por sua vez, constitui a principal via de abastecimento e escoamento de mercadorias do Chade, país sem acesso direto ao mar.

Nigéria. A devolução definitiva da Península de Bakassi ao Cameroun, em 2013, eliminou a principal fonte de tensão na relação com a Nigéria e ensejou a instauração de ambiente amistoso e pragmático. A segurança e o combate ao extremismo na região do Lago Chade constituem um dos principais temas do relacionamento bilateral. Os dois países cooperam no combate ao grupo Boko Haram, no âmbito bilateral e regional.

Outro tema relevante diz respeito ao combate à pirataria no Golfo da Guiné. Um dos países mais afetados pelo fenômeno, a Nigéria vem procurando intensificar sua colaboração com o Centro Interregional de Cooperação dos países do Golfo (CIC), cuja sede fica em Iaundê, visando às atividades de contrapirataria e ao combate ao roubo armado no mar.

As trocas comerciais bilaterais são expressivas: a Nigéria é o segundo maior fornecedor do Cameroun, com exportações que alcançaram USD 1,1 bilhão em 2020 (barcos, produtos de tabaco, cimento e bebidas e outros produtos alimentícios). É também o 26º maior comprador do Cameroun, com importações (sobretudo alimentos) no valor de USD 4,2 milhões em 2020.

República Centro-Africana. A região leste do Cameroun tem sido negativamente afetada pela instabilidade política e securitária na República Centro-Africana (RCA). A recente crise causada pela eleição presidencial na RCA, em dezembro de 2020, gerou aumento do já grande número de refugiados centro-africanos no Cameroun, que totaliza 321.603 pessoas, conforme o ACNUR (abril de 2021).

O Cameroun contribui atualmente com contingente de 1.030 militares e civis para a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). Ademais, o corredor rodoviário Douala-Bangui é uma das principais rotas de abastecimento utilizadas pela RCA.

França. Do ponto de vista político, a França continua a ser o principal parceiro do Cameroun, gozando de grande influência. Essa influência se expressa, entre outras formas, nos vínculos culturais e educacionais, na cooperação técnica, nos acordos militares, na manutenção do Franco CFA como moeda regional e na forte presença de empresas e nacionais franceses no Cameroun.

Ao mesmo tempo em que apoia a luta contra o terrorismo e o extremismo na região do Lago Chade e atribui grande importância à preservação da estabilidade e da governança do Cameroun, a França tem enfatizado a necessidade de que uma solução política seja encontrada para o conflito anglófono nas regiões do Noroeste e do Sudoeste do país. Em mensagem de felicitações enviada ao Presidente Paul Biya, por ocasião da Data Nacional, em 20 de maio de 2021, o presidente Emmanuel Macron reiterou o apoio francês aos esforços do governo camerounês com vistas a promover a descentralização administrativa e financeira, em conformidade com as recomendações emanadas do Grande Diálogo Nacional.

A presença francesa na economia camerounesa é diversificada: há cerca de 200 empresas subsidiárias de grupos franceses ou de propriedade de cidadãos franceses. A França atua na exploração de petróleo, na agroindústria e no setor madeireiro, na construção civil, nas telecomunicações, no setor financeiro e nos setores de transporte, logística e distribuição. Grupos franceses estão posicionados em grandes projetos no país, a exemplo da hidrelétrica de Nachtigal, cujo principal acionista e operador é a EDF, e do grupo mineiro Eramet, que obteve em 2019 concessão para explorar um depósito de rútilo na região do Centro.

Em termos de trocas comerciais, a França posicionou-se como o terceiro maior fornecedor do Cameroun em 2020, com exportações estimadas em quase USD 592 milhões (principalmente produtos farmacêuticos, máquinas e equipamentos, cereais e produtos alimentícios), e o sétimo maior comprador do Cameroun, com importações no valor de USD 267 milhões (cacau, bananas, alumínio e madeira). Em 2019, o estoque de investimento francês direto no Cameroun ascendia a 853 milhões de euros.

Estados Unidos. Durante visita que fez ao país em 2019, o então Secretário de Estado Assistente para a África, Tibor Nagy, ressaltou a forte relação existente entre os EUA e o Cameroun, considerado de “importância estratégica” no Golfo da Guiné. Indicou, na ocasião, que os EUA tencionam aumentar o volume de investimentos no país, notadamente nos setores de transporte e energia.

As relações bilaterais são densas, com atuação dos EUA, mediante distintas agências (USAID, CDC, Peace Corps, etc.) nas áreas de saúde, capacitação, educação, meio ambiente, ajuda humanitária, assistência técnica e defesa, entre outras.

Ambos os países mantêm cooperação importante no âmbito militar, notadamente no combate ao grupo Boko Haram no Extremo Norte e à pirataria no Golfo da Guiné. Em 2016, os EUA financiaram a criação de seis centros de operações marítimas em Limbe, Douala e Kribi e doaram vários barcos de casco rígido da classe Defender para patrulhas marítimas.

Em 2020, os EUA posicionavam-se como o sexto maior fornecedor e o terceiro maior comprador do Cameroun. As importações camerounesas alcançaram cifra estimada em USD 195 milhões (principalmente embarcações, aparelhos mecânicos, obras plásticas, sorgo e veículos automotores). As exportações camerounesas, por seu turno, alcançaram USD 453 milhões, consistindo principalmente de petróleo bruto, cacau, madeira, ouro e borracha.

China. Comemoram-se, em 2021, 50 anos de estabelecimento das relações bilaterais entre a China e o Cameroun. Na última década, houve avanço notável da presença chinesa no país, com importante crescimento do intercâmbio econômico. O país asiático foi o segundo maior destino das exportações camerounesas em 2020 (depois dos Países Baixos, o que possivelmente pode ser atribuído ao “efeito Rotterdam”), de onde importou principalmente hidrocarbonetos, madeira, algodão e cobre, no valor de cerca de USD 751,6 milhões (quase o dobro do registrado em 2010); e o primeiro fornecedor do país, para o qual exportou principalmente máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos, materiais ferrosos e equipamentos mecânicos, a um valor de USD 2 bilhões (mais do triplo do registrado em 2010).

Além das trocas comerciais, a China vem consolidando sua presença com a atuação de empresas responsáveis por grandes projetos de infraestrutura, ou posicionadas em setores estratégicos, a exemplo da petrolífera Addax Petroleum (subsidiária da gigante Sinopec), segunda maior produtora de petróleo bruto do Cameroun, com 30% de participação de mercado, ou da construtora China Harbour Engineering Corporation (CHEC), responsável pela construção do porto de águas profundas de Kribi.

Conforme o Ministério da Economia, a China responde hoje por 69% do financiamento de investimentos estrangeiros no país. De acordo com o último censo do Instituto Nacional de Estatística, em 2018, havia 172 empresas chinesas instaladas no Cameroun. O gigante asiático é, ademais, o maior credor individual do país, detendo, em dezembro de 2020, 61,7% da dívida bilateral (USD 3,4 bilhões de um total de USD 5,6 bilhões).

A cooperação militar entre Iaundê e Pequim tem igualmente avançado, com aumento da venda de equipamentos de defesa na última década, tais como mísseis terra-ar, radares, patrulheiros e vários tipos de veículos de combate. Conforme dados do Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo, a China é o país que mais exportou produtos de defesa para o Cameroun no período de 2010 a 2020.

No plano político, vale registrar o apoio do Cameroun à China no tocante à questão da minoria muçulmana uigur em Xinjiang. A China, por seu turno, juntamente com a Rússia, declarou, em maio de 2019, apoiar a soberania e a integridade territorial do Cameroun e opor-se à ingerência externa no conflito anglófono.

Rússia. Moscou e Iaundê mantêm relações diplomáticas desde 1964 e, na evolução recente do relacionamento bilateral, destaca-se a assinatura, em 15 de abril de 2015, de

acordo de cooperação militar e técnica, que prevê a formação de quadros e aquisição de material bélico russo pelo Cameroun. No mesmo ano, a Rússia doou material destinado às forças de segurança camerounesas engajadas na luta contra o Boko Haram.

Em outubro de 2019, o Ministro das Relações Exteriores camerounês chefiou importante delegação à I Cúpula Rússia-África (Sochi, 23-24/10), integrada pelos Ministros de Recursos Hídricos e Energia; do Comércio; da Economia, Planejamento e Desenvolvimento Regional; das Minas; pelo Presidente da Câmara de Comércio, Indústria, Minas e Artesanato do Cameroun e por dirigentes de 20 empresas públicas, paraestatais e privadas.

Embora não haja investimentos diretos significativos da Rússia no Cameroun, em termos comerciais é digno de nota o crescimento das exportações russas para o país nos últimos anos, com incremento de 26% entre 2016 e 2020, quando chegaram a cerca de USD 122 milhões, com pauta dominada por trigo, óleos de petróleo, fertilizantes e ferro. As exportações do Cameroun, por outro lado, compostas principalmente por madeira e derivados de madeira, borracha e café, caíram 20% entre 2016 e 2020, tendo somado USD 1,5 milhões no ano passado.

Turquia. A Turquia tem ampliado sua presença no Cameroun, por meio do estabelecimento no país de várias empresas turcas. Conseguiu obter contratos de grande escala, notadamente o da construção do complexo esportivo Japoma em Douala, no âmbito da preparação do país para sediar a Copa das Nações Africanas em 2022.

A vertente educativa da diplomacia turca é digna de registro. A Fundação Maarif, que atua no ensino básico, e o Instituto de língua Yunus Emre, ambos presentes no Cameroun, difundem a cultura e a língua turcas, o que permite o aproveitamento de bolsas de estudo oferecidas a estudantes camerouneses em universidades daquele país.

Em abril de 2021, o Cameroun ratificou acordo-quadro de cooperação militar e acordo de cooperação em formação militar, ambos assinados com a Turquia em 2018.

Índia. As relações Cameroun-Índia atravessam momento de adensamento. Em setembro de 2018 foi aberta embaixada residente em Iaundê, no contexto de estratégia indiana de abertura de 18 novas representações diplomáticas no continente africano. Até então, o país contava somente com um consulado-geral em Douala.

Cameroun e Índia mantêm relações em áreas como comércio, saúde e intercâmbio estudantil, com expressivo número de estudantes camerouneses matriculados em universidades indianas, principalmente nas áreas de formação médica e de ciência e tecnologia. Em julho de 2018, durante visita à África, o Primeiro-Ministro Narendra Modi declarou que a cooperação com o Cameroun visaria a compartilhar a experiência de seu país na inovação informática, prestação de serviços públicos, expansão da assistência social e de saúde, cooperação financeira, agricultura e inserção de populações marginalizadas.

No biênio 2018-2019, o comércio bilateral cresceu cerca de 28%, atingindo USD 521 milhões, em comparação USD 407 milhões no biênio 2017-18. As exportações da Índia para o Cameroun são compostas principalmente por produtos farmacêuticos, plásticos, calçados e têxteis. As principais exportações camerounesas para o mercado indiano incluem petróleo bruto, madeira e objetos de madeira, café e cacau.

Durante visita em 2017 a Nova Délhi do então Ministro da Economia, Planejamento e Desenvolvimento Regional, Louis Paul Motaze, o Cameroun assinou contrato de empréstimo comercial com o EximBank da Índia, no valor de USD 93,50 milhões para a construção de linha de transmissão entre Bafoussam e Iaundê.

ECONOMIA

A economia do Cameroun, país mais populoso da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), desempenha papel importante no cenário econômico sub-regional, embora seja pouco desenvolvida em termos globais. O país dispõe de vastos recursos naturais, goza de relativa estabilidade política e está situado em área privilegiada, que lhe permite atuar como “hub” comercial. Possui a economia mais forte e diversificada da África Central, com um PIB de USD 39 bilhões em 2020 (correspondente a mais de um terço do PIB da CEMAC). Petróleo, madeira, cacau e ouro são os principais produtos de exportação. A extração petroleira, ainda que de dimensões reduzidas em termos mundiais, tem sido historicamente responsável por grande parte das exportações anuais e constitui o principal setor da economia.

Em 2017, o país recorreu à assistência do Fundo Monetário Internacional, na modalidade “Extended Credit Facility”, com o objetivo de restaurar os saldos macroeconômicos que se haviam deteriorado, em razão da queda dos preços internacionais do petróleo. O programa, no valor de USD 666,2 milhões, foi encerrado em setembro de 2020 e foi considerado bem-sucedido pelo FMI. Contudo, estão em andamento negociações para a assinatura de um novo pacote de assistência: após registrar uma taxa de recuperação gradual a partir de 2018, ao amparo do acordo, a economia sofreu contração em 2020 (-2,8%), devido à pandemia de Covid-19, à crise de segurança na região do Extremo Norte, alvo de ataques esporádicos do grupo Boko Haram, e ao conflito separatista nas regiões anglófonas, iniciado em 2016.

O governo e as instituições financeiras internacionais preveem que o PIB camerounês registre crescimento de até 3,4% em 2021 e siga trajetória ascendente no médio prazo, dependendo da evolução da pandemia, da situação securitária e da implementação da nova estratégia de desenvolvimento para o período de 2020-2030.

O Cameroun tem feito esforços para melhorar seu ambiente de negócios, que, no entanto, continua desafiador: o país ocupa o 167º lugar no ranking “Doing business” do Banco Mundial, edição 2020.

A posição geográfica estratégica do país, sua riqueza mineral ainda pouco explorada, o tamanho de seu mercado, a qualidade de sua força de trabalho (na comparação com os demais países da sub-região), os projetos em curso para fortalecer a infraestrutura e as perspectivas de desenvolvimento do setor industrial têm atraído a atenção de empresários e justificam a presença no país de empresas de China, França, Alemanha, Espanha, Itália e Bélgica, bem como, de forma crescente, de Índia e Turquia, entre outros. Há interesse, sobretudo, em participar de projetos estruturantes no país.

Situação econômica. De 1994 a 2019, a economia do Cameroun registrou longo ciclo de crescimento, interrompido apenas com a contração econômica de 2020, devida, em grande medida, à crise mundial provocada pela pandemia da Covid-19. Espera-se que o país recupere sua trajetória ascendente em 2021. Mesmo ancorado nessa longa expansão, o PIB nominal *per capita* em 2019 era estimado em USD 1,5 mil (e USD 1,47 mil em 2020), o que situa o Cameroun na categoria de país de renda média baixa.

O nível da dívida pública cresceu rapidamente nos últimos anos, passando de 12% do PIB em 2004 para 44,2 % em março de 2021 (cerca de USD 19,2 bilhões). Esse crescimento deveu-se principalmente à implementação de um programa de investimentos em grandes projetos de infraestrutura, que previa a realização de 11 projetos estruturantes, dos quais seis foram concluídos (hidrelétricas de Lom Pangar e Memve’élé, porto de águas profundas de Kribi, segunda ponte sobre o rio Wouri, planta

de produção de gás de Kribi e ampliação da rede de fibra ótica), um segue em curso (construção da autoestrada Iaundê-Douala) e quatro ainda não se iniciaram (construção de fábrica de fertilizantes químicos, construção de novas fundições de alumínio, desenvolvimento de complexos agrícolas, construção de linha ferroviária de 1.000 km).

O Escritório de Preparação de Grandes Projetos do Ministério das Finanças contabiliza 20 projetos adicionais de menor envergadura, incluindo a hidrelétrica sobre o rio Mekin, a primeira fase da autoestrada Iaundê-Nsimalen (cuja construção foi concluída) e as hidrelétricas de Bini e de Nachtigal, (cujas obras estão em andamento).

O risco de endividamento do país aumentou de moderado para alto, devido a esses investimentos, mas também, em menor medida, devido aos empréstimos contraídos para enfrentar a crise derivada da queda nos preços das commodities em 2014 e, a partir de 2020, para enfrentar a pandemia de Covid-19. Não obstante, na avaliação do FMI e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a dívida continua viável (menos de 45% do PIB), estando longe do limiar de tolerância de 70% do PIB estabelecido para a zona CEMAC. A China é atualmente o maior credor bilateral do Cameroun e detinha 61,7% da dívida bilateral camerounesa em 31 de dezembro de 2020 (cerca de USD 3,4 bilhões de um total de USD 5,6 bilhões). O segundo maior credor bilateral é a França, com 28,5% da dívida (USD 1,5 bilhões).

A taxa de inflação em 2020 foi de 2,8% a.a, abaixo do limite de 3% estipulado pela CEMAC. A política monetária é controlada pelo banco central regional, o Banco dos Estados da África Central (BEAC), que prioriza o controle da inflação e a manutenção do Franco CFA a uma taxa constante de conversibilidade com o euro.

Setores econômicos. O setor primário é de fundamental importância para o Cameroun, pois emprega aproximadamente 43,5% da população economicamente ativa. A baixa produtividade, entretanto, faz com que contribua com apenas 18% do PIB (dados de 2019). O setor secundário representa 30% do PIB e concentra 14,4% do emprego, enquanto o terciário (administração pública, comércio, serviços financeiros, telecomunicações, etc.) responde por 52% do PIB, empregando 42,1% da PEA.

Além da exploração de hidrocarbonetos, o país desenvolve ampla gama de atividades, particularmente nos setores florestal e agrícola (monoculturas e produção de alimentos) e nas áreas de indústria de bebidas, refinarias de açúcar, produção de óleo, sabão, farinha, alumínio, cimento, metalurgia e processamento primário de madeira, entre outras. A agricultura de exportação é dominada por cinco produtos principais: banana, borracha, cacau e chá. O setor madeireiro é um dos pilares da economia nacional: contribui com 5% do PIB e 10% da renda não-petrolífera do governo.

Note-se que o novo plano de desenvolvimento nacional camerounês incorpora política de substituição de importações, visando ao incremento da produção e da indústria locais e à redução dos gastos com importação de produtos de primeira necessidade, como arroz, pescados, laticínios e outros.

Matriz energética. O setor energético padece de expressivo déficit de abastecimento, não obstante contar o país com significativos recursos energéticos, que o colocam em terceiro lugar em termos de potencial energético na África subsaariana, depois da República Democrática do Congo e da Etiópia, e em segundo lugar em termos de potencial hidrelétrico, depois da República Democrática do Congo. A capacidade instalada é estimada em 1.400 MW (dados disponíveis de 2017), dos quais 53% são provenientes da hidroeletricidade (quase 6% do potencial hidrelétrico, estimado pelo Banco Mundial em mais de 12.000 MW) e 47% são térmicos.

O índice de consumo de eletricidade é de apenas 275 Kwh per capita e, devido principalmente ao baixo índice de eletrificação rural, somente 63% da população têm acesso à eletricidade. Projetos de construção de hidrelétricas foram empreendidos na última década para reduzir esse déficit, mas o impacto positivo da infraestrutura instalada ainda é pequeno, devido a atrasos na entrada em operação das usinas e a dificuldades ligadas à qualidade e à extensão das linhas de transmissão. O governo ambiciona atingir produção de 3000 MW até 2035 e tornar-se exportador regional. O uso de fontes renováveis alternativas, como a energia solar, ainda é incipiente.

Petróleo e gás. O Cameroun é produtor e exportador de petróleo e derivados. A produção, contudo, vem declinando há anos, devido ao esgotamento das reservas. Tendo atingido um pico de produção de 186 mil barris/dia em 1985, em 2019 o país produziu 72 mil barris/dia. Ao longo desse período, a contribuição do setor para o PIB caiu de 14,5% para 4,7%. As exportações de hidrocarbonetos, não obstante, continuam a ter impacto significativo no crescimento econômico geral, em razão de seu peso na balança comercial do país (41,8% do total das vendas ao exterior em 2019).

O declínio da produção de petróleo vem sendo parcialmente compensado pelo aumento na produção de gás natural: o Cameroun conta com reservas importantes, estimadas, em 2020, em 6,38 TCF (180,66 bilhões de metros cúbicos). Em 2018, teve início a exportação de GNL, com a entrada em produção, no ano anterior, de planta flutuante de liquefação (FPS) no litoral, perto do porto de Kribi. A capacidade de produção da unidade é de 1,2 milhão de toneladas de GNL ou 8,2 milhões de barris/ano.

Recursos minerais. De acordo com estudos financiados pelo PNUD, o subsolo camerounês é rico em reservas de ferro, rútilo, bauxita, estanho, urânio, ouro e diamantes, atualmente pouco exploradas. Tem havido interesse de empresas de Estados Unidos, China e Austrália em desenvolver projetos de mineração no Cameroun.

Comércio exterior. A União Europeia é o principal parceiro comercial do Cameroun e seu principal mercado para as exportações não petrolíferas. As duas partes assinaram, em agosto de 2016, acordo de parceria econômica que permite a entrada de mercadorias camerounesas no mercado europeu com isenção de impostos. Em contrapartida, 76,7% das linhas tarifárias, correspondentes a 80% do comércio com a UE, foram sujeitas ao desmantelamento progressivo de tarifas, a ocorrer ao longo de 15 anos.

No plano bilateral, a China ocupa a posição de principal parceiro do país, tanto em termos de comércio como de investimentos, seguida por países europeus como França, Itália e Países Baixos. As exportações camerounesas para o país asiático são compostas principalmente por combustível (petróleo bruto e gás natural liquefeito), madeira e produtos de madeira e cacau e suas preparações, enquanto a pauta de importações é dominada por máquinas e equipamentos elétricos e industriais, hidrocarbonetos, veículos e outros equipamentos, cereais (especialmente arroz, que correspondeu a quase 6% do total das importações em 2019), produtos farmacêuticos, artigos de aço, ferro e plástico, papel, peixe e alimentos processados, entre outros itens.

Em 1º de dezembro de 2020, o Cameroun depositou junto à Comissão da União Africana os documentos de ratificação do acordo para a criação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), tornando-se o 33º país a confirmar a adesão à iniciativa. A expectativa do Cameroun com a área de livre comércio baseia-se na implementação da nova estratégia de desenvolvimento do país e de seu Plano Diretor de Industrialização, adotado em 2016 e cujo objetivo é diversificar e industrializar a economia, possibilitando o aumento das exportações para outros países da África.

MAPA



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República do Cameroun
GENTÍLICO:	Camerounês
CAPITAL:	Iaundê (Yaoundé)
ÁREA:	475.440 km²
POPULAÇÃO:	26,55 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Francês e Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (60%), Crenças Tradicionais Animistas (20%), Islamismo (20%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral: Assembleia Nacional (180 membros) e Senado (100 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Paul Biya (desde novembro de 1982)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Joseph Dion Ngute (desde janeiro de 2019)
CHANCELER:	Lejeune Mbella Mbella (desde outubro de 2015)
PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS:	ONU, OMC, União Africana, Organização Internacional da Francofonia, Commonwealth of Nations
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2020):	USD 39,02 bilhões (FMI)
PIB – PARIDADE DE PODER DE	USD 96,8 bilhões (FMI)

COMPRA (PPP) (2020):	
PIB PER CAPITA (2020)	USD 1,47 mil (FMI)
PIB PPP PER CAPITA (2020)	USD 3,65 mil (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	-2,8% (2020), 3,9% (2019), 4,1% (2018), 3,5% (2017), 4,6% (2016); 5,7% (2015) (FMI)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,563 (153ª posição entre 188 países) (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	59,3 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2019):	77,1 % (PNUD)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	3,4% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA (XAF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	SE Sr. Martin Agbor Mbeng
EMBAIXADORA EM IAUNDÊ:	Embaixadora Vivian Loss Sanmartin
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 70 brasileiros residentes no Cameroun

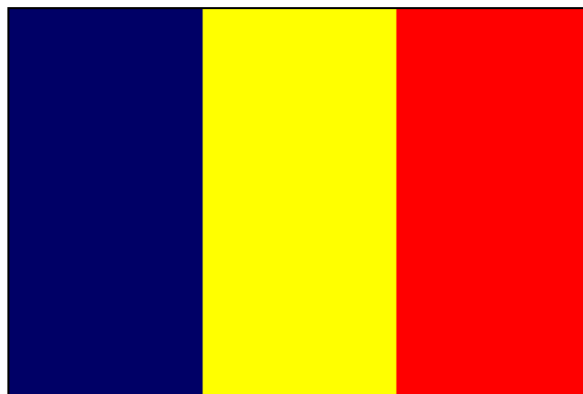
INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Cameroun	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	104.897	87.407	69.073	43.226	94.626	69.738	66.570	45.072
Exportações	98.916	83.500	67.369	42.167	93.465	68.048	35.032	41.932
Importações	5.981	3.907	1.704	1.059	1.161	1.685	31.538	3.140
Saldo	92.935	79.593	65.665	41.108	92.304	66.368	3.494	38.792



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e
África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

CHADE



OSTENSIVO

Outubro de 2021

APRESENTAÇÃO

País da África Central, o Chade tem território de 1.284.000 km² e população de aproximadamente 16 milhões de pessoas. Sem saída para o mar, compartilha fronteiras com a Líbia, o Sudão, a República Centro-Africana, o Cameroun, a Nigéria e o Níger. Ex-colônia francesa, o país tornou-se independente em 1960. Atualmente, dada a sua força militar, o Chade é visto pelas potências mundiais como importante aliado na luta contra o terrorismo no Sahel.

Com a exceção das imediações do Lago Chade e o sul do país, o Chade é marcado pelo semi-árido Sahel e pelo deserto do Sahara ao norte. O país tem área total semelhante ao Estado do Pará. Há grande diversidade de grupos étnicos (Sara, canuri, fulani, haussa, árabes e outros) e religiosos (maioria muçulmana, mas com presença cristã significativa). Cerca de 75% da população é rural, com a população urbana concentrada na capital N'Djamena. Aproximadamente metade da população tem menos de 15 anos de idade, com a expectativa de vida ao nascer na faixa dos 50 anos.

Enfrentando forte oposição na região norte do país, o primeiro presidente chadiano, François Tombalbaye, político sulista, foi, com o passar dos anos, impondo um regime crescentemente autoritário. Nesse contexto, inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década. Cada vez mais isolado no âmbito interno e externo, Tombalbaye foi deposto e morto em 1975. Não obstante, o país permaneceu instável politicamente. O General Félix Malloum, novo presidente, entrou em conflito com movimento liderado por Hissène Habré, a Frente de Libertação Nacional do Chade, principal força rebelde do norte. Como resultado desses novos embates, formou-se, então, em 1979, governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Oueddei, líder de outra importante frente de libertação. Contudo, desentendimentos com o movimento de Habré levaram a novos conflitos, que só foram equacionados, em favor do último, depois de vários anos de choques armados. Em 1989, depois de desentendimentos com o Presidente Habré, Idriss Déby Itno fundou, no Sudão, movimento rebelde chamado Movimento Patriótico de Salvação. Déby Itno logrou chegar ao poder em 1990.

Ao se estabelecer na presidência, Idriss Déby Itno comprometeu-se com uma transição para a democracia. A organização de partidos políticos de oposição foi autorizada em 1992. Além disso, concedeu-se maior liberdade de expressão e de imprensa. O início do governo Itno coincidiu com a descoberta e início da exploração

de grandes reservas de petróleo. Por fim, em 1996, aprovou-se, via *referendum*, uma constituição e realizaram-se eleições, vencidas por Déby Itno. Este foi reeleito em 2001, 2006, 2011, 2016 e 2021. Sua morte repentina, ocorrida poucos dias após a eleição de abril de 2021, levou à instauração de governo provisório liderado por Mahamat Idriss Déby.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mahamat Idriss Déby



Filho do ex-presidente Marechal Idriss Déby, nascido em 4 de abril de 1984 em N'Djamena, o General Mahamat Idriss Déby assumiu a presidência do Conselho Militar de Transição após a morte de seu pai, que comandou o Chade de 1990 a 2021. Coursou a escola de oficiais das forças armadas chadianas, com cursos realizados na França. Foi promovido ao generalato em 2010, tendo sido comandante da guarda presidencial e Diretor Geral de Serviços de Segurança das Instituições de Estado. Comandou forças chadianas no Mali, na fronteira leste do país e no embate com rebeldes oriundos da Líbia. Considerado o mais discreto dos filhos do Marechal, manteve a estabilidade após a morte do pai, integrou a oposição ao governo de união nacional e reiterou compromisso com eleições em 18 meses, desde que haja estabilidade e apoio internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações político-diplomáticas

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Chade foram estabelecidas em outubro de 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê, Cameroun. Desde então, as relações vêm se intensificando aos poucos, principalmente em decorrência da cooperação técnica no campo da cotonicultura.

A então Ministra da Agricultura e Irrigação do Chade, Mahamat Maria, visitou o Brasil em maio de 2010, para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural. Em 2012, o Presidente Idriss Déby Itno visitou o Brasil no contexto da Rio+20.

Em fevereiro do 2021, a Embaixadora Vivian Loss Sanmartin visitou N'Djamena para entregar suas cartas credenciais ao então Presidente Itno, acompanhado do Chanceler, Embaixador Mahamat Zene Cherif, do Secretário-Geral da Presidência, Kalzeube Pahimi Debeut, do Conselheiro Diplomático, Oumar Acheikh Ibini, e do Diretor do Gabinete Civil, Abdelkerin Idriss Déby Itno. Ao iniciar a audiência, Presidente Itno pediu para transmitir seus cordiais cumprimentos ao Presidente Jair Bolsonaro. Afirmou que o Brasil é um grande país, com o qual o Chade mantém excelentes relações, mas que seria importante buscar maneiras de aprofundá-las. Recordou viagem que fez ao País em 2012, no contexto da conferência "Rio+20". Mencionou o projeto de abrir, "possivelmente em 2021", um escritório comercial em Brasília, a ser posteriormente elevado ao status de representação diplomática permanente (a embaixada do Chade em Washington acumula as representações desse país nos países da América Latina).

A Embaixadora do Brasil afirmou que a retomada do crescimento da economia chadiana - após a crise causada pela queda dos preços internacionais de petróleo - parecia momento propício para ampliarmos contatos e identificarmos setores onde a presença brasileira poderia ser promovida. Foi recordado que, desde 2009, a Agência Brasileira de Cooperação desenvolve projeto de cooperação técnica emblemático com a participação do Chade, ao abrigo do "Cotton 4 + Togo", com bons resultados para a produção algodoeira local e capacitação técnica dos agricultores. A Embaixadora lembrou, também, possibilidades de cooperação em outras áreas, como agricultura e defesa.

Cooperação Técnica

Os projetos de cooperação técnica com o Chade têm amparo legal no Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão da União Africana para Implementação de Projetos Inovadores de Cooperação Horizontal em Benefício do Desenvolvimento Sustentável da Cadeia do Algodão nos Países da África.

Atualmente, o Brasil conta com duas iniciativas regionais em cotonicultura das quais participa o Chade, quais sejam: Projeto Cotton-4+Togo (Benim, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo), e Curso de aperfeiçoamento de técnicos africanos (Benim, Burkina Faso, Burundi, Cameroun, Chade, Côte d'Ivoire, Maláui, Mali, Quênia, Senegal, Tanzânia, Togo, Zimbábue).

O projeto "Fortalecimento tecnológico e difusão de boas práticas agrícolas para o algodão em países do Cotton-4 e no Togo", mais conhecido como Cotton-4+Togo, objetiva contribuir para o aumento da competitividade da cadeia produtiva do algodão no Chade, no Benim, no Burkina Faso, no Mali e no Togo. Em cada um dos países, foi implantada pela Embrapa, com apoio da ABC, uma unidade demonstrativa, na qual foram semeadas, em pequenas parcelas, dez variedades de algodão desenvolvidas no Brasil, bem como reproduzidas as técnicas de manejo, transferidas por meio de capacitações. Mais de quatrocentos técnicos dos quatro países participaram de todos os cursos previstos, organizados tanto no Brasil quanto no Mali em três técnicas agrícolas sustentáveis: plantio direto sob cobertura vegetal, manejo integrado de pragas e melhoramento genético do algodoeiro.

O projeto "Aperfeiçoamento de Técnicos Africanos em Cotonicultura" tem como objetivo fortalecer as bases da cadeia produtiva do algodão e da agricultura familiar locais nos países beneficiários (Benim, Burkina Faso, Burundi, Chade, Cameroun, Côte d'Ivoire, Mali, Senegal, Togo, Maláui, Quênia, Tanzânia, Zimbábue). A Universidade Federal de Lavras (UFLA) foi a instituição implementadora técnica do lado brasileiro.

Cooperação Jurídica

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica entre Brasil e Chade. Essa situação, contudo, não impede a formulação de pedidos de cooperação jurídica e o envio

de cartas rogatórias, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em convenções multilaterais de que os países sejam parte.

Assuntos Consulares

Não há registro de brasileiros que residam no Chade. Não há cônsules honorários, tampouco conselho de representantes. O atendimento consular é realizado pela Embaixada do Brasil em Iaundê, Cameroun.

Empréstimos e financiamentos oficiais

O Chade não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil. Tampouco há registro de empréstimos e financiamentos oficiais vigentes.

POLÍTICA INTERNA

Idriss Déby Itno

Idriss Déby Itno nasceu na cidade de Berdoba, no nordeste do Chade, em 1952. Muçulmano da etnia Zaghawa, estudou na Escola de Oficiais de N'Djamena, tendo obtido, em 1976, licença de piloto profissional na França. De retorno ao Chade, Déby aproximou-se de Hissène Habré, líder rebelde que chegou ao poder em 1982. Promovido a coronel, Déby voltou à França, onde cursou a Escola de Guerra Inter-Exércitos (1986-1987). Novamente no Chade, foi nomeado Conselheiro de Defesa por Habré. Em 1989, desentendimentos entre o Presidente Hissène Habré e Déby fazem o último exilar-se na Líbia e, em seguida, no Sudão, onde cria o Movimento Patriótico de Salvação (MPS). Em dezembro de 1990, Déby, por meio de movimento militar, chegou ao poder. Após seis anos de governo, houve as primeiras eleições multipartidárias do Chade, que foram vencidas pelo mandatário chadiano. Idriss Déby Itno foi reeleito em 2001, 2006, 2011, 2016 e 2021.

No fim de 2020, houve série de mudanças constitucionais. Foram criados o Senado e o Tribunal de Contas, além da formalização do cargo de Vice-Presidente. Eliminou-se a exigência de prestação de juramento confessional para aceder a funções públicas; a reformulação, por um comitê a ser constituído por artistas e historiadores, da bandeira nacional (que é praticamente idêntica à da Romênia), com vistas a introduzir elemento que a diferencie do pavilhão romeno; a criação de um Conselho Nacional de

Mulheres e de um Conselho Nacional de Jovens, bem como de um observatório de gênero e, no sentido contrário, a eliminação do Conselho Econômico, Social e Cultural. Foi reduzida, ademais, a idade mínima exigida para os candidatos à Presidência da República, que passou de 45 anos para 40.

Eleições de 2021

O chefe de Estado chadiano, Idriss Déby Itno, foi investido pelo "Mouvement Patriotique du Salut" (MPS) como candidato a um sexto mandato. Déby Itno afirmou como prioridade conter o terrorismo e a insegurança, de forma a permitir que o país continue sua marcha rumo à emergência. O Marechal - título que recebeu do Congresso em 11 de agosto de 2020, e pelo qual passou a ser chamado em cerimônias oficiais - encarnava, para muitos, a única garantia de estabilidade e manutenção da paz e ordem no país, em meio às ameaças crescentes de grupos terroristas e facções armadas na região do Lago Chade e nos países vizinhos.

A coalizão "Alliance Victoire", conformada por 16 partidos da oposição, anunciou ter designado um candidato único para enfrentar o incumbente: Theophile Bebzoune Bongoro, de 55 anos, fundador em 2018 do "Parti pour le Rassemblement et l'Équité au Tchad". Bongoro derrotou o líder da União Nacional para o Desenvolvimento e Renovação (UNDR), Saleh Kebsabo, que obteve o segundo lugar nas presidenciais de 2016, com 12,8 % dos votos. A frente opositora não logrou, contudo, evitar que outros anunciassem candidaturas próprias, entre os quais Félix Romadounngar Nialbé, Presidente da União para a Renovação e o Desenvolvimento (URD), o maior partido da oposição na Assembleia Nacional, com oito deputados. Balthazar Alladoun Djarma, da "Ação Socialista Chadiana para a Renovação" (ASTRE) e Nasra Djimasngar, líder do Movimento "Um novo Dia", indicaram igualmente que seriam candidatos.

Para a Missão de observação da CEMAC, composta por 17 especialistas, as eleições do dia 11 de abril teriam se desenrolado de forma "livre, democrática e transparente" e o escrutínio teria seguido os padrões internacionais. A atmosfera "festiva e pacífica" na qual se desenrolou a eleição foi igualmente destacada pelo representante da Organização da Cooperação Islâmica, Embaixador Ali Gontali, que felicitou o governo pela boa organização do pleito. Para alguns observadores independentes, o escrutínio, no qual estavam habilitados a votar cerca de 7,3 milhões de chadianos, foi marcado por forte abstenção em diversos bairros de N'Djamena, cenário

que se teria repetido na maioria das cidades do país. A população teria assim atendido em ampla medida aos apelos de boicote do pleito, em campanha liderada por líderes como Saleh Kebzabo, oponente histórico de Déby Itno.

O calendário oficial chadiano previa que a contagem dos votos teria lugar até 25 de abril; de 26 a 30 de abril caberia recurso dos candidatos a respeito dos resultados; de 1º a 15 de maio, os recursos deveriam ser examinados pela Suprema Corte, que proclamaria o resultado definitivo ao final desse período. O dia das eleições foi marcado por ação violenta do grupo rebelde “Fronte para a mudança e concórdia do Chade” (FACT, na sigla em francês) na província de Kanem, 300 quilômetros norte da capital. O grupo teve origem na guerra civil da Líbia, com recursos e soldados oriundos do conflito no vizinho do norte. Com milhares de soldados e centenas de veículos armados, o grupo pretendia invadir a capital e derrubar o governo Itno, que acusava de autoritário e corrupto. No dia 17, os embates entre tropas rebeldes e soldados das forças armadas se intensificaram e resultaram em centenas de baixas rebeldes e dezenas de mortes dos governistas.

No dia 19 de abril, ainda em meio ao conflito, a Comissão Eleitoral Independente (CENI) chadiana anunciou a reeleição de Itno com 79.3% dos votos. O segundo lugar foi obtido pelo ex-primeiro Ministro Albert Pahimi Padacké, do "Rassemblement national pour la démocratie au Tchad", que teria recebido 10,32 % dos votos.

Morte de Déby Itno

Pouco antes do meio-dia de 20 de abril, horas depois do anúncio do resultado das eleições, o canal estatal TV Chade interrompeu sua emissão para divulgar comunicado informando sobre o falecimento do Presidente Idriss Déby Itno. O Marechal teria sucumbido a ferimentos recebidos durante operação militar contra o grupo rebelde FACT no norte do país. No mesmo comunicado, o porta-voz do Exército chadiano, General Azem Bermandoa Agouna, informou que um Conselho Militar governaria interinamente o país, assegurando a "independência nacional, a integridade territorial, a unidade nacional, e o respeito aos tratados e acordos internacionais durante os próximos 18 meses", ao cabo dos quais terão lugar eleições "livres e democráticas".

O Conselho seria presidido por um dos filhos de Deby Itno, o General do Exército e Comandante da Guarda Presidencial, Mahamat Idriss Deby Itno, de 37 anos. Embora reforma da constituição de 2018, adotada no ano passado, tenha restabelecido o cargo de vice-presidente, a ser designado pelo Chefe de Estado, este ainda não havia sido nomeado. No continente africano, as mensagens de condolências emitidas por líderes africanos destacaram o papel central do Presidente Itno na promoção da paz, da segurança e da estabilidade na região do Sahel.

Junta militar e governo provisório

Por decreto publicado no dia 26 de abril, o ex-Primeiro-Ministro e ex-candidato presidencial Albert Pahimi Padacké, segundo colocado nas eleições de 11 de abril, foi nomeado pelo Presidente do Conselho de Transição (CMT) como chefe do governo provisório. Alternando participações no governo e na oposição, Padacké, originário da região de Mayo-Kebbi Oeste, no sul do país, foi o último chefe de governo da era Déby, antes da supressão do cargo de Primeiro-Ministro em 2018. O novo Primeiro-Ministro manifestou intenção de compor governo de "unidade nacional". A nomeação de Padacké foi julgada adequada pelo líder opositorista Saleh Keksabo.

Em mensagem à nação transmitida à tarde pela rede nacional de televisão e rádio, Mahamat Idriss Déby dirigiu-se pela primeira vez à população, após sua proclamação como presidente do Conselho Militar de Transição. Em sua alocução, o militar buscou apaziguar os ânimos, conclamando a uma "união sagrada" em favor do Chade e exortando seus compatriotas a não causar "graves danos à nação" com atos "contrários à unidade, à convivência e à paz". Mahamat justificou a instalação do Conselho Militar de Transição como forma de preservar a segurança do país e da região.

Por decreto publicado na noite de domingo, 2 de maio, o presidente da Junta militar, Mahmat Itno, nomeou um governo de transição, composto por 40 ministros e Secretários de Estado. A nova pasta de "Reconciliação Nacional e Diálogo" foi confiada a Acheick Ibn Oumar, ex-líder rebelde, ex-Ministro de Hissène Habré, que retornou ao Chade em 2018, após 25 anos no exílio, no âmbito de anistia proclamada com a fundação da 4ª República. Vários ministros faziam, até então, parte da oposição. Abderabhim Awat Atteib e Rachelle Oualmi Bairra, integrantes do partido União Nacional para o Desenvolvimento e Renovação (UNDR), liderado por Saleh Kebzabo,

foram nomeados, respectivamente, para o Ministério da Pecuária e para a Secretaria Adjunta do Governo. Kebzabo, que não desejava integrar pessoalmente o governo, declarou reconhecer a autoridade do Conselho Militar. A maioria dos ministérios de maior relevância foi atribuída a membros do partido governista MPS, com diversos ministros conservando seus cargos ou sendo nomeados para outras pastas. No decreto de nomeação do novo governo assinado pelo Presidente da Junta Militar Mahamat Idriss Déby, este figurava como "Presidente da República". O Primeiro Ministro Albert Pahimi Padacke constava como "chefe do governo de Transição".

Conselho Nacional de Transição

Decorridos quase cinco meses desde o início do governo militar instaurado na esteira da morte do Presidente Idriss Déby Itno, foi anunciada, em 6 de setembro de 2021, a abertura de processo de formação do Conselho Nacional de Transição (CNT). Conforme previsto na "Carta de Transição" adotada pelos militares em abril, o Conselho atuará como um Parlamento interino, ao longo do processo de transição, previsto para durar 18 meses, ao cabo dos quais deverão ser realizadas eleições presidenciais e legislativas. Caberá ao CNT examinar e adotar projeto de futura Constituição do país.

Com o objetivo de refletir a pluralidade da sociedade chadiana, o CNT será composto por partidos políticos representados na Assembleia Nacional; partidos nela não representados; organizações de jovens; corporações profissionais; organizações de mulheres; militares; chefias tradicionais; membros da diáspora, organizações de defesa dos direitos humanos; organizações de pessoas com deficiências; e sindicatos, aos quais se somaria cota reservada ao presidente do Conselho Militar de Transição (CMT) e Chefe de Estado, Mahamat Idriss Déby. O CNT deverá ser composto por pelo menos 30% de mulheres e serão encorajadas as inscrições de jovens com menos de 35 anos. O equilíbrio geográfico entre as regiões também deverá ser levado em conta. Os candidatos, que deverão ter pelo menos 25 anos, ser nacionais chadianos e comprovar aptidão física e mental para exercerem o mandato, deverão depositar suas candidaturas junto ao Comitê Ad hoc de Seleção.

A coalizão Wakit Tama, que reúne partidos políticos e associações que têm feito oposição à Junta Militar, anunciou que não apresentará candidaturas ao CNT, por considerar o Comitê Ad hoc de seleção demasiado próximo do poder. O movimento reivindica a revisão da Carta de Transição imposta pelos militares em abril, e das

condições para a designação dos membros dos comitês estabelecidos pelo governo para levar a cabo o processo de transição.

A instauração do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), uma das principais promessas feitas pela Junta, está condicionada ao estabelecimento do CNT. De acordo com o “roteiro” definido pelas autoridades em agosto, o DNI deverá ocorrer entre novembro e dezembro de 2021. Em seguida, caberá adequar os textos legais às resoluções emanadas do Diálogo e preparar as eleições no período de junho a setembro de 2022.

COVID-19

Em dois comunicados, nos dias 18 e 19 de março de 2020, o governo do Chade anunciou o fechamento dos aeroportos e o primeiro caso identificado do COVID-19 no país. A partir de sexta-feira, 8 de maio de 2020, foi decretado o confinamento de pessoas na capital N'Djamena e mais oito grandes centros urbanos do país, com a proibição de deslocamentos intraurbanos. A partir de junho de 2020, as medidas começaram a ser flexibilizadas. O governo autorizou a reabertura de restaurantes e lojas, bem como o transporte público, com limitação de passageiros. A reabertura de escolas e universidades, assim como de locais de culto, ocorreu em 25/06. Todas as demais medidas de distanciamento social e controle de fronteiras seguiram. Apesar do recrudescimento dos casos de COVID-19 no mês de setembro de 2020, foram retomados os voos internacionais. Do início da pandemia até setembro de 2021, foram registrados cerca de 5 mil casos e 170 mortes.

POLÍTICA EXTERNA

O Ministro de Assuntos Estrangeiros, da Integração Africana e da Diáspora do Chade, Amine Abba-Sidick, pronunciou discurso, por videoconferência, em 25 de setembro passado, durante a sessão de abertura da 75ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em representação do Presidente da República, Mahamat Idriss Déby Itno. Abba-Sidick ressaltou a necessidade de "uma reformulação da governança global, colocada duramente à prova durante a pandemia", com vistas à sua adaptação às novas realidades.

Defendeu apoio concreto aos países mais vulneráveis e em desenvolvimento, inclusive no que se refere aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2030. Segundo o Chanceler, as projeções apontam para uma queda do PIB do Chade, bem como do aumento do desemprego e agravamento do déficit orçamentário do governo. Lamentou o não cumprimento das promessas de apoio financeiro por parte de parceiros internacionais. Solicitou a "anulação pura e simples" de suas dívidas externas, de forma a permitir a reconstrução sócio-econômica, no contexto pós-pandemia.

O diplomata chadiano referiu-se ao terrorismo, principal fator de instabilidade na Bacia do Lago Chade e no Sahel. Mencionou ataque perpetrado pelo grupo jihadista Boko Haram, em 23 de março passado, contra as forças de defesa e segurança chadianas na base militar de Bomo, na província do Lago. Lembrou que a ameaça terrorista persiste e renovou apelo a maior apoio da comunidade internacional à "Força Multinacional Mista" da Bacia do Lago Chade e à "Força Conjunta do G-5 Sahel". Reiterou o apelo do Chade ao CSNU para que coloque a Força Conjunta do G-5 Sahel sob o capítulo 7 da Carta da ONU, de forma a assegurar-lhe um financiamento contínuo e previsível. Com relação ao tema da mudança do clima, o Chanceler destacou seus impactos sobre os setores que estão na base da economia chadiana, e disse que o Chade continua plenamente comprometido com a implementação das disposições do Acordo de Paris. Enfatizou, nesse sentido, a urgente necessidade de mobilizar recursos substanciais em favor dos países em desenvolvimento.

Amine Abba-Sidick também comentou questões regionais. Saudou, nesse sentido, o acordo de cessar-fogo na Líbia e exortou o CSNU a defendê-lo e a por fim às ingerências externas naquele país. Saudou, igualmente, a assinatura em 31/08, de um acordo de paz entre os partidos sudaneses, que teve como mediador o Presidente do Sudão do Sul, Salva Kiir, e contou com a participação de representantes do Chade, Qatar, Egito, União Africana, União Européia e Nações Unidas. Conclamou o Egito, a Etiópia e o Sudão a prosseguir com as negociações e a buscar uma solução negociada, sob a égide da União Africana, para o tema da construção da Grande Barragem da Renascença Etíope.

França

A França, ex-metrópole, continua a desempenhar papel de importância na política interna chadiana. A presença de tropas francesas em território chadiano foi fator

chave em momentos de crise. Atualmente, a França mantém em território chadiano, na capital N'Djamena, a base regional de sua Operação Barkhane, cujo objetivo é o combate ao terrorismo nos países do Sahel. Em meados de 2021, a operação chegou a mais de 5 mil soldados franceses estacionados no país.

No período da pandemia, o presidente Emmanuel Macron foi muito ativo na gestão das duas principais crises securitárias envolvendo o Chade, especialmente no apoio ao G5 Sahel (Mauritânia, Mali, Níger, Burkina Faso e Chade) e à Força Multinacional Mista (Nigéria, Chade, Cameroun e Niger). No início de 2020, Macron dobrou os esforços políticos e militares franceses, aumentando o contingente militar da Operação Barkhane (que saltou de 3500 para 5100 militares), promovendo cúpulas do G5 Sahel, e articulando novas missões de treinamento e de apoio europeias.

Num contexto composto por pressões políticas internas e mudanças no cenário geopolítico global e regional, Macron anunciou o fim da operação Barkhane em junho de 2021, com a desmobilização progressiva do esforço militar até o primeiro bimestre de 2022. A presença militar francesa deverá persistir por meio da operação Takuba, que reúne diversos países europeus e africanos.

Estados Unidos

Embora a França ocupe uma posição predominante nos campos político e militar e seja parceiro-chave do Chade nos campos comercial e de investimentos, outras nações destacam-se também na área econômica. Nessa esfera, vale ressaltar a posição dos Estados Unidos, principal destino do petróleo explorado pelo consórcio liderado pela empresa americana *ExxonMobil*. Os Estados Unidos foram o destino de 56,8% das exportações chadianas em 2016. Na área política, as relações com os norte-americanos estão centradas em acordo para o combate a atividades terroristas no Sahel.

China

Após o rompimento das relações diplomáticas com Taiwan e do consequente estabelecimento de relações com a China, em 2006, a presença deste país faz-se cada vez mais visível, principalmente no setor petrolífero, no qual as empresas chinesas tornaram-se atores-chave. A China tornou-se, nos últimos anos, o quarto principal destino das exportações chadianas e o segundo principal fornecedor do país.

Rússia

Rússia e Chade estabeleceram relações diplomáticas em 24 de novembro de 1964. Nas décadas de 60 e 70, os dois países assinaram acordos de cooperação científica e cultural (1966), comercial (1967), cooperação econômica e técnica (1968) e tráfego aéreo (1974). Na era pós-soviética, Rússia e Chade assinaram acordos de cooperação cultural e científica (1998), técnica-militar (2000), de reconhecimento de diplomas (2000) e na área de formação (1997). Em 2004, foi assinado o acordo de Regulamentação da Dívida Chade-Rússia de créditos pré-outorgados.

Em 2011, no quadro de cooperação e ajuda humanitária, a Rússia fez doação de USD 1,8 milhões ao Chade e, em setembro de 2013, apoiou a candidatura do país a uma vaga de membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU. A Rússia participou, de novembro de 2009 a dezembro de 2010, no âmbito da Missão da ONU para o Chade e República Centro-Africana (MINURCAT), na região leste de "Abéché", com grupo de apoio de helicópteros de transporte MI-6 e 120 militares.

África Central e União Africana

Quanto aos países vizinhos, cabe destacar as relações com Sudão, Líbia e Cameroun. O relacionamento com o primeiro país tem sido caracterizado pelos constantes rompimentos e reconciliações. Entre 2003 e 2010, a crise no Sudão teve consequências diretas para a estabilidade política do Chade. As levadas de refugiados sudaneses foram fontes de problemas de ordem política e humanitária para as autoridades chadianas. Mais importante ainda era o apoio dado pelo governo sudanês às atividades de grupos rebeldes opositores do Presidente Idriss Déby. Em janeiro de 2010, contudo, os países restabeleceram relações diplomáticas e militares.

A Líbia, país com que o Chade esteve rompido por muitos anos, ocupa, desde a chegada de Idriss Déby ao poder, posição de destaque na política externa chadiana. O país, à época de Muammar Gaddafi, foi importante mediador nas disputas com o Sudão. Além disso, a nação vizinha realizou importantes investimentos na infraestrutura chadiana. Dado esse relacionamento e preocupado com os efeitos da desestabilização líbia, o Presidente Idriss Déby criticou fortemente a intervenção de tropas estrangeiras em território líbio em 2011.

Compartilhando fronteira de aproximadamente 800 km, Chade e Cameroun mantêm relações bastante cordiais. As relações econômicas dos países são bastante

intensas. O oleoduto que escoia a quase totalidade da produção petrolífera chadiana passa por território camaronês. Além disso, esse país é o terceiro principal fornecedor de produtos para o Chade. O porto camerounês de Douala é importante ponto de circulação para os produtos que entram e saem do Chade, país sem costa marítima.

No continente africano, o Chade é membro da União Africana (UA) e das organizações de integração sub-regional da África Central: a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Moussa Faki Mahamat, anteriormente Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chade, é o atual Presidente da Comissão da União Africana.

A CEMAC, formada por Cameroun, Guiné Equatorial, Chade, Congo-Brazzaville, República Centro-Africana e Gabão, é um projeto de integração com viés político e econômico. Os países membros da organização compartilham moeda e Banco Central, além de terem recentemente instalado um Parlamento. Em 2010, a organização anunciou importantes medidas, tais como: a criação do passaporte CEMAC, que dispensará a necessidade de visto para deslocamentos intra-regionais; e o estabelecimento de uma companhia aérea para melhorar o transporte entre os países. Foram anunciadas também reformas no Banco Central regional (Banco dos Estados da África Central), que proporcionarão maior autonomia.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) é composta, por sua vez, pelos países membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda. Um dos principais objetivos dessa organização é formar um mercado único na África Central.

G5 Sahel (Tríplice Fronteira)

O Chade é considerado importante aliado no combate ao terrorismo internacional na região do Sahel. Verifica-se densa articulação dos países da região do Lago do Chade com atores extrarregionais.

Em 2014, o G5-Sahel – formado por Chade, Burkina Faso, Mali, Mauritânia e Níger – anunciou a criação de força regional de combate ao terrorismo e crime transnacional. Em fevereiro de 2017, a Resolução 2359 do Conselho de Segurança das Nações Unidas saudou o desdobramento da Força Conjunta G-5 Sahel. A região de maior preocupação é a fronteira Liptaki-Gourma, entre Níger, Mali e Burkina Faso, em razão do ressurgimento de grupos extremistas, entre os quais, o Katiba Macina, aliado do Ansar Dine, que opera no Mali. A Força Conjunta do G-5 Sahel previa empregar até

5.000 policiais e militares em ações de combate ao terrorismo, mas ainda não conseguiu mobilizar esse contingente devido a restrições financeiras dos países membros. O Marechal Itno havia assumido a presidência pro tempore do G5 Sahel em fevereiro, poucos meses antes de sua morte.

Em agosto de 2021, o governo do Chade anunciou a retirada de 600 soldados da chamada "Zona das três fronteiras" (Burkina Fasso, Mali e Niger), reduzindo assim à metade o contingente chadiano no âmbito da força multinacional do G5-Sahel. As ameaças de ataques de grupos rebeldes à capital, em meio ao processo de transição iniciado na esteira do assassinato do Presidente Idriss Déby Itno, além do aumento dos ataques na região do Lago Chade, são consideradas os principais fatores da decisão.

FMM (Lago Chade)

Já a Força Multinacional Mista (Nigéria, Chade, Cameroun e Niger) tem sua origem em força tarefa estabelecida pelo governo federal da Nigéria, em 1994, que trabalhava em diálogo com representantes militares dos países da Comissão da Bacia do Lago Chade (Cameroun, Chade e Níger). O objetivo era coibir o crime transnacional na região. Em 1998, a força tarefa tornou-se multinacional, com a adição de tropas chadianas e nigerinas. A partir de 2009, a atuação do Boko Haram forçou a revitalização da iniciativa.

Em 2015, após ataque a base de tropas da força tarefa pelo grupo jihadista, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana estabeleceu mandato para a Força Multinacional Mista combater o Boko Haram, reorganizando o esforço militar, transferindo a base para N'Djamena e estabelecendo efetivo de 10 mil soldados. Em abril de 2017, os EUA, por meio do Comando Militar Norte-Americano para a África (AFRICOM), organizaram exercício militar conjunto com os países da Bacia do Lago do Chade, o primeiro desse formato, para apoiar os esforços nacionais de contraterrorismo.

Apesar do sucesso do G5 Sahel e da FTM imediatamente após o seu estabelecimento, os grupos jihadistas se fortaleceram e, especialmente a partir de 2019, ampliaram a intensidade e a frequência dos ataques. O fortalecimento dos ataques na região do Lago Chade exigiu realocação de efetivos chadianos de G5 Sahel e MINUSMA para a região. O presidente Mahamat Déby reafirmou, em junho de 2021, seu compromisso com a FMM, a MINUSMA e o G5 Sahel.

Refugiados

Em função de sua posição geográfica na África, o Chade tem sido duramente atingido por crises de refugiados de seu entorno.

O Escritório das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em N'Djamena estima que existam atualmente mais de 900 mil pessoas deslocadas, incluindo 480.000 refugiados e requerentes de asilo e 336.000 deslocados internos (sobretudo na região do Lago Chade, afetada pelos ataques do Boko Haram). A insegurança em países vizinhos não favorece o retorno das populações deslocadas para o leste, o lago Chade e a região sul do país.

Insegurança alimentar, desnutrição, deslocamentos populacionais constantes e emergências de saúde afetam metade da população do país, que se encontra em permanente vulnerabilidade, exacerbada pelos baixíssimos níveis de desenvolvimento do país e os fatores de risco climáticos. Quase 4,3 milhões de pessoas, 51% delas mulheres, precisam de assistência humanitária externa de emergência e apoio para poderem sobreviver. Em abril de 2021, o Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (OCHA) anunciou a necessidade de USD 470 milhões para financiar suas ações de apoio, uma vez que há muitos centros de acolhimento no país, especialmente nas fronteiras leste e oeste.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Até o início da década de 1990, a economia do Chade era baseada em atividades agrícolas e pastorais bastante tradicionais. Não produzindo nenhum produto de grande demanda no mercado internacional, havia sérias dificuldades para a monetização da economia e, dessa forma, para a dinamização das relações mercantis. Em termos regionais, o Sul, com terras mais férteis, concentrava a maior parte da população, que, majoritariamente, retirava seu sustento do cultivo do algodão. O Norte, por sua vez, mais árido, possuía menor densidade demográfica e peso econômico.

A economia do país, contudo, modificou-se com a descoberta de consideráveis reservas de petróleo no início dos anos 1990. Transformações significativas tiveram lugar em decorrência dos investimentos necessários para implantar a indústria petrolífera. Embora a distribuição territorial da população tenha se mantido

relativamente estável e apesar de a produção de algodão continuar importante para o sustento de 10% da população chadiana, percebeu-se declínio da participação das atividades agropecuárias no PIB. Ademais, houve considerável incremento da capacidade de gasto do Estado, uma vez que suas receitas cresceram significativamente. Por fim, houve mudança bastante significativa nas exportações do país, que, além de terem crescido exponencialmente, estão baseadas quase que unicamente em um produto: o petróleo, que, em geral, corresponde a cerca de 80 % do total exportado.

A partir de 2006, a produção petrolífera parou de crescer e, mais recentemente, iniciou uma trajetória de declínio. Essa queda na produção é associada à diminuição da produtividade do importante campo de Doba, no sul do país. Nesse contexto adverso, o PIB sofreu contração de cerca de 6% em 2016 e de 1% em 2020. O FMI avalia que a economia chadiana deve alterar a tendência negativa dos últimos anos e crescer cerca de 2% em 2021.

Perfil Energético

O Chade tem reservas de petróleo estimadas em 1,5 bilhões de barris, cifra pouco inferior à do Gabão – tradicional produtor africano –, e a décima maior do continente. A maior bacia do país, na região conhecida como Doba, teria reservas equivalentes a 900 milhões de barris. O país teria também potencial para a exploração de gás natural.

A prospecção no país teve início ainda na década de 60, sua primeira concessão foi aprovada em finais dos anos 80, mas a produção ganhou impulso a partir da entrada em operação, em 2001, de oleoduto de pouco mais de mil quilômetros de extensão que atravessa o território de Cameroun para o escoamento do petróleo via instalação portuária daquele país. Em 2006, foi criada a estatal Sociedade de Hidrocarbonetos do Chade (SNT, na sigla em francês), que, por meio de parcerias com empresas locais e companhias petrolíferas internacionais – entre elas a ExxonMobil, Chevron, Shell, a malásia Petronas e a chinesa CNPC –, atua em diferentes segmentos da cadeia de valor do setor de petróleo e gás no país. Segundo estimativas de órgão de controle interno independente, as receitas governamentais derivadas do recebimento de *royalties* da produção de petróleo chegaram a alcançar cerca de 60% do orçamento nacional. Apesar da produção local, o Chade importa parte considerável dos derivados de petróleo que consome e tem limitada capacidade de refino, equivalente a cerca de 20.000 barris/dia

na única refinaria em funcionamento no país, situada desde 2011 na cidade de Djarmaya.

Comércio e investimentos bilaterais

A importância do comércio bilateral é marginal para os dois países. Em 2012, a corrente de comércio entre os dois países alcançou seu maior patamar, US\$ 16,296 milhões. Desde então, houve uma redução significativa. Em 2020, a corrente de comércio totalizou US\$ 2.402.992. A pauta de comércio tem sido historicamente composta em sua quase totalidade por exportações brasileiras, dominadas por carnes e açúcar. O Banco Central do Brasil não possui registro de fluxos de investimentos diretos bilaterais.

MAPA



DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS SOBRE O CHADE	
NOME OFICIAL:	República do Chade
GENTÍLICO:	chadiano
CAPITAL:	N'Djamena
ÁREA:	1.284.000 km ²
POPULAÇÃO:	16,4 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe e Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (52%), Protestantes (24%), Católicos romanos (20%) e outras (cultos tradicionais animistas, bahai e ateus)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Mahamat Idriss Déby Itno (desde 21 de abril de 2021)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Albert Pahimi Padacké (desde 26 de abril de 2021)
CHANCELER:	Amine Abba-Sidick (desde 2 de maio de 2021)

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL:	US\$ 11 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP):	US\$ 25, 96 bilhões
PIB PER CAPITA	US\$ 660,00
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 1.580,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-5,6% (2016); - 2,4% (2017); 2,3% (2018); 3% (2019) -0,9% (2020); 1,8% (2021)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA (XAF)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros no Chade

Brasil /Chade	2011	2013	2015	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	2.530,32	1.374,02	1.254,77	821,60	1.392,849	2.106,147	2.403,051
Exportações	2.528,77	1.351,94	1.188,66	784,53	1.390,196	1.998,470	2.402,992
Importações	1,55	22,09	66,11	37,06	2,653	107,677	59
Saldo	2.527,23	1.329,85	1.122,55	747,47	1.387,543	1.890,793	2.402,933

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1960: O Chade alcança sua independência em 1960, sob a liderança de François Tombalbaye.
1965: Inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década.
1975: François Tombalbaye é retirado do poder e morto. Assume o General Félix Malloum.
1979: Forma-se governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Ouedde.
1982: Hissène Habré assume o poder.
1990: Idriss Déby Itno assume a presidência do país.
1992: A organização de partidos políticos de oposição é autorizada.
1996: Aprova-se, via <i>referendum</i> , constituição. Idriss Déby Itno é eleito Presidente.
2001: Idriss Déby Itno é reeleito presidente.
2004: Aprovam-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumenta-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais.
2006: Idriss Déby Itno é reeleito.
2011: Idriss Déby Itno é reeleito.
2016: Idriss Déby Itno é reeleito para um quinto mandato de cinco anos.

Dezembro de 2017: O Presidente Idriss Déby Itno realiza reforma ministerial, reduzindo o número de ministros de 37 para 24.

2021: Após novamente reeleito em 2021, Idriss Déby Itno é morto. Governo provisório liderado por Mahamat Idriss Déby é instalado.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996: Estabelecimento das relações diplomáticas.

2009: Início do projeto de cooperação técnica "Cotton-4", atualmente chamado "Cotton4+Togo".

2010: Visita da Ministra da Agricultura e Irrigação, Mahamat Maria, ao Brasil.

2012: Visita ao Brasil do Presidente Idriss Déby Itno, por ocasião da Rio+20.

2016: I Reunião do Comitê Gestor do Projeto Cotton-4+Togo, em Brasília (abril).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM IAUNDÊ
VISANDO À CUMULATIVIDADE COM O CHADE**

Embaixadora Patrícia Maria Oliveira Lima

**Alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional do Ministério das Relações Exteriores
(PEI-MRE)**

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixadora Patrícia Maria Oliveira Lima**

Nascida no Rio de Janeiro, em 01 de março de 1964, cursou Licenciatura e Bacharelado em História na Universidade de Brasília e tornou-se Especialista na área de História da Política Externa Brasileira, também na UnB, antes de ingressar no Instituto Rio Branco em 1989. No Brasil, trabalhou como assistente na Divisão de Imigração, entre 1991 a 1994, e também atuou no Departamento Cultural, na antiga SGAP I (COCIT) e no Departamento da África, além de ter chefiado a Divisão de Cooperação Jurídica Internacional. No exterior, serviu nas Embaixadas do Brasil em Moscou, Nicarágua, São Salvador, Santiago e Lima, e participou de missões oficiais em Viena, Washington, Lusaka, Pretória, Durban, Paris, dentre outras.

Ao longo da carreira, a Embaixadora Patrícia Maria Oliveira Lima adquiriu experiência diversa, em especial em temas consulares, comerciais, culturais e políticos, o que poderá contribuir para o desenho e a implementação de ações com vistas ao estreitamento dos laços entre Brasil e Chade, caso sua indicação para a embaixada em Iaundê, com cumulatividade em Ndjamena, seja confirmada.

A esse respeito, à luz do trabalho desenvolvido em Cartum, entre 2019 e 2022, poderão vir a ser exploradas oportunidades no Chade nos setores de indústria e serviços de defesa, agricultura, energia, mineração, entre outros. De igual maneira, poderão ser vislumbrados projetos nos campos de comércio e ampliadas as ações em termos de cooperação bilateral.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com informações e análises sobre a situação política, social, econômica e de segurança do Chade para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO (cumulativo com a embaixada do Brasil em Iauandê)

- 1) Examinar, com o apoio da APEX, formas de ampliar a participação de produtos e brasileiros no mercado chadiano
- 2) Melhorar o diálogo político e a cooperação bilateral, angariando apoio do Chade ao fortalecimento e reforma gradual das instituições multilaterais, de modo a refletir as

realidades do mundo contemporâneo e, desse modo, ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais

- 3) Melhorar o diálogo político e a cooperação bilateral com o Chade
- 4) Oferecer serviços consulares de qualidade à pequena comunidade brasileira residente no país, quando esta demande apoio junto ao setor consular da Embaixada em laundê
- 5) Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral, com ênfase em produtos de maior valor agregado

- *Promover produtos da indústria nacional, como máquinas e equipamentos do setor agrícola, produtos farmacêuticos entre outros, em consulta junto a associações setoriais e à Apex Brasil.*
- *Apoiar, se houver demanda, a realização de missões empresariais, de lado a lado, de modo a fomentar o fluxo de comércio direto entre o Brasil e o Chade.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de telegramas sobre o comércio bilateral com o Chade, inclusive no que se refere ao acompanhamento do fluxo de comércio**
- 2) **Número de ocasiões em que haja apoio a empresas interessadas em exportar para o Chade, conforme a demanda**

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, a situação política, social e de segurança do Chade com vistas a prover os formuladores de política externa com subsídios para tomada de decisões

- *País da África Central, o Chade tem território de 1.284.000 km² e população de aproximadamente 16 milhões. Sem saída para o mar, compartilha fronteiras com a Líbia, o Sudão, a República Centro-Africana, o Cameroun, a Nigéria e o Níger. Ex-colônia francesa, o país tornou-se independente em 1960. Atualmente, o Chade é visto pelas potências mundiais como importante aliado na luta contra o terrorismo no Sahel.*
- *Com a exceção das imediações do Lago Chade e do sul do país, o Chade é marcado pelo semiárido Sahel e pelo deserto do Sahara ao norte. Há grande diversidade de grupos étnicos (sara, canuri, fulani, haussa, árabes e outros) e relativa diversidade religiosa (maioria muçumana, mas com presença cristã significativa). Cerca de 75% da população é rural, com a população urbana concentrada na capital, N'Djamena. Aproximadamente metade da população tem menos de 15 anos, com a expectativa de vida ao*

nascer na faixa dos 50 anos. O Chade integra a lista de países com o menor desenvolvimento relativo do planeta

- *Em 1989, depois de décadas de conflitos internos, Idriss Déby Itno fundou, no Sudão, o Movimento Patriótico de Salvação. Chegou ao poder em 1990. Ao se estabelecer na presidência, comprometeu-se com uma transição para a democracia. A organização de partidos políticos de oposição foi autorizada em 1992. Além disso, concedeu-se maior liberdade de expressão e de imprensa. O início do governo Idriss Déby coincidiu com a descoberta e o começo da exploração de grandes reservas de petróleo. Por fim, em 1996, aprovou-se a constituição via referendo, e realizaram-se eleições vencidas por Idriss Déby. Este foi reeleito em 2001, 2006, 2011, 2016 e 2021. Poucos dias após a eleição de abril de 2021, foi anunciada sua morte em campo de batalha. Foi instaurado governo provisório liderado por um de seus filhos, Mahamat Déby Itno.*
- *Além das questões inerentes ao baixo índice de desenvolvimento do Chade, o fato de não haver embaixadas residentes do Chade em Brasília e do Brasil em N'Djamena limita a interlocução e a realização de atividades de promoção comercial, cultural, de cooperação, entre outras.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa do Chade**
- 2) **Número de reuniões com representantes do governo Chade**

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Contribuir para o apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões com vistas a obter apoio do Chade a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de gestões com representantes do Chade para fazer gestões em favor de candidaturas do Brasil em organismos multilaterais**

IV - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Identificar possíveis áreas de cooperação bilateral na área ambiental

- *Verificar o interesse do Chade em cooperação na área ambiental.*
- *Divulgar e difundir informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia.*

- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de reuniões e gestões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão
 - 2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano

V - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, SAÚDE E DEFESA

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - 1) Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países, com vistas a ampliar a cooperação na área
 - *Tendo em vista a importância geoestratégica do país, explorar possibilidades de diálogo mais próximo entre as forças armadas, durante eventos multilaterais na área de defesa.*
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de contatos com autoridades do Chade para tratar do tema

VI - COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - 1) Fortalecer a cooperação técnica entre os países em projetos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Chade
 - *Atualmente, o Brasil conta com duas iniciativas regionais em cotonicultura das quais participa o Chade: Projeto Cotton-4+Togo (Benim, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo), e Curso de aperfeiçoamento de técnicos africanos (Benim, Burkina Faso, Burundi, Cameroun, Chade, Côte d'Ivoire, Maláui, Mali, Quênia, Senegal, Tanzânia, Togo, Zimbábue).*
 - *O projeto "Fortalecimento tecnológico e difusão de boas práticas agrícolas para o algodão em países do Cotton-4 e no Togo", mais conhecido como Cotton-4+Togo, objetiva contribuir para o aumento da competitividade da cadeia produtiva do algodão no Chade, no Benim, no Burkina Faso, no Mali e no Togo. Em cada um dos países, foi implantada pela Embrapa, com apoio da ABC, uma unidade demonstrativa, na qual foram semeadas, em pequenas parcelas, dez variedades de algodão desenvolvidas no Brasil, bem como reproduzidas as técnicas de manejo, transferidas por meio de capacitações. Mais de quatrocentos técnicos dos quatro países participaram de todos os cursos previstos, organizados tanto no Brasil quanto no Mali em três técnicas agrícolas sustentáveis: plantio direto sob cobertura vegetal, manejo integrado de pragas e melhoramento genético do algodoeiro.*
 - *O projeto "Aperfeiçoamento de Técnicos Africanos em Cotonicultura" tem como objetivo fortalecer as bases da cadeia produtiva do algodão e da agricultura familiar locais nos países beneficiários (Benim, Burkina Faso, Burundi, Chade, Cameroun, Côte d'Ivoire, Mali, Senegal, Togo, Maláui, Quênia, Tanzânia, Zimbábue). A Universidade Federal de Lavras (UFLA) foi a instituição implementadora técnica do lado brasileiro.*

- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de Notas Verbais relativas a projetos de cooperação técnica enviadas à contraparte
 - 2) Número de reuniões relativas a projetos de cooperação técnica com a contraparte
 - 3) Número de missões brasileiras recebidas no âmbito do projeto
 - 4) Número de vistos concedidos aos chadianos para receber treinamento no Brasil no âmbito do projeto
 - 5) Visitas realizadas aos locais beneficiados pelo projeto

VIII - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR, QUANDO FOR O CASO.

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - 1) Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira no Chade, inclusive por meio da constante facilitação do acesso a tais serviços
 - *A última estimativa era de que houvesse poucos brasileiros residentes no Chade, com número pequeno de visitantes temporários*
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda

EMBAIXADA DO BRASIL EM IAUNDÉ
RELATÓRIO DE GESTÃO (2018 - 2021)
EMBAIXADORA VIVIAN LOSS SANMARTIN

CHADE (CUMULATIVIDADE)

Transmito, abaixo, relatório simplificado de gestão (cumulatividade) no período de 17 de julho de 2018 até o presente momento, para encaminhamento ao Senado Federal.

2. O acompanhamento da situação política e econômica do Chade foi feito através do levantamento e análise de noticiário de imprensa disponível online, uma vez que não há diários ou publicações impressos do país no Cameroun.

3. Detentor de um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo - 0.398 em 2019, ocupando a 187 posição no ranking do PNUD - o Chade foi marcado, ao longo de sua história, por sucessivas crises institucionais e políticas e conflitos armados, com governos de corte autoritário. À realidade de pobreza e subdesenvolvimento deste país sem acesso ao mar vieram somar-se, na última década, as ameaças representadas pela atuação de grupos terroristas na região do Lago Chade, bem como de bandos criminosos armados, oriundos de países vizinhos como a Líbia, a Nigéria, o Sudão e a República Centro-Africana. Conforme o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no final de novembro de 2021 havia 1.043,469 pessoas deslocadas no Chade, das quais 525.228 refugiados provenientes do Sudão, da RCA, da Nigéria e do Cameroun.

4. Com território de 1.284.000,00 km² - sendo aproximadamente 50% desértico - a principal fonte de renda dos cerca de 17 milhões de habitantes é a agricultura e pecuária tradicionais. O Chade possui rebanho de 130 milhões de cabeças (bovinos, caprinos, camelídeos), a maior parte utilizado para corte e vendido "em pé". As principais culturas são o milho, o algodão e o açúcar, voltadas para o consumo interno. O país é o segundo produtor mundial de goma arábica. Sessenta por cento das receitas de exportação do país provêm da produção petrolífera, escoada por meio de gasoduto que atravessa o Cameroun.

5. A situação do país foi fortemente impactada pela queda nos preços internacionais do petróleo entre 2014 e 2016. O Banco Africano de Desenvolvimento Africano projeta recuperação da economia chadiana, puxada pela retomada da demanda por matérias primas no período pós-pandemia, nos setores de produção de petróleo, algodão e indústria têxtil, com crescimento de 6.1 % em 2021 e 5 % em 2022.

6. Em abril de 2021, a morte em combate do Presidente Idriss Déby Itno, que acabava de ser reeleito para o sexto mandato, ocasionou a ascensão ao poder de junta militar, encabeçada por um dos filhos de Itno, o General Mahatma Idriss Déby, o fechamento da Assembleia Nacional e a adoção de uma "Carta de Transição". Denunciada pela oposição, a assunção do poder pelos militares foi justificada pela situação complexa e volátil enfrentada pelo país, com a ameaça do grupo armado FACT (Frente

para a Alternância e Concórdia no Chade), responsável pela morte do mandatário, de marchar sobre a capital, N'Djamena.

7. As promessas feitas pela Junta de realização de um Diálogo Nacional Inclusivo e de uma transição para novo governo civil, no prazo de 18 meses, com a realização de eleições presidenciais e legislativas, lograram evitar que a União Africana determinasse sanções ao país, e igualmente o apoio, condicional, da França e demais países ocidentais à nova situação. Pesou para esse apoio o fato de ser o Chade um aliado estratégico da França no combate ao terrorismo na zona do Sahel, integrando, juntamente com a Nigéria, o Níger, o Cameroun e o Benin, a Força Multinacional Mista, criada em 2015, com sede em N'Djamena, para combater o terrorismo na Bacia do Lago Chade. O país também é membro do G-5 Sahel, ao lado de Burkina Faso, Mali, Mauritânia e Níger, criado em 2017 com o mesmo objetivo. Novo ciclo de instabilidade e eventual guerra civil no Chade colocariam em risco toda a região saheliana, com efeitos graves para vizinhos como o Cameroun, que já abriga número expressivo de refugiados em seu território.

8. O Diálogo Nacional Inclusivo, inicialmente previsto para ter lugar entre novembro e dezembro de 2021, com participação de representantes de todos os setores da sociedade, da diáspora e de movimentos político militares (caso as pré-condições por estes apresentadas sejam atendidas), foi deslocado para meados de 2022. Antes do DNI, foi anunciada a realização, no Qatar, de um "pré-diálogo" entre Idriss Déby e os principais líderes de grupos rebeldes. Os resultados do diálogo serão fundamentais para determinar se o país poderá abrir nova página em sua história, com o agendamento e realização de eleições legislativas e presidenciais, a adoção de nova Carta Magna e a devolução pacífica do poder aos civis. Cumpre recordar que o prazo estabelecido pela Junta Militar para o final do governo de transição encerrar-se-á em outubro de 2022.

9. Ao fazer entrega de minhas cartas credenciais ao então presidente do Chade Idriss Déby Itno, em fevereiro de 2020, este mencionou projeto de abrir escritório comercial em Brasília, a ser posteriormente elevado ao status de embaixada. Destacou igualmente o interesse do governo em promover a criação de cadeias de valor no setor pecuário e afirmou que empresas brasileiras interessadas em construir abatedouros e frigoríficos no país seriam bem vindas. No âmbito político, foi evocado o interesse do Chade em assinar acordo de cooperação e criar comissão mista bilateral. Registre-se que contraproposta brasileira de assinatura de Memorando de Entendimento para a criação de um Mecanismo de Consultas Políticas, apresentada em 2018, ainda não obteve reação do governo chadiano.

10. Em visita que fiz ao então Ministro da Pecuária e Produção Animal, foi evocado interesse em receber investimentos da empresa paranaense Globoaves, com vistas à construção de um criadouro e abatedouro de aves nas imediações de N'Djamena - no âmbito do "Projeto Kondoul". As negociações, contudo, não avançaram. Em encontro com a então Ministra do Comércio, Indústria e Promoção do Setor Privado, destaquei a ampla oferta de maquinário, tecnologias e possibilidade de treinamento para apoiar o Chade em seu projeto de modernização da agricultura e pecuária e diversificação econômica.

11. No que respeita ao intercâmbio comercial, a análise dos resultados das trocas nos últimos dois anos demonstra que o comércio entre os dois países permanece marginal e se concentra essencialmente em exportações brasileiras de carne de frango e seus derivados. O comércio total entre os dois países em 2019 foi de US\$ 2,1 milhões, com exportações brasileiras de quase US\$ 2 milhões,

dos quais 92,3% compostas por carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas de aves, e 3,5% por produtos de confeitaria sem cacau. As importações do Chade, no valor aproximado de USD 100.000 em 2019, foram compostas por produtos químicos (preparações com tetrafluoretano e pentafluoretano, etc) e materiais elétricos (diodos e emissores de luz, parafusos, etc). Não houve importações provenientes do Chade em 2020, em decorrência do fechamento das fronteiras determinado pela pandemia do COVID-19. O Brasil, por sua vez, exportou mercadorias no valor de USD 2,4 milhões, 90,5% das quais no item "Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas de aves" e 8% no item "Produtos de confeitaria sem cacau".

12. Na área de cooperação técnica internacional, vale destacar que o Chade foi um dos países beneficiados pelo projeto "Cotton 4 + Togo", que incluiu, além deste país, o Benin, o Burkina Faso, o Mali e o Togo, e foi realizado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a partir de 2009.

13. No que tange à cooperação política, foi mantida regular e cordial interlocução do posto com a Embaixada do Chade em Iaundê, mormente para solicitar o apoio chadiano a candidaturas brasileiras em organismos internacionais. Foram realizadas, entre julho de 2018 e novembro de 2021, 14 gestões junto à Chancelaria do Chade.

Principais ações realizadas:

- Cobertura da situação política e securitária do país e da atuação do Chade no contexto da luta contra o terrorismo na região do Sahel;
- Acompanhamento e apoio às atividades do Chade no âmbito do projeto de cooperação "Cotton 4 + Togo";
- Realização de gestões em favor de candidaturas brasileiras em organismos internacionais;
- Apoio a nacionais residentes no Chade;
- Acompanhamento das trocas comerciais entre o Brasil e o Chade, de resto de valor pouco expressivo.

Principais dificuldades

- O quadro de lotação da Embaixada do Brasil no Cameroun dificulta o acompanhamento regular de temas afetos ao Chade.
- As fortes restrições orçamentárias, ademais, não permitiram a organização de missões ao país, com vistas a manter contatos com as autoridades chadianas. Com o advento da pandemia do Covid-19 em 2020, e o fechamento das fronteiras daquele país, tais deslocamentos passaram a ser inviáveis.
- Há dificuldade em obtenção de reação do lado do Chade no que respeita a pedido de apoio a candidaturas brasileiras ou de resposta a propostas de instrumentos bilaterais.

Principais sugestões para o próximo Chefe de Missão

- Examinar a possibilidade de - passado o atual período de transição - realizar visita ao país, de forma a manter encontros com o futuro governo chadiano, identificar áreas de cooperação e formas de incrementar o intercâmbio comercial.
- Em cooperação com a APEX, identificar eventuais nichos de oportunidades para a exportação de produtos ou serviços brasileiros para o Chade
- Renovar consulta ao Chade, realizada em novembro de 2020, sobre a contraproposta brasileira de Acordo de Cooperação Técnica bilateral.

EMBAIXADA DO BRASIL EM IAUNDÉ
RELATÓRIO DE GESTÃO (2018 - 2021)
EMBAIXADORA VIVIAN LOSS SANMARTIN

CAMEROUN

Transmito, abaixo, relatório simplificado de gestão, no período de 17 de julho de 2018 até dezembro de 2021, para encaminhamento ao Senado Federal, nos termos da circel 98005/2015.

Quadro geral

2. O Cameroun é conhecido como a "África em miniatura", em razão da diversidade de biomas e grupos étnicos que o compõem. Oficialmente bilíngue (francês e inglês), estima-se que mais de 250 idiomas ou dialetos locais sejam falados no país. A maioria cristã (70% da população) convive em harmonia com a minoria muçulmana (24%), concentrada na parte setentrional do país. As relações entre a maioria francófona (83% da população) e a minoria anglófona (17%) contudo, sempre foram problemáticas e se deterioraram a partir de 2016, quando reivindicações de advogados e professores contra as discriminações sociais e econômicas sofridas pelas populações das regiões do Sudoeste e Noroeste foram reprimidas com violência, dando início ao chamado conflito anglófono.

3. Para além do conflito na zona anglófona, o ressurgimento do tribalismo, que opõe grupos étnicos, notadamente a etnia Bamileke e a etnia Béti (à qual pertence o Presidente Paul Biya) tem sido apontado como um problema crescente no país, ameaçando a coesão e a paz social.

4. A posição geoestratégica do Cameroun, na fronteira natural entre a África Ocidental, a África Central e a África Oriental, faz com que a estabilidade política do país seja um ativo sempre recordado pelas autoridades - e que justificaria a longa permanência no poder do Presidente Paul Biya, que sucedeu ao primeiro mandatário, Ahamadou Ahijo, em 1982.

I - Política - evolução recente

5. Após período conturbado, na esteira da reeleição de Paul Biya para novo mandato presidencial, em outubro de 2018, e do início de novo septenato, a situação política no Cameroun passa por período de relativa acalmia - o que não significa que as crises de segurança que o país atravessa tenham sido superadas. O resultado do pleito, com efeito, foi contestado pelo líder do Movimento para o Renascimento do Cameroun (MRC), Maurice Kamto, que se declarou vencedor. Manifestações organizadas pelo partido foram duramente reprimidas, e Kamto, acusado de insurreição, foi preso em janeiro de 2019, juntamente com mais de uma centena de correligionários.

6. O conflito separatista anglófono, por sua vez, continuou a escalar, com a multiplicação de ataques de grupos secessionistas a alvos militares e civis, destruição de escolas, hospitais e outros prédios públicos, sequestros e assassinatos. Organizações não governamentais passaram, ao mesmo tempo, a acusar as forças de ordem e segurança de violações dos direitos humanos cometidas contra as

populações anglófonas. Calcula-se que, desde 2016, mais de 3.000 pessoas, entre militares e civis, tenham perecido no conflito, que causou igualmente o deslocamento interno de 700.000 pessoas e impediu o acesso à escola de 860.000 crianças.

7. A crise na zona anglófona somou-se à crise securitária no Extremo Norte, onde desde 2014 ataques do grupo jihadista Boko Haram vêm causando a morte de civis e militares e a fuga de milhares de pessoas para a Nigéria ou para outras regiões do Cameroun. Apesar de ter sido gradualmente contida nos últimos anos, com o aumento do efetivo militar na área e a neutralização de líderes do grupo, a ameaça terrorista segue representando desafio significativo para a segurança e desenvolvimento da região, que detém os piores índices de IDH do país.

8. Em setembro de 2019 o governo anunciou a convocação do "Grande Diálogo Nacional", que teve lugar de 30/09 a 04/10, bem como a libertação de Maurice Kamto e demais detidos nos protestos contra a reeleição presidencial. Não obstante ter sido criticado por setores da oposição, o GDN produziu avanços no tocante ao processo de descentralização administrativa e financeira do país. Foi adotado o Código Geral das Coletividades Territoriais Descentralizadas (CGCTD), que prevê a transferência de numerosas áreas de atuação para os governos regionais e municipais, bem como a alocação a estes de percentual (no mínimo 15%) das receitas fiscais do país. Foram criados, ademais, conselhos regionais e estabelecido um "status especial" para as regiões anglófonas. O processo de transferência de competências e recursos avançou em 2021, com a publicação de diversos decretos presidenciais sobre a matéria.

9. Em fevereiro de 2020 foram realizadas eleições legislativas e municipais em todo o país. Os resultados do escrutínio deram ampla maioria ao partido governista, inclusive nas duas regiões anglófonas, em função do boicote ao pleito por partidos oposicionistas, como o MRC de Maurice Kamto e o SDF, tradicional partido de oposição de origem anglófona, que perdeu espaço para outras legendas nos últimos anos. Em dezembro do mesmo ano, conforme previsto no CGCTD, tiveram lugar as primeiras eleições regionais da história do Cameroun, resultando na escolha de 900 conselheiros regionais. Novamente, o partido governista colheu ampla vitória, conquistando a maioria dos cargos em 9 das 10 regiões do país.

10. Embora continue sendo o partido hegemônico no cenário político nacional, o RDPC, sob a condução de Biya, busca renovar-se. Há reconhecimento de que é preciso "rejuvenescer" a agremiação, cujos principais quadros pertencem à geração do Presidente ou têm mais de 60 anos, e reconstruir suas bases com inclusão de lideranças mais jovens. A oposição, de todo modo, não logrou até o presente conformar uma frente capaz de representar real ameaça à hegemonia do RDPC e partidos a ele associados.

II - Relações bilaterais - Visitas de alto nível, reuniões e gestões em favor de candidaturas brasileiras

12. Em setembro de 2019, o Ministro da Justiça e Guardião dos Selos do Cameroun, Laurent Esso, visitou o Brasil, ocasião em que assinou com o então Ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro um tratado de extradição e um acordo de transferência de pessoas condenadas. Esso manteve igualmente reunião negociadora sobre acordo de cooperação jurídica em matéria civil. Contraproposta camerounesa do texto encontra-se sob análise no MJSP.

13. Em 17 de junho de 2021 foram retomadas, sob novo formato, as consultas políticas bilaterais. A primeira reunião do Mecanismo de Consultas políticas bilaterais, realizada por vídeoconferência, em razão da pandemia do Covid-19, permitiu passar em revista extensa pauta de assuntos, incluindo diálogo sobre temas regionais e questões multilaterais, acordos em negociação, cooperação Sul-Sul, cooperação em matéria de defesa, cooperação educacional e cultural, ensino de português e apoio a parcerias privadas, entre outros.

14. No período de julho de 2018 a dezembro de 2021 foram realizadas 29 gestões para pedir apoio do governo camaronês a propostas e candidaturas brasileiras no âmbito do Sistema das Nações Unidas e demais organismos internacionais, com destaque para a candidatura do Brasil a assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mandato 2022-2023. Registro a acolhida invariavelmente positiva das autoridades camaronesas às demandas brasileiras, na maioria dos casos resultando em voto favorável do lado camaronês.

II - Economia

15. País mais populoso da Comunidade dos Países da África Central (CEMAC), com 26,8 milhões de habitantes, o Cameroun dispõe de vastos recursos naturais e está situado em posição geográfica estratégica, na chamada "dobradiça da África", o que lhe permite atuar como "hub" comercial para a região, notadamente para os vizinhos sem acesso para o mar. Todo o petróleo produzido no Chade é escoado através de oleoduto que atravessa o Cameroun até o porto de Kribi, na costa atlântica do país. Sua economia é a mais forte e diversificada da CEMAC, com PIB de USD 39 bilhões em 2019, mais de um terço do PIB dessa comunidade. Não obstante, a pobreza continua a afetar parcela expressiva da população. Segundo o Banco Mundial, o IDH do país em 2020 foi de 0,52, contra 0,56 um ano antes, refletindo queda de 0,04 pontos e situando o país em 156º lugar no mundo entre 189 países do ranking do PNUD.

16. O Cameroun enfrentou grave crise econômica na esteira da queda dos preços do petróleo, a partir de 2014, o que o levou a celebrar acordo de 3 anos com o FMI em 2017. Renovado em 2021, após a forte contração da economia em 2020 causada pela pandemia do Covid-19 (-2,4%), o acordo com o Fundo teve o condão não apenas de aportar recursos para sanar as dificuldades financeiras do governo, mas para que fossem adotadas práticas e medidas destinadas a combater a corrupção e o desvio de dinheiro público, a tornar mais eficiente o funcionamento da máquina estatal e a melhorar o clima de negócios, que no entanto continua desafiador (167º. posição no "Doing Business" do Banco Mundial em 2020).

17. O Banco Africano de Desenvolvimento projeta um crescimento do PIB camaronês de 3,5% em 2021 e 4% em 2022, a depender da evolução da pandemia, da melhoria da situação securitária, do avanço no processo de descentralização e do programa de reconstrução das regiões anglófonas e da implementação da nova estratégia de desenvolvimento nacional para o período de 2020-2030 (SND-30). O SND substituiu o Documento de Estratégia de Crescimento e Emprego (DSCE), adotado para a década anterior, e incorpora política de substituição de importações, visando ao desenvolvimento da produção e da indústria locais e à redução dos gastos com importação de produtos de primeira necessidade, como arroz, pescados, laticínios, etc.

18. O nível da dívida pública cresceu rapidamente nos últimos anos, passando de 12% do PIB em 2004 para 44,2 % em março de 2021 (cerca de USD 19,2 bilhões), sendo a China o principal credor

(27,4% do total e 61,3% da dívida bilateral). Tal crescimento deveu-se principalmente à implementação de um programa de investimentos em grandes projetos de infraestrutura, conforme definidos no DSCE. Não obstante, avaliação do FMI e do BAD é de que a dívida continua viável (45,8% do PIB), estando longe do limiar de tolerância de 70% do PIB estabelecido para a zona CEMAC.

III - Comércio Bilateral

19. O intercâmbio bilateral totalizou USD 41,9 milhões em 2020, com exportações brasileiras de USD 38,8 e importações do Cameroun de USD 3,1 milhões. Tradicionalmente superavitário para o Brasil, o comércio bilateral é caracterizado por baixa diversificação de ambos os lados. Estudo realizado pelo Setor de Promoção Comercial da Embaixada (SECOM) listou diversos produtos em vários setores, do alimentício ao cosmético, com potencial de demanda no mercado local. Ademais, a aprovação, em 2021, de isenções fiscais e alfandegárias para a importação de bens, equipamentos e insumos destinados a apoiar o desenvolvimento da agricultura, pesca e pecuária, e a abertura do mercado de material genético avícola para exportadores brasileiros, também em 2021, oferecem novas oportunidades de crescimento e diversificação das trocas bilaterais.

20. Em linha com os objetivos traçados pelo governo brasileiro, no sentido de promover o agronegócio nacional, e tendo presente as oportunidades existentes no Cameroun, dei prioridade durante minha gestão à promoção de nossos produtos e serviços, a exemplo de equipamentos, máquinas e sobretudo, de nosso "know how" em termos de agricultura tropical. Nesse contexto, foram realizados, em 2019 (Iaundê) e 2020 (Ngaoundéré), seminários sobre o agronegócio brasileiro, com foco na apresentação das técnicas desenvolvidas pela EMBRAPA para a agricultura tropical e nas oportunidades de parcerias de investidores camerouneses com empresas brasileiras para desenvolver o setor agropecuário local.

21. Apesar de não haver grandes empresas brasileiras com presença no Cameroun, cumpre destacar os esforços para ingressar no mercado local realizados pela empresa Tace Trading (Limeira, SP). Com representante comercial em Iaundê, a sociedade paulista já organizou, desde 2018, 5 missões de empresários e prefeitos camerouneses ao Brasil, logrando obter contratos para a elaboração de projetos e fornecimento de bens de capital - a exemplo da construção de centro de piscicultura e lazer na sub-prefeitura de Iaundê IV. Registro que as missões mais recentes foram em boa medida resultado concreto dos seminários supramencionados, tendo a maioria dos participantes assistido a um dos eventos.

22. Em abril de 2021, o governo camerounês decidiu abrir o mercado para a exportação brasileira de material genético avícola, graças ao status sanitário do país (sem gripe aviária). O SECOM do posto trabalhou para obter a validação de certificados sanitários junto às autoridades camerounesas e organizou, em parceria com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), reunião virtual de produtores e exportadores brasileiros com a associação avícola camerounesa (IPAVIC). Em junho e agosto de 2021, foram registradas exportações iniciais no valor de USD 98,654 (8.26 toneladas). O principal obstáculo para ampliar e assegurar a participação brasileira no mercado de material genético avícola no Cameroun (tradicionalmente abastecido por fornecedores europeus) consiste na inexistência de linhas aéreas ou marítimas diretas, o que ocasiona demora, perda de produtos e custos suplementares. Na avaliação da ABPA, o Cameroun tem potencial para se tornar importante destino

para as exportações brasileiras, sendo entretanto necessário consolidar a parceria com o setor avícola local e buscar soluções para as dificuldades acima mencionadas.

23. Com a exceção de ações pioneiras como a da Tace Trading, e iniciativas da Câmara de Comércio Brasil-Cameroun (CCBC, sediada em São Paulo), a exemplo de missão de operadores econômicos brasileiros a este país em outubro/novembro de 2021, é ainda muito limitada a busca de oportunidades no Cameroun por parte de empresas brasileiras. Em consequência, esse espaço vem sendo crescentemente ocupado, para além dos parceiros tradicionais (China, França, Bélgica, Itália, etc) por países como Índia, Turquia, Egito e países do Golfo.

24. O ingresso brasileiro no mercado camerounês dependeria de investimentos em missões comerciais prospectivas ao país; participação regular em feiras locais ou regionais e divulgação da marca Brasil junto a potenciais importadores. Todos esses esforços, se coordenados e realizados de forma consistente, com apoio da APEX, poderiam aportar resultados a médio e longo prazos e abrir portas para o ingresso brasileiro em países vizinhos da subregião sem saída para o mar, que dependem para a recepção e escoamento de seus produtos das vias de acesso camerounesas, sendo o Chade o exemplo mais evidente.

25. Entre as ações realizadas pelo SECOM, caberia destacar: - Organização, em 2019 e 2020, de dois seminários sobre o agronegócio brasileiro - Lançamento, em 2020, de "Newsletter" trimestral do SECOM, com matérias sobre o agronegócio, a indústria, o turismo e feiras no Brasil - Apoio às iniciativas da Câmara de Comércio Brasil-Cameroun - Apoio às negociações da empresa EMBRAER Defesa e Segurança e sua subsidiária, ATECH - Apoio à empresa brasileira "Paulo Pan Sport", que mantém contratos de treinamento com equipes esportivas nacionais (futebol, voleibol, handebol, basquete) - Apoio à missão realizada pela CCBC e pelo Presidente do Centro Internacional para a Inovação e Transferência de Tecnologia Agrícola e Pecuária (CIITTA) a Iaundê em dezembro de 2021, para participar da primeira edição das Jornadas Econômicas Internacionais das Municipalidades e identificar projetos de desenvolvimento agroindustrial no país.

IV - Produtos de defesa

26. Remontam a 2014 os primeiros contatos entre o governo camerounês e a EMBRAER, com vistas à aquisição de aviões A-29 (Super Tucano) para a Força Aérea camerounesa. Prestei continuado apoio às atividades de promoção comercial da EMBRAER e aos representantes da empresa brasileira.

V - Cooperação em matéria de defesa

27. Minha chegada ao Cameroun coincidiu com a designação de oficial da Marinha do Brasil (MB) para cumprir missão de 2 anos (renovada em 2020) junto ao Centro Interregional de Coordenação (CIC) dos países do Golfo da Guiné. Sediado em Iaundê, o CIC destina-se a coordenar a luta dos países do Golfo contra a pirataria, a criminalidade e a pesca ilegal nessa região. A embaixada apoiou e participou de atividades do Centro, a exemplo de seminário organizado em parceria com o Escritório das Nações Unidas para o Crime e as Drogas (UNODC), que contou com palestrantes brasileiros.

28. Em agosto de 2018 foi assinado em Iaundê Memorando de Entendimento entre a MB e a Marinha Nacional do Cameroun. Entre outras atividades, o programa de trabalho bienal ao abrigo deste instrumento, renovado em 2020, prevê a oferta de vagas para treinamento e capacitação de oficiais e

praças camerouneses em centros de formação como a Escola Naval do Rio de Janeiro. Tenho colhido junto à Marinha camerounesa avaliação positiva do programa, que em curto espaço de tempo contribuiu para fortalecer os laços de amizade e confiança entre as duas forças e difundir, no meio castrense local, as doutrinas brasileiras.

29. Em 2021, três embarcações militares (Navio-Patrolha Araguari, Fragata Independência e Navio Patrulha Amazonas) fizeram escala nos portos de Douala e Kribi, no contexto de exercícios multilaterais no Golfo da Guiné (missão Obangame Express 2021, operação Guinex I e Grand African Nemo 2021), dos quais participaram oficiais da Marinha camerounesa. Além de reforçar a presença brasileira nas atividades de promoção da segurança no Golfo da Guiné, as missões da MB têm servido para dar concretude à iniciativa brasileira de revitalização da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS) e engajar países africanos, como o Cameroun, nesse processo.

30. Para além do apoio ao programa de trabalho entre as Marinhas, dei prioridade, em minha gestão, à negociação de acordo-quadro em matéria de defesa bilateral. Este instrumento, que se encontra praticamente pronto para a assinatura, propiciará a moldura jurídica adequada para que a cooperação militar bilateral seja aprofundada e estendida às demais forças.

VI - Cooperação técnica Sul-Sul

31. Em 2018, a ABC realizou duas missões precursoras ao Cameroun, no contexto de elaboração de projeto voltado para a informatização do sistema de registro civil e de desenvolvimento do setor de algodão local. O projeto no setor do algodão está em fase inicial de implementação, com missão de técnicos camerouneses ao Brasil. Aguarda-se a assinatura, pelos órgãos competentes camerouneses, do projeto relativo à modernização do registro civil do país.

32. A pedido do governo camerounês, estão em curso tratativas para a elaboração, pela ABC, de projeto de cooperação entre o SEBRAE e o Ministério das Pequenas e Médias Empresas, da Economia Social e do Artesanato, com foco em treinamento e capacitação no setor de artesanato (segmentos de madeira e têxteis) e no setor da agroalimentar.

VII. Cooperação entre academias diplomáticas

33. Retomei em 2018 a iniciativa lançada em 2015 para a negociação de Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto de Relações Internacionais do Cameroun, IRIC. Assinado em 17 de novembro de 2021 em Brasília, o MOU possibilitará o início de parceria entre o IRBr e uma das mais tradicionais e renomadas academias diplomáticas da África subsaariana, que completou 50 anos em abril de 2021, e tem sido responsável pela formação de gerações de diplomatas camerouneses e de países vizinhos, além de altos quadros da administração pública do país.

VIII- Telecomunicações

34. Em setembro de 2018, foi inaugurado o primeiro cabo de fibra ótica submarino ligando a África ocidental e o Brasil. O cabo "Sail", que conecta a cidade litorânea de Kribia a Fortaleza, é o resultado de parceria entre a empresa chinesa Unicom e a estatal de telecomunicações do Cameroun, CAMTEL. A CAMTEL anunciou que tenciona organizar missão empresarial ao Brasil em 2022 para divulgar o

"Sail", cuja capacidade está sub-utilizada, junto a potenciais investidores e clientes interessados em utilizar seus serviços.

35. Em desenvolvimento paralelo, Memorando de Entendimento entre a ANATEL e a Agência Reguladora de Telecomunicações do Cameroun (ART), negociado em 2021, deverá ser assinado em 2022, o que propiciará marco institucional para a cooperação entre as duas agências reguladoras.

VI - Promoção da imagem e cultura brasileiras

36. Dei continuidade em minha gestão a iniciativas lançadas por meu predecessor, entre as quais a realização da Semana do Filme brasileiro, em parceria com o projeto "Cinéma Ambulant". Trata-se de projeto que visa levar a sétima arte a lugares e pessoas que não têm acesso a salas de cinema tradicionais. Em fevereiro de 2019, foi realizada a 4ª edição da Semana, com projeções em Iaundê e na cidade vizinha de Obala.

37. A embaixada participou em 2019 e 2020 do festival gastronômico "Cuisines du Monde", organizado pelo Rotary Club de Iaundê. Com fins beneficentes, o evento possibilitou a difusão da cozinha brasileira junto a amplo público visitante, com repercussão na mídia televisiva nacional. Em 2021, registro a participação do posto no festival "Saveurs du Monde", organizado pela Chancelaria camerounesa, com a elaboração e apresentação de livro de receitas regionais do Brasil e do Cameroun.

38. Em junho de 2019, a embaixada organizou missão ao Cameroun do antropólogo Milton Guran no âmbito do projeto de cooperação bilateral para apoiar a candidatura do sítio arqueológico de Bimbria (porto de partida de navios negreiros para as Américas) à inscrição na lista do patrimônio mundial da UNESCO. Coordenador da campanha que levou à inscrição do Cais do Valongo (RJ) na lista, o especialista cumpriu extensa agenda, com visita ao sítio arqueológico, reuniões técnicas e palestras na universidade de Iaundê e no Centro de Pesquisa e Documentação sobre Tradições e Línguas Africanas (CERDOTOLA). Projeto de realização de oficina de capacitação para o trabalho de coleta da memória oral e de registro fotográfico, requeridos para a elaboração do dossiê da candidatura de Bimbria, proposto por Guran, poderá dar continuidade à cooperação bilateral para preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural.

39. Registro ainda a participação da embaixada no lançamento, de iniciativa "Pan African Mouvement". O projeto do empresário Paulo Pan, em parceria com o Escritório Regional da UNESCO, destina-se a promover o esporte nas escolas e formar jovens atletas, servindo de instrumento para a promoção da cidadania e da inclusão social. Para além dos objetivos de caráter social, servirá de vitrine para a empresa brasileira e seus serviços na área esportiva.

40. Outras atividades programadas não puderam ser realizadas em razão da pandemia do Covid-19 e de restrições orçamentárias. Não obstante, avalio ser importante que a vertente de cooperação cultural e difusão da cultura brasileira seja fortalecida.

VII - Cooperação educacional - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG).

41. Desde que passou a ser oferecido no Cameroun, em 2007, sessenta e dois (62) estudantes já foram selecionados para o programa Estudantes-convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-

PG): sendo 59 na Graduação (PEC-G) e 3 na Pós-Graduação (PEC-PG). Em março de 2020, o posto participou, em Iaundê, do Salão Internacional de Estudos "Campus du Monde", com o objetivo de divulgar o PEC-G junto a estudantes do final do ciclo secundário.

42. Apesar de haver interesse na formação acadêmica no Brasil, dois obstáculos principais reduzem o número de estudantes cameruneses e chadianos que se beneficiam do PEC-G. O primeiro é a inexistência de curso formal de português no país, o que gera a necessidade de que os estudantes aprendam a língua no Brasil, durante período prévio à entrada na universidade, com custos adicionais. O segundo é que o governo camerunês não oferece bolsas para os estudantes, o que limita a seleção dos candidatos àqueles oriundos de famílias mais abastadas, capazes de prover sua viagem ao Brasil e subsistência no país durante o período de formação. Nessas condições, países como a China, França, Canadá e EUA, que oferecem bolsas completas costumam ter maior apelo junto aos candidatos.

43. Registro, por fim, a retomada, em 2019, de curso de português oferecido na embaixada entre 2013 e 2017, no nível elementar. Nos últimos 3 anos, cerca de 50 alunos, dos quais boa parte composta por militares selecionados para realizar formação no Brasil, passaram pelo curso.

VIII - Pandemia do Covid-19

44. O posto tem acompanhado, desde a identificação dos primeiros casos de Covid-19 no Cameroun, as medidas tomadas pelo governo para reduzir os contágios, tratar os doentes e reduzir o impacto das restrições sanitárias sobre os diversos setores da economia. Tem informado sobre a evolução da pandemia, bem como sobre a evolução do programa de vacinação nacional. Foi prestado apoio financeiro para a repatriação de duas religiosas brasileiras aqui retidas em razão do fechamento das fronteiras.

Principais dificuldades encontradas:

- De forma conjuntural, a pandemia teve impacto significativo sobre as atividades de representação e de promoção cultural da embaixada. Em 2020 e 2021, o programa cultural não pôde ser realizado, em razão das medidas de distanciamento social e das restrições orçamentárias enfrentadas pelo Itamaraty. Tais medidas, da mesma forma, impossibilitaram as atividades de representação, limitando os contatos com membros do corpo diplomático e organismos internacionais, atores políticos e do setor privado, além de impedir a realização de missões técnicas e atrasar o avanço na aprovação de projetos. Houve atrasos na aprovação e implementação de projetos pelo governo local. A transmissão, pelo lado camerunês, de informações e convites para mostras, seminários, exposições, feiras e outros eventos com pouca ou nenhuma antecedência, muitas vezes impossibilitou a participação da embaixada ou de empresas e atores brasileiros. A pouca lotação da embaixada constituiu igualmente desafio permanente.

Sugestões para o próximo chefe do posto:

- Agendar a II reunião do Mecanismo de consultas políticas bilateral
- Avançar nos preparativos para a assinatura do Acordo-Quadro em Matéria de Defesa
- Concluir a negociação do Acordo de Cooperação jurídica em matéria civil

- Avançar no exame dos Memorandos de Entendimento e demais instrumentos de cooperação bilateral propostos pelo Cameroun que sejam de interesse do Brasil
- Dar continuidade ao curso de português na Embaixada e a atividades de divulgação do idioma, entre as quais a organização de cursos "online"
- Propor que seja examinada a possibilidade de criar Leitorado de português no Instituto de Relações Internacionais do Cameroun IRIC, ao abrigo do Memorando de Entendimento assinado em novembro de 2021
- Realizar a III edição do seminário sobre agronegócio brasileiro e oportunidades para o Cameroun em Douala, em 2022
- Concluir a elaboração do primeiro Guia "Como Exportar"
- Dar seguimento à elaboração trimestral da "Newsletter" do SECOM
- Realizar a segunda etapa do projeto de apoio à candidatura do Porto de Bimbia à lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM IAUNDÊ**

Embaixadora Patrícia Maria Oliveira Lima

**Alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional do Ministério das Relações Exteriores
(PEI-MRE)**

PERFIL DA CANDIDATA

Embaixadora Patrícia Maria Oliveira Lima



Nascida no Rio de Janeiro, em 01 de março de 1964, cursou Licenciatura e Bacharelado em História na Universidade de Brasília e tornou-se Especialista na área de História da Política Externa Brasileira, também na UnB, antes de ingressar no Instituto Rio Branco em 1989. No Brasil, trabalhou como assistente na Divisão de Imigração, entre 1991 a 1994, e também atuou no Departamento Cultural, na antiga SGAP I (COCIT) e no Departamento da África, além de ter chefiado a Divisão de Cooperação Jurídica Internacional. No exterior, serviu nas Embaixadas do Brasil em Moscou, Nicarágua, São Salvador, Santiago e Lima, e participou de missões oficiais em Viena, Washington, Lusaka, Pretória, Durban, Paris, dentre outras.

Ao longo da carreira, a Embaixadora Patrícia Maria Oliveira Lima adquiriu experiência diversa, em especial em temas consulares, comerciais, culturais e políticos, o que poderá contribuir para o desenho e a implementação de ações com vistas ao estreitamento dos laços entre Brasil e Cameroun, caso sua indicação para a embaixada em Yaoundé seja confirmada.

A esse respeito, à luz do trabalho desenvolvido em Cartum, entre 2019 e 2022, poderão vir a ser exploradas oportunidades em Cameroun nos setores de indústria e serviços de defesa, agricultura, energia, mineração, entre outros. De igual maneira, poderão ser vislumbrados projetos nos campos de comércio e ampliadas as ações em termos de cooperação bilateral.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com informações e análises sobre a situação política, social, econômica e de segurança do Cameroun para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

- 1) Ampliar e diversificar a participação de produtos e empresas brasileiras no mercado camerounês, com destaque para produtos do agronegócio e de defesa.
- 2) Melhorar o diálogo político e a cooperação bilateral, angariando apoio do Cameroun ao fortalecimento e reforma gradual das instituições multilaterais, de modo a refletir as

realidades do mundo contemporâneo e, desse modo, ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais

- 3) Melhorar o diálogo político e a cooperação bilateral com o Cameroun, potencializando a interlocução brasileira com a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a União Africana (UA)
- 4) Promover a imagem e a cultura do Brasil no Cameroun
- 5) Oferecer serviços consulares de qualidade à pequena comunidade brasileira residente no país e aos poucos turistas brasileiros que por lá transitam
- 6) Ampliar e diversificar a cooperação bilateral
- 7) Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral, com ênfase em produtos de maior valor agregado

- *Promover produtos da indústria nacional, como aeronaves, máquinas e equipamentos do setor agrícola, produtos farmacêuticos entre outros, em consulta junto a associações setoriais e à Apex Brasil.*
- *Apoiar a realização de missões empresariais, de lado a lado, de modo a fomentar o fluxo de comércio direto entre o Brasil e o Cameroun.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas brasileiras e camerounesas, investidores e câmaras e associações de comércio
- 3) Número de eventos (seminários, “webinários”, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócios, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, a situação política, social e de segurança do Cameroun com vistas a prover os formuladores de política externa com subsídios para tomada de decisões

- *Ex-colônia alemã, o Cameroun tornou-se, após a I Guerra Mundial, território sob mandato da Liga das Nações. A maior parte do território ficou sob o controle da França, ao passo que ao Reino Unido coube uma porção menor. Em 1º de janeiro de 1960, a parte francesa conquistou a independência. Referendo realizado na área sob tutela britânica em outubro de 1961 resultou na adesão da parte sul ao novo país, ao passo que a parte norte, predominantemente muçulmana, optou por integrar-se à Nigéria.*

- *O primeiro presidente, Ahmadou Ahidjo, originário do norte do novo país, estabeleceu regime de partido único a partir de 1966 e governou de maneira centralizadora. Em 1982, renunciou e foi sucedido por seu Primeiro-Ministro, Paul Biya. Ainda sob regime unipartidário, Biya foi eleito presidente em 1984 e reeleito em 1988. O país passou por processo de abertura política a partir de 1990, ano em que foi promulgada a Lei das Associações e Partidos Políticos. Paul Biya foi reeleito em 1992, 1997, 2004, 2011 e 2018.*
- *O Cameroun enfrenta hoje a atuação do grupo terrorista Boko Haram no Grande Norte (que abrange as regiões de Adamaoua, Norte e Extremo-Norte) e as demandas secessionistas das duas regiões anglófonas, situadas no noroeste e no sudoeste do país.*

2) Dar continuidade aos mecanismos diplomáticos de diálogo político, como as reuniões de consultas políticas e as comissões mistas, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de lado a lado

- *A I Reunião de Consultas Políticas, em formato virtual devido às restrições da pandemia, foi realizada em junho de 2021.*

3) Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral

- *Realizar gestões junto ao governo camerounês para negociação de acordos de interesse brasileiro.*
- *Informar e analisar propostas do governo camerounês para a abertura de negociação de acordos bilaterais.*
- *Subsidiar o diálogo com diferentes órgãos brasileiros em temas relacionados ao Cameroun*
- *Assinar o texto do Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto de Relações Internacionais do Cameroun (IRIC), o que permitirá maior colaboração entre as academias diplomáticas dos dois países.*
- *Assinar o texto do Acordo-quadro em matéria de Defesa, cuja negociação entre as partes foi concluída em 2021*
- *Concluir a negociação de acordo de cooperação jurídica em matéria civil*
- *Avançar no exame de Memorandos de Entendimento propostos pelo Cameroun para cooperação setorial*

II) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa do Cameroun**
- 2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil, com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa camerounesas**
- 3) Número de reuniões de mecanismos diplomáticos, em formato presencial ou virtual**
- 4) Número de visitas de autoridades de parte a parte**
- 5) Número de reuniões com representantes do governo do Cameroun, para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões, negociação de acordos ou visitas de alto nível**

6) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Contribuir para a atuação do Brasil na ONU e para a interlocução do país com a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e União Africana (UA) com destaque especial para o mandato do país no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2022-2023

- *Manter diálogo com interlocutores relevantes, em especial representantes do governo do Cameroun sobre a segurança do Sahel e no Golfo da Guiné.*

2) Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a obter apoio do Cameroun a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões com representantes do governo do Cameroun para discutir questões de segurança regional com impactos nos debates da ONU, da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e da União Africana (UA)**
- 2) Número de gestões com representantes do governo do Cameroun para fazer gestões em favor de candidaturas do Brasil em organismos multilaterais**

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- *Apoiar, a depender da disponibilidade de recursos orçamentários, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos de divulgação de artistas e profissionais da cultura brasileiros, como artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos e músicos, entre outros.*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil no Cameroun e a divulgação de projetos e eventos culturais com temática brasileira.*

2) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público camerounês

- *Realizar eventos de promoção da imagem do Brasil, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil e a área comercial do MRE, para divulgação de produtos brasileiros.*

3) Concluir a cooperação relacionada ao Porto de Bimbia.

- *A cooperação entre Brasil e Cameroun ganhou impulso na área de preservação do patrimônio histórico e cultural com a missão do antropólogo Milton Guran (especialista responsável por auxiliar na elaboração da candidatura brasileira que levou à inscrição do Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial – LPM – da Unesco) ao país africano em 2019, no contexto do projeto de cooperação bilateral para apoiar a candidatura do sítio arqueológico do Porto de Bimbia à inscrição na LPM. A ida de Guran ao Cameroun para dar apoio técnico à candidatura de Bimbia atendeu à solicitação expressa pelo governo camerounês, configurando relançamento da cooperação bilateral no campo da cultura. Superadas as restrições de viagens em razão da pandemia do Covid-19, espera-se a continuidade do projeto do Porto de Bimbia, com o oferecimento de workshop a ser ministrado por Guran, visando à capacitação para o trabalho de coleta de memória oral e ao registro fotográfico, requeridos para a elaboração do dossiê da candidatura do local.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de participações em reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras no Cameroun**
- 2) Número de eventos realizados para promover a marca Brasil**
- 3) Visitas e atividades relacionadas ao Porto de Bimbia**

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Promover a cooperação com o Cameroun em áreas como a prevenção de desastres e catástrofes naturais; e prospectar novas oportunidades de cooperação ambiental**
 - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia.*
- 2. Desenvolver projeto de cooperação na área de gestão de florestas.**
 - *Em 6/4/2021, o Cameroun submeteu, por intermédio da Embaixada do Brasil em laundê, pedido de cooperação técnica no domínio da gestão das florestas e da proteção da fauna.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de realização de reuniões e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**

- 2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano
- 3) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre cooperação na área ambiental e de prevenção de desastres naturais
- 4) Número de gestões relacionados a projeto de cooperação técnica na área de manejo florestal

VI - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, SAÚDE E DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) **Dar continuidade ao contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países, com vistas a ampliar a cooperação na área, especialmente no que diz respeito à formação de oficiais camerouneses.**
 - *As relações em matéria de defesa entre o Brasil e Cameroun têm evoluído positivamente nos últimos anos, em especial com a aproximação entre as respectivas Marinhas. A recente conclusão das negociações de Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa deverá fornecer a moldura adequada para adensar a cooperação também com as demais forças. O governo camerounês mantém Adido militar em sua embaixada em Brasília, numa demonstração da importância que atribui à cooperação com o Brasil nesta área.*
 - *Também em 2020, na área de formação e treinamento, seis aspirantes da Marinha camerounesa cursaram a Escola Naval no Rio de Janeiro, e nove cadetes, a Academia Militar das Agulhas Negras. Para 2021, foram oferecidas vagas a seis militares camerouneses no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica da Área de Defesa. Ainda no tocante à formação, teve início, em 2 de novembro de 2020, curso de língua portuguesa na Embaixada brasileira, destinado a oficiais da Marinha local, mas também aberto a outras Forças e a civis. O objetivo da iniciativa foi atender a demanda dos militares camerouneses para capacitar os candidatos a intercâmbios no Brasil.*
 - *Em 2021, foi concluída a negociação do Acordo-Quadro em Matéria de Defesa. Aguarda-se convite do Ministro da Defesa do Brasil a seu homólogo camerounês para assinar o acordo no Brasil.*
 - *A Embaixada brasileira vem prestando apoio fundamental, inclusive por meio de curso de português ministrado aos oficiais camerouneses.*
- 2) **Dar continuidade ao programa de apoio da marinha brasileira aos esforços da Arquitetura de laundê de combate à pirataria no Golfo da Guiné.**
 - *O envio de oficial de ligação brasileiro ao Centro Inter-Regional de Coordenação (CIC) estabelecido pela Arquitetura de laundê foi decorrente da celebração, em agosto de 2018, de um Memorando de Entendimento entre as Marinhas dos dois países. No âmbito desse MdE, têm-se realizado, periodicamente, reuniões do Grupo de Trabalho Brasil-Cameroun entre as marinhas (GTBRACAM).*
- 3) **Aumentar o número de estudantes do Cameroun no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)**

- *No período de 2000 a 2021, foram selecionados 60 estudantes cameruneses para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) brasileiro. É necessário que os estudantes selecionados falem português como língua nativa ou sejam aprovados no exame oficial que fornece certificado de proficiência em língua portuguesa (CELPE-BRAS). Para candidatos de países onde não há aplicação do exame para o CELPE-BRAS, como o Cameroun, é permitida a realização do teste no Brasil, após a conclusão de curso de português para estrangeiros (com cerca de sete meses de duração).*
 - *Estudantes cameruneses também têm participado do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). No período de 2000 a 2020, foram selecionados cinco candidatos do Cameroun para o programa, que oferece bolsas de estudo para nacionais de países com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de pós-graduação strictu sensu (mestrado e doutorado) em instituições de ensino superior brasileiras.*
 - *Em 2020, a embaixada participou de evento de promoção do PEC-G e do PEC-PG, em parceria com empresa camerunesa voltada para a difusão de oportunidades para a formação superior em terceiros países.*
- 4) Dar continuidade a ações de ajuda humanitária e prospectar eventuais novos projetos de cooperação técnica na área de saúde**
- *O Cameroun também já se beneficiou da ajuda humanitária brasileira. Em 2012, com o apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Brasil doou 3.550 toneladas de arroz àquele país.*

ii)

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de contatos com autoridades de Defesa do Cameroun e de reuniões bilaterais em matéria de defesa durante a gestão**
- 2) Número de oficiais cameruneses que receberam cursos de português na embaixada**
- 3) Número de visitas de oficiais do Ministério da Defesa ao Cameroun, com apoio da embaixada**
- 4) Número de visitas oficiais de embarcações da Marinha brasileira ao Cameroun realizadas com apoio da embaixada**
- 5) Número de expedientes relacionados à cooperação em defesa enviados pelo posto**
- 6) Número de ações de divulgação dos programas de cooperação educacional brasileiros (PEC-G e PEC-PG)**
- 7) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre ajuda humanitária ou projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão**

VII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Fortalecer a cooperação técnica entre os países em projetos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Cameroun

- *A cooperação técnica bilateral está amparada no Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Cameroun, assinado em 14 de novembro de 1972 e promulgado no ano seguinte. Atualmente, há dois projetos com o Cameroun. O projeto de cooperação no setor do algodão está em fase inicial de implementação. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) aguarda a assinatura pelo lado camerounes de projeto na área do registro civil, com vistas a dar início à sua implementação.*
- *O projeto “Cotton Cameroun” (“Aumento do Potencial de Produção da Cotonicultura no Cameroun”) tem por objetivo incrementar a produção de algodão no norte do país (Garoua e Maroua), sem, no entanto, aumentar a zona das culturas. Entre as atividades previstas, destacam-se a inovação em matéria de utilização de adubos organominerais, o reforço da gestão dos solos, o melhoramento das sementes e a mecanização das culturas. As instituições encarregadas da execução técnica são a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Associação dos Produtores de Algodão do Estado de Minas Gerais (AMIPA), do lado brasileiro; e o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER) e a Sociedade de Desenvolvimento do Algodão (SODECOTON) do lado camerounês. Em setembro e outubro de 2021 foram realizadas duas reuniões virtuais de coordenação entre a ABC, o MINADER e a SODECOTON. Visitas de campo de técnicos camerouneses ao Brasil estão sendo agendadas para o início de 2022.*
- *O projeto “Apoio à Melhoria do Funcionamento do Sistema de Registro Civil do Cameroun” tem por objetivo apoiar a reforma do sistema de registro civil camerounês, com vistas a melhorar o acesso aos direitos fundamentais dos cidadãos daquele país. Entre as atividades previstas, destacam-se a criação de um sistema informatizado de registro civil e o reforço das capacidades em matéria de mobilização do conjunto dos atores que trabalham no domínio do registro civil. As instituições encarregadas da execução do projeto são a Universidade Federal do Sul do Estado da Bahia (UFSB) e a Associação dos Notários e Agentes do Registro Civil do Brasil (ANOREG), do lado brasileiro; e a Secretaria Nacional do Registro Civil (BUNEC) do Cameroun.*

2) Desenvolver novos projetos de cooperação com base nas demandas recentes do governo camerounês.

- *Em 5/1/2021, foi apresentado, por intermédio da Embaixada do Brasil em laundê, pedido de cooperação na área de ensino profissional rural.*
- *Missão camerounesa esteve no Brasil no período de 11 a 15 de novembro de 2019, para visitar o centro de formação da Polícia Militar do Distrito Federal, instalações da Força Nacional de Segurança, ligada ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública, e a Escola Superior de Polícia Civil (ESPC) do Distrito Federal. Na visita à ESPC, o chefe da delegação camerounesa manifestou interesse em cooperação técnica visando à formação de peritos em medicina legal. Até o momento, o governo do Cameroun não formalizou a demanda.*

- *Por sua vez, o Ministério das Pequenas e Médias Empresas, da Economia Social e do Artesanato (MIMPMEESA) do Cameroun expressou, em setembro de 2020, interesse em firmar parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE). Em junho de 2021, foi realizada reunião virtual entre a ABC, o SEBRAE e a MINPMEESA. O MIMPMEESA está finalizando documento, solicitado pela ABC, no qual serão apresentadas ao SEBRAE as áreas de formação selecionadas, nos setores de artesanato e indústria agroalimentar, com vistas à elaboração de projeto.*
- *A proposta de cooperação técnica em promoção do turismo baseia-se nas disposições do Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo, assinado em 2010. O Ministério do Turismo e do Lazer do Cameroun elaborou dossiê técnico sobre o assunto, apontando os quatro domínios específicos em que o país tenciona desenvolver cooperação com o Brasil: (i) estratégias de desenvolvimento e de promoção do turismo; (ii) formação de pessoal para atividades turísticas; (iii) estatísticas, estudos e pesquisa sobre turismo; e (iv) investimentos e fundos. A ABC poderia dar seguimento a este pedido caso o Cameroun confirme seu interesse.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de Notas Verbais relativas a projetos de cooperação técnica enviadas à contraparte**
- 2) **Número de reuniões relativas a projetos de cooperação técnica com a contraparte**
- 3) **Número de missões brasileiras recebidas no âmbito dos projetos**
- 4) **Número de vistos concedidos aos cameruneses para receber treinamento no Brasil no âmbito dos projetos de cooperação**
- 5) **Visitas realizadas aos locais beneficiados pelos projetos**

VIII - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR, QUANDO FOR O CASO.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) **Atualizar o mapeamento da comunidade brasileira no Cameroun**
 - *A última estimativa é de que haja cerca de 70 brasileiros residentes na jurisdição do Posto.*
- 2) **Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira no Cameroun, inclusive por meio da constante facilitação do acesso a tais serviços**
- 3) **Realizar visitas a eventuais nacionais presos no Cameroun, a fim de prestar a assistência consular cabível**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Índice de satisfação do consulente**
- 2) **Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda**
- 3) **Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda**
- 4) **Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares**
- 5) **Número de visitas a nacionais presos no Cameroun, quando for o caso**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 13, de 2022 (nº 56/2022, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente na República do Chade.*

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora Patrícia Maria Oliveira Lima, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.



SF/22527.92100-68



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A indicada é filha de José Francisco de Lima e de Helena Maria de Oliveira Lima e nasceu no Rio de Janeiro, em 1964. Graduiu-se em História pela Universidade de Brasília (UnB) em 1988. Iniciou sua carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1989. Ascendeu a Primeira-Secretária em 2004; a Conselheira em 2008; e a Ministra de Segunda Classe em 2014. Todas as promoções por merecimento. Em 2014, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (IRBr), teve aprovada a tese intitulada “A diplomacia brasileira e a gestão de oportunidades no Sudão”.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se: chefe da Assessoria Internacional da Controladoria-Geral da União da Presidência da República (2003/06); assessora do Departamento de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores [MRE (2006/07)]; coordenadora do Departamento de Estrangeiros do MRE (2007/09); conselheira na Embaixada em Lima (2009/11); assessora técnica do Departamento da África do MRE (2011/14); conselheira e ministra na Embaixada no Kuaite (2014/17); chefe da Divisão de Seguimento de Cúpulas (2017); atuou em 2018 no Grupo de Assistência Operacional e Administrativa (GAOA). Desde 2019, é embaixadora na Embaixada em Cartum.

Além do currículo da diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Cameroun e o Chade, suas respectivas políticas externas e relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina.

Situada na costa oeste da África, a República do Cameroun é uma das nações de maior diversidade cultural do continente. O país abriga 230 grupos étnicos, que falam 250 línguas, bem como dialetos nativos. A população, estimada em 26 milhões de pessoas, tem o francês e o inglês e como idiomas oficiais. Cuida-se de república semipresidencialista cujo Chefe de Estado, Presidente Paul Biya, está no poder desde 1982. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) está em 0,563, o que o coloca na posição 153ª posição em 188 países.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

Historicamente estável, o Cameroun convive hoje com alguns fatores de instabilidade, como a atuação do grupo terrorista Boko Haram no Norte e as demandas secessionistas de duas regiões anglófonas, situadas no noroeste do país. A população anglófona do país queixa-se de marginalização e opressão. O Grande Norte (regiões de Adamaoua, Norte e ExtremoNorte) do país é, por sua vez, a área que mais sofre com os ataques do grupo Boko Haram, cuja base está na Nigéria. Para fazer face a esse desafio, Cameroun, Nigéria, Níger e Chade constituíram a Força Tarefa Conjunta Multinacional, atuando de maneira coordenada no combate ao terrorismo.

O Brasil reconheceu a independência do Cameroun em 1960 e, em 1982, inaugurou sua Embaixada em Iaundê. Em 1984, o Cameroun abriu sua Embaixada em Brasília. Restrições orçamentárias levaram, contudo, o governo brasileiro a desativar, em 1999, sua representação na capital camerounesa. A partir de meados dos anos 2000, novo impulso ao relacionamento bilateral foi dado. O incremento de visitas oficiais de alto nível proporcionou a reabertura da embaixada brasileira em Iaundê e demonstram a solidez do relacionamento diplomático.

Os projetos de cooperação técnica com o Cameroun têm amparo legal no Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun, assinado no dia 14 de novembro de 1972 e promulgado no dia 20 de setembro de 1973.

O Governo camerounês vem manifestando preferência por diversificar sua cooperação internacional em matéria de defesa de modo a evitar dependência dos tradicionais parceiros. Nesse sentido, as relações em matéria de defesa entre o Brasil e Cameroun apresentam boas perspectivas. A criação, em 2013, de Adidância Militar na Embaixada do Cameroun em Brasília representou demonstração clara do interesse do país em ampliar a cooperação com o Brasil nesse domínio.

A Marinha do Brasil, por sua vez, tem se mostrado disposta a considerar formas de apoiar os esforços do Governo do Cameroun para combater





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

a pirataria marítima no Golfo da Guiné, prestando apoio técnico para a operacionalização do “Centro Regional de Coordenação da Luta contra a Pirataria no Golfo da Guiné (CIC)”, sediado no país.

O Cameroun é um dos países em situação de insegurança alimentar e nutricional beneficiados por doações de alimentos do governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), previstas na Lei 12.429, de 2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para cooperação humanitária internacional, o que tem sido feito por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em benefício de refugiados centro-africanos e camerouneses em situação de vulnerabilidade na região do Extremo Norte.

Há, ainda, atividades de cooperação nas áreas policial, educacional, jurídica, energética, cultural, esportiva e de serviços aéreos, além de empréstimos e financiamentos oficiais.

Em relação ao comércio bilateral, o saldo comercial tem sido favorável ao Brasil. Em 2020, o superávit foi de aproximadamente US\$ 39 milhões. Nesse ano, exportamos o equivalente a US\$ 42 milhões. A pauta centra-se em açúcares, álcool etílico, sal e cloreto de sódio, coque de petróleo, veículos automóveis para transporte de dez ou mais pessoas, peixes congelados e embalagens de papel ou cartão. Importamos borracha natural e pasta de cacau, totalizando pouco mais de US\$ 3 milhões.

No tocante à comunidade de brasileiros no Cameroun, ela é estimada em 70 pessoas, que são atendidas em suas demandas consulares pelo setor respectivo da Embaixada em Iaundê.

Sobre a República do Chade, destaque-se que o país é uma ex-colônia francesa e que se tornou independente em 1960. Situado no centro-norte africano, na área de transição entre a África árabe, ao norte, e a negra, ao sul. Esse contexto alimenta conflitos internos que se intensificam ao longo dos anos por conta da exploração de ouro e petróleo. Inobstante essas riquezas, sua população é das mais pobres do mundo.



SF/22527.92100-68



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

O relacionamento diplomático bilateral foi formalmente estabelecido no ano de 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê. Desde então, as relações vêm se intensificando aos poucos, principalmente em decorrência da cooperação técnica no campo da cotonicultura.

A importância do comércio bilateral é marginal para os dois países. Não há registro de brasileiros residindo em território chadiano.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/22527.92100-68

3

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**

CPF.: 642.132.507-68

ID.: 10459 MRE

1961 Filho de Robiran José dos Santos e Ana Elvira de Azevedo dos Santos, nasce em 16 de setembro, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1983 Pedagogia, Inglês, pela Universidade Santa Úrsula/RJ
1989 Ciência Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro
1992 CPCD - IRBr
2012 LVII CAE

Cargos:

1993 Terceiro-secretário
1998 Segundo-secretário
2005 Primeiro-secretário
2008 Conselheiro, por merecimento
2014 Ministro de segunda classe, por merecimento
2021 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1993-96 Divisão de Integração Regional, assistente
1996 Ministério de Planejamento e Orçamento, Sec. Planejamento e Avaliação, assessor
1996-97 Assessoria de Comunicação Social, assistente
1997-00 Consulado-Geral em Miami, vice-cônsul e cônsul adjunto
2000-03 Embaixada em Assunção, segundo-secretário
2003-06 Embaixada em Bogotá, segundo-secretário
2006 Secretaria de Estado das Relações Exteriores
2006 Embaixada em Abuja, primeiro-secretário em missão transitória (10 meses)
2006-09 Embaixada em Abuja, primeiro-secretário e ministro-conselheiro, comissionado
2009-11 Consulado Geral em Paris, cônsul-geral adjunto
2011-13 Embaixada em Riade, ministro-conselheiro, comissionado
2013-18 Embaixada na Monróvia, embaixador
2018- Embaixada em Kinshasa, embaixador

Condecorações:

1997 Ordem ao Mérito, Itália, Cavaleiro
2018 Ordem de Rio Branco (MRE), Grã-Cruz
2019 Ordem do Pacificador (Exército Brasileiro), Grã-Cruz

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DO ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO I**



REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA



**Outubro 2021
INFORMAÇÕES OSTENSIVAS**

PERFIS BIOGRÁFICOS



Bashar Al-Assad
Presidente da República Árabe Síria
 (Damasco, 1965)

Al-Assad graduou-se em Medicina pela Universidade de Damasco e especializou-se em Oftalmologia pelo Hospital Militar *Tishrin*. Entre 1992 e 1994, aprofundou seus estudos no Reino Unido. O falecimento de seu irmão mais velho abreviou sua carreira médica e levou-o a assumir a primeira posição na linha sucessória do pai, o Presidente Hafez Al-Assad. Ingressou, assim, na Academia Militar, onde foi promovido ao posto de Coronel e nomeado Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Assumiu a Presidência em 2000, após a morte do pai.



Hussein Arnous
Primeiro-Ministro
 (Khan Shaykhun, 1953)

Hussein Arnous é engenheiro pela Universidade de Aleppo e tem longa carreira política. Foi presidente do sindicato de engenheiros de Idlib, entre 1988 e 1994; presidente da Companhia Pública para Estradas, entre 1992 e 2002; e vice-ministro dos Transportes, entre 2002 e 2004. Ocupou o cargo de governador de Deir ez Zor, de 2009 a 2011, e de Quneitra, de 2011 a 2013. Arnous foi também ministro de Obras Públicas e Habitação, entre 2013 e 2016.



Faysal Meqdad
Ministro dos Negócios Estrangeiros
 (Ghasm, 1954)

Faysal Meqdad graduou-se em literatura inglesa pela Universidade de Damasco e obteve seu doutorado, na mesma disciplina, pela "Charles University", de Praga. Ingressou na chancelaria síria em 1994. No ano seguinte, foi designado para a missão permanente junto à ONU, onde serviu a maior parte de sua carreira, primeiro como secretário e, mais tarde, como representante altermo e representante permanente. Em distintas ocasiões, presidiu sessões do CSNU e foi vice-presidente da AGNU. De 2006 a 2020, foi vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Expatriados. Considerado um dos expoentes do corpo diplomático sírio, onde é conhecido pela reputação assertiva, tornou-se próximo do Presidente Bashar al-Assad. Desde que assumiu o cargo, em 2020, não foram notadas mudanças de curso significativas nas linhas de atuação da chancelaria síria.

CONFLITO NA SÍRIA

PANORAMA GERAL

Decorridos mais de dez anos do início da crise, em março de 2011, ainda não se vislumbra o equacionamento do conflito na Síria. A situação de segurança no país permanece instável e volátil, notadamente no nordeste, no norte, no noroeste, e nas províncias do Sul. Embora não se tenham registrado recentemente ofensivas militares de grande porte, os embates nas diversas regiões do país prosseguem, com alto grau de violência.

Cinco forças armadas estrangeiras operam no país - EUA, Rússia, Irã, Israel e Turquia – com extensas áreas controladas “de fato” por outros atores, como forças curdas e grupos rebeldes islamistas. Paira sobre o país o risco de fragmentação. A situação no terreno segue frágil, com chances de deteriorar-se rapidamente.

No campo humanitário, o balanço da última década são 500 mil mortos, 5,5 milhões de refugiados, 6,5 milhões de deslocados internos e 12,5 milhões de pessoas que necessitam assistência humanitária. A população síria, que havia ultrapassado a marca de 20 milhões em 2010, foi reduzida a 17 milhões de habitantes. Estima-se que cerca de 90% dos sírios encontrem-se abaixo da linha de pobreza. Eventual escalada militar poderia ocasionar novas ondas de deslocados internos e de refugiados.

No campo político, os esforços de mediação são conduzidos pelo enviado especial para a Síria do Secretário-Geral das Nações Unidas, o embaixador norueguês Geir Pedersen. As esperanças voltam-se atualmente para as reuniões do Comitê Constitucional, instituído em 2019 com base na Resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança, que preconiza uma transição política para a Síria.

O órgão é composto por 150 representantes, dos quais 50 ligados ao governo sírio, 50 à oposição (representada pela “Syrian Negotiations Commission” - SNC) e 50 considerados independentes, representantes da sociedade civil síria. A regra procedimental exige 75% dos votos dos delegados para aprovação de propostas.

Entre 25 e 29 de janeiro último, foi realizada, em Genebra, a quinta sessão do chamado “small body” – versão reduzida do Comitê Constitucional, com quinze membros de cada grupo representado. Após o encontro, o embaixador Pedersen declarou que não teria havido progresso significativo. Pedersen tem manifestado esperanças de encontrar denominador comum entre o governo e a oposição, a fim de permitir a breve convocação da sexta reunião do Comitê.

Mais recentemente, em julho passado, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 2585, que renovou autorização para operações de assistência humanitária transfronteiriças no noroeste da Síria. A Resolução reconheceu a importância da assistência humanitária na modalidade “cross-line” (dentro do território sírio) e não apenas por meio de passagens transfronteiriças (“cross-border”), que eram privilegiadas até então. O documento reitera o

compromisso das Nações Unidas com a soberania, a independência, a unidade e integridade territorial da Síria.

Em meio a críticas internacionais, em 26 de maio passado, o presidente Bashar al-Assad foi reeleito para novo mandato de sete anos, até julho de 2028.

POSIÇÃO DO BRASIL

O Brasil tem manifestado preocupação com a contínua violência na Síria, reiterando sempre a expectativa de que a crise seja equacionada pela via do diálogo inclusivo, liderado pelos próprios sírios.

Nossa diplomacia reconhece e apoia os esforços das Nações Unidas na Síria, e, em particular, os trabalhos do Comitê Constitucional, que poderá abrir caminho para solução sustentável para o conflito. No que concerne aos direitos humanos, o Brasil condena as violações cometidas por todas as partes do conflito.

POLÍTICA INTERNA SÍRIA

Em descompasso com o processo multilateral que busca colocar um fim à guerra civil síria no âmbito das Nações Unidas, o governo sírio realizou, em julho de 2020, eleições para a Assembleia do Povo (Parlamento unicameral), cuja legitimidade não foi reconhecida pela maior parte da comunidade internacional.

Na ocasião, estiveram em disputa 250 assentos em 15 distritos eleitorais. A chamada Frente Nacional Progressista (FNP), coalizão de partidos políticos, elegeu 183 parlamentares, 166 dos quais pertencentes ao partido Baath, do presidente Assad. Foram eleitos também 67 parlamentares considerados independentes. Tratou-se da terceira ocasião em que foram realizadas eleições parlamentares desde o início do conflito.

Com o resultado, o presidente Assad confirmou Hussein Arnous na posição de primeiro-ministro e o instruiu a formar novo Conselho de Ministros, que tomou posse em 2 de setembro de 2020. Na ocasião, houve significativa renovação do Conselho de Ministros, com 47% de novos integrantes. De acordo com a Constituição síria, o Conselho de Ministros é a mais alta autoridade executiva e administrativa. Tem por função supervisionar a implementação das leis e regulamentações, e o trabalho das instituições do Estado.

Em maio último, foi realizada eleição para o cargo de presidente. Como esperado, Assad foi eleito para novo mandato de sete anos. Dos pouco mais de 18 milhões de eleitores aptos a votar, tanto na Síria como no exterior, compareceram às urnas, segundo dados oficiais, cerca de 14 milhões (em torno de 78,64%). O presidente Assad recebeu 13,540 milhões de votos, equivalente a 95,1% do total. O candidato declarado opositorista Mahmoud Ahmad Merei recebeu pouco mais de 470 mil votos (3,3%); enquanto o candidato Abdullah Salloum Abdullah, do "Social Unionist Party", parte da Frente Nacional Progressista, na qual também se encontra o partido Baath, recebeu cerca de 214 mil votos (1,5% do total).

Em sua cerimônia de posse, Assad defendeu que os grandes desafios da Síria são liberar o restante do território ainda ocupado por grupos de oposição e por forças militares estrangeiras, bem como fazer frente às dramáticas consequências econômicas e sociais da guerra. Agradeceu, ademais, o apoio de países aliados, como Rússia, China e Irã.

Como mencionado, as eleições sírias não foram reconhecidas pelas Nações Unidas, tampouco pela ampla maioria dos países. Foi criticada a ausência de legitimidade do exercício, desprovido de critérios genuinamente democráticos. Representantes da ONU recordaram os termos da Resolução 2254 (2015), que estipulou diretrizes para um processo político liderado pelos próprios sírios, que culmine com a realização de eleições livres e justas, sob supervisão das Nações Unidas e sob a égide de uma nova Constituição.

ECONOMIA SÍRIA

Antes da eclosão do conflito, a Síria havia iniciado processo de abertura econômica que parecia caminhar paralelamente à aproximação do governo sírio com as economias ocidentais. Do final da década de 1990 ao início dos anos 2000, reformas vinham sendo implementadas, visando à diminuição de gastos públicos, ao controle da inflação e à facilitação dos fluxos financeiros. Essas reformas indicavam, além de tentativa de superação do modelo estatizante prevalente na Síria desde a década de 1960, a dinamização da economia. Com o conflito, todavia, as mudanças nas diretrizes de política macroeconômica deixaram de ser prioridade.

Atualmente, o quadro econômico é de deterioração. Os últimos dois anos têm sido caracterizados por desvalorização acentuada da moeda local, disparada da inflação, elevação dos preços dos produtos básicos e dos remédios, perda de poder aquisitivo e empobrecimento da população.

A economia síria encontra-se sob o impacto de rígidas sanções unilaterais adotadas pelos EUA e pela União Europeia. As medidas trouxeram dificuldades para operações bancárias e comerciais, além de inviabilizar o acesso do país a linhas de crédito. Da mesma forma, os bancos sírios foram banidos do sistema de transferência internacional SWIFT.

A partir de 2019, o quadro agravou-se com a aprovação do chamado “Ceasar Act”, legislação norte-americana que passou a punir investimentos na Síria. O instrumento estabeleceu sanções contra indivíduos e instituições de terceiros países que promovam negócios com instituições sírias, incluindo o setor de construção, o que poderá afetar os esforços futuros de reconstrução do país. A crise econômica do Líbano veio somar-se a esse cenário, fechando o que se considerava a última janela da economia síria para o mundo.

O enfrentamento da pandemia da COVID-19 tem causado, ademais, forte impacto econômico e social. Cerca de 13 milhões de sírios estão em situação de risco, no que diz respeito à segurança alimentar, e necessitam assistência humanitária. Em torno de 90% da população encontra-se abaixo da linha de pobreza.

O país enfrenta, também, grave crise energética, com frequentes cortes de eletricidade. As autoridades sírias culpam as sanções internacionais pelas dificuldades para importação de

petróleo. As perdas do setor, desde o início do longo conflito, em 2011, são estimadas em cerca de US\$ 91,5 bilhões. Antes da eclosão do longo conflito, a Síria era capaz de atender parte significativa de suas necessidades energéticas. Tornou-se, depois de mais de dez anos de guerra, altamente vulnerável ao fornecimento de energia.

Nos últimos anos, o governo sírio vem impondo, cada vez mais, restrições às importações de amplo leque de produtos e insumos. Tais medidas têm como objetivo evitar o uso de moeda forte, em razão do nível das reservas internacionais; evitar a desvalorização exponencial da moeda local; e buscar o equilíbrio orçamentário. As medidas buscam, também, promover a produção local.

O processo de reconstrução da Síria tem sido lento, embora empresas - notadamente, russas, iranianas e chinesas - por meio de contratos comerciais e de investimentos, já estejam se posicionando. A Síria padece, ainda, de dificuldades logísticas relacionadas ao estado precário de seus portos, ferrovias, rodovias e aeroportos, em parte destruídos pela guerra. Subsistem importantes entraves financeiros, econômicos, logísticos e políticos que comprometem as condições para o início do processo de reconstrução e normalização da economia do país.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Síria mantêm laços históricos, culturais e familiares, que se fortalecem em razão da presença de significativa comunidade de origem síria no Brasil. As estimativas variam, mas é possível dizer que existiriam no Brasil cerca de quatro milhões de descendentes de sírios, que aqui chegaram entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Em junho de 2010, o presidente Bashar al-Assad visitara o Brasil, ocasião em que foram assinados cinco acordos de cooperação bilateral, nas áreas de cooperação técnica, assistência jurídica em matéria penal, transferência de pessoas condenadas, saúde e agricultura.

Desde o início do conflito, foram raros os contatos políticos em alto nível. Nosso diálogo com o governo sírio tem-se limitado à Embaixada em Damasco, que nunca fechou ao longo do conflito, embora os servidores do quadro tenham sido transferidos para Beirute entre 2012 e 2018, por razões de segurança. Durante esse período, o Brasil manteve a representação na Síria em nível de encarregado de negócios.

Em novembro de 2018, com o retorno do pessoal do Quadro a Damasco, o Brasil acreditou novamente embaixador junto ao governo sírio. O atual chefe do posto apresentou credenciais ao presidente Bashar al-Assad em abril de 2019. O retorno do pessoal diplomático foi altamente apreciado em Damasco.

A partir de 2018, delegações empresariais voltaram a visitar a Síria, em especial por ocasião da Feira Internacional de Damasco (FID). Naquele ano, delegação da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), chefiada por seu então presidente, senhor Rubens

Hannun, participou da FID. Em 2019, nova delegação da CCAB, desta vez chefiada pelo senhor Walid Yazigi, presidente do Conselho Superior de Administração, representou o Brasil.

A embaixada em Damasco vem-se esforçando para normalizar outros setores do posto, como o atendimento consular, os contatos comerciais e a promoção da cultura brasileira. Antes da pandemia da Covid-19, havia sido possível retomar as celebrações da data nacional brasileira, bem como realizar mostras de cinema brasileiro. O I Festival de Cinema Brasileiro na capital síria teve lugar em novembro de 2018. Bem-sucedida, a iniciativa foi renovada em 2019. Ambos os eventos, realizados na Ópera de Damasco, contaram com o apoio do Ministério da Cultura sírio e tiveram boa receptividade do público.

Em setembro passado, por ocasião da abertura da 76ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, o Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, reuniu-se com o Vice-Chanceler sírio, Bachar Jaafari.

RELAÇÕES PARLAMENTARES

Em duas ocasiões desde o início do conflito, delegações de parlamentares brasileiros visitaram a Síria. A primeira foi em janeiro de 2018, quando três deputados - Arlindo Chinaglia (PT/SP); Carlos Melles (DEM/MG); e Esperidião Amin (PP/SC) - estiveram na Síria para contatos com representantes empresariais e legislativos. Em novembro do mesmo ano, o Senador Fernando Collor, então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), realizou missão oficial ao país, tendo sido recebido pelo presidente Bashar al-Assad.

O Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, criado em 2008, tem atualmente como presidente o senador Jean Paul Prates (PT/RN), e como vice-presidente a deputada Ângela Amin (PP/SC). O Grupo tem por finalidade “incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos, bem como contribuir para a análise, a compreensão, o encaminhamento e a solução de problemas”.

Do lado sírio, a Assembleia do Povo (parlamento unicameral sírio) instituiu o Grupo de Amizade Parlamentar Síria-Brasil. Seu objetivo tem sido fomentar contatos com a comunidade de origem síria do Brasil e a promoção de operações comerciais e de investimentos no âmbito da reconstrução da Síria.

ASPECTOS HUMANITÁRIOS

O Brasil tem buscado facilitar a entrada, no território nacional, de pessoas afetadas pelo conflito na Síria. De 2013 a 2019, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) aprovou resoluções sucessivas que facilitaram a concessão de visto, por razões humanitárias, a sírios que manifestassem a intenção de buscar refúgio no Brasil.

Em outubro de 2019, o governo brasileiro aprovou portaria interministerial que instituiu formalmente visto temporário para acolhida humanitária de sírios que pedirem proteção ao Estado brasileiro em função do conflito, dispensando esse grupo do pagamento de taxas e do cumprimento de outros requisitos. Foram concedidos mais de 9 mil vistos humanitários desde a eclosão do conflito, e o governo brasileiro acolheu cerca de 4 mil refugiados sírios.

O Brasil contribuiu, ademais, com doações financeiras e de medicamentos para o alívio da situação humanitária na Síria, por meio de agências especializadas. Como ações específicas promovidas pelo Brasil, destacam-se:

- Em 2014, doação de US\$1,2 milhão para o Fundo Central para Respostas a Emergências das Nações Unidas (CERF-OCHA); US\$ 300 mil para ação conjunta do UNICEF e do ACNUR; e US\$ 190 mil em medicamentos destinados ao combate da leishmaniose à Organização Mundial da Saúde (OMS);
- Participação, entre 2013 e 2015, em reuniões de doadores para a Síria, tendo o Brasil doado: US\$ 250 mil em 2013; US\$ 300 mil em 2014; e US\$ 5 milhões em 2015. O montante prometido em 2015 consistiu em contribuição em espécie efetivada por meio do Programa Mundial de Alimentos;
- Em 2016, doação de US\$ 1.325.557,00, oriundos do Ministério da Justiça e destinados ao custeio de atividades desenvolvidas pelo ACNUR no Brasil, relacionadas ao processo de reconhecimento do "status" de refugiados no país, bem como a atividades de apoio à integração local;
- Em 2017, doação de uma tonelada de medicamentos e vacinas em caráter de ajuda humanitária para a representação da Organização Mundial da Saúde na Síria;
- Em 2018, envio de 40 mil frascos de Insulina Humana Tipo NPH e 4 mil frascos de Insulina Humana Tipo Regular, com vistas a atender refugiados sírios no Líbano;
- Em 2019, doação à OMS no Líbano de sete "kits" de medicamentos e insumos estratégicos de saúde. Composto por medicamentos e insumos estratégicos de saúde, cada kit é capaz de atender até 500 pessoas por um período de três meses;
- Em 2020, doação de US\$ 75 mil para o "Syrian Humanitarian Response Fund", no âmbito da IV Conferência de Bruxelas em Apoio ao Futuro da Síria e da Região.

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM O BRASIL

Os números recentes mostram a dimensão do impacto exercido pelo conflito sobre as trocas comerciais sírias e, especificamente, sírio-brasileiras. Em 2010, antes da eclosão da crise, o fluxo de comércio havia atingido o recorde histórico de US\$ 594,8 milhões. Atualmente, o volume de comércio é de cerca de US\$ 60 milhões.

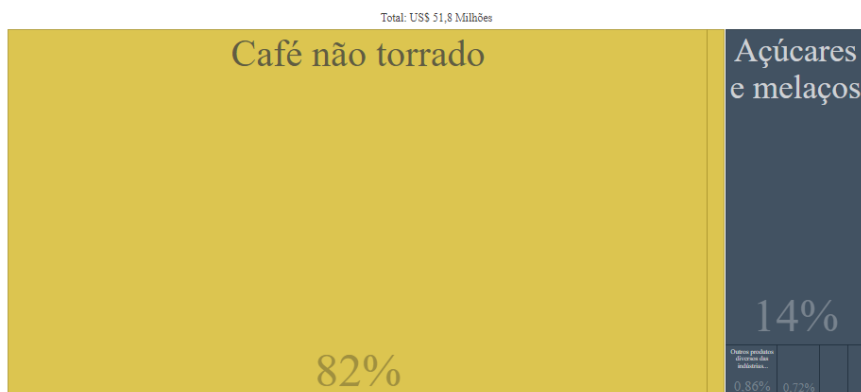
A pauta exportadora para o mercado sírio concentra-se em produtos primários básicos. Em 2019, foram US\$ 37,9 milhões as exportações de café em grãos (o que correspondeu a 60,25% das nossas exportações totais) e US\$ 22,2 milhões em açúcar cru (35,29%). Esses dois produtos, juntos, representaram, portanto, em 2019, cerca de 96% de nossas exportações para a Síria. Já as exportações da Síria para o Brasil não apresentam escala comercial relevante.

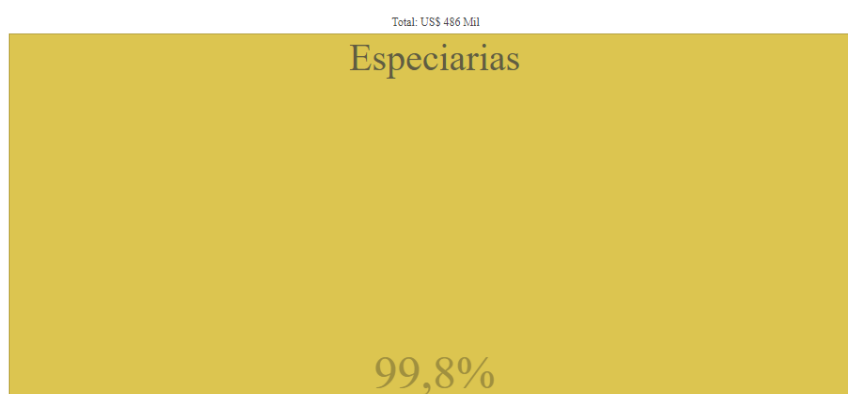
Os dados do comércio bilateral, em 2020, segundo fontes oficiais brasileiras, apontam comportamento similar. O total das exportações do Brasil foi da ordem de US\$ 51,7 milhões, sendo que cerca de US\$ 42,3 milhões corresponderam às exportações de café em grãos (81,6%) e US\$ 7,17 milhões (13,8%) às exportações de açúcar cru. Esses dois produtos seguem sendo os mais importantes da pauta exportadora brasileira. Juntos correspondem a 95,4% das exportações brasileiras para a Síria. As importações de produtos sírios pelo Brasil são mínimas. No ano passado, foram da ordem de US\$ 485,7 mil, sendo que US\$ 450 mil foram de sementes de anis, correspondentes a 92,6% do total. Em 2020, portanto, o superávit em favor do Brasil com relação à Síria foi da ordem de US\$ 51,3 milhões.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MI - FOB)

Brasil – Síria	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	303,1	547,4	366,2	94,4	52,1	112,4	69,6	105,8	74,6	58,9	62,9	51,8
Importações	4,2	47,4	44,6	2,4	1,3	1,1	1,4	1,1	1,3	1,7	2,4	0,5
Intercâmbio Total	307,3	594,8	410,8	94,9	53,4	113,5	71,1	107	75,9	57,2	65,3	52,3
Saldo Comercial	298,9	499,9	321,6	90	50,8	111,2	68,1	104,6	73,2	60,6	60,5	51,3

PRODUTOS EXPORTADOS (2020)



PRODUTOS IMPORTADOS (2020)**DADOS BÁSICOS**

NOME OFICIAL	República Árabe Síria
CAPITAL	Damasco
ÁREA	185.180 km ²
POPULAÇÃO (2020)	17,5 milhões (Banco Mundial)
IDIOMAS	Árabe (oficial), curdo, armênio, siríaco, circassiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Aproximadamente 74% muçulmanos sunitas, 12% alauítas, 10% cristãos e 4% drusos.
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Bashar al-Assad
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Hussein Arnous
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Faysal Meqdad
PIB (2020)¹	US\$ 18,8 bilhões (estimativa)
PIB PER CAPITA (2020)²	US\$ 1.075 (estimativa)
UNIDADE MONETÁRIA	Libra Síria (SYP)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Encarregada de Negócios Khouzama Mustafa (desde 2021)

¹ Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

² Idem.

EMBAIXADOR NA SÍRIA	Embaixador Fabio Vaz Pitaluga
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 1300 pessoas

LISTA DE ACORDOS

TÍTULO DO ACORDO	ASSUNTOS	DATA	STATUS DA TRAMITAÇÃO
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação Técnica	Cooperação Técnica	30/06/2010	Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	Direito Penal	30/06/2010	Foram encontradas discrepâncias entre os textos assinados.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Transferência de Pessoas Condenadas	Direito Penal	30/06/2010	Foram encontradas discrepâncias entre os textos assinados.
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação na Área da Saúde	Saúde Cooperação	30/06/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura.	Agricultura Cooperação Técnica	30/06/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria para o Estabelecimento de Consultas entre seus Ministérios das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros.	Consultas Diplomáticas	09/02/2009	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	Sanidade Animal e Vegetal	03/12/2003	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação no Campo do Turismo	Turismo, Feira e Exposições	03/12/2003	Em Vigor
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria	Cooperação Educativa e Esportiva	03/12/2003	Em Vigor



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 47, DE 2021

(n° 521/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 521

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de outubro de 2021.

EM nº 00198/2021 MRE

Brasília, 13 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

2. O atual ocupante do cargo, **FABIO VAZ PITALUGA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 852/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 19/10/2021, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2952061** e o código CRC **BB39D226** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

EMBAIXADA DO BRASIL EM DAMASCO**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR FABIO VAZ PITALUGA**

Transcreve-se versão simplificada do relatório de gestão (set/2018 - nov/2021):

Decorridos mais de dez anos do longo conflito, que teve início em meados de março de 2011, com todas suas dramáticas consequências, apresento, a seguir, informação resumida sobre a situação geral na Síria, em termos políticos, econômicos, sociais e humanitários. Apresento, ademais, também em forma resumida, as grandes linhas da relação bilateral, ações realizadas, principais dificuldades encontradas, e sugestões para a atuação do próximo embaixador.

2. Até hoje, apesar dos esforços, jamais se logrou obter na Síria cessar-fogo em escala nacional. São as mais variadas e conflitivas narrativas e perspectivas para o longo conflito e a verdadeira tragédia que se abateu sobre a Síria. A situação de segurança permanece muito instável e volátil, notadamente no Nordeste, no Norte, Noroeste, e nas províncias do Sul. Cinco das mais poderosas forças armadas do mundo operam na Síria (Israel, Rússia, EUA, Turquia e Irã), sem legitimidade à luz do direito internacional e com todos os sérios riscos daí decorrentes.

3. Desde que aqui cheguei, em princípios de setembro de 2018, diversos analistas e interlocutores têm, comumente, expressado que a vitória final se aproxima e que a situação, em termos militares, teria melhorado. Se bem que a crítica situação dos anos de 2014 e 2015 foi superada, em favor de Damasco, a partir da decisiva intervenção russa, a pedido do governo sírio, no final de setembro de 2015, que evitou a queda de Damasco e a tomada do poder por grupos extremistas, os fatos no terreno, no entanto, demandam moderação com relação às expectativas mais otimistas criadas a cada momento. Grupos terroristas, como autoproclamado Estado Islâmico e o HTS (Hayat Tahrir al-Sham), seguem operando em regiões do país.

4. Com extensas áreas controladas "de facto" por outros atores, a Síria corre sério risco de fragmentação e tem sua soberania constantemente violada. Se não há, hoje, ofensiva de grande envergadura por nenhum daqueles países, os embates nas diversas regiões prosseguem, com alto grau de violência.

5. Não se pode descartar o perigo de que os arranjos em busca da limitação de ações ofensivas, possam se desfazer. Há o risco de que sejam corroídos pelo ritmo quase constante de violência limitada nas linhas de frente, pelos embates frequentes, que contrapõem os diversos atores que operam no terreno. Em situação extrema, aqueles arranjos poderiam entrar em colapso rapidamente, o que levaria, inevitavelmente, a uma escalada militar muito mais dramática, que pode ocorrer a qualquer momento.

6. Depois de mais de dez anos de guerra, 500 mil mortos, 5,5 milhões de refugiados, 6,5 milhões de deslocados internos, os diversos atores envolvidos ainda não conseguiram lograr entendimento que permita o equacionamento do longo conflito. As tragédias são diárias. Seria impossível reportar todas, tal a frequência e a violência com que se sucedem em todas as partes do

país. As bombas, os ataques suicidas, as explosões de minas, os assassinatos, os sequestros, bombardeios, ataques aéreos se repetem de forma tal que são vistos como parte da normalidade por grande parte da comunidade internacional. Como apontei acima, a situação no terreno é muito frágil e pode se deteriorar rapidamente, sem aviso prévio, o que poderia levar a renovada catástrofe humanitária, com novas ondas de deslocados internos e refugiados.

7. A contínua renovação das sanções europeias e a entrada em vigor do "Caesar Act", pacote de sanções norte-americano, em junho de 2020, têm agravado ainda mais a situação do país. O país passa por verdadeira tragédia humanitária e gravíssima crise econômica, social e de saúde. Trata-se, não hesito em dizer, do pior momento que a Síria tem vivido ao longo do conflito. Não é mais possível o sustento mínimo das famílias, o que tem gerado extrema insatisfação, desesperança, frustração.

8. Há que implementar na Síria projetos destinados a prover serviços básicos à população, nos mais diversos setores, entre os quais, água, eletricidade, saneamento, alimentação, saúde e educação. A continuidade da alocação de recursos para assistência humanitária por mais dez, vinte anos, não resolverá a dramática situação neste país. Pelo contrário. A situação tenderá a se agravar, o que tornará a Síria, com população desesperada e sem esperanças, em terreno fértil para a eclosão de doutrinas radicais e extremistas e o fortalecimento do autoproclamado Estado Islâmico e de outros grupos terroristas.

COMITÊ CONSTITUCIONAL

9. As perspectivas para a busca de solução política para o fim do longo conflito seguem distantes, apesar de todos os esforços que vêm sendo levados adiante no âmbito do Comitê Constitucional, ao amparo de resoluções do direito internacional.

10. Os termos de referência e regras de procedimento para o funcionamento do Comitê Constitucional constam do documento S/2019/775, de 27 de setembro de 2019, do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). De conformidade com o documento, no contexto do chamado de Processo de Genebra, o Comitê deverá preparar e redigir para aprovação popular reforma constitucional como contribuição para o processo político na Síria e implementação da Resolução 2254/2015 do CSNU, que apresenta "mapa do caminho" para o equacionamento do longo conflito.

11. O Comitê poderá rever e emendar a atual Constituição de fevereiro de 2012 ou elaborar uma nova. O Comitê é composto por 150 membros de três listas, 50 designados pelo governo sírio, 50 pela oposição ("Syrian Negotiations Commission" - SNC) e 50 representantes da sociedade civil. Em conjunto, formam o chamado "large body". Há, também, o chamado "small body", composto por 45 membros, 15 de cada uma das três listas, que deverá debater e redigir as propostas constitucionais. As decisões, sempre que possível, serão tomadas por consenso. Caso votação venha a impor-se, será necessário o apoio mínimo de 75% dos membros de cada um dos dois grupos. Assim, para a aprovação de propostas, serão necessários os votos positivos de 113 membros do "large body" e 34 membros do "small body". A presidência é compartilhada entre governo e oposição nos dois grupos.

12. O enviado especial para a Síria do secretário-geral das Nações Unidas (SGNU) é o facilitador dos trabalhos do Comitê Constitucional. A função vem sendo ocupada, desde janeiro de 2019, pelo embaixador Geir Pedersen, da Noruega, o quarto funcionário a ocupar tal cargo desde 2012. Sempre de acordo com os termos de referência, não poderá haver qualquer tipo de interferência externa e tampouco imposição de prazos para a duração dos trabalhos do Comitê, que deverá acordar, ademais, como será feita a aprovação popular e a transposição para a ordem legal síria da reforma constitucional que vier a ser aprovada.

13. O início dos trabalhos do Comitê Constitucional, em Genebra, em 30 de outubro de 2019, foi bem recebido, ao menos na retórica dos discursos, pela comunidade internacional. Até o momento, no entanto, depois de cinco reuniões do chamado "small body" não foram logrados êxitos concretos. O mais importante, porém, é que os esforços em busca de solução política seguem sendo levados adiante.

POLÍTICA INTERNA

14. Foram realizadas eleições para a Assembleia do Povo (Parlamento unicameral) em julho de 2020, bem como eleição presidencial em maio do corrente ano. Registraram vitórias expressivas as forças políticas aliadas ao governo e o próprio presidente Assad. A chamada Frente Nacional Progressista (FNP), coalizão de partidos políticos alinhados ao governo, elegeu 183 parlamentares, 166 dos quais pertencentes ao Baath, partido dominante. O resultado da eleição presidencial foi anunciado em 27 de maio de 2021, com a reeleição do presidente Bashar al-Assad para mandato de sete anos, até julho de 2028, com apoio de 95,1% dos votos.

15. As eleições sírias não foram reconhecidas pelas Nações Unidas, tampouco pela ampla maioria dos países. Foi criticada a ausência de legitimidade do exercício, desprovido de critérios genuinamente democráticos. Representantes da ONU recordaram os termos da Resolução 2254 (2015), mencionada no parágrafo 10 acima, a qual estipulou diretrizes para um processo político liderado pelos próprios sírios, que culmine com a realização de eleições livres e justas, sob supervisão das Nações Unidas e sob a égide de uma nova Constituição.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

16. A economia síria vem se deteriorando cada vez mais rapidamente, sobretudo a partir dos protestos que eclodiram no Líbano, em outubro de 2019. As dificuldades crescentes da economia libanesa fecharam a considerada última janela pela qual a economia síria vinha conseguindo sobreviver. O impacto da crise libanesa tem sido muito forte sobre a Síria. O governo sírio faz o que é possível, dentro das difíceis circunstâncias da longa guerra, das sanções e dos limitados instrumentos de política monetária e fiscal de que dispõe para lidar com a grave crise econômica. A instabilidade da moeda é um dos fatores de mais grave preocupação.

17. O enfrentamento da pandemia da covid-19 tem causado, ademais, forte impacto econômico e social. Os últimos anos têm sido muito difíceis, com a desvalorização cada vez mais acentuada da moeda local, a disparada da inflação, a elevação dos preços dos produtos básicos e dos remédios, a perda de poder aquisitivo e a miséria cada vez maior da população.

18. Cerca de 13,4 milhões de sírios estão em situação de risco, no que diz respeito à segurança alimentar e necessitam de assistência humanitária. Em torno de 90% da população encontra-se abaixo da linha de pobreza. É grave a crise energética e são cada vez mais frequentes e longos os cortes de eletricidade. Há falta, ademais, de remédios, vacinas, alimentos, equipamentos médicos e produtos básicos de toda ordem. Recordo que a Síria, antes da eclosão do longo conflito, podia atender parte significativa de suas necessidades energéticas, com produção própria de petróleo e gás. Tornou-se, depois de mais de dez anos de guerra, altamente vulnerável no fornecimento de energia.

19. Nos últimos anos, o governo sírio vem impondo cada vez maiores restrições às importações de amplo leque de produtos e insumos. Tais medidas têm como objetivo evitar o uso de moeda forte, em razão dos níveis mínimos das reservas internacionais; evitar, ao máximo, a forte desvalorização exponencial da moeda local; e buscar o equilíbrio orçamentário. As medidas buscam, também, promover a produção local e a autossuficiência, sobretudo nos tempos dramáticos em que vive o país.

20. O processo pleno de reconstrução da Síria ainda está longe de transformar-se em realidade, em razão de questões políticas, muito embora empresas de certos países comecem a retomar os laços com o governo sírio, por meio de contratos comerciais e de investimentos. Subsistem, ademais, importantes entraves financeiros, econômicos, logísticos e políticos que comprometem as condições para o início do esperado processo de reconstrução e normalização do comércio internacional. A Síria não tem acesso a linhas de crédito internacionais, o que obviamente constitui obstáculo essencial para as correntes de comércio. Os bancos sírios estão banidos do sistema de transferência internacional SWIFT.

21. Em 19 de maio último, o presidente Assad promulgou a nova lei de investimentos, nr. 18/2021. De acordo com declarações do governo sírio, a lei oferece importantes isenções fiscais e alfandegárias para projetos de investimento, de forma a encorajar a vinda de capitais estrangeiros e a proteção do capital nacional. Serão, assim, reduzidas e/ou eliminadas taxas para a importação de máquinas e equipamentos, além de outras que venham a incentivar os investimentos. A expectativa é a de que a lei venha a oferecer maior segurança jurídica para potenciais investidores, fundamentais para a retomada da economia do país, devastada pela longa guerra, e para a criação de empregos, tão desesperadamente necessários. Além de assegurar oportunidades de investimento, em condições de igualdade, tanto para capitais estrangeiros como para nacionais sírios, a nova lei tem por objetivo impedir a criação de monopólios e simplificar procedimentos administrativos. A nova lei, segundo autoridades sírias, colhe experiências dos mais diversos países, reflete a política de desenvolvimento do Estado sírio, e busca criar condições necessárias, em termos de ambiente de negócios e segurança jurídica, para atrair o capital estrangeiro e proteger o capital doméstico.

22. A Síria padece ainda de dificuldades logísticas relacionadas, por exemplo, ao estado precário de seus portos, ferrovias, rodovias e aeroportos, muitos destruídos ao longo do conflito. Quando superadas todas essas dificuldades e obtida solução política sustentável para o conflito, haverá expectativas positivas para o pleno início do processo de reconstrução. A estimativa é a de que serão necessários recursos da ordem de US\$ 400 bilhões, montante que não poderia,

naturalmente, ser aportado por qualquer país de forma isolada. Terá de haver importante esforço multilateral.

RELAÇÃO BILATERAL. AÇÕES REALIZADAS.

23. Brasil e Síria mantêm laços históricos, familiares e culturais fortalecidos em razão da presença de significativa comunidade de origem síria no Brasil. As estimativas variam, mas pode-se dizer que existiriam no Brasil cerca de 4 milhões de descendentes de sírios, cujos antepassados foram para o Brasil, notadamente, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1945.

24. Em junho de 2010, o presidente sírio, Bashar al-Assad, visitou o Brasil, ocasião em que foram assinados cinco acordos de cooperação bilateral, nas áreas de cooperação técnica, assistência jurídica em matéria penal, transferências de pessoas condenadas, saúde e agricultura.

25. O Brasil jamais fechou sua embaixada na Síria durante o conflito. Por razões de segurança, em julho de 2012 todos os funcionários do serviço exterior brasileiro foram deslocados para Beirute. Com a partida do então embaixador em 2013, o Brasil passou a ter encarregados de negócios, que mantiveram o diálogo contínuo com o governo sírio e outros interlocutores locais por meios de viagens regulares a Damasco.

26. A decisão de normalizar o funcionamento da embaixada em Damasco no primeiro semestre de 2018, com o retorno de funcionários do serviço exterior, e a elevação de nossa representação ao nível de embaixador, no segundo semestre do mesmo ano, foi muito bem recebida pelo governo sírio. As minhas credenciais ao presidente Bashar Al-Assad foram apresentadas em 16 de abril de 2019.

27. Poucos dias após minha chegada a Damasco, no período de 15 a 17 de setembro de 2018, houve visita de delegação da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), chefiada pelo seu então presidente, Rubens Hannun. Na ocasião, a delegação visitou a Feira Internacional de Damasco (FID). Além de reuniões com membros da comunidade empresarial, a delegação brasileira foi recebida pelos ministros do Comércio Interno e Proteção ao Consumidor; do Petróleo e Recursos Naturais; da Saúde; e de Assuntos Sociais e do Trabalho, assim como pela vice-ministra da Economia.

28. Pouco depois, no período de 2 a 6 de novembro de 2018, visitou a Síria o senador Fernando Collor de Mello, então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, ocasião em que também manteve reuniões de alto nível com lideranças parlamentares, políticas e religiosas, além de autoridade diplomática. Foi recebido pelo presidente Bashar Al-Assad, com o qual manteve também conversa privada. Recordo que o senador Collor fez pronunciamento no plenário do Senado Federal, em 22 de novembro de 2018, logo após sua visita à Síria, ao Líbano e ao Irã.

29. Recordo que, antes de minha chegada, houve outra visita de parlamentares brasileiros. No início de janeiro de 2018, delegação parlamentar integrada pelos deputados Arlindo Chinaglia (PT/SP), Carlos Melles (DEM/MG) e Esperidião Amin (PP/SC) esteve na Síria, quando manteve

reuniões com lideranças empresariais, parlamentares, e ministro sírios, como o ex-chanceler Walid Al-Muallem, e com o então primeiro-ministro Imad Khamis.

30. No período de 12 a 17 de novembro de 2018, houve a realização do I Festival de Cinema Brasileiro na Síria, ocorrido de 12 a 17 de novembro de 2018. O II Festival foi realizado no período de 5 a 13 de novembro de 2019. Ambos os eventos, levados adiante pela Embaixada, com recursos do Departamento Cultural do Itamaraty, contaram com o apoio do Ministério da Cultura sírio, foram realizados na Ópera de Damasco, e tiveram boa receptividade do público. Em razão da pandemia da covid-19, não foi possível a realização do Festival em 2020, e tampouco o será no corrente ano. A expectativa é a de que possa ser realizado novamente em 2022 e que novas atividades culturais possam vir a ser incorporadas.

31. Entre 28 de agosto e 3 de setembro de 2019, houve nova visita a Damasco de delegação da CCAB, chefiada pelo senhor Walid Yazigi, presidente do Conselho Superior de Administração. Na ocasião, a CCAB participou da 61ª edição da Feira Internacional de Damasco (FID) com estande institucional representativo, cuja montagem, concepção e organização foi realizada com recursos da CCAB. Ressalto que o governo sírio ofereceu o espaço de 18 m2 sem custos. Durante a FID, os diversos visitantes receberam informações sobre o Brasil e as possibilidades de negócios com as empresas vinculadas à CCAB. A delegação manteve reuniões com lideranças empresariais, com o ministro da Economia e Comércio Exterior e com a então ministra de Assuntos Sociais e Trabalho.

32. Em termos de cooperação educacional, no âmbito do Programa de Estudante Convênio Graduação (PEC-G), em 2021 dois estudantes sírios foram selecionados para cursarem universidade no Brasil. No corrente ano, no âmbito do PEC-G 2022, a embaixada encaminhou ao Itamaraty três candidaturas de estudantes sírios residentes na área de jurisdição do Posto e que preenchiam os requisitos exigidos em edital. Aguarda-se, no momento, a decisão final da comissão de seleção. Será importante seguir empreendendo todos os esforços para promover o PEC-G entre estudantes sírios.

33. Ressalto que o reitor da Universidade de Damasco, em visita de cortesia que lhe fiz, em novembro de 2020, reiterou o interesse de sua instituição em assinar acordo de cooperação com a Universidade de São Paulo (USP) e outras universidades brasileiras. A partir de esforço da embaixada, fui informado que, por meio de reunião virtual, a Universidade de Damasco apresentou à USP, para exame, minuta de Acordo de Cooperação Científica e Acadêmica.

34. Quanto ao comércio bilateral, em 2010, quando da visita do presidente Assad ao Brasil, a balança comercial atingiu seu pico histórico de US\$ 600 milhões, fruto de intenso trabalho de prospecção e aproximação, e em momento anterior ao longo conflito, que, como acima apontado, teve início em meados de março de 2011. Em 2018, em razão do longo conflito e das sanções, o intercâmbio comercial, de acordo com dados oficiais brasileiros, caiu para cerca de US\$ 60 milhões. Tal montante pode ser, na prática, maior, já que muitos produtos brasileiros acabam por entrar na Síria por terceiros mercados. Tenho ressaltado em meus contatos com as classes empresariais sírias e brasileiras a importância de que empresários dos dois países comecem a dialogar diretamente a fim de encontrar formas de incrementar o comércio bilateral e oportunidades de negócios e investimentos.

35. A pauta exportadora brasileira para este mercado concentra-se em produtos primários básicos. Em 2019, foram US\$ 37,9 milhões as exportações de café em grão (correspondentes a 60,25% das nossas exportações totais) e US\$ 22,2 milhões em açúcar cru, demerara (35,29%). Somente esses dois produtos representaram, portanto, quase 96% de nossas exportações para a Síria em 2019. Já as exportações da Síria para o Brasil não apresentam escala comercial relevante.

36. Os dados do comércio bilateral de 2020, segundo fontes oficiais brasileiras, apontam comportamento muito similar, com contração das exportações brasileiras em seu total. O total das exportações do Brasil foi da ordem da US\$ 51,7 milhões, sendo que cerca de US\$ 42,3 milhões corresponderam às exportações de café em grão (81,6%) e US\$ 7,17 milhões (13,8%) às exportações de açúcar cru, demerara. Esses dois produtos seguem sendo os mais importantes da pauta exportadora brasileira e juntos corresponderam a 95,4% das exportações brasileiras para a Síria. As importações do Brasil de produtos sírios são mínimas. No ano passado foram da ordem de US\$ 485,7 mil, sendo que US\$ 450 mil foram de sementes de anis, correspondentes a 92,6% do total. Em 2020, portanto, o superávit em favor do Brasil com relação à Síria foi de US\$ 51,21 milhões.

37. Além de reativar o comércio bilateral, os empresários dos dois países deverão buscar, na medida do possível, e no momento apropriado, a diversificação da pauta exportadora, de modo a agregar valor às trocas comerciais. Tão logo se tornem mais claras as perspectivas para a obtenção de solução política para o longo conflito na Síria, expectativas positivas passarão a ser vislumbradas. Não se pode, no entanto, esperar até que esse momento venha a ocorrer para que o empresariado brasileiro comece a se posicionar ou, ao menos, avaliar os riscos e oportunidades que poderão vir a surgir.

38. Quando do processo de reconstrução, a Síria precisará de máquinas, equipamentos pesados, material de construção, reparação ou reconstrução de sua infraestrutura, investimentos em energia, na produção de gás e de petróleo. O Brasil é aqui bem visto, é considerado país amigo, com o qual a Síria tem laços históricos, familiares e de afeto. As autoridades sírias têm expressado que haverá espaço no processo de reconstrução para os países amigos, entre os quais o Brasil é sempre incluído. A delegação da CCAB que aqui esteve para a FID 2019 saiu otimista com as possibilidades que poderão surgir. Será importante, também, a retomada das atividades do Conselho Empresarial Brasil-Síria, quando o momento mostrar-se apropriado.

39. A expectativa é a de que o comércio bilateral deverá se manter nos níveis atuais enquanto perdurarem o conflito e as sanções ocidentais, com ligeiras variações. Os dois principais produtos de nossa pauta exportadora são tradicionais e têm se mantido presentes. Os importadores sírios já desenvolveram, ao longo dos anos da guerra e das sanções, esquemas próprios para a aquisição de produtos essenciais, por meio de intermediários em terceiros países. Empresários locais, em diversas reuniões, têm me dito que há produtos no Brasil, com preços competitivos, que poderiam ter boa aceitação neste país.

40. Em algum momento, a dramática situação na Síria encontrará equacionamento e solução política, o que trará perspectivas positivas para a economia, a população em geral, e o ambiente de negócios no país. Há que preparar-se desde já, reitero, para aproveitar as oportunidades que

surgirão na Síria que emergirá pós-conflito. São diversos os obstáculos, nas condições atuais do longo conflito, para o incremento e diversificação do comércio bilateral, mas há potencial a ser explorado.

41. Ainda que com todos os problemas e desafios existentes na Síria, em razão da longa guerra, que já dura mais de dez anos, agravados pela crise libanesa, pelas sanções econômicas ocidentais, e pela pandemia da COVID-19, é importante que o empresariado brasileiro, ainda que de forma exploratória e sem montagem de estande, considere a possibilidade de participar de feiras e exposições comerciais na Síria. É fundamental, ademais, que mantenha contatos com o empresariado local, ainda que de forma virtual. Há grande disposição de lideranças empresariais, com as quais tenho conversado, para este tipo de formato.

42. Nos últimos três anos, o setor comercial da Embaixada tem sido contatado por algumas empresas, associações e federações de comércio e indústria brasileiras interessadas em obter informações sobre as feiras comerciais e o ambiente de negócios na Síria. Há muitas dúvidas, naturalmente, a respeito das condições de segurança e receios sobre o possível impacto das sanções ocidentais, além de incertezas referentes a seguros, pagamentos e transferências financeiras no caso de celebração de contratos. Há outros elementos importantes que também trazem dificuldades, como: i) desconhecimento da realidade e das oportunidades do mercado local; ii) distância geográfica e linguística; iii) necessidade de visto para entrada na Síria; iv) dificuldades em utilizar o aeroporto internacional de Damasco como ponto de entrada neste país (a opção mais segura continua a ser via Líbano); e v) dificuldades logísticas para exportar para a Síria.

43. As dúvidas e receios são absolutamente compreensíveis. De qualquer forma, é recomendável que seja dada atenção ao potencial de negócios no mercado sírio. Haverá oportunidades importantes quando solução política for alcançada, ainda que possa demorar.

44. Algumas empresas e indústrias brasileiras já começaram esse processo. Em novembro de 2020, a embaixada participou de videoconferência sobre o mercado sírio, com foco no setor farmacêutico, que reuniu representantes da agência de promoção e exportações e investimentos da cidade de São Paulo (SP Negócios), da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (ABIQUIFI), e das empresas Bilab e Eurofarma. Na ocasião, a embaixada apresentou panorama geral sobre a indústria farmacêutica síria, políticas públicas para o setor, bem como informações relacionadas com as dificuldades logísticas e de meios de pagamento, decorrentes de restrições e riscos de comércio com a Síria, em razão das sanções econômicas ocidentais. A embaixada participou e prestou informações em evento semelhante, ocorrido em março passado.

45. O setor comercial do Posto respondeu a consultas do Itamaraty sobre medidas tomadas pelo governo sírio de restrições às importações ou exportações em razão da pandemia da covid-19 e fez algumas pesquisas de mercado com relação a produtos, sobretudo agropecuários, que potencialmente poderiam ser bem aceitos. Como acima apontado, muitos produtos têm suas importações vedadas pela Síria, em razão do estado dramático do país, com forte crise econômica e social, e da política de forte contenção das importações, proteção das reservas internacionais e de valorização da produção nacional.

46. Ainda no que diz respeito aos esforços para o aumento das exportações brasileiras, em outubro de 2020 a embaixada encaminhou ao Itamaraty documento intitulado "Guia Como Exportar para a Síria". O estudo em questão foi resultado de trabalho entre a embaixada e a empresa de consultoria "Syrian Enterprise and Business Centre". A embaixada atuou intensamente na elaboração do documento. Foi possível reunir no Guia os elementos necessários para a melhor compreensão do mercado sírio, suas dificuldades, riscos e oportunidades, tendo em vista a desafiadora e complexa situação do país após mais de dez anos do conflito. A expectativa é a de que o "Guia Como Exportar para a Síria" permita esclarecer dúvidas, identificar setores específicos com oportunidades para negócios e viabilizar "mapa do caminho" capaz de orientar o empresariado brasileiro para a realidade hoje prevalente no país.

47. Foram feitas várias gestões em favor de candidaturas brasileiras aos mais diversos órgãos multilaterais. Mais recentemente, o governo sírio apoiou, formalmente, a candidatura do Brasil a assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, biênio 2022-2023, por ocasião das eleições que tiveram lugar em 11 de junho último, em Nova York. O governo sírio também confirmou o apoio à candidatura do consultor jurídico do Itamaraty, professor George Rodrigo Bandeira Galindo, à Comissão de Direito Internacional (CDI), para mandato no quinquênio 2023-2027, nas eleições que terão lugar em 12 de novembro próximo, em Nova York.

48. Foi mantido estreito contato com a chancelaria e demais autoridades do governo sírio. Reuni-me, em diferentes ocasiões, com ministros de Estado, sobretudo, das áreas econômica, cultural, educacional, social e da saúde. Mantive, ademais, interlocução estreita com lideranças empresariais, membros da sociedade civil, economistas, acadêmicos, representantes de agências e órgãos das Nações Unidas, agências humanitárias, membros da comunidade brasileira, além, naturalmente, com os demais colegas embaixadores.

49. Mantive fluido contato com parlamentares sírios, tendo me reunido, em diferentes ocasiões, com o presidente da Assembleia do Povo (Parlamento unicameral), com os presidente e membros do Comitê de Relações Exteriores e do Comitê de Assuntos Constitucionais e Legislativos. Participei também de reuniões com o presidente e membros do Grupo Parlamentar de Amizade Síria-Brasil. De todos escutei palavras de apreço com relação ao Brasil, de boas recordações de visitas passadas de parlamentares brasileiros e de expectativa de que delegação parlamentar síria seja convidada a visitar o Brasil, a fim de manter contato com seus pares no Congresso Nacional. Os parlamentares sírios tencionam fortalecer as relações entre as Casas Legislativas dos dois países e mostrar a visão síria a respeito dos acontecimentos no país desde março de 2011. Há, além disso, disposição de manter reunião virtual.

50. Foram empreendidos contínuos esforços para assegurar o bom funcionamento do setor consular e prestar toda a assistência e apoio possíveis à comunidade brasileira. Eventuais problemas no setor foram devidamente comunicados a Brasília com propostas para solução e encaminhamento.

51. A maior dificuldade enfrentada durante a minha gestão, sem contar aquelas inerentes a um país que tem vivido circunstâncias tão difíceis e trágicas, foi a de preencher a lotação da Embaixada com funcionários do serviço exterior brasileiro.

52. O Brasil acompanha o desenvolvimento do longo conflito na Síria com atenção e preocupação. Tem expressado firme solidariedade ao povo sírio, inclusive por meio de gestos concretos de apoio, como emissão de vistos humanitários e doações de medicamentos e vacinas. Considero de fundamental importância que, tão logo as condições assim o permitam, volte o Brasil a considerar a possibilidade de doação à Síria de remédios, alimentos e medicamentos, sobretudo para tratamento oncológicos, e de vacinas, equipamentos médicos e testes para o enfrentamento da covid-19.

53. O Brasil sempre manteve posição equilibrada, diálogo franco e direto com o governo sírio, mesmo nos momentos mais críticos – fato reconhecido por várias autoridades do governo, parlamentares, empresários e membros da sociedade civil deste país, com as quais manteve interlocução frequente. O Brasil defende a soberania, a independência, a unidade e a integridade territorial da Síria. O Brasil também tem acompanhado, nos mais diversos foros multilaterais, os diversos dossiês que envolvem a Síria e o longo conflito.

54. O Brasil apoia todos os esforços em prol de solução sustentável para o conflito por meio de processo político que seja conduzido e liderado pelos próprios sírios, "Syrian-led, Syrian owned political process", facilitado pelas Nações Unidas, e que venha a permitir o fim do conflito, a reconciliação nacional e a reconstrução do país. O Brasil tem continuamente manifestado o pleno apoio à resolução 2254/2015 do CSNU e ao trabalho do enviado especial para a Síria do SGNU, embaixador Geir Pedersen. Procurei enfatizar sempre essas diversas mensagens nos meus mais variados contatos na Síria.

55. Ainda que possam existir posições e perspectivas diferentes entre os dois países em determinados temas, há engajamento e clara disposição entre Brasil e Síria de manter diálogo fluido e maduro. O Brasil é solidário com o povo sírio. A Síria tem manifestado continuamente respeito e admiração pelo Brasil, país visto como defensor das "justas e boas causas do mundo", voz importante e de grande peso em todos os foros multilaterais. Autoridades sírias têm manifestado todo o interesse da Síria em desenvolver com o Brasil relação de entendimento e cooperação, tendo em conta os laços históricos e tradicionais, além da importante comunidade de origem síria no Brasil, que cria vínculos de facilitação de contatos, compreensão e aproximação entre os dois países.

56. O Brasil iniciará, em 1º de janeiro de 2022, mandato de dois anos como membro não-permanente no CSNU. Todos os inúmeros assuntos relativos à situação na Síria, ao trágico conflito e à busca por solução política serão objeto de intensos debates, discussões e divisões demandarão a continuidade do estreito acompanhamento, bem como de fluxo constante e variado de informações e análises por parte da embaixada em Damasco, de modo a ajudarem a balizar os posicionamentos brasileiros.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM DAMASCO**

Candidato EMBAIXADOR ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador André Luiz Azevedo dos Santos**

Nascido em São Paulo (SP), em 16 de setembro de 1961, o embaixador André Luiz Azevedo dos Santos é formado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - RJ), com Formação Pedagógica em Língua Inglesa pela Universidade Santa Ursula (USU – RJ) e especialização em Sociologia Urbana (não concluída) também na UERJ.

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1992. No Brasil, trabalhou inicialmente na área econômica (Divisão de Integração Regional), onde acompanhou e participou de várias missões no âmbito do Mercosul. Cedido ao Ministério de Planejamento e Orçamento (1996), trabalhou na Secretaria de Planejamento e Avaliação, onde atuou na equipe de elaboração do Plano Plurianual (PPA), retornando ao Itamaraty para trabalhar na Assessoria de Comunicação Social.

No exterior, adquiriu experiência no tratamento de questões da diáspora brasileira ao trabalhar no Consulados Gerais em Miami (1997-2000) e Paris (2009-2012). Sua área de especialização, no entanto, foi o setor político, tendo coberto temas dessa esfera nas embaixadas em Assunção (2000-2003), Abuja (2006-2009), Riade (2011-2013), Monróvia (2013-2018) e Kinshasa (2018 -).

Durante sua permanência no exterior, foi requisitado em diversas ocasiões para trabalhar na organização logística de eventos de grande porte, tendo participado como Coordenador de Segurança e de Credenciamento nos seguintes eventos: I Cúpula União Europeia - América Latina e Caribe (Rio de Janeiro, 1999); XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (São Paulo, 2004); Visita do Papa Bento XVI ao Brasil (São Paulo, 2007); III Fórum da Aliança para as Civilizações (Rio de Janeiro, 2010); e Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 (Rio de Janeiro, 2012).

Antes de ser comissionado Embaixador do Brasil na Libéria (novembro de 2013), atuou como Ministro-Conselheiro nas embaixadas do Brasil na Nigéria e na Arábia Saudita. Na Nigéria, acompanhou o surgimento do grupo Boko Haram, de ideologia radical islâmica; na Arábia Saudita, relatou os primeiros movimentos da Primavera Árabe a partir da perspectiva do país-anfitrião, especialmente no que se refere ao conflito na Síria. Do ponto de vista da questão securitária, na Colômbia cobriu as grandes operações militares do governo contra as FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia), o ELN (Ejército de Libertación Nacional) e os grupos paramilitares Auto-Defensas de Colombia. Já na Libéria e na República Democrática do Congo, acompanhou o trabalho das missões de paz da ONU nesses países (respectivamente UNMIL e MONUSCO), com destaque no seguimento das ações dos bandos armados na região oriental do país, a maior ameaça à estabilidade da região.

A extensa experiência do candidato em temas da área de segurança e sua maturidade profissional na análise de cenários políticos deverão ser de influência positiva na representação do Brasil e na defesa de seus interesses na Síria atual.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Contribuir para os interesses do Brasil e dos brasileiros na Síria, por meio de ação de diplomática de excelência, executada de acordo com as diretrizes da política externa defendidas pela Presidência da República.

MISSÃO DO POSTO

Tendo sempre presente o complexo contexto securitário atual do país, os desdobramentos do conflito em curso e suas consequências, contribuir para a promoção das várias dimensões da relação bilateral e dos interesses do Brasil e dos brasileiros na Síria, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência. Identificar oportunidades de cooperação entre os dois países com possibilidades de ganhos mútuos. Fornecer serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros. Prestar contas ao governo e à sociedade brasileiros sobre todos os aspectos atinentes às relações Brasil-Síria, por meio dos canais apropriados.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

- i) Informar o governo brasileiro sobre os desdobramentos do conflito em curso no país, e suas consequências;
- ii) Ampliar a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado sírio, com foco na prosperidade de ambos países;
- iii) Promover a imagem e a cultura brasileiras na Síria;
- iv) Prestar serviços consulares eficientes e de qualidade, em observância à legislação pertinente;
- v) Apoiar as empresas brasileiras que tenham interesse em conhecer e/ou investir no mercado sírio, bem como participar de visitas ou feiras comerciais naquele país;
- vi) Buscar oportunidades de cooperação com benefícios mútuos, como na área acadêmica;
- vii) Promover ampla divulgação do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G);
- viii) Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência em todos os setores da embaixada.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Incrementar e diversificar o comércio e os investimentos bilaterais, com ênfase no processo de reconstrução da Síria**
 - Preparar relatórios de inteligência comercial;
 - Elaborar nova edição do "Guia como Exportar para a Síria" (a edição mais recente é a de 25 de outubro de 2020);
 - Manter reuniões com as lideranças empresariais e estimular reuniões, ainda que virtuais, com empresários brasileiros, câmaras de comércio, associações comerciais, e federações de indústria;
 - Apoiar as empresas brasileiras a terem maior conhecimento sobre a realidade da Síria e o ambiente de negócios naquele país, e apresentar informações sobre setores específicos de interesse;
 - Apoiar a participação de empresas brasileiras, câmaras de comércio, e federações de indústria em feiras comerciais na Síria;
 - Estimular a participação de empresários sírios nas feiras comerciais no Brasil;
 - Promover maior interação entre empresários dos dois países, a fim de criar expectativas positivas para a retomada das atividades do Conselho Empresarial Brasil-Síria;
 - Manter diálogo com a Agência Síria de Investimentos; e

- *Deve-se ter em mente que, no âmbito comercial, sanções vigentes criam dificuldades importantes para a ampliação do comércio bilateral.*

II- coleta de informações sobre o conflito no país

1. Informar o Ministério das Relações Exteriores a respeito dos desdobramentos do conflito armado na Síria

- *Acompanhar diariamente a evolução do conflito armado na Síria, mediante contato com autoridades locais, representantes de organismos internacionais, membros do corpo diplomático estrangeiro baseados em Damasco, autoridades religiosas, cônsules honorários brasileiros e sociedade civil;*
- *Elaborar relatórios periódicos sobre os desdobramentos do conflito no terreno, bem como sobre a situação humanitária;*
- *Subsidiar o posicionamento brasileiro em foros multilaterais que deliberam sobre questões relacionadas ao dossiê sírio;*
- *Contribuir para que a diplomacia brasileira construa visão própria sobre o conflito na Síria, independente da narrativa de veículos de imprensa ou de países com interesses diretos na crise.*

III- promoção da cultura brasileira

3. Retomar a promoção da imagem e da cultura do Brasil na Síria

- *Uma vez que as condições sanitárias permitam, retomar a agenda de eventos culturais promovidos pela embaixada brasileira, como o Festival do Cinema Brasileiro;*
- *Retomar a celebração da data nacional brasileira em Damasco.*

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 e 2

- i) Número de **relatórios de inteligência comercial** preparados pelo Posto;
- ii) Número de **reuniões com lideranças empresariais** sírias;
- iii) Número de **feiras comerciais** que tiveram a participação da embaixada e/ou de empresas brasileiras;
- iv) Frequência de **participação em seminários e eventos** sobre a economia síria;
- v) Número de **consultas atendidas de promoção comercial** e inteligência comercial;
- vi) Número de **oportunidades para a participação de empresas brasileiras** em licitações na Síria divulgadas pela embaixada;
- vii) Número de **reuniões com autoridades econômicas e comerciais**;
- viii) Número de **relatórios sobre a situação econômica** na Síria e o comércio com o Brasil;
- ix) Número de **relatórios sobre a evolução do conflito e do quadro humanitário**;
- x) Número de **eventos promovidos pelo setor cultural** do Posto em cada ano.

II - relações políticas bilaterais;**METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Dar seguimento às relações bilaterais, a despeito dos desafios impostos pelo conflito**

- *Brasil e Síria mantêm laços históricos, culturais e familiares, que se fortalecem em razão da presença de significativa comunidade de origem síria no Brasil. As estimativas variam, mas é possível dizer que existiriam no Brasil cerca de quatro milhões de descendentes de sírios, que aqui chegaram entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX;*
- *Desde o início do conflito, foram raros os contatos políticos em alto nível. Nosso diálogo com o governo sírio tem-se limitado à embaixada em Damasco, que nunca fechou ao longo do conflito, embora os servidores do quadro tenham sido transferidos para Beirute entre 2012 e 2018, por razões de segurança. Durante esse período, o Brasil manteve a representação na Síria em nível de encarregado de negócios;*
- *Em novembro de 2018, com o retorno do pessoal do quadro a Damasco, o Brasil acreditou novamente embaixador junto ao governo sírio. O retorno do pessoal diplomático foi altamente apreciado em Damasco;*
- *Preservar bom diálogo com o governo sírio facilita a tarefa do Posto de acompanhar e avaliar os desdobramentos do conflito na Síria;*
- *Caso as condições políticas sejam julgadas apropriadas, estimular reunião entre outras altas autoridades dos dois países;*
- *Manter interlocução com a Assembleia do Povo (Parlamento sírio unicameral); estimular as relações entre os dois Parlametos;*
- *Manter interlocução com autoridades religiosas locais de diversas correntes, que ajudam a compreender a complexidade da sociedade síria.*

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS META

- i) Número de **relatórios sobre a situação política interna** na Síria;
- ii) Número de **relatórios sobre a política externa** síria;
- iii) Número de **relatórios sobre a evolução do conflito** na Síria
- iv) Número de **relatórios sobre a relação bilateral**;
- v) Número de **reuniões com autoridades sírias**.

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;**METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Subsidiar a participação ativa do Brasil em negociações de organismos multilaterais sobre a situação na Síria**

- *Diversos organismos internacionais mantêm em sua agenda pontos relativos ao conflito na Síria. Destacam-se, no âmbito das Nações Unidas, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o Conselho de Direitos Humanos – órgãos que têm adotado*

a prática de negociar resoluções periódicas sobre a situação na Síria. A Organização de Armas Químicas (OPAQ) é outro exemplo de organismo internacional que tem se dedicado ao dossiê sírio;

- *Tendo em vista o início do mandato brasileiro no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em janeiro próximo, o Brasil terá de posicionar-se sobre diferentes questões que afetam a paz e segurança internacionais, incluindo a crise na Síria;*
- *Por meio do acompanhamento e da produção de relatórios sobre diferentes aspectos do conflito e da situação humanitária na Síria, o Posto poderá subsidiar a tomada de decisões do Brasil em organismos multilaterais;*
- *Manter estreito contato com representantes residentes dos diversos órgãos das Nações Unidas e agências internacionais humanitárias presentes na capital síria.*

2. Ampliar o apoio sírio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões com vistas a obter o apoio da Síria a candidaturas brasileiras para cargos em organismos multilaterais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- i) Número de **relatórios sobre os desdobramentos do conflito** na Síria;
- ii) Número de **relatórios sobre a evolução da situação humanitária** no país;
- iii) Número **de relatórios sobre as posições sírias** em relação a negociações multilaterais que envolvem diretamente o país;
- iv) Número de **reuniões com os representantes residentes dos diversos órgãos das Nações Unidas e agências internacionais humanitárias**;
- v) Número de **relatórios sobre gestões realizadas em favor de candidaturas brasileiras** aos diversos órgãos multilaterais.

IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Retomar ações de promoção da cultura brasileira, em diversas frentes

- *Dar seguimento ao Festival do Cinema Brasileiro na Síria. As duas primeiras edições foram celebradas em novembro de 2018 e de 2019. Em razão da pandemia, não foi possível a realização em 2020 e 2021. Será importante, caso as condições assim o permitam, retomar a realização do Festival a partir de 2022;*
- *Retomar a celebração da data nacional brasileira em Damasco;*
- *Divulgar a Marca Brasil, a Cultura e o Turismo;*
- *Em 2022, promover atividades relacionadas com o bicentenário da Independência do Brasil;*
- *Atualizar regularmente as mídias sociais da Embaixada com informações voltadas para a divulgação da cultura brasileira.*

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- i) Número de **eventos para a promoção e divulgação da cultura brasileira**;
- ii) Número de convidados para a **data nacional brasileira**;
- iii) Número de **eventos relacionados à celebração do bicentenário da Independência do Brasil**.

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Compartilhar a experiência brasileira em matéria de preservação ambiental e energia limpa

- *Em razão do longo conflito e da tragédia humanitária, a Síria precisará de todo o apoio, tão logo as condições políticas se mostrem apropriadas, para levar adiante planos nacionais de desenvolvimento sustentável, em suas dimensões ambientais, econômicas e sociais. A experiência brasileira poderá vir a ser útil;*
- *Divulgar iniciativas brasileiras de proteção ambiental e posicionamentos em relação às grandes conferências de Meio Ambiente;*
- *Divulgar a experiência brasileira na área de energias limpas e renováveis, tema que vem ganhando interesse cada vez maior na Síria;*
- *Divulgar a experiência brasileira na área de agricultura sustentável, outra grande preocupação no país;*
- *Estimular contatos acadêmicos e governamentais nas áreas supracitadas.*

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- i) Número de **relatórios sobre a divulgação da experiência brasileira nas áreas de desenvolvimento sustentável, energia renovável, agricultura sustentável, e proteção ambiental**;
- ii) Número de **reuniões sobre tais temas com contrapartes sírias, acadêmicas e governamentais**.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Impulsionar a cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação, tão logo as condições relacionadas ao longo conflito na Síria o permitam

- *Divulgar iniciativas e capacidades brasileiras que poderão vir a ser de interesse para a Síria que emergirá no pós-conflito;*
- *Estimular a cooperação entre institutos de pesquisa científica;*
- *Buscar áreas de interesse mútuo para projetos de cooperação.*

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- i) Número de relatórios sobre divulgação de **iniciativas e capacidades brasileiras em ciência e tecnologia**.
- ii) Eventuais **convênios celebrados entre instituições de pesquisa científica**.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Estimular a cooperação acadêmica

- *A Síria tem o interesse em avançar na cooperação em ensino superior, tendo por base o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, assinado em 25 de fevereiro de 1997, em vigor desde julho de 1998;*
- *Programa executivo, sob o amparo do Acordo, foi firmado em 2003 (com duração de três anos, encerrou-se em 2006.) Entre 2010 e 2011, houve tratativas para a adoção de novo programa executivo, que não prosperaram em razão da eclosão do conflito na Síria. Quando as condições permitirem, será importante reavaliar os termos para retomada do programa executivo;*
- *Estimular a cooperação entre universidades sírias e brasileiras, em especial relançar contato já estabelecido entre a Universidade de Damasco e a Universidade de São Paulo (USP). Encontra-se em negociação minuta de Acordo de Cooperação Científica e Acadêmica entre as duas universidades;*
- *Verificar a possibilidade de instituir leitorado de português junto à Universidade de Damasco, que tem disposição de oferecer todo o apoio.*

2. Divulgar o Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G)

- *Desperta grande interesse na Síria as possibilidades de que estudantes sírios estudem em universidades brasileiras no âmbito do PEC-G;*
- *O Posto buscará ampliar a divulgação do Programa, em especial para estudantes que viram sua graduação comprometida em razão do conflito.*

3. Avaliar possibilidades de cooperação para reabilitação de escolas cujas instalações tenham sido danificadas pelo conflito armado

- *Do lado sírio, há interesse em contar com o apoio do Brasil para a reconstrução e/ou reabilitação de escolas destruídas durante o longo conflito;*
- *Ademais, haveria espaço para doação de recursos materiais que possam ser utilizados pelas escolas, como projetores;*
- *Buscar identificar as demandas sírias e apresenta-las às autoridades brasileiras competentes.*

4. Na área de saúde, avaliar condições para retomada do diálogo bilateral

- *Promover a cooperação bilateral na área de saúde. A Síria tem todo o interesse de retomar com o Brasil a cooperação na área da saúde, tendo como base o*

memorando de entendimento firmado, em 30 de junho de 2010, quando da visita do presidente Assad ao Brasil;

- *A Síria atribui grande importância ao diálogo estruturado com o Brasil na área de medicamentos e tem interesse de importar remédios e matéria-prima para a indústria local de medicamentos, que vem fazendo grande esforço para se recuperar da destruição derivada do conflito;*
- *A Síria tem interesse, ademais, de levar adiante com o Brasil programa para o intercâmbio de bolsas de estudo e treinamento na área de saúde;*
- *Verificar a possibilidade de doação de medicamentos, sobretudo os relacionados a tratamento oncológico, equipamentos médicos e vacinas à Síria;*
- *Verificar a possibilidade de apoiar a Síria no enfrentamento da COVID-19, por meio da doação de vacinas, medicamentos, e testes para PCR.*

5. Na área cultural, eventual parceria para eventos de celebração do bicentenário da Independência do Brasil

- *Avaliar interesse em contar com o apoio do Ministério da Cultura sírio para eventos relacionados com a celebração, na Síria, do bicentenário da Independência do Brasil*

Observação: Considerando-se o conflito da Síria, a cooperação em matéria de defesa não parece recomendável, tendo em vista a posição da diplomacia brasileira de apoio a cessar-fogo nacional e solução política sustentável para o conflito.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- i) **Número de ações de promoção da cooperação acadêmica;**
- ii) **Número de ações de divulgação do PEC-G;**
- iii) **Número de ações para promoção da cooperação nas áreas de educação e cultura;**
- iv) **Número de ações para a promoção da cooperação entre universidades sírias e brasileiras;**
- v) **Eventuais novos projetos de cooperação nas áreas de educação, saúde e cultura.**

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Favorecer iniciativas de assistência humanitária brasileira para a Síria

- *Verificar as possibilidades de assistência humanitária à Síria, seja de forma direta, seja por meio de cooperação com alguma das agências das Nações Unidas;*
- *Em anos anteriores, foram feitas doações de medicamentos e vacinas, por meio da Organização Mundial da Saúde (OMS). Nos últimos três anos, propostas para assistência brasileira foram apresentadas nas mais diversas áreas como saúde, educação e programas sociais.*

2. Compartilhar a experiência de programas sociais brasileiros

- *A Síria reconhece a excelência de vários dos programas sociais brasileiros, considerados como referência. Há interesse em conhecer projetos e programas brasileiros voltados para a capacitação e inclusão de jovens no mercado do trabalho; geração de renda familiar; fortalecimento da economia rural; e empreendedorismo de mulheres no campo;*
- *Há, ademais, interesse em i) conhecer a experiência brasileira em termos de previdência social; ii) identificar instituições brasileiras que poderiam apoiar a capacitação e treinamento de mão-de-obra; e iii) promover maior coordenação com o Brasil âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT);*
- *Ações dessa natureza fornecerão importantes fundamentos para a reconstrução do país, a qual passa não apenas pela retomada da economia, mas pela normalização psicossocial de uma sociedade profundamente sofrida, dividida, e traumatizada, que já enfrenta mais de dez anos de conflito armado e grave crise econômica e social.*

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Prestação de **projetos de assistência humanitária**;
- Número de **relatórios sobre as demandas sírias e as possibilidades de cooperação na promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades**;

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Realizar mapeamento da comunidade brasileira na Síria**
 - *Trabalha-se com a estimativa de que residam na Síria cerca de 2.600 nacionais brasileiros. A obtenção do número preciso é dificultada pelas circunstâncias do conflito;*
- Prestar atendimento consular eficiente e de qualidade, sempre em estreita conformidade com a legislação vigente.**
 - *Será necessário, para tanto, a existência de lotação adequada e funcionários experimentados no setor consular do Posto;*
- Manter contato regular com os cônsules honorários em Sueida e em Alepo; sugerir a indicação de novo cônsul honorário em Homs, cidade de importante comunidade brasileira;**
- Aprimorar o sistema de monitoramento de fraudes**
 - *Problemas, os mais diversos, encontrados no setor consular, resultado de trabalho investigativo intenso e criterioso levado adiante pela embaixada, relacionam-se a documentos falsos e/ou fraudados. Decisões judiciais têm determinado o cancelamento de documentos diversos obtidos por meio de fraudes comprovadas;*

- *Em casos de apresentação de documentos falsos e/ou fraudados, manter as áreas competentes do Itamaraty devidamente informadas sobre todos os casos identificados para as providências cabíveis.*

5. Responder as demandas e questionamentos recebidos pelos canais oficiais competentes

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- i) Número de informes sobre **reuniões na chancelaria síria para tratar de casos que envolvam nacionais brasileiros;**
- ii) Número de **atendimentos presenciais;**
- iii) Número de **documentos consulares emitidos**, como passaportes e vistos;
- iv) Número de **demandas e questionamentos respondidos** pelos canais oficiais;
- v) Número de **relatórios sobre problemas encontrados** no setor consular.

**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Cid Gomes****RELATÓRIO Nº , DE 2022**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 47, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.*

Relator: Senador **CID GOMES**

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe da Síria.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para tanto e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.



O Senhor André Luiz Azevedo dos Santos, filho de Robiran José dos Santos e Ana Elvira de Azevedo dos Santos, nasceu em 16 de setembro de 1961, no Rio de Janeiro-RJ.

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1993, após o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Anteriormente, em 1983, havia se graduado em Pedagogia, pela Universidade Santa Úrsula, do Rio de Janeiro; e em Ciências Sociais, em 1989, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Na carreira, ascendeu a Segundo-Secretário em 1998; a Primeiro-Secretário em 2005; a Conselheiro em 2008; a Ministro de Segunda Classe em 2014. Em 2021, passou para o Quadro Especial.

O diplomata indicado desempenhou diferentes funções ao longo da carreira. Entre elas, destacam-se as de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Abuja, entre 2006 e 2009; Cônsul-Geral adjunto no Consulado-Geral em Paris, de 2009 a 2011; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Riade, de 2011 a 2013; Embaixador em Monróvia, de 2013 a 2018; e Embaixador em Kinshasa, de 2018 até o presente.

O Embaixador André Luiz Azevedo dos Santos recebeu a Ordem do Mérito do Governo da Itália, em 1997; a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, em 1918; e a Grã-Cruz da Ordem do Pacificador, do Exército Brasileiro.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Árabe da Síria, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil com esse país, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

Brasil e Síria mantêm laços históricos, culturais e familiares, que se fortalecem em razão da presença de significativa comunidade de origem síria no Brasil. As estimativas variam, mas é possível dizer que existiriam no Brasil cerca de quatro milhões de descendentes de sírios, que aqui chegaram entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Em junho de 2010, o presidente Bashar al-Assad visitou o Brasil, ocasião em que foram assinados cinco acordos de cooperação



bilateral, nas áreas de cooperação técnica, assistência jurídica em matéria penal, transferência de pessoas condenadas, saúde e agricultura.

Decorridos mais de dez anos do início da crise, em março de 2011, ainda não se vislumbra o equacionamento do conflito na Síria. A situação de segurança no país permanece instável e volátil, notadamente no nordeste, no norte, no noroeste, e nas províncias do Sul. Embora não se tenham registrado recentemente ofensivas militares de grande porte, os embates nas diversas regiões do país prosseguem, com alto grau de violência.

O Brasil tem manifestado preocupação com a contínua violência na Síria, reiterando sempre a expectativa de que a crise seja equacionada pela via do diálogo inclusivo, liderado pelos próprios sírios.

Nossa diplomacia reconhece e apoia os esforços das Nações Unidas na Síria, e, em particular, os trabalhos do Comitê Constitucional, que poderá abrir caminho para solução sustentável para o conflito. No que concerne aos direitos humanos, o Brasil condena as violações cometidas por todas as partes do conflito.

Os números recentes mostram a dimensão do impacto exercido pelo conflito sobre as trocas comerciais sírias e, especificamente, sírio-brasileiras. Em 2010, antes da eclosão da crise, o fluxo de comércio havia atingido o recorde histórico de US\$ 594,8 milhões. Atualmente, o volume de comércio é de cerca de US\$ 60 milhões.

A pauta exportadora para o mercado sírio concentra-se em produtos primários básicos. Em 2019, foram US\$ 37,9 milhões as exportações de café em grãos (o que correspondeu a 60,25% das nossas exportações totais) e US\$ 22,2 milhões em açúcar cru (35,29%). Esses dois produtos, juntos, representaram, portanto, em 2019, cerca de 96% de nossas exportações para a Síria. Já as exportações da Síria para o Brasil não apresentam escala comercial relevante.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator



4



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 70, DE 2021

(n° 590/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FÁBIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 590

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **FÁBIO VAZ PITALUGA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **FÁBIO VAZ PITALUGA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de novembro de 2021.

EM nº 00238/2021 MRE

Brasília, 9 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FABIO VAZ PITALUGA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Armênia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **FABIO VAZ PITALUGA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 937/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FÁBIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 22/11/2021, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3020024** e o código CRC **6CF374BE** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008787/2021-81

SEI nº 3020024

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FABIO VAZ PITALUGA

CPF: 938.555.597-91

ID: 9894 MRE

1964 Filho de Plínio Pitaluga e de Maria Theresinha Vaz Pitaluga, nasce em 13 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1987 Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica / RJ
 1990 CPCD-IRBr
 1998 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas / IRBr
 2006 CAE / IRBr - Compras Governamentais Negociações na Área de Livre Comércio das Américas. Desafios e Implicações para o Brasil

Cargos:

1990 Terceiro-secretário
 1995 Segundo-secretário
 2001 Primeiro-secretário, por merecimento
 2005 Conselheiro, por merecimento
 2009 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2020 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1991 Divisão de Formação e Treinamento, assistente
 1991 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
 1994-97 Embaixada em Buenos Aires, terceiro e segundo-secretário
 1997-00 Embaixada em Cingapura, segundo-secretário
 2000-01 Divisão de Meio Ambiente, assistente
 2001 Divisão de Política Comercial, subchefe
 2001-04 Divisão de Acesso a Mercados, subchefe
 2004-07 Embaixada em Washington, primeiro-secretário e conselheiro
 2007-09 Delegação Permanente junto à ALADI e ao Mercosul em Montevidéu, conselheiro e ministro de segunda classe
 2009-13 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, chefe
 2014-15 Assessoria para Assuntos Internacionais do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, assessor especial
 2015-18 Embaixada em Moscou, ministro de segunda classe
 2018 Embaixada em Damasco, embaixador
 2020 Embaixada em Damasco, embaixador

Condecorações:

2009 Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil
 2013 Medalha do Mérito Santos-Dumont
 2013 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Comendador
 2014 Medalha do Pacificador
 2018 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
 2018 Medalha General Plínio Pitaluga, Associação dos Ex-Combatentes do Brasil
 2019 Medalha do Exército Brasileiro

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARMÊNIA

Ficha-País



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Outubro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da Armênia
GENTÍLICO:	Armênio
CAPITAL:	Ierevan
ÁREA:	29.800 km ²
POPULAÇÃO (2019):	2,96 milhões
IDIOMAS:	Armênio (97,7%), mas o russo é amplamente utilizado.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Igreja Apostólica Armênia (94,7% da população), outras denominações cristãs (4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (unicameral)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Armen Sarkissian (desde abril de 2018)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Nikol Pashinyan (desde maio de 2018)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Ararat Mirzoyan (desde agosto de 2021)
PIB (Banco Mundial 2020):	US\$12,6 bilhões
PIB per capita (Banco Mundial 2020):	US\$ 4.301
PIB PPP (Banco Mundial 2020):	US\$ 39,364 bilhões
PIB PPP per capita (Banco Mundial 2020):	US\$ 13.284
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-7,6% (2020), +7,6% (2019), +5,2% (2018) +7,5% (2017), +0,2% (2016); +3% (2015); +3,5% (2014); +3,3% (2013)
IDH (2020):	0.776 - 81º lugar (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	75,1 anos

ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	99,75%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	19% (OIT)
EMBAIXADOR EM IEREVAN:	Agemar de Mendonça Sanctos (desde novembro/2017)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Arman Akopian (desde agosto/2020; partida prevista para final de 2021)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

Brasil-Armênia	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<i>Intercâmbio</i>	39,7	21,0	38,6	24,7	26,5	23,1	27,1
<i>Exportações</i>	39,2	20,8	38,5	24,6	26,3	22,9	27,0
<i>Importações</i>	0,5	0,1	0,1	0,1	0,18	0,2	0,1
<i>Saldo</i>	38,6	20,7	38,4	24,4	26,2	22,7	26,9

PERFIS BIOGRÁFICOS



ARMEN SARKISSIAN, Presidente. Nasceu em 23/6/1953, em Ierevan. Estudou-se em Física pela Universidade Estatal de Ierevan, em 1976. Foi professor de Física entre 1976-1990. Em 1991 foi nomeado Encarregado de Negócios em Londres, depois Embaixador em Londres, onde serviu até 1996. Entre 1996-97 foi Primeiro-Ministro da Armênia. Entre 1998-2000 foi nomeado novamente Embaixador em Londres. Entre 2000-2013, foi Conselheiro do Presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e de empresas multinacionais como a British Petroleum, Alcatel, Telefonica, Bank of America e Merrill Lynch. Entre 2013-2018, voltou a ser Embaixador em Londres. Foi eleito Presidente da Armênia pela Assembleia Nacional em março de 2018, tendo tomado posse em 9 de abril.



NIKOL PASHINYAN, Primeiro-Ministro. Nasceu em 1/6/1975, na cidade de Idjevan, Armênia, estudou na Universidade do Estado de Ierevan entre 1991 e 1995, ano em que foi dispensado por razões políticas. Atuou ativamente na área de jornalismo, tendo fundado o próprio jornal, Oragir Daily, em 1998. Já foi condenado a 1 ano de prisão por razões políticas em 1999, mas a condenação nunca foi executada. Em 2000 foi sentenciado a 7 anos de prisão por promover desordem em massa, a qual cumpriu 1 ano e 11 meses de encarceramento. Em uma nova fase, em 2012, foi eleito para a Assembleia Nacional do país. Além disso, desde 2015 é membro do Partido do Contrato Civil. Em 2017, foi novamente eleito pela Assembleia Nacional e passou ao cargo de líder da aliança Yelk no Parlamento Armênio. É primeiro-ministro da Armênia desde 8 de maio de 2018.



ARARAT MIRZOYAN, Ministro de Negócios Estrangeiros. Nasceu em 23/11/1979, em Ierevan. Em 2015, tornou-se um dos membros fundadores do Partido do Contrato Civil. Em 2017, foi eleito para a Assembleia Nacional. Ferrenho opositor do então Presidente Serzh Sargsyan, Mirzoyan foi um dos parlamentares mais ativos no âmbito da intitulada “Revolução de Veludo” de 2018, que resultou na ascensão de Nikol Pashinyan a Primeiro-Ministro. Em maio daquele ano, Mirzoyan foi nomeado vice primeiro-ministro da nova administração e, em janeiro de 2019, foi eleito Presidente da Assembleia Nacional da Armênia, cargo que ocupou até sua designação como Ministro de Negócios Estrangeiros, em agosto de 2021.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Embaixada do Brasil em Ierevan foi aberta em 2006, e a Armênia designou, em 2010, seu primeiro embaixador em Brasília. Desde então, observa-se maior aproximação entre os dois países, com destaque para a troca de apoios na esfera multilateral e incremento do número de visitas.

A comunidade de origem armênia que vive no Brasil, estimada em 40 mil pessoas (25 mil das quais no estado de São Paulo), tem grande relevância para as relações bilaterais. Os armênio-brasileiros mantêm contato permanente com aquele país, contribuindo financeiramente com projetos filantrópicos coordenados por organizações da Diáspora Armênia.

A adoção de regime de isenção de vistos para viagens curtas de turismo e negócios, em novembro de 2015, foi importante contribuição para estimular os intercâmbios entre os dois países, sendo notório o incremento do número de turistas brasileiros na Armênia desde então. Estima-se que o número anual de visitantes do Brasil àquele país tenha dobrado desde a entrada em vigor do Acordo.

O Acordo de Consultas Políticas, assinado durante a visita do ex-Presidente Serzh Sargsyan ao Brasil, em 2016, estabelece a moldura para a sistematização do diálogo de alto nível. Na mesma ocasião, foi assinado Acordo Básico de Cooperação Técnica e o Acordo de Cooperação Educacional. Até o momento, tiveram lugar duas reuniões de consultas políticas: a primeira durante a visita do Vice-Ministro Ashot Hovakimian a Brasília, em abril de 2012, e a segunda durante a visita a Ierevan da então Subsecretária-Geral Política I (SGAP-I), Embaixadora Vera Barrouin Machado, em março de 2013.

Em 17/11/2017, o então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, realizou visita oficial à Armênia. Tratou-se da primeira visita oficial de um Chanceler brasileiro ao país. Em Ierevan, o ex-Ministro Aloysio Nunes foi recebido pelo Presidente da República Armênia, Serzh Sargsyan, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Edward Nalbandian. Na ocasião foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia sobre Cooperação em Comércio e Investimentos.

Ao abrigo do Acordo de Cooperação Cultural, assinado em 7 de maio de 2002, as atividades culturais têm tido destaque no âmbito das relações bilaterais. O público armenio é sempre muito interessado em participar dos eventos de promoção da cultura brasileira, organizados pela

embaixada do Brasil em Ierevan, tais como concertos, exposições de fotografias e de artes plásticas e mostras de cinema. O Brasil e a Armênia são coprodutores de curta metragem dedicado à vida de Santos Dumont, intitulado "The Wild Bird from Brazil". Cineastas brasileiros também têm participado, com frequência, dos dois principais festivais do país: o "Golden Apricot" e o Festival Internacional de Cinema de Animação "REANIMANIA".

Na área de cooperação, foram assinados, em 2016, o Acordo Básico de Cooperação Técnica e o Acordo de Cooperação Educacional. Ambos seguem em tramitação no Congresso brasileiro.

Defesa

O setor de defesa da Armênia é, quase em sua totalidade, dependente de linhas de financiamento de Moscou para aquisição de armamentos russos. A parceria estratégica com Moscou constitui pilar essencial de sustentação de posições armênias no conflito Nagorno-Karabakh, já que a economia e o orçamento militar do Azerbaijão são quase duas vezes superiores aos da Armênia. A Armênia também é parte da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC). A parceria estratégica entre os dois países é reforçada pela existência da única base militar russa no sul do Cáucaso (Gyumri) e de material de guerra para fazer face ao Azerbaijão no conflito Nagorno-Karabakh.

Desde 2018, o Primeiro-Ministro Pashinyan tem tentado implementar uma política de autonomia na produção de armamentos modernos. O ponto focal dessa política seria o desenvolvimento de armas com maior conteúdo tecnológico, criando uma indústria de defesa apoiada em seu relativamente avançado setor de tecnologia da informação. Nessa linha, o orçamento aprovado em 2020 reorientou a prioridade dos gastos militares do Ministério da Defesa para o Ministério da Indústria de Alta Tecnologia, criado em substituição ao antigo Ministério da Ciência e Tecnologia. Houve injeção de recursos 122% superior ao ano anterior, com vistas à produção de armamento de última geração, tanto para uso doméstico quanto para exportação. Atualmente, não se encontram em vigor acordos ou memorandos de entendimento na área de defesa entre o Brasil e a Armênia, mas há espaço para o reforço da cooperação entre os setores de defesa e de alta tecnologia direcionados a terceiros mercados, com vistas a desenvolver produtos que incorporem os mais recentes avanços em TI.

Em novembro de 2019, ocorreu reunião da Assembleia Parlamentar da OTSC, da qual participaram líderes dos parlamentos de seus países-membros (Rússia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e a anfitriã Armênia). Nesse contexto, o Ministro da Defesa armênia, Davit Tonoyan, fez uso da oportunidade para anunciar a próxima entrega de quatro novos caças-bombardeiros Sukhoi SU-30SM, fornecidos pela Rússia.

Em março de 2020, em decisão que apontou novas perspectivas em sua política de aquisição de armamentos, a Armênia adquiriu quatro unidades do sistema móvel de radar anti-artilharia SWATHI, da Índia, em custo estimado de US\$ 40 milhões. Trata-se de sofisticado equipamento de detecção e seguimento de trajetória de tiros de artilharia ou mísseis, com capacidade para localizar a origem dos tiros, a fim de orientar os contra-ataques.

COVID-19

Até 20/10/2021, o número total de casos acumulados chegou a 283.183, tendo sido registrados ao todo 5.842 óbitos. A pandemia do COVID-19 na Armênia, embora ainda não tenha chegado ao nível de alguns dos países vizinhos, vem adquirindo proporções preocupantes no que parece ser uma “terceira onda” de contágio. Se, no mês de setembro, o número de novos infectados já se aproximava da marca dos 700 casos e da média de 10 óbitos por dia, a situação veio a piorar drasticamente nas semanas seguintes, quando foram registrados mais de 1.700 novos contaminados e quase 30 mortes diariamente, números expressivos para um país de menos de 3 milhões de habitantes.

Apesar das evidências quanto ao alastramento do vírus e seus efeitos, boa parte da população armênia tem preferido não se vacinar, mesmo frente a todos os esforços do governo no sentido de impedir a proliferação da pandemia. Desde maio de 2021, as vacinas Sputnik, Sinofarm, Sinovac, Oxford e Astra Zeneca passaram a ser oferecidas gratuitamente, tendo ainda sido anunciado que 50 mil doses da Johnson & Johnson e 300 mil da Novavax devem chegar até novembro de 2021 ao país. Ademais, está sendo negociada a aquisição de 300 mil doses da vacina Pfizer.

Não obstante, até 4 de outubro, apenas 517 mil vacinas teriam sido aplicadas, e somente 170 mil pessoas teriam recebido as duas doses. De forma a acelerar o processo de vacinação, o governo fez publicar diretiva segundo a qual os setores público e privado poderão exigir de seus

funcionários certificado de vacinação ou a apresentação de teste negativo de Covid-19 a cada duas semanas, devendo as despesas com o teste (de aproximadamente US\$ 30.00) serem cobertas pelo interessado.

POLÍTICA INTERNA

Apesar da hegemonia política do Partido Republicano da Armênia (PRA), que dominava os poderes Executivo e Legislativo desde 2008, há sinais de clivagem na política interna do país. No início de 2015, em reação a reformas propostas pelo Governo do PRA, especialmente a reforma constitucional que transformou o país em uma República Parlamentarista, os três principais partidos da oposição (o Partido Armênia Próspera (PAP), o Partido Patrimônio (PP) e o Congresso Nacional Armênio (CNA)) uniram-se.

Em 2018, o ex-Presidente Sargsyan tentou, com apoio de esmagadora maioria parlamentar, manter-se no poder como Primeiro-Ministro. A manobra motivou manifestações populares de grande dimensão, que chegaram a reunir 200.000 pessoas no centro de Ierevan. O líder dos protestos, do eputado e jornalista Nikol Pashinyan, foi nomeado Primeiro-Ministro. A chamada "revolução de veludo" trouxe ao poder uma liderança nova, comprometida com a luta contra a corrupção e com a abertura econômica. Os primeiros meses do governo Pashinyan foram marcados por uma série de ações policiais contra os chamados "oligarcas", que controlavam grande parte da economia armênia.

Após intensos debates entre governo e oposição, foi aprovado, em abril de 2019, em primeira leitura, projeto de lei que reduziu o número de ministérios no país, de 17 para 12. O resultado final foi de 71 votos a favor e 40 contrários, sendo todos os votos favoráveis provenientes do partido "My Step", do Primeiro Ministro Nikol Pashinyan. Os grupos oposicionistas no Parlamento foram contrários ao projeto por razões distintas. O partido "Armênia Luminosa", que fazia parte da coligação de Pashinyan na antiga legislatura, condenou a falta de disposição do atual primeiro-ministro de limitar seus próprios poderes, demanda que encampava durante a "Era Sargsyan". O outro partido de oposição, "Armênia Próspera", ecoou as críticas ao sistema, que, em sua avaliação,

criava a figura de um "super-Primeiro Ministro", e questionou as possíveis demissões em massa resultantes das alterações propostas.

A tentativa do novo governo armênio de seguir equilibrando-se entre a Rússia e o Ocidente – principal característica da política externa do país desde a independência – leva alguns analistas a acreditarem que o grupo político que deu origem à "revolução" de 2018 poderá vir a fraturar-se.

Para alguns analistas, a prisão, em 2019, do ex-presidente Robert Kocharyan, assim como a persistente crise entre os poderes executivo e judiciário têm contribuído para inusitada fase de polarização política no país. Para o PM Pashinyan, a solução da crise se daria apenas com a renovação integral dos quadros da Suprema Corte do país, cujos membros foram todos nomeados pelo regime destituído em abril de 2018.

De acordo com dados do Comitê Nacional de Estatística (CNE) da Armênia, a população do país segue em declínio, mantendo tendência que persiste desde a independência da antiga União Soviética (quando a população era de 3,5 milhões de pessoas). O fenômeno vem sendo tratado como crise pelos diferentes governos armênios, mas esforços para estimular a natalidade e para atrair de volta a numerosa diáspora não têm apresentado os resultados esperados.

Além do impacto social óbvio do alto índice de desemprego, no caso armênio há um complicador que deverá ser levado em conta pelas autoridades na definição de políticas públicas para os próximos anos: a crise da emigração. O país passa por declínio populacional ininterrupto desde a independência, em 1991, e o grande motor deste fenômeno é justamente a falta de perspectivas profissionais para uma juventude bem-educada, que vê no exterior a única saída para a escassez de oportunidades oferecidas em seu país.

POLÍTICA EXTERNA

Os principais interesses da política externa armênia são: a solução da questão de Nagorno-Karabakh; a relação com a Federação da Rússia; a abertura para o Ocidente, especialmente União Europeia (UE) e os Estados Unidos; e a promoção do reconhecimento universal do "Genocídio Armênio de 1915".

Nagorno-Karabakh

A solução do conflito de Nagorno-Karabakh é o tema mais importante da agenda internacional da Armênia. Nagorno-Karabakh tem cerca de 8.200 km² e uma população de cerca de 140 mil habitantes. Desde o início do século XX, a região, com população majoritariamente armênia, é disputada pela Armênia e por etnias que vieram a compor o moderno Estado do Azerbaijão. Com a eclosão da revolução bolchevique e a posterior consolidação da União Soviética, o ditador Josef Stalin, decidiu, em 1923, manter o território como parte da República Socialista Soviética (RSS) do Azerbaijão, com o status de região autônoma. Em 1945, 1965 e 1977, houve petições para que Nagorno-Karabakh fosse anexado à República Socialista Soviética da Armênia, sem sucesso. Com o advento da “perestroika”, o território de Nagorno-Karabakh transformou-se na primeira região dissidente da União Soviética.

Em dezembro de 1991, após a dissolução da URSS, os armênios de Nagorno-Karabakh aprovaram a criação de um Estado independente. O conflito que se seguiu, que opôs forças azerbaijanas aos armênios de Nagorno-Karabakh, gerou, segundo estimativas de observadores internacionais, de 20 a 30 mil mortos azeris e de 5 a 6 mil mortos armênios, além de mais de um milhão de refugiados de etnia azerbaijana, deslocados da Armênia e da região de Nagorno-Karabakh.

Desde 1992, negociações de paz têm sido conduzidas no âmbito da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), pelo Grupo de Minsk, sob a copresidência de EUA, Rússia e França. A Rússia mediu cessar-fogo, assinado em 1994. Registre-se, no entanto, que as partes jamais assinaram tratado de paz. Incidente relativamente grave foi registrado em 2016, quando campanha-relâmpago do Azerbaijão resultou na recuperação de pequena parcela de território, de alegada importância militar.

Em 29 de março de 2019, o Presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, e o Primeiro-Ministro da Armênia, Nikol Pashinyan, reuniram-se em Viena. Tratou-se do primeiro encontro formal entre os dois líderes, sob a mediação do Grupo de Minsk da OSCE. O encontro não produziu avanços substantivos, mas comunicado conjunto mencionou “ambiente positivo”.

Em fevereiro de 2020, em evento realizado no contexto da Conferência de Segurança de Munique e considerado pelos analistas como

inusitado na história das relações entre a Armênia e o Azerbaijão, o Primeiro-Ministro armênio, Nikol Pashinyan, e o Presidente azerbaijano, Ilham Aliyev, confrontaram-se em discussão pública a respeito das respectivas posições no conflito, sem avanços substantivos. A situação agravou-se após a realização de “eleições” presidenciais e parlamentares na autodenominada “República de Artsakh”, que engloba a região de Nagorno-Karabakh e outros territórios ocupados pela Armênia, em abril de 2020. A cerimônia de “posse” do “Presidente” eleito, Arayik Harutnyunyan, e de 33 novos “parlamentares” contou com a presença do Primeiro-Ministro armênio, Nikol Pashinyan, o que foi visto como uma provocação criticada pela chancelaria azerbaijana.

As eleições não foram reconhecidas por numerosos países, como os Estados Unidos e a Turquia, nem por organizações internacionais, como a União Europeia e a OSCE. A União Europeia informou que “não reconhece o quadro institucional que emoldurou o exercício eleitoral” e reiterou seu apoio aos esforços do Grupo de Minsk. Similarmente, o comunicado dos co-presidentes da troika de Minsk informou que o resultado das “eleições” não afetava o estatuto legal de Nagorno-Karabakh, nem os resultados das negociações em curso, cujos esforços o país apoia”.

Em abril de 2020, foi realizada videoconferência entre os chanceleres azerbaijano e armênio, juntamente à troika de Minsk, a fim de dar continuidade às negociações sobre o conflito. Na ocasião, as partes acordaram retomar negociações logo que possível, ficando os copresidentes da troika de Minsk encarregados de avaliar quaisquer oportunidades que se venham a apresentar nesse sentido.

Em 12 de julho de 2020, iniciou-se conflito armado na fronteira entre Azerbaijão e Armênia, com troca de artilharia, no distrito fronteiriço de Tovuz, o qual se encontra fora da linha de contato. O ataque deixou ao menos 15 mortos: 4 armênios e 11 azerbaijanos, dentre estes um civil. Os choques fronteiriços levaram a enorme reação da população azerbaijana, sobretudo jovem, com passeatas de protesto e mensagens patrióticas, clamando por reação mais efusiva do governo azerbaijano. A imprensa internacional repercutiu a notícia, refletindo a troca de acusações mútuas sobre de que lado teria partido o ataque. Por sua vez, apelos internacionais de EUA, ONU, União Europeia e do Grupo de Minsk foram feitos para a suspensão das hostilidades. A Organização do Tratado de Segurança Coletiva (Rússia, Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão,

Tadjiquistão) declarou que os incidentes não contribuem para a normalização da situação na fronteira.

O governo da Armênia reagiu à declaração do Ministério das Relações Exteriores da Turquia, a qual afirmava que os fatos ocorridos “seriam tentativas da Armênia visando a desviar a atenção da comunidade internacional com respeito à sua contínua ocupação ilegal do território azerbaijano de Nagorno-Karabakh e regiões vizinhas por muitos anos, na busca de adicionar novas dimensões ao conflito e impedir o assentamento político” do Azerbaijão. Em resposta, a chancelaria armênia afirmou que a “Turquia não tem agido como verdadeiro membro do grupo de Minsk da OSCE, mas como parte envolvida no conflito”.

No fim de julho, após esmorecimento dos conflitos na região de Nagorno-Karabakh, o Primeiro-Ministro, Nikol Pashinyan, reuniu-se com membros do governo e declarou que, de forma esquemática, as posições de seu país sobre o conflito poderiam ser resumidas nos seguintes pontos:

- a) Necessidade de fortalecimento do sistema de segurança comum da Armênia e de “Artsakh”, com ênfase na estreita cooperação com a região;
- b) Participação de “Artsakh” nas negociações como “parte de pleno direito”;
- c) Renúncia pública do Azerbaijão ao uso da força e cessação da retórica anti-Armênia;
- d) Abandono da retórica maximalista do Azerbaijão e reconhecimento, sem restrições, do direito do povo de “Artsakh” à autodeterminação, sendo mantida a segurança da Armênia e de “Artsakh”. Nesse ponto, o PM insistiu em que as negociações sejam “significativas”, já que, a seu ver, as conversações, no atual estágio, se colocariam como “continuação da guerra”;
- e) Alerta aos países que fornecem armas ao Azerbaijão, para que se conscientizem de que o uso das armas por eles fornecidas têm resultado em crimes contra populações civis. Segundo Pashinyan, os recentes conflitos têm causado sérios danos aos assentamentos fronteiriços da Armênia e às pessoas que vivem em “Artsakh”, em clara violação de seus direitos políticos, econômicos e ambientais;
- f) Monitoramento pré-pandêmico no cumprimento do cessar-fogo, que estaria sendo feito de maneira muito limitada. Sugeriu-se, assim, a introdução de monitoramento internacional eficaz e permanente, com

mecanismos de controle que registrem quando e qual lado teria violado o cessar-fogo.

Em setembro de 2020, iniciou-se nova etapa do conflito, com choques na região internacionalmente reconhecida como azeri, mas sob controle armênio até então. O conflito rapidamente evoluiu para uma guerra entre Armênia e Azerbaijão. Em 9 de novembro daquele ano, um acordo de cessar-fogo foi firmado, e o Azerbaijão declarou vitória. Entre 2008 e 2019, o Azerbaijão investiu cerca de US\$ 24 bilhões em suas forças armadas, seis vezes mais que a Armênia. Parte considerável desses investimentos foram destinados à aquisição de armas turcas, com destaque para a compra de “drones” oriundos daquele país. Esses equipamentos foram essenciais para a rápida evolução da guerra em favor do Azerbaijão. Ademais, aventou-se na imprensa a participação de mercenários sírios no conflito, recrutados por empresas militares privadas turcas. Também repercutiu na imprensa o suposto fornecimento de equipamento militar de Israel para o Azerbaijão.

A Rússia, apesar de possuir bases militares na Armênia, manteve posição consideravelmente neutra no conflito, ainda que a Armênia seja membro da OTSC. A ocupação da cidade de Shushi e a aproximação de tropas azeris na cidade de Stepanakert tornaram a desigualdade no campo de batalha insustentável para a Armênia, tendo sido assinado um acordo de cessar-fogo em novembro de 2020, com mediação e participação russa, após a morte de centenas de soldados e civis. Com o acordo de cessar-fogo, cerca de 2000 soldados russos foram estacionados na região para assegurar o fim das hostilidades. Por meio de novas negociações, acordou-se o estabelecimento de tropas turcas em Nagorno-Karabakh também para assegurar a paz. Com a assinatura do acordo, protestos eclodiram em Ierevan, inclusive com invasão de repartições públicas, pedindo a renúncia do primeiro-ministro e atacando o que seriam “concessões territoriais inaceitáveis” para a Armênia.

Segue sem resolução a questão da entrega mútua de combatentes detidos. Apesar de os prisioneiros azeris já terem sido entregues pelo governo armênio, apenas parte dos prisioneiros armênios foi libertada pelo Azerbaijão. Há, por fim, acusações recentes de incursões azeris em território armênio. Autoridades armênias acusam as Forças Armadas do Azerbaijão de ocuparem territórios armênios nas províncias de Gegharkunik e Syunik. As negociações não apresentam, até o momento,

solução para a questão, sendo que as tensões têm aumentado no Cáucaso. O PM Pashinyan solicitou apoio, inclusive militar, à Rússia, e a França pretende, caso necessário, contribuir com contingentes militares.

Em junho de 2021, em sinal de tímido avanço nas negociações bilaterais, intermediadas pelo Grupo de Minsk, o governo armênio apresentou a Baku mapas com localização de mais de 92 mil minas terrestres disseminadas nos distritos de Kalbajar e Fizuli, em Karabakh. Em troca, o governo azerbaijano comunicou ter libertado 15 militares armênios que haviam sido capturados em dezembro de 2020.

O Brasil não reconhece a independência de Nagorno-Karabakh (nenhum país a reconhece, nem mesmo a Armênia); defende a solução pacífica do conflito por meio de negociações e apoia os esforços do Grupo de Minsk. Ademais; e defende a plena implementação das quatro Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1993 sobre Nagorno-Karabakh (822, 853, 874, 884), que apelam para a cessação de hostilidades e para a retirada das tropas armênias de áreas ocupadas da República do Azerbaijão. O país tem evitado associar-se a iniciativas que contribuam para o recrudescimento das tensões.

Relações com Rússia, Ocidente, China e Irã

As relações entre a Armênia e a Federação da Rússia são qualificadas como estratégicas por ambos os governos. A base militar russa na cidade de Gyumri, a 102 Base Militar Russa, com cerca de 5.000 soldados, é estratégica para a Rússia. Constitui a única instalação militar daquele país na região do Cáucaso. A maciça presença de capitais russos no país, com valor acumulado de perto de US\$ 4 bilhões, traduzida no controle de 80% da capacidade de produção energética local, no monopólio do setor de comunicações e em importantes ativos no setor financeiro, também traduzem a magnitude das relações bilaterais. Além de ser o principal fornecedor de material bélico da Armênia, a Rússia é parceira na OTSC, principal arranjo regional de segurança.

Com o apoio da numerosa e influente diáspora armênia nos Estados Unidos, a Armênia mantém estreitos vínculos com aquele país, cuja influência global se projeta no Cáucaso Sul e em áreas vizinhas. O Governo armênio reconhece e aprecia o papel importante dos Estados Unidos na modernização política e econômica do país. Em 2019, tanto o

Senado quanto a Câmara dos EUA aprovaram projeto de lei para reconhecer, simbolicamente, o “genocídio armênio”, mas o ex-Presidente Donald Trump recusou-se a ratificar a medida, tendo o Departamento de Estado argumentado que não caberia aos EUA proceder a esse reconhecimento.

As relações entre a União Europeia e a Armênia têm como base o "Comprehensive and Enhanced Partnership Agreement", assinado em 2017, após longo período de negociações. O acordo, que passa atualmente pelos procedimentos internos de ratificação no bloco europeu, lida com diversos temas, nas áreas de economia, segurança, justiça, democracia, energia, entre outras.

Recentemente, tem crescido em importância o relacionamento com a China, em especial na área econômica. Pode-se mencionar, nesse aspecto, a bem-sucedida participação chinesa nas licitações para a construção de trechos do "corredor Norte-Sul", que permitirá a ligação por vias rodoviárias modernas entre o Irã e a Geórgia, passando pela Armênia. Segundo declarações do ex-Ministro de Transportes da Armênia, a China teria demonstrado interesse, também, na construção de Estrada de Ferro (projeto de US\$ 3,3 bilhões) entre a Armênia e o Irã, no âmbito do projeto do espaço econômico da Rota da Seda.

Nas relações com o Irã, a Armênia tem desenvolvido planos estratégicos conjuntos, no sentido de diversificar as respectivas economias e as vias de comércio exterior. O interesse maior da parte armênia estaria na busca de menor dependência dos fornecimentos de energia da empresa russa Rosneft. Em maio de 2020, o ministro armênio da administração territorial e infraestrutura, Suren Papikyan, que também ocupa o posto de presidente da comissão intergovernamental Armênia-Irã, declarou que as obras de construção da terceira linha de transmissão de energia entre os dois países devem ser finalizadas ainda este ano. Os trabalhos incluiriam não somente a linha de transmissão de 400 KW propriamente dita, mas também uma subestação. O ministro acrescentou que já foi encomendado projeto da autoestrada Agarak-Kajaran, incluindo a construção de um túnel. A expansão e modernização da ligação rodoviária entre os dois países deverá permitir melhor acesso das exportações armênias ao vasto mercado iraniano, além de incrementar a abertura de vias alternativas para as exportações iranianas ao mercado mundial, menos sujeitas a controle de países que impõem sanções à economia iraniana.

Diáspora armênia

Ierevan confere especial atenção aos países em que se registra a presença da chamada "Diáspora Armênia". Segundo informações não-oficiais, 8,1 milhões de cidadãos de ascendência armênia vivem em outros países: 2 milhões na Rússia; 1,5 milhão nos Estados Unidos; 700 mil na França. No Brasil, estima-se a existência de 40.000 descendentes de armênios, concentrados, especialmente, em São Paulo (25.000).

A importância conferida à diáspora armênia reflete-se, por exemplo, na realização dos Jogos Pan-Armênios, que se realizam a cada quatro anos e que tiveram sua sétima edição em outubro de 2019. Participaram do evento mais de 5 mil atletas, reunidos em delegações da diáspora armênia, que representam 161 cidades de 35 países, incluindo o Brasil. Na abertura dos jogos, que ocorreram em Stepanekert, no território de Nagorno-Karabakh, o Primeiro-Ministro Pashinyan, diante de uma audiência armênia global, conclamou todos à união e prometeu medidas que, em 2050, levarão a Armênia a se transformar em uma “nação industrial”. Na abertura dos jogos, Pashinyan declarou que está em curso uma verdadeira “revolução pan-armênia”, com o objetivo de implementar “ideias pan-armênias” que conduzam ao desenvolvimento e ao fortalecimento da Armênia e de Nagorno-Karabakh.

A perseguição a armênios étnicos no Império Otomano

A perseguição a armênios étnicos – bem como a outras minorias – foi recorrente ao longo da história do Império Otomano. Registram-se as primeiras deportações de armênios ainda no século XIX.

O chamado "genocídio armênio", assim caracterizado pela Armênia, sua diáspora e 25 países, teve início em 24 de abril de 1915, com a prisão e posterior execução de 250 intelectuais armênios e líderes comunitários em Constantinopla. A partir dessa data, integrantes da etnia foram mortos, deslocados, submetidos a trabalhos forçados e recrutados para a realização de tarefas militares. A Armênia estima que, dos 2 milhões de armênios étnicos que habitavam a região entre 1915 e 1923, um milhão e meio sucumbiram durante os pogroms. A Turquia reconhece a morte de cerca de quinhentos mil armênios, mas refuta como excessiva e injustificada a

acusação de genocídio. Propõe a organização de debate entre historiadores para analisar os eventos de 1915.

A promoção do reconhecimento universal do "genocídio armênio de 1915" é um dos três principais interesses da política externa armênia, juntamente com a questão de Nagorno-Karabakh e a manutenção da relação com a Rússia frente à abertura para o Ocidente, especialmente para a União Europeia e os Estados Unidos.

Tal promoção sempre afetou profundamente as relações com a Turquia, apesar de o país ter sido um dos primeiros a reconhecer a independência da Armênia, em 1991. Os dois países nunca estabeleceram, contudo, relações diplomáticas formais, e seu relacionamento foi ainda mais prejudicado pelos desenvolvimentos do conflito de Nagorno-Karabakh a contar de 2020.

Até o presente, 25 Estados reconheceram o "genocídio armênio": Alemanha, Argentina, Áustria, Belarus, Bélgica, Bolívia, Canadá, Chile, Chipre, Eslováquia, EUA, França, Grécia, Itália, Líbano, Lituânia, Países Baixos, Polônia, República Tcheca, Rússia, Suécia, Suíça, Uruguai, Vaticano e Venezuela. O Parlamento do MERCOSUL reconheceu o genocídio armênio em 2007. No âmbito das Nações Unidas, inexistente manifestação que classifique os fatos como genocídio.

O governo brasileiro lamenta a tragédia humana que atingiu comunidades armênias vivendo no Império Otomano, em meio ao grande morticínio ocorrido no âmbito da Primeira Guerra Mundial. Não reconhece, contudo, os acontecimentos como ato de genocídio, tal como definido no Direito Internacional.

O Artigo 6º do Estatuto do Tribunal Penal Internacional, do qual o Brasil é parte, estabelece como genocídio determinados atos praticados com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Não há consenso político, histórico, acadêmico ou jurídico para classificar - tampouco há tribunal internacional competente para julgar - os eventos de 1915.

Em linha com sua tradição de respeito aos direitos humanos, o Brasil defende o diálogo entre Armênia e Turquia, dois países amigos do Brasil, com vistas à resolução de questões históricas e à melhora nas relações bilaterais. O país tem evitado associar-se a iniciativas que contribuam para o recrudescimento das tensões na área.

Em declaração de 24 de abril de 2021, o presidente Joe Biden: i) transmitiu homenagem do povo americano aos “que morreram no genocídio armênio da era otomana”; ii) elogiou a contribuição dos imigrantes armênios “para o enriquecimento dos Estados Unidos de inúmeras maneiras”; e iii) ressaltou sua “história trágica e sua dor”, não para atribuir culpa, mas para evitar repetição.

Devido à significativa presença e influência da diáspora armênia nos Estados Unidos, têm sido frequentes as iniciativas parlamentares de reconhecimento do genocídio por parte do Congresso. Entre elas, destaca-se a aprovação em 2019, tanto no Senado quanto na Câmara, de resoluções para: i) rememorar o genocídio armênio por meio de reconhecimento oficial; ii) rejeitar esforços para associar o governo dos Estados Unidos à negação do genocídio; e iii) incentivar a educação e a compreensão pública do episódio. Estados norte-americanos também já reconheceram o “genocídio”.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Sob o antigo sistema de planejamento central soviético, a Armênia desenvolveu um setor industrial moderno, fornecendo máquinas-ferramentas, têxteis e outros produtos manufaturados para repúblicas irmãs, em troca de matérias-primas e energia. Desde então, a Armênia mudou para a agricultura de pequena escala e afastou-se dos grandes complexos agroindustriais da era soviética. O país tem passado por profundas transformações desde a independência, com crescimento sustentado, reformas ambiciosas, investimentos e remessas, que criaram um ambiente consolidado e voltado para a economia de mercado.

A economia Armênia caracteriza-se por elevado grau de dependência em relação à Rússia – principal parceiro econômico e grande receptor de trabalhadores imigrantes de origem armênia, responsáveis por volume considerável de transferências unilaterais. Setores importantes da economia local, como o turismo, também dependem diretamente da saúde da economia russa, razão pela qual eventual desaceleração naquele país tem impacto certo nas projeções para a Armênia.

A Armênia ingressou na Organização Mundial do Comércio em janeiro de 2003. Nos últimos anos, o governo empreendeu algumas melhorias na administração tributária e aduaneira, além de adotar medidas

de combate à corrupção. A ONG Transparência Internacional classificou o país, em 2019, na 77ª posição do índice de percepção de corrupção, contra a 105ª posição, em 2017.

Após crescimento robusto do PIB real de 7,5%, em 2017, e de 5,2%, em 2018, o desempenho econômico permaneceu forte em 2019, expandindo 7,6%. Entre os setores, os serviços impulsionaram o crescimento após aceleração do setor turístico, além do dinamismo contínuo no comércio. A indústria também se expandiu fortemente, impulsionada por uma recuperação na produção de mineração. As pressões inflacionárias permaneceram baixas, com uma taxa de inflação média anual de 1,4% em 2019 (abaixo dos 2,5% em 2018), bem abaixo da faixa inferior da meta de inflação do Banco Central da Armênia. As entradas de investimento direto estrangeiro foram baixas, mas as entradas e os empréstimos em carteira foram robustos. Isso manteve a moeda estável e permitiu acumulação significativa de reservas, que atingiram US\$ 2,7 bilhões, no final de fevereiro de 2020.

O déficit em conta corrente oficialmente reportado diminuiu marginalmente em 2019. O governo foi beneficiado por notável aumento na arrecadação de impostos (16% de aumento, em 2019). Alguns analistas alertam, entretanto, que a melhora fiscal não é sustentável, pois ocorreu graças ao aumento de cerca de 300% das importações de veículos novos e usados em 2019. A partir de 2020, com o fim do período de transição iniciado em 2015, passou a vigorar na Armênia a tarifa externa comum da União Econômica Euroasiática, cujas alíquotas são bem mais elevadas do que as aplicadas até 2019.

As perspectivas econômicas para 2020 foram fortemente afetadas pela pandemia de COVID-19 e pela queda nos preços das commodities. A atividade econômica chegou a crescer, no primeiro semestre de 2020, cerca de 4%, puxada pelo crescimento em janeiro e fevereiro. A partir de março, iniciou-se o processo de queda generalizada – com exceção da agricultura. Os setores de construção, restauração, transporte e hotelaria, bem como agências de viagem e outros serviços foram, como era de se esperar, os mais afetados. Segundo o FMI, em 2020, o PIB armênio contraiu-se em 7,6%, devido aos impactos nas exportações e na demanda doméstica. Espera-se que os efeitos de tamanha contração da economia sejam amortecidos pela expansão fiscal, incluindo o pacote de estímulo fiscal do governo em resposta à pandemia, com 18 medidas anticrise em andamento:

7 no plano econômico e 11 no âmbito social. Analistas econômicos convergem na análise de que o bom desempenho das finanças do país, a partir da “Revolução de Veludo” de 2018, permitiram ao governo alocar cerca de US\$ 300 milhões para apoiar o setor empresarial local e parte da sociedade civil. Esses e outros programas de estímulo deverão mitigar os efeitos mais nocivos da COVID-19 na economia. O vice Primeiro-Ministro, Mher Grigorian, anunciou, em maio de 2020, que os programas do governo já beneficiaram 360 mil indivíduos e 24 mil empresas afetadas.

Relações comerciais

As trocas entre Brasil e Armênia cresceram de US\$ 1,6 milhão, em 2000, para US\$ 39,7 milhões em 2014, ano do recorde do intercâmbio bilateral, tendo posteriormente recuado para US\$ 27,1 milhões em 2020. As vendas armênias para o Brasil alcançaram US\$ 100 mil. O superávit brasileiro totalizou US\$ 26,9 milhões. Alguns dos principais produtos exportados pelo Brasil à Armênia em 2020 foram tabaco (56%); açúcares e melão (32%); produtos da indústria de transformação (4,2%) e carne suína (4,1%). O Brasil importa da Armênia roupas femininas (65%); roupas masculinas (28%); e produtos da indústria de transformação (4,1%).

A Embaixada do Brasil em Ierevan promoveu, em abril de 2018, a primeira Missão Comercial à Armênia, com o apoio da APEX Brasil, por meio de seu escritório em Moscou. A missão trouxe resultados positivos para empresas brasileiras participantes, que demonstraram interesse pelo mercado formado pela União Econômica Euroasiática.

A implementação do Memorando de Cooperação sobre Comércio e Investimentos, assinado durante a visita do ex-chanceler Aloysio Nunes a Ierevan, em 2017, deverá contribuir para estimular a participação de empresas brasileiras neste momento de abertura da economia armênia. O Memorando prevê a formação de Grupo de Trabalho sobre o tema.

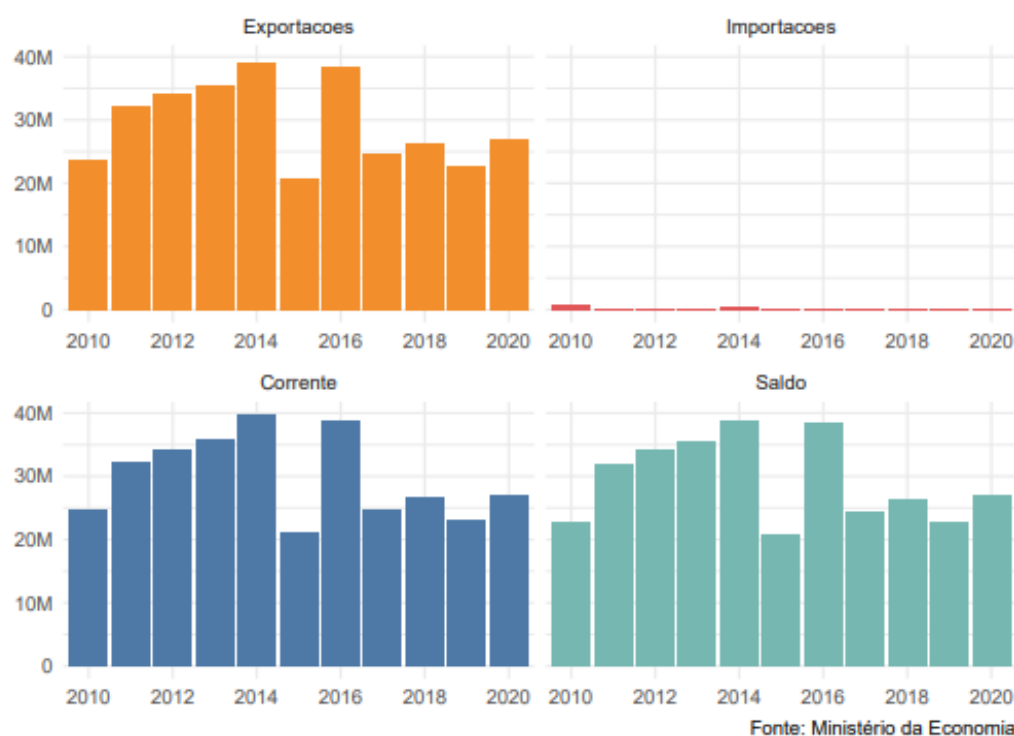
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Brasil-Armênia, Dados Comerciais

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Armênia, Fluxo de Comércio até 2020



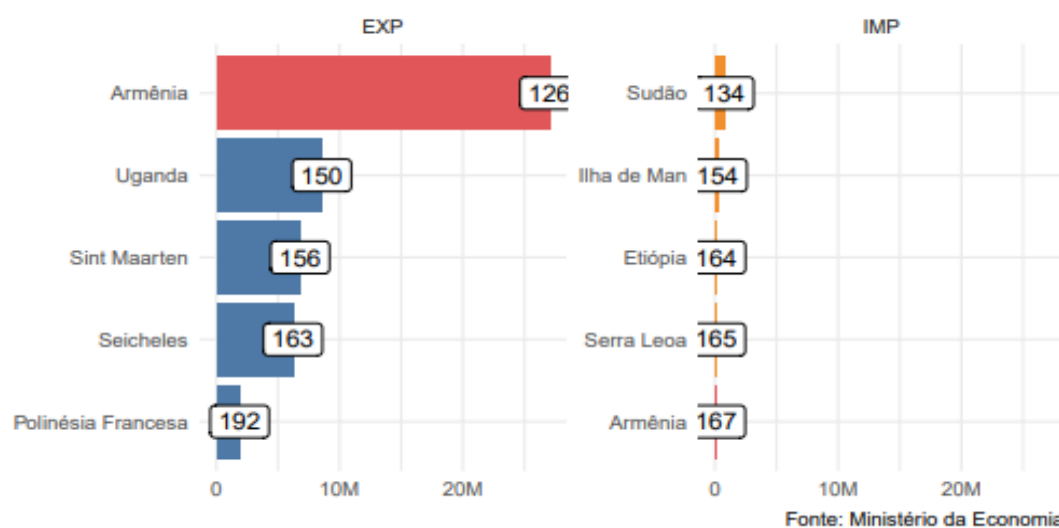
	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	27M (18.28%)	23M (-13.25%)	26M (7.10%)	25M (-36.24%)	39M (85.08%)
Importacoes	78K (-49.73%)	156K (-2.87%)	160K (13.41%)	141K (24.19%)	114K (12.65%)
Saldo	27M (18.750%)	23M (-13.309%)	26M (7.062%)	24M (-36.422%)	38M (85.428%)
Corrente	27M (17.8%)	23M (-13.2%)	27M (7.1%)	25M (-36.1%)	39M (84.7%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	21M (-46.88%)	39M (10.22%)	36M (4.15%)	34M (6.59%)	32M (35.21%)
Importacoes	101K (-81.69%)	552K (374.40%)	116K (511.11%)	19K (-88.88%)	171K (-80.96%)
Saldo	21M (-46.382%)	39M (9.029%)	35M (3.868%)	34M (7.103%)	32M (39.788%)
Corrente	21M (-47.4%)	40M (11.4%)	36M (4.4%)	34M (6.1%)	32M (31.0%)

 Brasil-Armênia, Dados Comerciais

1.2 Destinos de exportações e origens de importações

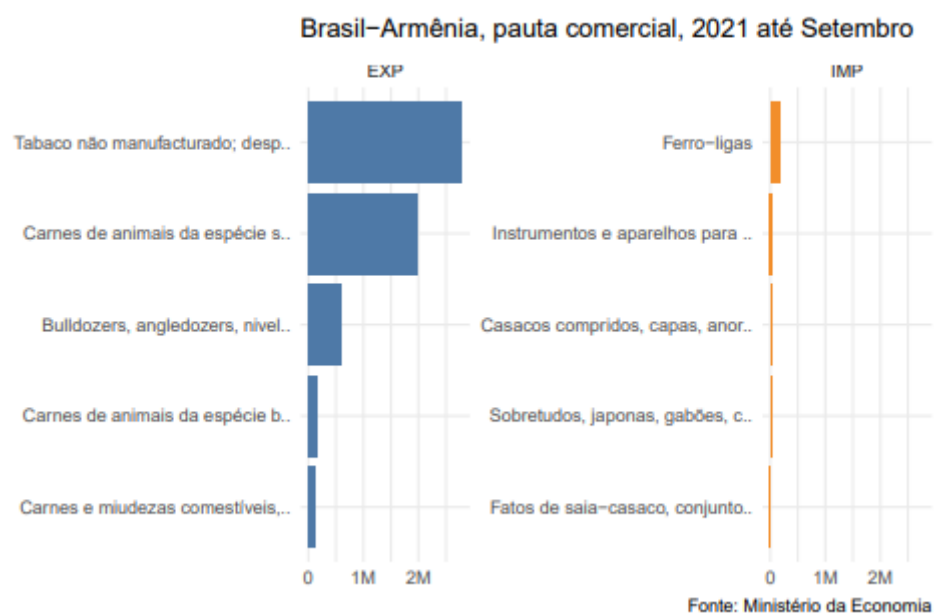
Brasil-Armênia, parceiros comerciais próximos em 2020



Brasil-Armênia, Dados Comerciais

Dados Agregados até Setembro					
Direção	País	Valor	Variação	Proporção	
2021	EXP	Uganda	6.77M	27,03%	0,00%
		Sint Maarten	6.60M	41,04%	0,00%
		Armênia	6.15M	-59,55%	0,00%
		Polinésia Francesa	5.92M	403,29%	0,00%
		Seicheles	5.90M	35,44%	0,00%
	IMP	Etiópia	262.67K	241,17%	0,00%
Serra Leoa		258.99K	458,55%	0,00%	
Armênia		247.56K	323,55%	0,00%	
Ilha de Man		240.34K	30,56%	0,00%	
Sudão		188.99K	-54,93%	0,00%	
2020	EXP	Armênia	15.19M	-16,94%	0,01%
		Uganda	5.33M	6,88%	0,00%
		Sint Maarten	4.68M	-19,41%	0,00%
		Seicheles	4.35M	-3,00%	0,00%
		Polinésia Francesa	1.18M	-66,07%	0,00%
	IMP	Sudão	29.29K	29,79%	0,00%
Ilha de Man		184.08K	1 003,39%	0,00%	
Etiópia		76.99K	26,01%	0,00%	
Armênia		58.45K	-42,29%	0,00%	
Serra Leoa		46.37K	-2,15%	0,00%	
2019	EXP	Armênia	18.29M	52,60%	0,01%
		Sint Maarten	5.80M	58,89%	0,00%
		Uganda	4.98M	11,58%	0,00%
		Seicheles	4.49M	-13,94%	0,00%
		Polinésia Francesa	3.47M	448,31%	0,00%
	IMP	Sudão	323.04K	491,10%	0,00%
Armênia		101.28K	-22,33%	0,00%	
Etiópia		61.10K	85,03%	0,00%	
Serra Leoa		47.39K	69,92%	0,00%	
2018	EXP	Armênia	11.99M	-21,42%	0,00%
		Seicheles	5.21M	-32,51%	0,00%
		Uganda	4.47M	58,28%	0,00%
		Sint Maarten	3.65M	851,23%	0,00%
		Polinésia Francesa	632.44K	-6,67%	0,00%
	IMP	Armênia	130.39K	15,94%	0,00%
Sudão		54.65K	-89,72%	0,00%	
Etiópia		33.02K	-69,45%	0,00%	
Serra Leoa		27.89K	9,21%	0,00%	
Ilha de Man		16.68K	-74,99%	0,00%	

2.3 Produtos comercializados



Brasil-Armênia, Dados Comerciais

Dados Agregados até Setembro						
Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção	
2021	EXP	Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	2.79M	-78,2%	45,4%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	1.99M	78,6%	32,4%
		Bulldozers, angledoers, niveladoras, raspo-transp..	8429	611.02K	-27,3%	9,9%
		Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	0202	145.68K	12,8%	2,4%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	137.82K	-3,1%	2,2%
	IMP	Ferro-ligas	7202	161.28K	-54,6%	65,1%
		Casacos compridos, capas, anoraques, blusões e sem..	6202	24.32K	-34,1%	9,8%
		Sobretudos, jponas, gabões, capas, anoraques, blu..	6201	12.41K	-27,1%	5,0%
		Fatos de saia-casaco, conjuntos, casacos, vestidos..	6204	4.80K	465,8%	1,9%
2020	EXP	Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	12.81M	-10,2%	84,3%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	1.11M	-44,1%	7,3%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	142.20K	-70,7%	0,9%
		Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	0202	129.13K	-75,6%	0,8%
		Casacos compridos, capas, anoraques, blusões e sem..	6202	36.91K	-36,0%	63,1%
	IMP	Sobretudos, jponas, gabões, capas, anoraques, blu..	6201	17.02K	-33,6%	29,1%
		Fatos de saia-casaco, conjuntos, casacos, vestidos..	6204	849.00	-85,3%	1,5%
2019	EXP	Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	14.27M	323,3%	78,0%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	1.99M	-52,8%	10,9%
		Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	0202	528.66K	-17,2%	2,9%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	484.80K	-67,1%	2,6%
		Casacos compridos, capas, anoraques, blusões e sem..	6202	57.64K	-39,3%	56,9%
	IMP	Sobretudos, jponas, gabões, capas, anoraques, blu..	6201	25.61K	12,5%	25,3%
		Fatos de saia-casaco, conjuntos, casacos, vestidos..	6204	5.78K	508,2%	5,7%
2018	EXP	Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	4.22M	-28,1%	35,2%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	3.37M	30,3%	28,1%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	1.47M	-71,7%	12,3%
		Bulldozers, angledoers, niveladoras, raspo-transp..	8429	839.97K	129,6%	7,0%
		Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	0202	638.18K	54,5%	5,3%
	IMP	Casacos compridos, capas, anoraques, blusões e sem..	6202	94.98K	20,7%	72,8%
		Sobretudos, jponas, gabões, capas, anoraques, blu..	6201	22.77K	45,5%	17,5%
		Fatos de saia-casaco, conjuntos, casacos, vestidos..	6204	950.00	-37,5%	0,7%

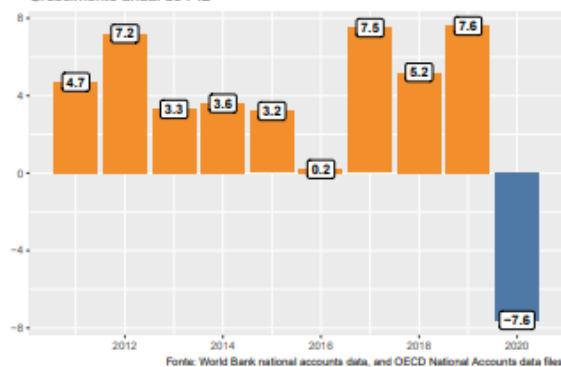
Brasil-Armênia, Dados Comerciais

2021, agregado até Setembro			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	5.5M	90,0%
	Outros Produtos	548.0K	8,9%
	Agropecuária	63.9K	1,0%
IMP	Indústria de Transformação	247.6K	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS BASICOS	5.1M	83,6%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	1.0M	16,4%
IMP	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	161.3K	65,1%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	86.3K	34,9%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	5.0M	81,7%
	BENS DE CAPITAL (BK)	650.4K	10,6%
	BENS DE CONSUMO (BC)	473.9K	7,7%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	161.9K	65,4%
	BENS DE CONSUMO (BC)	48.3K	19,5%
	BENS DE CAPITAL (BK)	36.6K	14,8%
	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	820.0	0,3%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	BEBIDAS E TABACO	2.8M	45,4%
	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS	2.3M	37,9%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	621.5K	10,1%
	OBRAS DIVERSAS	182.5K	3,0%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	149.0K	2,4%
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	55.6K	0,9%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTÍVEIS, EXCETO COMBUSTÍVEIS	16.6K	0,3%
IMP	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	161.3K	65,1%
	OBRAS DIVERSAS	48.3K	19,5%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	36.7K	14,8%
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	1.3K	0,5%

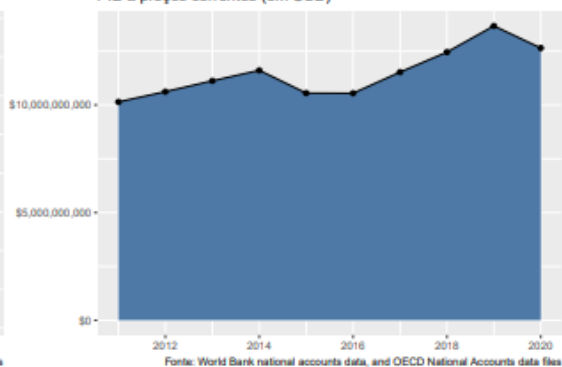
Indicadores Econômicos Internos

Produto Interno Bruto

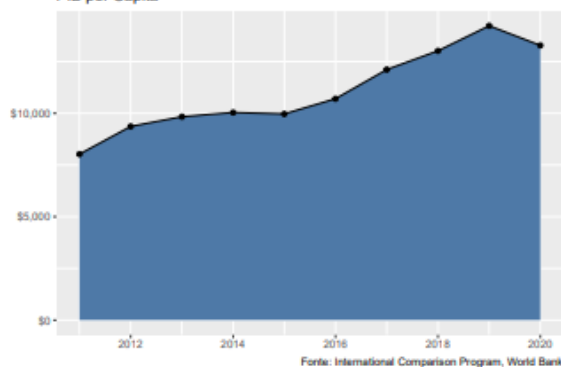
Crescimento anual do PIB



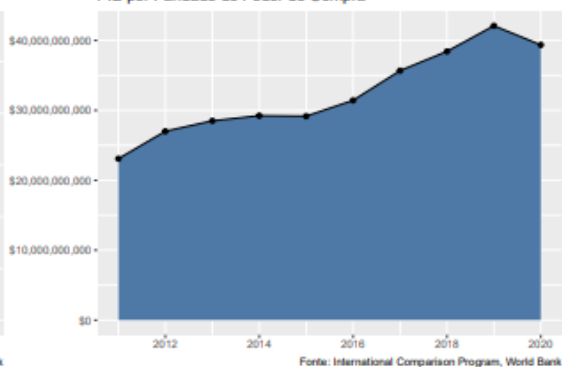
PIB a preços correntes (em USD)



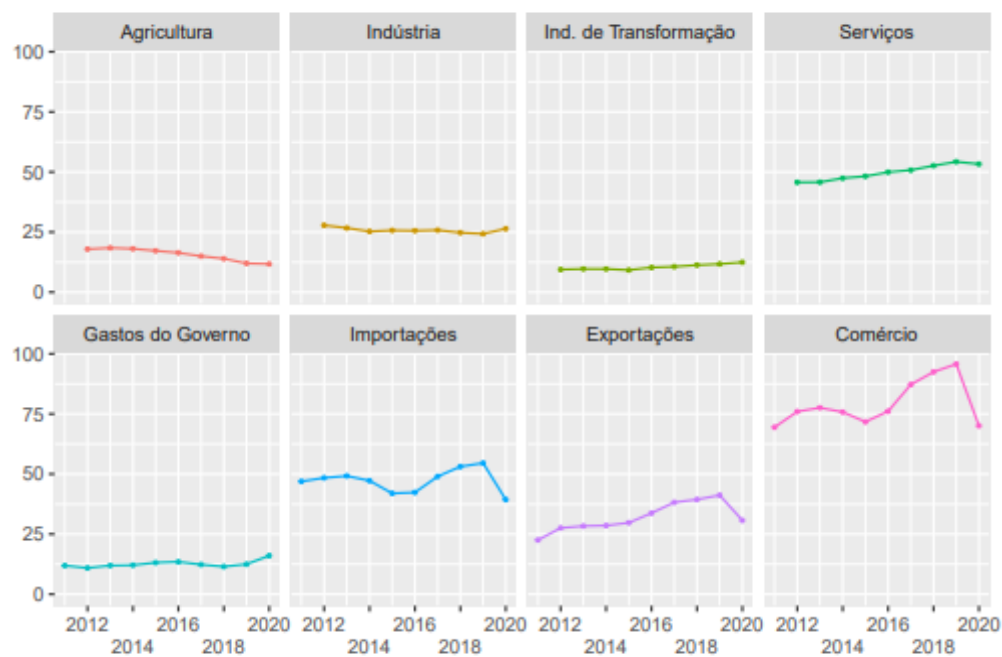
PIB per Capita



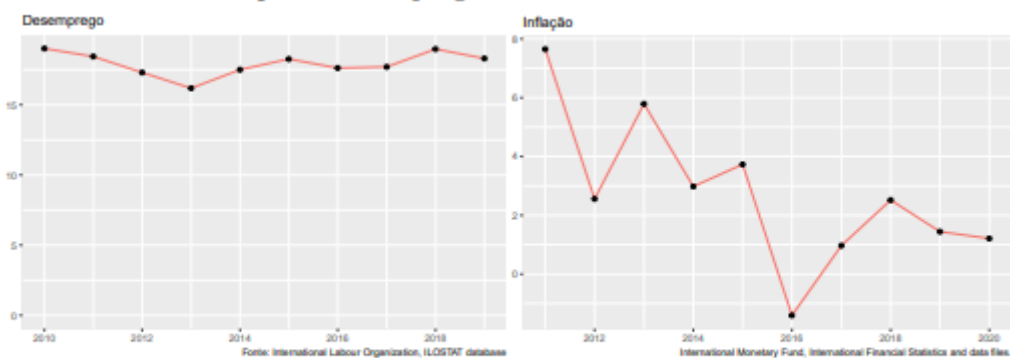
PIB por Paridade de Poder de Compra



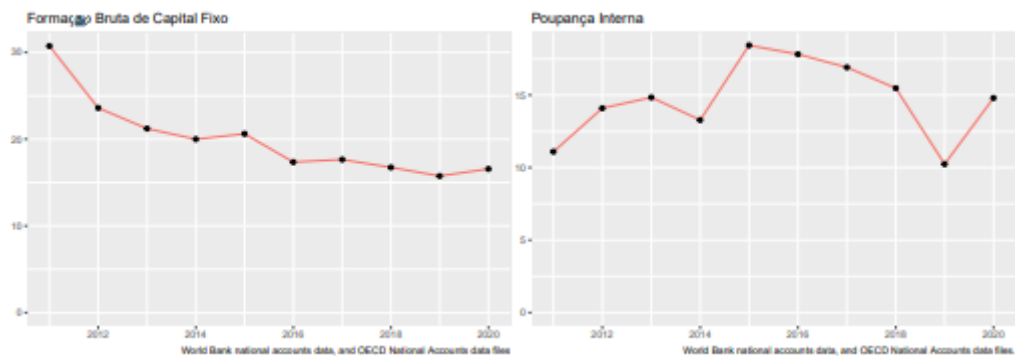
Estrutura da Economia em Proporção do PIB



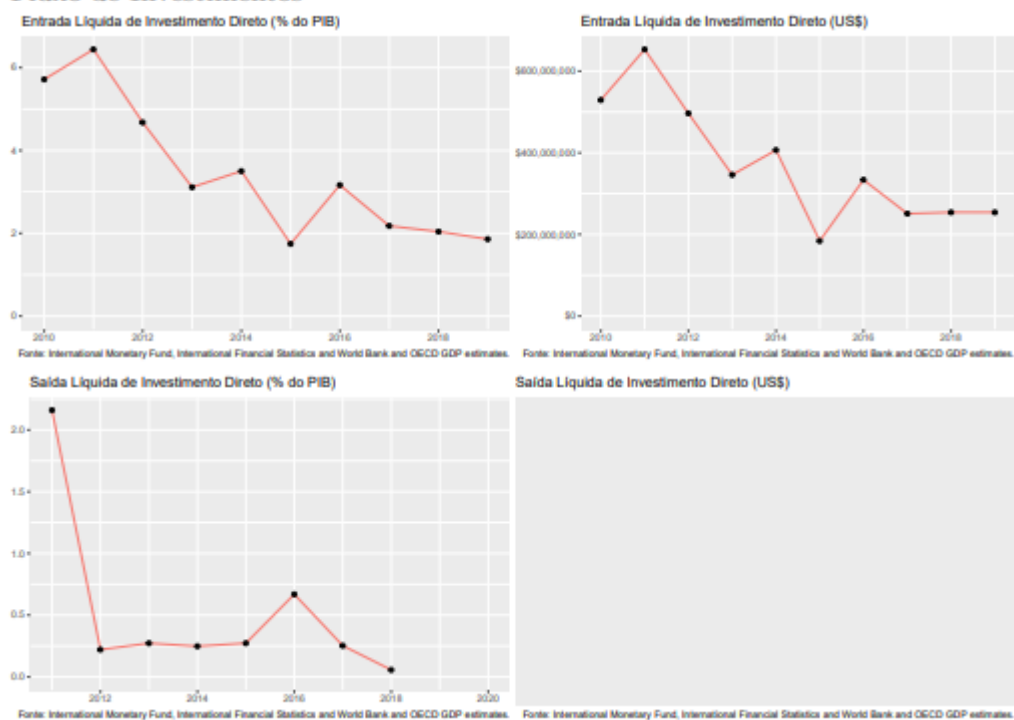
Indicadores de Inflação e Desemprego



Indicadores de Investimento



Fluxo de Investimentos



EMBAIXADA DO BRASIL EM IEREVAN**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS**

Pelo presente relatório, que cobre o período entre o dia 06 de novembro de 2017, quando assumi a embaixada em Ierevan, e os dias atuais, informo sobre os principais eventos ocorridos no âmbito das relações bilaterais, que continuaram se desenvolvendo no mais alto nível de excelência, assim como sobre as relações econômico-comerciais.

2. No que se refere a outros temas tratados pela embaixada, descrevo sucintamente as principais atividades e projetos levados a cabo nesse últimos quatro anos por seus diversos setores, a saber: a) cultural; b) de cooperação técnica e educacional, com ênfase nos esforços em curso para implementar os programas de estudante convênio de graduação e pós-graduação (PEC-G e PEC-PG); e c) consular, em que faço referência às ações de assistência a brasileiros durante a pandemia do COVID 19.

RELAÇÕES POLÍTICAS BRASIL-ARMÊNIA. AGENDA BILATERAL.

3. As relações bilaterais entre Brasil e Armênia sempre se desenvolveram no mais alto nível desde o estabelecimento de relações diplomáticas, por acordo assinado em 17 de fevereiro de 1992. A abertura de embaixadas — a do Brasil em Ierevan, em 2006, e a da Armênia em Brasília, em 2010 — em muito contribuiu para o adensamento do relacionamento.

4. Da parte armênia, a visita de trabalho realizada pelo Presidente da República Serzh Sargsyan ao Brasil em 2016, quando, entre outros compromissos, participou da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, resultou em substanciais avanços na agenda bilateral. Foram assinados acordos nas áreas de cooperação técnica, de cooperação educacional, de cooperação em agricultura, ademais de memoranda de entendimentos sobre consultas políticas e de cooperação entre as respectivas academias diplomáticas.

5. Quanto ao Brasil, logo de minha chegada ao Posto, tive o privilégio de organizar a primeira visita à Armênia de um Ministro das Relações Exteriores do Brasil, quando, no dia 17 de novembro de 2017, recebi o então Chanceler Aloysio Nunes Ferreira no aeroporto de Ierevan. A visita do chanceler brasileiro teve como objetivo estabelecer prioridades no relacionamento bilateral nos anos seguintes, colocando em operação os instrumentos e acordos já disponíveis, além de marcar os 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. Os principais temas tratados durante visita foram, do lado armênio, um pedido de apoio do Brasil, no contexto da AGNU de 2018, ao projeto de iniciativa da Armênia para prevenção ao crime de genocídio; e, do lado brasileiro, as providências para a ratificação, pelo Senado Brasileiro, dos acordos firmados durante a visita do Presidente Serzh Sargsyan ao Brasil. Os chanceleres Aloysio Nunes e Edward Nalbandian trataram ainda da possibilidade de uma aproximação entre os blocos do Mercosul e da União Econômica Euroasiática. Ao final do encontro, os chanceleres firmaram um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimentos.

6. Ao ser recebido pelo Presidente Serzh Sargsyan, o chanceler Aloysio Nunes mencionou a importância da valiosa contribuição da comunidade brasileira de origem armênia para o progresso do Brasil e como instrumento de aproximação entre os dois países.

7. Outra importante visita foi a do Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Júlio Francisco Semeghini Neto, entre os dias 7 e 9 de outubro de 2019, no contexto do XXIII Congresso Mundial de Tecnologia da Informação (XXIII WCIT), quando esteve chefiando delegação brasileira ao evento. O Secretário Executivo do MCTIC se reuniu com seu congênere armênio Hakob Arshakyan, tendo tratado da possibilidade de cooperação no campo aeroespacial e de alguns temas na área de defesa.

8. Fora da agenda oficial, o SE do MCTIC manteve encontro com o Secretário do Conselho de Segurança da Armênia, Armen Grigoryan. O Conselho de Segurança é responsável por iniciativas estratégicas do governo. Grigoryan informou que o governo da Armênia estaria interessado em projetos conjuntos com o Brasil na construção de satélites de comunicação. As partes concordaram em instalar, no prazo mais breve possível, grupos de trabalho em ambos os países, a fim de estudar potenciais áreas de cooperação, com foco em tecnologia aeroespacial.

9. No que se refere a encontros mantidos com autoridades armênias no decorrer de minha gestão, destaco as reuniões que tive a oportunidade de manter com os chanceleres Zohrab Mnatsakanyan, em abril de 2019, e Ararat Myrzoyan, no segundo semestre de 2021. Reuni-me, ainda, com os vice-chanceleres e embaixadores Grigor Hovhannisyan, em fevereiro de 2019, e Gagik Ghalatchian, em fevereiro de 2021. Em todas as ocasiões, as tratativas foram centradas na busca de fórmulas que pudessem produzir avanços tangíveis na agenda bilateral, tanto na cooperação bilateral quanto em consultas políticas. No encontro que mantive com Zohrab Mnatsakanyan, primeiro chanceler após a "revolução de veludo" de abril de 2018, liderada pelo Primeiro-Ministro Nikol Pashinyan, fui informado da nomeação de um novo embaixador para o Brasil. Para o cargo foi designado o então chefe do Departamento das Américas, Arman Agopyan, funcionário experiente na área, dotado dos conhecimentos necessários para promover maiores avanços no relacionamento bilateral.

10. No encontro que mantive, no dia 20 do corrente, com o recém-nomeado chanceler Ararat Mirzoyan, ex-presidente da Assembleia Nacional e político muito próximo do Primeiro-Ministro Pashinyan, pude mais uma vez repassar a agenda pendente com o Brasil, centrada na realização do potencial de cooperação em setores diversos. Ponderei que, a fim de que avanços na agenda com o Brasil sejam perceptíveis, medida essencial seria a reativação do processo de consultas políticas. Mirzoyan concordou com minhas colocações e prometeu passos concretos nesse sentido.

AGENDA MULTILATERAL

11. Em meu período como embaixador em Ierevan, as relações entre Brasil e Armênia na esfera multilateral continuaram a se desenvolver com a habitual fluidez. Pedidos de votos a candidaturas brasileiras a diversos organismos internacionais foram regularmente aceitas na base de troca ou concedidas na condição de que o Brasil prometa seu voto a futuros candidatos apresentados pela Armênia em outras organizações multilaterais. No presente momento, encontram-se pendentes

pedidos de votos para candidaturas brasileiras para cargos na Interpol, na Agência Internacional de Energia Atômica e na CND (Comissão de Entorpecentes) do ECOSOC. Neste último caso, a parte armênia propôs apoio a um candidato seu para a Comissão de Direito Internacional (ILC), em eleição a ser realizada durante a 76ª Sessão da AGNU em novembro próximo.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS BRASIL-ARMÊNIA

12. Apesar de ter passado por um período de expansão entre os anos 2000 e 2014, quando as trocas comerciais entre Brasil e Armênia chegaram a totalizar US\$ 39 milhões, o que vem caracterizando o comércio entre os dois países é o baixo volume, a pauta pouco diversificada e o amplo superávit brasileiro, que se mantém sempre acima dos 95%. Produtos da agroindústria respondem pela quase totalidade da pauta exportadora brasileira. De parte da Armênia, produtos da indústria do vestuário sempre encabeçam as vendas para o Brasil, com pontuais inclusões de produtos industriais de maior valor agregado.

13. O crescimento do comércio bilateral esbarra numa série de obstáculos, em especial o provocado pela maciça presença da Rússia, que domina a maioria dos segmentos do mercado local, reforçada nos últimos dois anos pela entrada em vigor das tarifas da União Econômica Euroasiática (UEE), que fecharam as portas do mercado armênio para produtos de vários países, inclusive do Brasil. Até o ano passado, o valor das importações anuais de açúcar brasileiro se situava ao redor de US\$ 10 milhões. Com a introdução das tarifas da UEE, foram reduzidas a zero.

14. Outros entraves à dinamização do comércio bilateral seriam as pequenas dimensões do mercado armênio, com menos de três milhões de consumidores, e as dificuldades logísticas enfrentadas pelos exportadores de ambos os países. De nota, existe uma corrente de comércio bilateral não registrada nas estatísticas oficiais, que se utiliza de grandes centros de distribuição de mercadorias, como é o caso do porto de Dubai.

15. Buscando maior aproximação entre empresários dos dois países, no dia 18 de abril de 2018, foi realizada a primeira missão comercial brasileira à Armênia. Organizada em cooperação com a representação da Apex-Brasil de Moscou, o evento contou com a participação de cerca de 60 pessoas entre autoridades e empresários. Cerca de 10 empresas brasileiras estiveram presentes. Registrou-se boa receptividade e impacto positivo no âmbito empresarial local.

16. Durante a visita do Secretário Executivo do MCTIC, Júlio Semeghini, em 2019, pôde-se verificar que um dos setores de maior potencialidade para a expansão do comércio bilateral seria o da tecnologia da informação. Segundo analistas, a Armênia se encontraria, hoje, dentre os países de maior crescimento da indústria de TI e comunicações. Já contaria com mais de mil empresas de TI em funcionamento, empregando cerca de 20 mil técnicos e engenheiros especializados. Um sinal promissor seria a participação regular, e por iniciativa própria, de empresas da Armênia no evento sobre tecnologia da informação FUTURECOM em São Paulo.

RELAÇÕES CULTURAIS

17. Até a irrupção da pandemia do COVID 19, a cooperação cultural se manteve como um dos setores mais ativos e eficientes para a projeção da imagem do Brasil na Armênia. Todos os aspectos

da cultura brasileira sempre despertam o interesse do público local, com destaque para a música, cinema e dança.

18. Ao longo de minha gestão, houve participação do Brasil em eventos como o Festival Internacional de Cinema "Golden Apricot" e o Festival Internacional de Filmes de Animação "Reanimania", ademais de outros programas, promovidos pela própria embaixada, como o "Noites de Verão do Cinema Brasileiro" e a "Mostra de Documentários Brasileiros". No primeiro evento foram exibidos cinco filmes na mais tradicional sala de cinema de Ierevan (cinema Moscou) e no segundo, foram mostrados cinco filmes no auditório da AGBU (Armenian General Benevolent Union).

19. Quanto à promoção da música brasileira, tanto erudita como popular, o Posto organizou eventos em parceria com a Orquestra Nacional da Armênia, no caso de música erudita, e com o Colégio Estatal de Jazz e Arte Popular de Ierevan, quando a banda dos alunos apresentou sucessos da "bossa nova" em duas ocasiões distintas. Todos os eventos musicais realizados pela Embaixada contaram sempre com público numeroso e entusiasta.

20. No entanto, a falta de patrocinadores locais em muito limita a exploração do vasto potencial de atração de público de que a cultura brasileira dispõe na Armênia. O inestimável apoio de instituições como a AGBU, que concede à embaixada o uso, de forma gratuita, de suas modernas e confortáveis instalações, e as apresentações de caráter voluntário feitas por estudantes de escolas de música, viabilizaram a realização de concorridos espetáculos que muito contribuíram para a promoção da imagem da cultura brasileira neste país.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

21. A assinatura em agosto de 2016 do Acordo Básico de Cooperação Técnica, durante a visita do Presidente Serzh Sargsyan ao Brasil, prometeu inaugurar um novo capítulo nas relações do Brasil com a Armênia. Ao longo dos quase trinta anos de relacionamento bilateral entre os dois países (a relações diplomáticas foram estabelecidas em 17/02/1992), diversos projetos foram propostos, em especial no setor do agronegócio. Desses, alguns chegaram mesmo à fase de estudos e de contatos entre órgãos técnicos brasileiros e armênios, em especial com a EMBRAPA.

22. No contexto dos programas de desenvolvimento da agricultura armênia, as representações do PNUD e da FAO em Ierevan, conhecedoras do sucesso de projetos brasileiros dessa natureza em outros países, mostraram-se dispostas a eventualmente propor iniciativas de cooperação trilateral com o Brasil e a Armênia.

23. Apesar de ainda não existirem instrumentos específicos, um importante projeto de cooperação trilateral na área de saúde foi iniciado em 2012. Nesse caso, os governos do Brasil (Ministério da Saúde), da Armênia (Ministério da Saúde e Instituto Nacional de Saúde) e a UNICEF colocaram em prática, em três cidades do sul da Armênia (Província de Siunik), a região mais pobre do país, um projeto de combate à desnutrição materno-infantil com base na experiência brasileira: em policlínicas dessas três cidades (Kapan, Goris e Sisyan) foram criados centros de atendimento especializado, fazendo uso da experiência brasileira e de uma contribuição do Governo brasileiro no valor de US\$ 100.000,00 (cem mil dólares). Os recursos financiaram, ainda, o estabelecimento

de quatro centros de educação em cidades da mesma província. Com base nesse projeto, a UNICEF e o governo da Armênia produziram uma estratégia nacional de nutrição materno-infantil. Com recursos adicionais proporcionados pela UNICEF e pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o projeto lançado pela cooperação brasileira foi, no correr da última década, implementado em 101 clínicas e centros de educação em todas as províncias da Armênia.

24. Dessa forma, um projeto fundamentado na experiência brasileira na área de alimentação materno-infantil resultou, segundo estudos conduzidos pela UNICEF, na redução dos níveis de subnutrição materno-infantil na Armênia de dezenove por cento da população, em 2012, para nove, em 2020.

25. O sucesso do projeto acima poderia servir de modelo para futuras iniciativas em setores de maior potencial para a cooperação brasileira neste país. A eventual ratificação do Acordo Básico de Cooperação Técnica, poderia abrir novos horizontes para a cooperação bilateral e, em consequência, aqui reforçar a "marca Brasil". A participação de organismos como o PNUD, a FAO ou a UNICEF, como parceiros nesses projetos, garantiria, como demonstrado, uma eficiente implantação, de vez que contam com recursos financeiros e numerosos contingentes de pessoal técnico especializado com grande experiência local.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

26. A ratificação pelo Brasil e a entrada em vigor, no final de 2018, do Acordo de Cooperação Educacional, firmado em agosto de 2016, abriu possibilidades para se dar início ao intercâmbio de estudantes, especialistas e cientistas entre as instituições de ensino superior brasileiras e armênias. O Posto passou, então, às tratativas junto ao Ministério da Educação da Armênia, no sentido de informar as autoridades locais e, por intermédio dessas, o meio acadêmico armênio, sobre as características dos programas de estudantes convênio de graduação e de pós-graduação oferecidos pelo Brasil (PEC-G e PEC-PG).

27. De vez que a oferta de bolsas de estudos no âmbito dos citados programas cobriria apenas a gratuidade das vagas nas instituições de ensino superior brasileiras, não havendo previsão sobre os elevados custos para o padrão de renda armênio, relacionados a passagens aéreas ou despesas pessoais dos estudantes no Brasil, foram iniciadas negociações com o Ministério da Educação da Armênia no sentido de se buscarem recursos de outras fontes para financiar as despesas de viagem e estada desses bolsistas no Brasil.

28. Em 2019, quando foram localmente conduzidas essas tratativas, o Ministério da Educação da Armênia havia se prontificado a: difundir o PEC-G junto à rede de escolas secundárias do país; fazer o mesmo junto às universidades no caso do programa PEC-PG; e proporcionar os fundos necessários para financiar passagens e estada no Brasil dos estudantes eventualmente seccionados. Na busca de recursos, foi ainda aventada a possibilidade do envolvimento da AGBU (Armenian General Benevolent Union), organização sem fins lucrativos financiada pela "diáspora armênia", que tem por objetivo apoiar iniciativas em favor de cidadãos de origem armênia e com a qual a Embaixada mantém excelentes relações.

29. Essas tratativas foram, no entanto, interrompidas com a irrupção da pandemia do coronavírus no final de 2019. Permanecem, contudo, o interesse da parte armênia na cooperação educacional com o Brasil e os entendimentos realizados no sentido da busca de recursos financeiros que viabilizem a viagem e a permanência no Brasil dos estudantes beneficiados com bolsas do PEC-G e do PEC-PG.

SETOR CONSULAR

30. A entrada em vigor do Acordo para Isenção de Vistos para Turistas entre Brasil e Armênia em muito simplificou a prestação de serviços consulares pela Embaixada em Ierevan. O setor consular da Embaixada presta serviços à diminuta comunidade de residentes brasileiros na Armênia (cerca de 50 pessoas), constituída em sua maioria por atletas profissionais, com contratos de tempo limitado, e brasileiros de origem armênia, além de estudantes, religiosos, e profissionais que trabalham em empresas locais.

31. No primeiro ano da pandemia do COVID-19, que segue provocando vítimas na Armênia, o setor consular da Embaixada prestou auxílio a cidadãos brasileiros residentes e turistas que ficaram retidos no país ao serem fechadas as fronteiras, tendo, na sequência, efetuado as repatriações que permitiram seu regresso seguro ao Brasil.

RECOMENDAÇÕES AO FUTURO EMBAIXADOR

32. Seria conveniente dar seguimento aos entendimentos que manteve no recente encontro com o chanceler Ararat Mirzoyan, em especial no que se refere à implementação de uma agenda de propostas de projetos de cooperação e de reuniões de consultas políticas.

33. Quanto ao tema de Tecnologia da Informação, dando continuidade aos entendimentos mantidos durante a visita do SE do MCTIC, Júlio Semeghini, seria importante reativar os contatos entre aquele ministério e o Conselho de Segurança da Armênia, visando à ativação dos grupos de trabalho que se destinariam a estudar potenciais áreas de cooperação bilateral, com foco nas tecnologias aeroespacial e da informação.

34. No que se refere à área da cultura, recomendo serem reforçados os laços com a AGBU e com instituições superiores de ensino de música e da arte, para seguir promovendo eventos de música, dança e cinema brasileiros, focados especialmente no público jovem.

35. Diante da eventual possibilidade de ratificação do Acordo Básico de Cooperação Técnica, sugiro, sempre que cabível e diante de experiências passadas de sucesso, dar prioridade a entendimentos com os organismos multilaterais com representação na Armênia, com vistas a parcerias na implementação e gestão de futuros projetos.

36. Quanto à cooperação educacional, seria importante dar continuidade aos entendimentos com o Ministério da Educação da Armênia, para difusão dos programas PEC-G e PEC-PG, e com os representantes do Fundo Armênio em Ierevan, por intermédio da AGBU, para mobilizar recursos que viabilizem o transporte e manutenção dos jovens armênios que forem beneficiários de bolsas de estudo no Brasil.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA EM IEREVAN

Candidato FÁBIO VAZ PITALUGA

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Fábio Vaz Pitaluga**

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1964, o embaixador Fábio Vaz Pitaluga é formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Formou-se no Instituto Rio Branco, em dezembro de 1990, e fez estágio na Embaixada em Buenos Aires em princípios de 1991. Tem extensa carreira diplomática e experiência em temas bilaterais e multilaterais em diversas áreas.

De 1991 a 1994, trabalhou no Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT). Durante alguns meses, foi chefe, interino, da Divisão de Formação e Treinamento. A maior parte do tempo foi assessor do Diretor do DCT.

Entre 1994 e 1997, serviu na Embaixada em Buenos Aires, onde trabalhou nos setores político e econômico. Durante poucos meses, foi chefe do setor de administração, função que exerceu de forma cumulativa com suas responsabilidades no setor político.

Entre 1997 e 2000, serviu na Embaixada em Singapura, onde foi responsável por todos os setores. O foco de seu trabalho esteve concentrado nos setores político, econômico, de promoção comercial, ciência e tecnologia, cultural, de administração e contabilidade.

De retorno à Secretaria de Estado, no segundo semestre de 2000, trabalhou na Divisão do Meio Ambiente (DEMA). Em princípios de 2001, foi transferido para o Departamento Econômico, onde foi subchefe da Divisão de Política Comercial (DPC). Alguns meses depois, em razão de reforma estrutural, quando a DPC foi dividida em cinco novas divisões, passou a exercer a subchefia da Divisão de Acesso a Mercados (DACESS), onde serviu até princípios de 2004.

Entre 2004 e 2007, serviu na Embaixada em Washington. Em grande parte do tempo foi chefe de gabinete do embaixador. Nos últimos seis meses na capital dos EUA, trabalhou no setor econômico. No período em Washington, em dezembro de 2006, defendeu tese no Curso de

Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE) intitulada “Compras Governamentais. Negociações na Área de Livre Comércio para as Américas. Desafios e Implicações para o Brasil”.

A seguir, entre 2007 e 2009, serviu na Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e o Mercosul, em Montevideu.

De retorno à Secretaria de Estado, trabalhou no Departamento do Meio Ambiente, onde chefiou, de 2009 a 2013, a Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço.

Entre 2014 e princípios de 2015, foi assessor especial para Assuntos Internacionais do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

De volta ao exterior, entre 2015 e 2018, serviu como ministro-conselheiro na Embaixada em Moscou, onde foi responsável pela coordenação e supervisão de todos os setores da missão diplomática.

A seguir, em princípios de setembro de 2018, assumiu a função de encarregado de negócios da Embaixada do Brasil em Damasco. Assumiu a função de Embaixador do Brasil em Damasco a partir de fins de dezembro de 2018, a qual vem desempenhando até o momento.

O embaixador Pitaluga participou de diversas reuniões no exterior, ora como integrante ora como chefe de delegação. De forma muito resumida, são apresentadas, a seguir, algumas nas quais exerceu a chefia de delegações brasileiras. Chefiou delegações, entre 2001 e 2003, em reuniões, da XI à XXV, do Grupo de Negociações sobre Compras Governamentais da ALCA, realizadas nas cidades do Panamá e em Puebla. Chefiou, ademais, delegações brasileiras em reuniões entre o Mercosul e a União Europeia sobre Compras Governamentais, em 2003 e 2004, em Bruxelas e em Buenos Aires. Em 2009 e 2010, chefiou delegações em diversas reuniões da Comissão Internacional da Baleia. Entre 2010 e 2013, chefiou delegações brasileiras em quatro Reuniões Consultivas do Tratado da Antártida, em reuniões bilaterais com Argentina e Chile, e em plurilaterais com outros países sul-americanos e com a Austrália, sobre assuntos antárticos.

Entre 2009 e 2013, chefiou diversas delegações brasileiras relacionadas ao tema espacial, como reuniões do Grupo de Observação da Terra (GEO), V Conferência Espacial das Américas, do Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS), e Reuniões de Consultas promovidas pela União Europeia sobre Código de Conduta Internacional para Atividades no Espaço Exterior. Também, entre 2010 e 2013, chefiou delegações às reuniões da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT). No mesmo período, chefiou delegações às reuniões da Comissão da Convenção dos Recursos Vivos Marinhos da Antártida (CCAMLR).

No Brasil, entre 2001 e 2004, o embaixador Pitaluga foi coordenador nacional do Grupo de Negociação sobre Compras Governamentais da ALCA. Entre 2009 e 2013 foi coordenador da Subcomissão de Prospecção e Exploração de Recursos Naturais da Área Internacional e Equatorial (PROAREA) no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). No mesmo período, também foi coordenador da Subcomissão para o Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), também no âmbito da CIRM. Também, no mesmo período, foi representante do Itamaraty em reuniões da CIRM, e em reuniões do Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira (AEB) para o tratamento do programa espacial brasileiro.

O embaixador Fábio Vaz Pitaluga apresenta, abaixo, o Planejamento Estratégico para a Embaixada do Brasil em Ierevan, que pretende levar adiante, caso venha merecer a confiança e o apoio do Senado Federal.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar, com excelência, a política externa brasileira definida pela Presidência da República, tendo como objetivo representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a República da Armênia, fomentando assim a cooperação bilateral em toda a sua extensão.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar as relações diplomáticas com a República da Armênia, por meio da implementação de agenda bilateral construtiva e mutuamente benéfica.
2. Trabalhar pela inserção econômica competitiva do Brasil no mercado armênio, com foco na prosperidade da sociedade brasileira, tendo em conta, naturalmente, as especificidades das conjunturas política, social, e econômica da Armênia.
3. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Armênia nas mais diversas áreas, como artes, esportes e turismo.
4. Promover a imagem do Brasil e de seus produtos e serviços, por meio da divulgação de informações atualizadas e precisas.
5. Prover serviços consulares eficientes e de qualidade, em estrita observância à legislação pertinente.
6. Impulsionar a promoção dos produtos e serviços brasileiros na Armênia e prospectar oportunidades de negócios.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a brasileiras no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência em todos os setores da Embaixada.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - Promoção de comércio e investimentos**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Contribuir para incrementar e diversificar o comércio bilateral.
 - Preparar relatórios de inteligência comercial a fim de identificar novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros.
 - No momento mais apropriado, solicitar ao Itamaraty recursos para a elaboração do “Guia como Exportar para a Armênia”, com vistas a oferecer subsídios para o empresariado brasileiro melhor compreender o mercado armênio, suas dificuldades, oportunidades e desafios. A expectativa é a de que o “Guia como Exportar para a Armênia” permita esclarecer dúvidas, identificar setores específicos com oportunidades para negócios, e viabilizar o “mapa do caminho”, capaz de melhor orientar o empresariado brasileiro para o ambiente de negócios e as oportunidades existentes na Armênia.
 - Estimular a realização de reuniões, ainda que virtuais, de empresários armênios com empresários brasileiros, câmaras de comércio, associações comerciais, e federações de indústria.
 - Manter estreito contato com as lideranças empresariais, importadores e outras instituições de classe do comércio e da indústria da Armênia.
 - Apoiar as empresas brasileiras a terem maior conhecimento sobre a realidade do ambiente de negócios da Armênia e apresentar informações sobre setores específicos de interesse.
 - Apoiar a participação de empresas brasileiras, câmaras de comércio, e federações de indústria em feiras comerciais, seminários e outros eventos empresariais a fim de promover a inserção de bens e serviços brasileiros no mercado armênio.
 - Estimular a criação de um Conselho Empresarial Brasil-Armênia, pois a maior interação entre empresários dos dois países poderá criar expectativas positivas para o incremento do comércio bilateral, muito reduzido, e pouco diversificado.
 - Buscar promover, em conjunto com a representação da APEX Brasil em Moscou, a realização de uma segunda missão comercial-empresarial brasileira à Armênia, com o objetivo de explorar novas oportunidades de negócios.
 - Identificar as dificuldades e obstáculos para a expansão do comércio bilateral.
2. Trabalhar para a implementação do Memorando de Entendimento entre Brasil e Armênia sobre Cooperação em Comércio e Investimentos, assinado em novembro de 2017, e que se encontra em vigor.
3. Estimular a participação de empresários armênios nas feiras comerciais no Brasil. Apoiar empresários e investidores armênios interessados em adquirir bens e serviços brasileiros ou investir no Brasil.

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1. Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais e a empresários importadores, a fim de promover atividades de inteligência comercial e de promoção de produtos e serviços brasileiros.
2. Número de relatórios de inteligência comercial preparados.
3. Número de relatórios sobre reuniões com lideranças empresariais armênicas e brasileiras.
4. Número de feiras comerciais que tiveram a participação da embaixada e/ou de empresas brasileiras.
5. Número de participação em seminários e eventos sobre a economia armênia.
6. Número de consultas atendidas de promoção comercial e inteligência comercial.
7. Número de oportunidades divulgadas pela Embaixada para a participação de empresas brasileiras em licitações na Armênia.
8. Número de relatórios sobre reuniões com autoridades econômicas e comerciais armênicas.
9. Número de relatórios sobre a situação econômica na Armênia e o comércio com o Brasil.

II - Relações políticas bilaterais

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Trabalhar para fortalecer a relação bilateral entre o Brasil e a Armênia por meio do adensamento do intercâmbio de visitas oficiais e da realização regular de reuniões do mecanismo de consultas políticas.
 - Estimular a reunião entre chanceleres do Brasil e da Armênia em eventos multilaterais, como, por exemplo, quando da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas.
 - Estimular visita do chanceler da Armênia ao Brasil, a fim de retribuir a visita do então Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Armênia, em 17 de novembro de 2017.
 - Caso a oportunidade venha a surgir, estimular visita presidencial à Armênia, que seria a primeira, a fim de retribuir a visita do ex-Presidente da Armênia Serzh Sargsyan ao Brasil, realizada em agosto de 2016.
 - Trabalhar para a implementação do Memorando de Entendimento entre as Chancelarias dos dois países sobre Consultas Políticas, assinado em 12 de agosto de 2016. Trabalhar para que as reuniões de consultas políticas passem a ocorrer de forma regular.
2. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa da Armênia.
 - Elaborar relatórios com análises que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e a política interna da Armênia, em especial em face da tensa situação que prevalece na região do Sul do Cáucaso.
 - Manter contatos regulares com atores relevantes do cenário político na Armênia.

- Produzir informes e análises sobre a política externa da Armênia.
 - Produzir informes e análises sobre a situação do conflito de Nagorno-Karabakh, fonte de grande tensão na região.
3. Trabalhar para ampliar a interlocução entre as duas Chancelarias.
 - Manter estreito contato com a chancelaria armênia.
 - Produzir informes e análises sobre a relação bilateral.
 - Apoiar processos de negociação e de troca de informações sobre negociações, ratificações e entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação nos mais diversos setores e o entendimento entre o Brasil e a Armênia.
 - Buscar implementar os diversos instrumentos normativos já em vigor.
 - Caso possível, buscar ampliar o arcabouço normativo entre o Brasil e a Armênia.
 - Identificar temas prioritários e prestar o apoio necessário a negociações de acordos bilaterais de interesse do Brasil.
 4. Trabalhar para fortalecer o diálogo parlamentar entre o Brasil e a Armênia.
 - Apoiar iniciativas voltadas para o estabelecimento de Grupos Parlamentares de Amizade Brasil-Armênia.
 - Estimular o intercâmbio de visitas parlamentares.
 - Apoiar iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e armênios.
 - Apoiar e promover as relações entre os Paramentos do Brasil (Congresso Nacional) e da Armênia (Assembleia Nacional).
 - Manter estreito contato com parlamentares da Armênia

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de relatórios sobre a situação política interna na Armênia.
2. Número de relatórios sobre a política externa da Armênia.
3. Número de relatórios sobre a relação bilateral.
4. Número de relatórios sobre reuniões com parlamentares armênios.
5. Número de reuniões bilaterais e visitas oficiais de lado a lado, realizadas durante a gestão.
6. Número de acordos bilaterais eventualmente implementados e concluídos durante a gestão.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais dos quais o Brasil e a Armênia sejam membros.
 - Produzir informes e análises sobre a atuação e os interesses prioritários da Armênia em organismos multilaterais, de interesse para o Brasil.

- Produzir informes sobre as eventuais reações da chancelaria armênia com relação aos votos brasileiros que venham a, eventualmente, impactar a relação bilateral.
 - Realizar gestões em favor de candidaturas brasileiras aos diversos órgãos multilaterais.
 - Manter diálogo com representantes governamentais armênios sobre iniciativas e projetos de resolução de interesse brasileiro em organismos multilaterais.
2. Produzir informes e análises sobre a situação humanitária na Armênia.
 - Manter estreito contato com os representantes residentes dos diversos órgãos das Nações Unidas e agências internacionais humanitárias.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões realizadas com autoridades armênias sobre temas multilaterais.
2. Número de relatórios sobre reuniões com autoridades armênias para tratar de temas multilaterais.
3. Número de relatórios sobre reuniões com representantes residentes dos diversos órgãos das Nações Unidas e agências humanitárias internacionais.
4. Número de relatórios sobre gestões realizadas em favor de candidaturas brasileiras no âmbito dos diversos órgãos multilaterais.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Trabalhar para ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade armênia e diversificar as referências culturais brasileiras.
 - Prestar apoio à participação do cinema brasileiro nos festivais anuais realizados na Armênia.
 - Buscar parcerias com instituições armênias para fomentar a divulgação da cultura brasileira na Armênia, em todas as suas dimensões.
 - Explorar possibilidades para a publicação de edições em armênio e russo de obras da literatura brasileira.
 - Fomentar o intercâmbio cultural e artístico e a organização de festivais com a participação de artistas dos dois países.
2. Em eventos que contem com a participação ou sejam promovidos pela Embaixada, como, por exemplo, eventual recepção pelo 7 de setembro e feiras comerciais, divulgar a “marca Brasil”, a cultura, o turismo, e produtos brasileiros.
 - Explorar a possibilidade de contar com o apoio da APEX Brasil quando da realização de eventos para a promoção da imagem do Brasil e de atividades promoção comercial e turística.
3. Em 2022, buscar promover atividades relacionadas com o bicentenário da Independência do Brasil.
4. Atualizar regularmente as mídias sociais da Embaixada com informações voltadas para a divulgação da “marca Brasil”, da cultura e de turismo.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de eventos para a promoção e divulgação dos objetivos em questão.
2. Número de eventos relacionados com a celebração do bicentenário da Independência do Brasil.
3. Número de reuniões realizadas com autoridades armênias para promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil.
4. Número de relatórios sobre eventos culturais.
5. Número de relatórios sobre eventos voltados para a promoção da imagem do país, do turismo e da marca Brasil.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Manter entendimentos com instituições governamentais armênias da área ambiental para verificar possibilidades de realização de projetos bilaterais nos setores de agricultura sustentável, e energias limpas e renováveis.
2. Divulgar informações sobre iniciativas brasileiras em termos de proteção ambiental e posicionamentos gerais, quando cabível, com relação às grandes conferências de Meio Ambiente.
3. Buscar, sempre que possível, a coordenação das posições do Brasil e da Armênia nos foros internacionais que tratem da temática ambiental.
4. Divulgar a experiência brasileira nas áreas de energias limpas e renováveis, e agricultura sustentável.
5. Estimular contatos acadêmico e governamental nas áreas de desenvolvimento sustentável, energia renovável, agricultura sustentável e de proteção ambiental.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de informes sobre a experiência brasileira em desenvolvimento sustentável, energias renováveis, agricultura e proteção ambiental.
2. Número de reuniões realizadas com autoridades armênias do setor ambiental, no sentido de promover a realização de projetos de cooperação bilateral em temas de meio ambiente.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Buscar promover a imagem do Brasil como exportador confiável de produtos, serviços e processos tecnológicos inovadores, bem como parceiro confiável e interessado em cooperação científica e tecnológica e atração de investimentos no setor.
 - Cultivar rede de relações com representantes do setor de C,T&I, tanto do setor público quanto do privado.

- Explorar a possibilidade de realizar trabalho de prospecção e mapeamento do setor de C,T&I na Armênia, de forma a encontrar potenciais áreas de cooperação, que poderiam levar, no futuro, à assinatura de Acordo em Ciência, Tecnologia e Inovação.
- 2. Explorar oportunidades nos setores de alta tecnologia e educação, de modo a favorecer, entre outras, oportunidades de intercâmbio de conhecimento em tecnologia da informação e ciências espaciais.
- 3. Explorar as possibilidades de cooperação em C&T, em especial nos setores aeroespacial, de segurança e defesa, da tecnologia da informação, e satélites de comunicação, temas discutidos, em outubro de 2019, quando da visita à Armênia do secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Julio Francisco Semeghini Neto.

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1. Número de gestões e informes com vistas a mapear o potencial de cooperação com a Armênia em C,T&I.
2. Número de informes relativos a entendimentos mantidos com as autoridades armênicas competentes a fim de avaliar a possibilidade de cooperação nas áreas mencionadas durante a visita, em outubro de 2019, do secretário-executivo do MCTI.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a realização de projetos de pesquisa universitária conjunta.
 - Promover a implementação do Acordo de Cooperação Educacional, assinado em agosto de 2016, em vigor desde 2018.
 - Apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com seus homólogos armênios.
 - Promover esforços para o estabelecimento, no formato possível, de programa de leitorado de português na Universidade Brusov de Idiomas.
 - Dar ampla divulgação aos Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).
2. Promover esforços para a implementação do Memorando de Entendimento para Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática da Armênia, assinado em agosto de 2016.
 - Manter contato com a Academia Diplomática da Armênia e verificar a melhor forma de implementar o instrumento em questão.
3. Promover a implementação do Acordo de Cooperação Cultural, assinado em maio de 2002, e que se encontra em vigor.
 - Estimular a cooperação em vários setores de interesse mútuo, como intercâmbio de grupos teatrais, artísticos e folclóricos, assim como de artistas individuais.
 - Estimular a cooperação no campo do cinema, por meio do intercâmbio de filmes e participação em festivais internacionais de cinema no Brasil e na

Armênia. Incentivar o intercâmbio de exposições de arte. Encorajar a cooperação e o intercâmbio de informações entre museus, bibliotecas e arquivos nacionais.

4. Promover esforços para a cooperação na área da saúde, tanto em termos bilaterais quanto trilaterais. Verificar as eventuais demandas armênias.
5. Promover esforços para a cooperação na área de defesa. Verificar as eventuais demandas armênias e identificar as possibilidades de cooperação concreta.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de informes relacionados com a promoção da cooperação em termos de saúde.
2. Número de ações relacionadas com a divulgação do PEC-G e do PEC-PG.
3. Número de informes relacionados com a promoção da cooperação nas áreas de educação e cultura.
4. Número de informes relacionados com a cooperação na área de defesa.
5. Número de informes relacionados com a cooperação entre as academias diplomáticas do Brasil e da Armênia.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Explorar as possibilidades de desenvolver cooperação entre o Brasil e a Armênia a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações.
2. Manter diálogo com as autoridades armênias e com os representantes residentes das agências das Nações Unidas a fim de conhecer eventuais possibilidades de cooperação, tendo em conta, por exemplo, as experiências brasileiras nas áreas de merenda escolar, agricultura, Sistema Único de Saúde (SUS), programas de combate à desnutrição materna e de crianças de até dois anos, entre outros, de interesse para a Armênia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões com autoridades armênias a fim de explorar possibilidades de cooperação entre o Brasil e a Armênia a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações.
2. Número de relatórios com relação às reuniões com autoridades armênias a fim de explorar possibilidades de cooperação entre o Brasil e a Armênia a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações.
3. Número de reuniões com representantes residentes na Armênia de agências das Nações Unidas e de ajuda humanitária a fim de verificar possibilidades de cooperação trilateral.
4. Número de relatórios com relação às reuniões com representantes residentes na Armênia de agências das Nações Unidas e de ajuda humanitária a fim de verificar possibilidades de cooperação trilateral.

5. Número de projetos bilaterais ou trilaterais eventualmente implementados durante a gestão.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Dar continuidade aos esforços para o mapeamento da comunidade brasileira na Armênia a fim de melhor compreender seu perfil e suas necessidades.
2. Apoiar esforços para melhor apoiar a comunidade brasileira residente na Armênia
3. Dar continuidade aos esforços para disseminar informações consulares de especial interesse de residentes brasileiros, sobretudo por meio das redes sociais da Embaixada.
4. Manter estreito contato com a área consular da chancelaria armênia com vistas a solucionar eventuais problemas com nacionais brasileiros.
5. Prestar atendimento consular eficiente e de qualidade, sempre em estreita conformidade com a legislação vigente.
 - Responder as demandas e questionamentos recebidos pelos canais oficiais competentes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de informes sobre reuniões na chancelaria armênia para tratar de casos que envolvam nacionais brasileiros.
2. Número de demandas e questionamentos de nacionais brasileiros respondidos pelos canais oficiais.
3. Número de relatórios sobre eventuais problemas que venham a ser encontrados no setor consular.
4. Número de atendimentos presenciais à comunidade brasileira.
5. Número de eventos culturais e sociais realizados com o objetivo de incrementar o relacionamento da comunidade brasileira com a Embaixada.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 70, de 2021 (nº 590/2021, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FÁBIO VAZ PITALUGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

I – RELATÓRIO

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, o Senado é chamado a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor Fábio Vaz Pitaluga, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SF/22370.44303-26



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. O indicado é filho de Plínio Pitaluga e de Maria Theresinha Vaz Pitaluga e nasceu em 13 de setembro de 1964, no Rio de Janeiro/RJ. É bacharel em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1987). Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1990, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Também no Instituto foi aprovado, em 2006, no Curso de Altos Estudos (CAE) com a tese “Compras governamentais. Negociações na Área de Livre Comércio das Américas: desafios e implicações para o Brasil”. Ascendeu a Conselheiro em 2005; a Ministro de Segunda Classe em 2009; e a Ministro de Primeira Classe em 2020. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: Subchefe da Divisão de Política Comercial (2001); Subchefe da Divisão de Acesso a Mercados (2001/04); Chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (2009/13).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de primeiro-secretário e conselheiro na Embaixada em Washington (2004/07); Conselheiro e Ministro de Segunda Classe na Delegação Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) em Montevideu (2007/09); Ministro de Segunda Classe na Embaixada em Moscou (2015/18); Encarregado de Negócios na Embaixada em Damasco (2018/19); Embaixador na Embaixada em Damasco (2020, até o momento)

O indicado foi, ainda, Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (2014/15).

Recebeu, entre outras, as seguintes condecorações: Ordem de Rio Branco, Brasil, Grau de Oficial (2018); Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grau de Comendador (2013); e Medalha General Plínio Pitaluga, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (2018).

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br



SF/22370.44303-26



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

O Ministério das Relações Exteriores anexou também à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Armênia. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral, bem como oferece amplo leque de informações sobre o país.

Situada no sudeste da Europa, a Armênia é a menor das ex-repúblicas soviéticas. De maioria cristã, ela está cercada de vizinhos predominantemente muçulmanos, como Azerbaijão, Irã e Turquia. Segundo o documento referido, o país conta com população de 2,96 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) foi de US\$ 12,6 bilhões em 2020. O PIB *per capita* foi de cerca de US\$ 4.301 em 2020 e o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (IDH) foi de 0,776 (81º entre 188 países) em 2020.

Brasil e Armênia estabeleceram relações diplomáticas em 1992, e o Brasil conta com embaixada em Ierevan desde 2006. A presença de expressiva comunidade de origem armênia no Brasil, estimada em 40 mil pessoas, tem grande importância nas relações bilaterais.

No tocante às trocas comerciais, o intercâmbio entre os dois países compõe-se em sua quase totalidade de exportações brasileiras. Em 2020, elas somaram US\$ 27,1 milhões, enquanto as importações da Armênia corresponderam a apenas US\$ 100 mil. Os principais produtos da pauta exportadora brasileira são tabaco (56%), açúcares e melaço (32%); produtos da indústria de transformação (4,2%); e carne suína (4,1%). Os produtos que o Brasil mais importa da Armênia são vestuário (roupas femininas e masculinas) e produtos da indústria de transformação.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

, Presidente

, Relator



SF/22370.44303-26

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

5



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 84, DE 2021

(n° 635/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 635

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de novembro de 2021.

EM nº 00251/2021 MRE

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Panamá, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 969/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 30/11/2021, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3038886** e o código CRC **62E11D4A** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA

CPF: 296.334.781-20

ID: 8282 MRE

1958 Filho de Antonio Carlos de Abreu e Silva e Maria Helena Moojen de Abreu e Silva, nasce em 12 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1982 CPCD - IRBR

1986 Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília/DF

1990 CAD - IRBR

2002 CAE - IRBR, tese: "O Dilema Cambial Argentino e os Interesses Brasileiros"

Cargos:

1983 Terceiro-secretário

1987 Segundo-secretário

1994 Primeiro-secretário, por merecimento

2000 Conselheiro, por merecimento

2005 Ministro de segunda classe, por merecimento

2012 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1984-85 Divisão do Orçamento, assistente

1985 Departamento de Promoção Comercial, assistente

1985-88 Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, assistente e assessor

1988-91 Embaixada em Buenos Aires, segundo-secretário

1991-93 Consulado-geral em São Francisco, cônsul-geral adjunto

1993 Departamento das Américas, assessor

1994-95 Subsecretaria-geral de Planejamento, assessor

1995-96 Ministério da Fazenda, Gabinete do Ministro, assessor especial

1996-99 Embaixada em Washington, primeiro-secretário

1999-2002 Embaixada em Buenos Aires, primeiro-secretário e conselheiro

2003-05 Embaixada em La Paz, conselheiro

2005-07 Divisão de Acesso a Mercados, chefe

2007-09 Embaixada em Washington, ministro-conselheiro

2009-11 Coordenação-geral de Assuntos dos Estados Unidos da América e do Canadá, chefe

2011-13 Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos,

2013-18 diretor
2018- Consulado-geral em Sydney, cônsul-geral
2018- Consulado-geral em Atlanta, cônsul-geral

Publicações:

2003 A prosperidade argentina durante o padrão ouro e a ideologia da dolarização, in Revista de Economia & Relações Internacionais, vol. 2, nº 3, Fundação Armando Alvares Penteado/SP
2004 O efeito contágio e alta do juro pelo FED, in Valor Econômico
A Argentina e o Plano de Conversibilidade, in Revista de Economia & Relações Internacionais, vol. 2, nº 6, Fundação Armando Alvares Penteado/SP
2005

Condecorações:

2011 Quadro Ordinário da Ordem de Rio Branco, Grau de Comendador

FERNANDO PERDIGÃO

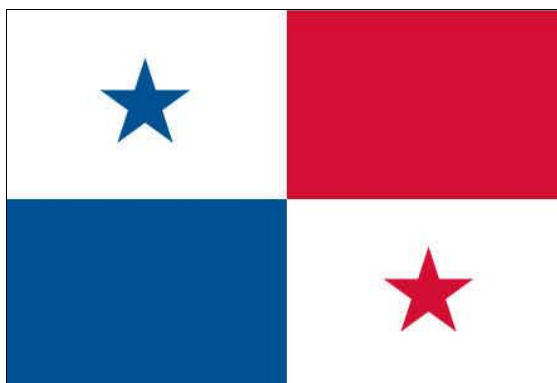
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe
Divisão de México e América Central**

FICHA-PAÍS: PANAMÁ



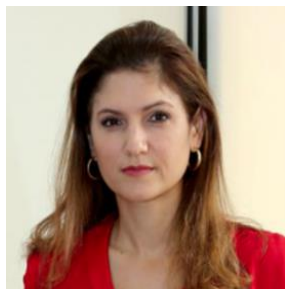
OSTENSIVO
Novembro de 2021

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	4
POLÍTICA INTERNA	10
POLÍTICA EXTERNA	13
ECONOMIA	15
MAPA	19
DADOS BÁSICOS	20
CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PANAMÁ.....	21
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-PANAMÁ.....	22
QUADRO DE ACORDOS BILATERAIS.....	25

PERFIS BIOGRÁFICOS**LAURENTINO “NITO” CORTIZO - PRESIDENTE**

Laurentino “Nito” Cortizo é empresário e criador de gado. Nasceu na Cidade do Panamá, em 30 de janeiro de 1953. É bacharel em Administração de Empresas (Universidade de Norwich) e mestre em Comércio Exterior (Universidade do Texas). Trabalhou como assessor técnico na OEA, organização à qual foi nomeado representante altermo do Panamá em 1986. Foi deputado pela província de Colón (1994-2004) e presidiu a Assembleia Nacional (2000-2001). Foi ministro do Desenvolvimento Agropecuário (2004-2005), no governo de Martín Torrijos. Nos períodos em que não esteve na vida pública, dedicou-se às empresas da sua família, *Panablock* (materiais de construção) e *Hacienda Hermacor* (gado de alta genética). Foi eleito presidente do Panamá em 05 de maio de 2019, com 33,2% dos votos válidos.

ERIKA MOUYNES - CHANCELER

Erika Mouynes nasceu, em 1977, na Cidade do Panamá. Graduou-se em Direito e Ciências Políticas pela Universidad Santa Maria La Antigua (USMA) e em Administração de Negócios pela Universidad Latinoamericana de Ciencia y Tecnologia (ULACIT). Concluiu dois Mestrados em Direito e pós-graduação em Negócios e Finanças. Atuou como advogada no Panamá e nos EUA. Ocupou a chefia de Gabinete do Ministro de Indústrias e Comércio (2004-2007) e foi vice-ministra de Assuntos Multilaterais e Cooperação (2019-20). Participou da campanha de retirada do Panamá das listas de tributação favorecida, de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo. Assumiu o Ministério das Relações Exteriores em 2/12/2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e Panamá são tradicionalmente amistosas, porém marcadas pela pouca densidade, a despeito dos interesses significativos de empresas brasileiras na realização de projetos no país.

A presidência de Nito Cortizo tem favorecido o fortalecimento, em alto nível, das relações bilaterais. Desde que assumiu a presidência, Cortizo tem empreendido esforços (“*Panamá es más que papeles*”) para mudar a imagem do país, reiterando o compromisso com a transparência e a aplicação efetiva da lei.

No ano de 2019 houve significativo investimento no aspecto econômico-comercial da relação. O Brasil esteve representado com estande próprio nas três principais feiras realizadas na capital panamenha: ExpoComer, considerada a maioria feira multisetorial da América Central e Caribe; a ExpoTurismo; e a ExpoLogística, que se realizou paralelamente a evento de grande dimensão entre a China e América Latina-Caribe, a denominada ChinaLac. O Brasil foi o país homenageado da ExpoLogística 2019. A pandemia de Covid-19, porém, impôs desaceleração da agenda. Feiras importantes foram adiadas *sine die*, provocando a necessidade de reorientação de planejamento e prioridades.

O aumento da relevância internacional e regional do Panamá justifica o fortalecimento do diálogo e a diversificação das relações com o país. Ambos os governos vêm avaliando perspectivas de retomada do programa bilateral de cooperação técnica em áreas como a agroindústria. O Brasil trabalha na possível criação de agenda de cooperação científica e tecnológica com o setor de *startups* voltadas à economia digital e à produção de fármacos e vacinas.

Encontros Bilaterais

O Presidente Jair Bolsonaro manteve contato telefônico com seu homólogo Laurentino “Nito” Cortizo em 27/7/2021. Os Chanceleres Carlos França e Erika Mouynes conversaram por videoconferência em 7/6/21 e mantiveram reunião em Lima, em 29/7/21, por ocasião da posse de Pedro Castillo na Presidência do Peru.

No que se refere a visitas oficiais de cunho bilateral, a última ocasião foi a viagem do ex-Chanceler Antonio Patriota à Cidade do Panamá, em junho de 2011. A Ministra Damares Alves representou o presidente Jair Bolsonaro por ocasião da posse de Nito Cortizo, em 1º de julho de 2019, na Cidade do Panamá. Em dezembro de 2019, o Embaixador Norberto Moretti, então Secretário responsável pela área de assuntos econômicos e promoção comercial no Itamaraty, participou da “Feira

Expologística”, na Cidade do Panamá, ocasião em que se reuniu com o Vice-Chanceler, Federico Alfaro.

Mecanismo de Consultas Políticas

Em abril de 2000, foi assinado o Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá. O memorando previa a realização de consultas políticas regulares de alto nível entre as chancelarias, em periodicidade mutuamente acordada. A I Reunião do Mecanismo foi realizada em novembro de 2020, em nível de vice-chanceleres. O encontro virtual teve como anfitrião o então Vice-Chanceler do Panamá, Federico Alfaro. Pelo lado brasileiro, presidiu a delegação o Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, Secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas. A agenda incluiu temas das agendas bilateral e multilateral, políticos, econômicos, de cooperação, entre outros. O Brasil deverá ser o anfitrião da próxima reunião do mecanismo de consultas políticas.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Brasil-Panamá tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em 9 de abril de 1981, na Cidade do Panamá, e promulgado em 1 de março de 1983.

A cooperação técnica Brasil-Panamá tem histórico de experiências exitosas, com iniciativas nas áreas de saúde, agricultura/pecuária e proteção social, entre outras. Escritório da Embrapa chegou a funcionar no Panamá (entre 2010 e 2014), com missão de alcance sub-regional. O início do governo Cortizo coincidiu com a conclusão dos ciclos de execução de projetos do programa de cooperação, o que requereu reavaliação das possibilidades e das oportunidades de cooperação.

Em agosto de 2019, a Diretora de Cooperação Internacional panamenha foi recebida pelo Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em Brasília, Embaixador Ruy Pereira, ocasião em que acordaram convocar reunião do Grupo de Trabalho Bilateral, com a participação das entidades cooperantes brasileiras e das instituições beneficiárias panamenhas. A crise sanitária retardou o processo, que foi tratado na I Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em novembro de 2020. As áreas indicadas como prioritárias foram: (a) desenvolvimento rural, com iniciativas para fomento do agronegócio e programas sociais para a agricultura familiar; (b) preservação do patrimônio histórico; (c) direitos de pessoas com deficiência; (d) capacitação de carreiras técnicas; (e) cooperação em saúde. O Diretor da ABC

realizará visita ao Panamá de 22 a 26/11/21, acompanhado de missão técnica multidisciplinar que se reunirá contraparte panamenha para negociar os termos de referência para projetos e iniciativas concretas nas áreas demandadas.

Cooperação no Setor Agropecuário

Em matéria de cooperação, houve ainda recentes visitas de entidades ligadas ao setor agropecuário brasileiro dispostas a cooperar em ações de capacitação e treinamento, tendo como foco melhoramento genético, pecuária de precisão, melhoria de sementes, entre outras. Essas oportunidades podem fortalecer a presença no mercado local de sementes, sêmen e embriões, que é expressiva. A cooperação brasileira tem papel relevante na formação de agrônomos e veterinários panamenhos ao longo de décadas, o que favorece o intercâmbio comercial nesse segmento e posiciona o Brasil como país de referência para o Panamá.

Cooperação Científica e Promoção Tecnológica

Brasil e Panamá têm, mais recentemente, trabalhado conjuntamente para identificar possibilidades de cooperação bilateral nas áreas científica e tecnológica. São as seguintes iniciativas com desenvolvimento previsto para os próximos meses: i) Ida ao Brasil de missão técnica integrada por 20 panamenhos com atuação profissional relevante nos principais órgãos envolvidos em ciência, tecnologia e inovação do setores público e privado (Centros de Competitividade), além da sociedade civil, para programa de capacitação a ser oferecido pela Associação Nacional Promotora de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) em São José dos Campos e Recife (05/12/21 a 15/12/21); ii) Visita do secretário nacional de C, T&I do Panamá, Dr. Eduardo Ortega-Barría, cujo interesse especial se concentra na área de fármacos, sobretudo na experiência brasileira com genéricos e vacinas; iii) Aproximação entre a ApexBrasil e a Agência Panamenha de Atração de Investimentos e Promoção de Exportações (ProPanamá).

O interesse prioritário panamenho é a cooperação em iniciativas de inovação em economia digital/e-commerce.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral, estruturalmente assimétrico e favorável ao Brasil, registrou elevação constante entre 2003 e 2008, tendência que foi interrompida em 2009 em função da crise internacional. De 2010 a 2019, oscilou entre anos de crescimento e retração. A análise da série histórica permite identificar picos específicos (2010-13), associados à presença de construtoras brasileiras que estimularam a importação de maquinários, equipamentos pesados e materiais para a

construção civil. Outro momento relevante ocorreu entre 2017 e 2018, com a importação de frota de ônibus urbanos produzidos pela Marcopolo, com chassis da Volvo, além de turbinas para aeronaves da Embraer, então operadas pela Copa Airlines. O quadro de elevados déficits panamenhos começou a ser alterado em 2020, com exponencial aumento das exportações de cobre e concentrados ao Brasil (superior a 2500%). Embora persista saldo negativo para o Panamá, a diminuição foi relevante e tende a manter-se em 2021.

O Brasil passou a ocupar, em 2021, o 8º lugar entre os principais destinos das exportações panamenhas. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censo do Panamá (INEC), até agosto do corrente ano o total exportado pelo Panamá ao Brasil foi de US\$ 87,3 milhões, o que representou aumento de 45,7% em relação ao mesmo período de 2020 (US\$ 59,89 mi). Em 2020, as exportações totalizaram US\$ 128,2 milhões, em comparação aos US\$ 4,9 milhões de 2019 e aos US\$ 8,1 milhões de 2018. Se excluído o cobre e seus concentrados, que hoje dominam a pauta (83,9%), os principais produtos panamenhos enviados ao Brasil são despojos de alumínio (9,74%), peixes congelados (3,09%); e despojos de fundição, ferro ou aço (1,23%).

No sentido contrário, as importações panamenhas procedentes do Brasil totalizaram US\$ 121,5 milhões em 2020, ficando o país em 9º lugar entre os fornecedores do Panamá, atrás de EUA, China, México, Costa Rica, Colômbia, Guatemala, Espanha e Japão. Em 2021, as importações também dão sinais de estarem operando em alta, com aumento de aproximadamente 48,5% em relação ao mesmo período do ano passado. No entanto, há que se ressaltar que o volume de compras do Brasil ainda não recuperou as cifras de 2019 (US\$ 197,5 milhões) e 2018 (US\$ 243,9 milhões). Entre as principais mercadorias importadas atualmente estão maquinário para impressão (7,37%); ladrilhos e placas/lajes (5,93%); partes de máquinas para peneirar/separar terras, pedras, minérios e outras substâncias minerais sólidas (4,21%); elevadores de ação contínua para mercadorias (4,2%); álcool etílico não desnaturado (4,2%); medicamentos contendo compostos nitrogenados (3,55%).

Há amplo potencial para ampliação das trocas bilaterais. A proximidade geográfica, as afinidades culturais e a ótima relação bilateral, entre outros fatores, favorecem ampliação da presença brasileira no mercado interno e eventual utilização do istmo como plataforma de acesso a outros mercados da região.

Canal do Panamá

O uso do canal do Panamá para escoamento das exportações brasileiras, para a costa oeste dos EUA e para a Ásia, em particular a China, tem figurado na agenda de entidades brasileiras como a Aprosoja e os Portos do Itaqui e de Suape, cujos representantes visitaram o Panamá em anos recentes, com o objetivo de discutir

mudanças no sistema de precificação de pedágios. O Governador de Pernambuco, acompanhado de extensa comitiva, também visitou o Panamá em janeiro de 2020 e manteve reuniões com o então Chanceler Alejandro Ferrer e outras autoridades, com o objetivo de avançar entendimentos de facilitação de comércio entre os portos de Suape e do Panamá.

Nesse sentido, os Portos do Itaqui, no Maranhão, e de Suape, em Pernambuco, têm buscado maior aproximação com as autoridades do canal. Itaqui assinou com a Autoridade do Canal do Panamá (ACP-Panamá), em dezembro de 2018, memorando de entendimento com o objetivo de promover parcerias e troca de informações em áreas técnicas, ao passo que o Porto de Suape (PE) assinou documento do mesmo gênero em junho de 2019.

A Aprosoja Brasil também assinou dois memorandos com a ACP-Panamá, em março de 2018 e em março de 2019, com o propósito de abertura de diálogo e troca de informações sobre volume de safras, rotas de escoamento de produtos, entre outros.

Atualmente, o canal vem sendo utilizado majoritariamente por navios que transportam carga de alto valor agregado (contêineres, veículos, gás natural), uma vez que os pedágios cobrados para navios graneleiros inviabilizariam seu uso. Como consequência, praticamente a totalidade dos navios de soja que partem do Porto do Itaqui, o mais próximo da passagem do canal, termina por usar a rota que contorna a África para chegar à China.

Investimentos

O Panamá é considerado um dos países na América Latina mais favoráveis aos negócios e investimentos. Os fatores atrativos relacionam-se à posição geográfica do país e a seu *hub* logístico, à abertura econômica, à estabilidade social, política e econômica e à existência de importante centro financeiro internacional.

Em 2018, o Brasil ocupava o 4º lugar entre os investidores da América do Sul, com total de aproximadamente US\$ 400 milhões, o que já representava, contudo, redução significativa em relação a 2016 (US\$ 626 milhões). Em 2019, o estoque de investimentos do Brasil era de US\$ 428 milhões, com fluxo positivo de cerca de 22 milhões, revertendo tendência negativa dos dois anos anteriores. Como as fontes panamenhas não fazem distinção entre aplicações financeiras e investimentos produtivos, não é possível identificar com segurança a finalidade dessas aplicações. Dados do Banco Central do Brasil de 2017 indicavam grande concentração dos investimentos brasileiros em atividades financeiras, seguros e serviços relacionados.

A base de dados do Banco Central de 2017 também registra investimentos do Panamá no Brasil no valor de US\$ 1,2 bilhão. Os principais segmentos são atividades

imobiliárias, comércio e reparação de veículos, construção e indústrias de transformação. São as seguintes empresas de origem brasileira de que se tem registro no Panamá: AB Inbev/Cervecería Nacional; Banco Itaú (filial do Itaú Colômbia); J Safra Asset (Sede de Empresa Multinacional do Setor Financeiro); International Meal Company (Setor Comida Rápida); Furukaea Industrial S.A. (Empresa da Zona Livre de Colón); Innovapharma, S.A. (centro de distribuição regional); Tramontina; TIVIT (soluções tecnológicas); MV Sistemas (inovação e gestão em saúde); Stefanini Group (automatização e tecnologia); Born Animal Biotechnology (tecnologia e reprodução bovina).

Além da Odebrecht, que teve sua presença no Panamá altamente reduzida, registro a descontinuidade de operações de outras empresas brasileiras no Panamá, por fatores diversos. As construtoras Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Andrade Gutiérrez aqui estiveram e integraram o “Consórcio Interoceânico”, com o objetivo de participar das licitações para ampliação do Canal do Panamá (2009-2016). Outro consórcio foi vencedor e as referidas empresas brasileiras deixaram o Istmo. Nos últimos anos, também encerraram atividades os escritórios da Ananda International Products, da Sadia S.A., da Eletrobrás, do Banco do Brasil e da Embraer. Recordo que a empresa Copa Airlines adquiriu da empresa brasileira, a partir de 2004, total de 14 aeronaves E-190, utilizadas até a pandemia, quando foi anunciada a venda à australiana Alliance Airlines. Segundo declarou o presidente da Copa em setembro de 2020, previa-se redução da frota de 102 para 52 aeronaves, até a recuperação do setor, o que começa a ocorrer e poderá gerar novas oportunidades.

Copa Airlines e Embraer

As relações aerocomerciais entre Brasil e Panamá são regidas por Acordo sobre Serviços Aéreos e Memorando de Entendimento cujas partes são a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e sua homóloga panamenha, a Autoridade Aeronáutica Civil (AAC). O Congresso Nacional aprovou o Acordo em outubro de 2009.

A COPA Airlines mantinha, antes da crise sanitária, voos semanais para sete cidades brasileiras – Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Recife e Manaus.

Não obstante a maior morosidade das trocas internacionais ocasionada pela pandemia, a Embraer continua a realizar missões ao Panamá. Registre-se, ainda sobre a empresa, que a aeronave presidencial panamenha é um Embraer EMB-135 BJ Legacy 600, fabricado em 2008 e adquirido em 2009.

Classificação do Panamá como País de Tributação Favorecida (‘Paraíso Fiscal’)

O Panamá integra a lista de jurisdições de tributação favorecida da Receita Federal do Brasil (RFB), em razão da alíquota de tributação de renda e da falta de transparência no acesso a informações tributárias.

O governo Nito Cortizo vem adotando tom pragmático para lidar com a matéria, reconhecendo deficiências do Panamá e se comprometendo a implementar reformas no setor financeiro.

Acordo de Facilitação de Investimentos e MERCOSUL

Em 2020, foram apresentadas ao Panamá duas propostas para o início de conversações sobre Acordo Bilateral de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e abertura de diálogo exploratório sobre um acordo de livre comércio com o MERCOSUL. As duas iniciativas não foram adiante. O Panamá alegou que a ideia de um acordo com o MERCOSUL não teve acolhida no setor privado, bem como indicou reorientação de prioridades em função da pandemia e limitações de pessoal para iniciar novos processos negociadores. A parte panamenha reiterou que sua prioridade é atrair investimentos para agregação de valor, com geração de empregos e reexportação.

Assuntos Consulares

Estima-se que o Panamá chegou a abrigar, antes do início da pandemia, cerca de 4,5 mil brasileiros, tendo esse número sofrido brusca contração a partir de março de 2020, quando muitos retornaram ao Brasil. Embora não se tenha o número exato de nacionais que hoje vivem no país, pode-se inferir a dimensão da queda relativamente a 2019 pela redução no volume de serviços consulares fornecidos pela Embaixada do Brasil no Panamá.

Quase toda a comunidade brasileira vive hoje em situação migratória regular, com empregos formais em empresas transnacionais sediadas no país ou em organismos internacionais, dispondo, por conseguinte, de renda salarial considerável. São raros os casos de brasileiros em situação de grave vulnerabilidade. Registre-se que, atualmente, apenas dois nacionais cumprem penas em penitenciárias panamenhas.

Segundo dados do Aeroporto de Tocumen, em 2019, 103 mil viajantes brasileiros utilizaram o *hub* regional panamenho para conexões de voos internacionais, muitos dos quais com destino aos EUA, México e República Dominicana. O número caiu drasticamente em 2020, inclusive pelo longo período em que o aeroporto funcionou somente para operações humanitárias, mas há sinais de gradual retomada.

Tendo em conta o crescente número de nacionais e de estrangeiros com filhos brasileiros na rota migratória para a América do Norte, a Embaixada do Brasil no Panamá vem lidando, de maneira crescente, com casos de repatriação de crianças e adolescentes que perdem seus pais na perigosa travessia da fronteira entre Colômbia e Panamá.

POLÍTICA INTERNA

O Panamá é uma República presidencialista, com Poder Legislativo unicameral, exercido pela Assembleia Nacional. As eleições são realizadas em turno único, para um mandato de cinco anos, e têm ocorrido em clima pacífico, com alternância de poder. A imprensa é livre e as organizações sociais manifestam-se com vigor.

As últimas eleições gerais foram realizadas em 5 de maio de 2019, com mandatos para o período 2019-2024 (5 anos). Foram disputadas, ademais da Presidência da República, 71 vagas de deputados, 20 vagas de deputados do Parlamento Centro-Americano, 81 prefeituras e 679 representantes de “corregimientos” (subdivisões dos distritos). Na ocasião, Laurentino “Nito” Cortizo (PRD) foi eleito Presidente, com 33,35% dos votos. O candidato do partido do ex-PR Martinelli, Rómulo Roux, terminou em segundo, com 31%. A candidatura oficialista do prefeito da Cidade do Panamá, José Blandon, do Partido Panameñista, terminou com 10% dos votos, atrás do independente Ricardo Lombana, que alcançou 20%.

Prioridades da administração de Cortizo

Nito Cortizo tomou posse em 01 de julho de 2019 com o compromisso de combater a pobreza e a desigualdade. O programa de governo alçou a educação à condição de “estrela” das políticas públicas, no entendimento de que a superação das deficiências nessa área tem papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social. Comprometeu-se com a promoção da transparência, o combate à corrupção e a realização da reforma da Constituição de 1972, demanda com a qual já tinha se comprometido seu antecessor. Deu início a uma série de iniciativas para modernizar o arcabouço normativo na economia (lei de parcerias público-privadas, legislação de fomento ao setor agropecuário, criação de regime especial para estabelecimento de empresas multinacionais do setor de manufaturas e modificações no regime migratório para atração de residentes temporários e definitivos em áreas de trabalho específicas), com o objetivo de assegurar taxas mais elevadas de crescimento. Também determinou de imediato o lançamento de

programas sociais, com foco na melhoria do sistema educacional e no desenvolvimento de programa de alimentação escolar (“*estudiar sin hambre*”), que teve, entre suas inspirações, a experiência brasileira na área.

Não obstante ter avançado em objetivos no marco normativo para o setor econômico, a segunda metade do mandato presidencial requererá esforços adicionais em matéria de institucionalidade e governança, em cenário de grandes desafios de reativação econômica após o forte impacto da pandemia. Projeto de reforma constitucional apresentado em 2019 gerou contundente reação em alguns setores da sociedade e acabou sendo retirado.

No final de 2020, Cortizo lançou também um outro processo de consultas em nível nacional para colher da sociedade os elementos de um novo consenso, o chamado “Pacto do Bicentenário-Cerrando Brechas”, estruturado com base em onze comissões, nos seguintes eixos temáticos: saúde, agro, inclusão, cultura, infraestrutura, meio ambiente, educação, estado justo e ético, água, economia e esportes. Os debates propostos pelo Executivo reacenderam o interesse popular sobre a possibilidade de convocação de Assembleia Constituinte.

Aspecto relevante do sistema político panamenho é o fato de a Constituição reconhecer autonomia de cinco comarcas indígenas. De acordo com o censo de 2010, as etnias representavam 12% da população do Panamá à época. No total, as comarcas cobrem 22% do território nacional. Internacionalmente, a legislação panamenha é considerada avançada por proteger os direitos dos povos indígenas em relação à identidade, língua, educação, autonomia político-administrativa e judicial (com limitações), e posse da terra. Por outro lado, há grandes desafios socioeconômicos, com a mais alta incidência de carências e pobreza multidimensional em áreas indígenas.

Gestão da Pandemia de Covid-19 e Impactos Sociais

Até 12/11/21, o Panamá contabilizou 474 mil casos de Covid-19, o que corresponde a cerca de 11% da população. Na mesma data, registravam-se 465 mil pessoas recuperadas e 7.336 óbitos, o que equivale a taxa de mortalidade em torno de 1,5%. O governo comemora o fato de contar com mais de 77,5% da população-alvo totalmente imunizada.

Em paralelo aos esforços para contratação de vacinas, dois elementos fundamentais da política governamental de enfrentamento à pandemia foram a adoção de duras medidas de isolamento social e fechamento de órgãos públicos e privados, acompanhados do lançamento de programa de assistência emergencial com distribuição de cestas básicas e vales digitais no valor médio de US\$ 100 dólares.

Segundo dados oficiais, o programa alcançou mais de 1,6 milhão de pessoas, mais de um terço da população. Apesar das elevadas taxas de crescimento nas últimas décadas e de ter chegado à condição de país de renda média, o Panamá convive com uma das maiores taxas de desigualdade no mundo, com fortes desequilíbrios territoriais.

O Panamá empreendeu decidido esforço para obtenção de vacinas (Pfizer, AstraZeneca e Mecanismo Covax) desde o início da pandemia, tendo contratado vacinas em número suficiente para folgada cobertura da totalidade da população acima de 12 anos. O processo de vacinação teve início em janeiro de 2021, e foi ganhando velocidade com a chegada de lotes maiores de imunizantes. Já teve início a aplicação da terceira dose de reforço para maiores de 55 anos e foi lançado programa de imunização de turistas (VacuTur), para favorecer a reativação do setor.

Recentemente o Panamá doou cerca de 244 mil doses à Nicarágua, por meio da Organização Panamericana de Saúde (OPAS).

POLÍTICA EXTERNA

A política externa panamenha orienta-se por forte viés internacionalista. A Chanceler Mouynés tem ressaltado a apresentação do Panamá como um destino para “investimentos seguros”, a defesa do meio ambiente e uma “mediação sossegada”, assentada no respeito ao direito internacional e nos princípios de soberania, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias. A diplomacia panamenha tem igualmente empreendido esforços para promover a imagem do país como um *hub* mundial multissetorial (logístico, aéreo, financeiro e digital), aproveitando o simbolismo de sediar o canal do Panamá e o desenvolvimento de uma importante indústria financeira e de serviços aéreos

Além das raízes históricas dessa opção, é oportuno lembrar a presença marcante de agências e programas das Nações Unidas no país, contabilizando mais de 30 organizações. Às agências do sistema das Nações Unidas juntam-se representações de entidades não-governamentais, bem como mais de 170 empresas multinacionais. A posição geoestratégica e a oferta de importante *hub* aéreo conferem vantagens que o país tem procurado aproveitar. Um aspecto importante a salientar é o papel exercido pelos escritórios das organizações da ONU e dos bancos regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Cooperação Andina de Fomento (CAF), no apoio ao desenvolvimento e ao financiamento de políticas públicas.

O Panamá busca ocupar posições no sistema multilateral com o lançamento de várias candidaturas, inclusive ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesse

aspecto, o histórico com o Brasil é de tradicional e construtiva cooperação, evidenciada, entre outros, por consistente padrão de apoios mútuos. Entre os temas que atualmente têm destaque na política externa estão os fluxos migratórios pelas Américas (que têm forte impacto no país); a agenda ambiental e de combate à mudança do clima; o incentivo à cooperação internacional para consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; prevenção e assistência humanitária em situações de desastres naturais; acesso à saúde e vacinas; e direitos da mulher.

Em novembro de 2019, o Presidente Nito Cortizo anunciou acordo com o Google para a passagem de cabos marinhos de comunicações no país, ademais de investimento da empresa em uma sede local na “zona franca digital” da Cidade do Panamá. No mesmo mês, inaugurou complexo logístico e termelétrico da empresa norte-americana AES no porto de Colón, investimento da ordem de US\$ 1,5 bilhão e que servirá de base para a distribuição de gás natural e combustíveis na América Central e no Caribe.

O país ambiciona, portanto, consolidar-se como centro de negócios internacionais e elo logístico para a América Latina. Desse modo, tem procurado ampliar sua participação no Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), como estratégia de inserção e ampliação de sua influência na região.

Estados Unidos

A relação com os Estados Unidos tem papel central nas ações externas do Panamá. Trata-se do segundo maior investidor no país (US\$ 9,13 bilhões e presença de mais de 200 empresas, em 2019), principal usuário do Canal (78,5% da carga e 68% do trânsito de embarcações), primeiro parceiro comercial e fonte valiosa de cooperação em saúde, educação, meio ambiente e segurança, entre outras. A atração de novos investimentos norte-americanos tem alta prioridade. A primeira viagem internacional do mandatário após a pandemia teve o Texas como destino.

Há visitas de número expressivo de autoridades norte-americanas dos governos Trump e Biden (Departamento de Estado, “Homeland Security”, Defesa, Comércio), a fim de tratar de agendas de cooperação em segurança, narcotráfico, migrações, temas financeiros e comerciais, investimentos, saúde e educação, entre outros. A tecnologia 5G também é outro tema importante na pauta. Há avanços na cooperação bilateral para aprimorar normas e práticas no combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, à corrupção e a outros delitos internacionais associados. No campo de combate a ilícitos, a assinatura de memorando de entendimento com os EUA, em janeiro de 2021, permitiu a instalação do Centro Regional de Operações Aéreas Navais e da Força Marítima Conjunta Panamenha, o que possibilitou reforço em equipamentos. O Panamá foi recordista na apreensão de drogas em toda a

América Central em 2021.

Estabelecimento de Relações Bilaterais com a China

Entre as principais ações recentes de agenda externa do Panamá, destaca-se o rompimento de relações diplomáticas com Taiwan e o estabelecimento de relacionamento com a República Popular da China, em junho de 2017. Comentaristas destacaram, à época, a relevância geoestratégica do Istmo e de seu canal interoceânico no marco da Iniciativa da Rota da Seda. O Panamá foi o primeiro país latino-americano a incorporar-se ao projeto, em novembro de 2017. Consumado o estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais, mais de duas dezenas de acordos foram assinados entre China e Panamá em um ano. Os dois governos iniciaram, em junho de 2018, a negociação de um acordo bilateral de livre comércio.

A posse de Nito Cortizo trouxe inflexões, como reavaliação da proposta de tratado de livre comércio e recuo no projeto de conexão ferroviária entre a Cidade do Panamá e David, capital do distrito de Chiriqui. O projeto da quarta ponte sobre o Canal do Panamá, que seria desenvolvido por consórcio chinês, foi modificado, assim como os planos para grande obra de transmissão elétrica na costa caribenha.

Embora se identifique considerável arrefecimento na outrora prioritária relação, as autoridades panamenhas seguem declarando que as relações com a China têm importância estratégica. O país asiático tornou-se em 2020 o segundo maior usuário do Canal (mobilizando atualmente 22,1% da carga) e principal destino das exportações de cobre e concentrados. As vendas de carne bovina e frutas dão sinais positivos. A China presta relevante cooperação educacional e cultural, além de ter, durante a pandemia, realizado importantes doações de equipamentos e itens de proteção individual. Em segmentos empresariais, observa-se forte interesse em intensificar as relações econômico-comerciais.

Agenda Regional: Nicarágua e Venezuela

Nicarágua e Venezuela têm sido destacadas pela diplomacia panamenha como os dois casos de maior preocupação no âmbito regional. Em diversas instâncias, o país tem defendido atuação da comunidade internacional em busca de soluções realistas para os desafios na região. Perante a Assembleia-Geral nas Nações Unidas, o Presidente panamenho ressaltou que seu país quer ser uma ponte para unir as nações em busca de soluções comuns para desafios regionais e globais.

O Panamá tem manifestado grande preocupação com as prisões de líderes da oposição na Nicarágua e declarado que o povo nicaraguense merece eleições "livres, justas, confiáveis e transparentes". Após os Estados Unidos, o Panamá é o principal destino de trabalhadores da Nicarágua. As autoridades locais informaram da entrada

de 18.350 imigrantes nicaraguenses no período 2015-2019, número apenas inferior aos registrados para Venezuela e Colômbia. No entanto, esses dados não representam o número real de entradas, uma vez que muitos migrantes não têm situação regular no país.

O Panamá tem chamado atenção para a complexidade do cenário venezuelano, com questionamento sobre as diversas iniciativas paralelas e reiterado posição em favor de um retorno a um ambiente democrático no país, com a participação de todos os atores políticos venezuelanos. Em 5/01/21, o Panamá deixou de reconhecer Juan Guaidó como Presidente Encarregado da Venezuela, embora salientando que tal posição não deveria ser interpretada como reconhecimento da legitimidade do regime de Nicolás Maduro. Foram retiradas as credenciais da representante do Presidente Encarregado no Panamá, comunicada ao corpo diplomático no início de fevereiro.

ECONOMIA

Na campanha eleitoral, o Presidente Laurentino "Nito" Cortizo assumiu o compromisso de reativar a economia panamenha, gerar empregos, diminuir a desigualdade socioeconômica e adotar políticas mais robustas em saúde, educação, moradia, transporte, saneamento e desenvolvimento agropecuário.

Cortizo tem afirmado que privilegiará obras que melhorem as condições de vida no interior do país, em resposta à percepção que se consolidou de tratamento privilegiado para a Cidade do Panamá e a zona do Canal. Quanto aos produtores rurais, Cortizo favorece a retomada da campanha *“Panamá con orgullo consume lo tuyo”*, para a produção nacional.

O Panamá é um dos países com maior nível de desigualdade da América Latina, fenômeno estreitamente relacionado com os fortes desequilíbrios territoriais. A concentração do produto nacional na província do Panamá, que já existia antes do período de expansão econômica das últimas décadas, intensificou-se ainda mais desde então, acompanhada mais recentemente da província de Colón, devido à inauguração de uma grande mina de cobre (Projeto “Cobre Panamá”, da mineradora canadense *First Quantum*). Em termos de produto per capita, as províncias do Panamá e de Colón estão muito acima das demais.

Perfil da Economia Panamenha

A economia panamenha concentra-se no setor de serviços, responsável por 80% do PIB, com destaque para os segmentos de transporte marítimo e aéreo, serviços bancários, turismo, comunicações e comércio. O país possui, há alguns anos, a economia mais dinâmica da América Latina.

As atividades e fatores que mantiveram o crescimento econômico do país foram, entre outros, o movimento dos portos e aeroportos, a operação do Canal do Panamá, a construção civil e o investimento público. A baixíssima carga tributária constitui um dos principais fatores de atração de investimentos no país, assim como o baixo nível de endividamento estatal, ao redor de 40% do PIB. O Panamá enfrenta, contudo, desafios para manter o ritmo de investimentos. Embora a economia se mantenha como a que mais cresce na região, o aumento da dívida pública e do desemprego vêm preocupando as autoridades locais.

No que se refere ao comércio exterior, cabe destacar que o Panamá é um país importador líquido de bens de consumo, com escassa produção própria. O equilíbrio financeiro é mantido pela renda do canal e do sistema portuário, a qual, além de custear consumo, se reverte em investimento público e irrigação financeiro-bancária. Esse tipo de funcionamento com forte contraste entre a evolução da renda e da produção age para prevenir e matizar situações de crise nos setores econômicos que não se conectam diretamente com as atividades do Canal do Panamá.

Impactos Econômicos da Pandemia de Covid-19 e recuperação

Na América Latina e Caribe, a economia panamenha foi a terceira mais gravemente golpeada durante a pandemia, abaixo apenas de Barbados e Bahamas. Em 2020, a queda do PIB foi de 17,9%, enquanto o desemprego aumentou de 7,1% para 18,5%. No entanto, prognosticam-se boas taxas de recuperação para 2021 e 2022, respectivamente de 12% e de 8,2%, segundo estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Essas projeções convergem com números do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e da Fitch Ratings. O Panamá seria regionalmente superado apenas pela Guiana (16%). A Cepal também projeta para 2021 redução da taxa de desemprego, que ficaria em 12%. Trata-se de perspectiva alentadora, embora insuficiente para recuperação da atividade aos níveis anteriores à pandemia.

No segundo trimestre de 2021, registrou-se crescimento de 40,4% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado decorre, entre outros fatores, do lançamento de mais de 20 projetos de obras públicas, destinados à recuperação de estradas, parques e praças, melhoria de escolas e outras instalações.

Os indicadores de desempenho no segundo trimestre de 2021 revelam grandes variações por setores de atividade. Na liderança, despontaram as atividades de mineração (crescimento de 728,3%) e da construção (489,5%), sobretudo de obras públicas e residenciais beneficiadas com taxas de juros preferenciais. Por outro lado, os setores de transporte, armazenamento e comunicações, de maior peso na

composição do PIB, tiveram crescimento mais moderado, de 29,8%. As operações do Canal do Panamá, dos portos e do transporte aéreo (de carga), e o setor de telecomunicações foram os que tiveram menor contração em 2020.

É relevante assinalar que o setor exportador panamenho, puxado pelas vendas de cobre e concentrados, teve desempenho fora dos padrões de crise. Entre janeiro e agosto de 2021, as vendas externas tiveram aumento de 111%, com liderança de embarques para o mercado chinês (32% do total exportado). Nesse movimento, registrou-se crescimento das exportações para o Brasil em 2020 e 2021, igualmente estimuladas por cobre e concentrados. A Zona Livre de Colón teve desempenho positivo, ainda que insuficiente para recuperar níveis anteriores à pandemia.

O Canal do Panamá

Inaugurado em 1914, o Canal foi administrado pelos Estados Unidos até 1999. Os principais usuários do Canal são EUA, China, UE, Chile, Japão, Coreia do Sul, Equador, Colômbia, Peru e México. Em junho de 2016 foi inaugurada obra de ampliação que, ao custo de US\$ 5,3 bilhões, passou a permitir o trânsito de navios do tipo Post Panamax de até 13 mil contêineres e 170 mil toneladas, contra 4,5 mil contêineres e 65 mil toneladas permitidos até então. Projeta-se que a obra deverá aumentar a parcela do comércio internacional que transita pelo país dos atuais 6% para cerca de 10% em um prazo de uma década.

A Autoridade do Canal do Panamá (ACP) pretende, com o objetivo de aumentar a competitividade do Canal, modificar tarifas de pedágio, em especial para navios porta-contêineres, e levantar medidas restritivas a trânsito noturno de navios de gás. Além disso, a ACP planeja ampliar a oferta de serviços, com a criação de um parque logístico, oferecer a concessão de um terminal *roll-on* e *roll-off* para o transbordo de automóveis, além de construir um terminal de gás liquefeito (GNL). Concomitantemente, dará continuidade à construção de um porto de contêineres em *Corozao Oeste*.

Setor Financeiro

Considerado um dos mais importantes centros financeiros da América Latina, o Panamá tem um segmento financeiro que conta com quase uma centena de instituições nacionais e estrangeiras e representa cerca de 10% do PIB do país. Ao longo de décadas o setor foi-se fortalecendo devido às facilidades legais oferecidas, às políticas governamentais de atração de agentes bancários, à sua privilegiada localização geográfica, à relativa estabilidade econômica e à economia dolarizada.

No entanto, os anos mais recentes trouxeram sérios desafios, em função dos

escândalos que abalaram o país, em particular os “Panamá Papers”, a Lista Clinton/Caso Waked e as revelações de corrupção/evasão/lavagem de dinheiro envolvendo grandes empresas, como a Odebrecht e a Siemens, com comprometimento da imagem internacional do país. Os reflexos foram severos no âmbito de foros como o Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia, com impacto muito desfavorável para o setor financeiro local.

Enquanto esteve pela primeira vez na lista do GAFI, de 2014 a 2016, deixaram o Panamá 72 sucursais bancárias. Em período de três anos, entre março de 2016 e março de 2019, foram fechados 12 bancos e abertos apenas 2. Entre 2016 e 2017, os ativos líquidos caíram de US\$ 5,6 bilhões para US\$ 4,6 bilhões. Recorda-se que, para um país dolarizado e sem um banco central que emita moeda, o fluxo de capitais estrangeiros é vital.

Foram mobilizados recursos e esforços, com alguns êxitos, como a retirada do país da lista do Conselho para Assuntos Econômicos e Financeiros (ECOFIN) – a exclusão do Panamá de lista de paraísos fiscais da EU – e a adoção de critérios no marco da OCDE, inclusive a adesão ao mecanismo de trocas automáticas de informações. Foi adotada, no início de 2019, legislação que criminaliza a evasão fiscal e a tipifica como precedente de lavagem de dinheiro. No entanto, essas medidas foram insuficientes para evitar a posterior volta do Panamá à lista cinza do GAFI e da União Europeia, permanecendo o desafio de melhorar a imagem do sistema bancário do país e levar adiante iniciativas de modernização e maior competitividade.

MAPA DO PANAMÁ



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Panamá
CAPITAL	Cidade do Panamá
TERRITÓRIO	74.340 km²
POPULAÇÃO (2020, WB)	4,315 milhões
IDIOMAS	Espanhol; inglês
RELIGIÕES	Católicos (85%); protestantes (15%)
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional, com 71 membros)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Laurentino “Nito” Cortizo (a partir de 01/07/2019)
CHANCELER	Erika Mouynes (dezembro de 2020)
PIB nominal (2020, BM)	US\$ 52,938 bilhões
PIB PPP (2020, BM)	US\$ 109,545 bilhões
PIB nominal per capita (2020, WB)	US\$ 12.269
PIB PPP per capita (2020, FMI)	US\$ 12.168
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	12%(out/2021), -17,9%(2020), 3%(2019), 3,9%(2018); 5,8% (2017); 6,3% (2016); 6% (2015)
IDH (2019)	0,815 (57º entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (WB, 2019)	78,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2016)	95,0%
UNIDADE MONETÁRIA	Balboa
EMBAIXADOR NA CIDADE DO PANAMÁ	Glivânia Maria de Oliveira
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Miguel H. Lecaro Bárcenas
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	4000 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Panamá	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan-out)
Intercâmbio	371,3	313,5	317,1	643,0	1.940,1	1.820,0	552,6	655,2
Exportações	361,9	304,7	308,6	633,0	1.926,2	1.810,0	428,3	538,1
Importações	9,4	8,8	8,5	10,0	13,9	13,0	124,3	117,1
Saldo	352,5	295,9	300,1	623	1.912,3	1.800,0	304,0	421,0

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PANAMÁ

1501	Descoberta do território que veio a ser o Panamá, por Rodrigo de Bastidas.
1519	Fundação da Cidade do Panamá, por Pedro Arias Dávila (“Pedrarias”).
1671	A Cidade do Panamá é atacada pelo pirata inglês Henry Morgan. A cidade é evacuada e consumida por incêndio.
1673	Reconstrução da Cidade do Panamá, a 2 quilômetros de seu sítio original.
1821	Independência da Espanha. Após alguns meses, o Panamá se incorpora à Grã-Colômbia, sob o nome de Departamento do Istmo.
1826	O Panamá sedia o Primeiro Congresso Interamericano, convocado por Simón Bolívar.
1848	A descoberta de ouro na Califórnia impulsiona o comércio na Cidade do Panamá, que passa a receber o fluxo de transbordo com destino à costa oeste dos EUA.
1855	Inauguração da primeira ferrovia ligando os dois oceanos que banham o Panamá.
1881	Início da construção do Canal do Panamá, pela <i>Compagnie Universelle du Canal Interocéanique</i> , fundada por De Lesseps.
1889	Falência da <i>Compagnie Universelle</i> e paralisação das obras de construção do Canal.
1899	Início da Guerra dos Mil Dias, guerra civil entre liberais e conservadores.
1902	Fim da Guerra dos Mil Dias.
1903	Assinatura do Tratado Herrán-Hay entre Estados Unidos e Colômbia para finalizar a construção do Canal. O Panamá torna-se independente, na condição de protetorado dos EUA.
1914	Término da construção do Canal do Panamá, pelos EUA. O Presidente Belisario Porras pleiteia pela primeira vez a assinatura de novo tratado sobre o Canal do Panamá.
1936	Assinatura do Tratado Arias-Roosevelt. O Panamá deixa de ser protetorado dos EUA.
1948	Criação da Zona Franca de Colón.
1955	A assinatura do Tratado Remón-Eisenhower, que prevê vantagens econômicas para o Panamá, pelo arrendamento do Canal.
1964	Protestos estudantis contra o hasteamento de bandeira dos EUA no Canal terminam com a morte de 21 pessoas após o Governador da

	Zona do Canal autorizar o uso de armas de fogo para pôr fim às manifestações.
1965	Firmada a Declaração Robles-Johnson, que abordou temas como a administração do Canal, sua exploração por nova rota e sua defesa.
1968	Golpe de Estado culmina com a tomada do poder pelo General Omar Torrijos.
1977	Assinatura dos Tratados do Canal do Panamá (Tratados Torrijos-Carter), que previam a entrega da administração Canal ao Panamá e o fechamento das bases militares dos EUA no país.
1981	O General Omar Torrijos morre em acidente aéreo.
1989	O general Manuel Noriega anula as eleições presidenciais realizadas e toma o poder. Invasão do Panamá pelos EUA, que depõem Noriega, alçando ao poder Guillermo Endara, ganhador das eleições presidenciais. Noriega é levado a julgamento nos EUA sob a acusação de tráfico internacional de drogas.
1992	Aprovação, em referendo nacional, de emenda constitucional que suprime o Exército.
1994	Ernesto Pérez Balladares é eleito Presidente.
1999	Mireya Moscoso vence as eleições e se torna primeira mulher a governar o Panamá. O Panamá assume controle total do Canal do Panamá.
2004	Martín Torrijos, filho do General Omar Torrijos, é eleito Presidente.
2009	Ricardo Martinelli é eleito Presidente.
2014	Juan Carlos Varela é eleito Presidente.
2016	Conclusão das obras de ampliação do Canal do Panamá.
2019	Laurentino “Nito” Cortizo é eleito Presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-PANAMÁ

1904	Reconhecimento da independência do Panamá pelo Governo brasileiro
1907	Entrega de credenciais pelo primeiro representante brasileiro junto ao Governo do Panamá, residente em Havana.
1908	Nomeação do primeiro representante diplomático panamenho junto ao Governo brasileiro, Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, Presidente da República.
1944	Contingente do 1º Grupo de Caça da FAB permaneceu, de fevereiro a junho, em treinamento na Base de Aguadulce.
1947	Entrada em vigor do Convênio Cultural.
1954	Inauguração da Via Brasil, importante artéria na Cidade do Panamá.

1956	Participação do Presidente Juscelino Kubistchek na 1ª Reunião de Chefes de Estado da OEA, no Panamá
1989	Invasão do Panamá pelos EUA. O Governo brasileiro condenou o uso da força nas relações internacionais e reiterou apoio à soberania panamenha.
2000	Presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Cúpula Ibero-Americana, no Panamá. Assinatura do Acordo sobre Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826.
2001	Visita oficial da Presidente Mireya Moscoso ao Brasil.
2002	Viagem oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Panamá.
2003	Celebração do Centenário da Independência do Panamá. O Senador Eduardo Suplicy representou o Senhor Presidente da República. Visita de Martín Torrijos, então candidato à Presidência, ao Brasil.
2004	Posse do Presidente Martín Torrijos. O Vice-Presidente José Alencar representou o Senhor Presidente da República. Martín Torrijos visita o Brasil duas vezes: como Presidente Eleito e, após sua posse, como convidado à Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto. Assinatura do acordo Embraer-Copa para aquisição de 10 aeronaves EMB-190 com opção de compra de 20 adicionais.
2006	Viagem do Ministro Luiz Fernando Furlan ao Panamá, liderando missão empresarial.
2007	Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, em maio. Viagem do Presidente Lula da Silva ao Panamá, em agosto.
2008	Missão parlamentar brasileira ao Panamá, chefiada pelo Senador Heráclito Fortes. Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, quando da realização da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, em dezembro, na Costa do Sauípe.
2009	Em junho, Ricardo Martinelli, ainda na condição de Presidente Eleito, realizou sua única visita ao Brasil, encontrando-se com o então Presidente Lula da Silva. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge representou o Senhor Presidente da República na cerimônia de posse do PR Ricardo Martinelli. A delegação foi composta por numeroso grupo de empresários brasileiros, que participaram de Rodada de Negócios com a presença de 73 empresas brasileiras e 128 panamenhas.
2010	Instalação da Embrapa Américas no Panamá, na Cidade do Saber.
2011	Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ao Panamá. Delegação do Congresso Nacional participa da 124ª Assembleia da

	União Interparlamentar.
2012	Viagem do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ao Panamá. O Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, visita o Parlamento Latino-Americano.
2013	O Panamá sedia a Cúpula Ibero-Americana, em outubro. O Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, participa do IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano
2014	O Panamá sedia o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em abril, com a presença dos Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos Transportes e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
2015	A Vice-Ministra das Relações Exteriores do Panamá, María Luisa Navarro, compareceu às cerimônias de posse da Presidente Dilma Rousseff. O Panamá sedia a VII Cúpula das Américas, em abril, com a presença da Presidente Dilma Rousseff.
2016	Em dezembro, a Embaixada do Brasil foi autorizada a criar a Câmara de Comércio Brasil-Panamá. Em dezembro, representantes dos MPs dos dois países anunciaram entendimento relativo à assistência judiciária.
2018	Em março de 2018, os Chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantiveram encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo.
2019	A Ministra Damare Alves representou o Presidente Jair Bolsonaro por ocasião da posse de Nito Cortizo
2020	I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Panamá
2021	O Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, reuniu-se com a Ministra Erika Mouynes à margem da posse do presidente do Peru, Pedro Castillo.

QUADRO DE ACORDOS

Título do Acordo	Dt. Celebração	Status	Dt. Promulg	Dt. Expiração	Dt. Denúncia
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio ao Projeto de Hortas Escolares, Familiares e Comunitárias – PHEFC – do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Reforço na Área de Sanidade Vegetal do Ministério do Desenvolvimento Agropecuário – Mida - do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio à Diversificação Agrícola dos Cultivos de Soja, Cenoura e Cana-de-Açúcar em Regiões Tropicais do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Manejo Sanitário e Reprodutivo na Atividade Leiteira”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente entre Brasil e Panamá	10/04/2008	Em Vigor	05/05/2008		

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre a Luta Contra a Fome e a Pobreza e a Promoção da Proteção Social	10/08/2007	Em Vigor	21/08/2007		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Estabelecer Força-Tarefa na Área de Biocombustíveis	10/08/2007	Expirado	21/08/2007	10/08/2013	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Assistência Técnica na Área de Genética Bovina"	10/08/2007	Em Vigor	21/08/2007		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/08/2007	Em Vigor	03/11/2011		
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Combate da Dengue"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Combate à Hantavirose"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Sistema de Informações em Saúde"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Implementação de Bancos de Leite no Panamá"	25/05/2007	Em Vigor	05/06/2007		

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Programa Executivo do Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	04/06/2007		
Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	15/07/2009		
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Superado			
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.	13/09/2005	Em Vigor	26/09/2005		
Declaração Conjunta	06/03/2002	Em Vigor			
Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Bancos da República do Panamá	21/08/2001	Expirado		21/08/2004	
Memorando de Entendimento ente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e Unidad de Análisis Financiero - UAF Concernente à Cooperação na troca de Informações Financeiras Relativas ao Combate à Lavagem de Dinheiro	21/08/2001	Em Vigor			
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Secretaria Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação da República do Panamá sobre Cooperação Científica e Tecnológica em Áreas Prioritárias.	21/08/2001	Em Vigor			
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área da Educação.	21/08/2001	Expirado	01/02/2002	21/08/2004	
Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	21/08/2001	Em Vigor	11/11/2005		
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá no Campo da Luta Contra o Crime Organizado	21/08/2001	Em Vigor	27/06/2006		

Acordo, por troca de Notas, relativas à Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826	13/11/2000	Em Vigor	07/12/2000		
Acordo entre o Governo da República do Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, por troca de Notas, sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Consulares, Oficiais e Especiais ou Equivalentes.	10/04/2000	Em Vigor	24/04/2000		
Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	10/04/2000	Em Vigor	24/04/2000		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	10/04/2000	Em Vigor	12/09/2002		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	10/04/2000	Em Vigor	17/01/2002		
Memorando de Entendimento para a Execução do Programa de Cooperação Técnica no Campo Energético entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo República do Panamá	26/03/1985	Em Vigor	01/07/1996		
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá.	09/04/1981	Em Vigor	02/03/1983		
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	26/02/1980	Em Vigor	26/02/1980		
Memorando de Entendimento Brasil-Panamá.	11/09/1979	Em Vigor			
Convênio sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	10/08/1972	Em Vigor	04/12/1972		
Convênio sobre Marcas de Indústria e de Comércio e Privilégios de Invenção entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Panamá.	19/08/1948	Superado			
Acordo Administrativo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais, por via Comum e Aérea.	09/01/1947	Denunciado	19/02/1947		26/02/1951
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá.	06/03/1944	Em Vigor	15/05/1947		

Convenção de Arbitragem entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Panamá.	01/05/1909	Denunciado			
--	------------	------------	--	--	--

EMBAIXADA DO BRASIL NO PANAMÁ**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADORA GLIVÂNIA MARIA DE OLIVEIRA**

Transmito, a seguir, relatório de gestão, referente ao período compreendido entre dez/21 e nov/21.

a) CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. Ao apresentar esta primeira versão simplificada e ostensiva do relatório de gestão, desejo, em primeiro lugar, registrar agradecimentos pela oportunidade de dar continuidade ao trabalho de meus antecessores, em prol do fortalecimento da relação bilateral e da promoção dos interesses brasileiros no Panamá, com o apoio e a imprescindível orientação da Secretaria de Estado (SERE). Cumpre-me registrar especial agradecimento pelo momento promissor nas relações bilaterais, para o qual muito contribuíram os contatos entre os Presidentes Jair Bolsonaro e Nito Cortizo, assim como a fluida interlocução entre Vossa Excelência e sua contraparte panamenha, a chanceler Erika Mouynes. Tampouco posso deixar de destacar meu reconhecimento aos colegas da SERE e aos colaboradores no Posto pelo apoio na agenda de trabalho.

3. No período, a crise deflagrada pela pandemia alterou a dinâmica de trabalho e exigiu redefinição de objetivos mais imediatos. O governo panamenho decretou longas fases de quarentena e toques de recolher, tendo a Embaixada atuado de forma remota, com atividades presenciais circunscritas a tarefas emergenciais, como a emissão de documentos e a prestação de assistência a nacionais. Nesse contexto, menciono o desafio representado pela contratação e coordenação de voos humanitários de repatriação de nacionais no Panamá e em países da região centro-americana e caribenha. Muito agradeço o decisivo apoio da SERE, dos colegas chefes de missão na região e da equipe da Embaixada no Panamá.

4. Poucos dias antes da decretação de emergência nacional no Panamá, em março de 2020, foi feita a transferência da Embaixada para novas instalações. Em paralelo, concluí-se a reforma do próprio nacional que abriga a Residência Oficial. Sem prejuízo de futuras medidas de aprimoramento, a Residência Oficial e a Embaixada hoje atendem a contento as necessidades de representação do Brasil no Panamá.

5. O cumprimento das múltiplas e crescentes tarefas da Embaixada não teria sido possível sem o apoio e a dedicação da atual equipe e de colegas que se encontravam no Posto quando de minha chegada. Registro o profissionalismo e a capacidade de trabalho da equipe, que hoje inclui três diplomatas (ministra de segunda classe, conselheiro e segunda secretária), três assistentes de chancelaria e dois assistentes administrativos. Adicionalmente, contei com a valiosa colaboração de quinze contratados locais. A todos sou genuinamente agradecida.

b) RELAÇÕES BILATERAIS

6. As relações Brasil-Panamá atravessam fase auspiciosa, com o avanço em novas frentes de trabalho e retomada de agendas iniciadas no primeiro ano de gestão. Realizou-se, em novembro

de 2020, a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas em nível de vice-chanceleres. O encontro virtual teve como anfitrião o então vice-chanceler do Panamá, Federico Alfaro. Pelo lado brasileiro, presidiu a delegação o embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas. Objetivo prioritário de minha gestão, a reunião ativou mecanismo acordado em 2000, e permitiu diálogo construtivo sobre um conjunto de temas bilaterais, regionais e multilaterais de interesse dos dois países. Acordou-se a continuidade do exercício, com a previsão de que a II Reunião de Consultas Políticas tenha o Brasil como anfitrião.

7. Nos últimos meses, abriu-se nova frente de cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação, com decisivo impulso de Vossa Excelência. Há promissoras perspectivas de retomada de programa de cooperação técnica bilateral, com a previsão de visita ao Panamá do diretor da Agência Brasileira de Cooperação, embaixador Ruy Pereira, no final de novembro. Espera-se que possa ser acordado novo programa para o período 2022-2024, voltando o Brasil a ocupar posição de relevo em área prioritária para o governo panamenho. A Embaixada também apoiou recentes visitas de entidades ligadas ao setor agropecuário brasileiro dispostas a cooperar em ações de capacitação e treinamento, tendo como foco melhoramento genético, pecuária de precisão, melhoria de sementes, entre outras. A esse respeito, recordo o papel da cooperação brasileira na formação de agrônomos e veterinários panamenhos ao longo de décadas, o que favoreceu o intercâmbio comercial nesse segmento e posicionou o Brasil como país de referência para o Panamá.

8. Menciono ainda a visita ao Panamá, em dezembro de 2019, do então secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos, embaixador Norberto Moretti. A visita ocorreu no contexto da Expologística, importante iniciativa da Câmara de Comércio, Indústrias e Agricultura do Panamá (CCIAP), com apoio do governo, que teve o Brasil como país homenageado. Na mesma época, também aqui estive o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, acompanhado de expressiva delegação. Nesse contexto, destaco as oportunidades de interlocução com autoridades panamenhas em alto nível, em esforço permanente de intensificação das relações bilaterais.

9. Os contatos interparlamentares merecem menção específica. Ocorreram avanços relevantes, com decisiva colaboração dos integrantes do Grupo Parlamentar do Brasil junto ao Parlamento Latino-Americano (PARLATINO), aos quais transmito sinceros agradecimentos na pessoa do presidente do Grupo, senador Antônio Anastasia, cujo apoio a esforços nessa área foi constante ao longo de minha gestão. Sou também muito agradecida à senadora Kátia Abreu, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CREDN) e vice-presidente do Grupo Parlamentar do Brasil no Parlatino, que aqui estive em 2019. Em outubro de 2019, o Senado Federal estabeleceu o Grupo Parlamentar Brasil-Panamá. Recordo ainda, pelo lado brasileiro, o Grupo Interparlamentar da Câmara dos Deputados, cujo presidente, deputado Bibó Nunes, teve a satisfação de receber no Panamá em 2019. A Assembleia Nacional do Panamá criou o Grupo Interparlamentar de Amizade com o Brasil, em fevereiro de 2021.

10. Como pude testemunhar, o ótimo relacionamento bilateral, construído ao longo de 117 anos de relações diplomáticas, tem rico potencial de aprofundamento em várias frentes. Na sociedade e nos meios empresariais, acadêmicos, culturais, entre outros, mantém-se a histórica receptividade ao Brasil. Para além das relações bilaterais, o aprofundamento do diálogo político-diplomático gera benefícios na interlocução sobre assuntos regionais e globais que são de interesse do Brasil e

nos quais a diplomacia panamenha vem buscando projetar-se. Refiro-me, entre outros, a temas como migrações, meio ambiente, direitos humanos, saúde, direitos da mulher, fortalecimento da democracia e resolução de crises em países da região, como a Venezuela e a Nicarágua. A diplomacia panamenha busca, de maneira determinada, espaços em organismos regionais e multilaterais, de que é exemplo o número elevado de candidaturas lançadas. No plano multilateral, o Panamá hoje tem, entre outros, assento no Conselho Econômico e Social (ECOSOC), no Conselho Executivo da Organização Marítima Internacional (IMO) e, em 2022, iniciará mandato na Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres. Para o biênio 2025-2026, lançou candidatura ao Conselho de Segurança (CSNU). Essa lista não-exaustiva de foros regionais e internacionais oferece espaços de colaboração, que cabe incentivar à luz das prioridades da política externa brasileira.

11. Menciono ainda duas iniciativas recentes que não puderam avançar durante minha gestão: a proposta de negociação de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e o convite formulado pelo MERCOSUL para início de diálogo exploratório sobre um acordo de livre comércio. A parte panamenha argumentou não estar atualmente em condições de levar adiante os exercícios propostos. Avalio que o fortalecimento do diálogo bilateral e uma maior aproximação entre setores empresariais poderão eventualmente gerar incentivos à reconsideração dessas propostas.

c) PANAMÁ

Contexto Político

12. O Panamá é uma república presidencialista, com Poder Legislativo unicameral, exercido pela Assembleia Nacional. Realiza eleições gerais a cada cinco anos, em turno único. O cargo de presidente não permite reeleição imediata. A alternância no poder é característica marcante da estável democracia panamenha. Desde a redemocratização, não se registrou um único caso de recondução do mesmo partido à Presidência na eleição imediatamente posterior. As últimas eleições foram realizadas em maio de 2019. Além da Presidência, foram disputadas vagas de deputados (são 71, no total), deputados do Parlamento Centro-Americano (20), prefeituras (81) e representantes de unidades administrativas chamadas "corregimientos" (67).

13. Em 2019, saiu-se vitorioso na corrida presidencial o candidato Laurentino "Nito" Cortizo Cohen, do Partido Revolucionário Democrático (PRD), que também obteve folgada maioria na Assembleia Nacional, em aliança com o partido minoritário Molirena (35 assentos para o PRD e 5 para o Molirena). O partido ganhador, o PRD, é um dos mais tradicionais do país, criado em 1979 durante o governo de Omar Torrijos (1968-1981). A plataforma de governo segue o perfil mais nacionalista que se costuma associar ao PRD, cujas políticas sociais e legado de recuperação do Canal do Panamá têm profundas raízes na política panamenha. O partido conta com maior número de afiliados (cerca de 600 mil, em população estimada em 4.3 milhões) e é dotado de capilaridade em todo o território nacional.

14. O presidente tomou posse (01/07/19) com o compromisso de conquistar a "sexta fronteira", através do combate à pobreza e à desigualdade. A "sexta fronteira" remete à máxima de Omar Torrijos, que associou a recuperação do Canal do Panamá à conquista da "quinta fronteira". Cortizo comprometeu-se com a promoção da transparência, o combate à corrupção e a realização da

reforma da Constituição (de 1972, com emendas). Deu início a iniciativas para modernizar o arcabouço normativo na economia: lei de parceria público-privadas, legislação de fomento ao setor agropecuário, criação de regime especial para estabelecimento de empresas multinacionais do setor de manufaturas. Também fortaleceu programas sociais, com foco na melhoria do sistema educacional e no desenvolvimento de programa de alimentação escolar ("estudiar sin hambre"), que teve, entre suas inspirações, a experiência brasileira. Estabeleceu novo marco legal para compras governamentais, introduziu políticas públicas em favor do setor agropecuário e propôs ao Legislativo mudança institucional na área de controle das importações de alimentos.

15. No primeiro ano de governo, o presidente submeteu à Assembleia Nacional projeto de reforma constitucional, que acabou sendo retirado em função de fortes reações em setores da sociedade. No final de 2020, lançou processo de consultas em nível nacional para colher da sociedade os elementos de um novo consenso, o chamado "Pacto do Bicentenário-Cerrando Brechas". O resultado desse exercício deverá ser divulgado no final de novembro, no marco das comemorações do Bicentenário da Independência. A segunda metade do mandato presidencial requererá esforços adicionais em matéria de institucionalidade e governança, em ambiente de grandes desafios de reativação econômica. As últimas pesquisas sobre o presidente Cortizo são fortemente influenciadas pelos efeitos da pandemia. Em set./21, a desaprovação de seu desempenho foi de 65%; a aprovação caiu para 31%; 82% dos pesquisados consideraram que o governo não estaria em condições de resolver os problemas nacionais. Outra pesquisa indicou que as principais preocupações da população são a situação econômica e o desemprego, acima da pandemia (24,5%) e da corrupção (8,2%).

Gestão da Pandemia e Impactos Sociais

16. Em paralelo aos esforços para contratação de vacinas (Pfizer, AstraZeneca e Mecanismo Covax) desde o início da pandemia, dois elementos fundamentais da política de enfrentamento à pandemia foram a adoção de duras medidas de isolamento social e fechamento de órgãos públicos e privados, acompanhadas do lançamento de programa de assistência emergencial. Segundo dados oficiais, o programa alcançou mais de um terço da população. Apesar das elevadas taxas de crescimento nas últimas décadas e de ter chegado à condição de país de renda média, o Panamá convive com uma das maiores taxas de desigualdade no mundo, com fortes desequilíbrios territoriais. A situação é especialmente desafiadora nas comarcas indígenas, que representam cerca de 12% da população e cobrem 22% do território nacional.

17. Conforme me coube relatar, o lançamento do programa chamado "Panamá Solidário" ocorreu cerca de duas semanas após o registro do primeiro caso de covid-19 no país. Com queda de arrecadação em 2020, o financiamento do programa de auxílio emergencial e atenção a outras demandas urgentes, como a aquisição de vacinas, medicamentos, equipamentos e construção de hospital, implicaram pressões orçamentárias que persistem e terão de ser equacionadas. O Panamá Solidário segue em vigor, com ajustes e redução do número de beneficiários, em função da paulatina retomada das atividades econômicas e da reativação dos contratos de trabalho. O governo enfrentou questionamentos relativos a compras e obras quando o país se deparava com perspectiva de gravíssima carência de leitos e UTIs. Recorreu a profissionais de saúde de outros países, especialmente de Cuba. Houve críticas ao rigor dos protocolos sanitários, cuja implementação se deu com o emprego de forças de segurança pública.

18. Apesar de não ter havido colapso do sistema hospitalar, a pandemia golpeou fortemente o Panamá. Até 31/10/21, acumulavam-se 473 mil casos, o que corresponde a cerca de 11% da população. Na mesma data, registrava-se acumulado de 7.317 óbitos (em torno de 1.5% de mortalidade). Na América Central e Caribe, o Panamá foi o país mais atingido, embora hoje desponte com os melhores indicadores regionais. O governo comemorava, em 31/10, o fato de contar com mais de 77.5% da população-alvo totalmente imunizada, com incidência pequena de novos casos. Recentemente o Panamá doou cerca de 244 mil doses à Nicarágua, através da Organização Panamericana de Saúde (OPAS).

Economia

19. O atual mandatário foi eleito com o compromisso de reativar a economia, gerar empregos e priorizar a inclusão social. Ao mesmo tempo, previa impulsionar o setor mais moderno da economia por meio da atração de investimentos diretos, da promoção das exportações e da reativação do centro bancário internacional. Os planos incluíam o lançamento de vigorosa campanha pela melhoria da imagem internacional do país, iniciativas legislativas para alinhar a normativa panamenha com padrões internacionais, bem como a adoção de leis para estimular parcerias público-privadas e atrair capital externo para o desenvolvimento do setor de manufaturas, inclusive no setor agroindustrial.

20. Nito Cortizo prometeu privilegiar forte agenda de atenção ao interior do país, em contraposição ao alegado favorecimento da Cidade do Panamá e da "Zona do Canal" que se atribuía ao governo anterior. O apoio aos produtores rurais é umas das principais marcas da atual administração, apesar da pouca expressão da atividade no produto nacional (cerca de 2.3%). A economia panamenha concentra-se no setor de serviços (70% do PIB), com destaque para os segmentos de transporte marítimo e aéreo, logística, serviços bancários, bens e imóveis, comunicações e comércio. O hub aéreo do Aeroporto de Tocumen e a empresa Copa Airlines têm também papel muito importante. O Canal do Panamá é crucial na economia panamenha, com sustentado perfil de crescimento desde a conclusão das obras de ampliação, em 2016. Os benefícios de maior dinamismo na via interoceânica espraiam-se para o segmento de logística e outros *clusters* relacionados.

21. Ao contrário do Canal, o setor bancário, que tradicionalmente teve papel de relevo na economia (cerca de 10% do PIB), sofreu abalos nos últimos anos. Foi debilitado por escândalos como o vazamento dos "Panama Papers" e a revelação de práticas de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão. Os reflexos em foros como o GAFI, a OCDE e a União Europeia foram severos. A exemplo de seu antecessor, o atual presidente lidera determinado esforço internacional para melhorar a imagem internacional do país e sair das listas de monitoramento e vigilância. Para um país dolarizado e sem um banco central que emita moeda, o fluxo de capitais estrangeiros é vital. O recente vazamento dos chamados "Pandora Papers" trouxe desafios adicionais.

22. Ademais da contribuição da via interoceânica, do "hub" aéreo e do setor financeiro, é amplamente reconhecido que os grandes investimentos governamentais em infraestrutura foram fator preponderante do crescimento ímpar do país nas últimas duas décadas. Ao final do governo Varela, em 2019, acenava-se com a perspectiva de continuidade da política de elevados investimentos em infraestrutura, com presença crescente da China. Com a mudança de governo,

foi sinalizado que o país passaria a favorecer obras de menor dimensão e de maior distribuição territorial. Após tomar posse, Cortizo também lançou iniciativas de criação de novos regimes e zonas livres. Além das três principais Zonas Econômicas Especiais/ZEE (Zona Livre de Colón, Panamá Pacífico e Ciudad del Saber), o país já conta com 10 zonas francas ativas, tendo sido criadas 5 novas áreas durante a pandemia, com foco na pesca e na agroindústria.

23. Na América Latina e Caribe, a economia panamenha foi a terceira mais gravemente golpeada durante a pandemia, abaixo apenas de Barbados e Bahamas. Em 2020, a queda do PIB foi de 17,9%; o desemprego cresceu de 7,1% para 18,5%. No entanto, prognosticam-se boas taxas de recuperação para 2021 e 2022, respectivamente de 12% e de 8,2%, segundo estudo da Cepal. O Panamá seria regionalmente superado apenas pela Guiana (16%). A Cepal projeta para 2021 redução da taxa de desemprego, que ficaria em 12%. As taxas ainda seriam insuficientes para recuperação da atividade aos níveis anteriores à pandemia. O desempenho no segundo trimestre de 2021 foi positivo, mas com grandes variações por setores de atividade. Na liderança, estão as atividades de mineração (crescimento de 728,3%) e da construção (489,5%), sobretudo de obras públicas e residenciais beneficiadas com taxas de juros preferenciais. O setor exportador panamenho, puxado pelas vendas de cobre e concentrados, teve desempenho fora dos padrões de crise, com crescimento de 111% (jan-ago/21).

24. Em razão da queda de arrecadação e das necessidades de financiamento de novas obras públicas e do programa de assistência emergencial, que possivelmente será mantido até 2022, ao menos em parte, alguns analistas questionam a sustentabilidade fiscal do país. Segundo a Cepal, o déficit do setor público não-financeiro estaria entre 6,5 e 7%, bem acima dos 3,3% do governo anterior. Desde a posse de Nito Cortizo, mesmo antes da pandemia, houve tendência de elevação do endividamento externo, com três lançamentos de títulos no mercado internacional. O investimento externo direto (IED) caiu significativamente nos últimos dois anos. Face a esses desafios, sobressai o empenho do governo em atrair IED.

Comércio Exterior

25. O Panamá é importador líquido de bens de consumo, com escassa produção própria. Bens de capital e equipamentos também dependem essencialmente do mercado externo. Historicamente, as exportações são pouco expressivas e o país apresenta déficit estrutural na balança comercial, atenuado, nos últimos dois anos, pelas exportações do setor de mineração, sobretudo de cobre e concentrados. O país possui doze reservas de metais preciosos e não preciosos comprovadas e uma das maiores concentrações de jazidas de cobre por km² do mundo, sendo o terceiro maior produtor da América Latina, após Chile e Peru. Entre 2014 e 2018, o déficit médio anual foi de US\$ 12 bilhões. Com as vendas de produtos da mineração, a redução do déficit foi de 50%.

26. Entre janeiro e agosto de 2021, as exportações do Panamá (excluindo-se a ZLC) alcançaram US\$ 2,26 bilhões. Os produtos da mineração representaram 79,7% da pauta. Os principais destinos das exportações panamenhas foram: China (32,14%), Japão (13,03%), Coreia do Sul (10,24%), Espanha (8,86%), Alemanha (5,18%), Índia (4,8%) Estados Unidos (4,04%), Brasil (3,85%), e Países Baixos (3,47%). O comércio exterior panamenho é movimentado também por outro importante ator: a Zona Livre de Colón, que é responsável por gerar 20 mil empregos diretos e aportar de 5 a 7% ao PIB. As exportações da ZLC cresceram 26,8% no primeiro semestre de 2021.

27. No mesmo período, as importações panamenhas (excluindo-se a ZLC) totalizaram US\$ 7,14 bilhões, com aumento de 38,9% em relação ao ano anterior. Em série histórica, observa-se, contudo, que houve redução média de 6,7% das importações no período 2016-2020, o que coincide com a fase de desaceleração do crescimento econômico. Os principais fornecedores foram EUA (26,1%); China (11,09%); México (5,06%); Costa Rica (4,26%) e Colômbia (3,2%). O Brasil representou 1,69%.

Tratados de Comércio e Investimentos

28. O Panamá conta atualmente com 20 acordos comerciais, sendo membro da OMC desde 1997. Mantém Tratado de Promoção Comercial com os EUA (2012) e TLCs com Taiwan (2004), Singapura (2006), Chile (2008), Peru (2012), Canadá (2013), México (2015), Israel (2020) e Coreia do Sul (2021), além dos protocolos bilaterais do TLC com a América Central. O país tem ainda acordos de alcance parcial com República Dominicana (1987); Colômbia (1995); Cuba (2009) e Trinidad e Tobago (2016), além de fazer parte dos acordos da América Central com a União Europeia (2013) e a EFTA (2014). Em função do Brexit, foi negociado instrumento específico entre o Reino Unido e a América Central. O Panamá assinou TLC com a Colômbia em 2013, mas o tratado não foi ratificado em função de disputas relacionadas a tarifas sobre mercadorias procedentes da Zona Livre de Colón.

29. Após o estabelecimento das relações diplomáticas, em 2017, o Panamá deu início a acelerado processo negociador de um TLC com a China. Entretanto, logo no início do governo Cortizo (2019), foi anunciado que o processo seria reavaliado. Desde então, têm ocorrido alguns avanços em protocolos sanitários e fitossanitários e habilitações de exportadores panamenhos, sem novos desdobramentos em relação à iniciativa de um TLC.

Investimentos

30. O Panamá mantém os seguintes acordos bilaterais de investimentos: Suíça (1985); França (1985); Reino Unido (1985); Alemanha (1989); EUA (1991); Canadá (1998); Argentina (1998); Espanha (1998); Cuba (1999); Chile (1999); República Checa (2000); Uruguai (2001); Países Baixos (2001); Coreia (2002); República Dominicana (2006); México (2006); Ucrânia (2007); Suécia (2008); Itália (2010); Finlândia (2010) e Catar (2011), segundo informações disponíveis na base de dados da OEA.

Política Externa

31. A política externa panamenha orienta-se por forte viés internacionalista. Além das raízes históricas dessa opção, é oportuno lembrar a presença marcante de agências e programas das Nações Unidas no país. São mais de 30 organizações. Às agências do sistema das Nações Unidas juntam-se representações de entidades não-governamentais, bem como mais de 170 empresas multinacionais. A posição geoestratégica e a oferta de um importante "hub" aéreo conferem vantagens que o país tem procurado aproveitar. Aspecto importante a salientar é o papel exercido pelos escritórios das organizações da ONU e dos bancos regionais, como o Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID) e a Cooperação Andina de Fomento (CAF), no apoio ao desenvolvimento e ao financiamento de políticas públicas.

32. Entre os temas que atualmente têm destaque na política externa estão os fluxos migratórios pelas Américas (que têm forte impacto no país); a agenda ambiental e de combate à mudança do clima, com presença expressiva de delegação chefiada pelo presidente Cortizo na COP26; o incentivo à cooperação internacional para consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, prevenção e assistência humanitária em situações de desastres naturais, acesso à saúde e vacinas, e direitos da mulher.

33. Na questão migratória, relatei a intensificação de iniciativas da diplomacia panamenha para dar mais visibilidade e estimular o envolvimento dos países que compõem a rota rumo à América do Norte na busca de soluções. O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos França, participou do Diálogo de Chanceleres organizado pela chanceler do Panamá em agosto último, no qual estiveram presentes seus homólogos de Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, o vice-chanceler do Peru e representantes do Canadá e dos Estados Unidos. Em discurso na AGNU (set/21), o presidente Cortizo alertou para o aumento do fluxo e conclamou a comunidade internacional a fazer, o mais rápido possível, esforço conjunto para evitar uma crise humanitária regional de graves proporções.

34. Na questão ambiental e de mudança do clima, informei sobre a participação de robusta delegação na Conferência do Clima (COP26), com a liderança do presidente Nito Cortizo. Em Glasgow, o Panamá procurou reforçar a imagem de um país comprometido com a pauta ambiental em seus diversos aspectos, com destaque para sua posição como um dos três países carbono-negativo no mundo, junto com Butão e Suriname. Destacou também avanços na agenda 30/30 de proteção dos oceanos e enfatizou a necessidade de cooperação internacional e recursos adicionais para financiar ações que permitam efetivamente alcançar as metas de redução das emissões. Anfitrião da conferência "Our Ocean, Our Connection", em 2023, o Panamá divulgou medidas de ampliação da área protegida da cadeia montanhosa submarina de Coiba (Oceano Pacífico), em parceria conjunta com Colômbia, Costa Rica e Equador.

Agendas bilaterais e temas regionais

35. Cerca de sessenta países têm embaixadas residentes e consulados no Panamá. A interlocução do governo local com o corpo diplomático é fluida e as agendas naturalmente refletem a densidade dos vínculos e interesses recíprocos. Comentarei as agendas bilaterais com maior incidência na movimentação diplomática panamenha.

Estados Unidos

36. De qualquer ótica que se avalie, a relação com os Estados Unidos tem papel central nas ações externas do Panamá. Trata-se do segundo maior investidor no país (US\$ 9,13 bilhões e presença de mais de 200 empresas, em 2019), principal usuário do Canal (78,5% da carga e 68% do trânsito de embarcações), primeiro parceiro comercial e fonte de cooperação em saúde, educação, meio ambiente e segurança, entre outras áreas. A robusta agenda vem dando sinais de intensificação. O governo panamenho já ressalta suas afinidades com a administração Biden em temas como meio

ambiente, direitos humanos, direitos da mulher, inclusão social e fortalecimento da economia de mercado. A atração de novos investimentos norte-americanos tem alta prioridade.

37. Relatei, durante minha gestão, visitas de número expressivo de autoridades norte-americanas dos governos Trump e Biden. A tecnologia 5G também é outro tema importante na pauta. O Panamá esteve entre os três primeiros países selecionados para rodada de conversações em torno da iniciativa "Build Back Better World". Recentemente, foi anunciada a designação de nova Embaixadora dos EUA, Mari Carmen Aponte. Trata-se de desdobramento importante, após quase quatro anos de sucessivas encarregaturas de negócios. Há avanços na cooperação bilateral para aprimorar normas e práticas no combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento ao terrorismo, à corrupção e a outros delitos internacionais associados.

38. O presidente Cortizo já esteve três vezes nos EUA desde a posse, para participar da Assembleia Geral e de encontros com setores empresariais, sempre com foco em geração de negócios e atração de investimentos. A chanceler mantém dinâmica interlocução nos EUA e, em setembro último, teve muitos encontros em Nova York e Washington, inclusive no Senado e na Câmara de Representantes.

China

39. Em junho de 2017, o Panamá estabeleceu relações diplomáticas com a China. Comentaristas destacaram, à época, o significado da decisão para os interesses chineses na região, não apenas em função do dinamismo econômico panamenho e da sólida relação econômico-comercial já existente entre os dois países, mas sobretudo em função da relevância geoestratégica do Istmo e de seu canal interoceânico no marco da Iniciativa da Rota da Seda. O Panamá foi o primeiro país latino-americano a incorporar-se ao projeto (nov/17).

40. Em dois anos, foram assinados 47 instrumentos bilaterais em distintas áreas. Foram lançadas negociações de um acordo de livre comércio. A posse de Nito Cortizo trouxe inflexões, como reavaliação do TLC e recuo no projeto de conexão ferroviária entre a Cidade do Panamá e David, cujo estudo de viabilidade tinha sido desenvolvido com recursos não-reembolsáveis chineses. Houve ainda mudanças no projeto da quarta ponte sobre o Canal do Panamá e os planos para grande obra de transmissão elétrica na costa caribenha. Desde então, não ocorreram eventos de alto nível, à exceção da XIII Cúpula Empresarial entre a China e a América Latina-Caribe (ChinaLac), em dez/2019.

41. As autoridades panamenhas declaram que as relações com a China têm importância estratégica. O país asiático tornou-se em 2020 o segundo maior usuário do Canal (22,1% da carga) e principal destino das exportações de cobre e concentrados. As vendas de carne bovina e frutas dão sinais positivos. A China presta relevante cooperação educacional e cultural, além de ter, durante a pandemia, realizado importantes doações de equipamentos e itens de proteção individual. Em segmentos empresariais, observa-se forte interesse em intensificar as relações econômico-comerciais.

União Europeia e outros países da Europa

42. A União Europeia desenvolve no Panamá agenda dinâmica nas áreas de cooperação, meio ambiente, direitos humanos e temas relacionados à agenda de governança, combate à corrupção e transparência em matéria financeira e fiscal. Um tema desafiador é a continuada presença do Panamá na lista de países não-cooperantes em matéria fiscal. A União Europeia avalia que o regime fiscal panamenho é pernicioso em função, entre outros fatores, da baixa taxa impositiva e alegada insuficiência no quesito transparência. Uma das principais metas do Panamá é lograr saída da lista da UE, bem como das listas do GAFI e do Foro Global de Troca de Informações Tributárias da OCDE. Medidas de alteração do marco normativo interno têm sido adotadas, mas são ainda consideradas insuficientes.

43. No marco das relações com a Europa, relatei visita da chanceler Erika Mouynes a Espanha, Bélgica e Liechtenstein em junho de 2021. A agenda com autoridades da União Europeia, na mesma viagem, foi expressiva. Foi assinado Memorando de Entendimento (MdE) com a UE para estabelecer consultas sobre temas bilaterais, regionais e bi-regionais. Na Espanha, a agenda foi robusta e incluiu assinatura de MdE sobre consultas políticas bilaterais anuais.

44. Além da agenda com os países europeus acima indicados, transmitti relatos sobre a evolução das relações com outros países do continente representados no Panamá, entre os quais França, Portugal e Rússia. No início de minha gestão, o Panamá foi sede da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), tendo recebido, além do Sumo Pontífice, o presidente Marcelo Rabelo de Sousa, de Portugal, país que sediará a próxima JMJ. A França tem expressiva atuação na área cultural e educacional no Panamá, além de serem relevantes na agenda bilateral questões relacionadas a transparência e cooperação em matéria fiscal. O presidente Cortizo conversou com seu homólogo francês durante a Conferência do Clima em Glasgow (COP26). Sobre a Rússia, registrei encontro bilateral em Nova York, à margem da AGNU, entre a chanceler Mouynes e Sergey Lavrov.

45. Além dos europeus, registro agenda relevante com o Canadá, que é importante parceiro comercial e o terceiro maior investidor, com destaque para a área de mineração, e tem importante presença em temas de cooperação e assistência humanitária.

Países asiáticos

46. Transmitti também informações sobre países asiáticos representados na capital panamenha. O Japão, que foi visitado pelo presidente Cortizo em out./2019, é o terceiro maior usuário do Canal do Panamá. Tem expressão local em ações de cooperação em temas ambientais e é fonte de financiamento para grandes projetos, como a terceira linha do Metrô. Com a Coreia do Sul, entrou em vigor Tratado de Livre Comércio em mar/21, notando-se ainda a presença crescente de empresas sul-coreanas e ações de cooperação bilateral e assistência humanitária. Com a Índia, o comércio bilateral é modesto, mas há interesse do Panamá em atrair investimentos, com a perspectiva de realização de missão oficial ao país asiático em 2022.

Agendas Regionais

47. Em âmbito latino-americano e caribenho, relatei as iniciativas do ex-presidente Varela, no primeiro semestre de 2019, e acompanhei a agenda de Nito Cortizo em âmbito regional. A posse presidencial, em 01/07/19, contou com a presença de 99 delegações estrangeiras. No caso de

Bolívia, Colômbia, Guatemala, Honduras, Peru e República Dominicana, compareceram os presidentes. Argentina, Costa Rica, El Salvador e Paraguai foram representados em nível de vice-presidentes. A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, foi representante do presidente Jair Bolsonaro. Desde que assumiu o governo, o mandatário panamenho fez visitas oficiais, na região, à Colômbia, ao México e à Guatemala. Por outro lado, recebeu seus homólogos guatemalteco (na condição de presidente-eleito), colombiano, costarricense e dominicano.

48. A agenda de compromissos internacionais foi comprometida pela crise sanitária. O presidente Cortizo participou remotamente da XXVII Cúpula Ibero-americana, realizada em Andorra, em abril de 2021. A representação panamenha em cerimônias de posse de novos mandatários na região esteve a cargo do ex-presidente Martin Torrijos (Bolívia) e da chanceler Erika Mouynes (Equador, Peru). Mouynes foi também a representante do Panamá em recentes Cúpulas da Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC) e do Sistema de Integração Centro-americana (SICA).

México

49. O México foi destino da primeira viagem bilateral de Nito Cortizo, em outubro de 2019. Esteve acompanhado de delegação ministerial robusta. Além de conversações sobre temas da agenda regional, inclusive fluxos migratórios, foram alcançados entendimentos em projetos de cooperação em desenvolvimento agropecuário, aquisição e oferta de medicamentos, intercâmbio acadêmico, pesquisa marinha e manejo de recursos hídricos. Pouco antes, o vice-presidente Gabriel Carrizo havia liderado missão empresarial ao México. Identificam-se orientações convergentes em políticas públicas e no plano internacional. Durante visita para participar de encontro ministerial da CELAC (jul/21), a chanceler panamenha assinou acordo de Associação Estratégica com seu homólogo, Marcelo Ebrard.

50. O fortalecimento do intercâmbio econômico-comercial é meta importante da associação estratégica. São expressivos os interesses bilaterais em comércio e investimentos entre os dois países. O México era, em 2018, o sétimo maior investidor externo. O México é o 5º maior parceiro comercial do Panamá e está entre os principais fornecedores da Zona Livre de Colón. Desde 2015, está em vigor o Tratado de Livre Comércio. O México foi, no ano fiscal de 2021, o sexto maior usuário do Canal do Panamá.

Colômbia

51. O presidente Cortizo fez visita oficial à Colômbia em novembro de 2019, com representativa delegação governamental e empresarial. Na ocasião, criou-se Gabinete binacional (a exemplo do que foi instituído com a Costa Rica) para diálogo político e coordenação de políticas públicas. Foram assinados acordos em segurança, migrações, cultura, turismo, investimento, economia, indústrias criativas e fortalecimento da democracia e da paz na região. Tomou-se ainda a decisão de reativar a Comissão Binacional de Fronteiras (Combifron) e as reuniões de altos comandos militares e policiais.

52. A densidade da agenda e o tamanho da delegação da visita de 2019 refletem a elevada importância da relação bilateral. A Colômbia é o principal investidor, com 16.6% do IED no país. No Panamá, residem cerca de 120 mil colombianos em situação regular. Estimava-se, antes da

pandemia, que a população flutuante de nacionais da Colômbia aqui alcançasse 400 mil pessoas ao ano. Quando da visita a Bogotá, o mandatário panamenho declarou que o relacionamento bilateral não podia ficar "sequestrado por tensões". Dois temas sensíveis diziam respeito a divergências sobre tarifas aplicadas pela Colômbia a reexportações de calçados e tecidos da ZLC e as pendências, já superadas, na ativação, pelo Panamá, de mecanismo de troca de informações financeiras e tributárias no âmbito da OCDE.

53. Em período recente, tem havido forte interação na questão dos fluxos de migrantes pela fronteira binacional, com frequentes encontros entre as Chancelarias e as forças de segurança. É considerada prioritária a cooperação para manter fluxo seguro e ordenado de migrantes, bem como para combater organizações criminais que atuam na região. Nesse sentido, foi desdobramento relevante o acordo bilateral para estabelecer fluxo diário de migrantes que cruzam a fronteira através da selva do Darién.

Costa Rica

54. Com cerca de 360 km de fronteira e sendo rota de acesso panamenho à América Central e suprimento de boa parte das importações locais procedentes da região, a Costa Rica tem evidente relevância para a política externa panamenha. Nos planos regional e multilateral, os dois países têm afinidades em pautas relativas a direitos humanos, meio ambiente, respeito ao direito internacional e institucionalidade democrática, entre outras. Na área ambiental, cooperam em iniciativas como a ampliação do corredor da Cordilheira submarina de Coiba/ilhas Coco.

55. Durante minha gestão, relatei os resultados das duas visitas do presidente da Costa Rica ao Panamá, a mais recente em marco tripartite com a República Dominicana. Em agosto de 2019, decidiu-se criar Gabinete Ministerial binacional, com o mandato de trabalhar em eixos temáticos para fortalecer o diálogo e a coordenação de políticas. O presidente Cortizo ainda não visitou a Costa Rica. Na questão dos fluxos migratórios rumo aos Estados Unidos e ao Canadá, a cooperação bilateral é fundamental.

56. Sobre as relações com a Costa Rica, relatei desafios durante a pandemia relacionadas ao fechamento temporário, pela Costa Rica, de posto fronteiriço na Rodovia Panamericana; à remoção inadvertida de marcos de fronteira por empresa costarricense e a desafios esporádicos no trânsito de migrantes, inclusive de nicaraguenses que trabalhavam no Panamá e buscavam retornar a seu país. Em 2020, o Panamá suspendeu a entrada de produtos cárneos e lácteos produzidos por 26 estabelecimentos exportadores da Costa Rica. Na sequência, anunciou-se decisão da Costa Rica de impor bloqueio técnico a exportações de lácteos panamenhos. O tema foi levado à OMC. A Costa Rica respondia, em 2019, por 2,5% das exportações panamenhas e 3,66% das importações. Os investimentos bilaterais representavam 1,9% do IED no Panamá. A balança comercial é deficitária para o Panamá, se excluídas as transações através da Zona Livre de Colón. A Costa Rica é importante usuária da ZLC, sendo o primeiro destino das reexportações (8,3%).

Outros Países da ALC

57. Entre os sul-americanos, registro a atuação na capital panamenha de Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Quando da saída de Evo Morales, o Panamá manifestou solidariedade ao povo boliviano, que instou a cessar os atos de violência e a respeitar o estado de direito, a ordem constitucional e a institucionalidade democrática. Manteve relações normais com Jeanine Anez. Após as eleições, cumprimentou o presidente Luis Arce e enviou o ex-presidente Martin Torrijos à posse. A chanceler compareceu às posses presidenciais no Equador e no Peru. Antes da posse de Pedro Castillo, realizou-se missão empresarial ao Peru, liderada pelo Ministério de Comércio e Indústrias. O Peru é o 18º investidor no Panamá e 7º usuário do Canal. As relações com o Chile são relevantes. Além de acordo bilateral de livre comércio, registro que o Chile é importante usuário do Canal do Panamá (5º lugar). Em 2013, o Panamá tornou-se membro observador e candidato à Aliança do Pacífico.

58. As relações com a Argentina transcorrem normalmente, com diálogos bilaterais e iniciativas de cooperação técnica e educacional. No âmbito da COP 26, Cortizo manteve reunião bilateral com o presidente Alberto Fernández. A Argentina é o 6º investidor da América do Sul no Panamá. As relações com o Uruguai e o Paraguai seguem padrão de fluida interlocução bilateral. Em âmbito centro-americano e caribenho, recorro ao histórico de tradicionais relações com Cuba, que presta cooperação técnica, educacional e na área de saúde (inclusive com profissionais médicos e de enfermagem durante a pandemia), além de ser importante usuário da Zona Livre de Colón. Observa-se dinamização da agenda com El Salvador em iniciativas econômico-comerciais, de cooperação técnica e segurança pública. Cortizo compareceu à posse do guatemalteco Alejandro Giammattei (jan/20), ocasião em que se reuniu com o salvadorenho Nayib Bukele.

Aliança Panamá-Costa Rica-República Dominicana

59. Em outubro último, o presidente Laurentino Cortizo recebeu os presidentes da Costa Rica, Carlos Alvarado, e da República Dominicana, Luís Abinader, para reunião da Aliança para o Fortalecimento da Institucionalidade Democrática. Entre outros temas, os mandatários fizeram chamado à região e aos Estados Unidos por uma abordagem integral e imediata do tema migratório e da situação no Haiti (maioria dos migrantes da rota hemisférica). Sobre a Nicarágua, reiteraram profunda preocupação face à crítica situação política e à deterioração dos direitos humanos pela não-observância das garantias individuais. A Aliança terá seu próximo encontro na República Dominicana, em dezembro de 2021.

Nicarágua

60. A Nicarágua e a Venezuela têm sido destacadas pela diplomacia panamenha como os dois casos de maior preocupação no âmbito regional. Em diversas instâncias, o país tem defendido atuação da comunidade internacional em busca de soluções realistas para os desafios na região. Perante a AGNU, o mandatário ressaltou que o Panamá quer ser uma ponte para unir as nações em busca de soluções comuns para desafios regionais e globais.

61. O Panamá é tradicional destino de trabalhadores da Nicarágua. Cenários de instabilidade política e crise socioeconômica estão no centro das inquietações, pelo estímulo que possam trazer à elevação do fluxo migratório em direção ao Istmo. Logo após as eleições de 7/11/21, o Panamá

emitiu nota em que rechaçou as condições excludentes do processo eleitoral, as violações sistemáticas de direitos humanos e a prisão de líderes políticos e sociais. Lamentou que as eleições não cumpriram com as garantias mínimas e reiterou apelo à libertação dos detidos e à retomada da via democrática. Segundo a chanceler Mouynes, a região não pode "permitir outra Venezuela".

Venezuela

62. Em janeiro de 2021, a Chancelaria emitiu nota para comunicar que deixava de reconhecer Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela. Argumentou que sua posição guardava estrita relação com as circunstâncias da complexa crise venezuelana, por um lado, e os princípios do direito internacional, por outro. Ressaltou que tal posição não implicava reconhecimento da legitimidade do regime de Nicolás Maduro. As credenciais da representante de Guaidó foram retiradas na sequência.

63. Quando da posse do presidente Cortizo, comentaristas locais indagavam sobre a possibilidade de mudanças em relação à posição do governo Varela. O Panamá seguiu participando do Grupo de Lima, mas aderiu ao Grupo Internacional de Contato (jul/19), manifestando-se pela busca de solução negociada, no marco do direito internacional, em favor de uma solução pacífica e democrática para a situação venezuelana, através de eleições livres. O Panamá costuma destacar a complexidade do cenário venezuelano, com questionamento sobre as diversas iniciativas paralelas. Advoga retorno a um ambiente democrático no país, com a participação de todos os atores políticos venezuelanos.

64. Além da evolução no plano diplomático, informei, durante minha gestão, sobre outros aspectos das relações Panamá-Venezuela. Com a crise, o Panamá passou a receber contingentes crescentes de venezuelanos, hoje estimados em 122 mil, segundo o ACNUR. No passado, a Venezuela chegou a ocupar a terceira posição em aplicações no sistema bancário local (12%) e tinha presença expressiva em investimentos nos setores de construção civil, negócios imobiliários, bancos, logística, turismo, educação e comunicações. Na Zona Livre de Colón, respondia por 30% das reexportações em 2013, perdendo posição gradualmente e tornando-se um dos principais fatores da queda no dinamismo da ZLC.

d) BRASIL-PANAMÁ

Relações Comerciais e Investimentos Brasil-Panamá

65. Durante minha gestão, empenhei esforços para conferir maior densidade ao relacionamento entre o Brasil e o Panamá no plano econômico-comercial. No primeiro ano, procurei intensificar a interação com atores panamenhos, como o Ministério de Comércio e Indústrias (MICI), a Câmara de Comércio, Indústrias e Agricultura (CCIAP), a Agência de Promoção de Exportações (ProPanamá) e a Associação Panamenha de Executivos de Empresa (APEDE). Apoiei a Câmara de Investimentos e Comércio Brasil-Panamá (CICBP), que tinha sido constituída em maio de 2018 e buscava estreitar vínculos e gerar oportunidades de negócios com o mercado panamenho. O Brasil esteve representado com estande próprio nas três principais feiras realizadas na capital panamenha em 2019: ExpoComer, considerada a maioria feira multisetorial da América Central e Caribe; a ExpoTurismo; e a ExpoLogística, que se realizou paralelamente a evento de grande

dimensão entre a China e América Latina-Caribe, a denominada ChinaLac. A APEX-Brasil esteve presente na ChinaLac.

66. O Brasil foi o país homenageado da ExpoLogística 2019 e o então secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (SCAEC), embaixador Norberto Moretti, foi o orador principal do evento de abertura. Na ocasião, além de contato com o vice-presidente da República do Panamá, Gabriel Carrizo, que acompanhou a inauguração do estande brasileiro, o embaixador Moretti reuniu-se com o ministro encarregado da Atração de Investimentos e com vice-ministros de Relações Exteriores e de Comércio e Indústrias. O encontro entre o SCAEC e o vice-ministro de Comércio e Indústrias levou a entendimento sobre a criação de Grupo Técnico sobre comércio e investimentos, para exame de temas específicos pendentes e análise de iniciativas de incentivo a uma maior aproximação econômico-comercial.

67. Em paralelo à ExpoLogística, a Embaixada apoiou a Câmara de Investimentos e Comércio Brasil-Panamá (CICBP) na organização do seminário "Brazil Global Connection", com a participação de entidades panamenhas. Pelo lado brasileiro, participaram empresários e representantes da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), do Porto de Suape e de associações como a Federação das Indústrias de Tocantins (FIETO) e a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), além dos Secretários de Agricultura e Pecuária do Tocantins e da Bahia. A iniciativa da CICBP coincidiu com a visita ao Panamá de delegação liderada pelo governador de Pernambuco, Paulo Câmara. Acompanhei o governador em reuniões no Canal do Panamá, na Autoridade de Turismo, na Copa Airlines, no Ministério de Segurança Pública e em outras entidades locais. Examinaram-se possibilidades de incentivo ao turismo e ao comércio bilateral, aproximação com o Canal do Panamá e cooperação na capacitação de práticos e pessoal das forças de segurança.

68. A pandemia impôs desaceleração da agenda. Feiras importantes, como a ExpoComer, a ExpoTurismo e a ExpoLogística, foram adiadas. O SECOM passou a concentrar-se em atividades virtuais e também cuidou da contratação de pioneiro guia sobre "Como Exportar para o Panamá" e de três estudos de mercados específicos (móveis; porcelanatos/materiais de construção; e vinhos, espumantes e bebidas à base de uva). Prevê-se o lançamento dessas publicações no começo de 2022, com programa de seminários e encontros para estimular negócios nessas áreas. O calendário de feiras do Panamá ainda ensaia retomada, com previsão da próxima ExpoComer apenas em março de 2022.

69. Durante minha gestão, procurei também dar andamento a pedidos de estabelecimentos exportadores de produtos cárneos termoprocessados, tema que se encontra na agenda desde 2015/2016, bem como a outras solicitações relacionadas à habilitação de exportadores brasileiros e à atualização de formulários e certificados. Registraram-se os seguintes avanços: a) quatro exportadores brasileiros de sêmen e embriões bovino e/ou caprino foram habilitados; b) outros três exportadores foram preliminarmente aprovados, estando próxima a habilitação definitiva; e c) foi aprovada proposta atualizada de modelo de CZI para exportação de sêmen de ovinos e caprinos. Segue na pauta a questão da habilitação de cinco exportadores de carnes termoprocessadas. Duas lograram obter habilitação.

70. No caso do segmento de produtos alimentícios, a substituição da Autoridade Panamenha de Segurança de Alimentos (AUPSA) pela Agência Panamenha de Alimentos (APA) implicou prazos mais longos na tramitação dos processos, em cenário agravado com a suspensão de inspeções durante a pandemia. Ciente da relevância do tema, desde minha chegada ao Posto iniciei gestões junto a autoridades locais. Com a entrada em operação da nova agência APA (01/10/21), estão sendo retomados esforços.

Balança Comercial

71. O comércio bilateral, estruturalmente favorável ao Brasil, registrou elevação constante entre 2003 e 2008, tendência que foi interrompida em 2009 em função da crise internacional. De 2010 a 2019, oscilou entre anos de crescimento e retração. A análise da série histórica indica picos específicos (2010-13), associados à presença de construtoras brasileiras que estimularam a importação de maquinários, equipamentos pesados e materiais para a construção civil. Outro momento relevante ocorreu em 2017/18, com a importação de frota de ônibus urbanos produzidos pela Marcopolo, com chassis da Volvo, além de turbinas para aeronaves da Embraer, então operadas pela Copa Airlines.

72. O quadro de assimetria começou a ser alterado em 2020, com exponencial aumento das exportações panamenhas de cobre e concentrados ao Brasil (superior a 2500%). O Brasil passou a ocupar, em 2021, o 8º lugar entre os principais destinos das exportações panamenhas. Até agosto, o total exportado pelo Panamá ao Brasil foi de US\$ 87,3 milhões, com aumento de 45,7%. Em 2020, as exportações totalizaram US\$ 128,2 milhões, em comparação aos US\$ 4,9 milhões de 2019 e aos US\$ 8,1 milhões de 2018. Se excluído o cobre e seus concentrados (83,9% da pauta), os principais produtos panamenhos enviados ao Brasil são despojos de alumínio (9,74%), peixes congelados (3,09%); e despojos de fundição, ferro ou aço (1,23%).

73. No sentido contrário, as importações panamenhas procedentes do Brasil totalizaram US\$ 121,5 milhões em 2020, ficando o país em 9º lugar entre os fornecedores do Panamá, atrás de EUA, China, México, Costa Rica, Colômbia, Guatemala, Espanha e Japão. Em 2021, as importações também dão sinais de que estariam operando em alta (48,5%). No entanto, o volume de compras do Brasil ainda não recuperou as cifras de 2019 (US\$ 197,5 milhões) e 2018 (US\$ 243,9 milhões). Entre as principais mercadorias importadas atualmente estão maquinário para impressão (7,37%); ladrilhos e placas/lajes (5,93%); partes de máquinas para peneirar/separar terras, pedras, minérios e outras substâncias minerais sólidas (4,21%); elevadores de ação contínua para mercadorias (4,2%); álcool etílico não desnaturado (4,2%); e medicamentos contendo compostos nitrogenados (3,55%).

74. Há amplo potencial para ampliação das trocas bilaterais. O Panamá é um país com níveis de produção, agrícolas e industriais, muito abaixo das necessidades de consumo. A proximidade geográfica, as afinidades culturais e a ótima relação bilateral, entre outros fatores, favorecem ampliação da presença brasileira no mercado interno e eventual utilização do Istmo como plataforma de acesso a outros mercados da região.

Investimentos bilaterais

75. Em 2019, o estoque de investimentos do Brasil era de US\$ 428 milhões, com fluxo positivo de cerca de 22 milhões, revertendo tendência negativa dos dois anos anteriores. Dados do Banco Central do Brasil, de 2017, indicavam grande concentração dos investimentos brasileiros em atividades financeiras, seguros e serviços relacionados. A base de dados do BC também registra investimentos do Panamá no Brasil no valor de US\$ 1,2 bilhões, em 2017. Os principais segmentos são atividades imobiliárias, comércio e reparação de veículos, construção e indústrias de transformação.

76. A Embaixada registra atualmente a presença no Panamá das seguintes empresas de origem brasileira: AB Inbev/Cerveceria Nacional; Banco Itaú (filial do Itaú Colômbia); J Safra Asset; International Meal Company; Furukae Industrial S.A. (Zona Livre de Colón); Innovapharma, S.A. (centro de distribuição regional); Tramontina; TIVIT (soluções tecnológicas); MV Sistemas (inovação e gestão em saúde); Stefanini Group (automatização e tecnologia); e Born Animal Biotechnology (tecnologia e reprodução bovina).

77. Além da Odebrecht, que teve sua presença no Panamá sensivelmente reduzida, registro a descontinuidade de operações de outras empresas brasileiras no Panamá, por fatores diversos. Nos últimos anos, encerraram atividades os escritórios da Ananda International Products, da Sadia S.A., da Eletrobrás, do Banco do Brasil e da Embraer. Recordo que a empresa Copa Airlines adquiriu da empresa brasileira, a partir de 2004, total de 14 aeronaves E-190, utilizadas até a pandemia, quando foi anunciada a venda à australiana Alliance Airlines. Ainda sobre a Embraer, assinalo que a Embaixada acompanhou recentemente o Diretor para a América Latina do Departamento de Defesa e Segurança em contatos locais. A aeronave presidencial panamenha é um Embraer EMB-135 BJ Legacy 600, fabricado em 2008 e adquirido em 2009.

Canal do Panamá e Escoamento de Exportações Brasileiras

78. O uso do Canal do Panamá para escoamento de exportações brasileiras para mercados da costa oeste dos EUA e asiáticos, em particular para a China, tem estado na agenda de entidades brasileiras como a Associação Brasileira dos Exportadores de Soja (Aprosoja) e os Portos do Itaqui e de Suape, cujos representantes visitaram o Panamá em anos recentes. Além destes, também estiveram no Panamá em 2019 representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Tão logo iniciei minha gestão, busquei interlocução com autoridades do Canal do Panamá. Reuni-me, no início de 2019, com o então administrador do Canal, Jorge Quijano, a quem transmiti considerações sobre os benefícios que, de uma perspectiva estratégica, poderiam resultar a construção de uma convergência que tornasse economicamente viável a utilização da via interoceânica. Em setembro de 2019, assumiu um novo administrador, Ricaurte Vásquez, com quem estive quando da visita do governador de Pernambuco, Paulo Câmara, ao Panamá. Além dos contatos na própria administração, procurei suscitar o tema com outros integrantes da Junta Diretora da entidade, entre os quais o atual secretário-executivo e ex-Presidente do Parlatino, Elias Castillo.

79. Nesses contatos, recordei as dimensões da produção brasileira de grãos, cujo escoamento, através do Panamá, poderia ser de interesse mútuo. Mencionei os portos localizados na região Norte e Nordeste, alguns dos quais, como Itaqui e Suape, em condições de operar com embarcações do tipo "neopanamax". Assinalo que seria importante reconsiderar a precificação

dos pedágios. Os altos valores tornam antieconômica a opção pelo Canal do Panamá, motivo que explica a inexpressiva utilização da via por graneleiros com exportações brasileiras. Apoiei esforços da Aprosoja e dos Porto de Itaqui e Suape, que assinaram memorandos de entendimento com a Administração do Canal (ACP) para diálogo e troca de informações em nível técnico.

80. Trata-se de esforço de longo prazo. A ACP alega dificuldades de alterar estrutura de pedágios. Conta com demanda segura dos principais usuários do Canal. A pandemia não abalou as operações do Canal. Não obstante, registro desdobramento recente que poderá indicar alguma abertura à retomada do tema. O Canal solicitou apoio da Embaixada no levantamento de dados acerca das exportações de grãos do Brasil e sua respectiva cadeia de abastecimento, por instrução da Junta Diretora do Canal. Com o recente aumento dos custos na indústria marítima, a ACP estaria avaliando novas linhas de atuação. A Embaixada vem mantendo contato com interlocutor do Canal.

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

81. Em atenção a recente demanda apresentada ao Chanceler Carlos França pela Chanceler Mouyner, o Posto passou a atuar na identificação de possibilidades de cooperação bilateral nessa área. Como passo inicial, visitei o secretário nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do Panamá e diretores de outras entidades governamentais e não-governamentais ligadas ao ecossistema de inovação panamenho. Em paralelo, foi elaborado mapeamento do ecossistema local. Foram definidas iniciativas de curto e médio prazo que deverão compor o programa de cooperação com o Panamá. Estão previstas, para os próximos meses, as seguintes ações:

i) Ida ao Brasil de missão técnica integrada por 20 panamenhos com atuação profissional relevante nos principais órgãos envolvidos em C, T&I, para programa de capacitação a ser oferecido pela Associação Nacional Promotora de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) em São José dos Campos e Recife (05/12/21 a 15/12/21). A iniciativa foi desenvolvida pelo DPTEC, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação. Trata-se de iniciativa com potencial multiplicador no ecossistema local;

ii) Visita do secretário nacional de C, T&I do Panamá, Dr. Eduardo Ortega-Barría. O programa da visita está em discussão, com previsão de que seja realizada no início de 2022. O Professor Ortega-Barría lidera projeto para instalação no Panamá, em 2023, do Centro Regional de Inovação de Vacinas e Biofármacos (CRIVB), "hub" farmacêutico voltado para a América Central e Caribe. Tem interesse em buscar a cooperação brasileira nessa área, o que oferece oportunidade relevante no plano bilateral.

iii) Aproximação entre a Apex-Brasil e a Agência Panamenha de Atração de Investimentos e Promoção de Exportações (ProPanamá). O interesse prioritário panamenho é a cooperação em iniciativas de inovação em economia digital/e-commerce. As duas agências negociam atualmente um Memorando de Entendimento, com perspectiva de assinatura até o início de 2022. Foi acordado com a ProPanamá cronograma para realização de "webinars" sobre os ecossistemas de inovação dos dois países. A diretora da Agência sinalizou intenção de organizar missão empresarial ao Brasil, em 2022.

Cooperação Técnica

82. A cooperação técnica Brasil-Panamá tem histórico de experiências exitosas, com iniciativas nas áreas de saúde, agricultura /pecuária e proteção social, entre outras. Escritório da Embrapa chegou a funcionar no Panamá (entre 2010 e 2014), com missão de alcance sub-regional. Quando assumi a Embaixada, os projetos do programa de cooperação tinham cumprido seu ciclo de execução, o que recomendava avaliar o momento oportuno para contatos sobre a estruturação de um novo programa bilateral. Após a posse no novo governo em julho de 2019, iniciei interlocução com a Chancelaria e outras instituições, como o Ministério da Saúde.

83. Colhi manifestações de apreço e interesse pela cooperação brasileira. Em agosto de 2019, a diretora de Cooperação Internacional foi recebida pelo diretor da ABC em Brasília, embaixador Ruy Pereira, ocasião em que acordaram convocar reunião do Grupo de Trabalho Bilateral. A crise sanitária retardou o processo, que foi tratado na 1ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em novembro de 2020. Na ocasião, a Embaixada já havia compartilhado com a ABC as demandas prioritárias panamenhas, conforme indicadas a seguir:

- (a) desenvolvimento rural, com iniciativas para fomento do agronegócio e programas sociais para a agricultura familiar;
- (b) preservação do patrimônio histórico, à luz da experiência do IPHAN na recuperação do Centro Histórico de Salvador, Bahia;
- (c) direitos de pessoas com deficiência;
- (d) capacitação de carreiras técnicas;
- (e) cooperação em saúde, com ênfase na retomada do projeto de bancos de leite humano.

84. Além de visita do diretor da ABC ao Panamá, prevê-se missão técnica multidisciplinar no primeiro semestre de 2022, para negociar termos de referência de projetos e iniciativas concretas. Trata-se de perspectiva muito positiva, que permitirá ao Brasil recuperar presença em frente prioritária para o governo panamenho.

Outras iniciativas de cooperação

85. Duas importantes missões de representantes do setor agropecuário brasileiro ocorreram recentemente. Aqui estiveram os diretores do Instituto Daniel Franco (Uberaba-MG) e do Grupo Adir (Nova Crixás-GO). Com o apoio do Instituto de Inovação e Pesquisa Agropecuária do Panamá (IDIAP), a Embaixada organizou programa de encontros com instituições panamenhas, inclusive com visitas de campo a fazendas-modelo e laboratórios de pesquisa agrícola. Os visitantes foram recebidos pelos presidentes da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Nacional e do Grupo de Amizade Interparlamentar Brasil-Panamá, bem como por outros deputados com interesse no setor agropecuário. Acompanhei o diretor do Grupo Adir a encontro com o ministro de Desenvolvimento Agropecuário (MIDA), que sinalizou claro interesse em convênio assinado com o IDIAP durante a visita.

Assistência Humanitária

86. No final de 2020, o Panamá foi severamente afetado por inundações e deslizamentos de terra provocados pela passagem dos Furacões Eta e Iota. Em tempestiva resposta a pedido do governo local, a Agência Brasileira de Cooperação fez contribuição, a título de cooperação humanitária, de US\$ 25.000, para aquisição de itens emergenciais. O gesto humanitário, amplamente divulgado, foi muito apreciado pelas autoridades panamenhas.

87. Ainda no terreno da assistência emergencial, cabe mencionar o Centro Logístico Regional de Assistência Humanitária (CLRAH), inaugurado em 2018 com a finalidade de consolidar o Panamá como "hub" para operações de assistência humanitária. Durante a pandemia, o CLRAH serviu de base para distribuição de mais de 100 toneladas de produtos emergenciais a trinta países da região. Está sob exame da ABC convite panamenho para que o Brasil se associe ao CLRAH, a exemplo de outros países que estabeleceram cooperação com o Centro, como Argentina, Chile e Coreia do Sul.

Serviços Consulares e Assistência a Brasileiros

88. Estima-se que o Panamá chegou a abrigar, antes do início da pandemia, cerca de 4,5 mil brasileiros, tendo esse número sofrido brusca contração a partir de março de 2020, quando muitos retornaram ao Brasil. Embora não se tenha o número exato de brasileiros que hoje vivem no país, pode-se inferir a dimensão da queda relativamente a 2019 pela redução no volume de serviços consulares, de quase 60%. O ano em curso aponta gradual retomada, mas ainda abaixo da média pré-pandemia. Quase toda a comunidade brasileira vive hoje em situação migratória regular, com empregos formais em empresas transnacionais sediadas no país, ou em organismos internacionais.

89. São raros os casos de brasileiros em situação de grave vulnerabilidade. Atualmente, dois nacionais cumprem penas em penitenciárias panamenhas. Os presos são regularmente entrevistados, por videoconferência, pelos agentes do setor consular, que acompanham a evolução jurídica dos casos. Tratado bilateral sobre transferência de pessoas condenadas prevê a possibilidade de que venham a cumprir parte da pena em território brasileiro, uma vez cumpridos os requisitos previstos no tratado.

90. O setor consular iniciou providências de preparação às eleições de 2022. O Posto está empenhando em garantir as condições materiais para sua realização e vem dando ampla divulgação ao material audiovisual produzido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em outubro de 2018, dos 1.057 eleitores aptos a votar nas duas seções eleitorais organizadas pela Embaixada, 58% compareceram às urnas em cada turno.

91. Segundo dados do Aeroporto de Tocumen, em 2019, 103 mil viajantes brasileiros utilizaram o hub regional panamenho para conexões de voos internacionais, muitos dos quais com destino aos EUA, México e República Dominicana. O número caiu drasticamente em 2020. Há sinais de gradual retomada. O plantão consular continua a tratar de demandas envolvendo problemas pontuais no aeroporto.

92. Tendo em conta a presença de nacionais e de estrangeiros com filhos brasileiros na rota migratória para a América do Norte, o Posto tem ocorrido aumento de casos de repatriação de crianças e adolescentes que perdem seus pais na perigosa travessia da fronteira entre Colômbia e

Panamá. Desde 2020, foram seis casos, dos quais três já resultaram em repatriação. Três outros menores aguardam retorno aos cuidados de familiares, com amparo, conforme seja necessário, em decisão judicial. O setor de assistência consular faz acompanhamento regular desses casos, em interlocução com o Itamaraty e familiares.

Voos de Repatriação

93. Em função da suspensão de voos comerciais decretada em função da pandemia, a Embaixada coordenou operações de fretamento de aeronaves para repatriação de nacionais no Panamá e outros países da região. Em exercício de estreita colaboração e decidido empenho da SERE e dos postos na região, nomeadamente Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, República Dominicana e Trinidad e Tobago, os dois primeiros voos foram realizados em 10 de abril de 2020, com escalas para recolher nacionais em todos os países acima mencionados. Em etapas subsequentes, de abril ao final de junho, apoiei contatos iniciais das Embaixadas no México, no Canadá e em Cuba para contratação de outros voos. Um terceiro voo coordenado pela Embaixada recolheu mais brasileiros que se encontravam no Panamá e na Costa Rica. As operações contaram com a imprescindível colaboração das autoridades panamenhas.

Cooperação Jurídica

94. A cooperação jurídica entre os dois países transcorre sem maiores obstáculos. Ao amparo de tratado bilateral de extradição, firmado em 2007 e em vigor desde 26/06/2010, pedidos do Ministério da Justiça e Segurança Pública às autoridades panamenhas resultaram, ao longo de 2021, na extradição de dois cidadãos estrangeiros acusados por crimes praticados no Brasil. Destaque-se, nesse campo de atuação, a efetiva coordenação mantida pela Polícia Federal com a Polícia Nacional do Panamá e com a Interpol. Além de extradições, a cooperação jurídica envolve o cumprimento de cartas rogatórias e, eventualmente, de oitiva de testemunhas arroladas em processos criminais sob exame do Judiciário brasileiro.

Cooperação Educacional

95. A cooperação educacional entre Brasil e Panamá é área tradicional nas relações bilaterais. O marco original do processo remonta a 1946, quando da assinatura de Convênio Cultural Brasil-Panamá, ainda em vigor. Em décadas subsequentes, considerável parcela de estudantes panamenhos passou a beneficiar-se do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Atualmente, os nacionais panamenhos também acessam as instituições de ensino superior brasileiras por meio do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC OEA/GCUB - "Becas Brasil") e programa da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). No sentido contrário, o Convênio de 1946 também faculta o acesso de brasileiros a universidades públicas panamenhas.

96. Outra importante frente de cooperação é possibilitada por escolas das Forças Armadas do Brasil. Tradicionalmente, os estudantes panamenhos são convidados a participar de processos seletivos das três Forças Armadas, nos seguintes programas: i) Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), da Marinha do Brasil; ii) Curso de Formação de Oficiais de Carreira da Linha de Ensino Militar Bélico para militares de Nações Amigas, do Exército; e iii)

Curso de Formação de Oficiais Aviadores - AFA e Curso de Formação de Sargentos-EEAR, da Força Aérea Brasileira.

97. Estima-se que o Brasil já acolheu entre 2 mil e 3 mil panamenhos, com maior concentração entre os anos 1960-80. Formaram-se gerações que ocuparam espaços importantes no governo, na academia e em atividades privadas, com o benefício da formação de vínculos e geração de oportunidades nas relações bilaterais. O leque de profissões é amplo, mas merecem destaque agronomia, veterinária, medicina, odontologia, administração, música, arquitetura e engenharias. Nos estamentos de segurança pública e nas atividades da área mercante, inclusive o Canal do Panamá, há expressiva presença de beneficiários da cooperação, inclusive em postos-chave de direção. Com o apoio do Departamento Cultural do Itamaraty, a Embaixada iniciará proximamente projeto de recuperação da memória da cooperação educacional, com a colaboração de instituições panamenhas.

98. Dada a importância da cooperação educacional, que a todos os títulos reputo estratégica como ação de política externa, empenhei esforços de continuidade e ampliação da presença do Panamá nos programas oferecidos. Trata-se de área que é de interesse prioritário do governo panamenho. Um fator limitante está relacionado aos custos de manutenção no Brasil. Com vistas a contornar essa dificuldade, iniciei contatos com instituições panamenhas, para concessão de bolsas de estudos a estudantes necessitados que logrem ser aceitos em universidades brasileiros. As conversações estão adiantadas.

99. Durante minha gestão, foram apoiadas ações de aproximação entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), de um lado, e as Universidades do Panamá e Tecnológica do Panamá, de outro. Foram assinados convênios de cooperação que preveem o intercâmbio docente e discente, entre outras iniciativas conjuntas.

Promoção da Língua Portuguesa e Difusão Cultural

100. A Embaixada no Panamá conta, desde 2008, com um núcleo de ensino da língua portuguesa e difusão cultural, normalmente referido como Centro Cultural Brasil-Panamá (CCBP). Com a mudança de endereço da Embaixada, o CCBP passou a contar com instalações mais modernas e equipadas, que incluem sala de aula e biblioteca/sala de estudos. Em função da pandemia, as aulas passaram a ser oferecidas na modalidade virtual, assim como as contínuas atividades culturais desenvolvidas no CCBP, que incluem cinema, música, literatura, aulas remotas de dança, entre outras.

101. O CCBP conta atualmente com dois professores, que ministram aulas a nove turmas, com total de 100 alunos. O Centro tem programa de cooperação com instituições panamenhas, nomeadamente o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Segurança Pública (Polícia Nacional, Polícia de Turismo) e o Serviço de Proteção Institucional da Presidência da República. No passado, desenvolveu exitoso programa de capacitação em português para funcionários da Copa Airlines e companhias multinacionais como Carterpillar, Dell, Philips e Thompson Reuters. Estima-se que, em cerca de 13 anos, o CCBP capacitou mais de cinco mil panamenhos na língua portuguesa, tendo também colaborado com universidades locais.

102. Nos últimos meses, foi mantida programação regular dos "Viernes Culturales" e atividade virtual dirigida a crianças da comunidade brasileira (Praticutucá no Panamá). A Embaixada participou, em modalidade virtual, da Feira Internacional do Livro do Panamá. A exemplo de anos anteriores, a Embaixada organizou, com a Embaixada de Portugal, a Semana da Língua Portuguesa, e participou da mostra de cinema organizada pela Chancelaria panamenha. Também apoiou o Festival de Música Clássica Saint Malo, que homenageou os pianistas Nelly (brasileira) e Jaime Ingram, radicados na capital panamenha.

103. No marco das comemorações do Bicentenário, está prevista diversificada programação cultural nos próximos meses (concerto, festival de cinema, oficinas de samba, Festival de Jazz). Em 2022, haverá, ainda, o evento "Velas Latinoamérica", que reunirá veleiros das Marinhas de nove países da região (Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Equador, Colômbia, República Dominicana e México, além do Brasil). O Panamá foi convidado a integrar a iniciativa. Prevê-se aproveitar a passagem do 'Cisne Branco' para iniciativas de difusão cultural.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL NO PANAMÁ**

Candidato MPC CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA

PERFIL DO CANDIDATO

Nascido em 12/6/1958 no Rio de Janeiro (RJ), o Ministro de Primeira Classe Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva é graduado em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília (1986).

Ingressou na carreira diplomática em 1983. Concluiu o Curso de Política Comercial no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1986, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1990 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2002, com a tese *“O Dilema Cambial Argentino e os Interesses Brasileiros”*.

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Foi assistente da Divisão do Orçamento (1984-1985) e do Departamento de Promoção Comercial (1985); assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais (1985-1988), do Departamento das Américas (1993) e da Subsecretaria-Geral de Planejamento (1994-1995); chefe da Divisão de Acesso a Mercados (2005-2007) e da Coordenação-Geral de Assuntos dos Estados Unidos da América e do Canadá (2009-2011); e diretor do Departamento de Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos (2011-2013). Além do Itamaraty, atuou como assessor especial do Gabinete do Ministro da Fazenda (1995-1996).

No exterior, serviu na Embaixada do Brasil em Buenos Aires (1988-1991 e 1999-2002), no Consulado-Geral em São Francisco (1991-1993), na Embaixada em Washington (1996-1999 e 2007-2009) e na Embaixada em La Paz (2003-2005). Foi cônsul-geral do Brasil em Sydney (2013-2018) e em Atlanta (desde 2018).

Participou de diversas reuniões no exterior, entre as quais: do Comitê de Ação para a Segurança Alimentar Regional (1988-1990); do Protocolo do Trigo do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (1988-1990); do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (1995-1996, 2007-2008); do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL (2000-2002); da VI Conferência Ministerial da OMC (2005); do Grupo Negociador de Acesso a Mercado para Bens Não-Agrícolas, na Rodada Doha da OMC (2005-2007); de negociações com a União Europeia sobre acordo sobre exportação de aves congeladas e salgadas, no âmbito da OMC (2006); negociações do Brasil com a China de acordo de limitação voluntária de exportação para produtos dos setores têxtil e de confecções (2006); da Assembleia-Geral da OEA (2010-2013) e Cúpula das Américas (2012).

O embaixador Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva tem ampla experiência em diplomacia bilateral, regional, multilateral e consular. Sua trajetória profissional demonstra capacidade para a defesa e a promoção dos interesses brasileiros como embaixador no Panamá.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Estimular o contínuo fortalecimento das relações bilaterais nas várias frentes de ação diplomática, com vistas a assegurar presença relevante do Brasil no Panamá e avançar em pautas de interesse do país.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a República do Panamá, assim como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro em território panamenho e fomentar a cooperação bilateral em todos os níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Cultivar fluida e construtiva interlocução com atores governamentais e não-governamentais, de modo a dispor de canais de diálogo que contribuam para o êxito de gestões e de iniciativas de interesse da política externa brasileira no Panamá e em foros regionais e multilaterais.
2. Manter o Governo brasileiro regularmente informado de desdobramentos no Panamá, com acompanhamento e análise de aspectos relevantes do cenário político interno, da evolução da política externa e da conjuntura econômica no plano doméstico e nas relações econômicas, comerciais e financeiras do Panamá.
3. Identificar oportunidades e propor iniciativas que contribuam para o fortalecimento do diálogo e da cooperação entre instâncias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com base em interesses e objetivos específicos do relacionamento bilateral, bem como em aspectos da política externa panamenha que incidam sobre interesses brasileiros nos planos regional e global.
4. Relatar aspectos de relevância para o Brasil na evolução do relacionamento do Panamá com países, organismos internacionais e atores do setor econômico, comercial e financeiro com atuação no país, entre os quais os escritórios de agências do sistema ONU, empresas multinacionais sediadas no Istmo, bancos regionais e multilaterais e representações locais de centros de pesquisa e organizações da sociedade civil.
5. Apoiar a intensificação do diálogo interparlamentar por meio dos Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais nos dois países e da participação do Grupo Parlamentar do Brasil no Parlamento Latino-Americano.
6. Desenvolver ações junto a órgãos governamentais, associações e atores econômico-empresariais em prol do avanço do intercâmbio comercial bilateral e da identificação e promoção de oportunidades de investimentos.
7. Avançar nos entendimentos bilaterais para fortalecimento da presença brasileira em ações de cooperação técnica com o Panamá por meio da Agência Brasileira de

Cooperação (ABC) e de prestadores nacionais de cooperação em áreas como desenvolvimento agropecuário, educação e cultura, saúde, e formação técnico-profissional.

8. Fortalecer ações de promoção da língua portuguesa e difusão cultural através do Centro Cultural Brasil-Panamá, de iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades e outras instituições culturais e educacionais, imprensa, grupos de beneficiários da cooperação universitária brasileira e atores da comunidade brasileira local, inclusive do setor empresarial.

9. Assegurar contínuo aprimoramento da prestação de serviços consulares e de assistência a brasileiros residentes ou em trânsito, através da melhoria de métodos de trabalho, modernização de sistemas e incentivo a ações de diálogo e apoio à comunidade brasileira local.

10. Zelar pela observância de boas práticas de governança e gestão de recursos humanos, materiais e orçamentários da representação diplomática no Panamá, bem como pela adequada manutenção do próprio nacional que abriga a Residência oficial.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incremento e diversificação do comércio bilateral:

- Divulgar a oferta exportável brasileira por meio da participação em feiras, encontros empresariais e outros foros de natureza econômico-comercial.

- Incentivar missões empresariais brasileiras ao Panamá e empenhar esforços pela continuidade da presença da Apex-Brasil e de exportadores nas principais feiras no Panamá, em especial a multisetorial Expocomer, a Expoturismo e a Expologística.

- Seguir apoiando esforços da Câmara de Investimentos e Comércio Brasil-Panamá (CICBP), com sede em Palmas-Tocantins. Examinar a possibilidade de criação de uma Câmara de Investimentos e Comércio Panamá-Brasil (CICPB), com sede na Cidade do Panamá, para atuar em sinergia e somar esforços com a CICBP.

- Implementar programa de divulgação de estudos em fase de conclusão (Guia 'Como Exportar' e estudos de mercado sobre vinhos, espumantes e outras bebidas à base de uva; pedras e porcelanatos; e mobiliário), através da realização de encontros e seminários virtuais entre associações e empresas brasileiras e entidades panamenhas com atuação em comércio exterior. Identificar setores com potencial de penetração no mercado panamenho e propor a realização de novos estudos de mercado.

- Fortalecer o diálogo e a cooperação com entidades de maior relevância no cenário local, entre elas a Câmara de Comércio, Indústrias e Agricultura (CCIAP), a Associação Panamenha de Executivos de Empresa (APEDE), a Associação Panamenha de

Exportadores (APEX), além de entidades do setor governamental, como a Agência Panamenha para a Atração de Investimentos e a Promoção de Exportações (ProPanamá).

- Estimular contatos e desenvolver iniciativas com vistas a melhor aproveitamento do Panamá como plataforma de reexportação, através da Zona Livre de Colón, da Zona Econômica Panamá-Pacífico e dos regimes especiais existentes no país.
- Incentivar a conclusão de negociações e implementação de Memorando de Entendimento entre a Apex-Brasil e a ProPanamá e desenvolver iniciativas em áreas de interesse comum para maior aproximação entre agentes e associações empresariais dos dois países e elevação dos patamares de intercâmbio comercial e de fluxo de investimentos recíprocos.

2. Superação de desafios na obtenção de licenças e habilitações para entrada de produtos da agroindústria no Panamá.

- Intensificar gestões em apoio a exportadores brasileiros de carnes termo processadas que buscam habilitação para entrada no mercado panamenho, com atuação junto aos órgãos locais com competência na matéria: Ministérios de Comércio e Indústrias, Saúde e Desenvolvimento Agropecuário; e a nova Agência Panamenha de Alimentos (APA).
- Manter e aprimorar rotinas de obtenção de certificados e licenças solicitadas por exportadores brasileiros através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil, de modo a assegurar fluxo regular e, idealmente, incrementar entrada de exportações brasileiras relacionadas ao setor agropecuário, como carnes e miúdos comestíveis, carne bovina termo processada, embriões bovinos, sêmen de bovinos, ovinos e caprinos, hemoderivados para alimentação animal, proteína hidrolisada de vísceras de aves, ovos férteis e pintos de um dia, e animais de companhia.
- Empreender esforços para realização, em 2022, da 1ª reunião do Grupo Técnico sobre Comércio e Investimentos, conforme acordado no final de 2019, com a finalidade de facilitar exame conjunto de processos pendentes e pautas de interesse dos dois países, em particular do setor agropecuário.
- Fazer acompanhamento de fatos locais relacionados à atuação do Panamá na OMC, em especial questões relativas a barreiras tarifárias e não-tarifárias com potencial impacto em interesses exportadores brasileiros.

3. Fortalecimento de ações de divulgação da economia brasileira e incentivo ao desenvolvimento de comércio e investimentos recíprocos.

- Organizar seminários para divulgação de informações e dados sobre as potencialidades da economia brasileira nas áreas comercial e de investimentos, em parceria com entidades panamenhas dos setores público e privado e com câmaras bilaterais de investimento e comércio.
- Acompanhar e divulgar áreas prioritárias para o Brasil na atração de investimento externo, por meio de diálogos e palestras com associações e representantes de setores empresariais do Panamá.

- Divulgar oportunidades, diálogo e apoio a investidores e importadores panamenhos com interesse no mercado brasileiro.
- Interagir com associações e setores produtivos brasileiros interessados em internacionalização, por meio de palestras e diálogos para compartilhamento de informações sobre evolução do marco normativo panamenho de atração de investimentos, em particular através de associações público-privadas e regimes especiais.
- Acompanhar e divulgar oportunidades em áreas que despontam como prioridades para o Panamá, como logística, energia, mineração e desenvolvimento do setor agroindustrial, através de regimes especiais para investidores e parcerias público-privadas.
- Incentivar a intensificação do diálogo com a iniciativa privada panamenha e atores governamentais com atuação na área de comércio e investimentos, inclusive através da implementação de ações previstas em Memorando de Entendimento em negociação para cooperação entre a APEX-Brasil e a ProPanamá.
- Estimular a participação de representantes brasileiros em conferências e encontros promovidos por bancos, agências internacionais e foros de investidores com atuação expressiva no Panamá, entre os quais o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o foro econômico Bloomberg (“Bloomberg New Economy Gateway”).
- Criar mecanismo para interlocução com empresas nacionais com atuação no Panamá e com funcionários brasileiros de empresas multinacionais sediadas no Istmo, de modo a aprimorar a troca de informações, diálogo e cooperação na promoção de interesses econômico-comerciais do Brasil no mercado panamenho.

4. Ampliação do mercado panamenho para produtos de aeronáutica, segurança e defesa no Panamá.

- Apoiar a Embraer junto a órgãos de segurança do Panamá, entre os quais o Ministério de Segurança Pública, os órgãos de controle, vigilância de fronteiras e serviços aeronavais, e a Autoridade de Aeronáutica Civil, em iniciativas de cooperação e eventual comercialização de sua carteira de produtos no Panamá.
- Apoiar a interlocução da Embraer com a Aeronáutica Civil do Panamá no marco do contrato de manutenção da aeronave presidencial panamenha (EBM-135 BJ Legacy 600), bem como acompanhar eventual movimento das autoridades panamenhas para substituição da atual aeronave, fabricada em 2008 e adquirida em 2009.
- Acompanhar eventuais iniciativas da Copa Airlines para ampliação da frota, com atenção à possível consideração de novas encomendas à Embraer em substituição a aviões da empresa brasileira que eram utilizados pela linha aérea antes da pandemia e que foram vendidos a empresa australiana.

5. Apoio a iniciativas de aproximação com o Canal do Panamá e aproveitamento da via interoceânica para escoamento de exportações.

- Intensificar a interlocução com a Autoridade do Canal do Panamá (ACP) e outros atores relevantes na área de transporte marítimo com vistas a viabilizar entendimentos com benefícios mútuos na utilização da via interoceânica para escoamento de exportações brasileiras.
- Apoiar entidades e associações brasileiras (CICBP, ANTAQ, Aprosoja-Brasil, Aprosoja Mato Grosso do Sul, Portos de Suape e Itaqui, entre outras) interessadas em intensificar o diálogo com a ACP para entendimentos sobre precificação de pedágios que estimulem maior utilização do Canal do Panamá.
- Divulgar informações e dados sobre magnitude da produção dos estados das regiões norte e nordeste, inclusive do MATOPIBA, acerca dos volumes mobilizados através dos portos do Arco Norte e dos avanços em infraestrutura da malha logística brasileira e em facilitação de processos e procedimentos para exportação.
- Organizar seminários e mesas de diálogo com a participação de representantes dos setores exportador brasileiro, portos e outras entidades das áreas de carga e logística de transportes, em colaboração com os principais atores panamenhos nessa área, em especial o Ministério de Assuntos Marítimos, a Autoridade do Canal do Panamá e a Autoridade Marítima.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Quantidade de informações e serviços prestados pela embaixada no campo comercial;
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas, câmaras e associações empresariais;
- 3) Número de eventos organizados com participação da embaixada;
- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial;
- 5) Número de documentos preparados pela embaixada sobre a situação socioeconômica do Panamá, com dados estatísticos;
- 6) Número de oportunidades comerciais identificadas;
- 7) Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras;
- 8) Número de reuniões do Grupo Técnico sobre Comércio e Investimentos.

II - Relações políticas bilaterais;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhamento, análise e relato de fatos e iniciativas de relevância no âmbito das relações bilaterais e dos interesses regionais e globais da política externa brasileira.

- Empreender esforços de interlocução permanente com os principais atores no contexto político e administrativo do Panamá nos níveis nacional, nas províncias e

municipalidades, com vistas a assegurar acesso e canais ágeis de interlocução em temas e iniciativas de interesse brasileiro no Panamá.

- Desenvolver iniciativas de contatos com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico, corpo diplomático, representantes de organismos internacionais e setores empresariais, inclusive multinacionais, para enriquecer informações sobre a realidade panamenha e facilitar a projeção de objetivos e ações de interesse brasileiro no Panamá.
- Elaborar em caráter rotineiro informações e análises para subsidiar o Governo brasileiro sobre fatos e tendências das políticas interna e externa do Panamá, inclusive da perspectiva de desdobramentos relevantes em matéria de economia, comércio, finanças e investimentos, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, direitos humanos, fluxos migratórios, gestão fronteiriça, segurança e saúde, entre outros.
- Dedicar especial atenção à elaboração de informações e análises para o Governo brasileiro sobre a evolução das relações do governo local com países de maior projeção na agenda de relações exteriores do Panamá.
- Fazer acompanhamento e subsidiar o Governo brasileiro sobre as relações do Panamá em foros multilaterais, regionais e sub-regionais, bem como relatar fatos e tendências de maior relevância na interação do governo local com as agências e programas das Nações Unidas e de organismos internacionais representados no país.

2. Fortalecimento do relacionamento entre o Brasil e o Panamá por meio do estímulo à realização de visitas oficiais, missões e encontros periódicos sobre temas prioritários da agenda bilateral, regional e multilateral.

- Propor que o presidente do Panamá seja convidado a visitar o Brasil para encontro com o Presidente Jair Bolsonaro, reunião com setores empresariais e, conforme sinalização de interesse já manifestado pelo mandatário panamenho, visita a feira agropecuária.
- Estimular crescente fluidez de diálogo entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países e dar impulso a esforços para que se efetive, em 2022, visita ao Brasil da chanceler Erika Mouynes.
- Incentivar e apoiar a realização de visitas de autoridades ministeriais de parte a parte, em especial de pastas que já sinalizaram maior interesse em iniciativas no Brasil, em especial o Ministério do Desenvolvimento Agropecuário, o Ministério de Comércio e Indústrias e a ProPanamá.
- Apoiar a realização, em Brasília, em 2022, da 2ª Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, com o objetivo de passar em revista o relacionamento, fazer avançar iniciativas em curso e identificar novas áreas e projetos para cooperação.

3. Apoio à intensificação do diálogo interparlamentar por meio dos Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais nos dois países e da participação do Grupo Parlamentar do Brasil no Parlamento Latino-Americano.

- Incentivar a realização de visitas ao Brasil do Grupo Interparlamentar de Amizade da Assembleia Nacional do Panamá, criado em fevereiro de 2021, para encontros com suas contrapartes dos Grupos Interparlamentares de Amizade da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Brasil.

- Incentivar a realização de visitas ao Panamá dos Grupos Interparlamentares de Amizade da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Brasil, para encontros com suas contrapartes do Grupo Interparlamentar de Amizade da Assembleia Nacional do Panamá.
- Apoiar o Grupo Parlamentar do Brasil junto ao Parlamento Latino-americano e Caribenho (Parlatino), manter canais de comunicação com o secretariado e participar, conforme cabível, de eventos organizados pelo Parlatino com a participação do corpo diplomático no Panamá.
- Apoiar e fazer acompanhamento de temas do Secretariado do Parlatino de interesse da representação parlamentar brasileira, com base em solicitação dos legisladores brasileiros e orientação da Assessoria de Relações Federativas e com o Congresso Nacional do Itamaraty.

4. Fortalecimento de ações de diálogo e cooperação entre entidades nacionais e subnacionais do Brasil e entidades panamenhas de governo e do setor privado.

- Apoiar visitas/reuniões/eventos entre representantes de órgãos estaduais e municipais brasileiros e entidades de províncias e cidades panamenhas.
- Apoiar entes federados brasileiros em iniciativas junto a órgãos governamentais e setores empresariais do Panamá, em favor da abertura de canais de diálogo, discussão de projetos de cooperação e de desenvolvimento de ações de aproximação bilateral em áreas de interesse específico.

5. Ampliação do arcabouço normativo bilateral.

- Identificar temas prioritários.
- Acompanhar iniciativas panamenhas de eventual interesse para o Brasil no plano normativo interno e nas suas relações externas.
- Manter, na pauta de diálogo com as autoridades governamentais panamenhas, a possibilidade de retomada da proposta brasileira de abertura de negociações sobre Acordo Bilateral de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).
- Fazer acompanhamento de desdobramentos na orientação panamenha sobre negociações de acordos de livre comércio e eventualmente identificar oportunidade favorável a início de diálogo exploratório sobre um acordo Mercosul-Panamá.
- Estimular maiores diálogo e aproximação entre os setores empresariais de ambos os países, a fim de gerar incentivos ao avanço das propostas sobre ACFI com o Brasil e acordo de livre comércio com o MERCOSUL.
- Incentivar a assinatura de novo Memorando de Entendimento para retomada da colaboração na formação de diplomatas panamenhos através da cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Ernesto Castillero Pimentel.

6. Retomada do programa de cooperação técnica bilateral e estímulo à colaboração em ações de assistência humanitária

- Seguir apoiando a Agência Brasileira de Cooperação nas tratativas para o relançamento da cooperação técnica com o Panamá, com a realização, no primeiro semestre de 2022, de missão multidisciplinar da ABC e entidades cooperantes brasileiras para negociação

de projetos e iniciativas. Realizar reunião do Grupo de Cooperação Técnica Bilateral para adoção do programa de cooperação.

- Manter e ampliar iniciativas de diálogo entre órgãos governamentais, centros de formação e treinamento e atores do setor privado com interesse em ações de cooperação com entidades panamenhas que desenvolvem iniciativas de capacitação de mão de obra, formação técnica superior especializada, inovação e modernização do setor agropecuário.

- Acompanhar e relatar iniciativas panamenhas em matéria de prevenção, mitigação e resposta em emergências humanitárias em nível nacional e na sub-região, bem como facilitar a interlocução entre a ABC e Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil do Brasil e Centro Logístico Regional de Assistência Humanitária do Panamá (CLRAH) e o Sistema Nacional de Proteção Civil (SINAPROC) do Panamá.

- Responder a convite panamenho para que o Brasil se associe ao CLRAH, no momento sob exame da ABC, tendo presente a prioridade que o governo do Panamá atribui ao tema.

- Identificar oportunidades de penetração de empresas brasileiras no fornecimento de insumos e itens emergenciais utilizados em operações de assistência humanitária, tendo presente iniciativas do governo panamenho com agências do sistema das Nações Unidas para utilização do Panamá como plataforma de compras.

7. Seguimento e ampliação de ações de cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

- Avançar em iniciativas de cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação, com a realização de seminários e reuniões entre entidades dos dois países, em continuidade a iniciativa de capacitação, no Brasil, de gestores de entidades do ecossistema panamenho de C, T&I, realizada no final de 2021.

- Efetivar visita ao Brasil do Secretário Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do Panamá (Senacyt) para contatos com entidades governamentais em Brasília, centros de pesquisa e desenvolvimento de medicamentos e vacinas, bem como entidades não-governamentais do setor farmacêutico, tendo em vista o projeto panamenho de criação de Centro Regional de Inovação de Vacinas e Biofármacos.

- Dar seguimento a iniciativas de realização de seminários virtuais entre entidades dos respectivos ecossistemas nacionais de inovação, com apoio do Itamaraty, da Apex-Brasil e da ProPanamá.

- Estabelecer mecanismo de interação e seguimento da interlocução com gestores panamenhos beneficiários da cooperação prestada na área de inovação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de comunicações produzidas pelo Posto sobre política interna e política externa do Panamá;
- 2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil, com vistas a colher ou

compartilhar informações sobre temas de política interna e política externa do Panamá;

- 3) Número de reuniões de consultas políticas bilaterais, em formato presencial ou virtual;
- 4) Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte;
- 5) Número de gestões junto à chancelaria local e a outras autoridades dos âmbitos público e privado;
- 6) Número de notas trocadas com a chancelaria panamenha;
- 7) Número de iniciativas de cooperação técnica e assistência humanitária;
- 8) Número de iniciativas de cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Informar sobre a atuação do Panamá e seus interesses prioritários em foros multilaterais e regionais.
- Elaborar informações e análises sobre as posições defendidas pelo Panamá individualmente ou em articulação com outros países no marco de temas a que o governo panamenho tem atribuído alta prioridade.
- Realizar gestões para buscar o apoio do Panamá a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, propondo, conforme seja conveniente, sugestões de trocas de votos que contribuam para o êxito dos pleitos do Brasil.
- Contribuir para a concertação bilateral em foros e temas de interesse prioritário da política externa brasileira, buscando manter canais fluidos de interlocução com setores da Chancelaria e outros órgãos locais com atuação em foros regionais e multilaterais.
- Fazer acompanhamento da atuação panamenha em relação a foros dedicados a temas fiscais, transparência e intercâmbio de informações para prevenção da lavagem de dinheiro e do terrorismo internacional, combate à corrupção e outros ilícitos, entre os quais o GAFI, o Foro Global da OCDE e o Conselho para Questões Econômicas e Financeiras (ECOFIN), da União Europeia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de comunicações do Posto sobre temas multilaterais;
- 2) Número de comunicações do Posto sobre temas regionais;
- 3) Número de gestões (por nota verbal ou pessoais) em favor dos candidatos brasileiros;
- 4) Índice de apoio panamenho a candidaturas apresentadas pelo Brasil.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Intensificação de ações de difusão da cultura brasileira junto à sociedade panamenha e à comunidade de estrangeiros residentes no Panamá.

- Apoiar e ampliar a presença de artistas e outros representantes brasileiros em eventos tradicionais do calendário cultural panamenho.
- Apoiar a realização de iniciativas de difusão cultural em universidades, através da continuada organização de mostras de filmes brasileiros em colaboração com o Cine Universitário da Universidade do Panamá, da oferta de oficinas de música e capoeira, e do apoio a entidades panamenhas que contribuem para divulgar expressões culturais brasileiras.
- Incentivar a cooperação com a “Academia Panameña de La Lengua” para realização de palestras e debates sobre literatura brasileira, bem como para manter a participação da Embaixada do Brasil no tradicional Cine Literário.
- Divulgar a gastronomia brasileira por meio da participação em feiras tradicionais do calendário local, bem como promover iniciativas em datas nacionais de maior relevância, incentivando a colaboração de empresários brasileiros do setor de alimentos e a participação da comunidade brasileira residente no Panamá.
- Dar continuidade a ações de difusão cultural desenvolvidas pelo Centro Cultural Brasil-Panamá, vinculado à Embaixada, através de iniciativas variadas em cinema, literatura, dança, música e atividades para o público infanto-juvenil.
- Manter e ampliar iniciativas de divulgação de cultura brasileira por meio das redes sociais da Embaixada e do Centro Cultural Brasil-Panamá.
- Buscar maior aproximação com o Ministério da Cultura do Panamá, institutos culturais, teatros e gestores culturais para identificação de eventuais oportunidades de parcerias e iniciativas conjuntas.
- Dar continuidade ao programa anual de comemoração do Dia da Língua Portuguesa, em colaboração com a Embaixada de Portugal e a Universidade Tecnológica do Panamá para promoção da língua e organização de eventos culturais.

2. Fomento de iniciativas relacionadas à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil

- Implementar as seguintes atividades previstas para celebrar os 200 anos de Independência do Brasil: Danças brasileiras (oficinas de samba e ‘Boi de Quilombo’ para grupos de folclores e institutos de dança do Panamá, entre dez/21 e nov/22); Música: Concerto em comemoração dos bicentenários de Independência do Brasil e do Panamá, realizado com a “Orquesta Sinfónica Carmen Cedeño”, com execução de programa brasileiro e panamenho, no auditório da Universidade Tecnológica do Panamá; Música: participação no “Panama Jazz Festival 2022”, Projeto Engenheiros, de músicos brasileiros da “Berklee School of Music” (Boston, MA); circo, língua e cultura: treinamento de jovens panamenhos em circo contemporâneo, com previsão de apresentações em praças da Cidade do Panamá no mês de setembro de 2022; Projeto Praticutucá no Panamá: promoção do português como língua de herança através da literatura infantil, da música e de atividades teatrais lúdicas.
- Examinar possíveis iniciativas adicionais de difusão da cultura brasileira e promoção da língua portuguesa ao longo de 2022, no marco das comemorações do Bicentenário. Possibilidade de realizar Festival Cultural e Gastronômico em colaboração com membros da comunidade brasileira residentes no Panamá.

- Organizar evento cultural quando da passagem do veleiro 'Cisne Branco' pelo Panamá, em maio de 2022, no contexto da IV edição do 'Velas Latinoamérica'.

- Dar divulgação ao Bicentenário por meio de redes sociais e imprensa, com esforços para publicação de encarte em jornal local de grande circulação e realização de programa televisivo com entrevistas, aula de culinária, apresentações musicais, de dança e capoeira.

3. Continuidade e ampliação de atividades de promoção da língua portuguesa desenvolvidas pelo Centro Cultural Brasil-Panamá.

- Manter e eventualmente ampliar a oferta de cursos de português oferecidos pelo CCBP, com ações de divulgação em escolas, empresas e junto ao público em geral.

- Dar seguimento a iniciativas de cooperação com órgãos públicos panamenhos para ensino da língua portuguesa a integrantes do corpo diplomático, dos serviços de imigração, fronteiras, proteção institucional e forças policiais.

- Manter e eventualmente ampliar ações de promoção da língua e difusão cultural através de projetos desenvolvidos pelo CCBP, entre os quais as Sextas Culturais e o Projeto Praticutucá no Panamá, destinado ao ensino do português como língua de herança.

- Reforçar a colaboração com a Rede Brasil Cultural, com realização do III encontro de Diretores de Centros Culturais Brasileiros (CCBs).

- Concluir a catalogação de livros e filmes da biblioteca do CCBP, divulgar a oferta de títulos de autores brasileiros e incentivar visitas e empréstimo de material por estudantes do CCBP e outros interessados.

4. Promoção do Brasil como destino turístico de panamenhos e estrangeiros residentes no Panamá

- Incentivar a participação do Brasil em eventos de promoção do turismo, em particular na tradicional feira Expoturismo, que em 2022 ocorrerá juntamente com duas outras iniciativas de peso, a multisetorial Expocomer e Expologística.

- Fortalecer o diálogo e a cooperação com a EMBRATUR para incentivar participação expressiva na Expoturismo e organizar seminários e outros eventos para divulgação da oferta turística brasileira de destinos tradicionais e não tradicionais junto a operadores de turismo.

- Buscar maior aproximação com a Copa Airlines para iniciativas conjuntas e estímulo à retomada de voos com cidades brasileiras, especialmente do Norte (Manaus) e do Nordeste (Recife), descontinuados em função da crise sanitária.

- Procurar apoiar ações promocionais do Brasil junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e influenciadores.

- Apoiar iniciativas de Estados e Municípios que desejam promover destinos turísticos no mercado panamenho.

- Realizar campanhas digitais de divulgação de destinos turísticos através das redes sociais da Embaixada, do Centro Cultural Brasil-Panamá e de jornais locais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de eventos e atividades para promoção da cultura e da imagem do Brasil;
- 2) Número de eventos culturais alusivos à celebração da Independência do Brasil;
- 3) Número de ações de promoção das indústrias culturais e economias criativas brasileiras;
- 4) Número de ações de promoção do turismo;
- 5) Número de ações de promoção da língua portuguesa;
- 6) Número de alunos inscritos em curso de língua portuguesa oferecidos pelo CCBP;
- 7) Número de participantes, ouvintes, assistentes ou beneficiados de alguma forma por outras atividades realizadas pelo Posto.

V - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Ampliar a participação de panamenhos em programas de formação oferecidos por universidades e escolas das Forças Armadas do Brasil.
- Intensificar a divulgação de ofertas de estudo em instituições brasileiras através de contatos em escolas secundárias e universidades, campanhas em redes sociais e cooperação com órgãos do governo local encarregados de seleção e concessão de bolsas para estudos no exterior.
- Em cooperação com entidades de formação e aperfeiçoamento locais, lançar curso de português para estudantes panamenhos interessados em concorrer a vagas em universidades brasileiras.
- Apoiar e orientar estudantes brasileiros que solicitam vagas em universidades panamenhas ao amparo do Convênio Cultural Brasil-Panamá, de 1946.
- Desenvolver projeto de recuperação da história da cooperação educacional bilateral, mapeamento de ex-alunos, identificação de funções exercidas e criação de plataforma para interação entre a Embaixada, alunos e profissionais formados no Brasil e instituições brasileiras das áreas de ensino e pesquisa.
- Manter fluida e construtiva interlocução com universidades panamenhas para fomentar projetos de pesquisa universitária e mobilidade acadêmica.
- Apoiar instituições brasileiras como a Universidade do Paraná e a Unicentro, que contam com convênios bilaterais com congêneres panamenhas, como a Universidade do Panamá e a Universidade Tecnológica do Panamá.
- Manter o apoio à Escola “República Federativa de Brasil” mediante ações de cooperação cultural, tais como sessões de cinema, teatro e oficinas de arte para crianças.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de alunos nos diversos níveis e cursos;
- 2) Número de eventos universitários de que participa a embaixada;

- 3) Número de eventos culturais promovidos pela embaixada;
- 4) Número de estudantes enviados ao Brasil para graduação e pós graduação em universidades brasileiras.

VI - Cooperação para promoção do desenvolvimento sustentável, direitos humanos, fluxos migratórios e refugiados

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Relatar e analisar desdobramentos relevantes da atuação panamenha em foros multilaterais e regionais relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a esforços para redução de desigualdades e inclusão social, com atenção a possibilidades de cooperação e articulação de iniciativas de interesse mútuo.
- Dar seguimento a iniciativas de cooperação com o governo panamenho com vistas à consecução de objetivos compartilhados de desenvolvimento sustentável, redução das desigualdades e inclusão social.
- Estimular a cooperação técnica em áreas com externalidades positivas para as populações dos dois países, como saúde, educação, desenvolvimento agropecuário e energias renováveis.
- Acompanhar desdobramentos nas posições panamenhas sobre direitos humanos nos planos doméstico e internacional.
- Manter diálogo com autoridades panamenhas sobre agenda de direitos humanos, com vistas a defender posições brasileiras e promover cooperação e aproximação nos âmbitos bilateral, regional e multilateral.
- Prover o Governo brasileiro com informações sobre fluxos migratórios que cruzam o Panamá e suas consequências no plano interno e nos âmbitos regional e internacional.
- Fazer acompanhamento de ações diplomáticas panamenhas na questão migratória, com especial atenção ao diálogo regional de Chanceleres lançado pelo Panamá, bem como à atuação do país junto a países da rota migratória e em foros internacionais, em especial a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de comunicações do Posto;
- 2) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais;
- 3) Número de iniciativas conduzidas pela embaixada.

VII - Proteção do meio ambiente (mudança do clima, biodiversidade, proteção dos oceanos)

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Informar sobre a evolução das posições panamenhas na área ambiental, com foco nos temas de mudança do clima, biodiversidade e proteção dos oceanos.

- Identificar possibilidades de colaboração em áreas com interesses convergentes e eventualmente propor iniciativas de cooperação técnica, bem como estimular a interlocução rotineira e iniciativas de articulação em foros regionais e multilaterais.
- Incentivar maior diálogo bilateral entre autoridades com competência em temas ambientais, com atenção especial à demanda panamenha de cooperação da Marinha do Brasil no desenvolvimento e implementação de sua política nacional para os oceanos.
- Fazer acompanhamento dos preparativos para a 8ª Conferência 'Nosso Oceano, Nossa Conexão', que o Panamá sediará em 2023, incentivar diálogo bilateral e participação brasileira.
- Identificar ações que possam gerar externalidades positivas no marco da IV Edição da iniciativa 'Velas Latinoamérica', sob coordenação da Marinha do Brasil.
- Acompanhar e relatar aspectos mais importantes das ações do Panamá para projetar sua condição de país negativo em carbono e para articular iniciativas sub-regionais com vistas a avanços na proteção dos oceanos ('Corredor Marítimo do Pacífico Tropical Oriental', com Colômbia, Costa Rica e Equador).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de comunicações do Posto;
- 2) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais;
- 3) Número de iniciativas conduzidas pela embaixada.

VIII - Cooperação Judiciária

I) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Manter fluida interlocução e relações colaborativas com as autoridades panamenhas sobre cooperação judiciária, ao amparo do Tratado Bilateral de Extradicação, e de outros compromissos bilaterais assumidos.
- Acompanhar e relatar desdobramentos na composição, no marco normativo e administração da justiça no Judiciário panamenho, com atenção também a fatos relevantes envolvendo a Procuradoria-Geral, a Controladoria e a Defensoria Pública.
- Elaborar informações para manter o Governo brasileiro atualizado sobre políticas e iniciativas do Panamá em matéria de combate à corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, tráfico ilegal e áreas correlatas, nos planos interno e externo.
- Manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução de processos judiciais de maior expressão local, inclusive aqueles que examinam casos relacionados às práticas de empresas brasileiras no país.
- Dar adequado encaminhamento a situações que envolvam pedidos de extradição, bem como cumprimento de cartas rogatórias e outras providências solicitadas por órgãos do Judiciário.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de comunicações do Posto.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Garantir a prestação eficiente de serviços consulares aos brasileiros residentes ou em trânsito pelo Panamá.
- Assegurar a prestação célere e eficiente de assistência humanitária a brasileiros em situações críticas.
- Realizar mapeamento da comunidade brasileira no Panamá para melhor conhecimento de sua realidade e identificação de oportunidades de diálogo e cooperação com a Embaixada.
- Ampliar ações de difusão de informações consulares de maior relevância para os brasileiros por meio de redes sociais, do portal consular do Itamaraty e de eventos culturais organizados pelo Centro Cultural Brasil-Panamá.
- Avaliar a possibilidade de criação de mecanismo de diálogo e cooperação com a comunidade brasileira, por meio da criação de Conselho de Cidadãos ou iniciativa similar e, com o apoio dessa entidade, promover iniciativas do interesse da comunidade brasileira, entre as quais a eventual elaboração de um “Guia do Empreendedorismo: Oportunidades no Panamá”.
- Fortalecer diálogo com a Chancelaria, o Serviço Nacional de Migração, o Aeroporto de Tocumen e companhias aéreas, em especial a Copa Airlines, para facilitar a solução de eventuais problemas migratórios e prover adequada observância dos direitos de nacionais residentes ou em trânsito pelo Panamá.
- Zelar pela contínua melhoria dos serviços prestados pelo setor consular e de assistência, por meio de ações de formação e treinamento.
- Manter atendimento de qualidade para solicitantes de vistos de entrada no Brasil.
- Manter rotina de divulgação de providências de cadastramento eleitoral e zelar pela boa organização das eleições de 2022, com ações de orientação aos eleitores e preparação da equipe encarregada.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de atendimentos ao público: passaportes, vistos, registros civis e, procurações, entre outros;
- 2) Número de assistências, repatriações e auxílios;
- 3) Número de eleitores cadastrados na eleição presidencial de 2022.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaques Wagner

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 84, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.*

Relator: Senador **JAQUES WAGNER****I – RELATÓRIO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.



SF/22368.75143-80

O indicado é filho de Antonio Carlos de Abreu e Silva e Maria Helena Moojen de Abreu e Silva. Nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 12 de junho de 1958. É bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília/DF. O diplomata iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1983, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheiro em 2000; a Ministro de Segunda Classe em 2005; e a Ministro de Primeira Classe em 2012, sempre por merecimento. Em 2002, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada “O dilema cambial argentino e os interesses brasileiros”.

Entre as funções desempenhadas destacam-se: conselheiro nas embaixadas em Buenos Aires (1999/2002) e em La Paz (2003/05); chefe da Divisão de Acesso a Mercados (2005/07); ministro-conselheiro na embaixada em Washington (2007/09); chefe da Coordenação-Geral de Assuntos dos Estados Unidos da América e do Canadá (2009/11); diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos; bem como cônsul-geral nos Consulados-Gerais de Sydney (2013/18) e Atlanta (2018/ até o momento).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Panamá, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

O Panamá está situado no ponto mais estreito da parte continental da América Central, no istmo que se estende até a América do Sul. O país é dividido ao meio pelo canal do Panamá, que liga os oceanos Atlântico e Pacífico. Cerca de 14 mil embarcações (5% do comércio marítimo mundial) cruzam os 82 quilômetros do canal por ano. A economia do país está baseada nas atividades financeiras, nas rendas obtidas com a zona de livre-comércio de Colón, na exploração do canal e no registro de navios mercantes.

Nos últimos anos, o país tem se destacado pelo rápido crescimento econômico. Esse contexto está baseado em uma economia aberta com crescentes fluxos internacionais, bem como em um superlativo investimento em infraestrutura, com destaque para a inauguração em 2016 do novo canal ampliado. Some-se a isso o rápido desenvolvimento do aeroporto internacional de Tocumen como importante *hub* de conexões para voos regionais.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam a 1904, data do reconhecimento pelo governo brasileiro da independência do Panamá. Em 1907, ocorre a entrega de credenciais ao governo panamenho pelo primeiro representante brasileiro, então residente em Havana. No ano seguinte, é nomeado o primeiro representante diplomático panamenho junto ao governo brasileiro, o Sr. Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, presidente da República.

O relacionamento bilateral, apesar de tradicionalmente amistoso, só adquiriu maior projeção no romper deste século com as visitas oficiais dos presidentes Mireya Moscoso ao Brasil, em 2001, e Fernando Henrique Cardoso ao Panamá, em 2002. Desde então, têm sido frequentes encontros presidenciais, bem como de autoridades de elevado escalão de ambas as partes.

Esse cenário tende a se ampliar à vista da circunstância de o Panamá possuir economia cada vez mais dinâmica e, até o advento da pandemia, em franco crescimento, para além de ser base logística de comércio e serviços. No tocante ao comércio bilateral, ele oscila entre crescimento e retração, mas é historicamente superavitário em relação ao Brasil.

Do total de US\$ 770,6 milhões apurados em 2021, as exportações brasileiras respondem por 84,4% desse valor. Nossa pauta exportadora é composta sobretudo por produtos manufaturados (maquinário para impressão; ladrilhos e placas/lajes; elevadores de ação contínua para mercadorias; álcool etílico; medicamentos contendo compostos nitrogenados). Importamos cobre e seus concentrados, mas também resíduos de alumínio, peixes congelados e despojos de fundição, ferro e aço.

Em relação aos assuntos consulares, a comunidade brasileira no Panamá, estimada em 4,5 mil pessoas no início da pandemia, teve redução drástica. Esse contexto é inferido a partir da expressiva queda nos serviços consulares fornecidos pela Embaixada do Brasil no Panamá. De toda forma, essa comunidade é composta majoritariamente por brasileiros em situação migratória regular.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão, 22 de março de 2022.

Senadora **KÁTIA ABREU**,
Presidente

Senador **JAQUES WAGNER**,
Relator



SF/22368.75143-80

6

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES

CPF.: 221.191.591-49

ID.: 7728 MRE

1958 Filho de Jair Baptista Lopes e Rita Vilela Sobreira Lopes, nasce em 28 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr

1984 CAD - IRBr

2004 CAE - IRBr, O Brasil e a febre aftosa na América do Sul: um chamado concreto à liderança

Cargos:

1980 Terceiro-secretário

1983 Segundo-secretário

1989 Primeiro-secretário, por merecimento

1996 Conselheiro, por merecimento

2005 Ministro de segunda classe, por merecimento

2014 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1980-83 Divisão da África I, assistente

1983 Departamento do Oriente Próximo, assistente

1983-86 Cerimonial, assessor

1986-89 Embaixada em Londres, segundo-secretário

1989-93 Embaixada em Ottawa, segundo e primeiro-secretário

1993-95 Divisão da América Meridional I, assessor

1995-97 Divisão de Protocolo, chefe, substituto

1995 Instituto Rio Branco, orientador profissional

1996-97 Coordenação-Geral de Protocolo, coordenador-geral, substituto e coordenador-geral

1997-01 Embaixada em Washington, conselheiro

2001-03 Embaixada em Montevidéu, conselheiro e encarregado de negócios

2003-05 Embaixada em La Paz, conselheiro

2005-07 Instituto Rio Branco, coordenador-geral de ensino e diretor-geral adjunto

2007-10 Missão junto à CEE, Bruxelas, ministro-conselheiro e encarregado de negócios

2010-13 Missão junto à UE, Bruxelas, ministro-conselheiro e encarregado de negócios

2013-14 Embaixada em Roma, ministro-conselheiro e encarregado de negócios

2014-16 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor especial

2015-16 Coordenador-geral do Grupo de Trabalho de Organização de Eventos (GTOEV)

2016-18 Departamento da África, diretor

2018- Embaixada do Brasil em Seul, embaixador

Publicações:

2018 SOBREIRA LOPES, Luís Henrique, FIGUEIRA DE MELLO, Fernando, LIMA KALLÁS, Maria (Org.). A Presidência Brasileira da CPLP (2016-2018) - Textos e Documentos. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília

Condecorações:

1984 Ordem Alauíta, Marrocos, Cavaleiro

1984 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro

1984	Ordem da Águia Azteca, México, Insígnia
1985	Ordem Nacional do Mérito, Cavaleiro, França
1986	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1989	Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
1995	Ordem ao Mérito da República, Oficial, Itália
1995	Ordem Militar de Cristo, Portugal, Cavaleiro
1995	Ordem do Mérito Federal, Alemanha, Oficial
1996	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1997	Ordem da Rosa Branca, Finlândia, Comendador
2011	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2017	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã Cruz
2019	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2020	Medalha Exército Brasileiro

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 56, DE 2021

(n° 567/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 567

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.

EM nº 00207/2021 MRE

Brasília, 19 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 902/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2985726** e o código CRC **3BA12F6D** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008164/2021-16

SEI nº 2985726

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Outubro de 2021

APRESENTAÇÃO

O Estado Plurinacional da Bolívia está localizado na região central da América do Sul. O país faz fronteira, ao norte e a leste, com o Brasil; ao sul, com a Argentina; a oeste, com o Peru; a sudeste, com o Paraguai; e a sudoeste, com o Chile.

A Bolívia apresenta geografia variada. A oeste, encontra-se a Cordilheira dos Andes, que se estende de norte a sul em duas cadeias paralelas. Entre elas, está a área central do país, formada por um planalto, o “Altiplano”, além do Lago Titicaca, considerado o lago navegável mais alto do mundo, a 3.810 metros acima do nível do mar. Mais da metade do país está na região tropical, que vai do norte, onde há floresta amazônica, até as terras baixas a leste. O Chaco, ao sul, é pantanoso na época das chuvas, mas quente e desértico no resto do ano.

Com um território de 1.098.581 km², a Bolívia é o 29º país mais extenso do mundo, sendo o 5º na América do Sul. A população boliviana é de aproximadamente 11,7 milhões de habitantes, o que torna a Bolívia o 8º país mais populoso na América do Sul.

Declarada em 1825, a independência da Bolívia resultou da combinação do êxito militar dos Exércitos Libertadores, que vinham da Colômbia, liderados por Simón Bolívar e José Antonio de Sucre, e da revolta de dezenas de guerrilhas locais que, no decorrer de quinze anos, enfraqueceram a presença militar espanhola na região.

A Bolívia é o país com o qual o Brasil compartilha sua maior fronteira terrestre, de 3.423 km (a oitava fronteira internacional em extensão, maior que a fronteira entre Estados Unidos e México, de 3.141 km). É o único país da América do Sul que tem zona limítrofe com quatro Estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Assim como o Brasil, a Bolívia integra as duas principais bacias hidrográficas sul-americanas, as bacias Amazônica e do Prata.

PERFIL BIOGRÁFICO**LUIS ARCE CATACORA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Nascido em La Paz em 28 de setembro de 1963. Formou-se em Economia pela Universidad Mayor de San Andrés (UMSA) e tem mestrado nessa disciplina pela Universidade de Warwick, no Reino Unido. Foi professor catedrático da UMSA e funcionário do Banco Central da Bolívia, onde exerceu diferentes cargos entre 1987 e janeiro de 2006.

Foi um dos mais longevos ministros sob a presidência de Evo Morales. Comandou o Ministério da Fazenda de 2006 a 2009 e o Ministério da Economia e Finanças Públicas entre 2009 e 2019. Afastou-se das funções somente por breve período para tratamento de saúde em São Paulo. Atribui-se à sua gestão o sustentado crescimento econômico observado na Bolívia, entre 2006 e 2019.

Candidato pelo partido “Movimiento al Socialismo” (MAS), foi eleito com 55,1% dos votos válidos no primeiro turno das eleições gerais realizadas em outubro de 2020. Assumiu a presidência em 8 de novembro de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com a Bolívia abrangem diversas áreas de interesse estratégico, como integração energética, combate a ilícitos transnacionais, projetos de infraestrutura, cooperação fronteiriça e defesa. No marco da consolidada parceria em energia, o gás natural boliviano contribui para a estabilidade energética brasileira e é fonte de renda para o Estado boliviano. Há amplo potencial para diálogos construtivos em diferentes áreas, como integração de infraestrutura, comércio, investimentos, cooperação técnica e gestão de recursos hídricos.

No contexto da integração energética, destaca-se a criação, em julho de 2015, do Comitê Técnico Binacional Brasil-Bolívia (CTB) em matéria energética. A primeira reunião do Comitê Técnico ocorreu em Brasília, em dezembro de 2015, quando foram criados os Grupos de Trabalho sobre Hidrocarbonetos e sobre Eletricidade, os quais têm mantido reuniões periódicas.

Para além da cooperação no fornecimento de gás natural, Brasil e Bolívia têm trabalhado pelo aprimoramento da vertente da integração elétrica em vista do potencial de fontes renováveis de energia e do intercâmbio de excedentes energéticos. Na agenda do Comitê Técnico, estão previstos estudos de inventário e pré-viabilidade de projeto de hidrelétrica binacional no rio Madeira, de potencial estimado em 3.000 MW, bem como estudo de interconexão elétrica entre os dois países.

Brasil e Bolívia também têm avançado na atuação conjunta para o combate a ilícitos transnacionais, com atividades de cooperação e encontros de alto nível. Em 2017, teve lugar a primeira edição do Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia, que reuniu autoridades ministeriais de defesa e segurança dos dois países. Em 2019, realizou-se a X Reunião da Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Temas Conexos, mecanismo para o diálogo sobre temas de segurança regional e o estabelecimento de compromissos recíprocos no combate a ilícitos.

O diálogo em defesa é outra matéria de destaque na agenda bilateral. Desde 2017, a Força Aérea Brasileira (FAB) coopera na implementação do novo sistema de controle de tráfego aéreo boliviano (SIDACTA) com o uso de radares adquiridos pela Bolívia em 2016. Em março de 2019, foi estabelecida a Missão Técnica Aeronáutica Brasileira na Bolívia (MTAB) para dar suporte à referida atividade de cooperação técnica, além de auxiliar na elaboração de doutrina e regulamentação pertinentes à defesa e controle aéreos e na capacitação e formação de quadros bolivianos. Com impactos positivos inclusive para o combate ao narcotráfico, a missão continua a exercer atividades. Note-se, ademais, a colaboração do Exército, da Marinha e da Aeronáutica brasileiros na capacitação e formação de quadros bolivianos em diferentes áreas.

A integração fronteiriça também figura como tema de fundamental importância para o relacionamento bilateral. Em 2009, foi promulgado acordo bilateral assinado em 2004 em benefício de localidades fronteiriças vinculadas, que permite residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos. Ademais, desde 1997, vêm sendo realizadas as reuniões dos “Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia”. Os Comitês têm por objetivo promover a integração política, econômica, social, física e cultural das populações lindeiras. Os Comitês operam em quatro localidades: Brasiléia-Epitaciolândia (AC)/Cobija; Guajará-Mirim (RO)/Guayaramerín; Corumbá (MS)/Puerto Suárez; e

Cáceres (MT)/San Matías. Coordenados pelas chancelarias dos dois países, são foros de composição flexível, aos quais são convidados a participar representantes dos governos federal, estaduais e municipais, bem como membros da sociedade civil.

Mais recentemente, no contexto de fechamento de fronteiras em razão da crise sanitária, os dois países negociaram a adoção de regime que permitiu, a partir de 1º de setembro de 2020, a retomada do trânsito vicinal fronteiriço entre cidades-gêmeas. O acordo estabeleceu a possibilidade de tráfego de residentes fronteiriços em cidades-gêmeas mediante a apresentação de documento de residente fronteiriço ou de outro documento comprobatório, desde que garantida a reciprocidade no tratamento de um país ao outro.

O Brasil mantém com a Bolívia extenso programa de cooperação técnica. As iniciativas em execução abrangem, por exemplo, as áreas de segurança pública, agricultura, metrologia e meio ambiente, com destaque para a gestão de recursos hídricos. O Brasil também tem prestado assistência humanitária ao país vizinho, por meio de doações humanitárias financeiras, de alimentos e medicamentos. No contexto da pandemia do novo coronavírus, o Governo brasileiro autorizou, em caráter humanitário, exportações de oxigênio líquido medicinal para uso na rede de hospitais públicos bolivianos.

No que concerne à vertente comercial, em 2020, o Brasil continuou a figurar como segundo principal fornecedor da Bolívia, depois da China, com exportações de US\$ 1,03 bilhão, redução de 27,4% em relação ao ano anterior, em vista do significativo impacto da crise sanitária sobre a economia boliviana e da queda acentuada das importações do país. Manteve-se, ademais, como principal destino das exportações da Bolívia, com participação de 15,5% na corrente exportadora boliviana. A corrente de comércio bilateral foi de US\$ 2,1 bilhões no ano passado, representando queda de 24,2%. O saldo comercial brasileiro em 2020 foi deficitário em US\$ 53,6 milhões.

As importações brasileiras da Bolívia estão fortemente concentradas em gás natural (93% do total em 2020), ao passo que prevalecem produtos industrializados na pauta de exportação brasileira para o país vizinho, entre os quais, ferro e aço (8,7%), produtos comestíveis e preparações (4,8%), produtos da indústria de transformação (4,7%), papel e cartão (2,9%), máquinas agrícolas (2,5%), calçados (2,3%) e veículos automóveis de passageiros (2,2%).

Em 1º de janeiro de 2019, por ocasião da posse do Presidente Jair Bolsonaro, Evo Morales, então presidente boliviano, esteve presente à solenidade em Brasília. No mesmo ano, o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, reuniu-se com a Chanceler do governo provisório, Karen Longaric, à margem da 55ª Cúpula de Chefes de Estado

do MERCOSUL e Estados Associados e da 55ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizadas em dezembro de 2019, em Bento Gonçalves (RS).

Assuntos consulares: A rede consular brasileira na Bolívia conta com os consulados-gerais em Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra, os consulados em Cobija, Guayaramerín e Puerto Quijarro, além do setor consular na Embaixada em La Paz. Há consulados honorários em San Ignacio de Velasco, Sucre, Tarija e Oruro.

O Itamaraty estima em cerca de 39.258 (2020) o número de brasileiros que moram na Bolívia, com presença substantiva de estudantes universitários. Os estudantes brasileiros concentram-se em Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Cobija e Guayaramerín. Parcela importante da comunidade brasileira é integrada por agricultores. Destaca-se, nesse contexto, a produção de soja por agricultores brasileiros no Departamento de Santa Cruz.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Atualmente, há operações no montante de US\$ 2.411.231 envolvendo exportações à Bolívia no âmbito do FGE da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).

POLÍTICA INTERNA

Em 2006, com a eleição de Evo Morales a presidente, inaugurou-se novo período político na Bolívia. No mesmo ano, foi convocada assembleia constituinte, a qual apresentou texto constitucional ao Congresso em 15 de dezembro de 2007. A Constituição Política do Estado foi submetida à consulta popular e aprovada em 25 de fevereiro de 2009.

O Estado Plurinacional da Bolívia passou então a ser composto por quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Eleitoral. A Assembleia Legislativa Plurinacional divide-se em duas câmaras: Câmara dos Deputados, composta por 130 representantes, e Câmara de Senadores, com 36 membros (quatro por departamento). O mandato é de cinco anos, com possibilidade de reeleição.

O Poder Executivo é composto pela Presidência, Vice-Presidência e Ministérios. Presidente e vice-presidente são eleitos por voto universal, obrigatório, livre, secreto e direto. O mandato tem duração de cinco anos, podendo haver reeleição (Artigo 168).

O Poder Judiciário conta com jurisdição ordinária, exercida pelo Tribunal Superior de Justiça, tribunais departamentais, tribunais de sentença e juízes; jurisdição agroambiental; e jurisdição indígena originária campesina. Matéria constitucional é submetida ao Tribunal Constitucional Plurinacional.

O Órgão Eleitoral Plurinacional está composto pelo Tribunal Supremo Eleitoral, tribunais eleitorais departamentais, juízes eleitorais, jurados das mesas de sufrágio e notários eleitorais. O Tribunal Supremo é formado por sete membros (pelo menos dois devem ter origem indígena originária campesina), os quais exercem a função por seis anos, sem possibilidade de reeleição. A Assembleia Legislativa, em votação com maioria de 2/3, indica seis nomes. A Presidência detém a prerrogativa de indicação do sétimo membro.

A Bolívia vivenciou, em fins de 2019, período de grande instabilidade política, social e econômica. No sufrágio presidencial levado a cabo em outubro daquele ano, os resultados eleitorais deram vitória em primeiro turno a Evo Morales. Observadores da OEA apontaram, porém, diversas irregularidades no pleito e acordaram com o Governo boliviano a realização de uma auditoria vinculante do processo eleitoral, a qual recomendou a realização de novas eleições. A crise política e social que se havia instalado no país levou o então Presidente Evo Morales a renunciar em 10 de novembro de 2019, gesto que desencadeou renúncias em sequência da alta cúpula do governo.

Em 12 de novembro de 2019, assumiu a presidência interina do país a segunda vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez, do partido “Unión

Democrática”. Pela Lei 1266, aprovada por unanimidade, a Assembleia Legislativa Plurinacional anulou, ainda em novembro de 2019, os resultados das eleições de outubro e determinou a realização de novo pleito. O governo provisório liderado por Áñez administrou o país por um ano, convocando novas eleições gerais para 2020.

Em 18 de outubro de 2020, após dois adiamentos em razão da pandemia do novo coronavírus, realizou-se o primeiro turno das eleições gerais na Bolívia, que conferiu ampla vitória (55,1%) ao candidato Luis Arce Catacora, do partido do ex-presidente Evo Morales, “Movimiento al Socialismo” (MAS). No pleito, o MAS também logrou assegurar maioria simples na Câmara e no Senado. As principais forças políticas bolivianas reconheceram os resultados oficiais, respeitando a vontade popular expressa nas urnas.

O pleito foi acompanhado por missões internacionais de observação, como a Missão de Peritos Eleitorais encaminhada pela União Europeia, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA), para a qual o Brasil aportou recursos. As missões de observação atestaram a idoneidade do processo eleitoral.

Em 12 de março de 2021, o Ministério Público boliviano decretou a prisão da ex-Presidente Jeanine Áñez e de membros civis e militares do primeiro escalão do governo transitório, sob acusação de prática de “golpe de Estado” e de crimes de sedição, terrorismo e conspiração.

O Senhor Presidente da República e o Itamaraty emitiram manifestações públicas de preocupação com os eventos aludidos e manifestaram a importância do pleno respeito ao Estado de Direito no processo judicial. O Itamaraty recordou que a posse da Presidente Jeanine Áñez em caráter provisório se deu de modo constitucional, reconhecida pelas instituições bolivianas e em conformidade com instrumentos jurídicos internacionais, como o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático.

Também manifestaram preocupação com as detenções o secretário de Estado dos EUA, o alto representante da União Europeia para Assuntos Exteriores e Política de Segurança, o governo de Juan Guaidó na Venezuela, o Senado do Paraguai, o Presidente do Chile, a Secretaria-Geral da OEA, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o secretário-Geral da ONU e o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, que, em 8 de abril, realizou visita a Áñez na prisão.

POLÍTICA EXTERNA

Com a vitória do partido “Movimiento al Socialismo” (MAS) nas eleições gerais de outubro de 2020, encerrando o breve período marcado pelo Governo provisório de Jeanine Añez, a política externa voltou a caracterizar-se por fortes nexos com a ação política interna, especialmente na busca de maior projeção boliviana nos cenários regional e global e na valorização de temas indígenas e camponeses, assim como da pauta ambiental.

Em seu discurso de posse, o Presidente Luis Arce destacou a importância da multipolaridade e dos princípios da autodeterminação dos povos, da não intervenção e da igualdade jurídica e política entre os países. Defendeu o exercício da “diplomacia dos povos” em prol da integração e da igualdade e contra a discriminação e a opressão. Conferiu prioridade às relações Sul-Sul e ao relacionamento com os países da região, ressaltando a importância da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Com efeito, uma das primeiras medidas tomadas pela administração de Luis Arce na área de política externa foi a revisão das medidas adotadas pelo Governo provisório e a retomada da participação plena da Bolívia nos mecanismos de CELAC, UNASUL e ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América). A adesão do país ao MERCOSUL como membro pleno recebeu, igualmente, destaque na condução da política externa.

Sob essas diretrizes, o Governo boliviano tem atuado para fortalecer os vínculos com países com os quais possui afinidades político-ideológicas, como México, Venezuela, Argentina, Cuba, Nicarágua e Peru, além de Rússia e China. A esse respeito, destacam-se as visitas oficiais realizadas pelo novo mandatário boliviano ao México em março e, por ocasião da VI Cúpula da CELAC, em setembro de 2021, à Venezuela, em junho de 2021, por ocasião da XIX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da ALBA, e sua participação na cerimônia de posse do atual presidente peruano, Pedro Castillo, em julho último.

Um dos principais itens da agenda internacional boliviana continua a ser o pleito pela recuperação de acesso soberano ao Pacífico. Durante a Guerra do Pacífico (1879-1884), a Bolívia perdeu para o Chile parcela do território e um total de 400 km de linha costeira. Sob o governo de Evo Morales, o país submeteu a pendência bilateral à Corte Internacional de Justiça (CIJ). Em 2018, o órgão proferiu decisão segundo a qual o Chile não teria obrigação de negociar um acesso ao mar com a Bolívia. Atualmente, verifica-se tentativa de retomada do diálogo e da cooperação entre os dois países, cujas relações diplomáticas foram rompidas em 1962.

Em âmbito multilateral, o Governo boliviano tem liderado campanha pelo alívio da dívida externa dos países em desenvolvimento como meio de superação da grave crise econômica resultante da pandemia, assim como

pela liberação de patentes e pela distribuição equitativa de imunizantes contra o novo coronavírus.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após desempenho positivo em termos de crescimento e estabilidade macroeconômica ao longo da última década, a Bolívia registrou, pela primeira vez em 25 anos, contração do PIB de cerca de 8,8% em 2020, em razão dos efeitos da pandemia do novo coronavírus. A rígida quarentena imposta em março de 2020 afetou, fortemente, diversos setores econômicos, à exceção da agricultura, que se apoiou na demanda interna e nas exportações de carne.

Recente projeção do FMI aponta, porém, para crescimento econômico de 5% em 2021. Estima-se que a taxa de desemprego caia de 8% (2020) para 4%. O crescimento econômico expressivo esperado para 2021, apoiado na campanha nacional de vacinação, deverá ser impulsionado pela retomada dos setores-chave de mineração e de hidrocarbonetos e pela recuperação dos preços internacionais dos principais produtos de exportação do país, como minerais, gás natural e soja.

Ante dificuldades no setor de hidrocarbonetos, agravadas pelo choque de demanda provocado pela pandemia, o Governo boliviano tem buscado diversificar a pauta exportadora do país, com ampliação da venda de mineirais e produtos agrícolas, bem com a industrialização de recursos naturais, por exemplo, ureia e lítio. O atual governo tem investido no uso de energias renováveis, as quais, segundo as autoridades locais, permitirão diminuir o consumo interno de gás natural, que poderá ser processado industrialmente e convertido em produtos para exportação, e a dependência da eletricidade produzida por termelétricas.

O estímulo à demanda interna, aos investimentos públicos, que o Governo pretende elevar da tradicional marca de cerca de 8% para 10% do PIB, e à substituição de importações, especialmente de diesel e trigo, constituem, com efeito, os pilares do Modelo Econômico Social Comunitário Produtivo (MESCP), pelo qual a administração de Luis Arce afirma buscar, em contraposição ao modelo neoliberal, a retomada do crescimento econômico boliviano.

Dentre os principais desafios econômicos a curto prazo, em meio a um regime de câmbio fixo e ao distanciamento em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), está a tentativa de contenção da contração das reservas internacionais bolivianas, motivada pelos sucessivos déficits comerciais de 2015 a 2020 e, sobretudo, pela demanda dos agentes econômicos locais, o que poderá implicar a ampliação do endividamento externo do país. No ano passado, ante dificuldades para equilibrar as contas externas, o país chegou a recorrer a empréstimos de cerca de US\$ 1 bilhão

junto a organismos financeiros regionais e multilaterais. Note-se, entretanto, que o endividamento externo boliviano, de 31,7% do PIB, segue relativamente baixo, sendo considerado sustentável e dentro dos parâmetros recomendados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, de 40%.

Cita-se, ademais, o desafio de contenção do déficit fiscal, que alcançou 12,7% do PIB em 2020, em razão da paralisação de atividades econômicas no contexto da pandemia e dos programas sociais emergenciais implementados. O Governo boliviano também terá o desafio de melhorar os indicadores sociais e do mercado de trabalho em uma economia fortemente impactada pela crise sanitária e ainda caracterizada por elevada informalidade. Oito em cada dez trabalhadores atuam no setor informal, segundo o FMI.

Com relação à balança comercial, ainda que a pandemia tenha provocado, em apenas um ano, redução de um quarto na corrente total de comércio, os efeitos foram mais graves sobre as importações (-28%) do que sobre as exportações (-21%) em 2020. As exportações bolivianas totalizaram US\$ 7,015 bilhões, enquanto as importações do país somaram US\$ 7,080 bilhões. Com isso, o déficit comercial, no ano passado, foi de apenas US\$ 65 milhões. Trata-se do menor déficit da balança comercial observado nos últimos seis anos.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado Plurinacional da Bolívia
CAPITAL	La Paz (sede do Governo) e Sucre (sede Constitucional)
ÁREA	1.098.581 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2020)	11,72 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Espanhol, quéchua e aimará
SISTEMA POLÍTICO	República unitária e presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Luis Arce Catacora (desde 08/11/2020)
CHANCELER	Rogelio Mayta Mayta (desde 09/11/2020)
PIB (FMI, 2020)	US\$ 39,38 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US\$ 97,8 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 3.360
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 8.340
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	5% (2021, est.), -8,8% (2020), 2,2% (2019), 4,2% (2018), 4,2% (2017), 4,3%

	(2016), 4,9% (2015), 5,5% (2014), 6,8% (2013), 5,1% (2012)
IDH (PNUD, 2020)	0,718 (107º)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2020)	92,5%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2020)	71,5 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Boliviano
EMBAIXADOR EM LA PAZ	Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes (beneplácito foi concedido, em 1º/10/2021, ao pedido de “agrément” em favor do Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	A ser nomeado
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2020)	Cerca de 39.258

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

Brasil– Bolívia	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2019-2020
Exportações	1.511,4	1.472,9	1.534,3	1.612,3	1.482,0	1.428,1	1.506,2	1.452,6	1.411,0	1.025,1	-27,35%
Importações	2.863,3	3.431,0	4.035,2	3.816,3	2.506,2	1.341,8	1.285,1	1.636,4	1.365,9	1.078,7	-21,02%
Saldo	-1.351,8	-1.958,0	-2.500,9	-2.203,9	-1.024,2	86,3	221,1	-183,8	45,1	-53,6	-218,93%
Intercâmbio	4.374,7	4.903,9	5.569,5	5.428,6	3.988,2	2.769,9	2.791,3	3.089,1	2.776,9	2.103,8	-24,2%

Fonte: Ministério da Economia

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1400	Surgimento dos reinos Aymara.
1460s	Conquista Inca.
1532	Chegada dos espanhóis ao Peru.
1538	Chegada dos espanhóis ao Altiplano boliviano.
1545	Descoberta de prata em Cerro Rico, Potosí.
1624	Criação da Universidade de Chuquisaca.
1695	Descoberta de prata em Oruro.
1809	Rebelião popular pela independência de La Paz.
1825	Independência da Bolívia (6 de agosto).
1825-1828	Primeiro governo republicano de Antonio José de Sucre. Nacionalização da Igreja Católica.
1860-1870	Descoberta por chilenos de guano, prata e nitratos no Deserto de Atacama.
1879	Guerra do Pacífico contra o Chile. Derrota da Bolívia, que perde o acesso ao Oceano Pacífico.
1899-1903	Movimento separatista do Acre.
1903	Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil.
1920-1934	Governos civis do Partido Republicano.
1932-1935	Guerra do Chaco contra o Paraguai. Derrota da Bolívia.
1942	Fundação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).
1943-1946	Governo de Gualberto Villarroel. Aliança militar radical e MNR.
1952	Revolução do MNR.
1964-1978	Governos militares.
1978-1979	Transição política. Reorganização de partidos políticos.
1980-1982	Governo militar. Protestos populares.
1982-presente	Redemocratização. Governos civis.
1995	Fundação do Movimento ao Socialismo (MAS).
2006-2010	Primeiro mandato de Evo Morales. Nacionalização dos setores de hidrocarbonetos e eletricidade.

2009	Nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.
2010-2014	Segundo mandato de Evo Morales.
2015-2019	Terceiro mandato de Evo Morales.
2019	Eleições gerais são realizadas em 20 de outubro e dão vitória em primeiro turno a Evo Morales, que renuncia após contestação dos resultados. A segunda vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez (Unión Democrática), assume a presidência interina em 12 de novembro.
2020	Novas eleições gerais são realizadas em 18 de outubro. Luis Arce Catacora, do partido do ex-presidente Evo Morales, “Movimiento al Socialismo” (MAS), assume a presidência em 8 de novembro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1831	São estabelecidas as relações diplomáticas entre Brasil e Bolívia, com a nomeação de Antônio Gonçalves da Cruz como Encarregado de Negócios e Cônsul-Geral do Brasil em território boliviano.
1867	Tratado de La Paz de Ayacucho estabelece linha Madeira-Javari como fronteira comum.
1872	Chile e Bolívia rompem relações diplomáticas. Brasil representa Bolívia em Santiago.
1879	Início da Guerra do Pacífico. O Brasil permanece neutro.
1884	Fim da Guerra do Pacífico contra o Chile. Bolívia perde acesso ao Oceano Pacífico.
1899	Ex-diplomata espanhol Luís Galvez R. Arias proclama a independência do Acre.
1902	Revolução Acreana de Plácido de Castro (60 mil brasileiros opõem-se ao Governo boliviano e ao arrendamento do Acre à companhia norte-americana “Bolivian Syndicate”).
1903	Modus vivendi sobre o Acre é assinado com a Bolívia para cessação das hostilidades. Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil, que paga indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e se compromete a construir a ferrovia Madeira-Mamoré.
1912	Inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré.
1958	Acordos de Roboré (exploração de petróleo, obras ferroviárias e cooperação econômica).

1969	Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai).
1973	Acordo para construir gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e a refinaria de Paulínia (SP).
1984	Visita do Presidente Figueiredo a Santa Cruz: primeira viagem de um Presidente brasileiro à Bolívia.
1992	Acordo de Compra de Gás Natural Boliviano. Construção de gasoduto de 3 mil km.
1996	Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Bolívia. Acordo para Isenção de Impostos para Implementação do Gasoduto Brasil-Bolívia.
1999	Início do funcionamento do gasoduto GASBOL.
2005	Aprovação de nova lei boliviana para a nacionalização dos hidrocarbonetos por meio de referendo popular.
2006	Efetivação, em 1º de maio, da nacionalização dos hidrocarbonetos. Início das negociações com Petrobras sobre nacionalização dos seus ativos (maio). Adesão da Bolívia à Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA).
2007	Petrobras anuncia novos investimentos na Bolívia. Firmam-se acordos de cooperação e de financiamento para a Bolívia (dezembro).
2008	Convite do Governo boliviano ao Brasil para integrar “Grupo de Países Amigos da Bolívia”, com vistas a promover a facilitação do diálogo entre Governo e oposição (março). Viagem do Ministro Celso Amorim a La Paz e Santa Cruz de la Sierra, em que manteve contatos com o Presidente Morales, o Vice-Presidente Linera e o Ministro de Negócios Estrangeiros Choquehuanca (abril).
2009	Inauguração de dois trechos do futuro Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile. (janeiro). Reunião de Alto Nível sobre os Projetos Hidroelétricos do Rio Madeira, em Brasília (março).
2015	Assinatura do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL (julho).
2016	Visita do Presidente Evo Morales a Brasília (fevereiro).
2017	Visita do Ministro de Governo da Bolívia, Carlos Romero Bonifaz (maio). Visita do Ministro Fernando Huanacuni a Brasília (outubro). Visita do Presidente Evo Morales a Brasília (dezembro).

2018	Visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira a La Paz (agosto).
2019	Visita do Presidente Evo Morales a Brasília, por ocasião da cerimônia de posse do Presidente Jair Bolsonaro (1º de janeiro). Encontro entre o Ministro Ernesto Araújo e a Chanceler Karen Longaric à margem da 55ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e da 55ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Bento Gonçalves (dezembro). Visita a Brasília do Ministro de Hidrocarbonetos, Victor Hugo Zamora (dezembro).
2020	Visita do Ministro da Defesa, Luis Fernando López, a São Paulo e Manaus (janeiro).

EMBAIXADA DO BRASIL EM LA PAZ**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (dez/2018 - dez/2021):

2. Minha gestão à frente da Embaixada em La Paz, iniciada em 4 de dezembro de 2018, foi marcada por forte instabilidade política e social, na qual três governos se sucederam na Bolívia. A excepcionalidade do período foi agravada com o advento da pandemia de covid-19 e as severas medidas restritivas à circulação adotadas pelo governo provisório, a datar de março de 2020. Entre 2019 e 2020, houve momentos de extrema fragilidade institucional, violência e vazio de poder. A Embaixada manteve interlocução com os atores relevantes em cada estágio da crise boliviana e acompanhou os desdobramentos das sucessivas transições de poder, a partir dos interesses do Estado e da sociedade brasileira. A rede consular presente neste país mobilizou esforços significativos para evacuar mais de 10.000 concidadãos que ansiavam repatriação por razões sanitárias. Destaque-se, ainda, o acompanhamento das profundas transformações no mercado de gás natural, principal elo comercial entre os dois países, que alteraram sobremodo o relacionamento nos últimos três anos. Resumo, a seguir, a evolução dos acontecimentos, dos vínculos bilaterais e das atividades desempenhadas pela Embaixada no decurso em tela.

I - POLÍTICA INTERNA E EXTERNA

3. Quando de minha chegada à Bolívia, em dezembro de 2018, o país já vivia em contexto das eleições gerais previstas para outubro de 2019, cuja opinião generalizada antecipava a vitória do Presidente Evo Morales para um quarto mandato, em razão de pronunciamento do Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP), que atestava a sucessão indefinida como direito humano.

4. Por ocasião da entrega de minhas credenciais, duas semanas após ter chegado a La Paz, o mandatário boliviano afirmou que "apesar das diferenças de visão de mundo que nossos governos mantinham, era preciso seguirmos diálogo construtivo na busca de terreno comum". Nesse espírito, o presidente Evo Morales havia decidido viajar a Brasília para a posse do Presidente Jair Bolsonaro, fato que se consumou.

5. Em janeiro de 2019, o governo boliviano, a pedido conjunto do Brasil e da Itália, extraditou o fugitivo Cesare Batistti.

6. As eleições do dia 20 de outubro transcorreram de forma tranquila em todo o país, mas na noite daquele domingo, pouco após o início da apuração, o sistema de contagem de votos foi interrompido quando o candidato opositor, Carlos Mesa, apresentava números que levariam o pleito para o segundo turno. A contagem foi retomada no dia seguinte, com novos números que indicavam vitória de Evo Morales no primeiro turno. A partir desse momento, tiveram início manifestações pacíficas, mas que foram gradativamente paralisando o país e escalando a níveis crescentes de confrontação entre opositores e apoiadores do governo. Após uma semana, a missão de observação eleitoral da OEA emitiu relatório preliminar o qual afirmava a impossibilidade de

confirmar a lisura do pleito, dadas as intercorrências ocorridas durante o cômputo. O Tribunal Supremo Eleitoral concluiu a contagem e declarou a vitória em primeiro turno de Evo Morales.

7. Em 31 de outubro de 2019, chegou a La Paz, a convite do governo, missão de auditoria da OEA. No mesmo dia, o Brasil, juntamente com outros países, emitiu declaração de apoio ao trabalho do organismo internacional, cujas conclusões teriam, segundo o acordado com o governo Morales, caráter vinculante. Aglomerações de grandes dimensões, especialmente em Santa Cruz, passaram a exigir a renúncia de Evo Morales. Na esteira de conspícua convulsão social, perda de apoio de sua própria base política, revolta da polícia e confirmação de irregularidades eleitorais pela missão de auditoria da OEA, o ex-presidente abdicou do cargo em 10 de novembro de 2019 e, na madrugada do dia 12, acompanhado do vice-presidente, viajou para a cidade do México, em avião da força aérea mexicana, onde se exilou. Todos seus correligionários da linha sucessória renunciaram aos cargos, o que provocou vazio de poder. Após três dias de caos e ausência do Estado, a Segunda Vice-Presidente do Senado, Jeanine Áñez, assumiu a presidência daquela Casa e, ato contínuo, da Bolívia. O TCP endossou, imediatamente, a conformidade da sucessão presidencial e o governo provisório foi prontamente reconhecido por Colômbia, Estados Unidos, Reino Unido, União Europeia e Brasil, entre outros. Em dezembro de 2019, Morales trasladou-se para a Argentina, de onde passou a conduzir campanha contra o governo provisório que, por sua vez, tinha por objetivo precípua convocar novas eleições.

8. As crises sanitária e econômica marcaram o governo provisório e forçaram o adiamento do sufrágio, inicialmente para setembro de 2020 e, posteriormente, para 18 de outubro daquele ano. Em votação amplamente percebida como transparente, idônea e endossada pela OEA, Luis Arce, candidato de Morales, foi escolhido por 55,1% dos eleitores e sagrado novo presidente da Bolívia em primeiro turno. O Movimiento al Socialismo (MAS) foi ainda capaz de manter o controle do parlamento, ficando com representação majoritária, porém inferior ao quórum de 2/3 detido até então. O resultado das eleições de outubro de 2020 foi prontamente reconhecido pelos partidos opositores e pela comunidade internacional.

9. Na cerimônia de posse de Arce, em 8 de novembro de 2020, na qual representei o governo brasileiro, o discurso apaziguador da campanha foi substituído por acusações responsabilizando a oposição por suposto "golpe de estado", em 2019. Três dias depois, o ex-presidente retornava de seu exílio de um ano na Argentina e reanimava sua base política na região cocaleira do trópico de Cochabamba. Em dezembro de 2020, o presidente Arce viajou a São Paulo para exames médicos. Vários integrantes do governo, inclusive o chanceler, expressaram a satisfação e o agradecimento ao apoio prestado a Arce pelo governo brasileiro durante sua breve estada no País. Em 12 de fevereiro de 2021, mantive meu primeiro encontro privado com o Chanceler Rogelio Mayta, quem se empenhou em encaminhar assuntos de interesse mútuos e expressou desejo de fomentar o diálogo e a cooperação com o Brasil. Por sua vez, o Presidente Arce concedeu entrevista à televisão sindical brasileira (TVT), em que afirmou manter "relações cordiais" com o governo brasileiro.

10. Em 13 de março de 2021, deu-se a detenção preventiva da ex-Presidente Jeanine Áñez, por alegados crimes de conspiração, sedição e terrorismo. O processo, denominado "caso golpe de estado", corre na justiça comum, em que pese o foro privilegiado destinado a ex-mandatários. O temor de novas detenções ensejou a saída do país de opositores e de ex-integrantes do governo

interino. O ex-Presidente Carlos Mesa e os governadores e prefeitos dos maiores centros urbanos foram, igualmente, intimados a prestar depoimentos em diversos processos.

11. O governo central, com base em perícia encomendada à Universidade de Salamanca, declarou que a investigação sobre a fraude das eleições de 2019 estava encerrada. A OEA reagiu demonstrando as limitações do estudo espanhol e ratificando as conclusões de sua própria auditoria, a qual elencou evidências de irregularidades nas eleições anuladas. Em paralelo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu opinião consultiva derruindo a argumentação jurídica segundo a qual a candidatura à reeleição indefinida de Moraes constituiria um direito autônomo. Um terceiro parecer externo que disputou a postura oficial foi o relatório do Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI), da CIDH, o qual responsabilizou tanto o governo provisório quanto o de Morales pela violência que acometeu a Bolívia no final de 2019. O relatório demandou a responsabilização do Estado e a reparação das vítimas, além de condenar a submissão estrutural do poder Judiciário ao Executivo boliviano.

12. O discurso de lideranças “masistas”, indicando suposto “golpe de estado” e a insinuação de participação estrangeira, narrativa que mais recentemente tem sido esposada pelo Presidente Arce, tem mantido o cenário político doméstico polarizado e dificultado a relação da Bolívia com parceiros tradicionais. Enquanto isso, a controversa detenção preventiva da ex-presidente, que tentou o suicídio na prisão em agosto de 2021, foi estendida sucessivas vezes e supera oito meses.

13. A exemplo do ocorrido na política interna do país, a Embaixada acompanhou as reorientações da política externa boliviana resultantes das mudanças de governo.

14. No período final de seu governo, Evo Morales buscou redobrar esforços para alçar a Bolívia à posição de ator com maior relevância na esfera internacional. As relações com a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio entre os Povos (ALBA-TCP) – foram privilegiadas.

15. A interação com a OEA também teve como tônica o processo eleitoral nacional. Em maio de 2019, Almagro realizou visita ao país, durante a qual manifestou apoio ao pleito de Morales para reeleger-se. A aproximação entre os dois lados foi interrompida após as eleições de outubro de 2019, com a publicação dos relatórios da missão de observação e da missão de auditoria da organização, que apontaram indícios de fraude no processo.

16. No tocante ao relacionamento com vizinhos e o entorno regional, houve gradual esfriamento. Com a Argentina, o pragmatismo que Morales havia atribuído com o governo Macri foi abalado pela crise eleitoral de outubro de 2019. Relacionamento relativamente neutro foi mantido com o Peru e manteve-se tradicional distanciamento com o Chile, com o qual a Bolívia não mantém relações diplomáticas desde 1962.

17. No âmbito das relações extrarregionais, Morales manteve relação distante com os Estados Unidos, investindo em aproximação com a China e com a Rússia, com destaque para cooperação na área de prospecção e exploração de reservas de gás natural e de tecnologia nuclear.

18. O governo Áñez reverteu, em grande medida, toda a política externa de seu antecessor. Em temas multilaterais, concentrou seus esforços na OEA, apoiando a reeleição de Luis Almagro; denunciando os abusos de Evo Morales nas eleições de 2019 e no período de instabilidade política que se seguiu à crise eleitoral, e patrocinando iniciativas que conclamavam à transição de poder na Venezuela. Com relação aos demais arranjos regionais, Áñez retirou o país da ALBA-TCP e suspendeu sua participação na CELAC e na UNASUL. Foram rompidas relações diplomáticas com Cuba e Venezuela. A decisão do México e da Argentina em receber Evo Morales como asilado político abalou o relacionamento bilateral com La Paz, em particular devido à liberdade de atuação política concedida ao ex-presidente por ambos os países.

19. Desde o anúncio de sua vitória, Luis Arce declarou a intenção de retomar as linhas de política externa que caracterizaram o período Morales, em especial o retorno a estreitamento de relações com países ideologicamente próximos. Em esferas multilaterais, notou-se tentativa de retomar o protagonismo do período anterior. Nesse sentido, pode-se destacar a atuação em temas como: reestruturação de dívida; promoção, particularmente por parte do Vice-Presidente, de valores originários andinos (como o "Vivir Bien" e a proteção à "Madre Tierra"); direitos de povos indígenas; direito fundamental à água; e campanha para quebra de patentes de medicamentos e vacinas contra o covid-19. Com relação aos blocos de integração regionais, a Bolívia voltou a privilegiar a ALBA-TCP. Além do retorno à UNASUL e CELAC, o Governo Arce somou-se ao México e da Argentina em suas críticas ao funcionamento da OEA.

20. Brasil, Estados Unidos e União Europeia vêm sendo tratados com distanciamento pelo atual governo, que voltou a privilegiar China e Rússia, além de Argentina e México. A mudança de ênfase ficou particularmente clara na abordagem boliviana à aquisição de vacinas para combater o covid-19. Preferência foi dada à compra e ao recebimento de doações das vacinas Sputnik V e Sinopharm.

II - APOIO À COMUNIDADE BRASILEIRA E TEMAS CONSULARES

21. Além do setor consular da Embaixada, o Brasil conta com uma rede de cinco consulados na Bolívia: consulados-gerais em Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba e consulados em Cobija, Puerto Quijarro e Guayaramirín.

22. A comunidade brasileira na Bolívia é estimada em cerca de 50 mil pessoas, a maior parte formada por estudantes residentes nos departamentos de Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba. Cerca de 6 mil brasileiros residem na jurisdição da Embaixada.

23. As principais dificuldades encontradas na área consular concentram-se na falta de reciprocidade em questões migratórias, problemas das mais diversas naturezas enfrentados por estudantes brasileiros e a inconsistência das informações a respeito da comunidade encarcerada.

24. O maior desafio enfrentado na área consular durante minha gestão foi o retorno dos brasileiros em razão da pandemia. Com o fechamento das fronteiras e o rígido "lockdown" imposto pelas autoridades bolivianas a partir de março de 2020, a Embaixada, em coordenação com os cinco outros consulados brasileiros no país, organizou operação que viabilizou autorizações especiais para o trânsito nas fronteiras de automóveis de brasileiros, fretamentos de ônibus e embarques em

voos humanitários. Entre 19 de março e 22 de julho de 2020, foram repatriados 7.212 brasileiros. Até o final de 2020, contabilizaram-se mais de 10 mil nacionais que retornaram ao Brasil por conta da Pandemia, sem custos para o governo brasileiro.

25. A Embaixada foi responsável por tramitar todos os pedidos de autorização de circulação para veículos privados e ônibus que partiam em comboios. Do mesmo modo, coube-lhe o envio de Notas com solicitação de saída de brasileiros pelos pontos fronteiriços.

26. Em junho de 2021, foi implementado no setor consular o sistema "e-consular", vinculado ao sistema federal "e-gov". Para tanto, foi realizado treinamento dos funcionários e conscientização dos consulentes. A maior parte dos atendimentos (cerca de 90%) passou a se dar apenas com agendamento, sem, com isso, reduzir a produção de atendimento consular do Posto.

III - ECONOMIA E COMÉRCIO

27. Entre 2000 e 2019, a Bolívia viveu anos de intenso crescimento econômico, com resultados positivos para a redução das desigualdades sociais e aumento da renda per capita. São dois os fatores centrais por trás dos bons resultados do "Modelo Econômico-Social Comunitário e Produtivo" adotado durante o governo do ex-presidente Evo Morales (2006-2019): i) o aumento da demanda doméstica, resultado do crescimento da renda das famílias e da diminuição dos níveis de desigualdade; e (ii) o preço internacional, elevado na maior parte do período, dos hidrocarbonetos e dos minérios, cuja alta tributação constitui a principal fonte de receita do Estado boliviano.

28. Mesmo com os avanços econômicos e sociais alcançados durante a gestão do ex-presidente Evo Morales, a dificuldade de diversificar a base econômica do país fez com que o governo de Luis Arce continuasse a depender das exportações de matérias-primas, especialmente minerais e gás natural. Permanecem dúvidas acerca da capacidade do país de fazer frente aos desafios econômicos presentes, especialmente em contexto de esgotamento das reservas de gás natural e de pressões sobre a exploração dos recursos naturais e produtivos.

29. No período de 2019 a 2021, a Bolívia sofreu as consequências de uma dupla crise: a política-social, que culminou em outubro de 2019, e a sanitária, que se abateu sobre o país com mais força a partir de março de 2020. A conjunção desses fatores foi devastadora para a economia, que encolheu 8,3% em 2020, o pior resultado desde 1953.

30. Durante o primeiro trimestre de 2020, o crescimento da economia boliviana ficou próximo de zero. A partir de março, com a chegada da pandemia de covid-19, o governo de transição decretou quarentena rígida, em que foram fechadas as fronteiras e restringidos a locomoção e o funcionamento de quase todos os setores da economia. O terceiro e quarto trimestres de 2020 foram especialmente negativos, com taxas de crescimento de -24,63% e -11,99%, respectivamente. O investimento público contraiu em 52,7%. O desemprego duplicou e chegou a 8,4%, nível jamais visto durante a gestão de Evo Morales. Registraram-se, ademais, a precarização das condições de trabalho e o aumento da informalidade. Os indicadores externos também pioraram em 2020, com decréscimo de 21,4% das exportações e 27,3% das importações. O déficit fiscal para 2020 ficou em 12,2% do PIB, com consequente balanço corrente deficitário pela primeira vez em 16 anos.

31. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro semestre de 2021 foi de 9,36%, o que indica importante recuperação econômica, alavancada principalmente pelo diferimento de dívidas bancárias, autorização de saques extraordinários dos fundos de previdência, aumento das exportações e valorização do preço internacional das commodities. Registrou-se, ainda, aumento do consumo das famílias, especialmente graças a programas governamentais de transferência de renda – implementados pelo governo de transição e incrementados pelo governo do Presidente Luis Arce. De acordo com previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia boliviana deve crescer cerca de 5,5% em 2021, com expectativa de que a recuperação desacelere nos anos seguintes.

32. O relatório do FMI sobre a economia boliviana, publicado em agosto último, apontou a sustentabilidade da dívida como um dos principais fatores de alerta. De acordo com as previsões do órgão, caso seja mantida a trajetória atual, a dívida pública chegará a 70% do PIB em 2026, situação considerada insustentável. Tanto a redução dos subsídios aos combustíveis fósseis quanto a flexibilização do câmbio (que obedece a taxa fixa desde 2011) foram apontados pelo Fundo como possíveis componentes de solução para o problema fiscal, mesmo tomando em conta os previsíveis riscos políticos e sociais inerentes à adoção dessas medidas.

33. Em 2020, Brasil e Argentina seguiram como os principais destinos das exportações bolivianas, representando, cada um, 14% do total. Dos US\$ 1,09 bilhão exportados pela Bolívia ao Brasil, em 2020, 93,6% correspondem ao gás natural.

34. As importações bolivianas em 2020 somaram US\$ 7,1 bilhões. A China mantém-se, desde 2014, em substituição ao Brasil, como principal fornecedora da Bolívia, com US\$ 1,6 bilhão de dólares, seguida do Brasil e Argentina. A pauta de importações bolivianas com origem no Brasil é diversificada, composta, em grande medida, por produtos manufaturados. O saldo comercial em 2020 foi deficitário ao Brasil em US\$ 53,6 milhões.

IV - ENERGIA E INFRA-ESTRUTURA

36. A área de energia tem sido, historicamente, um dos eixos organizadores das relações entre o Brasil e a Bolívia. A integração energética entre os dois países remonta aos acordos de Roboré, de 1958, quando foram estabelecidas as bases para a parceria que resultaria na construção do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) e na assinatura do Acordo de Venda de Gás ao Brasil (GSA), em 1996, contrato que beneficia o Brasil com suprimento do produto e a Bolívia com contribuição ao crescimento do PIB e à multiplicação da arrecadação tributária.

37. Em 2019, as importações brasileiras de gás natural totalizaram 9,9 bilhões de metros cúbicos, dos quais 6,8 bilhões (68,9% do total) foram provenientes da Bolívia. Dois eventos recentes importantes, no entanto, determinarão mudanças estruturais na relação energética bilateral nos próximos anos. Primeiramente o anúncio, em dezembro de 2020, da decisão da Petrobras de vender seus ativos de exploração e produção fora do Brasil, no contexto de seu programa global de desinvestimentos. Tal decisão implicará venda da participação da Petrobras (de 51%) na empresa Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TGB) e no desinvestimento integral na sua subsidiária na Bolívia, a Petrobras-Bolívia (PEB), cujo processo iniciou-se em janeiro de 2021.

Hoje, a PEB atua na extração do gás natural em quatro campos de exploração, o que a torna responsável pela extração de um terço de todo o gás produzido pela Bolívia.

38. O segundo evento foi a decisão, por parte do governo brasileiro, de flexibilizar o mercado de gás natural (o chamado "novo mercado do gás") e diminuir a participação da Petrobras, permitindo a entrada de novos atores no setor, e, consequentemente, abrindo a oportunidade para que a Yacimientos Petroliferos y Fiscales Bolivianos (YPFB) comercialize o gás produzido na Bolívia diretamente aos compradores no Brasil. Acordos nesse sentido têm sido firmados entre a YPFB e empresas brasileiras.

39. Ambas decisões devem ser vistas no contexto de diminuição progressiva de capacidade boliviana de produção de gás natural. Hoje, a produção está estimada em 42 Mmcd, enquanto no seu auge o volume produzido chegou a 60 Mmcd. Tal declínio pode ser atribuído ao amadurecimento dos campos e à falta de novos investimentos na exploração de reservas. O declínio no ritmo de descobertas remonta a 2005 e a queda na capacidade de produção a 2014 – problema, portanto, que consta da pauta do governo há anos.

40. A participação do gás boliviano no setor brasileiro tem sido reduzida nos últimos anos, não apenas como consequência das mudanças no marco regulatório, mas principalmente em virtude do aumento da oferta doméstica brasileira com origem no pré-sal.

41. A crise econômica provocada por conflitos políticos e pela pandemia de covid-19 piorou os resultados do setor energético boliviano. Em 2020, a produção de gás natural pela YPFB diminuiu, em média, 13%, e a produção média de gás natural ficou em 43 Mmcd. De acordo com a YPFB, a renda petroleira foi reduzida em 15% devido à menor demanda da parte do Brasil e a queda dos preços internacionais do produto. O contexto resultou em redução das receitas da YPFB em 33%. Mesmo com a recuperação econômica registrada em 2021, a YPFB não foi capaz de aumentar o volume de produção, o que tem provocado incertezas acerca da capacidade da empresa de garantir o abastecimento do mercado interno e o cumprimento dos contratos com Argentina e Brasil, principais consumidores do gás boliviano. Para mitigar as consequências da menor produção de gás natural, a Bolívia tem investido em fontes de energia alternativas. Foram realizadas, recentemente, inaugurações de plantas de energia eólica e solar, que representam 0,3% e 3,1% do consumo de energia elétrica no país.

42. No período em questão (2019-21), foram realizadas, ademais, renovação dos dois principais contratos de fornecimento de gás natural por parte da YPFB, ambas com redução de volumes firmes: com a estatal argentina IEASA e com a Petrobras. No caso da assinatura da quinta adenda do contrato com a IEASA, em 31/12/2020, determinou-se a redução das faixas de volumes comercializados entre ambos os países, em especial no inverno, período de maior consumo argentino.

43. No caso do contrato com o Brasil, foi assinada, em 06/03/2020, a oitava adenda do GSA entre a Petrobras e YPFB, que reduziu de 30 milhões para 20 milhões de Mmcd o volume máximo que a Petrobras pode trazer do país vizinho, liberando um terço da capacidade do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) a outros importadores. Neste momento, a Petrobras vem comprando volumes

máximos previstos no contrato, especialmente devido à crise hídrica pela qual atravessa o Brasil, mas há expectativa que o volume demandado diminua a partir de 2023.

44. A Bolívia vendeu a empresas brasileiras ureia proveniente da usina Buló Buló, inaugurada em 2017. O governador do Mato Grosso (MT) transmitiu o interesse no asfaltamento da rodovia entre San Ignacio de Velasco e San Matías (departamento de Santa Cruz), o que permitiria ao MT importar a ureia boliviana a preços competitivos. A usina, no entanto, tem enfrentado problemas em seu funcionamento e teve sua operação suspensa durante o governo transitório (2020), o que resultou em quebra do fornecimento a empresas brasileiras. As operações foram restabelecidas em 2021, mas a disponibilidade reduzida de gás natural para o mercado interno boliviano poderá comprometer a viabilidade da usina no futuro próximo.

45. O diálogo bilateral sobre energia é realizado por meio do Comitê Técnico Bilateral (CTB), previsto pelo Memorando de Entendimento em Matéria Energética, de 2007, e regulamentado por dois Termos Aditivos, de 2015 e 2017. Compõem o CTB dois Grupos de Trabalho (Setor Elétrico e Gás Natural). No setor elétrico, é igualmente digno de nota o diálogo entre a Eletrobras e a estatal boliviana Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE).

46. A primeira reunião do comitê ocorreu em 2015 e, em outubro de 2017 foi assinado, em Brasília, contrato com a consultoria Worley Parsons para a realização dos estudos de inventário de hidrelétrica binacional no Madeira. Em maio de 2019, foi assinado, em São Paulo, convênio de cooperação entre a Eletrobras, a ENDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para estudos sobre a integração energética binacional.

47. Após longo período sem reuniões (o último encontro ocorrera em 2018), o CTB foi reativado em junho de 2021. Desde então, têm sido realizados encontros bilaterais (VI Reunião) dos Grupos de Trabalho de Eletricidade (Mesas técnicas de hidroeletricidade, integração elétrica e Jirau Cota 90m) e de Hidrocarbonetos. A Mesa Técnica de Hidroeletricidade foi dedicada à apresentação do estado atual dos estudos de inventário hidroelétrico binacional do Rio Madeira e principais afluentes no território brasileiro e boliviano.

48. No âmbito da mesa técnica de integração energética, está sendo tratado o andamento dos estudos técnicos e de planejamento do projeto de interconexão elétrica entre Brasil e Bolívia financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

49. Desde a decisão desfavorável à Bolívia na Corte Internacional de Justiça com relação ao pleito contra o Chile por acesso soberano ao Oceano Pacífico, em 2018, o então governo Morales pareceu voltar-se à exploração de alternativas logísticas em direção ao Atlântico, para reduzir sua dependência dos portos chilenos. Nessa direção, o país conta com três rotas principais de acesso ao mar, duas pelo Prata (Sistema Canal Tamengo e Puerto Busch) e uma pela Amazônia (Ichilo-Mamoré).

50. Pela Hidrovia Paraguai-Paraná, o sistema do Canal Tamengo, em território brasileiro, conecta a Lagoa Cáceres, em Puerto Suárez, com o Rio Paraguai, no Brasil. São conhecidas as dificuldades de navegação no Canal Tamengo e a necessidade frequente de manutenção do sistema pelo Brasil.

51. Ao extremo leste da Bolívia, situa-se Puerto Busch, sobre as águas do Rio Paraguai. Por constituir um acesso direto do território boliviano à Hidrovia Paraná-Paraguai (HPP), Puerto Busch é considerado uma saída ao mar verdadeiramente soberana da Bolívia, uma vez que não estaria sujeito à autorização de outros países. O acesso à região, no entanto, é dificultado pelo terreno pantanoso e pela ausência de infraestrutura básica de energia e comunicações. A conexão da área à rede de transportes é ambientalmente controversa e divide opiniões no país.

52. O presidente Luis Arce tem buscado incluir o projeto da Hidrovia Ichilo-Mamoré na agenda nacional. O percurso de 1.300 quilômetros inicia-se na fronteira entre os departamentos de Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, no centro geográfico do país, e se estenderia até o extremo norte boliviano, em Guayaramerín, na fronteira com o Brasil. A limpeza, dragagem, sinalização e modernização de terminais ao longo do trecho boliviano demandaria investimentos da ordem de 120 milhões de dólares, de acordo com estimativa do governo de Cochabamba. Por fim, a possível extensão da Hidrovia Ichilo-Mamoré aos rios Madeira e Amazonas também ofereceria à Bolívia uma possível saída ao Atlântico. A retomada do projeto, apesar dos anúncios do governo Arce, não teve encaminhamento prático até o momento.

53. A Bolívia valoriza ainda o Corredor Ferroviário Bioceânico Central - CFBC e a participação do Brasil no projeto, que também envolve outros países. O Brasil participou de reuniões presenciais sobre o tema até 2019, mas, desde então, o CFBC parece ter saído da lista prioritária do governo boliviano.

V - PROMOÇÃO COMERCIAL

54. As atividades de promoção comercial da Embaixada foram fortemente afetadas pela sucessão de crises políticas, com aguda instabilidade social, sanitária e econômica. Em contraste com a participação em grandes eventos até o início de 2020, a Embaixada concentrou-se, desde então, em reuniões virtuais, inteligência e gestões junto ao governo boliviano. Destaque-se o estabelecimento, desde 2020, de convênio e planos de trabalho anuais com a Câmara Nacional de Comércio Boliviano-Brasileiro (CNCBB).

55. A relevante presença, com pavilhão brasileiro de 3.000m², em 2019, na Fexpocruz – principal feira comercial da Bolívia – foi descontinuada nos anos seguintes, em razão dos efeitos da pandemia de covid-19. Não obstante, foram apoiadas, em coordenação com o Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, missões àquela cidade do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA), em janeiro de 2020, e do governador do Mato Grosso, em maio de 2021.

56. O Posto acompanhou, ainda, o adensamento dos fluxos bilaterais e de investimentos e comércio. Saliente-se, a respeito, a aproximação da empresa Amaszonas com o Brasil. A empresa aérea inaugurou voos de Santa Cruz de la Sierra para São Paulo, Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu, em 2019, estes dois interrompidos com o advento da crise sanitária. Também adquiriu, em 2019, seis aeronaves E-190 da Embraer. Em 2021, a companhia foi adquirida pela Nella, de capital norte-americano e presidida por um brasileiro, com quem me reuni em setembro de 2021 e que pretende retomar os voos para o Brasil.

57. Na área de inteligência comercial, produziram-se estudos setoriais sobre o acesso de alimentos, carne e derivados, bebidas, calçados, móveis e afins, têxteis, itens farmacêuticos e veículos brasileiros ao mercado boliviano. Foram elaborados, igualmente, mapeamentos do potencial de mercado para castanhas e suco de uva do Brasil, subsídios para produtos de defesa e dificuldades logísticas para exportações agrícolas. Encontra-se em fase final, por último, a atualização do guia "Como Exportar" para a Bolívia".

58. Manteve contatos de alto nível com autoridades locais de modo a encaminhar demandas e reclamações de diversas empresas brasileiras, entre as quais Petrobras, Embraer, Hino e a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE).

59. A maior parte dos esforços, no entanto, direcionou-se à permanente comunicação com o Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar (SENASAG) sobre habilitação de estabelecimentos; divulgação de feiras, rodadas de negócio, concorrências e licitações; envio de convites para eventos no Brasil; acompanhamento da imagem brasileira nas mídias locais; monitoramento do comércio da Bolívia e bilateralmente; atendimento a consultas relacionadas a turismo, e contatos com empresários dos dois países. Levaram-se a cabo 3.259 atividades de promoção comercial e de investimentos entre 4 de dezembro de 2018 e o corrente mês de outubro.

VI - TEMAS DE DEFESA E COOPERAÇÃO NO COMBATE A ILÍCITOS TRANSNACIONAIS

60. Terceiro maior produtor mundial de folha de coca, a Bolívia tem apresentado, nos últimos anos, crescimento da área plantada. Isso representa inversão da tendência observada entre 2010 e 2015. Naquele período, de acordo com o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC), houve redução de 31 mil para 20 mil hectares, valor mais baixo da série histórica. Em 2020, a superfície de cultivos de coca na Bolívia alcançou 29.400 hectares, incremento de 15% com relação a 2019 e maior cifra observada desde 2011. Ressalte-se que a Lei Geral da Coca (Lei 906/2017) limita o cultivo legal da folha de coca no país a 22 mil hectares.

61. Para além de aspectos estritamente legais, há também a faceta ambiental do tema. De 22 Áreas Protegidas (APs) bolivianas, seis estão afetadas por culturas de coca e em quatro delas verificou-se crescimento, em 2020. No total, foram registrados 454 hectares cultivados nessas áreas, aumento de 44% na comparação com o ano anterior. Trata-se do segundo ano consecutivo de incremento de cultivos de coca proporcionalmente maior em APs do que em áreas autorizadas.

62. Presente na Bolívia desde 1985, o UNODC tem publicado, anualmente, desde 2004, relatórios de monitoramento do cultivo de coca no país, os quais proveem também informações sobre erradicação de áreas de plantio ilícito, produtividade e comercialização. O mais recente foi lançado em agosto de 2021. O documento, elaborado a partir da análise de imagens de satélite, é publicado em coordenação com o governo da Bolívia como parte de programa de apoio financiado pela delegação da União Europeia no país. Em sua versão mais recente, o programa europeu de cooperação com a Bolívia destinou US\$ 72 milhões para o período de 2015 a 2021. Em discurso no lançamento do último relatório, o representante da UE afirmou que o ciclo seguinte contaria

com US\$ 10 milhões a menos. Até o momento, não foi firmado acordo para renovação do financiamento do monitoramento de cultivos nos próximos anos.

63. Do ponto de vista bilateral, a porosidade e a amplitude das fronteiras dificultam o efetivo controle das atividades ilícitas conduzidas na região, como o tráfico de pessoas, o contrabando, o tráfico de armas, o roubo de carros e o narcotráfico, problema de maior impacto sobre o País. Com 3.423 quilômetros, maior que aquela entre Estados Unidos e México, a fronteira Brasil-Bolívia abrange os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Formada majoritariamente por áreas desabitadas de selva amazônica, trata-se da mais extensa região compartilhada pelo Brasil com seus vizinhos.

64. Evidencia-se, assim, a relevância da cooperação bilateral entre Brasil e Bolívia em temas policiais e de defesa. As prioridades da cooperação são discutidas nas reuniões da Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos (COMISTA), cuja edição mais recente, a X COMISTA, ocorreu em Brasília, em 2019. A reunião de 2020 foi cancelada devido à pandemia. Atualmente, Brasil e Bolívia preparam-se para a XI COMISTA, programada para os dias 16 e 17 de fevereiro de 2022.

65. Cabe ressaltar a ampliação dos horizontes para a cooperação policial entre os dois países com a aprovação, na Bolívia, da Lei de Luta contra o Tráfico Ilícito de Substâncias Controladas. Esta, como a Lei Geral da Coca, foi adotada em 2017, constituindo-se, ambas, nas principais inovações legislativas locais no assunto. A Lei de Luta contra o Tráfico Ilícito tornou legal o uso de ferramentas especiais de investigação em três áreas críticas: interceptação telefônica, lavagem de dinheiro e monitoramento remoto de cultivos ilícitos. Somadas ao controle do tráfego aéreo, a ativação de tais ferramentas permitiria vislumbrar nova realidade no combate ao narcotráfico.

66. Convidado pelo governo da Bolívia a cooperar na montagem normativo-institucional e na implementação operacional das novas ferramentas, o Brasil dedicou-se a cumprir os objetivos traçados em matriz de ações aprovada bilateralmente, da qual constam a instalação de inéditos (i) centro de interceptação telefônica; (ii) sistema de controle do espaço aéreo; (iii) repositório integrado de inteligência policial; (iv) laboratório contra a lavagem de dinheiro; ademais do (v) aperfeiçoamento conjunto da metodologia boliviana de interpretação de imagens de satélite para monitoramento remoto de cultivos ilícitos de coca.

67. Aspecto central no combate aos ilícitos transfronteiriços, o controle do tráfego aéreo é objeto da Missão Técnica da Aeronáutica Brasileira na Bolívia (MTAB), estabelecida em Cochabamba em março de 2019. A finalidade da Missão é oferecer cooperação técnica para a instalação do Sistema Integrado de Defesa e Controle do Trânsito Aéreo (SIDACTA), com o uso de 11 radares adquiridos pelo governo boliviano, em 2016, junto à empresa francesa Thales. A conclusão do Sistema suprirá importante lacuna no combate ao narcotráfico, além de promover o desenvolvimento da economia boliviana e a integração física e econômica com a região. Seu atraso se explica por limitações técnicas, tecnológicas e orçamentárias locais, além de questões como o desenho institucional do sistema, formato legal e financeiro. Nesse contexto, a assessoria técnica da MTAB tem sido fundamental e traduz-se em numerosas atividades de formação, incluindo reformas das grades curriculares das escolas de formação da Força Aérea Boliviana, atividade docente e apoio na elaboração de manuais nas áreas de conhecimento relacionadas ao sistema.

68. Como no caso do SIDACTA, os avanços nos demais projetos foram limitados pelas razões já mencionadas. Não obstante, destaca-se a instalação da plataforma brasileira Palas, de propriedade da Polícia Federal, que permite a construção de bancos de dados integrados; bem como a instalação de equipamentos e "softwares" para interceptações telefônicas e telemáticas. Estes, no entanto, revelaram-se incompatíveis com o sistema boliviano de telefonia. Registrem-se, ainda, diversas visitas técnicas e atividades de formação levadas a cabo nas temáticas de lavagem de dinheiro e controle de substâncias químicas, entre outras.

69. Também está pendente de conclusão a proposta impulsionada pelo UNODC que resultou na criação do Centro Regional de Inteligência Antinarcóticos (CERIAN), em 2018, por resolução do Ministério de Governo (Ministério do Interior). Com sede em Santa Cruz, o Centro pretende coordenar ações de Bolívia, Brasil, Argentina, Equador, Chile, Paraguai e Peru. O CERIAN, porém, ainda carece de objetivo e missão regionalmente concertados. Em setembro de 2020, houve tentativa de retomada das discussões sobre o tema, por meio do UNODC-Bolívia, a pedido do governo boliviano. O Brasil tem participado da iniciativa por meio do oficial de enlace da PF sediado em Santa Cruz. A Argentina, com agente designado especificamente para o órgão. Os demais países ainda não designaram representantes.

70. A Bolívia, por sua vez, além de manter o CERIAN, tem enviado policiais ao Centro de Cooperação Policial Internacional da Polícia Federal (CCPI/PF), localizado no Rio de Janeiro. Em visita ao Ministro de Governo, Carlos del Castillo, este reiterou ser prioritário para a Bolívia a elevação do CERIAN ao status de organismo regional multilateral. Na ocasião, transmiti à autoridade boliviana cópias dos ajustes complementares assinados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela PF que permitirão, uma vez firmados pelo lado boliviano, a retomada de atividades de cooperação no combate ao narcotráfico e outros assuntos de segurança.

71. Naturalmente, a renúncia do ex-presidente Evo Morales em 2019, a assunção do governo provisório encabeçado por Jeanine Añez e o retorno do MAS ao poder com a vitória incontestada de Luis Arce nas eleições presidenciais de outubro de 2020, tiveram como consequência significativas alterações de rumo em políticas públicas do país em intervalo relativamente curto de tempo. Com a chegada de Añez à presidência, reduziu-se a presença do Estado no Chapare, província do Trópico de Cochabamba e reduto de Morales. Da mesma forma, durante o governo de transição, deixou-se de lado o modelo de "controle social da coca", peça-chave da política masista para o setor, caíram os níveis de erradicação e cresceu a área plantada de folha de coca, o que em parte seria explicado pelos efeitos da pandemia de covid-19, como a decretação de "lockdown", que inibiu vistorias e ações de erradicação. Em 2020, o governo Añez lançaria seu próprio plano nacional de combate ao narcotráfico, abortado pelo sucessor. No mesmo ano, de volta à Bolívia, após curto exílio no México e na Argentina, Morales retomaria a atividade sindical no Chapare, assumindo a presidência das seis federações de coca do Trópico de Cochabamba.

72. A instabilidade política se reflete na volta dos conflitos em torno do controle do mercado de folha de coca de La Paz, um dos dois únicos mercados legais de coca no país, tradicionalmente nas mãos dos cocaleiros dos Yungas, por meio de Associação Departamental de Produtores de Coca (Adepcoca). Em confrontos violentos com as forças de segurança pública e cocaleiros masistas, os cocaleiros dos Yungas retomaram a sede da Associação e o mercado, localizado em Villa Fátima.

VII - COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

73. A cooperação técnica tem sido importante instrumento de trabalho diplomático com a Bolívia. Apesar dos desafios das crises superpostas desde 2019, a carteira de projetos de cooperação conta com 12 iniciativas em fase de execução, no valor total de cerca de US\$ 3 milhões, três em processo de assinatura pelo lado boliviano e uma em negociação. As áreas de cooperação incluem, entre outras, agricultura, metrologia, eficiência energética, zoologia, arqueologia e segurança de fronteiras, e contam com a participação de diversos órgãos e instituições brasileiras.

74. São dignos de nota os esforços brasileiros, liderados pela ABC, para dar seguimento, por meio virtual, à implementação dos projetos em execução. Destaco, em particular, avanços como o projeto trilateral + algodão, em parceria com a FAO, para desenvolvimento do setor algodoeiro na Bolívia, e o projeto bilateral que contempla, em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), a instalação de rede de monitoramento de qualidade da água, sistema de base de dados, bem como conjunto de estações telemétricas para fortalecer a gestão dos recursos hídricos do país. Na área de segurança das fronteiras, prioritária para o Brasil, esforços foram feitos para alcançar a assinatura de três acordos que abordam temas como controle migratório, tráfico de pessoas e combate ao narcotráfico. Aguarda-se a assinatura, pelo lado boliviano, para dar início à implementação dos mesmos.

75. As permanentes tentativas da Embaixada de coordenar-se com autoridades governamentais, a fim de identificar novas demandas e dar seguimento à implementação de atividades dos programas, foram prejudicadas pelas constantes mudanças governamentais nos últimos dois anos, acompanhadas de constantes mudanças políticas que marcaram o país nos últimos anos.

76. No campo da assistência humanitária, o Brasil contribuiu com doações de medicamentos e vacinas ao governo boliviano durante todo meu período à frente da Embaixada.

VIII - COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E ATIVIDADES CULTURAIS

77. Apesar dos desafios impostos nos dois últimos anos, a Embaixada buscou manter o maior número possível de atividades culturais brasileiras na Bolívia. Em sua atuação, contou com parcerias com instituições locais de maior capilaridade, tradição e capacidade executiva, com o intuito de alcançar parte relevante do público boliviano.

78. Em 2020, merece destaque a inauguração da Residência Artística "Tambo Brasil". O reconhecido arquiteto da cidade de El Alto, Freddy Mamani, criador da Nova Arquitetura Andina (Cholets), fez intervenção artística em casa que integra o conjunto arquitetônico da Residência. Em 2021, a fim de retomar as atividades culturais, a Embaixada dedicou-se à organização de eventos que pudessem alcançar o público de maneira segura. Foi, assim, organizado concurso de muralismo, com temática relacionada à superação dos desafios da pandemia por meio da arte, bem como do podcast "Além da Bossa", que promoveu estilos musicais brasileiros menos familiares ao público local.

79. O Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB) segue sendo importante vetor de promoção da cultura brasileira no país. Como consequência da pandemia de covid-19, o Centro viu-se forçado a adotar o modelo virtual para seguir oferecendo cursos regulares e intensivos de língua portuguesa, bem como atividades culturais e sociais. A mudança, pese seus desafios, teve resultados positivos, uma vez que resultou na ampliação do alcance do CCBB, que passou a contar com alunos em algumas das cidades bolivianas mais importantes como Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra. Expandiu-se, assim, a promoção dos costumes e valores brasileiros. O CCBB seguiu atuando como uma das duas instituições autorizadas pelo Ministério da Educação a aplicar o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

80. A ampliação do alcance das atividades de promoção da língua portuguesa também foi garantida pela abertura de programa de leitorado, em parceria com a Universidade Maior de San Andrés, e da assinatura de convênio com a instituição Metro Parada Juvenil, o qual garante aulas de português gratuitas, na cidade de El Alto, a meninas em situação social/econômica vulnerável.

81. Foram intensificadas as atividades de promoção de oportunidades de estudo, em especial relacionadas aos programas PEC-G, PEC-PG, o Programa de Bolsas Brasil da PAEC, OEA-GCUB e da Universidade de Integração Latino-Americana (Unila). Foram realizadas conferências informativas com algumas das universidades mais importantes do país.

82. Com a exceção do ano de 2020, durante o qual a totalidade das atividades culturais foram suspensas em consequência da pandemia de covid-19, a Embaixada implementou robusta programação cultural entre 2019 e 2021, listadas a seguir.

83. A música é a expressão cultural brasileira mais reconhecida na Bolívia e, nessa área, foram financiados eventos como: a) Bolívia Festijazz Internacional; b) Concerto em homenagem aos compositores Carlos Gomes e Heitor Villa-Lobos, executado pela Orquestra Filarmônica de La Paz; c) "Bass Day 2019", com participação do baixista Michael Pipoquinha; d) Concerto de homenagem a João Gilberto, com público total de 758 pessoas em dois concertos realizados no Teatro 6 de Agosto; e) Femmetal Fest, com a participação da banda brasileira feminina de "thrash metal" NERVOSA com público de 400 pessoas, e f) podcast "Além da bossa", que propõe divulgação de outros estilos musicais brasileiros. Publicado semanalmente, participam também artistas locais que tem conexão com o Brasil.

84. Para além da música, a Embaixada buscou difundir outras expressões da cultura nacional: a) inauguração da Residência Artística "Tambo Brasil"; b) realização do concurso de muralismo "Arte em tempos de pandemia", que possibilitou a artistas bolivianos apresentar propostas de obras que representassem a importância das artes nos tempos de crise sanitária. A obra ganhadora, avaliada por um grupo de personalidades da área artística cultural de La Paz, foi pintada em espaço do Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB); c) participação na "Larga Noche de Museos", com atividades que contemplaram várias formas artísticas e culturais, as quais ocorreram simultaneamente no Espaço Cultural da Residência Oficial e no Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB), contando com um público total de 4300 pessoas; d) participação do Brasil no Festival Internacional de Teatro "Santa Cruz de la Sierra", com a obra "contrações", interpretada por Yara das Novaes e Débora Falabella. Contou com público total de 500 pessoas e ampla difusão nos

meios de imprensa local; e) apoio ao Festival Internacional de Encontro de Dança Contemporânea (Danzenica), por meio da participação da artista Solange Boreli; f) participação na Feira Internacional do Livro, com a presença de escritores e designers, que participaram de palestras e debates na feira e no Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB); g) realização de curso, em colaboração com a Universidad Mayor de San Andrés, pela senhora Rita Catunda, roteirista da TV Pinguim, atendendo a demanda de formação de roteiros de animação audiovisual; h) ciclo de cinema brasileiro, com a divulgação de 9 filmes brasileiros, atendendo um público adulto e infantil, em colaboração com a Cinemateca Boliviana; i) apresentação do filme "A Mata Negra" com presença do diretor Rodrigo Aragão, que também deu oficina de efeitos FX em maquiagem; j) exibição do documentário "Relações Exteriores: Mulheres na Diplomacia Brasileira"; l) exposição fotográfica dedicada ao ecologista brasileiro Roberto Burle Marx, conjuntamente com o Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF; m) exposição fotográfica em homenagem à cidade de São Paulo, e n) realização de festas brasileiras tradicionais, no âmbito do projeto "Brasileirinhos em La Paz", como forma de manter o contato das crianças brasileiras residentes em La Paz com as tradições nacionais.

85. Na área de cooperação educacional e difusão da língua portuguesa, destacam-se as seguintes atividades: a) reunião de estudantes beneficiados com o Programa de Estudantes Convênio para graduação e pós-graduação; b) participação em feiras nacionais e internacionais para a divulgação de oportunidades de bolsas de estudo; c) realização de palestras de divulgação com algumas das universidades mais importantes do país; d) gestões junto à chancelaria e ao ministério da educação, para prestar apoio aos estudantes brasileiros no país; e) abertura do programa de leitorado, em parceria com a Universidade Maior de San Andrés, e f) assinatura de convênio com a instituição Metro Parada Juvenil, para oferecer aulas de português gratuitas a meninas em situação social/econômica vulnerável de El alto.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM LA PAZ

Candidato: EMBAIXADOR LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes**

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 28 de setembro de 1958, o embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes ingressou no Serviço Exterior Brasileiro em 1980. No Brasil, trabalhou como assistente na Divisão de África I, de 1980 a 1983, no Departamento do Oriente Próximo, de 1983 a 1984, e como assessor no Cerimonial do Itamaraty, de 1984 a 1986. Entre 1993 e 1994, atuou como assessor na Divisão de América Meridional I. Foi chefe, substituto, da Divisão de Protocolo, entre 1995 e 1996, e coordenador-geral de protocolo, entre 1996 e 1997. Exerceu a função de diretor-geral adjunto e coordenador-geral de ensino do Instituto Rio Branco, de 2005 a 2007, de assessor especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, de 2014 a 2016, e de diretor do Departamento de África, de 2016 a 2018.

No exterior, o embaixador Sobreira Lopes serviu nas Embaixadas do Brasil em Londres (de 1986 a 1989), Ottawa (de 1989 a 1993), Washington (de 1997 a 2001), Montevideu (de 2001 a 2003) e La Paz (de 2003 a 2005). Em Bruxelas, exerceu a função de ministro-conselheiro da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, entre 2007 e 2010, e da Missão do Brasil junto à União Europeia, entre 2010 e 2013. De 2013 a 2014, atuou como ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Roma. Desde 2018, chefia a Embaixada do Brasil em Seul.

O embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes possui ampla experiência profissional, havendo exercido funções de grande relevância para a diplomacia brasileira, no Brasil e no exterior. Sua larga trajetória profissional na área política bilateral, com passagem, inclusive, pela Embaixada do Brasil em La Paz, em muito contribuiria para o tratamento dos interesses brasileiros junto ao Estado Plurinacional da Bolívia, país com o qual o Brasil compartilha sua maior fronteira (mais de 3400 quilômetros, a oitava fronteira internacional em extensão) e densa agenda bilateral em áreas de interesse estratégico, como integração energética, combate a ilícitos transnacionais, projetos de infraestrutura e cooperação fronteiriça, em segurança e defesa.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Atuar em favor da representação, promoção e proteção dos interesses brasileiros no Estado Plurinacional da Bolívia, por meio de uma presença diplomática de alto nível.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com o Estado Plurinacional da Bolívia, prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro em território boliviano e fomentar a cooperação bilateral em todos os âmbitos e níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com a Bolívia nos âmbitos bilateral, regional (amazônico, platino, sul-americano, latino-americano e hemisférico) e internacional, bem como a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado boliviano, com foco na prosperidade da sociedade brasileira e no desenvolvimento sustentável de ambos os países.
2. Desenvolver uma cooperação ampla e produtiva com a Bolívia em todas as áreas de interesse comum, como integração energética, combate a ilícitos transnacionais, projetos de infraestrutura e cooperação em matérias fronteiriça, de segurança e de defesa.
3. Contribuir para a consolidação da nova estrutura liberalizada e competitiva da demanda brasileira por gás natural boliviano de modo a facilitar oportunidades de negócios para empresas brasileiras, garantindo fluxos de suprimento ao Brasil.
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Bolívia, em especial mediante promoção ativa da língua portuguesa e da cultura brasileira no país.
5. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios regionais e internacionais por meio de articulação com o Governo boliviano.
6. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros na Bolívia, prospectando oportunidades e apoiando as empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento.
7. Apoiar e desenvolver a diplomacia da inovação.
8. Oferecer serviços consulares de qualidade aos brasileiros que vivem, estudam ou fazem turismo na Bolívia e aos bolivianos que os necessitem.
9. Promover o Brasil como destino turístico junto à população boliviana.
10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático e consular do posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e qualidade.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) **Apoiar o incremento dos fluxos de comércio do Brasil com a Bolívia, bem como o desenvolvimento de investimentos recíprocos**
 - *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*
 - *Apoio à atualização do Guia Como Exportar-Bolívia;*
 - *Organização de eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado boliviano;*

- *Interlocução com associações empresariais, importadores, agências públicas de fomento ao comércio exterior e a investimentos estrangeiros e outros atores relevantes na Bolívia;*
- *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
- *Apoio a iniciativas de prospecção comercial e de investimentos entre o setor privado e entidades subnacionais brasileiras e bolivianas;*
- *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;*
- *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos bolivianos;*
- *Apoio a empresários e investidores bolivianos interessados no mercado brasileiro;*
- *Apoio a empresários e investidores brasileiros interessados no mercado boliviano, inclusive ao seu processo de instalação na Bolívia;*
- *Articulação de ações integradas com o escritório da Apex Brasil para a América do Sul, em particular projetos de integração produtiva;*
- *Desenvolvimento e aprofundamento de ações de promoção comercial e de serviços em parceria com entidades como as federações de indústrias estaduais e a Câmara Nacional de Comércio Boliviano-Brasileira (CNCBB);*
- *Promoção da participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas na Bolívia, como a Expocruz.*

2) Contribuir para a consolidação do novo arranjo liberalizado e competitivo da demanda brasileira por gás natural boliviano

- *Apoio ao diálogo político e técnico junto ao Governo boliviano de modo a facilitar entendimentos com entidades públicas e privadas brasileiras que desejem importar gás natural da Bolívia com vistas à garantia de maiores fluxos de suprimento ao Brasil;*
- *Apoio a empresas brasileiras atuantes no setor de hidrocarbonetos na Bolívia.*

3) Aprofundar a cooperação em matéria de saúde animal e vegetal com vistas ao permanente melhoramento das condições sanitárias e fitossanitárias na produção agropecuária dos dois países

- *Estreitamento dos contatos com o Governo boliviano, bem como com associações de classe e empresários do setor.*

4) Apoiar e incrementar os trabalhos da Câmara Nacional de Comércio Boliviano-Brasileira (CNCBB)

- *Ações de apoio à realização de encontros regulares da Câmara Nacional de Comércio Boliviano-Brasileira de modo a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais dos dois países;*
- *Envolvimento, sempre que cabível, da Câmara Nacional de Comércio Boliviano-Brasileira em ações de promoção comercial patrocinadas pelo Posto.*

5) Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira na Bolívia

- *Ações de apoio à realização de missões e eventos para promoção da indústria de defesa brasileira, com o ativo envolvimento dos adidos militares acreditados em La Paz;*

- *Apoio e acompanhamento a todas as tratativas bilaterais com o objetivo de aproximar a demanda boliviana por equipamento militar e de polícia da oferta brasileira de bens e serviços na área de defesa;*
- *Promover o melhor conhecimento recíproco das bases industriais de defesa dos dois países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de Promoção Comercial;

(Nº de gestões realizadas por ano junto a entidades setoriais e atores relevantes, de atividades de inteligência e promoção comercial e de ações aprovadas e realizadas entre 2022 e 2024 / Nº de gestões realizadas por ano junto a entidades setoriais e atores relevantes, de atividades de inteligência e de ações aprovadas e realizadas na gestão anterior) x 100

Resultados estão relacionados a decisões empresariais

2) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações com vistas à facilitação de acordos de compra e venda de gás natural;

Resultados estão relacionados a decisões empresariais e do Governo boliviano

3) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações voltadas à promoção da cooperação bilateral em matéria de saúde animal e vegetal;

Resultados estão relacionados a decisões do Governo boliviano

4) Número de atividades realizadas em conjunto com a Câmara Nacional de Comércio Boliviano-Brasileira durante a gestão;

5) Número de missões e eventos de promoção da Base Industrial de Defesa brasileira;

(Nº de gestões realizadas por ano junto a autoridades de defesa para a exportação da BID brasileira de 2022 a 2024 / Nº de gestões realizadas por ano junto a autoridades de defesa para exportação da BID brasileira de 2019 a 2021 x 100.

Resultados estão relacionados a decisões do Governo boliviano

6) Valor agregado de eventuais aquisições pelo Governo boliviano de produtos da indústria de defesa brasileira realizadas durante a gestão;

Resultados estão relacionados a decisões do Governo boliviano

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar e fortalecer a relação bilateral por meio do adensamento de visitas oficiais de lado a lado

- *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à Bolívia e vice-versa;*
- *Apoio substantivo e de cerimonial aos trabalhos preparatórios e à realização de reuniões bilaterais e dos mecanismos conjuntos em matéria energética e de*

segurança pública: Comitê Técnico Binacional Brasil-Bolívia (CTB), Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia e Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Temas Conexos;

- *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e bolivianos, em formato presencial ou virtual;*
- *Apoio a visitas de autoridades brasileiras à Bolívia e de autoridades bolivianas ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos (Brasil) ou departamentais, provinciais ou municipais (Bolívia).*

2. Atuar na promoção do interesse brasileiro no âmbito de negociações em matéria energética

- *Promoção e defesa do interesse brasileiro no âmbito das tratativas em matéria energética nos Grupos de Trabalho sobre Hidrocarbonetos e sobre Eletricidade do Comitê Técnico Binacional Brasil-Bolívia (CTB);*
- *Apoio ao diálogo político e técnico junto ao Governo boliviano de modo a facilitar entendimentos bilaterais em matéria energética;*
- *Apoio a empresas brasileiras atuantes no setor de hidrocarbonetos na Bolívia;*
- *Apoio à consolidação do novo arranjo liberalizado e competitivo da demanda brasileira por gás natural boliviano.*

3. Administrar e ampliar, onde possível, a interlocução entre as duas Chancelarias

- *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Governo boliviano, por meio do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia;*
- *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Bolívia, quando cabível.*
- *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais, quando cabível.*

4. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa boliviana

- *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa boliviana, nos níveis nacional, regional e local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro na Bolívia;*
- *Manutenção de contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade boliviana e principais tendências nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, militar e de segurança;*
- *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as perspectivas da política interna e externa boliviana, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, gestão fronteiriça, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação à Bolívia e sua ação regional e internacional;*

- *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos, encaminhadas pelo Itamaraty.*

5. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral e apoiar as atividades do Grupo Parlamentar e da Frente Parlamentar Brasil-Bolívia

- *Apoio e promoção da diplomacia parlamentar brasileira na Bolívia.*
- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e bolivianos;*
- *Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e bolivianos;*
- *Apoio a atividades do Grupo Parlamentar e da Frente Parlamentar Brasil-Bolívia.*

6. Contribuir para a cooperação entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e bolivianas

- *Apoio e promoção das relações de Estados e Municípios brasileiros, especialmente os fronteiriços, com o Estado boliviano, seus departamentos, províncias e municípios.*
- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes governamentais, inclusive de entes federados brasileiros e entidades subnacionais bolivianas;*
- *Apoio à coordenação e cooperação na gestão integrada das fronteiras entre entidades de ambos os países, assim como por meio dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia;*
- *Apoio a demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e bolivianas;*
- *Promoção da cooperação jurídica internacional com vistas ao adequado encaminhamento de processos judiciais locais sobre casos que envolvam entidades e cidadãos brasileiros, inclusive o do acidente aéreo envolvendo a equipe do Chapecoense;*
- *Convite a entes federativos brasileiros e entidades subnacionais bolivianas para participar dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia.*

7. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;*
- *Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo boliviano para a abertura de negociação de acordos bilaterais;*
- *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado boliviano.*

8. Apoiar e incrementar ações de assistência humanitária, bem como programa de cooperação técnica bilateral/trilateral e em parceria com instituições regionais e multilaterais

- *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos de cooperação técnica bilateral, trilateral e em parceria com instituições regionais e multilaterais;*

- *Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo boliviano para a abertura de negociação de acordos de cooperação técnica bilateral, trilateral e em parceria com instituições regionais e multilaterais;*
- *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado boliviano na matéria;*
- *Apoio ao diálogo político e técnico junto ao Governo boliviano de modo a facilitar entendimentos e a conclusão de acordos de cooperação em áreas estratégicas, como segurança pública;*
- *Apoio à prestação de assistência humanitária.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Índice de realização de reuniões bilaterais e de mecanismos conjuntos;**
(Nº de reuniões de mecanismos bilaterais realizadas de 2022 a 2024 durante a gestão / Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas por ano de 2019 a 2021) x 100
Índice de realização de visitas oficiais de lado a lado;
(Nº de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão / Nº de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano na gestão anterior) x 100
- 2) **Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa boliviana e demais assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano;**
- 3) **Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e bolivianos;**
- 4) **Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.;**
- 5) **Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e entidades subnacionais bolivianas;**
- 6) **Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão;**
- 7) **Número de acordos de cooperação técnica bilateral, trilateral e em parceria com instituições regionais e multilaterais concluídos durante a gestão.**

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais que contam com a Bolívia entre seus membros**
 - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Bolívia em foros multilaterais, como a OMC, ONU e demais órgãos, agências e programas*

especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;

- *Diálogo com representantes governamentais bolivianos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais;*

2. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos regionais que contam com a participação da Bolívia

- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários da Bolívia em organismos regionais e sub-regionais, particularmente na Organização dos Estados Americanos (OEA);*
- *Fortalecimento das relações com a Bolívia, com os mecanismos de coordenação sub-regional de que faz parte e, por consequência, com toda a América do Sul.*
- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Bolívia em foros regionais que atualmente não contam com a participação do Brasil, como a Comunidade Andina, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL);*
- *Apoio ao diálogo junto ao Governo boliviano com vistas ao incremento da cooperação bilateral nos âmbitos da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Comitê Intergovernamental Coordenador da Bacia do Prata (CIC);*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos regionais;*
- *Acompanhamento e análise quanto a propostas do Governo boliviano para iniciativas de integração regional e sub-regional, incluindo arcabouço normativo de que faz parte como Estado associado ao MERCOSUL (atualmente, em processo de adesão).*

3. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais e regionais que contam com a Bolívia entre seus membros.

- *Realização de gestões para buscar o apoio do Governo boliviano a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais por ano;**
 - 1.1. Número de reuniões promovidas com autoridades bolivianas sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo;**
 - 1.2. Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais.**
- 2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas regionais por ano;**

2.1. Número de reuniões promovidas com autoridades bolivianas sobre temas regionais;

2.2. Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros regionais.

3) Índice de apoio boliviano a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais;

(Nº de indicações positivas de apoio boliviano a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais no ano / Nº de solicitações brasileiras apresentadas à parte boliviana para apoio a candidaturas a organismos multilaterais no ano) x 100

Índice de apoio boliviano a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos regionais.

(Nº de indicações positivas de apoio boliviano a candidaturas brasileiras a organismos regionais no ano / Nº de solicitações brasileiras apresentadas à parte boliviana para apoio a candidaturas a organismos regionais no ano) x 100

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa do Brasil, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade boliviana e diversificar as referências culturais brasileiras

- *Apoio ao fortalecimento da infraestrutura e dos projetos desenvolvidos pelo Centro Cultural Brasil-Bolívia e no Espaço Cultural da Residência Oficial;*
- *Apoio à organização regular de festival de cinema brasileiro na Bolívia, a exemplo do “Ciclo de Cine Brasileño”, e à inserção brasileira em outros festivais de cinema;*
- *Promoção de eventos de fotografia, audiovisual, artes plásticas, artesanato, arquitetura, música e dança brasileira;*
- *Promoção de parcerias com programas de rádio locais sobre música e cultura brasileiras, a exemplo do programa “Sonidos de Brasil”;*
- *Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;*
- *Apoio a eventos de gastronomia brasileira na Bolívia;*
- *Apoio à publicação de edições em espanhol de grandes obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição na Bolívia;*
- *Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio da realização de oficinas locais e parcerias com feiras internacionais realizadas no país;*
- *Estímulo a atores locais que cultivam a cultura brasileira na Bolívia;*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua espanhola, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o país;*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
- *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira.*

2. Divulgar amplamente e realizar atividades relacionadas à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil

- *Promoção de eventos relativos à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil, com eventual apoio do setor privado.*
3. **Promover intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que a Bolívia tenha reconhecida tradição**
 - *Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e bolivianos;*
 - *Fomento ao intercâmbio cultural-artístico e organização de festivais bilaterais.*
 4. **Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
 - *Apoio à realização de estudo de mercado sobre nichos a serem explorados no mercado boliviano para a indústria cultural brasileira;*
 - *Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros como por projetos de cooperação entre atores bolivianos e brasileiros;*
 - *Apoio a iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira na Bolívia, a exemplo da produção de grandes eventos;*
 - *Incentivo à participação de artistas brasileiros em eventos na Bolívia.*
 5. **Promover o Brasil como destino turístico de viajantes bolivianos**
 - *Ação promocional do Brasil como destino turístico variado junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores;*
 - *Participação brasileira em grandes feiras de turismo na Bolívia;*
 - *Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR e o Comitê Descubra Brasil para organização de seminários, oficinas e eventos junto a operadores de turismo emissivo na Bolívia;*
 - *Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo junto ao mercado boliviano.*
 - *Realização de publicidade e campanhas digitais direcionadas ao público boliviano por meio das redes sociais da Embaixada e do Comitê Descubra Brasil na Bolívia, bem como de parcerias com institutos bolivianos de renome em turismo e comércio exterior.*
 6. **Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público boliviano**
 - *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.*
 7. **Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção cultural desenvolvidas pelo Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB)**
 - *Ampliação de eventos de promoção cultural brasileira na Bolívia;*
 - *Realização de parcerias com vistas à promoção da literatura brasileira e do idioma português.*

8. Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa desenvolvidas pelo Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB)

- *Continuidade e ampliação da oferta de cursos de português fornecidos pelo CCBB;*
- *Continuidade do esforço de manter e fortalecer o vínculo da comunidade brasileira residente na Bolívia com a língua portuguesa e a cultura brasileira, a exemplo das atividades do grupo “Brasileirinhos em La Paz”;*
- *Realização de ações, como oficinas, para divulgação do idioma português;*
- *Ampliação do alcance territorial do ensino do português do Brasil na Bolívia, a partir do CCBB, mediante a utilização da experiência de ensino à distância desenvolvida durante a pandemia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Evolução no número de eventos e parcerias em fotografia, audiovisual, artes plásticas, artesanato, arquitetura, literatura, música e dança brasileiros em relação ao número de eventos realizados no mesmo intervalo temporal do período imediatamente anterior ao início da gestão;**
- 2) Número de eventos culturais alusivos à celebração da Independência do Brasil;**
- 3) Número e ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão;**
- 4) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão;**
- 5) Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão;**
- 6) Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa - Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a Apex Brasil realizadas durante a gestão;**
- 7) Número e qualidade de eventos realizados ou apoiados pelo Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB);**
- 8) Número de alunos inscritos nos cursos de língua portuguesa fornecidos pelo CCBB.**

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Promover a cooperação com a Bolívia na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental**
 - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*

- *Apoio ao diálogo técnico e político junto ao Governo boliviano de modo a facilitar a cooperação bilateral em matéria de proteção ambiental em projetos conjuntos na área de energia;*
- *Promoção da participação brasileira em eventos na Bolívia ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como da participação de autoridades bolivianas em eventos realizados no Brasil;*
- *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
- *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos bolivianos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;*
- *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, eficiência energética, saneamento básico, manejo ambientalmente adequado de resíduos, entre outros;*
- *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente;*
- *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima na Bolívia.*

2. Fortalecer o diálogo com o Governo boliviano no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC)

- *Incentivo a ações para preservação do bioma amazônico no âmbito da OTCA;*
- *Contribuição para o fortalecimento da OTCA como canal de articulação da cooperação regional e internacional em favor da Amazônia;*
- *Apoio à cooperação e coordenação bilateral em matéria de navegabilidade e gestão integrada e sustentável de recursos hídricos nas Bacias Amazônica e do Prata.*

3. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral, trilateral e em parceria com instituições regionais e multilaterais na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental

- *Incentivo à cooperação com governo boliviano em matéria de gestão integrada e uso sustentável de recursos hídricos, sustentabilidade e conservação do solo e da água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, entre outros;*
- *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental;*
- *Promoção da cooperação entre Estados e Municípios brasileiros e entes subnacionais bolivianos na área de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, incluindo em matérias relacionadas à OTCA e ao CIC, durante a gestão;**

- 2) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais com vistas à cooperação técnica na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental;
- 3) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Bolívia**
 - *Incentivo à cooperação com o Governo boliviano para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I;*
 - *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I;*
 - *Apoio ao diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet, software, biotecnologia, entre outras;*
 - *Oferta de apoio para capacitação institucional das áreas competentes da administração pública boliviana;*
 - *Divulgação ostensiva junto ao governo boliviano de eventos copatrocínados pelo Brasil em matéria de CT&I.*
2. **Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I**
 - *Realização de análises contínuas do ambiente de CT&I na Bolívia, com vistas a identificar potenciais para desenvolvimento de cooperação bilateral.*
3. **Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**
 - *Diálogo com representantes da indústria de CT&I na Bolívia, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas;*
 - *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
 - *Divulgação ostensiva junto a atores e entidades locais de eventos copatrocínados pelo Brasil em matéria de CT&I;*
 - *Apoio e promoção de startups brasileiras no mercado boliviano.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema;
- 2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regularidade de apoio a projetos de pesquisa universitária conjunta e de mobilidade acadêmica mútua**
 - *Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas bolivianas;*
 - *Aperfeiçoamento do programa de leitorado na Bolívia;*
 - *Interlocução com os estudantes brasileiros residentes na Bolívia e acadêmicos nacionais em visita ou intercâmbio.*
 - *Realização de eventos informativos sobre programas de estudo no Brasil (PEC-G, PEC-PG, PAEC-OEA e Unila).*

2. **Promover a variante brasileira da língua portuguesa**
 - *Divulgação do exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras e apoio à realização de cursos especiais de preparação para o exame;*
 - *Apoio a eventual processo de credenciamento de instituições bolivianas para fins de aplicação de exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras;*
 - *Realização de eventos informativos sobre programas de estudo no Brasil (PEC-G, PEC-PG, PAEC-OEA e Unila);*
 - *Apoio aos candidatos selecionados pelos referidos programas de estudo;*
 - *Promoção do engajamento dos leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de estímulo ao seu uso como língua de herança por parte da diáspora brasileira.*

3. **Ampliar o diálogo com a Bolívia para cooperação na área de saúde, com especial ênfase no enfrentamento à pandemia de COVID-19**
 - *Monitoramento dos avanços realizados pela Bolívia na área de saúde e, em particular, no contexto de enfrentamento à pandemia de COVID-19;*
 - *Compartilhamento de experiências exitosas na área de saúde;*
 - *Apoio à interlocução construtiva entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia;*
 - *Continuidade da cooperação no combate à pandemia de COVID-19, em particular por meio de doação e venda de medicamentos, vacinas e insumos médico-hospitalares à Bolívia;*
 - *Apoio ao diálogo técnico e político junto ao Governo boliviano de modo a retomar negociações sobre protocolo de intenções com vistas à futura conclusão de acordo bilateral que assegure acesso a serviços públicos de saúde pela comunidade brasileira residente na Bolívia com base no princípio da reciprocidade.*

4. **Incentivar a cooperação na área de saúde, bem como de segurança e defesa na zona de fronteira**
 - *Promoção da cooperação na área de saúde entre autoridades de ambos os países, integrando representantes de administrações locais da região de fronteira.*

- *Apoio às reuniões do Grupo de Trabalho em Saúde na Fronteira Brasil-Bolívia;*
- *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais;*
- *Apoio à cooperação entre as forças policiais no combate a ilícitos transnacionais, com destaque para o narcotráfico;*
- *Apoio à cooperação entre as Forças Armadas brasileira e boliviana, com destaque para o setor de controle de tráfego aéreo;*
- *Promoção e apoio às atividades dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia.*

5. Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de segurança e defesa dos dois países

- *Apoio substantivo e de cerimonial aos trabalhos preparatórios e à realização de reuniões do Gabinete Binacional de Segurança Brasil-Bolívia e da Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Crimes Conexos;*
- *Apoio aos contatos e reuniões entre autoridades de segurança de ambos os países;*
- *Divulgação junto aos setores interessados do Governo boliviano de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
- *Promoção da Base Industrial de Defesa brasileira junto ao Governo boliviano;*
- *Apoio aos contatos e reuniões entre autoridades de defesa de ambos os países;*
- *Apoio à cooperação entre as Forças Armadas brasileira e boliviana e à Missão Técnica Aeronáutica Brasileira na Bolívia (MTAB);*
- *Apoio à participação governamental e empresarial boliviana em feiras de produtos de defesa brasileiros;*
- *Apoio a iniciativas para promover um melhor conhecimento recíproco entre as indústrias de defesa do Brasil e da Bolívia.*

6. Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral, incluindo cooperação técnica, em segurança e defesa

- *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação, troca de informações e conclusão de atos bilaterais no setor de segurança e defesa entre Brasil e Bolívia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e bolivianas durante a gestão;**
- 2) Promoção da língua portuguesa no exterior;**
Número de ações realizadas em conjunto com leitores, de produção de material com a variante brasileira do português e de gestões para o credenciamento de instituições bolivianas para aplicação do CELPE-Brasil durante a gestão
- 3) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão;**

- 4) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral em saúde, defesa e segurança na zona de fronteira;**
- 5) **Número de contatos com autoridades de segurança e defesa da Bolívia e de reuniões bilaterais em matéria de segurança e defesa durante a gestão;**
- 6) **Índice de realização de ações de promoção de produtos de Defesa;**
Número de contatos com autoridades de Defesa da Bolívia, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de Defesa e ações de promoção de produtos de Defesa durante a gestão.
- 7) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação, incluindo cooperação técnica, em matéria de segurança e defesa.**

VIII - Apoio às comunidades brasileiras na Bolívia

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Promover interlocução com os Consulados-Gerais em Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, com os Consulados em Cobija, Guayaramerín e Puerto Quijarro, bem como com os Consulados Honorários em San Ignacio de Velasco, Sucre, Tarija e Oruro**
 - *Continuidade e aprofundamento da interlocução com as representações consulares do Brasil na Bolívia, de modo a acompanhar as necessidades da comunidade brasileira no país.*
2. **Desenvolver, em conjunto com as representações consulares do Brasil no país, mapeamento da comunidade brasileira na Bolívia**
 - *Elaboração de mapeamento da comunidade brasileira na Bolívia, de modo a melhor compreender seu perfil e necessidades.*
3. **Buscar facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território boliviano**
 - *Acompanhamento e apoio à atuação das representações consulares do Brasil na Bolívia;*
 - *Acompanhamento e apoio à situação da comunidade brasileira no país, em especial o substantivo grupo constituído por estudantes universitários, que, não raro, enfrentam dificuldades junto aos órgãos governamentais e às instituições de ensino;*
 - *Manutenção de contato com canais de apoio locais, como igrejas, universidades, academias e câmaras empresariais;*
 - *Promoção do diálogo com representações da comunidade brasileira na Bolívia;*
 - *Ampliação da difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio das redes sociais da Embaixada, seja pelo portal consular do Itamaraty, ou ainda no quadro de campanhas de promoção ao turismo.*

- *Promoção de contínua interlocução e interação entre os consulados honorários e a Embaixada, de modo a facilitar o atendimento a demandas da comunidade brasileira.*
- 4. **Realizar missões consulares itinerantes para cidades com maior presença de brasileiros na área de jurisdição consular do Posto**
 - *Ampliação da realização de consulados itinerantes com a frequência necessária para atendimento às demandas da comunidade brasileira na jurisdição do Posto.*
- 5. **Promover o diálogo consular com a Chancelaria boliviana para fim de cumprimento da regra de reciprocidade em questões migratórias, bem como da resolução de eventuais problemas relativos a políticas migratórias, políticas de fronteiras e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros temporários e permanentes e à eventual utilização do território boliviano para imigração irregular em direção ao Brasil**
- 6. **Prestar atendimento consular de qualidade e eficiente, inclusive por meio do sistema e-Consular na área de jurisdição consular do Posto**
 - *Realização de formações ou cursos para os funcionários do Setor Consular, de modo a possibilitar melhor atendimento aos consulentes;*
 - *Aprimoramento e boa utilização dos sistemas eletrônicos consulares.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de reuniões e contatos com representantes consulares do Brasil na Bolívia;**
- 2) **Número de atendimentos em relação ao número de brasileiros nas diferentes regiões sob a jurisdição do Posto;**
- 3) **Índice de reclamações do consulente;**
(Nº de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano por meio de canal de ouvidoria / Nº de manifestações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano anterior por meio de canal de ouvidoria) x 100
- 4) **Duração do atendimento no guichê;**
Somatório do tempo total de atendimento em guichês / total de chamadas para atendimento
- 5) **Número de reuniões com a Chancelaria boliviana sobre o tema;**
- 6) **Tempo de espera para agendamento dos serviços e atendimento do consulente.**

IX - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Desenvolver iniciativas de cooperação com o Governo boliviano com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de ambas as populações**
 - *Promoção da cooperação técnica em áreas com externalidades positivas para as populações de ambos os países, como saúde, educação, agricultura e energias renováveis;*
 - *No âmbito da cooperação técnica bilateral, trilateral e em parceria com instituições regionais e multilaterais, apoio à continuidade e diversificação da carteira de projetos em áreas como agricultura familiar, gestão de recursos hídricos, governança da terra, sistemas alimentares sustentáveis, alimentação escolar e fortalecimento do setor algodoeiro.*
2. **Promover a atuação brasileira na prestação de cooperação para o desenvolvimento, em especial assistência humanitária, à Bolívia**
 - *Acompanhamento e desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária com a Bolívia;*
 - *Promoção do diálogo com o Governo boliviano sobre iniciativas de desenvolvimento socioeconômico;*
 - *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de desenvolvimento.*
3. **Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com a Bolívia na temática de direitos humanos**
 - *Promoção junto ao Governo boliviano das posições brasileiras em discussões relacionadas a Direitos Humanos;*
 - *Acompanhamento do seguimento da temática de direitos humanos pela Bolívia;*
 - *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) **Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico;**
- 2) **Número de projetos e iniciativas de cooperação, incluindo cooperação técnica e assistência humanitária, para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;**
- 3) **Número de contatos com autoridades bolivianas da área de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;**
- 4) **Número de reuniões, gestões e outras ações na área de Direitos Humanos.**

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar a cooperação na zona de fronteira

- *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais na zona de fronteira;*
- *Promoção da integração física e econômica na fronteira entre os dois países;*
- *Promoção do trânsito fluido de pessoas e mercadorias entre os dois países, incluindo o fluxo vicinal;*
- *Promoção da cooperação na área de saúde na zona de fronteira, inclusive por meio da celebração, com base no princípio da reciprocidade, de acordo com o Governo boliviano que assegure o acesso da comunidade brasileira residente na Bolívia ao sistema público de saúde local;*
- *Promoção da cooperação na área educacional e cultural na zona de fronteira, com ênfase na promoção da língua portuguesa e cultura brasileira junto à comunidade residente na faixa de fronteira;*
- *Promoção da cooperação aduaneira e tributária que facilite o comércio exterior bilateral, incluindo o comércio fronteiriço vicinal.*

2. Apoiar os Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia

- *Apoio, tão logo a situação sanitária o permita, à retomada das reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia – Brasília-Epitaciolândia (AC)/Cobija; Guajará-Mirim (RO)/Guayaramerín; Corumbá (MS)/Puerto Suárez; e Cáceres (MT)/San Matías – com vistas à promoção da integração política, econômica, social, física e cultural das populações lindeiras.*

4. Apoiar e promover iniciativas de cooperação e interlocução entre unidades subnacionais fronteiriças de ambos os países

5. Dar continuidade e desenvolver o diálogo com a Bolívia para cooperação na área de saúde, em especial no enfrentamento à pandemia de COVID-19, na zona de fronteira.

- *Acompanhamento e apoio à interlocução entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo sobre medidas de enfrentamento à pandemia, assim como sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia;*
- *Promoção da cooperação na área de saúde na zona de fronteira, inclusive por meio do Grupo de Trabalho em Saúde na Fronteira Brasil-Bolívia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação na zona de fronteira;**
- 2) Número de reuniões ou ações realizadas no âmbito dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Bolívia;**

- 3) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação fronteiriça na área de saúde.**



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 56, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Exmo. Sr. Presidente da República faz do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado Plurinacional da Bolívia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, nascido em 28 de setembro de 1958 na cidade do Rio de Janeiro-RJ, é filho de Jair Baptista Lopes e Rita Vilela Sobreira Lopes.



SF/22897.89965-33



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1979 e ingressou na carreira, no posto de Terceiro-Secretário no ano seguinte. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco atendeu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) e de Altos Estudos (CAE), tendo defendido, neste último, a tese intitulada “O Brasil e a febre aftosa na América do Sul: um chamado concreto à liderança”.

O diplomata indicado tornou-se Primeiro-Secretário em 1989; Conselheiro, em 1996; Ministro de Segunda Classe, em 2005; e Ministro de Primeira Classe, em 2014. Todas as promoções por merecimento.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Segundo e Primeiro Secretário na Embaixada em Ottawa (1989-1993); Conselheiro na Embaixada em Washington (1997-2001); Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Montevidéu (2001-2003); Conselheiro na Embaixada em La Paz (2003-2005); Coordenador-Geral de Ensino e Diretor-Geral Adjunto do Instituto Rio Branco (2005-2007); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Missão junto à CEE, em Bruxelas (2007-2010); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Missão junto à UE, em Bruxelas (2010-2013); Chefe de delegação na III Reunião do Conselho de Governadores da Fundação EU-LAC, em Bruxelas (2012); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Roma (2013-2014); Assessor Especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2014-2016); Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Organização de Eventos (2015-2016); Diretor do Departamento da África (2016-2018); e Embaixador em Seul (2018 até o presente).

Foi ainda chefe de delegação de diversas e importantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira.

O Senhor Luís Henrique Sobreira Lopes fez jus a importantes condecorações, a saber: Ordem Alauíta, do Marrocos, grau de Cavaleiro; Ordem de Isabel, a Católica, da Espanha, grau de Cavaleiro; Insígnia da Ordem da Águia Azteca, do México; Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal, grau de Oficial; Ordem Nacional do Mérito, da França, grau de Cavaleiro; Ordem de Rio Branco, do Brasil, grau de Cavaleiro e Grã Cruz; Ordem ao Mérito da República, da Itália, grau de Oficial; Ordem Militar de Cristo, de Portugal, grau de Cavaleiro; Ordem do Mérito Federal, da Alemanha, grau de Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil, grau de Oficial; Ordem da Rosa Branca, da Finlândia, grau de Comendador; Medalha Mérito Tamandaré, do Brasil; Ordem do Mérito



SF/22897.89965-33



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Aeronáutico, grau Grande Oficial (2019); e Medalha do Exército brasileiro, em 2020.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Bolívia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

O Estado Plurinacional da Bolívia ocupa uma superfície de 1,1 milhão de quilômetros quadrados e possui população de 11,07 milhões de habitantes. Sua sede de governo é La Paz e Sucre é a capital constitucional. Seu sistema de governo é uma república presidencialista unitária e o poder legislativo é exercido por uma Assembleia Legislativa Plurinacional, bicameral.

O produto interno bruto (PIB) nominal foi de US\$ 39,38 bilhões em 2020. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) foi de 0,718 em 2020, o que a coloca na 107ª posição. Tem índice de alfabetização bastante significativo (92,5%) e expectativa de vida de 71,5 anos. Naquele País, há uma população brasileira de cerca de 39.258.

Os primeiros contatos diplomáticos entre o Brasil e a Bolívia ocorreram na primeira metade do Século XIX, no contexto da independência dos dois países. Em 1903, foi firmado o tratado que é considerado marco fundamental nas relações bilaterais: o Tratado de Petrópolis, negociado pelo Barão do Rio Branco, que pôs fim às disputas pelo Acre, estabelecendo as atuais fronteiras entre Brasil e Bolívia. A Bolívia é o país com o qual o Brasil compartilha sua maior fronteira terrestre: 3.423 quilômetros.

Nossas importações da Bolívia concentram-se em gás natural (93% do total em 2020), enquanto vendemos ferro e aço (8,7%), produtos comestíveis e preparações (4,8%), produtos da indústria de transformação (4,7%), papel e cartão (2,9%), máquinas agrícolas (2,5%), calçados (2,3%) e veículos automóveis de passageiros (2,2%). Em 2020, nosso saldo comercial foi deficitário em US\$ 53,6 milhões.

Além disso, segundo o documento enviado pelo Itamaraty:



SF/22897.89965-33



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

“O Brasil mantém com a Bolívia extenso programa de cooperação técnica. As iniciativas em execução abrangem, por exemplo, as áreas de segurança pública, agricultura, metrologia e meio ambiente, com destaque para a gestão de recursos hídricos. O Brasil também tem prestado assistência humanitária ao país vizinho, por meio de doações humanitárias financeiras, de alimentos e medicamentos. No contexto da pandemia do novo coronavírus, o Governo brasileiro autorizou, em caráter humanitário, exportações de oxigênio líquido medicinal para uso na rede de hospitais públicos bolivianos.”

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

15 de Novembro
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
de 1889



SF/22897.89965-33

7



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 85, DE 2021

(n° 636/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 636

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de novembro de 2021.

EM nº 00252/2021 MRE

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Japão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **EDUARDO PAES SABOIA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 968/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 30/11/2021, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3038809** e o código CRC **A7C15EDF** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009144/2021-54

SEI nº 3038809

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ**

CPF.:842.261.967-91

ID.: 7973 MRE

1959 Filho de Marcos Henrique Camillo Côrtes e Vera Dias Garcia Côrtes, nasce no dia 13 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1984	Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1985	CPCD - IRBr
1996	CAD - IRBr
2008	CAE - IRBr, A política externa do Governo Sarney: o início de reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia

Cargos:

1986	Terceiro-secretário
1992	Segundo-secretário
1999	Primeiro-secretário, por merecimento
2003	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de segunda classe, por merecimento
2017	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1986-87	Divisão de Comunicações, Assistente
1987-88	Divisão de Transmissões Internacionais, Assistente
1988-90	Secretaria-Geral, Assessor
1990-91	Departamento de Administração, Assessor
1991-95	Embaixada em Washington, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário
1995-97	Embaixada do Brasil em Assunção, Segundo-Secretário
1997-98	Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento, Assessor

1998-2000	Departamento do Serviço Exterior, Assessor
2000-03	Gabinete do Ministro de Estado, Assessor
2003	Divisão da Europa I, Chefe, substituto
2003-05	Senado Federal, assessor de Relações Internacionais da Presidência do Senado
2005	Presidência da República, Assessor Especial de ex-Presidente da República
2005-08	Embaixada em La Paz, Conselheiro
2008-11	Embaixada em Tóquio, Ministro-Conselheiro
2011-14	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Chefe de Gabinete do Ministro
2014	Embaixada em Amã, Encarregado de Negócios em missão transitória
2014-15	Embaixada em Bagdá, Encarregado de Negócios em missão transitória
2015-18	Embaixada em Adis Abeba, cumulativa com a República do Djibouti e a República do Sudão do Sul, Embaixador
2015-18	Representante do Brasil junto à União Africana e à Comissão Econômica para a África das Nações Unidas
2018-	Embaixada em La Paz, Embaixador

Condecorações:

1998	Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
2000	Ordem Nacional do Mérito, Romênia, Comendador
2001	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
2001	Medalha do Mérito Alvorada, Brasil
2002	Medalha do Pacificador, Brasil
2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2002	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2011	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO

Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

JAPÃO



OSTENSIVO

DADOS BÁSICOS SOBRE O JAPÃO	
NOME OFICIAL	Japão (“Nippon”)
CAPITAL	Tóquio (população: cerca de 13 milhões)
ÁREA	377.899 km ² (equivalente a Mato Grosso do Sul)
POPULAÇÃO	125,8 milhões (11ª maior população do mundo)
UNIDADE MONETÁRIA	iene (US\$ 1 = aprox. ¥ 115)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentar
PODER LEGISLATIVO	Dieta bicameral (“Kokkai”): Câmara Alta da Dieta (“Sangi-in”), composta por 242 membros, eleitos para mandatos de 6 anos, e Câmara Baixa da Dieta (“Shūgi-in”), composta por 475 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	De acordo com a Constituição japonesa (1946), não há formalmente Chefe de Estado. O imperador Naruhito, que ascendeu ao trono em maio de 2019, tem a função de "símbolo do Estado e da unidade do povo".
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Fumio Kishida (desde 04/10/2021)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Yoshimasa Hayashi (desde 10/11/2021)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Akira Yamada (desde 16/08/2017) Sucessor a partir de dez/21: Teiji Hayashi
EMBAIXADOR DO BRASIL	Eduardo Paes Saboia (desde 10/12/2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (PNUD, 2019)	0,919 (19ª posição entre 188 países)

Novembro de 2021

EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2019)	84,6 anos
BRASILEIROS NO PAÍS	Há registro de cerca de 206 mil brasileiros (junho/2021).
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL	US\$ 5,045 trilhões (FMI, 2020)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP)	US\$ 5,312 trilhões (FMI, 2020)
PIB PER CAPITA	US\$ 40.088 (FMI, 2020)
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 42.211 (FMI, 2020)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	3,19% (2022, projeção); 2,35% (2021, projeção); -4,58% (2020); 0,01% (2019); 0,55% (2018); 1,67% (2017); 0,75% (2016); 1,56% (2015); 0,29% (2014); 2,0% (2013); 1,37% (2012).
COMÉRCIO BILATERAL EM 2020	US\$ 8,32 bilhões (-12,6%; 5º parceiro comercial do Brasil) • Recorde de US\$ 17,34 bilhões em 2011.
COMÉRCIO BILATERAL NO 1º SEMESTRE DE 2021	US\$ 4,9 bilhões
SALDO DA BALANÇA COMERCIAL	• Há usual superávit para o Brasil, com pequenos déficits em 2018 e 2020: US\$ 1,03 bilhão (2016); US\$ 1,50 bilhão (2017); US\$ -21 milhões (2018); US\$ 1,33 bilhão (2019), e US\$ -64 milhões (2020). • Superávit recorde de US\$ 1,6 bilhão em 2011. • Déficit de US\$ 500 milhões no 1º sem./2021.
TOTAL EXPORTAÇÕES EM 2020	US\$ 4,13 bilhões (-23,6%) • Recorde de US\$ 9,47 bilhões em 2011.
TOTAL EXPORTAÇÕES NO 1º SEMESTRE DE 2021	US\$ 2,2 bilhões
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES EM 2020	1,97%
POSIÇÃO DO JAPÃO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM 2020	6º lugar

PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO EM 2020	Minério de ferro; milho; frango “in natura”; café em grão não torrado; alumínio; ferro-ligas; soja em grão; farelo de soja; celulose; sucos de frutas.
TOTAL IMPORTAÇÕES EM 2020	US\$ 4,19 bilhões (+2,4%) • Recorde de US\$ 7,87 bilhões em 2011.
TOTAL IMPORTAÇÕES NO 1º SEM. DE 2021	US\$ 2,7 bilhões
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS IMPORTAÇÕES EM 2020	2,64%
POSIÇÃO DO JAPÃO NAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM 2020	6º lugar
PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO EM 2020	Plataformas flutuantes e embarcações; autopeças; compostos químicos; instrumentos de medição e controle; automóveis; motores de pistão; máquinas e aparelhos elétricos; válvulas termiônicas, diodos e transistores; máquinas e equipamentos industriais; aparelhos radiológicos e de eletrodiagnóstico.
POSIÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO EXTERIOR DO JAPÃO (2020)	2º parceiro comercial na América Latina (atrás do México) e 25º no mundo (0,82% do comércio).
POSIÇÃO DO BRASIL NAS IMPORTAÇÕES DO JAPÃO (2020)	1º fornecedor de bens na América Latina e 20º no mundo (1,18% das compras).
POSIÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES DO JAPÃO (2020)	3º mercado comprador na América Latina (atrás de México e Panamá) e 27º no mundo (0,46% das vendas).
INVESTIMENTOS JAPONESES NO BRASIL (BCB)	• Estoque de cerca de US\$ 25 bilhões (6º maior investidor no Brasil, incluindo operações intrafirma). • Fluxo de US\$ 2 bilhões em 2020 (5º maior fluxo). • Cerca de 700 empresas japonesas atuam no Brasil.
INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO JAPÃO	Banco do Brasil; Bradesco; BRF; Caixa Econômica Federal; CI&T; Citrosuco; Hope; Itaú; Licks Advogados; Mauricio de Sousa Produções; Natural One; Pinheiro Neto Advogados; Seara (Grupo JBS); Taul & Chequer Advogados; TozziniFreire Advogados; Vale; e WEG.

SECOM	Embaixada em Tóquio (não há escritório da Apex-Brasil no Japão).
--------------	--

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Intercâmbio Comercial Bilateral (US\$ milhões *fob*)

BRASIL→ JAPÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan-out)
Intercâmbio	14.127	17.345	15.691	15.046	12.619	9.722	8.170	9.025	8.689	9.525	8.319	8.896
Exportações	7.141	9.473	7.956	7.964	6.718	4.845	4.604	5.263	4.334	5.431	4.127	4.516
Importações	6.986	7.872	7.735	7.082	5.901	4.877	3.566	3.762	4.355	4.094	4.191	4.379
Saldo	155	1.601	221	882	817	-32	1.037	1.500	-21	1.337	-64	137

Fonte: *Ministério da Economia*

Investimentos Diretos Brasil–Japão (em US\$ milhões) – FLUXO

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan-set)
Origem: Japão	2.502	7.536	1.471	2.516	3.780	2.878	1.412	537	1.124	1.958	2.011	510

Fonte: *Banco Central do Brasil*

Investimentos Diretos Brasil–Japão (em US\$ milhões) – ESTOQUE

Distribuição por país do controlador final + operações intercompanhia

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Origem: Japão	30.092	34.184	32.735	30.060	28.319	20.396	25.458	24.083	23.132	25.018

Fonte: *Banco Central do Brasil*

APRESENTAÇÃO

Com um território de 377.899 km² e uma população de cerca de 125 milhões de habitantes, o Japão tem a terceira maior economia do mundo e a segunda maior da Ásia, após a da China. Com base na prosperidade econômica, fundamentada em altos níveis tecnológicos, e na estabilidade política interna, o Japão tem buscado incrementar sua projeção nos planos regional e internacional, sobretudo por iniciativas como as Olimpíadas de Tóquio, realizadas em 2021, a presidência do G-20 em 2019 e a candidatura japonesa a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

PERFIS BIOGRÁFICOS

FUMIO KISHIDA **Primeiro-Ministro**



Nasceu em 29/7/1957, em Hiroshima. Graduou-se em Direito, em 1982, pela Universidade Waseda (Tóquio). Filiado ao Partido Liberal Democrático (PLD), é membro da Câmara Baixa, onde representa a Província de Hiroshima, desde 1993. Exerceu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 2012 e 2017 – período mais longo no cargo na história do Japão – e de Ministro da Defesa em 2017, sempre sob o ex-PM Shinzo Abe. Assumiu a chefia do governo em 4/10/2021. Realizou visita oficial ao Brasil, como Chanceler, em setembro de 2013.

Yoshimasa HAYASHI **Chanceler (Ministro dos Negócios Estrangeiros)**



Nascido em 1961, em Tóquio, tem graduação em Direito pela Universidade de Tóquio (1984) e mestrado em Políticas Públicas por Harvard (1994). Após trabalhar na trading Mitsui & Co., Ltd. (1984–89), ingressou na política em 1992, como secretário de seu pai, Yoshiro Hayashi, então Ministro das Finanças. Foi membro eleito da Câmara Alta do parlamento japonês entre 1995 e 2021, ano em que candidatou-se e elegeu-se para a Câmara Baixa, sempre pela província de Yamaguchi. É filiado ao PLD e membro da chamada “facção Kishida”, em referência ao atual PM. Foi ministro das pastas de Defesa (2008); Agricultura, Silvicultura e Pesca (2012–14, e 2015); e Educação, Cultura, Esportes e C&T (2017–18).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Japão é o mais tradicional parceiro do Brasil na Ásia, com relações de amizade e confiança consolidadas historicamente e marcadas pelos centenários laços humanos, pelo interesse em aprofundar a cooperação em CT&I, pela importância dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos e pela coordenação em temas internacionais.

Em novembro de 2020, celebraram-se os 125 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Japão. O estabelecimento das relações, em 1895, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, permitiu a abertura recíproca de representações diplomáticas em 1897 e abriu caminho para o início da imigração japonesa, em 1908, com a célebre chegada do navio *Kasato Maru* no porto de Santos.

A despeito da distância geográfica, a dimensão humana aproxima hoje, de forma singular, os dois países, de modo a considerar-se esse vínculo o principal elemento diferenciador das relações nipo-brasileiras. O Brasil abriga a maior comunidade de descendentes de japoneses fora do Japão (mais de 2 milhões de pessoas); e o Japão, a terceira maior comunidade brasileira no exterior (cerca de 208 mil nacionais), estabelecida sobretudo a partir de 1990 (reforma legislativa japonesa que criou visto especial para estrangeiros com pais ou avós japoneses).

Durante a visita do então Primeiro-Ministro Shinzo Abe ao Brasil (agosto de 2014) as relações Brasil-Japão foram elevadas ao nível de Parceria Estratégica e Global. O diálogo político bilateral é fluido, sem contenciosos e qualificado por relações de confiança construídas ao longo do tempo. Os dois países possuem visões de mundo convergentes, na qualidade de democracias maduras, que compartilham valores e princípios como o respeito às liberdades fundamentais, a solução pacífica de controvérsias e a observância do direito internacional, além do compromisso com o livre comércio e a economia de mercado.

O Brasil tem o desafio de melhor aproveitar as complementaridades econômicas estruturais com o Japão, uma vez que o país asiático é grande importador de alimentos, recursos minerais e energia, e o Brasil necessita de aportes de capital e de tecnologia para dar continuidade a seu desenvolvimento econômico, em todos os setores. O Japão teve participação relevante na industrialização brasileira, especialmente nos anos 1960 e 1970, quando houve expressivos investimentos japoneses em mineração, siderurgia, construção naval, setor automobilístico, eletrônicos, papel e celulose. Diversas empresas multinacionais japonesas têm tradicional presença no Brasil, como Toyota, Honda, Nippon Steel, Mitsui, Mitsubishi, Panasonic, Toshiba, entre muitas outras (total de aproximadamente 700 empresas hoje em atividade no País).

Em 2019, completaram-se 60 anos da cooperação técnica Brasil-Japão, realizada por meio da Japan International Cooperation Agency (JICA) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Itamaraty. Exemplo emblemático dessa cooperação foi o Proceder (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o

Desenvolvimento do Cerrado), criado em 1979, que revelou o grande potencial agroexportador desse bioma brasileiro, com a participação da Embrapa.

Desde o ano 2000, existem programas de cooperação técnica trilateral de Brasil e Japão com diversos países da América Latina, África e Ásia. Entre eles há a implementação do sistema nipo-brasileiro de TV digital em quase toda a América do Sul (além de países da América Central, África e Ásia) e do projeto KOBAN, com países da América Central, voltado ao compartilhamento de experiências exitosas na área de policiamento comunitário, além de projetos em desenvolvimento agrícola.

Na esfera multilateral, o Brasil e o Japão integram, ao lado da Alemanha e da Índia, o G-4 (grupo que defende a reforma do Conselho de Segurança da ONU com novos membros permanentes e não-permanentes), além de serem membros fundadores do G-20. O Japão tem dado enfático apoio à acessão brasileira à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os dois países têm buscado ainda coordenar posições na Organização Mundial do Comércio (OMC), como na defesa da reforma da organização e do aperfeiçoamento do sistema multilateral de comércio.

Dentre os muitos instrumentos bilaterais firmados entre o Brasil e o Japão ao longo de mais de 125 anos de relações diplomáticas, destacam-se: o Acordo de Migração e Colonização (1960); o Acordo Cultural (1961); a Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos (1967); o Acordo Básico de Cooperação Técnica (1970); o Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia (1984); o Acordo de Previdência Social (2010); o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas (2014); e o Acordo sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assuntos Aduaneiros (2017).

O Mecanismo de Consultas Políticas (MCP), criado em 1989, constitui o principal foro de coordenação bilateral. A mais recente edição do MCP – a nona – realizou-se em Tóquio, em 5/10/2021. As relações Brasil-Japão dispõem, ademais, de variados mecanismos bilaterais. Dentre os mais importantes, destacam-se (local e data da última reunião indicados em seguida): Comitê Conjunto de Ciência e Tecnologia (Tóquio, 20 de novembro de 2015); Foro Consular Brasil-Japão (Brasília, 7 de março de 2018); Diálogo de Chanceleres Brasil-Japão (Tóquio, 17 de maio de 2018); Mecanismo de Consultas Políticas (Tóquio, 5 de outubro de 2021); Grupo de Notáveis Brasil-Japão (reunião virtual em 16 de setembro de 2021); Grupo de Trabalho para Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no setor de Infraestrutura (Tóquio, 10 de junho de 2019); Diálogo Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos (São Paulo, 26 de agosto de 2019); Comitê Conjunto de Comércio, Promoção de Investimentos e Cooperação Industrial (São Paulo, 17 de outubro de 2019); Conselho Empresarial Brasil-Japão – CNI-Keidanren (reunião virtual em 29 de setembro de 2020).

Destacam-se os contatos de alto nível mantidos: o Presidente Jair Bolsonaro reuniu-se com o então Primeiro-Ministro Shinzo Abe, em 2019, em três oportunidades, duas das quais em visita ao Japão. Em janeiro de 2021, o MNE japonês, Toshimitsu Motegi, visitou o Brasil, na primeira visita de um chanceler japonês a Brasília desde 2013.

Visitas de Alto Nível Recentes

Visitas Brasil → Japão: Ministro da Cidadania, João Roma (jul/2021, representando o governo brasileiro na abertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio); Ministro das Comunicações, Fábio Faria (fev/2021, para inteirar-se das tecnologias 5G desenvolvidas pelo Japão); Presidente Jair Bolsonaro (out/2019, para a cerimônia de entronização do novo Imperador do Japão); Presidente Jair Bolsonaro (jun/2019, visita no contexto da cúpula do G-20 em Osaka); Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, para a 2ª edição do Diálogo de Chanceleres Brasil-Japão (mai/2018); Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira (abr/2018); Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot (abr/2017); Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Sérgio Etchegoyen (mar/2017); Presidente Michel Temer (out/2016); Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para a 1ª edição do Diálogo de Chanceleres Brasil-Japão (jul/2015).

Visitas Japão → Brasil: Ministro dos Negócios Estrangeiros, Toshimitsu Motegi (jan/2021); Diretor de América Latina e Caribe do Gaimusho (Ministério dos Negócios Estrangeiros), Teiji Hayashi (nov/2020); Vice-Ministro Parlamentar do Gaimusho, Keisuke Suzuki (fev/2020); Presidente da Câmara Alta da Dieta, Senadora Akiko Santo (jan/2020); Princesa Mako, para as celebrações dos 110 anos dos vínculos humanos Brasil-Japão (jul/2018); Ministro dos Negócios Estrangeiros, Taro Kono (mai/2018); Príncipe-herdeiro Naruhito, para o 8º Fórum Mundial da Água (mar/2018); Vice-Ministro Parlamentar, Mitsunari Okamoto, para reunião com o Secretário-Geral das Relações Exteriores (ago/2017); Vice-Primeiro-Ministro Taro Aso, para inauguração da *Japan House* em São Paulo (abr/2017); Primeiro-Ministro Shinzo Abe, para o encerramento dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (ago/2016); Príncipe Fumihito, filho do Imperador Akihito, e esposa, Princesa Kiko (Príncipe e Princesa Akishino), no contexto dos 120 anos de relações diplomáticas Brasil-Japão (nov/2015); Primeiro-Ministro Shinzo Abe (ago/2014).

Encontros em foros multilaterais: reunião entre o Presidente Jair Bolsonaro e o Primeiro-Ministro Shinzo Abe (Cúpula do G-20, jun/2019); reunião entre o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Taro Kono (Conselho de Ministros da OCDE, mai/2019); reunião do PR Bolsonaro com o PM Shinzo Abe (Fórum Econômico Mundial de Davos, jan/2019); reunião entre o Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e o Ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Hiroshige Seko (Conferência Ministerial da OMC, 2017); reunião entre o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o Vice-Ministro Parlamentar Sênior dos Negócios Estrangeiros, Kentaro Sonoura (OCDE, 2017);

reunião entre o Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes e seu homólogo, Taro Kono (AGNU, 2017).

Outros eventos marcantes: em abril de 2017, o governo japonês inaugurou, em São Paulo, a primeira de suas três *Japan Houses* (a segunda foi posteriormente inaugurada em Los Angeles, e a terceira, em Londres), em cerimônia que contou com a presença do Presidente Michel Temer, do Vice-PM japonês Taro Aso, do então Chanceler Aloysio Nunes e de altas autoridades do estado e da cidade de São Paulo.

Cooperação Parlamentar

O ativo Grupo Parlamentar Brasil-Japão, criado em 1994, é presidido pelo Deputado Federal Luiz Nishimori e conta com três vice-presidentes: Deputados Kim Katagiri, Vitor Lippi e Herculano Passos, além de outros 44 integrantes (37 deputados e 7 senadores). Há também a Frente Parlamentar Brasil-Japão, coordenada pelo Deputado Luiz Nishimori e integrada por outros 202 deputados.

Do lado japonês, atua a Liga Parlamentar de Amizade Brasil-Japão na Dieta Nacional. Criada em 1974, a Liga congrega cerca de 100 membros da Dieta e é presidida, há mais de dez anos, pelo Deputado Taro Aso, atualmente Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças.

A organização de missões de parlamentares brasileiros ao Japão é frequente. O então Deputado Jair Bolsonaro visitou o Japão em fevereiro de 2018, acompanhado dos Deputados Federais Luiz Nishimori, Onyx Lorenzoni e Eduardo Bolsonaro, bem como do então Deputado Estadual Flávio Bolsonaro e do Vereador Carlos Bolsonaro. O Deputado Nishimori realizou nova missão ao Japão de 2 a 11/3/19. A convite do governo japonês, no contexto do programa “Juntos”, missão de parlamentares visitou o Japão entre 10 e 17/3/19. Entre os participantes estavam o Senador Marcos Rogério e os Deputados Federais Kim Katagiri, Marcel Van Hattem, Luisa Canziani e Filipe Barros. De 23/2/2020 a 1/3/2020, a convite do governo japonês, novo grupo de parlamentares brasileiros visitou o Japão. Compuseram a comitiva os deputados Jerônimo Goergen, Alexis Fonteyne e Marcelo Ramos.

O Deputado japonês Taimei Yamaguchi (Secretário-Geral da Liga Parlamentar Brasil-Japão na Dieta) realizou visita ao Brasil – na qualidade de enviado especial – de 31/12/18 a 2/1/19, para participar da cerimônia de posse do Presidente Jair Bolsonaro. Na ocasião, reuniu-se com o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; com o então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Fernando Collor; com membros da Frente Parlamentar Brasil-Japão; e com representantes de associações de nipodescendentes. Em janeiro de 2020, a Presidente da Câmara Alta da Dieta, Akiko Santo, visitou o Brasil, ocasião em que se reuniu com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores interino. Em fevereiro de 2020, o Vice-Ministro Parlamentar do Gaimusho, Keisuke Suzuki, visitou Brasília e foi recebido pelo então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

Parceria Estratégica e Global e Diálogo de Chanceleres

Com o lançamento, em agosto de 2014, da Parceria Estratégica e Global, Brasil e Japão formalizaram seu mútuo reconhecimento da importância estratégica das relações bilaterais, com interesses comuns em diferentes áreas. Nesse sentido, foi estabelecido o Diálogo de Chanceleres Brasil-Japão, com periodicidade anual, conforme inscrito no Comunicado Conjunto da visita do então Primeiro-Ministro Shinzo Abe. Nessa nova etapa do relacionamento, os dois governos comprometeram-se a manter diálogo regular sobre temas de alcance universal, regional e bilateral. Manifestaram também disposição de, conjuntamente com os respectivos setores privados, desenvolver potencial comum ainda inexplorado em infraestrutura, energia, construção naval, agronegócio, C,T&I, tecnologias da informação, desenvolvimento sustentável, saúde, cooperação educacional, capacitação de recursos humanos e intercâmbio cultural.

A mais recente (2ª) edição do Diálogo de Chanceleres ocorreu em 17 de maio de 2018, em Tóquio, no contexto da visita do então ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes ao Japão. Na ocasião, foram discutidos temas de segurança internacional, como o processo de distensão em curso na Península Coreana, assim como o fortalecimento dos laços econômicos bilaterais, sobretudo por meio da ampliação dos investimentos japoneses no Brasil.

Comércio

O Japão foi, em 2020, o segundo parceiro comercial do Brasil na Ásia (atrás da China apenas) e o quinto maior parceiro comercial do Brasil (sexto maior destino das exportações brasileiras e sexta principal origem das importações), enquanto o Brasil foi o segundo parceiro comercial do Japão na América Latina (atrás do México) e o vigésimo-quinto no mundo. Em 2020, a corrente de comércio com o Japão atingiu o valor de US\$ 8,32 bilhões (queda de 12,7% em relação ao patamar de US\$ 9,53 bilhões registrado em 2019), com déficit de US\$ 64 milhões registrado para o Brasil.

Com a forte queda registrada em 2020, o intercâmbio bilateral afastou-se do recorde de US\$ 17,34 bilhões registrado em 2011. Após esse ápice do comércio bilateral, houve significativa queda tanto das exportações quanto das importações, o que pode ser explicado pela queda do preço das commodities e pela negociação de acordos comerciais pelo Japão com outros parceiros, em detrimento do MERCOSUL.

Nos três primeiros trimestres de 2021, o comércio bilateral registrou importante incremento, tendo somado USD 9,74 bi – valor que já supera o montante total de 2020 –, com importações brasileiras de US\$ 3,17 bi e exportações de US\$ 6,57 bi (saldo superavitário para o Brasil de cerca de US\$ 3,41 bi).

A pauta brasileira de exportações está concentrada em commodities, em cuja transação se destacam as *tradings* japonesas conhecidas internacionalmente como “Seven Sisters”: Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo, Itochu, Marubeni, Sojitz e Toyota Tsusho. Em 2020, os principais produtos exportados para o Japão foram: minério de ferro (US\$ 892,16 milhões); milho (US\$ 702,36 milhões); frango *in natura* (US\$ 657,93 milhões); café em grão não torrado (US\$ 292,12 milhões); alumínio (US\$ 187,53 milhões); ferro-ligas (US\$ 180,21 milhões); soja em grão (US\$ 156,08 milhões); farelo de soja (US\$ 155,95 milhões); celulose (US\$ 144,95 milhões); e sucos de frutas (US\$ 83,08 milhões).

A pauta de importações com origem no Japão, por sua vez, concentra-se em produtos manufaturados. Em 2020, os principais produtos importados dos japoneses pelo Brasil foram: plataformas e embarcações (US\$ 587,73 milhões); autopeças (US\$ 388,33 milhões); compostos químicos (US\$ 205,50 milhões); instrumentos de medição e controle (US\$ 144,66 milhões); automóveis (US\$ 141,03 milhões); motores de pistão (US\$ 120,92 milhões); máquinas e aparelhos elétricos (US\$ 119,46 milhões); válvulas termiônicas, diodos e transistores (US\$ 111,56 milhões); máquinas e equipamentos industriais (US\$ 92,18 milhões); aparelhos radiológicos e de eletrodiagnóstico (US\$ 69,48 milhões).

Dentre os produtos brasileiros com potencial de maior exportação para o Japão, destacam-se: moda (vestuário e acessórios, joias com pedras brasileiras), móveis e objetos de design, cafés especiais, carnes bovina e suína, frutas, vinhos e cachaças e produtos do audiovisual. Com um grande mercado e uma população de alto poder aquisitivo, o Japão é um orientador de tendências de consumo e uma “vitrine” para a Ásia.

Acesso a Mercados para Produtos Agrícolas

O Japão é um dos maiores importadores de alimentos do mundo. Conforme dados do MAFF (Ministério da Agricultura, Silvicultura e Pesca do Japão) referentes a 2020, o total das importações japonesas de bens agrícolas somou, naquele ano, US\$ 57 bilhões. As principais origens das importações agropecuárias japonesas foram: Estados Unidos (21,9%), União Europeia (17,3%), China (10,6%), Canadá (6,6%), Tailândia (6,5%), Austrália (6,4%) e Brasil (5,2%).

Segundo o MAFF, a autossuficiência japonesa de alimentos em 2018 se limitou a 37%, em termos de calorias (esses números incluem as importações de rações para os animais de corte criados em território nipônico). Em termos de calorias/pessoa, a autossuficiência é particularmente baixa para proteína animal (15%, excluindo as rações importadas), soja (21%), frutas (32%), açúcar e derivados (34%), trigo (12%) e gorduras em geral (3%). Tal deficiência é complementada por importações – o que apresenta elevado potencial para aumento das vendas brasileiras. Deve-se ressaltar que o Brasil, apesar de sua participação de cerca de 5% nas importações agropecuárias

japonesas, é o maior fornecedor externo de frango, café e suco de laranja para o Japão, além do segundo lugar em milho e do terceiro lugar em soja.

Mudanças de hábitos alimentares têm levado à ampliação do consumo de proteína animal, especialmente em produtos nos quais o Brasil ocupa posição de destaque mundial em termos de produção e exportações, como carne bovina e suína. O aproveitamento de tal potencial implica, entretanto, a necessidade de se vencer dois obstáculos à ampliação das exportações brasileiras: (i) a aplicação de barreiras sanitárias e fitossanitárias, para as quais o Japão adota, por vezes, exigências superiores aos parâmetros internacionais, além de procedimentos técnicos morosos; e (ii) erosão das margens competitivas das exportações brasileiras derivada de acordos comerciais entre o Japão e alguns dos principais competidores brasileiros, como México (em vigor desde 2005), Tailândia (2007), Indonésia (2008), Vietnã (2009), Índia (2011), Austrália (2015), União Europeia (2019) e Estados Unidos (2020).

O Japão adota um extenso processo de análise de risco para carne *in natura* bovina (produto do qual é o terceiro maior importador mundial) e suína. A principal restrição diz respeito a barreiras sanitárias contra a febre aftosa. O lado japonês tem condicionado a habilitação das exportações brasileiras à proveniência de zonas reconhecidas como livres de febre aftosa sem vacinação. Atualmente, apenas a carne suína de Santa Catarina está habilitada para venda ao Japão (desde 2013). Em 2/6/2021, a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, enviou carta a seu homólogo japonês, Kotaro Nogami, na qual comunicou a decisão da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em maio de 2021, de reconhecer extensa área do território brasileiro como livre de febre aftosa sem vacinação (Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Acre, bem como 14 municípios do Amazonas e 5 municípios de Mato Grosso – além de Santa Catarina, já possuidora do referido *status* desde 2007). Estão em curso processos de habilitação de carnes bovina e suína de diferentes estados contemplados pela decisão da OIE, incluindo Rio Grande do Sul, Paraná e Rondônia. Durante a mais recente reunião de consultas políticas (05/10/21), o lado japonês afirmou que novos questionários sanitários deverão ser brevemente enviados às autoridades brasileiras para dar seguimento ao processo de liberação desses produtos no mercado japonês.

O governo brasileiro, por outro lado, tem dado encaminhamento positivo às questões de ordem sanitária indicadas como prioritárias pelo governo japonês, a exemplo da habilitação da importação de carne bovina *in natura* japonesa do tipo “wagyu” e do levantamento de restrições decorrentes de suspeita de contaminação radiativa em produtos alimentícios produzidos na província de Fukushima.

Visando a um maior aproveitamento do potencial de comércio na área agrícola, os governos do Brasil e do Japão têm debatido a inserção brasileira na estratégia governamental japonesa “Global Food Value Chain Strategy”, criada em 2014 para garantir a segurança alimentar do país. Essas discussões têm sido feitas especialmente por meio do Diálogo Brasil-Japão sobre Agricultura e Alimentos, que envolve os Ministérios da Agricultura dos dois países. Discute-se maior integração das cadeias de valor do Brasil e do Japão no setor de alimentos. Ademais, projeto de cooperação

técnica Brasil-Japão em agricultura de precisão e agricultura sustentável, formalizado em janeiro de 2021, insere-se nessa estratégia japonesa.

Em novembro de 2020, em Tóquio, ocorreu a primeira reunião do comitê público-privado para a integração das cadeias de valor de alimentos entre o Japão e a América Latina. Nesse evento, a *trading* Toyota Tsusho (braço do grupo Toyota para o agronegócio) sublinhou seu interesse em constituir cadeia estável de suprimento de grãos brasileiros, como soja e milho, ao mercado japonês, de forma a possibilitar a concentração de seus investimentos logísticos em regiões produtoras específicas. A Toyota Tsusho também classificou a região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) como “a última fronteira” da produção de grãos no Brasil, com elevado potencial de aumentos da produtividade.

Negociações MERCOSUL–Japão

O Brasil já reiterou, em diversas oportunidades, a disposição do MERCOSUL de iniciar com o Japão a fase de “diálogo exploratório” para eventual lançamento de negociações de um acordo de livre comércio, também chamado de Acordo de Parceria Econômica (EPA, em inglês) pelos japoneses. O resultado esperado desse diálogo é a elaboração de um “overview”, documento que sintetiza as posições das partes com relação à abrangência e às disciplinas de um possível acordo, e que serve de base para a obtenção de mandato negociador nos países do MERCOSUL. Do lado japonês, a realização de estudo de impacto conjunto é a etapa prévia necessária ao lançamento de negociações comerciais. Um EPA MERCOSUL-Japão conta com apoio do empresariado de ambos os países, conforme reiterado em diversas reuniões dos mecanismos regulares de diálogo do setor privado dos dois países, particularmente o Conselho Empresarial Brasil-Japão (encontro CNI-Keidanren).

Avanços na proposta de EPA dependem de decisão no mais alto nível do governo japonês. A principal resistência provém do setor agrícola, que receia a competitividade do MERCOSUL e os possíveis impactos da abertura decorrente de acordos firmados com outros grandes exportadores agrícolas – que competem diretamente com produtos agrícolas brasileiros – como os EUA (acordos de comércio e de comércio digital, em vigor desde 1/1/2020) e a União Europeia (EPA, vigente desde 1/2/2019). O Japão também concluiu, em 2020, acordo com o Reino Unido e a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, na sigla em inglês), que inclui os países da ASEAN, a Austrália, a China, a Coreia do Sul e a Nova Zelândia. Hoje, o México é o principal parceiro comercial do Japão na América Latina, beneficiado pelo acordo comercial vigente desde 2005.

A estagnação da participação brasileira nas importações japonesas de produtos agrícolas (em torno de 5%) reflete esses desvios de comércio. O Brasil tem especial interesse na obtenção de maior abertura do mercado japonês para produtos nacionais como frutas (abacate e melão) e carnes bovina e suína. Um EPA MERCOSUL-Japão permitiria, ademais, recuperar margens competitivas de exportações brasileiras como

frango, suco de laranja e açúcar, afetadas pela competição com países que contam com condições tarifárias mais vantajosas.

Investimentos

As empresas japonesas têm sido importantes e históricas investidoras no Brasil. Nas décadas de 1960 e 1970, houve crescimento exponencial de investimentos japoneses em áreas como alumínio, celulose e siderurgia. Nos anos 1980 e 1990, o investimento direto procedente do Japão deixou de exibir o mesmo ritmo de crescimento, ainda que se tenha mantido estável em termos absolutos. De 2001 a 2010, os investimentos japoneses no Brasil voltaram a se expandir, somando US\$ 13,1 bilhões, numa participação de 4,67% do total de investimentos externos diretos recebidos pelo País. Como reflexo da crise econômica brasileira a partir de meados da década 2011- 2020, verificou-se queda acentuada da participação japonesa no fluxo de investimentos diretos no Brasil, que chegou a atingir o piso de 0,9% em 2017 (US\$ 537 milhões). Nesse período, os investimentos japoneses privilegiaram os setores primário (mineração) e secundário (aço/metais, máquinas/equipamentos e transporte).

Segundo dados divulgados pela *Japan External Trade Organization* (JETRO), o fluxo de investimentos diretos japoneses (IED) no Brasil em 2020, a despeito da pandemia, foi de US\$ 2,82 bilhões, 21,5% superior ao registrado no ano anterior e o maior resultado desde 2014. Trata-se do terceiro ano consecutivo de crescimento dos fluxos de IED do Japão para o Brasil. Em contraste, os investimentos japoneses caíram, mais de 30% no resto do mundo no mesmo ano.

Atualmente, o Japão é o sexto maior investidor direto no Brasil em termos de estoque, estimado pelo Banco Central em US\$ 25 bilhões (2019), e foi o 5º maior investidor em 2020 em termos de fluxo, estimado em US\$ 2 bilhões. De acordo com dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Japão é a maior fonte de investimento estrangeiro direto no mundo, com investimentos no exterior de US\$ 227 bilhões em 2019. Os investimentos externos dos fundos japoneses representam oportunidade para o Brasil atrair novos aportes. Contudo, os japoneses mencionam frequentemente receio de dificuldades com o regime tributário brasileiro e alegada insegurança jurídica no País.

Em 2021, foram anunciados importantes investimentos japoneses, com destaque para o setor automotivo. Em junho último, a companhia Bridgestone anunciou investimentos de R\$ 700 milhões na modernização e ampliação da planta de pneus em Camaçari (Bahia). Em julho, a Sumitomo Rubber Industries anunciou investimentos de mais de R\$ 1 bilhão para ampliar em 30% a capacidade de produção da fábrica de pneus em Fazenda Rio Grande (Paraná), até 2025.

Mecanismos de Diálogo Econômico

Há foros com participação dos setores público e privado de ambos os países, destinados ao intercâmbio de informações e à discussão e à implementação de iniciativas. Essas instâncias desempenham relevante papel no delineamento da agenda

de comércio e de investimentos bilateral, cujo aprofundamento interessa ao setor privado brasileiro, incluindo a CNI, a FIESP, a FIRJAN e a FIEMG.

Os mecanismos são os seguintes: (a) Grupo de Notáveis (*Wise Group*, antes chamado *Wisemen Group*, mudou de nome para contemplar a participação de mulheres); (b) Conselho Empresarial Brasil-Japão (Confederação Nacional das Indústrias – CNI – e Federação Empresarial do Japão – Keidanren); e (c) Comitê Conjunto de Comércio, Promoção de Investimentos e Cooperação Industrial (Ministério da Economia – MEcon – e Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão – METI).

Grupo de Notáveis (*Wise Group*)

Estabelecido em maio de 2007, o Grupo de Notáveis é integrado por eminentes lideranças empresariais de ambos os países. Trata-se de mecanismo de alto nível para discussão do aprofundamento da parceria econômica Brasil-Japão. Realizam-se reuniões periódicas do Grupo, para intercâmbio sobre os principais temas do relacionamento econômico-comercial bilateral e apresentação de relatórios, solicitações e sugestões aos Chefes de Governo.

A décima e mais recente reunião do Grupo foi realizada de forma virtual, em 16/9/2021, após adiamento de mais de um ano devido à pandemia de Covid-19. Destacaram-se como temas principais o mundo pós-pandemia e fontes sustentáveis de energia. A reunião anterior havia ocorrido em Tóquio, em 8/4/2019, seguida de audiência com o então Primeiro-Ministro Shinzo Abe, em 9/4/2019. Em ocasiões anteriores, o Grupo de Notáveis manifestou apoio ao lançamento de negociações de um Acordo de Parceria Econômica MERCOSUL-Japão. Entre outros temas já tratados incluem-se: reformas estruturais e o ambiente de negócios no Brasil; cooperação industrial; investimentos em infraestrutura no Brasil; dificuldades enfrentadas por empresas japonesas com investimentos no setor de construção naval; acesso ao mercado japonês de produtos brasileiros do agronegócio; cooperação em biocombustíveis; digitalização e adoção de novas tecnologias; e fortalecimento dos vínculos humanos.

O grupo é integrado por eminentes lideranças empresariais de ambos os países. Em 2021, sua composição é: I) pelo lado brasileiro: Carlos Mariani Bittencourt (presidente da seção brasileira do Grupo – Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), Rubens Ometto Silveira Mello (Presidente do Conselho da COSAN), Roberto Rodrigues (ex-Ministro da Agricultura e coordenador do Centro de Agronegócio da FGV), Gustavo Montezano (Presidente do BNDES), Eduardo de Salles Bartolomeo (Presidente da Vale) e Luiz Fernando Furlan (ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e presidente do LIDE – Grupo de Líderes Empresariais); II) pelo lado japonês: Akio Mimura (presidente da seção japonesa do Grupo – *Honorary Chairman of Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation*), Takeshi Uchiyamada (*Chairman of the Board of Toyota Motor Corporation*), Masami Iijima (*Chairman of the Board of Mitsui & Co., Ltd.*), Nobumitsu Hayashi (*Deputy Governor of Japan Bank for International Cooperation* –

JBIC), Kazuaki Kama (*Executive Corporate Advisor of IHI Corporation*) e Masakazu Tokura (*Chairman of the Japan Business Federation – Keidanren*). Servem como secretários-executivos, por cada lado, o Embaixador aposentado Frederico Cezar de Araujo (diretor da FIRJAN Internacional) e Shingo Sato (conselheiro especial da Mitsui).

CNI-Keidanren e MEcon-METI

A 24ª reunião do Conselho Empresarial Brasil-Japão (CEBRAJ), organizada pela CNI e pela Keidanren (Federação Empresarial do Japão), foi realizada, de forma virtual, em 9 e 10 e novembro de 2021. A reunião anterior ocorrera em 29/9/2020, também de forma virtual, devido à pandemia. Na impossibilidade de encontros presenciais, CNI e Keidanren vêm organizando encontros a distância para manter troca de informações que possam melhor subsidiar empresas e associações setoriais dos dois lados, além de manter visão atualizada dos impactos da pandemia nas relações bilaterais.

A reunião do Comitê Conjunto em Comércio, Promoção de Investimentos e Cooperação Industrial Brasil-Japão (MEcon-METI) entre o Ministério da Economia do Brasil e o Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão, que costumeiramente ocorre logo após as plenárias CNI-Keidanren, está pendente de marcação de data (pelo critério de alternância, ocorreria no Japão).

Cooperação em Ciência, Tecnologia & Inovação

O tema é regido pelo Acordo de Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia (1984), que estabelece o Comitê Conjunto de Cooperação em Ciência e Tecnologia como mecanismo de monitoramento e implementação do acordo. A 4ª reunião do comitê realizou-se em Tóquio, em 20 de novembro de 2015.

Havia sido proposto ao lado japonês realizar, em Brasília, a 5ª reunião do Comitê Conjunto em 28/5/20 e, posteriormente, 19/5/21, datas inviabilizadas pela pandemia da Covid-19. Na recente reunião de consultas políticas (05/10/21), a parte japonesa indicou a intenção de realizar a reunião no início de 2022, comprometendo-se a iniciar, desde já, as consultas com os demais órgãos do governo japonês envolvidos no tema. Ademais, tem havido participação do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, nas edições *online* do “Science and Technology in Society Forum”. O “STS Forum” é realizado em Quioto, em outubro de cada ano, e inclui em sua programação Mesa Redonda de Ministros de Ciência e Tecnologia.

O Brasil tem particular interesse no incremento da cooperação com o Japão nos seguintes temas: mitigação de desastres naturais; monitoramento de florestas por satélites; setor aeroespacial; oceanografia/ciências do mar; ciências médicas e saúde; biotecnologia; energia renovável (hidrogênio); materiais avançados; inteligência artificial; robótica; supercomputadores; *startups*/empreendedorismo tecnológico;

TICs; internet 5G e seus desdobramentos tecnológicos (Internet das Coisas – IoT, Indústria 4.0, *smart cities* e *smart farms*).

Em seguimento à manifestação de interesse em cooperar em mineração e pesquisa aplicada na produção e uso do nióbio e do grafeno apresentada pelo Presidente Jair Bolsonaro ao então Primeiro-Ministro Shinzo Abe, durante o Fórum Econômico de Davos, em janeiro de 2019, buscaram-se estratégias para desenvolver a parceria bilateral no setor. Em 8/1/2021, foi assinado o Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Tecnologias Relacionadas com a Produção e Uso de Nióbio e Grafeno, durante visita do Chanceler japonês, Toshimitsu Motegi, a Brasília.

Acompanha-se, ainda, a implementação, pelo governo japonês, do conceito de Sociedade 5.0, por meio do qual se busca não apenas incentivar a robotização e digitalização do setor produtivo, mas também assumir a liderança na transformação da “sociedade da informação” para a “sociedade superinteligente”, de modo a enfrentar desafios como envelhecimento populacional, carência de mão de obra, baixo crescimento econômico, mudança do clima, poluição, terrorismo etc. O tema foi uma das prioridades da presidência japonesa do G-20 ao longo de 2019.

Internet 5G

Delegação chefiada pelo Ministro das Comunicações, Fábio Faria, visitou o Japão, nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2021, quando se realizaram encontros com o governo e com representantes do setor privado. A visita teve como prioridade conhecer in loco as tecnologias 5G das principais multinacionais japonesas do setor de comunicações, a NEC e a Fujitsu. Apesar da limitada participação no mercado global em equipamentos 5G, as empresas têm forte presença na construção da infraestrutura local, apoiadas por significativa política de subsídios governamentais e por acordos com as operadoras japonesas.

O governo japonês tem apostado na arquitetura “Open RAN” (*Open Radio Access Network*) para o desenvolvimento das redes 5G do país, projeto que conta com forte engajamento da NEC e da Fujitsu. O Open RAN visa ao estabelecimento de padrões compartilhados e abertos de sistemas 5G, de modo a permitir a interoperabilidade de equipamentos de diferentes fornecedores “sem aprisionamento tecnológico”.

A mensagem transmitida pelas autoridades e empresas japonesas em favor do Open RAN buscou enfatizar características como flexibilidade, transparência e segurança do sistema 5G. Cabe notar que a utilização daquele padrão poderia alavancar a projeção comercial das multinacionais japonesas no mercado brasileiro e, por extensão, na América Latina. As empresas japonesas, nesse contexto, buscam reposicionamento no mercado global, em que predominam Huawei, Ericsson e Nokia. No edital do sistema brasileiro, publicado em 27/09/21, precedendo o leilão realizado em 04/11/21, constam incentivos para que as empresas operadoras adotem sistema de arquitetura aberta, em linha com o modelo “Open RAN”.

Energia e Meio Ambiente

O Brasil considera de especial importância, a fim de contribuir para a plena implementação do Acordo de Paris, a ampliação do diálogo técnico e político com o Japão. Embora o Japão negocie de maneira próxima a outros países desenvolvidos e tenha posições significativamente diferentes das brasileiras, negociadores japoneses costumam empenhar-se para apresentar alternativas que possam conciliar as distintas visões.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o Brasil e o Japão coorganizam, desde 2002, a Reunião Informal sobre Ações Futuras contra a Mudança do Clima, tradicional evento que congrega, sempre no início de cada ano, negociadores de mais de duas dezenas de países e instituições-chave do regime internacional de mudança do clima, para uma primeira reflexão, fora do ambiente negociador, sobre os principais temas a serem tratados pela Conferência das Partes na Convenção do Clima (COP), no Protocolo de Quioto e no Acordo de Paris. A 19ª edição desse encontro ocorreu em Tóquio, em 10–11/3/21.

O governo japonês anunciou em 26 de outubro de 2020 que o país pretende alcançar a neutralidade de carbono até 2050. Até então, o Japão apenas declarava que tentaria zerar suas emissões líquidas de gases de efeito estufa na segunda metade do século, embora não definisse uma meta ou data específicas. Já na cúpula de líderes sobre o clima (22/4/21), o ex-Primeiro Ministro Yoshihide Suga comprometeu-se a reduzir em 46%, até 2030, as emissões de carbono do Japão, na comparação com 2013.

O Japão, porém, é fortemente dependente de carvão, o que faz do país um dos cinco maiores emissores mundiais de carbono. A dependência japonesa em relação à energia baseada na queima de carvão e combustíveis fósseis aumentou desde 2011, quando do desastre nuclear de Fukushima. A matriz energética japonesa apresenta grande dependência da importação de fontes primárias para a geração de energia. Segundos dados da Agência Internacional de Energia (IEA), o Japão produz apenas 9,2% das fontes primárias de energia que consome, o que representa o segundo menor percentual entre os países da OCDE.

Tendo em vista a meta de zerar tais emissões até 2050, o governo japonês anunciou, em 4/12/20, que 2 trilhões de ienes (cerca de US\$ 19 bilhões) seriam alocados para o fundo, com duração de dez anos, para apoio a investimentos em novas tecnologias para redução de emissões de carbono. Na ocasião, foi anunciado que o governo japonês, por meio do referido fundo de 2 trilhões de ienes, prestará apoio às empresas japonesas para o desenvolvimento de novas tecnologias, como as de captura e reciclagem de carbono, uso de hidrogênio como combustível e a próxima geração de baterias para automóveis elétricos.

Há complementariedade entre Brasil e Japão na área de energia: o Japão é grande importador de energia e fornecedor de tecnologia; o Brasil é potencial exportador líquido de energia, com tradição em fontes limpas e renováveis (são de fontes renováveis 85% da matriz elétrica e 47% da matriz energética do País). Na agenda Brasil-Japão na área de energia, parece haver espaços para o etanol

(navegação; produção de SAF a partir do etanol brasileiro, com destaque para os planos da Mitsui e da Idemitsu nesse sentido; e mesmo no setor automotivo, como solução pronta e imediata enquanto não avança o processo de eletrificação), a biomassa (conversão de termelétricas a carvão) e o ferro-gusa verde (produzido a partir de florestas plantadas), hidrogênio (produzido com energias renováveis), energia nuclear e gás natural.

Outra possível sinergia nipo-brasileira na área de energias limpas corresponde ao chamado “hidrogênio verde” (produzido em usinas de eletrólise alimentadas por energias renováveis).

Cooperação Técnica

A *Japan International Cooperation Agency* (JICA) é o órgão de governo japonês responsável pelo planejamento e pela execução de ações de cooperação técnica. A cooperação técnica entre o Japão e o Brasil desenvolve-se, de modo ininterrupto, desde 1959 e mantém-se como uma das mais significativas parcerias no setor. Exemplo emblemático dessa cooperação foi o Proceder (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado), criado em 1979 e que revelou o grande potencial agroexportador desse bioma brasileiro, com a participação da Embrapa. O histórico de relacionamento entre os dois países no campo da cooperação técnica representa forte base de confiança mútua.

Destaca-se a cooperação em prevenção de riscos de desastres, com intensa e tradicional troca de experiência e treinamento de profissionais no âmbito do Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres (GIDES) ou o projeto de capacitação para detecção, em tempo real, de indicadores de desflorestamento na Amazônia a partir de imagens do satélite japonês ALOS-2, entre outros. Em 2019, a JICA aprovou a realização de cinco novos projetos de cooperação a serem desenvolvidos com a ABC. Posteriormente, durante a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Toshimitsu Motegi, a Brasília, em 08/01/2021, foram firmados Ajustes em três novos projetos bilaterais de cooperação, nas áreas de desastres naturais, agricultura de precisão e desmatamento ilegal de florestas.

O Japão é o parceiro mais antigo do Brasil em cooperação técnica trilateral, respaldada no Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP), de março de 2000. Sobressaem, entre os projetos trilaterais realizados em coordenação com o Japão, o ProSavana (Programa de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique), desenvolvido com apoio da Embrapa e encerrado em 2020; o sistema nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-Tb – padrão originalmente japonês, que recebeu contribuições tecnológicas brasileiras, sobretudo em software), adotado na maior parte da América Latina, além de alguns países da África e Ásia; e o projeto KOBAN, desenvolvido na área de policiamento comunitário a partir da experiência japonesa e brasileira.

Cooperação na Pandemia

No que se refere a vacinas contra a Covid-19, o Japão tem priorizado contribuições financeiras para o consórcio Covax da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma vez que ainda não possui vacina desenvolvida localmente que esteja em estágio conclusivo de testes. Apesar de promissoras, as pesquisas japonesas de novas vacinas contra a Covid-19 avançam lentamente. Os quatro potenciais imunizantes encontram-se ainda em estágio inicial de testes clínicos. A vacina mais avançada é a da *startup* biofarmacêutica AnGes (com tecnologia baseada em DNA), em parceria com a Universidade de Osaka. A empresa pretende iniciar os testes da Fase III, em larga escala, ainda em 2021.

Na Cúpula do G20 em Roma (30-31/10), o Primeiro-Ministro Fumio Kishida indicou apoio à meta de vacinar 70% da população mundial contra o coronavírus até meados de 2022. Recordou a participação do Japão no ‘Covax Vaccine Summit’, em junho do corrente ano, quando foi anunciado aporte japonês de USD 1 bilhão para o financiamento das ações do consórcio, e destacou o apoio japonês às redes logísticas para distribuição de vacinas em países em desenvolvimento.

O número de casos no Japão alcançou, até 7/11/21, 1.719.704 pessoas, com total de 18.302 mortes. O número de casos graves segue tendência decrescente. A vacinação no Japão tem sido relativamente lenta (menor nível no G7). Até 7/11/21, 78,32% da população havia recebido uma dose e 74,07%, as duas doses. Houve dificuldades no acesso às vacinas contratadas da Pfizer, única autorizada pela autoridade sanitária nipônica até 21/05/2021, quando foi anunciada a aprovação dos imunizantes da Moderna e da AstraZeneca. Autoridades japonesas buscam acelerar a campanha de imunização. A vacina TAK-019, da Novavax, tem previsão de início de aplicação a partir de 2022.

Desde junho/21, o Japão tem promovido a “diplomacia da vacina” junto ao Sudeste Asiático e a Taiwan, gesto também sinalizado no âmbito do QUAD, que pretende prover um bilhão de doses de imunizantes até 2022.

Em 2020, o Japão efetuou doações financeiras ao Brasil de 503 milhões de ienes (cerca de US\$ 4,8 milhões) para a aquisição de equipamentos (100 termógrafos; 10 eletrocardiógrafos; 5 tomógrafos computadorizados; 5 desfibriladores; 1 aparelho de raios-x móvel; 1 aparelho de ultrassonografia portátil; e 1 aparelho de gasometria; entre outros) e insumos médico-hospitalares para hospitais públicos do SUS no contexto do enfrentamento à Covid-19.

Há também potencial de colaboração na seara da cooperação técnica bilateral. Em março de 2021, foram apresentados à Embaixada do Japão e ao escritório da Japan International Cooperation Agency (JICA) em Brasília formulários de inscrição no âmbito do “Project for the institutional capacity improvement against Covid-19”, elaborados, de forma complementar e colaborativa, pela Fiocruz e pelo Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami (LIKA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Uma vez que a proposta foi aprovada pelo governo japonês em abril de 2021, as instituições proponentes deverão elaborar, sob a supervisão da ABC e da JICA, projeto de cooperação técnica para colaboração institucional na prevenção, diagnóstico, tratamento e produção de insumos relativos à pandemia da Covid-19.

Intercâmbio Humano e Temas Consulares

Comunidade Brasileira no Japão

Em 2020, completaram-se 30 anos da reforma na Lei de Imigração Japonesa, que ensejou importante movimento migratório de cidadãos brasileiros nipodescendentes no Japão. A comunidade brasileira no Japão conta com pouco mais de 206 mil nacionais (dados de jun/21 – Ministério da Justiça do Japão), sendo a quinta maior no exterior, depois das comunidades nos EUA, Portugal, Paraguai e Reino Unido. De jan/20 a jun/21, observou-se ligeira diminuição da comunidade brasileira no Japão (-2,5% no total, de 211.677 para 206.365 pessoas), embora em proporção muito menor que a da população estrangeira em geral no mesmo período (-19,8% em 2020, -2,2% na primeira metade de 2021). Essa comparação confirma tendência de enraizamento da comunidade brasileira, reforçada pelo ligeiro aumento, nos primeiros meses de 2021, no número de nacionais com status de residente permanente.

Os brasileiros continuam representando a quinta maior população estrangeira no Japão (7,3% do total de 2.823.565 indivíduos) e a maior proveniente de país fora da Ásia. As cinco províncias com maior população de brasileiros são: Aichi (60.181 pessoas, dados de dez/2020); Shizuoka (31.009); Mie (13.981); Gunma (13.279) e Gifu (12.088). Em termos de jurisdição dos Consulados-Gerais do Brasil, há 31.009 brasileiros (14,8%, dados de dez/2020) na jurisdição do CG Hamamatsu; 120.247 (57,6%) na do CG Nagoia; e 57.015 (27,3%) na do CG Tóquio, além de 267 nacionais cujo local de residência é registrado como “desconhecido” pelo Ministério da Justiça do Japão.

Os brasileiros têm contribuído para o dinamismo da economia japonesa com sua força de trabalho em contexto de crônica escassez de mão-de-obra. Muitos não têm perspectiva de regresso ao Brasil, pois adquiriram casa própria no Japão e constituíram família. Entre os jovens nascidos no Japão, parcela significativa jamais esteve no Brasil e falam pouco o português, apesar de serem exclusivamente nacionais brasileiros (o Japão não aplica o jus soli para atribuição de nacionalidade).

A comunidade brasileira, que hoje atinge maturidade, busca maior integração com a sociedade japonesa. Entre os principais desafios, sobressaem a questão educacional e a evasão escolar (no Japão, o ensino não é obrigatório para crianças estrangeiras); o ingresso no Ensino Superior e Profissionalizante; e o envelhecimento da comunidade (em dez/20, 20.839 pessoas acima de 60 anos), com efeitos nas áreas de saúde e previdência social. Os mais de 206 mil brasileiros que vivem no Japão encontram-se, em sua quase totalidade, em situação migratória regular. Estatísticas do governo japonês dão conta de que as proporções de crimes e infrações cometidos por nacionais são significativamente menores à luz da proporção de brasileiros no total de estrangeiros no Japão.

Há mais de 44 mil crianças e jovens brasileiros no Japão (até 18 anos), com mais de 34 mil em idade escolar. É o segundo grupo estrangeiro com mais crianças e

adolescentes no país, superado apenas pelos chineses. Os principais desafios são: (i) diminuir a evasão escolar de crianças brasileiras e melhorar o ensino da língua japonesa; (ii) divulgar de oportunidades e acesso ao ensino superior e técnico junto a nossa comunidade no Japão; (iii) obter dados oficiais sobre as taxas de evasão, dificuldades de língua e progressão educacional das crianças e jovens brasileiros no Japão.

Nipodescendentes no Brasil

Estima-se que mais de 2 milhões de nipodescendentes vivam no Brasil – a maior população nikkei fora do Japão. A imigração japonesa no Brasil tem como marco inicial a chegada do navio Kasato Maru, em Santos, no dia 18 de junho de 1908. A princesa Mako, filha do príncipe Akishino (ou Fumihito, atual Príncipe Herdeiro), visitou o Brasil em julho de 2018, por ocasião das comemorações pelo aniversário de 110 anos do início da imigração japonesa no Brasil (110 anos dos vínculos humanos Brasil-Japão). A visita durou 11 dias e contemplou 14 cidades brasileiras. Em 2008, ano do centenário da imigração japonesa, visitou o Brasil o então Príncipe Herdeiro Naruhito, atual Imperador do Japão (desde 2019).

Vistos

O Brasil tem a expectativa de que seja eliminada a exigência de vistos para estada de curta duração imposta pelo Japão a brasileiros, em reciprocidade à medida adotada pelo governo brasileiro em 2019 (isenção de visto de visita para turismo e negócios). Outros países da América Latina (como Argentina, Chile, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Suriname e Uruguai) já recebem do Japão isenção de vistos para estada de curta duração.

Diálogo Trilateral Brasil-EUA-Japão (JUSBE)

Os governos do Brasil, Japão e EUA lançaram, em 10/11/2020, o Diálogo Trilateral Brasil-EUA-Japão (*Japan-US-Brazil Exchange* – JUSBE), iniciativa proposta pelo lado japonês, com o intuito de promover colaboração em diversas áreas de interesse comum. Os três países identificaram três pilares como fundamentos do JUSBE: intensificação da coordenação de políticas sobre questões regionais; busca de uma prosperidade econômica compartilhada; e fortalecimento da governança democrática. Considerando que o JUSBE é uma parceria orientada pela obtenção de resultados, diversas realizações concretas são tratadas nesses três pilares.

Calcado em valores como liberdade, democracia, direitos humanos, primado do direito e economia de mercado, o JUSBE cria condições para alçar as relações entre os três países a um novo patamar, visando a resultados concretos e potencializados pela sinergia trilateral. O Brasil é o primeiro país da América Latina a ser incluído em mecanismo trilateral do gênero, já mantido por Japão e EUA com Austrália (2002) e Índia (2011).

Da perspectiva brasileira, interessa que o JUSBE seja positivo e proativo. O Brasil deseja que o foro possa produzir resultados concretos em projetos de cooperação. Sugere-se, a título exemplificativo, concentrar esforços no tema da energia sustentável, questão de relevância e de interesse comum para os três países.

Cooperação Bilateral em Defesa

A cooperação entre Brasil e Japão na área da defesa é positiva, porém ainda limitada. A criação, em 2014, da Adidância de Defesa do Japão em Brasília abriu novas possibilidades de entendimento. Trata-se da primeira adidância militar do Japão na América Latina, o que representou o reconhecimento das credenciais e capacidade de interlocução do Brasil em diversos temas de defesa que interessam ao Japão, como operações de paz, defesa cibernética e indústria de defesa.

A Adidância de Defesa do Brasil em Tóquio é uma das representações militares mais tradicionais mantidas pelo País na Ásia, com origem, em 1956, na Comissão Fiscal de Construção de Navios no Japão e, desde então, já contou com 31 adidos, oriundos sempre da Marinha do Brasil.

Em abril de 2018, o Vice-Ministro de Estado da Defesa do Japão, Tomohiro Yamamoto, visitou Brasília, sendo recebido pelo então Ministro da Defesa, interino, General Joaquim Silva e Luna. Em visita oficial ao Japão em julho de 2019, o então Comandante do Exército, General Edson Leal Pujol, foi recebido pelo Ministro da Defesa Takeshi Iwaya, pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças de Autodefesa do Japão (JSDF), General Koji Yamazaki, e por seu homólogo japonês, o Chefe do Estado-Maior da Força de Autodefesa Terrestre do Japão (JGSDF), General Goro Yuasa.

Em 15/12/2020, durante videoconferência entre o então Ministro da Defesa do Brasil, General Fernando Azevedo e Silva, e seu homólogo japonês, Nobuo Kishi, foi assinado Memorando sobre Cooperação e Intercâmbios em Matéria de Defesa entre os ministérios da Defesa dos dois países. O texto do instrumento trata: (a) de visitas recíprocas de autoridades; (b) do compartilhamento de perspectivas sobre políticas de defesa e segurança, missões de paz e conjuntura internacional; (c) da participação em cursos, seminários e conferências promovidos pelas partes; e (d) da cooperação em outros temas de defesa.

O Exército Brasileiro estabeleceu com a Força de Autodefesa Terrestre do Japão mecanismo de diálogo entre as duas Forças. A primeira Reunião Bilateral (RBI) ocorreu em 18-21 de abril de 2016, em Tóquio. Foram planejados, no encontro, eventos entre as duas Forças até o ano de 2020.

Cooperação em Foros Multilaterais

Reforma do Conselho de Segurança da ONU (G4)

Visando à promoção da reforma do CSNU, o Brasil constituiu, em 2004, o grupo denominado G4, com a Alemanha, a Índia e o Japão. O G4 defende a expansão do CSNU nas categorias de membros permanentes e não permanentes, com maior participação dos países em desenvolvimento em ambas, a fim de sanar o déficit de representatividade do Conselho e, por consequência, conferir-lhe maior legitimidade e eficácia.

O Japão tem defendido que o G4 priorize a aproximação com o Grupo Africano como estratégia para fazer avançar o processo de reforma. Tem empreendido significativos esforços nesse sentido, de que são exemplos frequentes visitas de autoridades japonesas à região, ainda que interrompidas por motivo da pandemia de Covid-19. Em reunião de Diretores Gerais do G4 realizada em novembro de 2018, em Nova York, o Japão argumentou que uma atualização da posição do G4 em relação à questão do poder de veto poderia angariar cerca de 97 apoios ao grupo, inclusive os de todos os países africanos.

O MNE japonês, Toshimitsu Motegi, enviou mensagem de felicitações ao Sr. ME por ocasião da eleição do Brasil como membro não permanente do CSNU, biênio 2022-2023. Por acordo de troca de votos, o Brasil já se comprometeu a apoiar o pleito japonês no biênio 2023-2024. Brasil e Japão são os países que mais atuaram como membros não permanentes do Conselho desde sua criação, em 1945.

Acessão do Brasil à OCDE

O Japão tem dado enfático apoio à candidatura brasileira. Durante a visita do secretário-geral da OCDE, Ángel Gurría, ao Japão, de 11 a 13/4/18, o primeiro-ministro Shinzo Abe teria transmitido clara mensagem de que seu país deseja contar com o Brasil como parte da organização.

As manifestações de apoio japonês ao pleito brasileiro foram repetidas diversas vezes desde então. Em 14/2/2020, o Vice-Ministro Parlamentar do Gaimusho, Keisuke Suzuki, em visita ao Itamaraty, reiterou a posição japonesa de apoio ao Brasil. Em 9/11/2020, também em Brasília, o Diretor-Geral de América Latina e Caribe do Gaimusho, Teiji Hayashi, reafirmou o apoio japonês à acessão do Brasil à OCDE. Já em 12/11/20, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para assuntos econômicos, Embaixador Hiroshi Suzuki, em encontro com o Embaixador do Brasil em Tóquio, renovou o apoio japonês ao pleito brasileiro e expressou confiança em sua realização. Em 8/1/2021, durante visita oficial a Brasília, o chanceler japonês Toshimitsu Motegi, mais uma vez reiterou a posição do Japão de apoio ao Brasil nesse pleito, em reunião com o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Finalmente, em 5/10/21, durante a reunião de consultas políticas, em Tóquio, o anteriormente mencionado Embaixador Suzuki renovou o firme apoio japonês ao pleito de adesão do Brasil à organização.

Reforma da OMC

O Brasil tem buscado engajar-se de modo ativo no processo de reforma da OMC, preservando sua histórica posição de liderança nas discussões substantivas na

Organização. O Japão participa, juntamente com o Brasil, do Grupo de Ottawa, criado em 2018 e composto por 13 países e a UE, com o objetivo de apoiar o fortalecimento do Sistema Multilateral de Comércio, bem como o de discutir a reforma e modernização da OMC. Em setembro de 2020, o Japão copatrocinou declaração apresentada por Brasil e EUA sobre a importância de condições de mercado, questão fundamental para a reforma do sistema multilateral de comércio.

Cooperação no G20

Como membros fundadores do G20, o Brasil e o Japão buscam coordenar posições nos trabalhos do grupo. O *sherpa* brasileiro no G20, Embaixador Sarquis J. B. Sarquis, tem mantido consultas bilaterais com o *sherpa* japonês, Embaixador Hiroshi Suzuki (Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para assuntos econômicos), para concertar as posições de ambos os países. Além disso, a relação entre a Coordenação-Geral do G20 no Itamaraty e a Embaixada japonesa em Brasília é fluida e frequente.

O Japão é um dos membros mais ativos do G20, participando em fóruns semelhantes desde antes da criação do grupo, há mais de vinte anos. Presidiu o G20 em 2019, realizando a Cúpula em Osaka em junho daquele ano, com a presença do presidente Jair Bolsonaro. Nos debates sobre comércio internacional, a presidência japonesa priorizou a reforma da OMC, as tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos e práticas que distorcem o comércio, especialmente quanto a subsídios industriais. A presidência japonesa também destacou (i) a “sociedade 5.0”, em referência às novas tecnologias, como inteligência artificial, internet das coisas, carros autoguiados, computação em nuvem, impressão 3D etc.; (ii) a infraestrutura de qualidade, conceito cujas características constituem uma crítica à infraestrutura física que a China tem promovido na África e na Ásia (supostamente de menor qualidade técnica e conducente ao sobre-endividamento); (iii) o envelhecimento da população; e (iv) o combate ao lixo plástico no mar.

A participação presencial do MNE Motegi na última reunião de chanceleres do G20 (Matera, 29/6) girou em torno de dois eixos: no plano multilateral, focou nas mudanças climáticas e na concertação global para o combate à pandemia; em nível regional, enfatizou o conceito de “Free and Open Indo-Pacific” e deu ampla atenção a temas de segurança e defesa, especialmente nos encontros bilaterais.

POLÍTICA INTERNA

O Japão é uma monarquia constitucional parlamentar e seu sistema de governo corresponde à clássica estrutura das democracias modernas, com independência entre os poderes Legislativo (Dieta ou Parlamento bicameral), Executivo e Judiciário. Embora a função de Chefe de Estado não seja formalmente atribuída ao Imperador pela Constituição de 1946, o monarca, na prática, a exerce. O Imperador desempenha, pelo texto constitucional, a função de “símbolo do Estado e da unidade do povo”.

Em 1º/5/2019, Naruhito assumiu o trono japonês, concluindo a Era Heisei e iniciando a Era Reiwa. Seu pai, Akihito, que abdicou em 30/4/19, com 85 anos de idade, mantém o título de Imperador Emérito do Japão.

O Parlamento japonês tem sido marcado pela hegemonia do Partido Liberal Democrático – PLD (Jiyū Minshutō), agremiação do primeiro-ministro Fumio Kishida, e de seu partido aliado na coalizão governista, o Kōmeitō (ligado à organização budista Sōka Gakkai). O PLD deteve o controle político do país nos últimos 70 anos, à exceção de breves interregnos nos 1990 e 2000/2010. A principal força de oposição é o Partido Constitucional Democrático - PCD (Rikken Minshutō). Há, ainda, agremiações políticas de menor projeção nacional, como o Partido da Inovação do Japão (Nippon Ishin no Kai), o Partido Comunista do Japão - PCJ (Nihon Kyōsantō), o Partido Social-Democrata - PSD (Shakai Minshutō) e o Partido Democrático para o Povo - PDP (Kokumin Minshutō).

Executivo:

O primeiro-ministro Fumio Kishida, que preside o Partido Liberal Democrático (PLD), aprovado pela Dieta Nacional (parlamento bicameral) em 4/10/2021, é o atual primeiro-ministro do Japão. Cinco dias antes, em 29/9/2021, Kishida foi eleito presidente do Partido Liberal Democrático (PLD), majoritário no Parlamento. O PLD segue tradição de indicar seu presidente para a posição de premiê, quando detém maioria na Câmara Baixa.

Kishida sucedeu Yoshihide Suga, cuja taxa de aprovação decresceu consistentemente ao longo de sua breve gestão (setembro de 2020 a outubro de 2021), em razão da insatisfação, entre outros fatores, com a condução da política de controle da pandemia. Ex-MNE do governo Abe, Kishida elegeu-se presidente do partido após eleição de dois turnos, derrotando o rival e também ex-MNE, Tarō Kōno, no segundo turno, por 257 votos a 170.

Kishida é considerado um representante moderado do “status quo” no Japão, com vasta experiência, particularmente em política externa (foi chanceler de 2012 a 2017), mas sem filiar-se à “linha dura” nacionalista de parte do PLD, nem ser identificado com a chamada ala reformista do partido. O Gabinete Kishida foi recebido pela opinião pública com relativamente baixo entusiasmo, efeito da queda de popularidade do PLD ao longo do ano. Contudo, o resultado das eleições de 31/10/2021 para a Câmara Baixa, na qual o PLD obteve resultado acima do esperado, trouxe certo alívio para o Gabinete Kishida, criando espaço para que o PM busque avançar sua agenda antes das eleições para a Câmara Alta, em julho de 2022.

Em discurso de abertura da 205ª sessão da Dieta, Kishida delineou plano de ação para sua gestão. Entre as propostas, defendeu a “criação de novo capitalismo japonês”, o qual tem como objetivo possibilitar, simultaneamente, crescimento econômico e redistribuição de renda. O projeto conta com duas estratégias complementares: uma voltada ao crescimento e outra dedicada à redistribuição. O novo Primeiro Ministro afirmou que o objetivo central de sua gestão seria a superação

do processo deflacionário, por meio de política monetária ousada, de política fiscal flexível e de renovado crescimento econômico.

Legislativo:

O parlamento japonês (Dieta) é composto de Câmara Alta/Câmara dos Conselheiros (Sangi-in) e Câmara Baixa/Câmara dos Representantes (Shūgi-in). A primeira é formada por 245 membros, eleitos para mandatos de 6 anos. A segunda é composta por 465 membros, eleitos para mandatos de 4 anos por sistema eleitoral misto. A maioria dos assentos (289) é eleita em chamados “distritos pequenos”, em que um único deputado é escolhido para representar o distrito. Os demais assentos (176) são eleitos em sistema proporcional.

As últimas eleições para a Câmara Alta foram realizadas em 21/07/2019 e, para a Câmara Baixa, em 31/10/2021. Em ambas as ocasiões, a coalizão PLD-Kōmeitō saiu vitoriosa. Na eleição para a Câmara Alta em 2019, a coalizão obteve 71 das 124 vagas em disputa e, dessa forma, assegurou 141 do total de 245 assentos. A coalizão governista, porém, sofreu redução do controle que mantinha sobre o órgão, tendo perdido 6 assentos. O PCD, principal agremiação oposicionista, aumentou sua participação no órgão de 9 para 17 assentos.

Em setembro de 2020, o PCD absorveu parte do Partido Democrático Para o Povo (Kokumin Minshutō), então terceira maior força no Parlamento, e recebeu afluxo de parlamentares independentes, aumentando sua participação na Dieta para 43 membros na Câmara Alta e 107 na Câmara Baixa. Deve-se notar que o PCD, apesar de sua posição como principal partido de oposição ao PLD, ainda vive desgaste junto ao eleitorado, devido à passagem do Partido Democrático do Japão pelo poder (2009–2012), com destaque para a elevada insatisfação popular com o manejo governamental do acidente nuclear na usina Fukushima-Daiichi (“Fukushima nº 1”), após o grande terremoto e tsunami de Tōhoku (março de 2011).

As eleições para a Câmara Baixa, em 31/10/2021, representavam desafio para o recém-empossado Gabinete Kishida. Observava-se desgaste do PLD, agravado desde o início da pandemia de COVID-19 e perceptível nas renúncias sequenciais de Shinzo Abe e Yoshihide Suga. Registrava-se também coordenação inédita da oposição, que lançou candidatos únicos contra o PLD em 212 dos 269 distritos eleitorais e, pela primeira vez desde 2012, pareceu ensaiar superação de suas divisões internas.

O resultado, porém, terminou favorável para o PLD, que foi capaz de preservar sua maioria individual. Kishida havia anunciado objetivo eleitoral modesto, de preservação apenas de uma maioria simples, de 233 assentos. Entretanto, o PLD obteve 261 assentos, o que, apesar de representar perda de 15 parlamentares em relação à composição anterior da Câmara, ainda assim foi resultado bastante superior ao esperado. O partido manteve a chamada “maioria absoluta estável” (exatos 261 assentos), que lhe permitiria indicar a presidência de todas as comissões da Câmara e deter maioria em cada comissão individual. O controle das comissões facilita o trâmite legislativo de projetos do PLD, e a maioria individual dá ao PLD certa independência do partido pacifista Kōmeitō, seu parceiro de coalizão.

Causou surpresa o mau desempenho do PCD, cuja bancada diminuiu de 109 para 96 assentos, não obstante a mencionada inédita coordenação eleitoral entre partidos de oposição. Em termos de avanços relativos, o maior vencedor das eleições foi o Nippon Ishin no Kai (Partido da Inovação do Japão, centro-direita), que viu quase quadruplicar sua bancada, de 11 para 41 deputados, e obteve a terceira maior bancada da Câmara Baixa, atrás do PLD e do PDC e à frente do Kōmeitō.

Os votos perdidos pelo PLD foram absorvidos mais pela direita (Ishin no Kai) do que pela esquerda (PDC), o que pode indicar esvaziamento da agenda econômica da oposição por meio da plataforma do “Novo Capitalismo Japonês” de Kishida, ou preocupação maior com temas de segurança nacional em contexto de tensionamento geopolítico da região. É relevante notar que o Ishin no Kai, embora tecnicamente partido de oposição ao PLD, frequentemente se concerta com este em questões condizentes com sua linha ideológica, como reforma constitucional.

Kishida sai fortalecido e tem sua margem de ação ampliada pelo desempenho acima do esperado do PLD. Com mandatos garantidos pelos próximos quatro anos, os deputados da Câmara Baixa têm menor incentivo para trabalhar contra o PM ou mesmo buscar sua substituição, como teria ocorrido de forma velada sob Yoshihide Suga. Reduzida a pressão eleitoral e parlamentar, reduz-se também a dependência de Kishida dos grandes líderes faccionais, Shinzo Abe e Taro Aso, que não mais serão tão essenciais à sua sustentação.

Judiciário:

A principal instância do poder judiciário japonês é a Suprema Corte (*Saikō Saibansho*), que conta com um presidente e mais 14 juízes, nomeados pelo gabinete de governo. Esses nomes são confirmados pela população durante as eleições gerais. Uma vez aprovados, o imperador os designa formalmente.

POLÍTICA EXTERNA

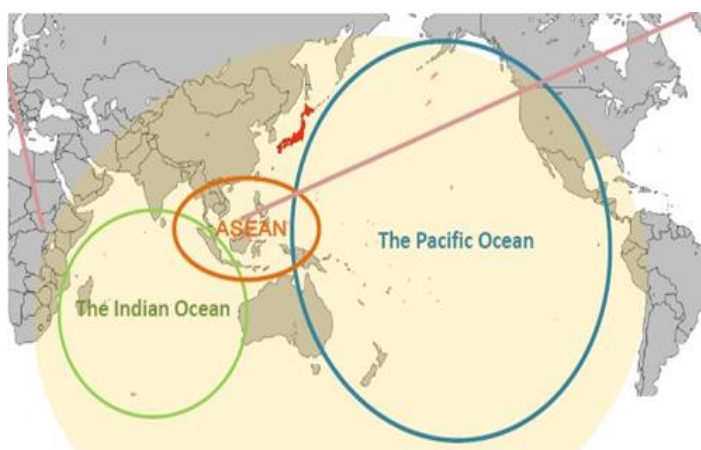
Em sua atuação diplomática, o Japão busca estabelecer novas parcerias e reforçar aquelas mais tradicionais. Entre as prioridades de política externa atuais encontram-se a necessidade de assegurar novas fontes energéticas sustentáveis que balizem o crescimento econômico; a abertura de frentes para expansão do investimento japonês; e o fortalecimento da posição japonesa nos fóruns multilaterais, em especial no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Ao longo das duas últimas décadas, a situação regional de segurança do Japão sofreu grandes mudanças: a China alcançou o posto de superpotência global, aumentando consideravelmente suas capacidades militares e tornando-se mais assertiva quanto às suas pretensões territoriais no Mar do Sul da China e no Mar do Leste da China. Há, além disso, disputas territoriais entre os dois países: a China contesta a soberania japonesa sobre as ilhas Senkaku (chamada de Diaoyu por Pequim), atualmente sob controle efetivo do Japão. Há forte interesse na zona de exploração econômica a elas associada.

Fator adicional de tensão com a China é a presença permanente dos EUA no Japão, país que abriga mais de 54.000 militares e 20 bases norte-americanas, ao abrigo do Tratado de Cooperação Mútua e Segurança (1960). Esse tratado bilateral é o fundamento jurídico da aliança militar Japão-EUA e do compromisso de defesa entre os dois países.

A Coreia do Norte, por sua vez, nuclearizou-se e desenvolveu sistemas de mísseis capazes de atacar qualquer ponto do território japonês, e a Rússia, com quem o Japão ainda não logrou chegar a termos para assinatura de tratado de paz desde o final da II Guerra Mundial, reafirmou-se como potência militar, com pretensões globais e com grande capacidade de atuação no seu entorno, como demonstram as ações recentes na disputada região das Ilhas Kurilas do Sul/Territórios Setentrionais (sob controle efetivo russo e reclamadas pelo Japão). Soma-se a essas questões territoriais o diferendo com a Coreia do Sul relativo à soberania sobre as ilhas Dokdo/Takeshima, atualmente sob controle coreano, mas reivindicadas pelo Japão.

Como reflexo dessas novas circunstâncias e da constatação da complexa situação em que se encontra o país, as altas autoridades japonesas têm repetido, em pronunciamentos recentes, que o contexto regional de segurança para o Japão “tornou-se mais desafiador”, o que ensejaria a necessidade de revisão da política japonesa para o tema.



O Japão também tem promovido a estratégia para o Indo-Pacífico Livre e Aberto (*Free and Open Indo-Pacific* – FOIP). Articulado pelo então Primeiro-Ministro Shinzo Abe em 2016 (histórico discurso de Abe em agosto/16, na abertura da 6ª TICAD – *Tokyo International Conference on African Development*), o conceito procura agregar três objetivos: (i)

promover o estado de direito e a liberdade de navegação; (ii) alcançar prosperidade econômica pela conectividade regional (projetos de infraestrutura e assinatura de acordos de livre-comércio); e (iii) promover paz e estabilidade na região por meio de construção de capacidades em segurança marítima.

A emergente centralidade da FOIP para a política externa japonesa motivou novo impulso nas relações de cooperação para defesa e segurança entre Japão, Índia e Austrália, que, juntamente com os EUA, compõem o QUAD (“Quadrilateral Security Dialogue”). Trata-se de agrupamento informal de concertação política inicialmente voltado para questões securitárias, mas que vem-se expandindo para outras áreas, como mudança do clima, vacinas e tecnologias emergentes. Integrado pelas quatro maiores democracias da região do Indo-Pacífico, o QUAD organiza-se em oposição a tentativas indevidas de mudar o *status quo* na região por meio da coerção unilateral.

Recentemente, os países do QUAD, especialmente EUA e Japão, têm feito referência a uma ampliação do escopo da FOIP para além da região do Indo-Pacífico,

fazendo uso da expressão “Free and Open International Order” (FOIO). Nesse contexto, os países do QUAD têm buscado ativamente o apoio de países não pertencentes ao Indo-Pacífico, com destaque para países europeus como França, Alemanha e Reino Unido. É perceptível intento de maior engajamento de países de outras regiões em tornos dos valores e propósitos da FOIP/FOIO, inclusive os da América Latina.

O Japão vê-se, atualmente, diante de sensível equilíbrio entre a prioridade conferida à aliança com os EUA e a interdependência econômica com a China (principal parceiro comercial do Japão e destino preferencial na internacionalização das multinacionais japonesas, sobretudo do setor industrial). Apesar da existência de tensões políticas regionais, há clara interdependência social e econômica do Japão com seu entorno. Em particular, o país possui mais de 30 mil empresas na China, que é também seu principal parceiro comercial. Assim, apesar das rivalidades territoriais e históricas entre a China e o Japão, as relações bilaterais têm importante grau de pragmatismo, e o Japão vê-se diante de delicado exercício de equilíbrio entre a prioridade conferida à aliança política e militar com os EUA e o elevado grau de interdependência econômica mantido com o país vizinho.

No que diz respeito à situação na Península Coreana, o governo japonês vem se alinhando às posições norte-americanas e reiterou a importância do tratamento do tema dos cidadãos japoneses abduzidos pela Coreia do Norte nas décadas de 1970 e de 1980, bem como da qualificação da “desnuclearização” como “completa, verificável e irreversível”. Ademais, o Japão tem enfatizado a necessidade de manter a pressão sobre o governo norte-coreano, mas, até o momento, não avançou na retomada de negociações com a Coreia do Norte, apesar de os ex-primeiros-ministros Abe e Suga terem afirmado, durante seus respectivos mandatos, disposição de encontrar-se com o líder Kim Jong Un “sem pré-condições”, o que acabou não ocorrendo.

ECONOMIA

O Japão é a terceira maior economia do mundo (desde 2011, quando perdeu a segunda posição para a China), com PIB em torno de US\$ 5,04 trilhões e PIB per capita de US\$ 40,1 mil (FMI, 2020). Arrasado pela derrota na II Guerra Mundial, o Japão veio a tornar-exemplo de notável ascensão econômica, chegando a crescer em média 10% na década de 1960. Embora não apresente hoje crescimento econômico tão vigoroso quanto no passado (crescimento médio anual de 1% ao ano nas últimas três décadas), o Japão continua a ser um dos países mais relevantes do mundo em termos econômicos, particularmente como a maior fonte global de investimento estrangeiro direto (US\$ 227 bilhões em 2019), e está bem integrado, em termos comerciais e produtivos, a seu entorno asiático, fazendo parte do chamado novo eixo dinâmico da economia mundial (do Atlântico para o Pacífico). O país também conta com alta capacidade tecnológica e elevada produtividade, resultado de investimentos de longo

prazo em educação e em pesquisa científica (hoje cerca de 3,5% do PIB em P&D, percentual inferior apenas a Israel e Coreia do Sul).

Do início da década de 1990 até a implementação da chamada *Abenomics* (política econômica do então Primeiro-Ministro Shinzo Abe, entre 2012 e 2020), o Japão havia enfrentado quadro de estagnação econômica, após o estouro da bolha imobiliária e de ativos da década de 80 (*bubble years*), o qual impactou enormemente não só o mercado financeiro, mas também o investimento e o consumo. Esse quadro foi progressivamente agravado pelo envelhecimento e encolhimento populacional, que afetaram negativamente o consumo das famílias (55% do PIB japonês). Em dezembro de 2012, quando Abe tornou-se primeiro-ministro, os principais desafios a serem enfrentados eram: i) persistente quadro de deflação; ii) câmbio sobrevalorizado; e iii) crescente déficit público relacionado a elevadas despesas governamentais com bem-estar social, decorrentes do envelhecimento da população.

Nesse contexto, ainda em 2013, o governo Abe concebeu o que denominou “estratégia de três flechas”: i) flexibilização monetária, com meta de 2% de inflação; ii) política fiscal expansionista, com incremento de obras de infraestrutura; e iii) reformas estruturais, como a expansão da oferta no mercado de trabalho para mulheres e idosos, assim como estímulo à competição setorial no mercado de bens e serviços. Com a sucessão de Shinzo Abe por Yoshihide Suga no governo (set/2020), manteve-se firme compromisso com a continuidade da *Abenomics*, o que inclusive rendeu a Suga o apoio do empresariado japonês como novo primeiro-ministro.

A despeito dos referidos resultados da *Abenomics*, os limites das respectivas medidas como antídoto ao quadro de estagnação já se faziam sentir antes mesmo da pandemia: i) o aumento do déficit público, constante nos últimos 40 anos, alcança patamares históricos (256% do PIB em 2020); ii) em que pesem os esforços da autoridade monetária japonesa (Banco do Japão – BoJ), o iene continua valorizado, em prejuízo das exportações japonesas, e a inflação continua longe da meta de 2% (0,47% em 2020); iii) a política imigratória (tema controverso no país) tem sido insuficiente para compensar o encolhimento do mercado de trabalho.

O cenário econômico, que vinha sendo relativamente positivo desde 2012, com modesto crescimento do PIB e taxa de desemprego em seguido declínio, indicava que as políticas monetárias e fiscais da *Abenomics* vinham apresentando resultados. Entre 2012 e 2019, o PIB do país cresceu cerca de 13% em termos de Paridade do Poder de Compra (PIB PPP). Entre 2012 e 2019, o desemprego caiu de 4,3% para 2,3%, e o número de pessoas empregadas passou de 62,8 milhões para 67,2 milhões (recorde histórico).

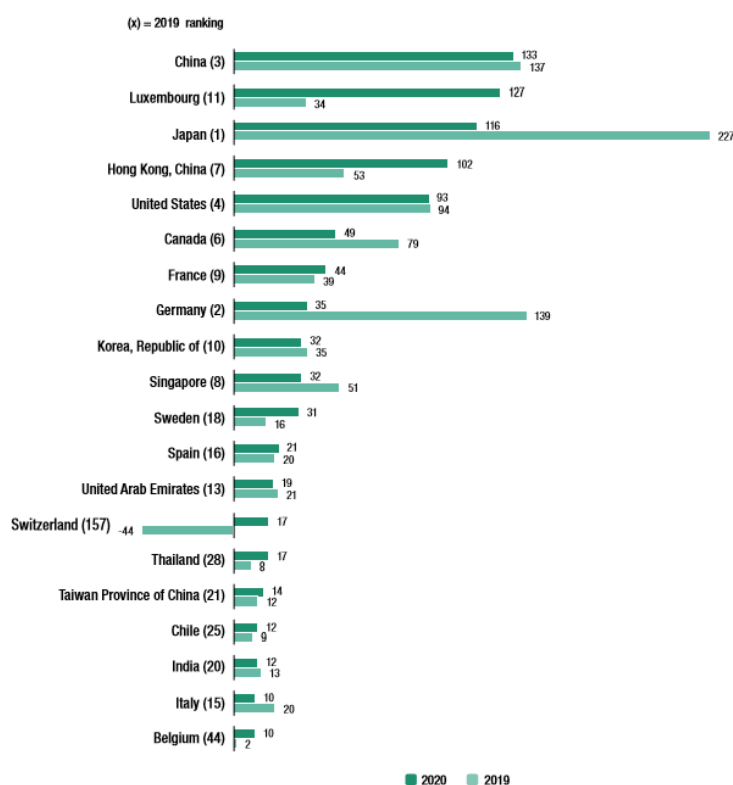
Em 2020, o Japão também sofreu os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a economia mundial, mas apresentou desempenho melhor que a maioria dos países desenvolvidos. O PIB japonês decresceu 4,8% em 2020, menor contração dentre os países do G-7, com exceção dos EUA (-3,5%), além de ligeiramente acima da média dos países da ODCE (-4,9%) e significativamente melhor que a média da União Europeia (-6,3%). O aumento do desemprego em 2020 resultou relativamente pequeno (de 2,3% para 2,8%) e o aumento de 2,9% nos gastos públicos (que representam cerca de 25% do PIB) cumpriu papel anticíclico, apesar do recuo de 6,1% na demanda

privada (o qual só não foi pior em razão de políticas setoriais de incentivo ao consumo e do pagamento de valor equivalente a cerca de US\$ 1 mil a cada residente no país).

Para mitigar os efeitos da Covid-19 sobre a economia, o governo japonês anunciou dois pacotes econômicos, cada um dos quais no valor de 108 trilhões de ienes (US\$ 1 trilhão). O montante corresponde a 40% do PIB japonês e representa quase quatro vezes o adotado durante a crise financeira global de 2009 (56 trilhões de ienes). O pacote busca enfrentar quadro recessivo que se afigurava de gravidade, já que antes mesmo do impacto do novo coronavírus, o país já havia registrado contração no nível de atividade.

No segundo semestre de 2021, o Japão apresenta sinais de recuperação da economia. O PIB no período de abril a junho expandiu-se em termos reais a uma taxa anualizada de 1,9% em relação ao trimestre anterior. A revisão positiva do PIB, no entanto, embora tenha evitado que o país entrasse em recessão novamente, não foi suficiente para recuperar as perdas do primeiro trimestre (reco de 3,7%). Os desafios econômicos que o novo Primeiro-Ministro, Fumio Kishida, deverá enfrentar incluem pressões sobre a cadeia logística, em especial a crise de semicondutores, bem como as dificuldades nas atividades usualmente ligadas ao turismo e ao entretenimento presencial devem obrigar o BoJ a seguir com medidas de flexibilização monetária. O Primeiro-Ministro Kishida possivelmente encontrará condições econômicas mais favoráveis às vividas por seu antecessor, com o final do estado de emergência e número importante de segmentos econômicos relatando perspectivas positivas para o curto prazo.

Figure I.7. | FDI outflows, top 20 home economies, 2019 and 2020 (Billions of dollars)



Source: UNCTAD, FDI/MNE database (www.unctad.org/fdistatistics).

No contexto global, as empresas japonesas foram as maiores investidoras estrangeiras no mundo em 2019, com volume de investimentos estrangeiros diretos de US\$ 227 bilhões, e as terceiras maiores em 2020, segundo o “World Investment Report 2021” da UNCTAD (*gráfico ao lado*). A respeito da participação de fundos de pensão e investimentos nesse resultado, ressalte-se que apenas um fundo de investimento japonês, o Fundo de Pensão do Governo do Japão (GPIF), administra US\$ 1,6 trilhão, do qual 44,48% estão investidos no exterior.

Política Comercial do Japão

O Japão mantém, atualmente, acordos de parceria econômica (EPA, em inglês) com União Europeia e ASEAN, além de instrumentos bilaterais com quinze países (Austrália, Brunei, Chile, Estados Unidos, Índia, Indonésia, Malásia, México, Mongólia, Peru, Filipinas, Reino Unido, Singapura, Suíça, Tailândia e Vietnã). O Japão é, ainda, membro da Parceria Transpacífica (CPTPP). Estão atualmente em negociação acordos comerciais do Japão com Colômbia; China e Coreia do Sul (trilateralmente); e com a Turquia. Encontram-se suspensas as negociações de acordos com o Canadá; Coreia do Sul (bilateralmente) e com o Conselho de Cooperação do Golfo.

Após a retirada dos Estados Unidos da Parceria Transpacífica, em 23 de janeiro de 2017, o Japão liderou a negociação dos onze membros remanescentes para manter a estrutura acordada. A assinatura da *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership* (CPTPP), em Santiago, em 8 de março de 2018, foi considerada importante vitória política do Japão e do PM Shinzo Abe, que se empenhou pessoalmente em viabilizar concessões de setores sensíveis, como o agrícola. Entrou em vigor, em 30 de dezembro de 2018, para Austrália, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia e Singapura e, em 14 de janeiro de 2019, para o Vietnã. O acordo contém compromissos de acesso a mercados (redução de tarifas, abertura do mercado de serviços, facilitação de comércio, melhores condições de visto para viajantes de negócios, etc.) e regras (padrões sanitários, propriedade intelectual, concorrência, empresas estatais, etc.). Cada membro tem agenda específica de compromissos. Prevê a liberalização ampla das tarifas entre os participantes. As tarifas foram mantidas em áreas consideradas sensíveis – arroz para o Japão, laticínios para o Canadá, etc.

Em vigor desde 1º de fevereiro de 2019, o EPA entre Japão e União Europeia engloba um universo de 600 milhões de pessoas e uma economia de 21 trilhões de dólares, cerca de um terço do PIB mundial. O instrumento prevê desgravação tarifária em 99% do mercado europeu e 94% do mercado japonês. Entre os pontos de maior interesse do governo japonês contemplados no acordo está a redução das tarifas europeias sobre importações de carros e autopeças. De interesse europeu, destaca-se a abertura para produtos agropecuários, como carne bovina, suína e de frango.

O acordo com os Estados Unidos (*Japan-United States Trade Agreement*), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, foi resultado de intensa pressão do governo norte-americano sobre o japonês. Particularmente decisiva foi a ameaça dos Estados Unidos de estabelecer novas tarifas sobre exportações japonesas nos setores automotivo e de autopeças, em seguimento a investigação lançada pelo Departamento de Comércio sob a seção 232. O Japão comprometeu-se a reduzir ou eliminar tarifas sobre diversos produtos agrícolas importados dos EUA, como milho e carne bovina, suína e de frango, em linha com as concessões feitas por aquele país no âmbito do CPTPP. O lado japonês, por outro lado, não obteve rebaixamento de tarifas no setor automotivo ou sequer compromisso escrito nesse sentido.

Em 15 de novembro de 2020, após oito anos de negociações, o Japão, em conjunto com mais 14 países (membros da ASEAN, China, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia) assinou o tratado da Parceria Econômica Regional Abrangente (*Regional Comprehensive Economic Partnership* – RCEP) zona de livre comércio entre países da Ásia-Pacífico. Os países membros do RCEP representam cerca de 1/3 da população e 30% do PIB mundial (cerca de US\$ 26 trilhões), além de 28% do comércio internacional. Embora menos ambicioso e abrangente do que o CPTPP, inclui capítulos de padrões mínimos sobre diversas áreas, como facilitação do comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, padrões e regulamentos técnicos etc. O grau de liberalização comercial adicional aos acordos pré-existentes dentro da região é relativamente pequeno. A cobertura é de cerca de 90% do valor do comércio, agricultura está largamente excluída e a cobertura de serviços varia. O grande diferencial do RCEP decorre da inclusão dos primeiros acordos de liberalização comercial entre as três grandes “*powerhouses*” manufatureiras e tecnológicas da região, China, Japão e Coreia do Sul, resultado que teria sido politicamente difícil se negociado apenas entre os três. O tratado entrará em vigor quando ratificado por ao menos seis membros da ASEAN e três não membros, processo que, estima-se, poderá estender-se por cerca de dois anos.

Em 2020, o intercâmbio japonês de bens foi superior a US\$ 1,27 trilhão (exportações de US\$ 640,61 bilhões e importações de US\$ 634,34 bilhões), resultando em superávit para o Japão de US\$ 6,27 bilhões. Os 10 principais parceiros comerciais do Japão, responsáveis por aproximadamente 70% do total transacionado pelo arquipélago com o mundo, foram: China (23,92% de participação da corrente de comércio do Japão), EUA (14,72%), Coreia do Sul (5,59%), Taiwan (5,58%), Tailândia (3,86%), Austrália (3,75%), Vietnã (3,07%), Alemanha (3,04%), Hong Kong (2,57%) e Malásia (2,24%). Responsável por quase um quarto do fluxo de comércio nipônico, a China registrou superávit bilateral de US\$ 22,43 bilhões.

Destacam-se, entre os bens exportados pelo Japão, equipamentos de transporte; maquinário elétrico e semicondutores; automóveis, motores e autopeças; e produtos químicos e plásticos. Têm particular destaque, por outro lado, as importações japonesas de combustíveis fósseis. O Japão apresenta grande dependência (90%) de importação de fontes primárias para a geração de energia. Fontes fósseis ainda representam 88% de sua matriz energética. Segundo dados do Ministério da Economia, Comércio e Indústria, de fevereiro/2020, o total importado de combustíveis fósseis chega a 99,7% no caso do carvão e 99,3% do gás natural. No caso do petróleo, 87,5% das importações provêm de países do Oriente Médio.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Publicação no DOU
Acordo sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assuntos Aduaneiros	14/09/2017	21/09/2021	Aguardando promulgação pela PR
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	24/01/2014	14/02/2016	26/04/2016
Troca de Notas sobre Isenção de Vistos para Passaporte Diplomático, Passaporte Oficial e Passaporte de Serviço	02/09/2013	01/11/2013	16/09/2013
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica	25/06/2012	25/06/2012	12/11/2012
Acordo de Previdência Social	29/07/2010	01/03/2012	16/03/2012
Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para Concessão de Empréstimo Japonês para Promover o “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista Fase II”	01/07/2010	23/12/2010	23/12/2010
Acordo sobre isenção de PIS, FINSOCIAL e COFINS para aeronaves japonesas operando no Brasil	22/07/2009	22/07/2009	05/08/2009

Acordo em Relação à Concessão de Empréstimo Japonês com Vistas a Promover os Esforços de Estabilização e Desenvolvimento Econômicos da República Federativa do Brasil	14/07/2009	15/09/2010	-
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, concernente ao Estudo para o Desenvolvimento de uma Solução Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Pólo Industrial de Manaus	01/08/2008	01/08/2008	28/08/2008
Acordo que dará Efetividade ao "Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista".	20/08/2003	24/06/2004	12/07/2004
Acordo sobre Empréstimos Japoneses com vistas a Promover Esforços de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil	14/07/2000	27/11/2001	08/02/2002
Acordo Alterando os Quadros de Rotas do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos	30/06/1999	30/06/1999	13/07/1999
Acordo Relativo a um Empréstimo Japonês Concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais	26/08/1996	24/09/1997	13/03/1998
Acordo que Estabelece os Novos Quadros de Rotas Aéreas	16/11/1993	16/11/1993	23/11/1993
Acordo que concede Status Autônomo ao Escritório de Representação do Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina no Rio de Janeiro	12/03/1993	01/06/1993	11/03/1994

Acordo Relativo à Concessão de Empréstimos, pelo Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina, para o Financiamento de Três Projetos Ambientais	12/03/1993	01/07/1993	07/03/1994
Acordo sobre Concessão de um Empréstimo nos Termos do Plano de Reciclagem Financeira	10/11/1989	14/11/1990	07/02/1991
Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia	25/05/1984	20/06/1985	27/03/1991
Acordo sobre o Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos	23/03/1976	29/12/1977	-
Protocolo que Modifica e Complementa a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimento	23/03/1976	29/12/1977	11/01/1978
Acordo Básico de Cooperação Técnica	22/09/1970	15/07/1971	08/07/1971
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira	23/06/1967	06/07/1967	12/07/1967
Acordo que estabelece Comissão Mista Permanente Brasil-Japão para a Promoção do Intercâmbio Comercial	07/02/1967	07/02/1967	-
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre Rendimentos	24/01/1967	31/12/1967	18/12/1967
Acordo Cultural	23/01/1961	18/11/1964	23/12/1964

Acordo de Migração e Colonização	14/11/1960	29/10/1963	06/12/1963
Acordo sobre Transportes Aéreos	14/12/1956	19/10/1962	04/12/1962
Acordo sobre Assistência Judiciária	23/09/1940	01/11/1940	28/09/1940
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação	05/11/1895	12/12/1897	31/03/1897

EMBAIXADA DO BRASIL EM TÓQUIO**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR EDUARDO PAES SABOIA**

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (dez/2018 - dez/2021):

INTRODUÇÃO

Desde que assumi minhas funções à frente da Embaixada em Tóquio, em 10/12/2018, empenhei-me no fortalecimento das relações do Brasil com o Japão, um dos parceiros mais importantes e tradicionais do País na Ásia. Em 2020, comemoraram-se os 125 anos de relações diplomáticas e os 30 anos da comunidade brasileira no Japão. A condição de grandes democracias e economias de mercado, comprometidas com a paz e a segurança mundiais e com a promoção do Estado de Direito, ensejou, no âmbito da Parceria Estratégica e Global vigente desde 2014, entendimentos comuns frente a questões regionais e internacionais. No plano bilateral, conferi atenções prioritárias à melhoria das condições de vida da comunidade brasileira residente no Japão, com mais de 200 mil nacionais, e à retomada do dinamismo das trocas comerciais a fim de alçá-las a nível condizente com o potencial derivado das complementaridades estruturais existentes entre duas das maiores economias mundiais.

2. No campo financeiro, tive a satisfação de verificar reflexos dos esforços de atração de investimentos japoneses para o mercado brasileiro. Nos últimos três anos, o fluxo anual de investimentos diretos japoneses praticamente dobrou, de cerca de USD 1 bilhão, em 2018, para USD 2 bilhões, em 2020. Na área econômica, foi dada prioridade à recuperação dos fluxos comerciais e à melhoria das condições para o comércio brasileiro com o Japão, em particular, por meio da negociação de acordo de parceria comercial (EPA) entre Mercosul e Japão e da ampliação do acesso ao mercado japonês de produtos do agronegócio brasileiro. Atualmente, avanços nessas duas áreas dependem de definições do lado japonês em reação a reiteradas demandas feitas pelo governo brasileiro.

3. Acompanhei, também, a crescente atenção conferida à circunstância regional da Ásia Pacífico na política externa japonesa, em contexto de crescente acirramento das tensões regionais em face da emergência da China como potência global. Temas como a política do "Indo-Pacífico Livre e Aberto" (FOIP) e o "Quadrilateral Security Dialogue" (QUAD), formado por Japão, EUA, Austrália e Índia, tornaram-se pilares do repertório diplomático nipônico e passaram a influenciar, da perspectiva de Tóquio, o relacionamento com parceiros extrarregionais como o Brasil.

4. Em âmbito doméstico, os últimos três anos foram alguns dos mais ativos na história recente da política nipônica. O período compreendeu grandes transições com reflexos para a política e para a sociedade japonesas: o fim da Era Heisei, marcada pela substituição do Imperador Akihito, amigo histórico do Brasil e dos brasileiros, pelo Imperador Naruhito, e o fim do Gabinete Abe, após quase oito anos.

5. Lamentavelmente, a pandemia de COVID-19 demandou a reorientação do planejamento estratégico do Posto. Embora se mantivessem as atenções prioritárias no campo econômico-comercial, ganharam precedência questões de adaptação à pandemia, como gestões para a repatriação de brasileiros e retorno de nacionais residentes no Japão; inclusão da comunidade brasileira nos programas de apoio emergencial do Governo japonês e campanhas de conscientização em português. Apesar das adversidades, busquei manter a mesma interlocução com autoridades e lideranças com o objetivo de garantir que o relacionamento entre Brasil e Japão permanecesse com destaque na agenda de interlocutores nipônicos.

RELAÇÕES BILATERAIS

6. Durante a minha gestão, o relacionamento bilateral foi beneficiado pela interlocução positiva alcançada em alto nível por autoridades dos dois países. Recém empossado em janeiro de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro manteve encontro com o Primeiro Ministro Shinzo Abe à margem do Fórum Econômico Mundial de Davos. Ao longo daquele ano, os mandatários voltaram a se encontrar duas vezes: na Cúpula do G20, em Osaka, em junho, e na cerimônia de entronização do novo Imperador, em outubro.

7. A sequência de três encontros de alto nível permitiu a retomada da dinâmica positiva nas relações entre os dois países. Mesmo o cancelamento da visita planejada de Abe ao Brasil, em novembro de 2019, não havia diminuído a ambição nas duas chancelarias de intensificar os laços de cooperação, diálogo e trocas econômicas. A dinâmica alcançada em 2019 faria supor que o ano seguinte seria dedicado a dar concretude à parceria estratégica, sobretudo à luz do objetivo de iniciar as negociações de acordo de parceria econômica. Em termos práticos, a Embaixada centrou sua atenção em torno de três eixos prioritários: vínculos humanos; comércio e investimentos; e cooperação, inclusive nos foros internacionais. Em paralelo, a Embaixada preparava-se para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos e mobilizava-se para a organização de encontros de alto nível (ida do Primeiro Ministro Abe e do Ministro Motegi ao Brasil, possíveis visitas em nível ministerial ao Japão).

8. No âmbito político da parceria global e estratégica entre o Brasil e o Japão, a convergência de valores (democracia, liberdade e solução pacífica de controvérsias) foram destaque nas declarações de altas autoridades. Essa moldura permitiu trabalho colaborativo em foros internacionais: além da atuação conjunta no G-4 na questão da ampliação do Conselho de Segurança, têm-se ampliado as áreas de coordenação (OMC, OCDE e, possivelmente, OMS), bem como com o lançamento do diálogo trilateral Japão-EUA-Brasil (JUSBE).

9. Merecem especial destaque as reuniões do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, com os chanceleres Taro Kono e Toshimitsu Motegi. Este último visitou o Brasil em 8/1/2021, sendo recebido também pelo Presidente Jair Bolsonaro. Foram objeto de atenção da imprensa japonesa as reuniões mantidas por Motegi no Brasil, bem como os quatro documentos bilaterais assinados: Memorando no Campo de Tecnologias Relacionadas à Produção e ao Uso de Nióbio e Grafeno; Memorando sobre Cooperação sobre Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia; Projeto de Desenvolvimento de Sensores e Plataforma de Agricultura de Precisão em Apoio à Agricultura Sustentável Brasileira; e Projeto para o Aperfeiçoamento do Controle de Desmatamento Ilegal por Meio de Tecnologias Avançadas.

10. No campo da cooperação em defesa e segurança, destacou-se a assinatura, em 15/12/2020, do Memorando sobre Cooperação e Intercâmbios em Matéria de Defesa entre Brasil, no contexto de videoconferência entre o então Ministro Fernando Azevedo e Silva e seu homólogo japonês, Nobuo Kishi. Espera-se que o instrumento possa estimular exportações brasileiras de produtos de defesa às Forças de Autodefesa do Japão.

11. Destaco, igualmente, a realização, em fevereiro de 2019, da VIII reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Japão, com a participação do então SARP, Embaixador Reinaldo Salgado. O Posto atuou, ainda, no apoio às visitas ao Japão do então Secretário do Governo, General Santos Cruz, e do ex-Presidente do BNDES, Joaquim Levy (reunião do grupo de notáveis); do Comandante do Exército, General Edson Pujol; e do Diretor Geral da ABIN, Alexandre Ramagen, além de parlamentares e representantes governamentais brasileiros. As visitas ao Japão de altas autoridades brasileiras para reuniões do G-20 também foi muito útil para colocar em marcha agenda setorial. Ressalto as visitas da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que, com o apoio da Embaixada, realizaram reuniões voltadas para a agenda bilateral.

12. Por fim, menciono a realização, em 5/10/2021, da IXª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Japão, em modalidade presencial em Tóquio, na qual a delegação brasileira, chefiada pela Sra. SARP, Embaixadora Márcia Donner Abreu, tratou com o Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros do Japão, Embaixador Hiroshi Suzuki, temas centrais para as relações bilaterais, como acesso do agronegócio brasileiro ao mercado japonês; energia e mudança do clima; cooperação científica; comunidade brasileira no Japão; cooperação em organismos multilaterais e situação nos respectivos entornos regionais. A vinda da Sra. SARP foi de especial importância para sinalizar ao lado japonês a urgência conferida pelo Brasil à retomada do dinamismo das relações bilaterais, sobretudo no tocante ao fluxo de comércio e à necessidade de melhorias na situação da comunidade brasileira hoje residente no Japão.

POLÍTICA INTERNA

13. Na política doméstica, alternaram-se três Primeiros Ministros, fato não visto desde o triênio 2008-2010. Em agosto de 2020, encerrou-se o governo de Shinzo Abe, mais longo da história japonesa moderna e que foi sucedido pelo curto governo de Yoshihide Suga, focado no combate ao novo coronavírus e em questões domésticas. Em outubro de 2021, teve lugar a eleição de Fumio Kishida, em pleito que contrapôs correntes do Partido Liberal Democrático. Tiveram lugar, também, eleições para as Câmaras Alta e Baixa da Dieta Nacional japonesa. Ambos os pleitos foram caracterizados por vitória do PLD ainda que com redução de sua margem de assentos. Mesmo em meio à maior crise sanitária e sem a liderança de Abe, o PLD obteve vitória maior que a esperada na eleição para a Câmara Baixa, o que sinaliza continuada vitalidade do partido que tem dominado a política japonesa por quase todo o período do pós-Guerra. A Embaixada também deu atenção a eleições provinciais e locais, uma vez que indicam tendências mais amplas e afetam as comunidades brasileiras.

14. Em meio a essas transições, o Posto manteve intensa agenda de contatos com políticos do governo central. Destaco a interlocução fluida e produtiva com o ex-Vice-Primeiro-Ministro Taro

Aso, presidente da Liga Parlamentar Brasil-Japão e líder da segunda maior facção do PLD, e com o ex-Primeiro-Ministro Shinzo Abe, que tive a honra de receber, juntamente com Taro Aso, para cerimônia de condecoração de ambos com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Encontrei-me com os principais ministros do primeiro escalão de Abe e Suga, assim como cultivei canais de comunicação com políticos promissores do segundo escalão do governo, como Vice-Ministros do Gaimusho. Visitei, ainda, províncias japonesas de especial importância para as relações bilaterais, como as províncias onde residem as maiores comunidades de brasileiros – como Aichi, Shizuoka, Gifu – ou onde temos interesses comerciais – como as províncias de produção agrícola do oeste e sul do Japão. Nessas visitas, entrevistei-me com autoridades locais, com as quais defendi a melhor inserção da comunidade brasileira e apresentei oportunidades para o adensamento do comércio bilateral.

15. Por fim, pude dar continuidade às excelentes relações entre o Brasil e a Casa Imperial do Japão. Foi especialmente bem recebida a presença do Sr. PR na Cerimônia de entronização do Imperador do Japão, evento de grande simbolismo na sociedade local. Tive a honra, ainda, de entregar condecoração a então princesa Mako de Akishino, por sua extensa viagem ao Brasil que muito contribuiu para o estreitamento dos laços entre nossas duas comunidades.

POLÍTICA EXTERNA E MULTILATERAL

14. No tocante à política externa nipônica, o Posto dedicou atenção à evolução da inserção internacional do Japão e às relações com países da região e aliados. O Posto procurou fornecer informações a respeito da evolução dos interesses japoneses em relação a Estados Unidos, China, Península Coreana e Rússia, bem como à evolução de novas parcerias geoestratégicas, como o QUAD. A prioridade estratégica conferida à FOIP, inclusive na relação com parceiros de fora da região, como no caso de europeus, também foi destacada. Adicionalmente, as principais ações e posturas adotadas pelo Japão em foros multilaterais, como ONU, OMS, G7 e G20, entre outros, também foram objeto de acompanhamento, análise e gestões. Destacaram-se, nesse sentido, o canal de diálogo existente com a Chancelaria japonesa sobre temas da reforma do sistema ONU, em especial no âmbito do G4 e da reforma do CSNU, assim como no caso da reforma da OMS e das ações japonesas no combate à pandemia. No período, também foram realizadas gestões junto ao Gaimusho em busca do apoio japonês às candidaturas brasileiras para posições em órgãos multilaterais, a exemplo das disputas por assentos no CSNU, na CDI, na INTERPOL e na IMO, entre outros.

15. Especial destaque cabe ao ano 2019, marcado por intensa agenda de atividades no âmbito da presidência japonesa do G20, megaevento que durou de dezembro de 2018 a 24 de novembro de 2019. A Embaixada atuou em duas frentes principais durante os eventos do G20: prestou apoio a missões que vieram de Brasília e, em casos em que não foi possível enviar missão, representou o Governo brasileiro em reuniões do Grupo. Ao todo, a Embaixada participou de 48 reuniões, em 11 províncias do Japão, compreendendo 116 dias de trabalho. Nove das reuniões ocorreram em nível ministerial; e a Cúpula de Osaka, realizada em junho, que contou com a presença do Sr. PR. Diplomatas desta Embaixada atuaram como chefes de delegação em 17 reuniões do G20, o que permitiu dar maior abrangência à representação brasileira, garantindo participação mesmo em reuniões em que não foi possível o envio de representante de Brasília.

MEIO AMBIENTE E ENERGIA

16. No que diz respeito a temas relacionados ao meio ambiente, o Posto divulgou as ações no combate a incêndios na Amazônia e no Pantanal, no contexto das decisões do Conselho da Amazônia e da "Operação Verde Brasil 2", bem como sobre sustentabilidade do agronegócio. Essa divulgação, realizada junto a interlocutores de relevância e a formadores de opinião no Japão, contribuiu com os esforços para contra-arrestar narrativas que pudessem afetar negativamente o país, especialmente quanto às exportações de produtos agrícolas do Brasil.

17. Em relação à mudança do clima, o Posto apoiou a organização das 17ª, 18ª e 19ª Reuniões Informais sobre Ações Futuras contra a Mudança do Clima, tendo sido as duas primeiras realizadas em formato presencial em Tóquio (13-15/3/2019 e 26-27/2/2020, respectivamente) e a última em formato virtual (10-11/3-2021). Presidida por Brasil e Japão, as reuniões contaram com a participação do então Sr. SASC, Embaixador Fabio Marzano, como co-presidente, e permitiram diálogo entre os principais atores do regime do clima sobre os resultados e as expectativas em relação às COP 25 e 26.

18. Ao tratar de desenvolvimento sustentável e energia, os contatos com autoridades japonesas sempre destacaram a transição energética no contexto do combate à mudança do clima. Busquei indicar que o Brasil, líder na produção e no uso de energias renováveis, possui soluções prontamente disponíveis para auxiliar no processo de descarbonização das próximas décadas. Dei prioridade ao uso do etanol como combustível para o setor de transportes, ressaltando que o uso dessa alternativa facilitaria a transição energética japonesa, em momento em que novas tecnologias ainda não se encontram inteiramente desenvolvidas. A energia é a principal responsável por emissões de gases do efeito estufa no Japão, representando mais de 80% das emissões totais do país, segundo dados do Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão. O Japão importa 90% de toda a energia que consome. Além disso, 90% da energia no país é proveniente de fontes fósseis. Algumas soluções priorizadas pelo governo japonês para a descarbonização da energia, como o uso de hidrogênio e amônia, podem demorar décadas para se tornarem disponíveis em larga escala, a preços competitivos, e com efetiva redução de emissões de carbono. O Brasil se apresenta, assim, como provedor natural de soluções para o desafio da descarbonização no Japão.

19. É o caso do etanol para o setor de transportes e também para a produção de plásticos; o ferro-gusa verde e o aço verde, produzidos com biomassa, para o setor siderúrgico; e a biomassa para a geração de eletricidade. Procurei transmitir essa mensagem em gestões junto a CEOs de empresas japonesas e altas autoridades nipônicas, bem como em seminários de negócios, realizados em parceria com associações empresariais como a UNICA, o SINDIFER-MG, e a Associação Brasileira das Indústrias de Biomassa e Energia Renovável.

20. Desde que assumi o Posto, em dezembro de 2018, o principal produto de energia que o Japão importa do Brasil – o etanol – registrou crescimento expressivo no mercado japonês, tanto em volume como em valor. De acordo com dados do Ministério das Finanças do Japão, as importações do etanol brasileiro para o Japão aumentaram de 430 milhões de litros em 2018 para 501 milhões de litros em 2019 e 675 milhões de litros em 2020. Em valores, o aumento foi de aproximadamente USD 278 milhões em 2018 (JPY 29,2 bilhões), para cerca de USD 310 milhões em 2019 (JPY 32,5 bilhões) e cerca de USD 410 milhões em 2020 (JPY 43,1 bilhões). Com base nos registros

relativos aos primeiros dez meses de 2021, é possível estimar que as importações de etanol brasileiro devem crescer novamente, tanto em volume quanto em valor, aproximando-se ou ultrapassando os 700 milhões de litros/ano. Essas estatísticas aparecem no registro oficial japonês de importações do Brasil, mas não aparecem no registro de exportações brasileiras para o Japão, pois, no Brasil, parte dessas exportações é registrada como sendo destinada a outros mercados, como os EUA, onde parte do etanol é processado e reexportado para o Japão. No registro japonês, no entanto, a aplicação das regras de origem permite separar adequadamente o etanol proveniente do Brasil.

21. No setor de transporte rodoviário (mistura de etanol na gasolina), os produtores brasileiros têm enfrentado mudanças regulatórias no mercado japonês. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumento das emissões de gases de efeito estufa. A Embaixada tem se engajado para assegurar que as regulações contribuam para a redução de emissões de gases do efeito estufa, ao mesmo tempo em que assegurem interesses econômicos brasileiros. Simultaneamente, o Posto tem procurado destacar outros usos do etanol. Tem sido crescente o uso do produto para fins industriais, inclusive aqueles relacionados com a redução de emissões de gases de efeito estufa. Há diversos projetos em andamento no Japão para a produção de compostos industriais com o uso de etanol, em substituição ao petróleo. Alguns desses projetos buscam utilizar o etanol para a produção de plásticos, outros, para a produção de combustível sustentável para a aviação. Outros produtos brasileiros importantes para a descarbonização da siderurgia e da eletricidade, como o ferro gusa verde e os pellets de biomassa, têm chamado a atenção de empresas japonesas. Essas empresas estão buscando oportunidades de negócios que devem amadurecer proximamente.

INVESTIMENTOS E INFRAESTRUTURA

22. Desde que assumi a chefia do Posto, em 2018, o fluxo de investimentos diretos japoneses para o Brasil aumentou a cada ano. Embora as inversões nipônicas estejam aquém do potencial entre duas grandes economias, é positivo que o volume de investimentos tenha sido incrementado, não obstante os desafios impostos pela pandemia. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o volume anual de inversões passou de USD 1,12 bilhão em 2018 para USD 1,95 bilhão em 2019 e, finalmente, para USD 2,01 bilhões em 2020. Os dados apresentados pelo Banco do Japão (BoJ) apontam na mesma direção, ainda que com outros valores, em decorrência de diferenças metodológicas. De acordo com o BoJ, os investimentos diretos japoneses no Brasil passaram de USD 1,8 bilhão em 2018 para USD 2,37 bilhões em 2019 e USD 2,47 bilhões em 2020. Não há ainda resultados consolidados para o ano de 2021.

23. A despeito das restrições sanitárias, o Posto manteve esforço constante para apresentar ao capital japonês as oportunidades de investimento do Brasil. Destacam-se a promoção do setor de saneamento, a atuação junto ao Grupo de Trabalho de Infraestrutura e a ampliação da atuação no segmento de hidrocarbonetos. O Seminário sobre Investimentos em Saneamento, realizado em coordenação com a Divisão de Promoção da Indústria (DPIND) e a Apex-Brasil, contou com cerca de 200 empresas japonesas e atraiu participação expressiva de investidores. O Brasil foi definido no planejamento setorial da Diretoria de Águas e Sistemas de Infraestrutura do Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão (METI) como mercado com perspectiva de grande crescimento. Foi feito também diligente trabalho de promoção do PPI. Realizado em parceria com a DPIND, Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) e BNDES, o

webinar sobre o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) foi central na atração de investimentos externos diretos para o Brasil.

24. Desde o ano de 2016, Brasil e Japão vêm desenvolvendo importantes atividades ao amparo do Memorando de Cooperação para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no setor de Infraestrutura. Desde a assinatura e a operacionalização desse mecanismo, foram realizadas três reuniões do seu Grupo de Trabalho (GT), além de reuniões de seus cinco subgrupos técnicos: saneamento; energia; transporte e mobilidade urbana; tecnologia da informação; financiamento e garantias. A última reunião do GT ocorreu em Tóquio, contando com a participação de autoridades do Ministério da Economia e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações. Avalio ter sido fundamental o papel do Grupo de Trabalho na contínua abordagem de temas que propiciam a melhoria do ambiente para investimentos japoneses em infraestrutura no Brasil.

25. No segmento de petróleo e gás, destaco a realização de seminário de investimento, em outubro do ano corrente. O evento contou com mais de 200 participantes, incluindo CEOs e altos executivos de empresas japonesas, que, por sinal, já contam com expressivos investimentos no Brasil. A Sumitomo Corporation adquiriu recentemente participação de 25% de plataforma de petróleo no campo de Marlim, na Bacia de Campos. Mitsui, Marubeni, MOL e MODEC firmaram parceria para construir a plataforma (FPSO) Anita Garibaldi MV33, capaz de processar 80 mil barris de petróleo por dia, e que também deverá operar no campo de Marlim. Cabe ter presente ainda o papel de bancos japoneses no financiamento a operações no setor de petróleo e gás, sobretudo o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), que em 2020 financiou USD 843 milhões em atividades de petróleo e gás no Brasil. O êxito do evento, com a participação de empresários de alto nível, bem demonstrou atratividade do mercado de energia brasileiro para o investidor nipônico.

26. Por fim, cabe aludir à ampla interlocução junto a representantes de segmentos que já contam com inversões em território brasileiro. Ainda que a lista não seja exaustiva, destaco que o Posto se manteve atento às operações brasileiras de Toyota, Honda, SMBC, Mitsui, Mitsubishi, Itochu, Marubeni e Sojitz. Ademais do esforço de atração de investimentos, foi feito trabalho para a manutenção dos estoques de capital já instalados no Brasil. Considerando o contexto internacional de ampla competição, a Embaixada esteve atenta às preocupações e demandas dessas empresas, de modo a identificar eventuais problemas e evitar qualquer movimento de desinvestimento da cadeia produtiva brasileira. Em especial na indústria automobilística, de alta complexidade tecnológica e logística, o Posto buscou garantir a continuidade das operações das montadoras japonesas em nosso país.

COMÉRCIO E AGRICULTURA

27. Após ápice em 2011, com trocas de USD 17,34 bilhões (superávit de USD 1.6 bilhões para o Brasil), o comércio bilateral apresentou tendência gradativa de queda até 2016 (USD 8,17 bilhões) e, desde então, tem apresentado cifras entre USD 8,32 e 10,17 bilhões (dados parciais de 2021 – janeiro a novembrp – apontam intercâmbio de USD 9,80 bilhões com Japão). As razões para a queda no comércio bilateral vão desde a queda do preço de commodities, até a maior dificuldade de entrada para exportações brasileiras no mercado nipônico (quer seja pelas barreiras não-

tarifárias impostas pelo Japão, quer seja pela ausência de acordo comercial) e a perda, a partir de abril de 2019, de benefícios preferenciais com a exclusão do Brasil do SGP nipônico. A corrente de comércio tem sido gradativamente preenchida por outros parceiros: do lado brasileiro, por China, Coreia do Sul, Índia, Cingapura e Malásia; do japonês, na América Latina, México e Chile.

28. A celebração de acordo comercial (EPA) com o Japão tem sido identificada como medida central para recuperar as vantagens comparativas das exportações brasileiras no mercado nipônico, afetadas por acordos firmados pelo Japão com competidores como Austrália, Estados Unidos, Tailândia e União Europeia. Por meio de coordenação com os principais mecanismos bilaterais de diálogo do setor privado – o Grupo de Notáveis Brasil-Japão e o Conselho Empresarial Brasil-Japão (CNI-Keidanren) –, a Embaixada ajudou a canalizar esforços em favor do EPA, inclusive por meio das declarações conjuntas do empresariado dos dois países sobre a urgência do acordo.

29. Mantive interlocução contínua e estreita com o Governo japonês, inclusive junto ao então Vice-Primeiro-Ministro Taro Aso, e com parlamentares em esforço de convencimento, com vistas a criar condições para o início das negociações comerciais. Busquei realçar os méritos da iniciativa para o Japão e explicitar as implicações para o comércio bilateral da assinatura de acordos do Mercosul com UE e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), assim como de avanços nas negociações com Coreia do Sul e Singapura. Com base na avaliação de que as principais resistências a acordo econômico provêm do setor agropecuário, o Posto dedicou especial atenção a gestões junto a empresários, parlamentares das Comissões de Agricultura das Câmaras Alta e Baixa da Dieta, e altas autoridades do Ministério da Agricultura, Silvicultura e Pesca do Japão, incluindo o então Ministro Kotaro Nogami. Nesses contatos, destacou-se a complementaridade entre os agronegócios dos dois países e o papel do Brasil como garante da segurança alimentar japonesa, inclusive no contexto de pandemia global. Ao mesmo tempo, assinalou-se o descompasso entre as tendências dos fluxos comerciais bilaterais e as trocas comerciais com outros parceiros. Não obstante, nesse período, consolidou-se o diagnóstico, que continua válido, de que o avanço da proposta de EPA dependerá de decisão em alto nível no Governo japonês. Por esse motivo, tem-se continuado a enfatizar o tema junto às altas autoridades do país, inclusive, já no recém-iniciado Governo do Primeiro-Ministro Kishida, no encontro virtual entre o Ministro Carlos Alberto França e o novo MNE do Japão, Yoshimasa Hayashi, em 6/12/2021.

30. Em paralelo às gestões para o EPA, o Posto conferiu prioridade à melhoria do acesso das exportações brasileiras do agronegócio ao mercado japonês. Existe grande potencial para a expansão das exportações ao Japão, que importa mais de 60% dos alimentos que consome e tem ampliado o consumo de proteína animal, especialmente em produtos nos quais o Brasil ocupa posição de destaque mundial, como carne bovina e suína. Não obstante, o acesso dos produtos brasileiros tem sido dificultado pela persistência de barreiras sanitárias e fitossanitárias, a exemplo daquelas associadas à febre aftosa, ou técnicas, como aquelas atualmente em vigor que impedem o acesso do açúcar brasileiro ao Japão. O Posto atuou em coordenação com a Adidância Agrícola no sentido de fazer progredir com celeridade os trâmites necessários à superação de barreiras às exportações brasileiras de diversos produtos. Diante de alterações à legislação japonesa, a Embaixada intermediou as tratativas para atualização dos Certificados Sanitários Internacionais de carne de aves, leite e produtos lácteos. Também trabalhou para garantir a conformidade do sistema de monitoramento de segurança alimentar para as exportações ao Japão, de acordo com as novas normas japonesas. Tais procedimentos foram essenciais para assegurar a continuidade das

exportações ao Japão e eliminar os riscos de imposição de obstáculos à entrada dos produtos brasileiros.

31. Além de se ter alcançado abertura do mercado para material genético avícola e pó de fígado de galinha, foram obtidos avanços no processo de autorização para a entrada no Japão de abacate e melão brasileiros. No caso das tratativas para o abacate, aguarda-se a remarcação tão logo possível de missão técnica ao Brasil, prevista para abril de 2020 e cancelada em razão da pandemia. O Brasil também continua a defender a eliminação do limite superior de 36 meses de idade dos animais utilizados como matéria-prima dos produtos oriundos da carne bovina termoprocessada, importante empecilho à expansão das exportações brasileiras.

32. São objeto de particular empenho os pleitos para acesso da carne bovina brasileira “in natura” e expansão do número de estados brasileiros autorizados a exportar carne suína “in natura” para o Japão. Em 27/5/2021, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu parcela do território brasileiro como livre de febre aftosa sem vacinação (AC, PR, RS, RO e SC, além de partes do AM e do MT). O Brasil notificou o Japão do reconhecimento da OIE por meio de carta da Ministra Tereza Cristina e busca potencializar o processo de avaliação sanitária já em curso com base no novo status da produção brasileira. Será fundamental contar com disposição política do governo japonês para garantir a incorporação tempestiva do reconhecimento da OIE dos estados brasileiros mencionados. Embora a avaliação do reconhecimento pelo Japão ocorra de maneira independente da avaliação sanitária, ambos os passos precisarão estar concluídos para permitir entrada das carnes bovina e suína “in natura” dos estados brasileiros que tiveram seu status alterado pela OIE.

33. A Embaixada também prestou apoio, em 2019, a visitas da Ministra Tereza Cristina e do Deputado Luiz Nishimori ao Japão. A visita da Ministra, por ocasião da Reunião de Ministros de Agricultura do G20, permitiu tratar com o então Ministro da Agricultura, Silvicultura e Pesca, Takamori Yoshikawa, dos temas do agronegócio e do acesso de produtos brasileiros ao mercado nipônico. Por sua vez, as visitas do Deputado Nishimori incluíram agenda de importante interlocução com parlamentares, autoridades do governo japonês e “tradings” japonesas atuantes na importação de produtos do agronegócio brasileiro. Tais encontros em alto nível desempenham papel fundamental na busca do objetivo de concretizar o acesso a mercado dos produtos brasileiros, em especial das carnes.

MECANISMOS DE DIÁLOGO ECONÔMICO

34. Outro elemento de promoção da pauta econômico-comercial foram os mecanismos de diálogo governamentais e privados, que fomentam o encaminhamento de soluções, a discussão de estratégias conjuntas e o calendário de visitas mútuas de autoridades. No campo governamental, o mais importante tem sido o Comitê Conjunto sobre Promoção de Comércio e Investimento e Cooperação Industrial Brasil-Japão (Comitê MOE-METI), criado em 2009, com periodicidade em princípio semestral. O encontro mais recente ocorreu em 2019 e foi co-presidido pelo secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do MECON, Carlos da Costa, e pelo vice-ministro de Assuntos Internacionais do METI, Shigehiro Tanaka. Na ocasião, Tanaka declarou o apoio à entrada do Brasil o quanto antes na OCDE e o início das negociações para acordo de livre

comércio entre Mercosul e Japão. As restrições impostas pela pandemia impediram a realização de nova edição do mecanismo.

35. No setor privado, o Comitê Conjunto de Cooperação Econômica Brasil-Japão (CEBRAJ) é coordenado, respectivamente, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Japão (Keidanren) e remonta à década de 70. Atualmente, Tatsuo Yasunaga, Presidente do Conselho de Diretoria do Grupo Mitsui, exerce o cargo de Presidente da seção japonesa do CEBRAJ, ao passo que a seção brasileira é presidida por Eduardo Bartolomeo, Diretor-Presidente da Vale SA. As sucessivas edições têm promovido discussões sobre temas econômico-comerciais, investimentos, infraestrutura e viabilidade de acordo comercial Mercosul-Japão. Desde minha chegada a Tóquio, foram realizadas três edições do CEBRAJ. O foro de 2019 no Brasil foi a última edição presencial. Em setembro de 2020 realizou-se reunião por videoconferência, que reuniu de mais de 200 pessoas, com foco nos efeitos da pandemia, nas relações comerciais e nos desafios e oportunidades de cooperação para a retomada da economia. A edição de 2021, novamente em formato virtual, reuniu cerca de duas centenas de participantes com quatro sessões sobre panorama econômico; infraestrutura e digitalização; meio ambiente, agronegócio e alimentos; e EPA.

36. Criado em 2005, o Grupo de Notáveis (Wise Group) teve sua 9ª e mais recente edição presencial em 2019, em Tóquio. Após a reunião, o Grupo foi recebido pelo então PM Abe para a entrega do relatório e recomendações do Grupo. Após lapso de dois anos e sem perspectivas imediatas de reabertura das fronteiras nipônicas, optou-se, com estímulo do Posto, por encontro virtual em formato compacto em setembro de 2021. O tema discutido foi a "Colaboração entre Brasil e Japão para um Futuro Sustentável". O Japão tem dado ênfase ao tema do hidrogênio, havendo expressiva concentração nessa temática parte das empresas nipônicas palestrantes, em detrimento de opções imediatas e viáveis que podem ser oferecidas por meio de cooperação com o Brasil na área de energia sustentável.

FEIRAS E EVENTOS DE PROMOÇÃO COMERCIAL

37. Quer seja pelo grau de reconhecida sofisticação e exigência, quer seja pelo alto poder aquisitivo, o Japão é mercado cobiçado por produtores de todo o mundo, pois serve de referencial de qualidade para potenciais clientes em outras partes da Ásia e do mundo. O acesso a potenciais compradores pode ser facilitado por meio da exposição de marcas e produtos em feiras setoriais. Dessa forma, o Posto dedicou-se à promoção comercial de produtores brasileiros como forma de fomentar a presença nacional nas diversas feiras, não apenas para a exposição do produto, mas também da marca "Brasil". No primeiro ano de minha gestão, eventos de promoção comercial previstos pelo posto foram realizados normalmente, ainda sem o impacto causado pela pandemia nos anos seguintes. Com a deterioração da situação a nível global, e em meio à indefinição de como proceder em relação à realização de eventos que resultem em aglomerações de grande número de pessoas, os organizadores das tradicionais feiras realizadas no Japão decidiram, por precaução, cancelar ou postergar as mostras previstas para o ano de 2020, retomando as atividades em 2021.

38. Dessa forma, a edição de 2019 da feira FOODEX JAPAN, um dos maiores eventos do setor de alimentos e bebidas na Ásia, ocorreu normalmente, inclusive com a presença de vários

empresários vindos do Brasil. No entanto a edição seguinte, de 2020, foi cancelada, com anúncio dessa decisão feita somente a menos de um mês da data prevista para o seu início. Em 2021, a mostra foi retomada, com participação reduzida de expositores internacionais. Muitos países deixaram de estarem presentes e outros compareceram com pavilhões em dimensões menores, como foi o caso do Brasil. Em vista da impossibilidade da presença dos funcionários da Apex-Brasil, responsáveis pela organização da participação brasileira, instruí a equipe do SECOM para que prestassem todo o apoio necessário a fim de viabilizar o pavilhão institucional do País. Com relação aos expositores, os stands foram compostos somente por empresas japonesas representantes ou importadoras de marcas brasileiras.

39. Além disso, o Brasil também participou, pela primeira vez, da mostra especializada em vinhos “Wine & Gourmet Japan” em 2021, e, no mesmo ano, esteve presente, pela quinta vez consecutiva, na feira “CafeRes Japan – Tokyo Café Show”. Apesar da redução no número total de visitantes nos três dias do evento, tanto em 2020 como em 2021, o volume de contatos e negócios realizados durante a feira não diferiu muito de anos anteriores. O Brasil também estreou na feira “Gaishoku Business Week”, com pavilhão institucional próprio. A feira é realizada anualmente em quatro importantes mercados japoneses (Tóquio, Osaka, Fukuoka e Okinawa), voltada a profissionais de restaurantes, bares e hotéis, mercados considerados como de potencial para os produtos alimentícios e bebidas brasileiras. Participa, ainda, da feira “SCAJ World Specialty Coffee Conference and Exhibition”, desde a sua primeira edição, realizada em 2003, sob a coordenação da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês). A edição de 2019 ocorreu normalmente, inclusive com a presença de produtores brasileiros de café e funcionários da BSCA. Em todas as feiras com montagem do Pavilhão Brasil, com exceção da feira específica de cafés especiais, a Embaixada tem incluído o chamado “Cachaça Corner”, espaço em que todas as marcas de cachaças disponíveis no mercado japonês são convidadas a participar, sempre com o apoio do Cachaça Council Japan e da Associação Japonesa de Cachaça.

40. Adicionalmente, o setor de promoção comercial tem utilizado as plataformas digitais e os espaços desta chancelaria e residência pra eventos específicos de promoção das marca Brasil, dos destinos turísticos e de produtos de visibilidade ou potencial no mercado nipônico. Esse tem sido o caso do café especial, do açaí, da cachaça, dos vinhos, de mobiliário e de culinária entre outros. Em 2019, o Brasil participou da feira “Tourism Expo Japan”, com espaço brasileiro sendo representado pela Embratur, Governo do Estado do Amazonas, e das Prefeituras de Manaus, Ilhabela e Foz do Iguaçu. Igualmente, o Brasil fez-se representar na “4ª Conferência Mundial de Turismo e Cultura”, realizada no mesmo ano em dezembro, na cidade de Kyoto. Não obstante o impacto da pandemia sobre atividades relacionadas ao setor turístico, o Posto criou soluções alternativas de divulgação do Brasil, como por exemplo: “Série Instabae Brazil”, apresentando paisagens brasileiras conhecidas pelas suas belezas, que resultam em excelentes fotos para os adeptos do “Instagram”; “Série Oishii Brazil”, que significa ao pé da letra “Brasil Gostoso”, apresentando a rica culinária brasileira e os seus ingredientes; “Série Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil”, com destaque para danças, como o frevo, e trabalhos de artesãos renomados; e “Série Café do Brasil”, destacando a alta qualidade dos nossos produtos em particular dos cafés especiais.

41. Em 2020 e 2021, a pandemia também afetou a realização de seminários presenciais de atração de investimentos, mas não impediu a adoção de medidas alternativas, com a realização de eventos remotos, que inclusive facilitou a participação ao vivo de autoridades brasileiras. Entre os

seminários organizados diretamente ou que contaram com o apoio e/ou participação do Posto, destaque, para além daqueles já mencionados: seminário organizado pelo Sumitomo Mitsui Banking Corporation, sobre ambiente de negócios no Brasil e perspectivas da economia brasileira, em 2019; seminário organizado pelo Escritório Kasznar Leonardos, sobre propriedade intelectual e cenário político-econômico do Brasil, em 2019; seminário organizado pela Pátria Investimentos, sobre economia brasileira e oportunidades de investimentos no Brasil, em 2019; seminário organizado por Pinheiro Neto Advogados, sobre panorama econômico atual e oportunidades para negócios e investimentos no Brasil, em 2019; seminário com investidores japoneses, no formato de café da manhã, por ocasião da visita do Governador João Doria, em 2019; seminário organizado pela Câmara de Comércio Brasileira no Japão, sob o tema “Novo Cenário de Infraestrutura e Investimento no Brasil”, em 2020; seminário organizado pelo Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), sobre economia, perspectivas para o futuro e oportunidades de negócios no Brasil, em 2020; seminário misto, presencial e virtual, sob o título “Bioenergy and the Transition towards a Sustainable Low-Carbon Bioeconomy: Opportunities for Brazil and Japan, em 2020).

COMUNIDADE BRASILEIRA

42. Tive a satisfação de estar à frente da Embaixada durante as celebrações dos 30 anos da comunidade brasileira no Japão, cujos eventos, por coincidirem com o início da pandemia, foram celebrados online. No Japão, a preocupação imediata da Embaixada foi com o efeito da pandemia e da repentina desaceleração econômica sobre nossos nacionais. Em grande maioria, os brasileiros no Japão trabalham no setor industrial voltado para a exportação, em regime de contrato temporário. Esse setor foi duramente afetado pela interrupção das cadeias produtivas, particularmente na Ásia, e operários brasileiros tiveram contratos não renovados ou interrompidos. Fiz gestões junto às autoridades japonesas (centrais, provinciais e municipais) para que esses trabalhadores não ficassem desassistidos.

43. No contexto do acompanhamento das políticas adotadas pelo governo japonês e do Banco do Japão para combater os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a economia, tomei conhecimento, por meio da imprensa local, de que o governo japonês estaria considerando se residentes estrangeiros deveriam ou não ser incluídos em determinados programas econômicos. Realizei, assim, gestões para garantir que os brasileiros residentes no Japão fossem beneficiados, o que veio a concretizar-se: nossos nacionais foram considerados elegíveis para receber auxílio emergencial de JPY 100 mil (cerca de BRL 5 mil) do governo japonês. Considerando que as estatísticas mais recentes indicam que mais de 200 mil brasileiros são residentes no Japão, o total de recursos potencialmente disponibilizado pelo governo japonês para os brasileiros, por meio desse programa, é de cerca de BRL 1 bilhão.

44. Outra demanda imediata foi a necessidade de circulação de informações sobre as formas de prevenção do novo coronavírus. A Embaixada e os Consulados-Gerais, cuja colaboração muito agradeço, em coordenação com o Ministério da Saúde do Japão, as províncias e, principalmente, as organizações civis da própria comunidade brasileira, em que se destacam os Conselhos de Cidadãos, passaram a produzir e distribuir materiais sempre atualizados sobre como evitar a contaminação. Mais tarde, essas mesmas vias foram utilizadas para divulgar a campanha de vacinação. No contexto dessas iniciativas, buscou-se sempre enfatizar que esses esforços não se basearam em percepção discriminatória em relação aos brasileiros, que têm aderido às medidas de

prevenção adotadas pelo Japão como um todo. Hoje, nossas principais gestões junto ao governo central são relativas à entrada de nossos nacionais, principalmente tendo em conta que a maior parte dos brasileiros que se dirigem ao Japão fazem-no em razão de visitas familiares.

45. Estimam-se em cerca de 206 mil os nacionais no Japão, diminuição de cerca de 3 mil em relação ao início da pandemia. Durante minha gestão, visitei autoridades do governo central, bem como realizei missões às localidades de maior concentração de brasileiros para reiterar esta realidade e demandar respeito e expansão de direitos de nossos cidadãos. Para que esses imigrantes atinjam seu real potencial, e para que se tornem cada vez mais resilientes a crises como a atual pandemia, é essencial que não sejam fadados unicamente ao trabalho temporário no setor industrial. Para isso, o caminho é da educação, objeto de inúmeras gestões da Embaixada. Esse objetivo passa pelo ensino da língua japonesa, pelo empreendedorismo e pelo acesso a cursos técnicos e universitários, assim como maior reconhecimento das chamadas escolas brasileiras neste país. Com 44 mil crianças no Japão, o segundo maior número de crianças estrangeiras no país, somos parte interessada no tema. Há, também, que fomentar a maior integração dessa comunidade à sociedade japonesa e ao mesmo tempo preservar e fortalecer os laços com o Brasil. Os dois objetivos não são incompatíveis.

46. Além da educação e da crise sanitária gerada pela pandemia do novo coronavírus, em consonância com a “Carta dos 30 anos”, foram objeto de minhas conversações com o Governo local a atenção aos brasileiros idosos no Japão, a necessidade de adaptação do trabalhador brasileiro às mudanças econômicas (particularmente, aquelas sofridas pela indústria de exportação automobilística). Foram objeto de gestão, também a necessidade de isenção de vistos de curta duração, do estabelecimento de um acordo de férias trabalho e da flexibilização de vistos para descendentes de japoneses de quarta geração (yonsei) e a importância de assinatura de acordos jurídicos na área penal e civil.

EDUCAÇÃO

47. No setor educacional, a ênfase recaiu na agenda de expansão do ensino do idioma português, onde se destaca o Português como Língua de Herança (PLH), em razão da substantiva comunidade brasileira. Cresce, porém, a demanda por português como língua estrangeira (PLE), na medida em que profissionais japoneses buscam aprender o idioma para melhor interagir com nossos nacionais em suas atividades. Destaca-se o restabelecimento de Leitorado junto à Universidade Sophia, com a seleção de Thamís Larissa dos Santos Silveira. Egressa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Professora Silveira iniciou seu leitorado em abril de 2021, em plena pandemia, e, desde então, tem apoiado de forma muito bem-sucedida as ações do Posto, assim como ampliado contatos estratégicos com o meio acadêmico. Ressalta-se, também, contínuo contato com centros universitários e escolas japonesas, com vistas a divulgar oportunidades de estudo e intercâmbio, assim com atualizar a imagem do Brasil no Japão, para além de estereótipos e lugares comuns.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

48. Não obstante o exitoso histórico de cooperação bilateral na área científica, com destaque para o desenvolvimento do padrão nipo-brasileiro de TV Digital, observa-se, nos últimos anos, tímido engajamento do governo japonês em estabelecer novos projetos com o Brasil. É sintomática a

dificuldade em agendar a próxima reunião do Comitê Conjunto de Cooperação em Ciência e Tecnologia, principal mecanismo de diálogo no setor. Para além do grau de desenvolvimento brasileiro, essa tendência também se associa, no passado mais recente, a redirecionamento de esforços e investimentos do Japão para seu entorno regional, em favor de países do sudeste asiático. O Japão tem privilegiado, ainda, o intercâmbio científico por canais já estabelecidos com outros países desenvolvidos. Diante dessa conjuntura desafiadora, a Embaixada atuou para divulgar a imagem do Brasil como país inovador e para promover novas iniciativas em contato direto com interlocutores do ecossistema japonês de ciência e tecnologia. A ação da Embaixada nesse setor contou com o apoio do Programa de Diplomacia da Inovação (PDI).

49. Durante minha gestão, foi organizada a visita de autoridades brasileiras, com destaque para a missão do Ministro das Comunicações, Fábio Faria, em 2021, com o objetivo de conhecer soluções japonesas na área de 5G. Além disso, apoiamos a participação remota do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, no painel de ministros do STS Forum (Science and Technology in Society Forum), em outubro de 2020. O evento reuniu 1.500 líderes globais de mais de 100 países, provenientes do governo, da academia e da indústria, para discutir o progresso da ciência e da tecnologia em benefício da humanidade.

50. Um dos principais resultados de minha gestão foi a assinatura do Memorando de Cooperação entre Brasil e Japão em nióbio e grafeno, em janeiro de 2021. No âmbito do MoC, a Embaixada promoveu, em maio deste ano, reunião entre centros brasileiros na área de grafeno e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Industrial Avançada (AIST) do Japão. Em novembro de 2021, foi organizado webinar, em parceria com a CBMM, para apresentar soluções à base de nióbio na geração e no armazenamento de energia limpa.

51. Trabalhamos para avançar a cooperação entre Brasil e Japão também na área espacial. Em junho de 2021, a Embaixada organizou reunião entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e o Instituto Nacional de Tecnologias da Informação e das Comunicações do Japão – NICT. A Embaixada atua, também, para promover nossa indústria criativa e inovadora no mercado japonês. Pelo segundo ano consecutivo, apoiamos a participação de startups brasileiras no evento Innovation Leaders Summit, maior evento de inovação aberta da Ásia. Além disso, em setembro último, a Embaixada coordenou a campanha Brazilian Game Week, iniciativa de promoção global da indústria brasileira de jogos digitais. Em outubro de 2020, foi realizado virtualmente o Primeiro Encontro da Diáspora Científica Brasileira no Japão, em colaboração com a FAPESP e a UNICAMP, com o objetivo de reunir acadêmicos brasileiros que trabalham no Japão e engajá-los em projetos com instituições de ciência e tecnologia de nosso País.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

52. A cooperação técnica continua a ser uma das principais vertentes do relacionamento Brasil-Japão. Na área de desastres naturais, destaca-se o Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada em Riscos de Desastres Naturais – GIDES, resultado da parceria firmada entre a ABC e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). A Embaixada ajudou a organizar a vinda de duas missões da Defesa Civil de Minas Gerais ao Japão, em setembro e novembro de 2019, com o objetivo de conhecer as soluções deste país em gestão e mitigação de riscos de desastres naturais. A cooperação no setor entrará em nova fase, após troca de notas entre os

governos, em janeiro de 2021, sobre a construção de cidades resilientes. Dentre as medidas previstas para combater deslizamentos encontram-se a qualificação de recursos humanos e o fornecimento de máquinas, equipamentos e materiais.

53. O governo japonês também apoia o IBAMA no combate ao desmatamento ilegal da Amazônia, por meio de satélites e de inteligência artificial. O acordo foi renovado em janeiro de 2021 para nova fase, com o envio de especialistas, treinamento de recursos humanos e doação de equipamentos. Na mesma linha, dois novos projetos envolvem iniciativas de desenvolvimento sustentável. Um deles é o de desenvolvimento de sensores e plataforma de agricultura de precisão, o outro é o Memorando de Cooperação de Tomé-Açu sobre o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia.

54. A JICA tem apoiado o Brasil no enfrentamento da pandemia. Em outubro de 2020, realizou doação financeira de USD 4,8 milhões para a aquisição de equipamentos e insumos médico-hospitalares para hospitais públicos do SUS. No âmbito do Programa de Cooperação Técnica Brasil-Japão para o ano fiscal de 2021, foi aprovado o “Projeto de Melhoria da Capacidade Institucional no enfrentamento à COVID-19”, de interesse da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e do Laboratório de Imunopatologias Keizo Asami (LIKA), da Universidade Federal de Pernambuco.

DIPLOMACIA PÚBLICA E IMPRENSA

55. A pandemia exigiu a adaptação das atividades de diplomacia pública e imprensa, como forma de dar continuidade ao diálogo promovido pela Embaixada com atores externos. Para além das modalidades de divulgação tradicionais junto à mídia local, houve ampliação do público das mídias sociais do Posto, tanto em número de seguidores nas plataformas mais conhecidas (Facebook, Instagram e Twitter), como no lançamento de conta da Embaixada no LINE, rede social mais utilizada no Japão, e na renovação da presença do Posto no YouTube. Além da multiplicação de eventos online e a utilização inovadora de conteúdos digitais, os esforços se voltaram para a divulgação das informações emergenciais de prevenção sanitária e de restrição de fronteiras relativas ao COVID-19. Para garantir a confiabilidade das informações, constantemente alteradas em razão da evolução da crise, teve particular importância a interlocução com as autoridades japonesas a respeito das medidas de enfrentamento da pandemia, em coordenação com os Conselhos-Gerais do Brasil no Japão. Ao mesmo tempo, os canais de divulgação da Embaixada mantiveram governo e público japoneses atualizados sobre as regras extraordinárias para entrada no Brasil.

56. As restrições causadas pelo coronavírus ensejaram também a adoção de soluções criativas para os desafios causados pelo isolamento social. Exemplos podem ser encontrados na área cultural e na celebração dos 30 Anos da Comunidade Brasileira no Japão. Em 2021, por ocasião dos 10 anos do Grande Terremoto do Leste do Japão, a Embaixada recuperou, em sítio eletrônico comemorativo, os relatos pessoais de membros da comunidade brasileira, empresários, jornalistas e diplomatas que estiveram envolvidos nos esforços humanitários brasileiros em solidariedade a das crises mais graves da história nipônica. Já no âmbito da “Brazilian Game Week”, as redes sociais do Posto foram utilizadas para promoção da indústria nacional de jogos eletrônicos

("games"), divulgando a imagem do Brasil como polo regional da produção de games, trazendo visibilidade e ganhos econômicos para a indústria brasileira.

CULTURA

57. Na área cultural, a Embaixada procurou fortalecer seu papel de articulador estratégico em iniciativas voltadas a promover (i) o intercâmbio cultural entre atores e instituições dos dois países; e (ii) a fusão artística entre expressões culturais brasileiras e japonesas. O eixo de promoção do intercâmbio cultural traduziu-se em parceria com o Instituto Inhotim e missão de seus dirigentes ao Japão para execução de programa de trabalho voltado à internacionalização da entidade brasileira. Articulou-se, também, cooperação entre a Escola da Cidade, em São Paulo, e o Archi-Depot Museum, de Tóquio, para realização da mostra e mesa redonda “Horizonte Concreto: o Pavilhão do Brasil na Expo '70 Osaka – Paulo Mendes da Rocha”. Um dos resultados desse esforço de aproximação foi a publicação, em 2021, de edição especial sobre a obra de Paulo Mendes da Rocha pela revista de arquitetura “a+u”. A promoção do intercâmbio cultural também norteou projetos de amplitude, como a parceria com a “Mauricio de Sousa Produções” (MSP). Já o eixo de fusão artística envolveu iniciativas como a combinação da Literatura de Cordel do Brasil com o Teatro Noh do Japão para a produção teatral “Hell says Noh”, baseada na obra “A Chegada de Lampião ao Inferno”, de José Pacheco, e apresentada no ‘Panasonic Center Tokyo’. As apresentações teatrais foram precedidas da primeira exposição de xilogravuras brasileiras no Japão, com obras de J. Borges e Pablo Borges. Parceria com a MSP explorou a amizade entre o cartunista brasileiro e o ícone mangaká Osamu Tezuka. As duas iniciativas alavancaram o relacionamento entre esta Embaixada e a “Japan House”, que levou o projeto “Hell says Noh” ao Brasil e promoveu eventos em torno da parceria a MSP.

58. A Embaixada manteve, ainda, calendário de atividades nas áreas de música, literatura, artes visuais e cênicas, culinária, cinema, design e arquitetura, privilegiando o estabelecimento de parcerias com interlocutores locais e a promoção da imagem do Brasil como país diverso, contemporâneo e sofisticado. Dentre as iniciativas de relevo realizadas entre 2018 e 2021, registro a série de exposições “Redescobrimo o Brasil”; a mostra de fotografias e documentários de Thomaz Farkas, que incluiu painel organizado pelo “Tokyo Photographic Art Museum”; a exposição “Configurando o Futuro”, em parceria com Mauricio de Sousa Produções; a exposição “A musicalidade brasileira a partir da Bossa Nova”, no marco da qual foi lançado o projeto “Brazilian music @ the embassy” como plataforma de projeção de músicos brasileiros no mercado musical japonês; o lançamento do programa “Brasil em Concerto”, em parceria com a Naxos; e a exposição “From Rio to Tokyo”, com apoio do Comitê Olímpico Internacional.

59. Durante minha gestão, o setor cultural viu-se na contingência de adaptar-se aos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, o que teve o efeito de acelerar a transformação digital das iniciativas nessa área. Ganha destaque a série virtual “Brazilian music @ home”, em parceria com a Associação Brasileira de Música Independente – ABMI. Por meio de cooperação com o “Chain Museum” de Tóquio, a Embaixada intermediou a inclusão de instituições brasileiras de arte na plataforma digital “ArtSticker”, voltada a apoiar artistas e aproximá-los do público durante a pandemia. Projetos experimentais de digitalização cultural foram elaborados em colaboração com Brasemb Londres, como “Brazil from Home”, “Google Arts & Culture” e “Foreign Perceptions on Brasília”. A Embaixada firmou, ainda, parceria com os organizadores do Festival de Arte

Digital e da Bienal de Arte Digital do Brasil, com o fim de promover o intercâmbio bilateral com o Japão em arte digital, segmento em que este país se destaca internacionalmente.

JOGOS OLÍMPICOS

60. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Tóquio 2020 (realizados em 2021, devido à pandemia) exigiram especial empenho e capacidade de adaptação por parte da Embaixada diante das condições mutáveis e incertezas em torno da realização das competições. O Posto teve papel ativo em apoio à participação exitosa dos Comitês Olímpico (COB) e Paralímpico (CPB) do Brasil, em situação marcada por desafios inéditos. Em razão das precauções sanitárias inusitadas causadas pela pandemia, o megaevento realizou-se sob restrições severas às operações dos Comitês e às atividades dos atletas de todo o mundo. A Embaixada atuou como ponto de apoio para resolução de diversos entraves logísticos e institucionais para a atuação do COB e do CPB. Nesse contexto, ajudou a estabelecer pontes com as diversas cidades-anfitriãs japonesas que sediaram os times do Brasil nos períodos que antecederam as competições, vínculos que, para além dos benefícios práticos imediatos no contexto dos Jogos, ajudaram a expandir o conhecimento local sobre o Brasil e a boa imagem do País, refletida no profissionalismo e dedicação dos atletas e técnicos brasileiros.

61. Durante o período dos Jogos, o Posto se empenhou, ainda, no apoio e na organização das visitas oficiais dos representantes brasileiros aos eventos. Ainda que em contexto de restrições decorrentes da pandemia, foi recebida a delegação chefiada pelo Ministro da Cidadania, João Inácio Ribeiro Roma, e integrada pelo Secretário Especial de Esporte, Marcelo Reis Magalhães e pelo Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), Bruno Souza. O SNEAR esteve novamente em Tóquio no período de 31/8 a 6/9, desta vez para acompanhar os Jogos Paralímpicos. O Ministro Roma participou da cerimônia de abertura dos Jogos de Tóquio, no dia 23/8, e manteve agenda com autoridades japonesas e de outros países. Destaco, nesse sentido, os encontros com o Presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Thomas Bach, e com então Ministro da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia (MEXT), Koichi Hagiuda, no qual o Ministro Roma enfatizou a prioridade atribuída ao aprimoramento das oportunidades que se oferecem aos nacionais brasileiros no Japão, inclusive por meio de pesquisas sobre as condições educacionais de crianças e jovens brasileiros no país. O Ministro manteve, ainda, encontro com executivos das empresas japonesas Mitsui e Bridgestone, para tratar de investimentos japoneses.

62. Tendo em conta a restrição à presença de público nas competições e a limitação à maior parte dos eventos presenciais originalmente previstos para o período dos Jogos, a Embaixada desenvolveu conjunto de ações “online” para promoção do espírito olímpico e da divulgação da excelência do Brasil nos esportes olímpicos e paralímpicos. Destacaram-se, entre elas, interações virtuais dos atletas brasileiros com as torcidas brasileira e japonesa no Japão, e ações de promoção do esporte brasileiro junto ao público japonês e à comunidade brasileira, em parceria com o COB e o CPB, bem como a divulgação em tempo real das atualizações ao quadro de medalhas das equipes brasileiras. Além disso, foram adaptadas iniciativas concebidas para a ponte olímpica “From Rio to Tokyo”. O projeto com a Mauricio de Sousa Produções foi redirecionado para a comemoração dos 30 anos da comunidade brasileira no Japão, com a realização de intervenção do cartunista brasileiro na fachada da chancelaria, iniciativa de cooperação educacional com Escola de Design de Shizuoka e exposição em torno dos laços humanos entre o Brasil e o Japão. A mostra “Configurando o Futuro”, no espaço da chancelaria, foi integralmente reproduzida em ambiente

virtual, com emprego inédito de tecnologia de realidade virtual. A parceria com a produtora 'Br@in' para ativações musicais nas redondezas do estádio olímpico foi ajustada de modo a permitir a realização de 'pocket-shows' de Bossa Nova em formato híbrido presencial/digital em momento de pico de infecções por Covid-19 em Tóquio. As rigorosas restrições sanitárias adotadas para a exposição audiovisual "From Rio to Tokyo" possibilitaram a visita do público à chancelaria com segurança e a inclusão da mostra no circuito da programação oficial do comitê organizador dos Jogos.

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

63. O relacionamento bilateral passa por momento de profundas transformações. Os termos que estavam no cerne do dinamismo que impulsionou as relações há quatro ou três décadas atrás se modificaram substancialmente. Do lado japonês, o envelhecimento populacional e o enfoque crescente da política externa nipônica na conjuntura regional da Ásia e Pacífico representam novos desafios, mas também oportunidades. Pois são também as características próprias da conjuntura atual que servem de estímulo ao esforço diplomático de retomada do ímpeto das relações com o Japão à luz do potencial existente entre duas das maiores economias mundiais.

64. No plano econômico, área certamente das mais desafiadoras à luz do protecionismo japonês no setor agropecuário, considero de particular importância a manutenção dos esforços realizados pelo lançamento de processo negociador para acordo comercial entre Mercosul e Japão, bem como para a abertura do mercado nipônico para as exportações brasileiras no agronegócio. O Japão é ainda o 3º maior PIB do mundo, com altíssimos padrões de renda e de consumo per capita. A manutenção dos níveis de desenvolvimento da economia japonesa requer crescente suprimento externo para a demanda doméstica, bem como a contínua internacionalização do capital financeiro nipônico, o que potencializa a atratividade do Brasil como destino para investimentos japoneses.

65. O desafio da descarbonização no Japão é outra área com grande potencial. A matriz energética limpa do Brasil pode ser uma chave para aumentar o comércio e os investimentos entre os dois países. No contexto da mudança do clima, o País tem condições de tornar-se provedor de energia limpa para o Japão, bem como de produtos de maior valor agregado, produzidos no Brasil com energia limpa. Dispomos de soluções ambientalmente eficazes e economicamente competitivas de energia limpa, disponíveis imediatamente e em larga escala.

66. Como países unidos por laços humanos indelévels, há necessidade de insistir nos esforços voltados à melhoria da situação da comunidade brasileira no Japão. Idealmente, deve-se almejar que os brasileiros residentes neste país, em sua maioria descendentes de japoneses que emigraram para o Brasil décadas atrás, possam contar, por parte do governo e da sociedade japonesa, com as mesmas condições de integração e, eventualmente, com o mesmo apreço e reconhecimento dados, no Brasil, à contribuição prestada pelos imigrantes japoneses ao desenvolvimento e à construção da identidade nacional brasileira.

67. Embora muitas vezes de perspectivas distintas do mundo desenvolvido e em desenvolvimento, Brasil e Japão também partilham interesses comuns na democratização da ordem internacional e no fortalecimento de instâncias multilaterais como as Nações Unidas e a OMC. A acessão brasileira à OCDE é objeto de entusiasmado apoio japonês. O diálogo e a cooperação em fóruns

multilaterais permanecem, assim, de especial importância para a defesa de interesses brasileiros no plano externo, com potenciais reflexos positivos igualmente para o plano bilateral.

68. Por fim, não poderia deixar de agradecer a confiança em mim depositada pela Secretaria de Estado na condução dos diversos temas da relação bilateral. Agradeço em particular minha equipe de funcionários do Quadro e locais por seu alto grau de empenho e competência. A constante coordenação com os Cônsules-Gerais foi essencial para a atenção aos temas de interesse da comunidade brasileira neste país. Faço votos de sucesso para meu sucessor, que seguramente manterá o bom nível de nossas relações com os diversos entes públicos e privados no Japão.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM TÓQUIO**

Candidato EMBAIXADOR OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes**

Nascido em 1959, o embaixador Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes ingressou na carreira diplomática em 1985. Concluiu o curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1996, e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2008, com a tese “A política externa do Governo Sarney: o início de reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia”. É bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984).

Atuou em várias áreas do Ministério das Relações Exteriores, tendo ocupado, no Brasil, as funções de assistente na Divisão de Comunicações (1986-1988); assessor na Secretaria-Geral (1988-1990); assessor no Departamento de Administração (1990); assessor na Coordenação-Geral de Modernização e Planejamento (1997-1998); assessor no Departamento do Serviço Exterior (1998-2000); assessor e introdutor diplomático no Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2000-2003); chefe da Divisão da Europa I (2003); chefe da Assessoria de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal (2003-2005); assessor especial do ex-Presidente da República José Sarney (2005) e chefe de Gabinete do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) (2011-2014).

No exterior, serviu nas Embaixadas em Washington (1991-1995), Assunção (1995-1997), La Paz (2005-2008) e Tóquio (2008-2011). Foi encarregado de negócios do Brasil em Bagdá e Amã (2014). Foi embaixador do Brasil na Etiópia, e cumulativamente no Djibouti e no Sudão do Sul (2015-2018). Durante seu período à frente da Embaixada na Etiópia, acumulou também os cargos de Representante do Brasil junto à União Africana e junto à Comissão Econômica para a África das Nações Unidas (2015-2018).

De dezembro de 2018 até a presente data, exerce o cargo de Embaixador do Brasil na Bolívia.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capaz de contribuir para promover os interesses do Brasil e dos brasileiros no Japão, por meio de uma ação diplomática de excelência dirigida a identificar e explorar oportunidades de aproximação entre os dois países e superar desafios que afetem interesses brasileiros.

MISSÃO

Propor e executar ações que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com o Japão, sempre atento ao imperativo do desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, com foco na prosperidade da sociedade brasileira, por meio do incremento do comércio bilateral, da atração de investimentos japoneses, da cooperação em C&T, da sinergia na área de energias renováveis, da concertação em foros multilaterais, do fortalecimento da tradicional cooperação técnica e da intensificação dos vínculos humanos.
2. Lançar as negociações de um Acordo de Parceria Econômica MERCOSUL-Japão, conforme interesse já manifestado pelos setores privados brasileiro e japonês, por meio da intensificação de gestões políticas junto a autoridades locais e setores da sociedade japonesa que tenham influência sobre tal processo decisório.
3. Assegurar melhor acesso ao mercado japonês para os produtos agropecuários brasileiros, especialmente carnes e frutas, por meio da realização de gestões junto às autoridades competentes para a eliminação de barreiras sanitárias e fitossanitárias; do restabelecimento do Diálogo Brasil-Japão (DBJ) sobre Agricultura e Alimentos MAPA-MAFF; bem como de atividades de promoção dos produtos brasileiros.
4. Promover produtos e serviços brasileiros no Japão, assim como oportunidades de investimentos no Brasil – especialmente na área de infraestrutura, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) –, por meio de ações que destaquem a qualidade, a sustentabilidade e a capacidade de inovação presentes na economia brasileira.
5. Estimular a retomada dos mecanismos de cooperação bilateral (prejudicados pelas restrições sanitárias decorrentes da pandemia), bem como apoiar e incentivar os contatos entre a iniciativa privada brasileira e a japonesa.
6. Dinamizar a cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Japão.
7. Atrair novos investimentos de empresas japonesas em áreas relacionadas à economia digital, como 5G e seus desdobramentos tecnológicos, em linha com o indicado pelo Ministro das Comunicações, Fábio Faria, em visita a Tóquio (fev. 2021), por meio da divulgação de oportunidades e facilidades a serem oferecidas pelo governo brasileiro, bem como pela intermediação de contatos com o setor privado local.
8. Impulsionar a cooperação em energias renováveis entre Brasil e Japão, por meio de ações que destaquem o potencial tecnológico brasileiro e nossa capacidade de contribuir para a transição energética japonesa para uma economia de baixo carbono, bem como incrementar a cooperação com o Japão na área de bioeconomia e desenvolvimento sustentável.
9. Fomentar a tradicional cooperação técnica Brasil-Japão, inclusive por meio do apoio à implementação de iniciativas já em andamento. Adicionalmente, apoiar o avanço das iniciativas de cooperação técnica trilateral.
10. Estimular o incremento do intercâmbio científico-educacional entre Brasil e Japão, por meio do incentivo à elaboração de projetos comuns de pesquisa e do intercâmbio de estudantes e pesquisadores.
11. Estimular o incremento da cooperação Brasil-Japão na área de defesa e favorecer a aproximação entre as Forças Armadas brasileiras e as Forças de Autodefesa japonesas.

12. Promover a imagem e cultura do Brasil no Japão por meio de ações que divulguem a cultura brasileira nas suas diferentes expressões e a língua portuguesa na variante brasileira.
13. Promover melhores condições de integração da numerosa comunidade brasileira no Japão (cerca de 206 mil nacionais), com foco na superação de dificuldades linguísticas, culturais, educacionais e trabalhistas, incluindo coordenação e gestões junto a autoridades japonesas nacionais e locais.
14. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais por meio de gestões junto ao governo nipônico e aprofundar o diálogo com o Japão no âmbito de foros multilaterais, especialmente no contexto do G4.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- *Acordo de Parceria Econômica MERCOSUL-Japão*
 - Intensificar as gestões, junto a autoridades locais e ao setor privado japonês, em favor do lançamento das negociações de Acordo de Parceria Econômica no mais breve prazo possível.
 - *A assinatura de acordo de parceria econômica entre o MERCOSUL e o Japão é passo fundamental para reativar o comércio bilateral, que vem sofrendo declínio continuado desde 2011 (quando o fluxo chegou a US\$ 17,3 bilhões, contra apenas US\$ 8,3 bilhões em 2020). A iniciativa estenderia ao Brasil condições equivalentes às de seus principais concorrentes em mercados prioritários no Japão, como carne suína, bovina e de frango, açúcar, alimentos processados e suco de laranja. Poderia, ainda, ensejar moldura política e técnica para negociações sanitárias e fitossanitárias requeridas para a habilitação dos produtos brasileiros no Japão.*
 - Incrementar o contato, em especial, com interlocutores públicos e privados nipônicos do setor agropecuário – que tem oferecido maior resistência ao lançamento das negociações –, com vistas a conscientizá-los acerca dos benefícios que tal acordo traria para ambos os países, especialmente pelo fato de que os produtos brasileiros na área tendem a não competir com os locais, mas sim com bens produzidos por terceiros países.
 - Coordenar-se com os Embaixadores plenipotenciários dos demais membros do MERCOSUL em Tóquio para a realização de gestões conjuntas junto a autoridades locais e ao setor privado, tendo em vista que os países do bloco têm defendido, de forma unânime, o lançamento das negociações de acordo comercial com o Japão.
- *Acesso a mercados para produtos do agronegócio*
 - Realizar gestões junto às autoridades sanitárias e a interlocutores locais relevantes em favor de maior abertura do mercado japonês para os produtos agropecuários brasileiros, especialmente carnes bovina e suína e frutas, visando à eliminação de barreiras sanitárias e fitossanitárias.

- Reestabelecer o Diálogo Brasil-Japão (DBJ) sobre Agricultura e Alimentos MAPA-MAFF – mecanismo, criado em 2014, a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que teve sua última reunião em 2019 –, visando à construção de confiança mútua entre as autoridades sanitárias dos dois países e à superação de entraves ao comércio de produtos agropecuários, em especial ao acesso ao mercado japonês. O DBJ poderia servir, ainda, como instrumento para que sejam exploradas possibilidades de cooperação técnica, como eventual parceria científica entre instituições japonesas e a EMBRAPA.
- *Promoção comercial*
 - Elaborar e/ou encomendar estudos exploratórios de complementaridade entre as economias do Brasil e do Japão.
 - Trabalhar em parceria com a Apex-Brasil para avaliar mercados a serem explorados e incrementar o comércio bilateral, tendo em vista o interesse em promover produtos e serviços, especialmente os de alto valor agregado, originários do Brasil.
 - Promover encontros e reuniões com câmaras e associações de comércio, inclusive pelo estímulo à participação em feiras de comércio realizadas nos dois países.
 - Dar continuidade na promoção das aeronaves da Embraer nas áreas de defesa e aviação civil.
 - A fim de contribuir para a promoção da imagem de produtos e serviços brasileiros, realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira.
 - Conhecer a experiência japonesa, um dos países mais ativos em matéria de política comercial.
 - *Nos últimos anos, o Japão firmou os seguintes acordos comerciais: México em 2005; Malásia em 2006; Singapura, Chile e Tailândia em 2007; ASEAN, Brunei, Indonésia, Filipinas e Vietnã em 2008; Suíça em 2009; Índia em 2011; Peru em 2012; Austrália em 2014; Mongólia em 2016; CPTPP e UE em 2018; EUA e Reino Unido em 2020; e o “Regional Comprehensive Economic Partnership Agreement” (RCEP) em 2020 – acordo firmado pelos 10 países da ASEAN e outros cinco parceiros (China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia), que, quando em vigor, deverá constituir a maior área de livre comércio do mundo.*
- *Atração de investimentos*
 - Manter e incrementar o diálogo com o governo e com o setor privado japoneses com vistas a atrair investimentos para o Brasil.
 - Engajar-se com formadores de opinião e lideranças corporativas a fim de divulgar oportunidades de investimentos no Brasil, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).
 - Divulgar medidas do governo brasileiro voltadas para a melhoria do ambiente de negócios no País.
- *Mecanismos econômicos públicos e privados*
 - Realizar gestões junto a autoridades e empresariado japonês para a retomada do Comitê Conjunto em Comércio, Promoção de Investimentos e Cooperação Industrial Brasil-Japão (Comitê MEcon-METI).
 - *O mecanismo foi criado em 2009, com periodicidade semestral, mas a última edição, por conta da pandemia, ocorreu ainda em outubro de*

2019, não havendo confirmação de data para o próximo encontro. Na última reunião, alguns dos temas tratados foram a acessão do Brasil à OCDE e o lançamento das negociações MERCOSUL-Japão.

- Realizar gestões junto a autoridades e empresariado japonês para a retomada do Grupo de Trabalho para Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no setor de Infraestrutura.
 - *Criado a partir do Memorando de Cooperação para a Promoção de Investimentos e Cooperação Econômica no Setor de Infraestrutura, assinado em 2016, o GT tem o objetivo de aproximar os principais atores envolvidos de lado a lado para que se explorem mecanismos de financiamento e facilitação de investimentos. A reunião mais recente ocorreu em 2019, em Tóquio. A pandemia e suas restrições contribuíram para a atual inércia do grupo.*
- Apoiar ativamente as reuniões do Grupo de Notáveis Brasil-Japão. Estabelecido em 2007, o Grupo é integrado por eminentes lideranças empresariais de ambos os países e constitui mecanismo de alto nível para discussão do aprofundamento da parceria econômica Brasil-Japão.
 - *A 9ª e última reunião presencial do Grupo foi realizada em Tóquio, em 8/4/2019, seguida de audiência com o então Primeiro-Ministro Shinzo Abe. O 10º encontro, que contou com mensagens de vídeos gravadas pelos chanceleres de ambos os países, foi realizado em 16/9/21, de forma virtual. Em ocasiões anteriores, o Grupo de Notáveis manifestou apoio ao lançamento de negociações de um Acordo de Parceria Econômica MERCOSUL-Japão.*
- Apoiar ativamente as reuniões do Conselho Empresarial Brasil-Japão (CNI-Keidanren ou CEBRAJ).
 - *Criado em 1974, o CEBRAJ é o mais antigo e relevante mecanismo de diálogo empresarial entre os dois países. Na impossibilidade de encontros presenciais, CNI e Keidanren (Federação Empresarial do Japão) vêm organizando encontros à distância, para manter troca de informações que possam melhor subsidiar empresas e associações setoriais dos dois lados e ter visão atualizada dos impactos da pandemia nas relações bilaterais. A última reunião do Conselho foi em 9-10/11/21.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Quantidade de produtos do agronegócio brasileiro que lograram acesso ao mercado japonês;
- Número de estabelecimentos do agronegócio habilitados a exportar para o Japão;
- Número de reuniões do Diálogo Brasil-Japão (DBJ) sobre Agricultura e Alimentos MAPA-MAFF;
- Número de reuniões do Comitê Conjunto em Comércio, Promoção de Investimentos e Cooperação Industrial Brasil-Japão (Comitê MEcon-METI) e outros foros de coordenação econômica;
- Número de estudos e relatórios de comércio produzidos pela embaixada ou por prestadores de serviço;
- Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;
- Números de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela embaixada ou com sua participação;

- Número de atendimentos a empresas brasileiras interessadas em investir ou realizar comércio com o Japão;
- Número de atendimentos a empresas japonesas interessadas em investir ou realizar comércio com o Brasil;
- Número de publicações, em meio impresso ou eletrônico, disponibilizadas no Japão que destaquem a qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira;
- Número de encontros com representantes do governo e do setor privado do Japão para tratar do lançamento das negociações do Acordo de Parceria Econômica MERCOSUL-Japão;
- Número de gestões realizadas em conjunto com os Embaixadores plenipotenciários dos demais membros do MERCOSUL em Tóquio junto a autoridades locais e setor privado em favor do lançamento das negociações de Acordo de Parceria Econômica;
- Número de reuniões com as autoridades sanitárias locais em favor da abertura do mercado japonês para os produtos agropecuários brasileiros;
- Número de reuniões com representantes do governo do Japão que tenham como foco o aumento do comércio e dos investimentos bilaterais;
- Número de relatórios de acompanhamento da economia japonesa e da balança comercial com o Brasil produzidos pela embaixada;
- Número de eventos ou textos para circulação a respeito das oportunidades de investimento no Brasil;
- Número de reuniões com membros da Keidanren (Federação Empresarial do Japão) e do setor empresarial japonês voltadas à preparação das próximas reuniões, virtuais ou presenciais, do Conselho Empresarial Brasil-Japão (CNI-Keidanren ou CEBRAJ);
- Número de reuniões com o setor empresarial japonês voltados à preparação das próximas reuniões, virtuais ou presenciais, do Grupo de Notáveis Brasil-Japão.

II - Relações políticas bilaterais;

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- *Observação e produção de inteligência*
 - Prosseguir com o trabalho de observação da política externa japonesa em relação a seu entorno regional e aos EUA, tendo em conta que o Brasil, a despeito de estar geograficamente distante, tem interesse na estabilidade da região, por onde passa parte importante de seu comércio.
 - *O Indo-Pacífico é a região econômica mais dinâmica do mundo. O Mar do Sul da China é possivelmente o principal eixo de navegação mercante do mundo. Pelos seus 3,5 milhões de quilômetros quadrados, estima-se que circulam entre um terço e 60% do comércio mundial – ou US\$ 3,4 trilhões por ano aproximadamente –, com tendência de crescimento. China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e países da ASEAN, são agentes econômicos relevantes ou com peso crescente. A ascensão da China como potência econômico-militar vem criando desafios para o equilíbrio de poder da região. O Japão tem buscado reforçar seu papel de liderança regional, em especial, com a promoção da estratégia “Indo-*

Pacífico Livre e Aberto” (FOIP, na sigla em inglês), que consiste na defesa da liberdade de navegação, no respeito ao direito internacional e na promoção do livre comércio na região. A área enfatizada pelo Japão inicia-se na Índia, passa por ASEAN e Austrália, e encerra-se na costa americana do Pacífico. A FOIP também tem servido como ponto de convergência com o governo norte-americano, fortalecendo a aliança existente desde o pós-II Guerra Mundial, e como impulso para a reativação do “Quadrilateral Security Dialogue” (QUAD), mecanismo de cooperação para defesa, segurança e outros temas (como mudança do clima, vacinas e tecnologias emergentes) entre Japão, EUA, Índia e Austrália.

- Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa do Japão e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil.
- Identificar soluções adotadas no Japão que possam ser de interesse do governo brasileiro, de empresários brasileiros ou da sociedade brasileira em geral, seja na área econômica, social, ambiental, energética ou científico-tecnológica. Ao mesmo tempo, fomentar a divulgação, no Japão, de experiências exitosas no Brasil que possam suscitar o interesse local (como a experiência brasileira com energias renováveis).

▪ *Relações bilaterais*

- Incentivar a maior aproximação entre autoridades japonesas e brasileiras de alto nível, inclusive por meio do estímulo à troca de visitas.
- Coordenar-se com o governo japonês para garantir regularidade anual do Mecanismo de Consultas Políticas, viabilizando, já em 2022, a organização de sua X edição.
 - *Os dois países mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas desde 1989, para discutir a cooperação bilateral e propiciar espaço de diálogo sobre temas da agenda internacional. A IX e última reunião ocorreu em Tóquio, em 5 de outubro de 2021.*
- Coordenar-se com o lado japonês para a retomada do Diálogo de Chanceleres, e a consequente revitalização da Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão, já em 2022, de modo a garantir a regularidade dos contatos de alto nível entre os países e o encaminhamento de temas de interesse mútuo.
 - *As relações Brasil-Japão foram elevadas ao nível de Parceria Estratégica e Global em 2014, por ocasião da visita do então Primeiro-Ministro Shinzo Abe ao Brasil. Por meio da elevação do status de seu relacionamento, Brasil e Japão formalizaram seu mútuo reconhecimento da importância estratégica das relações bilaterais, com interesses comuns em diferentes áreas. No âmbito da Parceria Estratégica e Global, foi estabelecido o Diálogo de Chanceleres, com previsão de periodicidade anual. A 2ª e mais recente edição do Diálogo ocorreu em maio de 2018, em Tóquio, no contexto da visita do então Ministro Aloysio Nunes ao Japão. Na ocasião, foram discutidos temas de segurança internacional, assim como o fortalecimento dos laços econômicos bilaterais, sobretudo por meio da ampliação dos investimentos japoneses no Brasil.*

▪ *Aproximação entre órgãos públicos dos dois países*

- Seguir fomentando a colaboração interparlamentar entre Brasil e Japão.

- *O ativo Grupo Parlamentar Brasil-Japão, criado em 1994, é presidido pelo Deputado Federal Luiz Nishimori (PL/PR) e conta com outros 47 integrantes (40 deputados e 7 senadores). Há também a Frente Parlamentar Brasil-Japão, coordenada pelo Deputado Luiz Nishimori e integrada por outros 202 deputados. Do lado japonês, atua a Liga Parlamentar de Amizade Brasil-Japão na Dieta Nacional, que congrega cerca de 100 membros da Dieta e é presidida, há mais de dez anos, pelo Deputado Taro Aso, ex-Vice-Primeiro-Ministro do Japão. Missões parlamentares com ênfase econômico-comercial foram mantidas regularmente até o início da pandemia, devendo ser retomadas tão logo a situação sanitária o permita.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de relatórios produzidos pela embaixada sobre política interna e política externa do Japão;
- Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa japonesas;
- Número de reuniões com representantes do governo do Japão para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões de consultas políticas e de alto nível;
- Número de reuniões de Consultas Políticas e de alto nível, em formato presencial ou virtual;
- Número de instrumentos bilaterais firmados por ocasião de reuniões de alto nível;
- Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- *Candidaturas brasileiras*
 - Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a obter apoio do Japão a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;
 - Manter encontros com representantes do governo do Japão acerca da candidatura brasileira de acesso à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com vistas à obtenção de apoio a demandas específicas do governo brasileiro.
- *Coordenação no âmbito do G4*
 - Incrementar a coordenação com as autoridades japonesas, visando a maior concertação para a reforma do CSNU.
 - *Brasil e Japão são os países que mais atuaram como membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) desde sua criação, em 1945. Em 2004, Brasil e Japão uniram-se a Alemanha e Índia para formar o G4, que, como premissa básica,*

defende a expansão do Conselho nas categorias de membros permanentes e não permanentes, visando a refletir a realidade contemporânea e a aperfeiçoar o funcionamento do órgão. A estrutura do CSNU ainda reflete a conjuntura do pós-II Guerra Mundial. Quando da criação da ONU, em 1945, os então 11 membros do CSNU representavam 22% do total de 51 estados da Organização, ao passo que, hoje, seus 15 membros equivalem a apenas 7,7% do total de 193 estados. Propõe-se incrementar a coordenação com as autoridades japonesas, visando a maior concertação para a reforma do CSNU.

- *Diálogo Trilateral Brasil-Estados Unidos-Japão (JUSBE)*
 - Manter interlocução com autoridades japonesas a respeito da continuidade do Diálogo Trilateral, visando a promover a sinergia dos três países, com especial enfoque na busca de resultados concretos em temas de comum interesse, como energias renováveis e desenvolvimento sustentável.
 - *Os governos do Brasil, Japão e EUA lançaram, em 10/11/20, o Diálogo Trilateral Brasil-EUA-Japão (JUSBE), iniciativa proposta pelo lado japonês, com o intuito de promover colaboração em diversas áreas de interesse comum. Os três países identificaram três pilares como fundamentos do JUSBE: intensificação da coordenação de políticas sobre questões regionais; busca de uma prosperidade econômica compartilhada; e fortalecimento da governança democrática. Calcado em valores como democracia, primado do direito e economia de mercado, o JUSBE cria condições para alçar as relações entre os três países a um novo patamar, visando a resultados concretos e potencializados pela sinergia trilateral. O Brasil é o primeiro país da América Latina a ser incluído em mecanismo trilateral do gênero, já mantido por Japão e EUA com Austrália (2002) e Índia (2011).*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões com representantes do governo japonês para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões do G4 e de outros mecanismos multilaterais e plurilaterais;
- Número de reuniões do G4 e de outros mecanismos multilaterais e plurilaterais apoiadas pela Embaixada;
- Número de reuniões com representantes do governo japonês para fazer gestões em favor de candidaturas internacionais do Brasil e do processo de acesso do Brasil à OCDE;
- Número de candidaturas brasileiras apoiadas pelo Japão.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- *Turismo*
 - Realizar gestões junto às autoridades competentes japonesas que possibilitem a retomada das viagens entre Brasil e Japão – por meio, por exemplo, do reconhecimento da validade de certificados de vacinação e de flexibilizações das regras de quarentena –, bem como ações de divulgação de informações

atualizadas a respeito da evolução da campanha de vacinação nacional e da melhoria da situação epidemiológica no Brasil.

- *A rigidez das medidas de controle sanitário em curso no Japão, em razão da pandemia de COVID-19, tem inviabilizado, na prática, grande parte das viagens internacionais com destino ao país asiático. Atualmente, viajantes que tenham estado no Brasil nos 14 dias antes da chegada ao Japão devem permanecer em quarentena de 3 dias em instalação designada pelas autoridades oficiais locais. Mediante resultado negativo de exame PCR no terceiro dia, permite-se completar a quarentena obrigatória de 14 dias em domicílio ou local informado. A emissão de vistos assim como as isenções de vistos se encontra suspensas. Essas medidas, por outro lado, inviabilizam também o fluxo de turistas japoneses para o Brasil. Além de prolongado tempo de viagem em voos com conexões, os nipônicos devem também observar período de 14 dias de quarentena no retorno ao Japão, independente do estado de vacinação.*
- Realizar gestões junto às autoridades competentes japonesas visando a isentar nacionais brasileiros de visto de visita para entrada no Japão, em reciprocidade ao Decreto nº 9.731, de 16/03/19, de modo a incrementar o fluxo de pessoas entre os países no contexto da superação da pandemia de COVID-19.
 - *Com a publicação do Decreto nº 9.731, de 16/03/19, nacionais do Japão foram isentos, unilateralmente, do visto de visita para entrada no Brasil. Como resultado, nacionais japoneses que venham ao País para estada de curta duração, sem intenção de estabelecer residência, para fins de turismo, negócios, trânsito, realização de atividades artísticas ou desportivas ou em situações excepcionais, por interesse nacional, não precisam de visto.*
- Consultar as autoridades competentes locais sobre a possibilidade de negociação de Acordo Férias-Trabalho entre os dois países, visando a incrementar os fluxos de jovens entre Brasil e Japão no período pós-pandemia.
 - *Por meio da concessão de vistos de múltiplas entradas, o instrumento permite que jovens de 18 a 30 anos tenham a oportunidade de viver no outro país e de aprofundar seus conhecimentos culturais, ao mesmo tempo em que gozam do direito de desempenhar atividades laborais com o objetivo de custear a própria estada.*
- Realizar gestões junto as autoridades locais competentes em favor da flexibilização dos requisitos para obtenção do visto temporário para “yonsei” (nipodescendentes de quarta geração), de modo a atender as demandas de brasileiros nipodescendentes.
 - *O governo japonês reconhece que a procura para os vistos temporários para “yonsei” está aquém do previsto. Até hoje, menos de 60 brasileiros teriam se beneficiado da nova categoria, que tem critérios de concessão demasiadamente exigentes, restringindo seu público-alvo.*
- Buscar aumentar a visibilidade e o interesse pelo Brasil entre o público japonês, a partir de ações junto aos meios de comunicação, agências de turismo, empresas aéreas, entre outros.
- Participar de feiras dedicadas ao turismo, conforme disponibilidade orçamentário-financeira da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

▪ *Atividades culturais*

- Propor e realizar, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE, eventos de promoção da cultura brasileira, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos de divulgação ao público japonês de artistas plásticos, escritores e outros artistas brasileiros;
- Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público japonês sobre o País;
- Atualizar regularmente os canais digitais da embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil no Japão.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões de promoção do Brasil como destino turístico com meios de comunicação, agentes de viagem, empresas aéreas e outros *stakeholders* do setor;
- Número de ações de divulgação sobre a evolução do programa de vacinação nacional e da melhoria da situação epidemiológica de COVID-19 no Brasil;
- Número de participações em feiras de turismo;
- Número de eventos, palestras e entrevistas para a divulgação da cultura brasileira no Japão;
- Número de reuniões com autoridades locais para negociar o reconhecimento da validade de certificados de vacinação e de flexibilizações das regras de quarentena;
- Número de reuniões com autoridades locais visando a obter isenção dos vistos de visita (curta estadia) para brasileiros, com base na reciprocidade;
- Número de reuniões com autoridades locais acerca da possibilidade de negociação de Acordo Férias-Trabalho entre os dois países e flexibilização dos requisitos para obtenção do visto para “yonseis”.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente;

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Dar continuidade a interlocução com a chancelaria japonesa para a manutenção do diálogo em foros multilaterais visando ao combate à mudança do clima, de modo a buscar a construção de consensos entre os países, bem como identificar oportunidades de cooperação na seara ambiental e de mitigação da mudança do clima.
 - *Desde 2002, Brasil e Japão copresidem, em nível de Secretários de Ministério das Relações Exteriores, a Reunião Informal sobre Ações Futuras contra a Mudança do Clima. A última edição ocorreu em 10-11/3/21, tendo contado com a participação de representantes de 32 delegações estrangeiras. As diferenças fundamentais de posição nos temas multilaterais entre Brasil, como país em desenvolvimento, e Japão, como país do Anexo I da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, não impedem diálogo franco sobre a pauta multilateral. O Japão tem sido ativo quanto ao tratamento multilateral do combate à mudança do clima. Em 2/11/21, o atual Primeiro-Ministro, Fumio Kishida, participou presencialmente da COP26 em Glasgow, onde anunciou a nova NDC japonesa (neutralidade de emissões até 2050 e redução até 2030 de 46% em relação a 2013) e a disponibilização de US\$ 10 bilhões, ao longo dos próximos 5 anos, para apoio à transição energética de países em desenvolvimento, com foco*

na Ásia. Japão também dobrará para US\$ 14.8 bilhões o financiamento de prevenção de desastres em terceiros países até 2025 e disponibilizará US\$ 240 milhões para apoio à preservação de florestas.

- *Cooperação em energias renováveis*
 - Realizar diálogos *ad hoc* sobre temas energéticos – especialmente hidrogênio, eficiência energética, energia nuclear e bioenergia - com interlocutores públicos e privados locais, à luz do novo impulso político japonês em prol da transição energética a uma economia de baixo carbono.
 - *O Japão enfrenta sérias dificuldades para a descarbonização do setor de energia, responsável por 80% das emissões de gases do efeito estufa no país. O Japão importa 90% de toda a energia que consome. Os combustíveis fósseis representam 88% de sua matriz primária. O então PM Suga confirmou, em maio de 2021, o objetivo japonês de zerar as emissões líquidas de carbono até 2050 e anunciou nova meta nacional para 2030: redução de 46% das emissões verificadas no ano fiscal de 2013. A nova meta representa aumento de 70% em relação ao compromisso anterior, o que demonstraria a liderança do Japão nos esforços globais de descarbonização. Para atingir tais objetivos, o governo do Japão anunciou que buscará maximizar a utilização de fontes energéticas livres de carbono, como energias renováveis, e que adotará incentivos para a indução de investimentos privados no setor. É nesse contexto que o Brasil pode apresentar-se como parceiro relevante. Além de o país ter uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, o Brasil é um dos poucos países com escala para exportar energia de baixo carbono imediatamente, por meio do etanol e outras formas da bioenergia. O Brasil pode ainda exportar bens produzidos com emissão de carbono zero ou negativa – produtos que podem ser aproveitados nas cadeias produtivas japonesas, tornando-as mais limpas, como é o caso do ferro-gusa verde ou do aço verde.*
 - Divulgar, junto ao setor privado japonês, oportunidades de negócios no Brasil e soluções tecnológicas brasileiras com aplicação de etanol, bem como realizar gestões junto às autoridades nipônicas para compartilhar contribuições brasileiras acerca do Plano Básico de Energia.
 - *O etanol brasileiro oferece solução imediata para o setor de transporte rodoviário japonês – responsável por cerca de 16% das emissões de carbono no país –, por utilizar navios-tanques e outras infraestruturas e cadeias logísticas já existentes.*
 - Divulgar, junto ao setor privado japonês, oportunidades de negócios no Brasil e soluções tecnológicas brasileiras com aplicação de etanol para produção de Combustíveis Sustentáveis de Aviação (SAF, na sigla em inglês).
 - *Escalar o uso de SAF é uma das maiores apostas do governo japonês para alcançar suas metas de descarbonização. O país asiático considera que o etanol representa rota produtiva promissora para a confecção de SAF. A Mitsui já manifestou intenção de produzir SAF a partir de etanol de cana-de-açúcar proveniente do Brasil. A refinaria Idemitsu também está explorando a rota do etanol para a produção de SAF.*
 - Divulgar, junto ao setor privado japonês, oportunidades de negócios no Brasil e soluções tecnológicas brasileiras com aplicação de ferro-gusa verde e do aço verde.

- *A indústria siderúrgica japonesa, responsável por 16% das emissões do país, tem planos de substituir o carvão mineral por hidrogênio na produção do aço e do ferro-gusa (insumo intermediário do aço). O Brasil, por sua vez, já possui solução efetiva: o ferro-gusa verde (com o uso de carvão vegetal a partir de florestas plantadas) e do aço verde. Uma tonelada de ferro-gusa produzido com carvão vegetal de florestas plantadas emite 2049 Kg de CO₂ equivalente e absorve 3897 kg de CO₂ equivalente. Na prática, essa solução praticamente zera as emissões na cadeia produtiva do aço. O Brasil produz anualmente 6,5 milhões de toneladas de ferro-gusa com carvão vegetal, de modo que se trata de solução já existente em larga escala. Empresas japonesas, como a Mitsubishi, têm demonstrado interesse pela solução do ferro-gusa verde brasileiro. Além do ferro-gusa verde, o Brasil já produz também aço verde em larga escala, com emissão zero de carbono.*
- *Cooperação na área de bioeconomia e desenvolvimento sustentável*
 - Prestar apoio continuado às iniciativas de cooperação bilateral ora em curso, bem como a constante interlocução com autoridades e instituições japonesas, visando à implementação dos instrumentos existentes e à prospecção de novas oportunidades de cooperação.
 - *Exemplos recentes das oportunidades para cooperação bilateral na área são: i) entendimento entre o MAPA e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), anunciado em abril/2021, que estabelece “Projeto de Desenvolvimento Colaborativo da Agricultura de Precisão e Digital para o Fortalecimento do Ecossistema de Inovação e a Sustentabilidade do Agro Brasileiro”, tendo como pilares a inovação e a sustentabilidade no agronegócio brasileiro; ii) Termo de Cooperação Técnica firmado pelo IBAMA com a JICA, em julho/2021, que tornará mais precisa a detecção do desmatamento na Amazônia Legal por meio de monitoramento de satélite e do desenvolvimento de sistema de inteligência artificial que apontará áreas foco para fiscalização; iii) Memorando de Cooperação sobre o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia; e iv) doações japonesas de equipamentos e recursos (mais de US\$ 3 milhões), em 2019 e 2020, para contribuir para o combate aos incêndios sazonais na região amazônica, no contexto da Operação Verde Brasil.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- Número de reuniões informais sobre Ações Futuras contra a Mudança do Clima apoiadas pela Embaixada;
- Número de reuniões de diálogos *ad hoc* sobre temas energéticos com interlocutores públicos e privados japoneses;
- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a cooperação na área de energias renováveis entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
- Número de atendimentos a empresas japonesas interessadas em realizar investimentos no Brasil na área de energias renováveis;

- Número de reuniões com representantes do governo japonês para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões informais sobre Ações Futuras contra a Mudança do Clima;
- Número de reuniões com representantes do governo do Japão a fim de identificar áreas com potencial de cooperação na área de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Número de ações de divulgação de experiências exitosas no Brasil na área do desenvolvimento sustentável;
- Divulgação, nos meios de comunicação do Japão, e com apoio de instituições brasileiras, de pesquisas científicas de ponta realizadas no Brasil, nas áreas de energias renováveis;
- Número de reuniões com autoridades e instituições japonesas para prestar apoio às iniciativas de cooperação bilateral ora em curso nas áreas de bioeconomia e desenvolvimento sustentável, bem como visando à implementação dos instrumentos existentes e à prospecção de novas oportunidades de cooperação.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Realizar gestões junto a autoridades e instituições locais para apoiar a realização das próximas reuniões do Comitê Conjunto de Cooperação em Ciência & Tecnologia e garantir que o mecanismo tenha maior regularidade, evitando novos lapsos significativos de tempo que prejudiquem a fluidez da cooperação.
 - *O Comitê foi estabelecido pelo “Acordo de Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia” de 1984. A 4ª reunião do Comitê realizou-se em Tóquio, em 20/11/15. O Brasil propôs que a 5ª reunião seja realizada presencialmente, em Brasília, no primeiro trimestre de 2022. As áreas prioritárias são: biotecnologia, agricultura, saúde, nanotecnologia, ciências marinhas, ciências espaciais, inteligência artificial, novos materiais, prevenção de desastres naturais, tecnologias da informação e comunicação (TICs), televisão digital.*
- *Cooperação em 5G e 6G*
 - Dar continuidade aos contatos mantidos pelo Ministro Fábio Faria com autoridades e empresas japonesas de modo a aprender com a experiência nipônica de implementação da rede 5G, bem como a atrair investimentos e tecnologias correlatas japonesas nessa área.
 - *Delegação chefiada pelo Ministro das Comunicações, Fábio Faria, visitou o Japão, nos dias 8 e 9 de fevereiro 2021, quando se realizaram encontros com o governo e com representantes do setor privado. A visita teve como prioridade conhecer in loco as tecnologias 5G das principais multinacionais japonesas do setor de comunicações, a NEC e a Fujitsu. Representantes do governo brasileiro têm incentivado empresas japonesas a participarem do mercado que se abre. No edital publicado em 27/09/21, que precedeu o leilão realizado em 04/11/21, constam incentivos para que operadoras adotem sistema de arquitetura*

aberta, em linha com o modelo “Open RAN” (Open Radio Access Network) promovido pelo governo e setor privado japoneses.

- Manter monitoramento e produzir análises a respeito do desenvolvimento e implementação da nova tecnologia no Japão, buscando identificar soluções tecnológicas que possam ser replicadas no contexto brasileiro, bem como prospectar novas oportunidades de cooperação bilateral na área.

➤ *O governo japonês lançou, em dezembro de 2020, um pacote de estímulo econômico para apoiar a “transformação digital” do Japão, no valor de cerca de US\$ 9,5 bilhões, com o objetivo de que o país assuma liderança da pesquisa e desenvolvimento da internet 6G, que futuramente substituirá o 5G. Empresas japonesas ambicionam ter protótipo do sistema 6G em funcionamento até meados da atual década.*

▪ *Startups*

- Realizar atividades de divulgação do ecossistema brasileiro de inovação, com foco na promoção, de forma setorial, de startups brasileiras. Dentre os setores com maior potencial de expansão destacam-se o de fintechs (dado o avanço do sistema financeiro nacional); de agritech (com base no interesse compartilhado de maior eficiência e sustentabilidade na produção agrícola) e de healthtech/medtech (para atender uma população japonesa em envelhecimento)

➤ *O Brasil emerge como parceiro atrativo para o Japão, tendo em conta o avanço do setor de startups no país, que conta hoje com mais de 13 mil empresas e 20 unicórnios. Com a reorganização das cadeias produtivas em razão da pandemia, o Brasil é ainda lucrativo destino para investimentos japoneses em setores não tradicionais. Algumas empresas japonesas já aproveitam as oportunidades do setor. Em setembro/21, a multinacional de telecomunicações japonesa SoftBank anunciou lançamento de novo fundo para a América Latina (“Latin America Fund II”), no valor de US\$ 3 bilhões, para a aceleração de startups. O bem-sucedido “Latin America Fund I” (US\$ 5 bilhões) abrange 22 empreendimentos no Brasil (61% do valor total do fundo), incluindo diversos “unicórnios” brasileiros (empresas com valor superior a US\$ 1 bilhão).*

▪ *Cooperação na área espacial*

- Intermediar contatos entre startups brasileiras e japonesas, de modo a apoiar o incipiente processo de internacionalização da indústria aeroespacial nacional, bem como estimular o desenvolvimento de parcerias industriais e/ou comerciais na área espacial. Além disso, realizar evento para reunir startups da área espacial de ambos os países, gerando novas oportunidades de colaboração, negócios e investimentos.

➤ *O momento mostra-se oportuno para aproximação na área espacial, tendo em conta a recente assinatura pelo Brasil do Acordo Artemis da NASA e o lançamento, em fevereiro de 2021, do Amazonia 1, o primeiro satélite de observação da Terra completamente projetado, testado e operado pelo país.*

➤ *No âmbito das novas perspectivas econômicas da exploração espacial (“New Space Economy”) – com o rápido desenvolvimento de novas tecnologias espaciais, cada vez menos custosas –, o governo japonês*

anunciou, em 2018, o estabelecimento de novo fundo, de quase US\$ 1 bilhão, para apoiar o desenvolvimento de startups na área espacial.

▪ *Nióbio e Grafeno*

- Manter interlocução constante com instituições de pesquisa japonesas, bem como autoridades locais e setor empresarial, para a realização de novas iniciativas ao amparo do Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Tecnologias Relacionadas com a Produção e Uso de Nióbio e Grafeno.
 - *O Memorando foi assinado em 08/01/21, durante visita do então Chanceler japonês, Toshimitsu Motegi, a Brasília. Tem havido intercâmbio entre instituições brasileiras e japonesas na área de grafeno, ainda que de maneira autônoma e limitada. Em 11/05/21, foi realizada reunião científica virtual sobre grafeno entre o Instituto Nacional de Ciência Industrial Avançada e Tecnologia do Japão (AIST) e três centros de pesquisa brasileiros na área de grafeno: MGgrafeno, MackGraphe e UCSGraphene. Em 8/11, foi realizado webinar sobre tecnologias com nióbio para energia limpa, que irá apresentar pesquisas brasileiras na área.*

▪ *Cooperação Técnica bilateral e trilateral*

- Prestar apoio para missão ao Brasil de técnicos japoneses que darão seguimento à implementação dos projetos previstos ao abrigo dos novos instrumentos bilaterais firmados durante a visita a Brasília do então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Toshimitsu Motegi, em 08/01/21, bem como realizar iniciativas de aproximação com a JICA visando à prospecção de novas oportunidades de cooperação técnica.
 - *A tradicional cooperação técnica entre Japão e Brasil desenvolve-se, de modo ininterrupto, desde 1959, por meio da parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a “Japan International Cooperation Agency” (JICA), sob o amparo do “Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1970”. Exemplo emblemático dessa cooperação foi o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado), criado em 1979, que revelou o grande potencial agroexportador desse bioma brasileiro, com a participação da Embrapa. Durante a visita a Brasília do então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Toshimitsu Motegi, em 08/01/21, foram assinados três instrumentos bilaterais para execução de projetos de cooperação técnica em: i) agricultura de precisão e agricultura sustentável; ii) melhoria do controle de desmatamento ilegal na Amazônia brasileira, com capacitação do IBAMA no uso de tecnologias avançadas, como a inteligência artificial; iii) cidades resilientes, resistentes a desastres causados por deslizamentos de terra.*
- Manter constante interlocução com a JICA para garantir o bom andamento dos projetos ora implementados, para prestar apoio a projetos que estejam em fase de avaliação e para prospectar novas oportunidades de cooperação trilateral.
 - *O Japão é o parceiro mais antigo do Brasil em cooperação técnica trilateral. Sobressaem, entre os projetos, o ProSavana (Programa de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique), concluído em 2020; o fortalecimento da atenção*

primária no setor de saúde em Angola (ProForsa); a difusão internacional do sistema nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T), adotado na maior parte da América do Sul, além de países da América Central, África e Ásia; e o projeto KOBAN, na área de policiamento comunitário em países da América Central. Estuda-se, no momento, o estabelecimento de novo projeto de cooperação trilateral na área de saúde em Moçambique, para o fortalecimento da capacidade técnica hospitalar deste país.

- **Jogos Eletrônicos**

- Manter atividades de promoção da indústria de jogos eletrônicos no Japão, visando a gerar oportunidades de negócios e investimentos.
 - *A campanha “Brazilian Game Week” (BGW – 20-24/9/2021), realizada em Tóquio, com apoio da Apex-Brasil, contribuiu para dar visibilidade à indústria brasileira de jogos digitais. As exportações brasileiras de jogos eletrônicos cresceram 600% desde 2014, com cerca de 90% dos “game studios” brasileiros já direcionados para venda de produtos e serviços ao exterior. O mercado japonês de games é hoje o terceiro do mundo, com valor estimado de US\$ 18 bilhões e o Japão possui ecossistema composto por grandes empresas (Nintendo e Sony) estabelecidas no setor.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para aproximação das comunidades científicas dos dois países;
- Apoio à realização das próximas edições da Comitê Conjunto de Cooperação em Ciência & Tecnologia Brasil-Japão;
- Número de reuniões do Comitê Conjunto de Cooperação em Ciência & Tecnologia Brasil-Japão;
- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a cooperação na área de 5G entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
- Número de relatórios acerca da implementação das redes 5G e 6G no Japão, bem como do desenvolvimento da infraestrutura para a nova tecnologia;
- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a indústria brasileira de jogos eletrônicos no Japão;
- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para divulgar o ecossistema brasileiro de inovação, com foco na promoção, de forma setorial, de startups brasileiras;
- Número de atendimentos a startups japonesas da área espacial interessadas em estabelecer parcerias com contrapartes brasileiras do setor;
- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a cooperação na área de cooperação espacial entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;

- Número de atividades de intercâmbio científico e eventos ao abrigo do Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Tecnologias Relacionadas com a Produção e Uso de Nióbio e Grafeno;
- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a cooperação na área de nióbio e grafeno entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a cooperação técnica entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
- Número de reuniões com representantes de universidades, institutos de pesquisa, entidades do setor privado e governo do Japão, a fim de identificar oportunidades de cooperação bilateral;
- Divulgação, nos meios de comunicação do Japão, e com apoio de instituições brasileiras, de pesquisas científicas de ponta realizadas no Brasil, especialmente nas áreas espacial e de nióbio e grafeno;
- Número de reuniões com a JICA para implementação dos projetos de cooperação técnica já acordados e identificação de novas oportunidades, tanto em âmbito bilateral como na seara trilateral.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

▪ Educação:

- Seguir mantendo constante interlocução com as principais instituições de ensino japonesas, a exemplo da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio (TUFS), Universidade Sophia e Universidade Kanda, com vistas a promover oportunidades acadêmicas a estudantes brasileiros interessados em estudar no Japão. Essas instituições têm atuado em parceria com a Embaixada do Brasil em Tóquio na organização de encontros acadêmicos entre estudantes brasileiros e japoneses, realizados periodicamente.
 - *O intercâmbio universitário entre Japão e Brasil é majoritariamente marcado pelo fluxo de estudantes brasileiros em direção ao Japão, os quais são, na maioria dos casos, contemplados por bolsas do Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia (MEXT) japonês para cursos de graduação e pós-graduação.*
- Incrementar a divulgação de ofertas de cursos acadêmicos no Brasil abertos a estudantes estrangeiros, de modo a contribuir para o aprofundamento do intercâmbio acadêmico entre os dois países e, sobretudo, fomentar o aumento do fluxo de estudantes e pesquisadores japoneses para o Brasil.
 - *O Japão é um dos 26 países em que se prevê a alocação de recursos do Programa Institucional de Internacionalização da Capes (Capes-PrInt), voltado para a internacionalização das universidades brasileiras.*
- Fomentar o intercâmbio entre pesquisadores de instituições dos dois países, dada a qualidade da pesquisa científica brasileira e japonesa.
 - *Já há, de forma descentralizada, cooperação entre instituições de fomento à pesquisa dos dois países. A FAPESP possui acordos tanto com a Agência de Tecnologia do Japão (JST, na sigla em inglês) quanto com a Sociedade Japonesa para a Promoção da Ciência (JSPS, em inglês). A CAPES também mantém Memorando de Entendimento com a JSPS.*

Propõe-se a realização de atividades de fomento e apoio à aproximação entre cientistas de universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do Japão.

▪ *Cultura*

- Reavaliar, junto a autoridades locais, a pertinência do estabelecimento de um Programa Executivo Cultural (PEC) visando à implementação do Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e o Japão e de prospectar novas possibilidades de cooperação nesta área. Maior conhecimento do Brasil no Japão contribuiria para a exportação de bens e serviços, bem como para reforçar a marca Brasil.
 - *Desde a assinatura do Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e o Japão, firmado em Tóquio, em 1961, a cooperação cultural tem-se baseado em iniciativas descentralizadas, promovidas por instituições ou empresas brasileiras, bem como em atividades de promoção cultural das respectivas embaixadas do Brasil em Tóquio e do Japão em Brasília.*
- Empreender e apoiar festivais, programas de rádio, concertos e interpretações de músicas brasileiras, por parte de artistas japoneses e brasileiros.
 - *A música é especialmente eficaz para a promoção da cultura brasileira no Japão, tendo em vista a notável admiração e disseminação da "Bossa Nova" entre o público japonês.*
- Dar continuidade à parceria entre a Embaixada do Brasil em Tóquio e a "Japan House São Paulo".
 - *Desdobramento mutuamente positivo para a agenda cultural bilateral foi o estabelecimento, em 2017, da "Japan House São Paulo". A iniciativa do governo nipônico tem contribuído para a intensificação do intercâmbio cultural entre os países e para ressaltar o trabalho de artistas nipo-brasileiros. Juntamente com São Paulo, apenas Londres e Los Angeles abrigam uma "Japan House". Entre as três cidades, o projeto no Brasil foi o mais bem sucedido, alcançando, já em 2018, a marca de 1 milhão de visitantes. A Embaixada do Brasil em Tóquio tem realizado atividades em conjunto com a "Japan House" visando à aproximação cultural entre Brasil e Japão.*

▪ *Saúde*

- Manter interlocução com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA, na sigla em inglês), visando a prestar apoio à implementação do "Projeto para o aprimoramento da capacidade institucional no combate à COVID-19", bem como prospectar outras oportunidades de cooperação.
 - *Há potencial de cooperação técnica entre Brasil e Japão na área da saúde. Em 2021, foi aprovado pela JICA o "Projeto para o aprimoramento da capacidade institucional no combate à COVID-19", que envolve a FIOCRUZ e o Laboratório de Imunopatologias Keizo Asami, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O projeto visa à prevenção, diagnóstico, tratamento e produção de insumos relativos à pandemia da COVID-19.*
- Manter diálogo com representantes do governo japonês para a concertação de posições em foros multilaterais, em especial no âmbito da OMS, sobre o combate à pandemia de COVID-19 e outros temas de saúde de interesse mútuo.
 - *No contexto da pandemia, o Japão tem-se engajado construtivamente em relação à Organização Mundial de Saúde (OMS). Destacam-se os*

anúncios feitos na última Assembleia Mundial da Saúde da OMS em relação à contribuição de US\$ 272 mi para a estratégia global contra a COVID-19. Desse valor, 2,7 milhões serão para iniciativas em 9 países da América Latina e Caribe, incluindo Brasil. O Japão co-sediou com a Aliança para a Vacina (Gavi), em 2/6, o "COVAX AMC Summit", conferência "online" de doadores da iniciativa, voltada para o acesso equitativo a vacinas contra o novo coronavírus por países em desenvolvimento. Na ocasião, foi oficializada doação japonesa adicional de US\$ 800 milhões – maior aporte anunciado no encontro, que se soma aos US\$ 200 milhões contribuídos anteriormente pelo país.

▪ **Defesa:**

- Seguir prestando apoio ao intercâmbio de autoridades militares e oficiais entre os dois países, de modo a favorecer a aproximação e troca de experiências entre as Forças Armadas do Brasil e as Forças de Autodefesa do Japão.
 - *A criação, em 2014, da Adidância de Defesa do Japão em Brasília abriu novas possibilidades de entendimento na área de defesa: trata-se da primeira Adidância Militar do Japão na América Latina e representa o reconhecimento das credenciais e capacidade de interlocução do Brasil em diversos temas de defesa que interessam ao Japão, como operações de paz, defesa cibernética e indústria de defesa. O Brasil mantém, desde 1904, adido militar em Tóquio. Houve, igualmente, ao longo dos últimos anos, diversas trocas de visitas de autoridades dos dois países. O então comandante do Exército Brasileiro (EB), General Edson Leal Pujol, visitou o Japão em 2019. Antes disso, em 2018, o então Vice-Ministro de Estado da Defesa do Japão, Tomohiro Yamamoto, visitou o Brasil.*
- Manter constante interlocução com autoridades e instituições japonesas, visando à implementação do Memorando sobre Cooperação e Intercâmbios em Matéria de Defesa e à prospecção de novas oportunidades de cooperação na área de defesa.
 - *Em dezembro de 2020, os ministros de defesa assinaram, em reunião virtual, o referido Memorando. O instrumento trata (a) de visitas recíprocas de autoridades; (b) do compartilhamento de perspectivas sobre políticas de defesa e segurança, missões de paz e conjuntura internacional; (c) da participação em cursos, seminários e conferências promovidos pelas partes; e (d) da cooperação em outros temas de defesa.*
- Manter crescente interlocução, com autoridades locais, na área de segurança cibernética, visando à crescente coordenação em foros multilaterais.
 - *A área de segurança cibernética é campo profícuo para a cooperação entre Brasil e Japão. No âmbito multilateral, ambos os países atuaram ativamente nas discussões acerca do tema na ONU, apresentando posições convergentes sobre vários pontos, notadamente o reconhecimento da aplicação do Direito Internacional ao ciberespaço, a importância da implementação de medidas de transparência e de construção de confiança, assim como necessidade de ações de cooperação para construção de capacidades, visando à resiliência dos sistemas digitais.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para aproximação das comunidades acadêmicas dos dois países;
- Número de delegações de estudantes e pesquisadores dos dois países que realizam visitas de estudos;
- Número de projetos de pesquisa científica envolvendo investigadores dos dois países;
- Número de encontros acadêmicos, organizados pela embaixada ou com sua participação, entre estudantes brasileiros e japoneses;
- Número de festivais, programas de rádio, concertos e interpretações de músicas brasileiras, por parte de artistas japoneses e brasileiros, organizados pela embaixada ou com sua participação;
- Número de atividades de promoção cultural realizadas em parceria com a “Japan House”, visando à aproximação cultural entre Brasil e Japão;
- Número de visitas de delegações militares de parte a parte, com apoio da embaixada;
- Número de reuniões com representantes de universidades e de outros órgãos governamentais a fim de propiciar oportunidades de intercâmbio educacional no Japão para estudantes e pesquisadores brasileiros;
- Número de reuniões com representantes de universidades e de outros órgãos governamentais a fim de promover o aumento do fluxo de estudantes e pesquisadores japoneses para o Brasil;
- Número de reuniões com representantes do governo e instituições japonesas com vistas a prospectar oportunidades de cooperação cultural;
- Número de reuniões com representantes do governo japonês com vistas à concertação de posições em foros multilaterais, em especial no âmbito da OMS, sobre o combate à pandemia de COVID-19 e outros temas de saúde de interesse mútuo;
- Número de reuniões com representantes do governo japonês e instituições locais com vistas à implementação do Memorando sobre Cooperação e Intercâmbios em Matéria de Defesa e à prospecção de novas oportunidades de cooperação na área de defesa;
- Número de reuniões com representantes do governo japonês e instituições locais com vistas à concertação de posições em foros multilaterais sobre segurança cibernética.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Manter monitoramento e produzir análises a respeito do ecossistema de inovação japonês, no âmbito da Sociedade 5.0, buscando identificar boas práticas que possam ser incorporadas pelo Brasil, assim como estimular o intercâmbio e troca de informações entre formuladores brasileiros e japoneses de política econômica e social.
 - *Acompanha-se a implementação, pelo governo japonês, do conceito de Sociedade 5.0, por meio do qual se busca não apenas incentivar a*

robotização e digitalização do setor produtivo, mas também assumir a liderança na transformação da “sociedade da informação” para a “sociedade superinteligente”, de modo a enfrentar desafios como envelhecimento populacional, carência de mão de obra, baixo crescimento econômico, mudança do clima, poluição, terrorismo, etc.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de relatórios a respeito do ecossistema de inovação japonês no âmbito da Sociedade 5.0;
- Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito do desenvolvimento socioeconômico local;
- Número de encontros (presenciais ou virtuais) entre atores dos dois países para a troca de experiências.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior.

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Intensificar os contatos com as autoridades locais, inclusive governadores de províncias e prefeitos de cidades com grandes concentrações de brasileiros, para apresentar as demandas da nossa comunidade no Japão e buscar soluções que permitam a superação dos desafios ora enfrentados para sua plena integração à realidade local.
 - *O vínculo humano é o principal elemento diferenciador das relações nipo-brasileiras. O Japão abriga a 5ª maior comunidade de brasileiros no exterior (cerca de 206 mil nacionais), depois das comunidades nos EUA, Portugal, Paraguai e Reino Unido. Os brasileiros têm contribuído para o dinamismo da economia japonesa com sua força de trabalho em contexto de crônica escassez de mão-de-obra. Muitos não têm perspectiva de regresso ao Brasil, pois adquiriram casa própria no Japão e constituíram família. A comunidade brasileira enfrenta desafios para integrar-se à sociedade japonesa, entre quais sobressaem a questão educacional e a evasão escolar; o ingresso no Ensino Superior e Profissionalizante; e o envelhecimento da comunidade, com efeitos nas áreas de saúde e previdência social.*
- Realizar gestões junto às autoridades locais para avançar em temas como a) coleta e compartilhamento de dados sobre crianças brasileiras em escolas japonesas (tais como taxas de evasão, progressão escolar e ingresso no nível superior); b) extensão da obrigatoriedade de ensino para crianças brasileiras; c) maior reforço do ensino da língua japonesa nas escolas públicas para brasileiros; d) campanhas para evitar a evasão e ampliar a inclusão de nossas crianças; e) incentivo ao ingresso no ensino universitário e técnico.
 - *Há mais de 44 mil crianças e jovens brasileiros no Japão (até 18 anos), com mais de 34 mil em idade escolar. Entre os jovens nascidos no Japão, parcela significativa jamais esteve no Brasil e fala pouco o português, apesar de serem exclusivamente nacionais brasileiros. Por não considerar a educação obrigatória para estrangeiros, a legislação local*

deixa nossos nacionais à margem de parte da rede de proteção dos direitos à educação de que desfrutam as crianças japonesas.

- Negociar, junto às autoridades competentes do governo japonês, a assinatura de Memorando de Entendimento na área de educação, abarcando os pontos acima mencionados.
- Realizar gestões junto a autoridades japonesas em favor da retomada das reuniões do Foro Consular Brasil-Japão, ainda que em formato virtual, para tratar mais detidamente da agenda de inserção da comunidade brasileira no país. A última reunião foi em março de 2018, em Brasília.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões do Foro Consular Brasil-Japão;
- Número de reuniões com representantes do governo japonês e instituições locais com vistas à plena integração da comunidade brasileira à sociedade japonesa;
- Número de reuniões com representantes do governo japonês e instituições locais com vistas à superação das barreiras linguísticas e educacionais ora enfrentadas pelas crianças e jovens brasileiros que residem no Japão.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 85, de 2021 (nº 636/2021, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.*

Relator: Senador **CARLOS VIANA**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Japão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.



SF/22008.56966-87

O indicado é filho de Marcos Henrique Camillo Côrtes e Vera Dias Garcia Côrtes. Nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 13 de dezembro de 1959. Concluiu em 1984 o curso de Engenharia Elétrica na Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ. Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1986, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheiro em 2003; a Ministro de Segunda Classe em 2008; e a Ministro de Primeira Classe em 2017, sempre por merecimento. Em 2008, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada “A política externa do governo Sarney: o início de reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia”.

Entre as funções desempenhadas destacam-se: assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2000/03); assessor de Relações Internacionais da Presidência do Senado (2003/05); assessor especial de ex-Presidente da República (2005); Conselheiro na Embaixada em La Paz (2005/08); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Tóquio (2008/11); chefe de Gabinete do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2011/14); encarregado de negócios em missão transitória nas embaixadas em Amã (2014) e Bagdá (2014/15); embaixador do Brasil na Etiópia (2015/18) e na Bolívia (2018 até o momento).

Para além disso, o diplomata indicado foi agraciado com distintas condecoração ao longo da carreira.

Além do currículo, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Japão, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Localizado no extremo leste da Ásia, o Japão conta com território de aproximadamente 378 mil km² (equivalente ao Mato Grosso do Sul) e uma população de cerca de 126 milhões de habitantes (11^a população do mundo). O país tem a terceira maior economia do mundo e a segunda maior da Ásia, após a da China. Some-se a isso o fato de que os japoneses ocupam a 19^a posição (entre 188 países) no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas.

O estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão se deu em 1895 com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que permitiu a abertura recíproca de representações



diplomáticas em 1897 e abriu caminho para o início da imigração japonesa, em 1908.

A despeito da distância geográfica, a dimensão humana aproxima hoje, de forma singular, os dois países. O Brasil abriga a maior comunidade de descendentes de japoneses no exterior (cerca de 1,9 milhão); e o Japão, a terceira maior comunidade brasileira fora do País, estimada em cerca de 206 mil brasileiros (junho/2021). Segundo dados do governo japonês esse contingente humano constitui a quinta maior comunidade estrangeira, atrás da chinesa, sul-coreana, vietnamita e filipina.

Para atender nossos nacionais, o Brasil mantém Consulados-Gerais em Tóquio, Nagóia e Hamamatsu. O Japão, por sua vez, tem consulados em Belém, Curitiba, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, além do setor consular da Embaixada em Brasília.

O Japão é um dos principais parceiros do Brasil na Ásia. Desde 2014, os dois países mantêm Parceria Estratégica e Global, marcada pelos tradicionais laços humanos, pelo interesse do Brasil em aprofundar a cooperação em Ciência e Tecnologia e Inovação (CT&I), pela importância dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos, bem como pela coordenação em temas globais.

O relacionamento bilateral foi, nas últimas décadas, de especial relevância em pelo menos dois aspectos econômicos: o fortalecimento do complexo minerador de ferro no Brasil, a partir dos anos 1950, e a evolução tecnológica que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura tropical no Cerrado, em particular da soja, a partir da década de 1970 (com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER).

O Japão é, na Ásia, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. Por sua vez, o Brasil é o principal parceiro comercial do Japão na América Latina e ocupa posição de relevo como fornecedor de minério de ferro e produtos alimentícios ao país.

O intercâmbio comercial Brasil-Japão tem sido, com raras exceções, superavitário para o Brasil. O país ocupou o sexto lugar nas exportações brasileiras em 2020. Os principais produtos da nossa pauta são minério de ferro, milho, frango “in natura”, café em grão não torrado, alumínio, ferro-ligas, soja em grão, farelo de soja, celulose e sucos de frutas. Importamos sobretudo plataformas flutuantes e embarcações, autopeças,



compostos químicos, instrumentos de medição e controle, automóveis, motores a pistão, máquinas e aparelhos elétricos.

Somos o segundo parceiro comercial japonês na América Latina (atrás do México) e o 25º no mundo. Ocupamos, ainda, a posição de primeiro fornecedor de bens na América Latina e 20º no mundo. Representamos, por igual, o terceiro mercado comprador de produtos nipônicos em nossa região (atrás do México e do Panamá). Para além disso, o Japão é o sexto maior investidor no Brasil com estoque de cerca de US\$ 25 bilhões.

Recorde-se, por fim, no âmbito do Congresso Nacional, a existência de dois grupos parlamentares dedicados ao Japão: o Grupo Parlamentar Brasil-Japão, criado em 1994, e a Frente Parlamentar Brasil-Japão, lançada em 2015, ambos presididos pelo deputado Luiz Nishimori (PR-PR).

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/22008.56966-87

8

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH

CPF: 179.176.971-34

ID: 6187 MRE

1958 Filho de Sérgio Fernando Guarischi Bath e Marisa Bath, nasce em 1º de fevereiro em Tóquio, Japão (brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1980	CPCD - IRBr
1988	CAD - IRBr
2002	CAE - IRBr, Crise e Transformação do Sistema Financeiro Internacional: o Papel do FMI e os Interesses Brasileiros

Cargos:

1981	Terceiro-secretário
1985	Segundo-secretário
1992	Primeiro-secretário, por merecimento
1998	Conselheiro, por merecimento
2003	Ministro de segunda classe, por merecimento
2009	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1981-84	Divisão de Energia e Recursos Minerais, assistente
1984-88	Missão junto à CEE, Bruxelas, terceiro-secretário
1988-91	Embaixada em Bogotá, segundo-secretário
1991-92	Divisão de Política Comercial, assessor
1992	Secretaria-Geral de Assuntos Econômicos, assessor
1992-96	Departamento de Política Comercial Internacional, coordenador-executivo substituto
1996-98	Departamento Econômico, assessor
1998-99	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor
1999-2003	Embaixada em Washington, conselheiro
2003-15	Ministério da Fazenda, assessor especial
2015-18	Secretaria de Controle Interno, secretário
2018-	Consulado-Geral em Sydney, cônsul-geral

Condecorações:

1998	Medalha do Mérito Santos Dummont, Brasília
2009	Ordem do Rio Branco, Brasília, Grande Oficial
2011	Medalha de Honra da Inconfidência, Ouro Preto
2013	Medalha Presidente Juscelino Kubitschek
2017	Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 64, DE 2021

(n° 578/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 578

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de novembro de 2021.

EM nº 00209/2021 MRE

Brasília, 22 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **MARCELO SOUZA DELLA NINA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 914/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 10 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa, o nome do Senhor SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 10/11/2021, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2999762** e o código CRC **F51AB39A** no site:



https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

515

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008286/2021-02

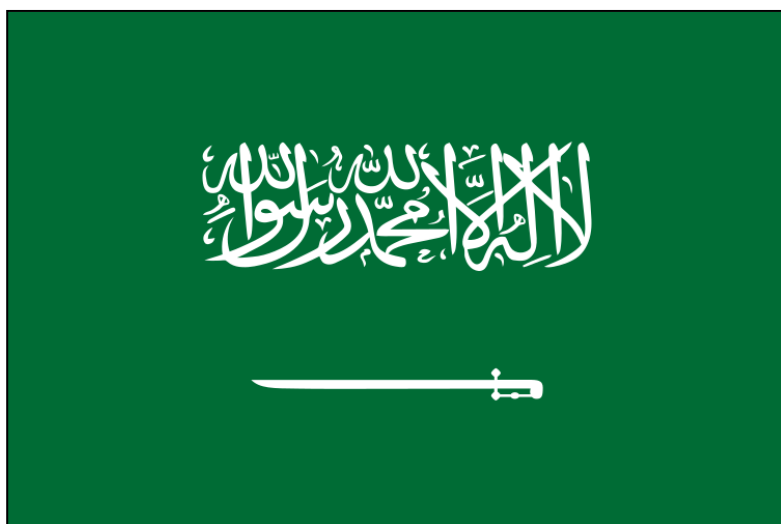
SEI nº 2999762

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NO ORIENTE MÉDIO,
EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO II**

ARÁBIA SAUDITA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
OUTUBRO DE 2021**

Sumário

<i>PERFIS BIOGRÁFICOS</i>	<i>5</i>
<i>REI DA ÁRABIA SAUDITA, SALMAN BIN ABDULAZIZ AL SAUD.....</i>	<i>5</i>
<i>PRÍNCIPE HEDEIRO DA ARÁBIA SAUDITA, MOHAMMED BIN SALMAN AL SAUD.....</i>	<i>5</i>
<i>MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ARÁBIA SAUDITA, FAISAL BIN FARHAN AL SAUD.....</i>	<i>5</i>
<i>DIÁLOGO POLÍTICO BILATERAL</i>	<i>6</i>
<i>RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS</i>	<i>6</i>
<i>RESTRIÇÕES SAUDITAS ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNES DE AVES.....</i>	<i>7</i>
<i>NOVAS FRENTES DE COOPERAÇÃO.....</i>	<i>8</i>
<i>POLÍTICA INTERNA DA ARÁBIA SAUDITA</i>	<i>9</i>
<i>POLÍTICA EXTERNA DA ARÁBIA SAUDITA.....</i>	<i>10</i>

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino da Arábia Saudita
CAPITAL:	Riade
ÁREA:	2.153.168 km ²
POPULAÇÃO:	33.203 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã (85% sunitas; 15% xiitas)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Majlis Ash-Shura (Assembleia Consultiva) – parlamento unicameral essencialmente consultiivo, composto por 150 membros, indicados pelo rei para exercer mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Rei e Primeiro-Ministro Salman bin Abdulaziz Al Saud
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Príncipe Faisal bin Farhan Al Saud
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 700 bilhões
PIB PER CAPITA:	US\$ 20.110
VARIAÇÃO DO PIB (2020):	-4,1% (Banco Mundial)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,854 (40ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	75,1
ALFABETIZAÇÃO (2015):	94,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017 est.):	11,8%
UNIDADE MONETÁRIA:	Riyal Saudita
EMBAIXADOR DO BRASIL EM RIADE:	Embaixador Marcelo Souza Della Nina

EMBAIXADOR DA ARÁBIA SAUDITA EM BRASÍLIA:	Embaixador Ali Abdullah Bahitham
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 650

Brasil → ARAB	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018	2019	2020
Corrente	1.567	2.543	3.186	3.550	6.569	6.032	4.656	4.539	4.418	4.335,9	3.414,4
Export.	672	1.203	1.478	1.952	3.476	2.838	2.750	2.657	2.100	2.036,1	1.886,9
Import.	894	1.339	1.708	1.597	3.093	3.194	1.906	1.882	2.318	2.299,8	1.527,5
Saldo	-221	-135	-230	355	383	-355	843	774	-218	-263,7	359,4

PERFIS BIOGRÁFICOS

REI DA ÁRABIA SAUDITA, SALMAN BIN ABDULAZIZ AL SAUD



Nascido em 1935, é o sexto filho do fundador da Arábia Saudita, Abdulaziz Al Saud, com sua esposa mais influente, Hussa Al Sudairi. Foi educado na “Escola dos Príncipes”, instituição criada para atender os filhos do fundador. Em 1954, aos 19 anos, foi designado vice-governador da província de Riade. Em 1963, assumiu o governo da província, cargo que ocupou durante 48 anos. Angariou reputação de líder e mediador dentro da família Al Saud.

Em 2011, foi indicado pelo então Rei Abdullah bin Abdulaziz para ocupar o Ministério da Defesa. Em 2012, foi nomeado príncipe-herdeiro. Assumiu o trono em 2015 aos 79 anos.

PRÍNCIPE HEDEIRO DA ARÁBIA SAUDITA, MOHAMMED BIN SALMAN AL SAUD



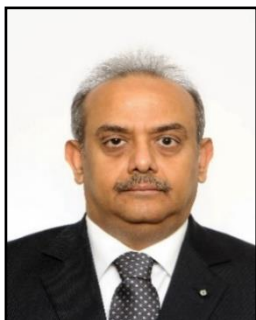
Nascido em 1985, é o filho mais velho do Rei Salman com sua terceira esposa. Formou-se em Direito pela Universidade Rei Saud. Dedicou-se a atividades filantrópicas até ser nomeado, em 2009, para o cargo de assessor pessoal de seu pai, que ainda exercia o Governo da Província de Riade. Em 2015, com a ascensão de seu pai ao trono, acumula os cargos de Primeiro Vice-Ministro da Defesa, Presidente do Conselho Econômico de Desenvolvimento, Presidente do Conselho de Assuntos Políticos e de Segurança. Em 2017, foi nomeado Príncipe Herdeiro. É, atualmente, a principal força política do país, com um acumulo de poderes inédito na história saudita.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ARÁBIA SAUDITA, FAISAL BIN FARHAN AL SAUD



Nasceu em 1974 na Alemanha, onde viveu parte de sua juventude. Graduou-se em Administração pela Universidade Rei Saud e atuou em empresas sauditas do setor aeroespacial e de defesa. Faisal é próximo do atual Príncipe Herdeiro, Mohammed bin Salman (MBS), de quem foi assessor antes de ingressar na carreira diplomática. De 2017 a 2019, serviu na embaixada saudita em Washington, assessorando o embaixador Khalid bin Salman, irmão de MBS. Antes de tornar-se Ministro dos Negócios Estrangeiros, em outubro de 2019, atuou brevemente como embaixador da Arábia Saudita na Alemanha, ajudando a recompor as relações bilaterais após longa crise diplomática.

EMBAIXADOR DA ARÁBIA SAUDITA NO BRASIL, ALI ABDULLAH BAHITHAM



Nascido em 1961, graduou-se em ciência política pela Universidade Rei Abdulaziz em 1986 e realizou mestrado na mesma área na Farleigh Dickinson University, em New Jersey, em 1999. Ingressou na carreira diplomática em 1990. Na chancelaria saudita, trabalhou em diversos departamentos, especialmente em temas relacionados a Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Humanitário. No exterior, serviu nas missões de seu país junto às Nações Unidas em Nova York e Genebra. Chefiou pela primeira vez uma missão diplomática no exterior.

DIÁLOGO POLÍTICO BILATERAL

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Arábia Saudita foram estabelecidas formalmente em 1968. Em 1973, o Brasil abriu embaixada em Jedá, e a Arábia Saudita abriu embaixada em Brasília. Em 1986, no contexto da transferência da capital saudita para Riade, a representação diplomática brasileira foi transferida para aquela cidade.

Tradicionalmente voltada para o Oriente Médio e para o eixo EUA-Europa, a diplomacia saudita tem buscado diversificar suas parcerias, sendo o Brasil seu principal parceiro na América Latina.

Em junho de 2019, o Senhor Presidente da República reuniu-se com o Príncipe Herdeiro Mohammed bin Salman em Osaka, Japão, à margem da reunião de Cúpula do G20.

Em outubro de 2019, o Senhor Presidente da República realizou visita oficial a Riade, acompanhado de missão empresarial, tendo sido recebido pelo rei Salman e pelo Príncipe Herdeiro e participado, como convidado de honra, do fórum econômico Future Investment Initiative. A visita presidencial de 2019 demonstrou o interesse recíproco na expansão da parceria econômica e na abertura de novas frentes de cooperação em áreas como Defesa, Segurança e Ciência e Tecnologia.

Ao longo de 2020, contatos telefônicos e por videoconferência entre os Chefes de Estado e os Chanceleres de ambos os países permitiram reiterar o comprometimento mútuo de dar seguimento à visita.

Outro importante aspecto da aproximação bilateral são as **relações parlamentares**. Em outubro de 2019, visitou o Brasil o Vice-Presidente do Conselho Consultivo saudita (Shura), Dr. Yahya bin Abdullah Al Samaan, acompanhado de delegação parlamentar saudita. Em novembro de 2019, foi reativado o Grupo Parlamentar Brasil – Arábia Saudita, que conta com 29 senadores e 32 deputados titulares, sob presidência do Senador Wellington Fagundes.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

Além dos aspectos políticos, a relação possui significativo aspecto econômico, cuja importância é crescente. A Arábia Saudita continua a ser o principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio (intercâmbio de US\$ 3,4 bilhões em 2020, o que representou variação negativa de 20% em relação a 2019). Em 2020, registrou-se

superávit brasileiro de US\$ 359 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil são carnes de aves (36% do total exportado), açúcares e melaços (20%), carne bovina fresca (8,4%) e milho não moído (7,0%). Os principais produtos importados foram óleos brutos de petróleo (61% do total importado), adubos ou fertilizantes químicos (20%) e outras matérias plásticas (7,4%).

Entre janeiro e setembro de 2021, o comércio bilateral vem exibindo forte recuperação, tendo sido registrada corrente bilateral de US\$ 3,57 bilhões (variação positiva de 41% em relação a 2020). Tal recuperação vem sendo, entretanto, puxada por maior aumento das importações (US\$ 2,04 bilhões, variação positiva de 82%) face às exportações (US\$ 1,53 bilhão, variação positiva de 8,3%). Nota-se que este aumento no montante das importações está sendo provocado, em grande parte, pela valorização dos preços do petróleo e de seus derivados.

Há grande potencial de expansão dos investimentos de parte a parte. Estima-se que, atualmente, os investimentos sauditas no Brasil se situem entre US\$ 3 e 4 bilhões de dólares, com destaque para os setores de agronegócio (participação de 33% no frigorífico Minerva) e químico (fábrica de plásticos e centro de pesquisa em São Paulo). A maior parte das operações de investimentos sauditas são, entretanto, realizadas por meio de parceiros locais e internacionais.

Do lado dos investimentos brasileiros na Arábia Saudita, destaca-se o estabelecimento, anunciado pela BRF, de unidade de produção de carne, com valor estimado de US\$ 120 milhões.

Arábia Saudita possui um dos maiores e mais ativos fundos soberanos do mundo, o Saudi Arabia Public Investment Fund (PIF), que controla US\$ 400 bilhões em ativos. Por ocasião da visita do Senhor Presidente da República em outubro de 2019, Brasil e Arábia Saudita firmaram “Declaração Conjunta sobre Parceria Estratégica de Investimentos entre Brasil e Arábia Saudita”, na qual o PIF se comprometeu em explorar oportunidades de investimento no Brasil em até US\$ 10 bilhões.

RESTRIÇÕES SAUDITAS ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNES DE AVES

O Brasil é, tradicionalmente, o **maior exportador de carne de aves** para a Arábia Saudita. Em 2017, as exportações brasileiras de carnes de aves para a Arábia Saudita totalizaram US\$ 1,35 bilhão e representaram 49% das exportações brasileiras àquele país. Em 2020, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 688 milhões, queda de 50% em relação a 2015, e representaram 36% do total exportado pelo Brasil.

Em termos de volume, as exportações de carne de frango do Brasil atingiram seu volume máximo de 789 mil toneladas em 2015, tendo retrocedido para 467 mil toneladas em 2020 (volume 40,75% inferior ao exportado em 2015).

Desde 2018, a Arábia Saudita passou a impor crescentes restrições às exportações brasileiras de carnes de aves, com o intuito aparente de favorecer a produção local. Dentre essas medidas, destacam-se a proibição da insensibilização pré-abate com choque elétrico (janeiro de 2018), a redução do prazo de validade (“shelf life”) das carnes de aves congeladas e, principalmente, a redução do número de estabelecimentos brasileiros aptos a exportar para o país (janeiro de 2019, março de 2020, maio de 2021).

Estima-se que a última rodada de suspensão de estabelecimentos em maio de 2021 tenha impacto sobre mais de 60% das exportações do Brasil para o país.

O Ministério das Relações Exteriores vem buscando tratar da questão bilateral e multilateralmente. No plano bilateral, têm-se realizado videoconferências entre as partes responsáveis pelo tema do lado brasileiro e a Saudi Food and Drug Administration (SFDA). No âmbito multilateral, o Brasil tem levado a questão aos foros multilaterais competentes, como o Conselho Geral da OMC e o Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio.

NOVAS FRENTES DE COOPERAÇÃO

Em abril de 2016, o governo saudita anunciou o plano “Visão 2030”, estratégia de desenvolvimento e de diversificação da economia saudita, historicamente dependente do setor de hidrocarbonetos. Nesse sentido, abrem-se possibilidades de cooperação em setores prioritários no planejamento saudita, como Defesa e Ciência, Tecnologia e Inovação, e áreas relacionadas às relações diretas entre as sociedades.

Na área de **Defesa**, destaca-se a grande importância atribuída pela Arábia Saudita ao tema, representada pelo orçamento militar do país, o quinto maior do mundo, com, aproximadamente, US\$ 57 bilhões ou 8,4% do Produto Interno Bruto. O país destaca-se, também, como o maior importador global de produtos de Defesa, representando, no quinquênio 2016-2020, 11% do total do comércio global de armamentos. O mercado importador saudita é amplamente dominado pelos Estados Unidos, responsável por 79% das aquisições do Reino.

Sobre as relações bilaterais na área, destaca-se o programa de treinamento de cadetes sauditas no Brasil. Após concluírem curso de português no Centro de Idiomas do Exército (CIDEx), turma de 3 a 4 cadetes sauditas ingressam no curso de formação de quatro anos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Turmas de cadetes sauditas ingressaram no CIDEX em 2018 e 2019. Em 2020, o ingresso de nova turma foi suspenso em razão da pandemia de COVID-19.

Em relação a produtos de Defesa, destaca-se que o Brasil vem empreendendo forte estratégia de divulgação, com interação constante entre Ministérios da Defesa. Enfatiza-se nessa estratégia a construção de parceria para o desenvolvimento de produtos, agregando tecnologia às economias de ambos os países, transcendendo, assim, paradigma excessivamente comercialista.

Na área de **Ciência, Tecnologia e Inovação**, pode-se aproveitar a complementaridade entre as capacidades técnicas existentes no Brasil e a abundância de recursos na Arábia Saudita para a implementação de projetos de benefício mútuo. Foi assinado, em outubro de 2019, Acordo para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, que deverá ser o primeiro passo para a construção de relacionamento na área.

Por fim, há grande potencial de aprofundamento das **relações entre sociedades** (“people-to-people cooperation”). Nesse sentido, destaca-se a entrada em vigor de Acordo sobre Serviços Aéreos em fevereiro de 2021, o que possibilitará o estabelecimento de conexões diretas entre os países. Está em tramitação no Congresso Nacional, também, Acordo sobre a Concessão de Vistos de Visita para Cidadãos de Ambos os Países, que buscará facilitar os trâmites para a obtenção de vistos – embora não haja previsão de isenção de vistos no texto do acordo. Há, por fim, memorando de entendimento sobre Cooperação Cultural entre os Ministérios responsáveis pelo tema, que permitirá a elaboração de projetos estratégicos conjuntos.

POLÍTICA INTERNA DA ARÁBIA SAUDITA

A Arábia Saudita é um Estado monárquico unitário, fundado em 1932 pelo rei Abdulaziz Al Saud, que governou até 1953. As instituições sauditas são controladas diretamente pela extensa família Al Saud.

O Estado saudita segue, em suas atividades diárias, a interpretação restritiva do islã sunita adotada pela família real, normalmente denominada wahabita, decorrente da aliança estabelecida entre a família Saud e o fundador daquele movimento no século XVIII, o clérigo Mohammed bin Abd Al Wahhab. A relação de proximidade manteve-se até o presente: os descendentes de Al Wahhab – a família Al ash-Sheikh – lideram o estamento clerical saudita e são a segunda mais importante família na Arábia Saudita, ocupando também cargos governamentais, como a presidência do Conselho Consultivo.

A "Lei Básica de Governo", editada em 1992 por meio de decreto real, dá as diretrizes básicas de organização do Estado e da sociedade. A Lei Básica atribui ao Corão o papel de Constituição, sendo o livro sagrado observado de forma estrita pelo Judiciário, quando aplicável. O rei é, ao mesmo tempo, chefe de Estado e de governo, acumulando o título de primeiro-ministro. O Conselho de Ministros, criado em 1953, exerce funções executivas e discute proposições legislativas. Os ministros são indicados pelo rei, que pode vetar qualquer das decisões do Conselho dentro de um prazo de 30 dias.

O Majlis Ash-Shura (Conselho Consultivo) é um órgão unicameral essencialmente consultivo, criado em 1992 e composto por 150 membros (30 deles, mulheres), todos indicados pelo rei dentre lideranças e expoentes do meio religioso, acadêmico, político e de negócios. O Conselho é presidido desde 2009 por Abdullah ibn Muhammad Al ash-Sheikh, ministro da Justiça de 1992 a 2009.

O atual rei, Salman bin Abdulaziz Al Saud, foi coroado em 23 de janeiro de 2015, aos 79 anos de idade, após o falecimento do seu meio-irmão, Abdullah bin Abdulaziz Al Saud. Desde a morte do fundador, não houve mudança geracional na liderança do país: de 1953 até o presente, o trono tem sido ocupado sucessivamente em linha horizontal, por filhos de Abdulaziz Al Saud. Três meses após ascender ao trono, Salman nomeou como príncipe herdeiro seu sobrinho Mohammed bin Nayef Al Saud, e, como vice-príncipe herdeiro, seu filho Mohammed bin Salman Al Saud. Foi a primeira vez que netos de Abdulaziz Al Saud foram incluídos na linha sucessória. Dada a idade avançada do rei, boa parte da administração diária do Reino foi delegada aos dois príncipes.

Em 21/6/2017, Mohammed bin Nayef – que acumulava ainda os cargos de primeiro vice-primeiro-ministro, ministro do Interior e presidente do Conselho para Assuntos de Políticos e de Segurança – foi destituído de suas funções por decreto real. Mohammed bin Salman foi nomeado príncipe herdeiro e tornou-se a principal liderança política do país, tomando a frente da condução do dia-a-dia das políticas interna, externa e econômica do país (que já vinha influenciando decisivamente nos bastidores).

Muito popular entre os jovens sauditas (pessoas com até 29 anos de idade perfazem cerca de 60% da população do país e a taxa de desemprego na faixa de 15 a 29 anos é de cerca de 33%), o Príncipe Herdeiro impulsionou reformas culturais e sociais, que incluem o início da realização de apresentações musicais e concertos, a possibilidade de que mulheres compareçam a estádios de futebol (desde janeiro de 2018), a autorização para a abertura de salas de cinema (desde março de 2018) e, desde junho de 2018, a permissão para que mulheres conduzam automóveis. Essa abertura cultural faz parte do plano "Visão 2030" de desenvolvimento socioeconômico,

concebido por Mohammed bin Salman e que havia sido anunciado em abril de 2016, sob o argumento principal de que ajudará a impulsionar a economia saudita.

POLÍTICA EXTERNA DA ARÁBIA SAUDITA

A Arábia Saudita possui posição central no Oriente Médio e no mundo islâmico, por ser a sede das mesquitas sagradas de Meca e de Medina, e, como maior economia árabe, é ator incontornável no cenário político regional. Dessa forma, diálogo fluido com o país contribui para elevar o perfil da atuação do Brasil na região. Tradicionalmente, a política externa saudita volta-se para seu entorno regional e para o eixo Europa – EUA. Nos últimos anos, nota-se, todavia, tendência para a diversificação regional das parcerias, com ênfase em países emergentes. Nesse cenário, o Brasil desponta como importante parceiro potencial.

Na busca pelo exercício da **liderança regional**, a Arábia Saudita tem como vetor central de sua política externa a contraposição ao Irã, tido por ela como desestabilizador do mundo árabe. A rivalidade assume contornos sectários (sendo o Irã país de maioria xiita), mas se insere, sobretudo, na preocupação com a contenção de ameaças à legitimidade da família Al Saud, à visão religiosa wahabita e às instituições governamentais e religiosas sauditas. Assim, ademais de se contrapor à revolução xiita iraniana de 1979, a política externa saudita para o seu entorno regional consistentemente se opõe ao marxismo, ao liberalismo político tradicional, ao nacionalismo árabe de matiz nasserista, e, mais recentemente, aos movimentos surgidos no início da "primavera árabe".

A intensificação do antagonismo com o **Irã** vinha sendo uma das principais marcas do reinado de Salman bin Abdulaziz. Os dois países encontram-se em lados opostos de diversos temas regionais, desde os conflitos na Síria e no Iêmen até o cenário político no Bahrein, entre outros. As relações entre os países encontram-se rompidas desde 2016, por ocasião de crise diplomática gerada pela execução de clérigo xiita na Arábia Saudita. Há sinais, entretanto, de distensão entre os países. Desde abril de 2021, Irã e Arábia Saudita estariam mantendo encontros em Bagdá buscando superar as fontes de conflito do relacionamento bilateral. A última rodada de negociações teria ocorrido em setembro de 2021.

A Arábia Saudita possui sólida aliança, forjada ainda na década de 1940, com os **EUA**, que constituiria um dos alicerces da inserção internacional do país. O lado saudita percebe os EUA como potência responsável por garantir a estabilidade regional. A Arábia Saudita, por sua vez, estaria ajustando sua política externa, com a resolução da crise diplomática do Golfo e com a mudança de postura em relação ao conflito no Iêmen.

Autoridades israelenses têm sido elogiosas à política externa saudita e mencionado a possibilidade de cooperação em inteligência com o Reino. Existem rumores no sentido de negociações para o estabelecimento de relações bilaterais entre Israel e Arábia Saudita.

No contexto da diversificação de parcerias internacionais, a Arábia Saudita tem devotado atenção especial às relações com **Rússia** e **China**. Em relação a Rússia, destaca-se a intensificação das compras sauditas de produtos de defesa russos e a coordenação no âmbito do arranjo OPEP+ no mercado de petróleo. Com a China, nota-se a intensificação do relacionamento comercial, sendo a China o principal destino das exportações e a principal origem das importações sauditas.

O conflito no Iêmen iniciou-se em setembro de 2014, quando os houthis – milícia xiita do norte do Iêmen – tomaram a capital, Sanaa. Em março de 2015, a Arábia Saudita anunciou a formação de coalizão internacional para realizar operações militares no Iêmen, a pedido do governo iemenita. O Brasil reconhece, com respaldo na Resolução 2216 (2015), do CSNU, o Presidente Hadi como Chefe de Estado iemenita legítimo.

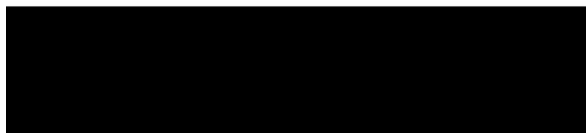
O Iêmen é a maior crise humanitária em curso, com 24 milhões de iemenitas (80% da população) necessitando de assistência humanitária e mais de 3,7 milhões de deslocados internos. Ataques na fronteira saudita pelas forças houthi aumentaram desde maio de 2020, quando uma trégua provocada pela pandemia do coronavírus expirou. No final de junho, mísseis atingiram Riade.

Outro contencioso – opondo a Arábia Saudita, os EAU, o Bahrein e o Egito (o "quarteto"), de um lado, e o **Catar**, de outro – deu lugar à crise diplomática no Golfo. Nas primeiras horas do dia 5 de junho de 2017, os países do quarteto anunciaram o rompimento de relações diplomáticas com o Catar alegando "ingerência de Doha nos assuntos internos" daqueles países, o "alinhamento político do Catar com o Irã" e o "apoio catariano a entidades extremistas e terroristas", exigindo, entre outras medidas, o fechamento da rede de televisão catariana Al Jazeera. O Catar nega as acusações e sustenta que as medidas do "quarteto" visavam ao controle de sua soberania e de sua "política externa independente".

Em 4/1/21, Catar e Arábia Saudita anunciaram a reabertura das fronteiras terrestres, aéreas e marítimas entre ambos. Em 5/1/21, foi realizada a 41ª Cúpula do Conselho de Cooperação do Golfo, em que se celebrou acordo para a retomada da "solidariedade entre os países do Golfo", também conhecida por Declaração de Al Ula. O texto do documento agradece os esforços do Kuwait e dos EUA para aproximar as partes e auxiliar na solução da controvérsia. Em 8/1/21, o Brasil saudou a decisão e congratulou Kuwait e EUA por sua mediação. A troca recíproca de embaixadores entre Catar e Arábia Saudita indica que, no curto prazo, o conflito parece estar superado.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NO ORIENTE
MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO II**

IÊMEN



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
OUTUBRO DE 2021**

Sumário

<i>DADOS BÁSICOS</i>	3
<i>RELAÇÕES BILATERAIS</i>	5
<i>CONFLITO NO IÊMEN</i>	5
<i>ECONOMIA DO IÊMEN</i>	6
<i>CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS</i>	8
<i>ACORDOS BILATERAIS</i>	9

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República do Iêmen
CAPITAL:	Sanaa
ÁREA:	527.968 km ²
POPULAÇÃO:	30,816 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã (xiitas 47%, sunitas 53%.)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista (modelo francês)
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral (Majlis)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Abdo Raboo Mansour Hadi
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Primeiro-ministro Maeen Abdulmalik Saeed
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018 – último dado disponível):	US\$ 23,48 bi
PIB PER CAPITA:	US\$ 824
VARIAÇÃO DO PIB (2018):	0,18% (Banco Mundial)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,470 (179ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	66,1
ALFABETIZAÇÃO (2015):	Dados não disponíveis
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020 est.):	13,4%
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial iemenita
EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO IÊMEN:	Embaixador Marcelo Souza Della Nina
EMBAIXADOR DO IÊMEN JUNTO AO BRASIL:	Sem embaixador designado.

BRASILEIROS NO PAÍS:

Não há notícia de brasileiro residente no Iêmen

Brasil → IÊMEN (US\$ milhões)	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Fluxo	180	162	366	308	467	215	516,4	404	250,86	330,7	365,0
Exp.	180	162	366	308	467	215	384,36	404	250,79	330,6	364
Imp.	0,03	0,12	0	0,01	0,01	0,25	132,04	0,02	0,07	0	0,03
Saldo	180	162	366	308	467	214	384,23	404	250,72	330,6	364

RELAÇÕES BILATERAIS

Antes de 1990, o Brasil manteve relações diplomáticas tanto com a República Árabe do Iêmen (a representação em Sanaa, criada pelo decreto presidencial n. 89.912, de 4 de julho de 1984, era cumulativa com a Embaixada do Brasil na Arábia Saudita), quanto com a República Democrática Popular do Iêmen (representação em Aden, criada pelo decreto n. 89.913, de 4 de julho de 1984, cumulativa com a Embaixada do Brasil no Kuwait).

Com a fusão das duas Repúblicas e a consequente criação da República do Iêmen, em maio de 1990, o Governo brasileiro manteve a Embaixada em Riade responsável pela representação junto a Sanaa. O Brasil não dispõe, pois, de Embaixada residente em Sanaa e tampouco de cônsules honorários naquele país.

Brasil e Iêmen possuem um acordo bilateral assinado: Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2014, que tramita no Congresso Nacional. O texto está pendente de aprovação no plenário da Câmara dos Deputados. A realização de projetos de cooperação técnica, possivelmente em cooperação trilateral com outros países da região, poderá ser caminho para a construção de relacionamento bilateral, assim que for superado o conflito e restabelecidas as condições de segurança no país.

Apesar do conflito armado, o comércio bilateral mantém-se relativamente estável, registrando, em 2019, corrente de US\$ 364,4 milhões, quase inteiramente composta por exportações de produtos agropecuários brasileiros, como açúcares e melações (58%) e carnes de aves e suas miudezas (37%).

CONFLITO NO IÊMEN

Insatisfeitas com os rumos da transição política liderada pelo Presidente Abdo Raboo Mansour Hadi após a “primavera árabe”, forças rebeldes houthis tomaram a capital, Sanaa, em setembro de 2014.

Em março de 2015, a Arábia Saudita anunciou a formação de coalizão internacional para realizar operações militares no Iêmen, a pedido do governo iemenita.

O Iêmen é a maior crise humanitária em curso. Estima-se que mais de 20,7 milhões de iemenitas (68% da população) necessitem de ajuda humanitária. Representantes do OCHA afirmam que todas as partes têm dificultado o acesso humanitário, mas os obstáculos impostos pelos houthis seriam especialmente graves.

Em dezembro de 2018, o então Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Iêmen (EESG), Martin Griffiths, logrou mediar um acordo, celebrado em Estocolmo, entre representantes do governo iemenita e dos houthis. Entre os principais pontos do Acordo de Estocolmo, constava o estabelecimento, por meio da resolução 2452 do CSNU, de missão política especial para monitorar o cessar-fogo de Hodeida (UNMHA), para a qual o Brasil concordou em desdobrar policiais e militares. Não há, no momento, observador militar brasileiro no Iêmen.

Somam-se ao conflito entre houthis e o governo do Iêmen as tensões entre o Conselho de Transição do Sul – grupo separatista estabelecido em 2017 – e o governo central. As tensões têm raízes ideológicas – rejeição de grupos locais e atores externos (principalmente, Emirados Árabes Unidos) ao braço local da Irmandade Muçulmana (Al Islah) e históricas – rivalidades entre tribos locais no sul do Iêmen.

Desde 2016, os houthis empreendem ataques missilísticos e de drones ao território saudita, tendo atingido, por vezes, a capital, Riade.

Em seu último briefing ao CSNU como EESG, Martin Griffiths destacou que a principal divergência entre as partes seria a insistência dos houthis em acordo preliminar sobre o aeroporto de Sanaa e o porto de Hodeidah antes da negociação de cessar-fogo e de processo de paz, enquanto o governo iemenita julga que todos esses tópicos devam ser negociados conjuntamente.

Em 2021, os houthis iniciaram ofensiva sobre Marib – último grande centro do norte do país não controlado pelo grupo. Teme-se que a continuação da ofensiva poderá reforçar a crença em uma solução militar.

Nos últimos meses, Omã parece ter se reengajado nas negociações de paz. Em junho de 2021, uma delegação omani visitou Sanaa pela primeira vez desde a eclosão do conflito, buscando persuadir os rebeldes houthis a se engajarem em negociações de paz. Os EUA também parecem redobrado seus esforços para a obtenção de cessar-fogo. Tim Lenderking, o Enviado Especial dos EUA para o Iêmen, realizou, em junho, missões à Arábia Saudita e ao Iêmen também com o intuito de negociar o fim do conflito.

Em 6/8/21, o diplomata sueco Hans Grundberg foi designado como EESG em substituição a Martin Griffiths. Grundberg ocupava, desde 2019, o posto de Embaixador da União Europeia no Iêmen.

O Brasil reconhece, com respaldo na Resolução 2216 (2015), do CSNU, o Presidente Hadi como Chefe de Estado iemenita legítimo. O Presidente Hadi permanece, na maior parte do tempo, em Riade, enquanto a maior parte dos Ministérios e órgãos do Governo se encontram na capital provisória de Aden.

Em setembro de 2021, o governo brasileiro anunciou a doação humanitária, por meio do Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, para apoiar a aquisição de insumos médico-hospitalares no Iêmen.

ECONOMIA DO IÊMEN

País de baixo PIB, populoso e republicano, o Iêmen constitui *avis rara* na Península Arábica, região fecunda em regimes monárquicos e detentores de abundantes jazidas de hidrocarbonetos.

No plano econômico, incluem-se entre os principais problemas que vinham afetando a economia iemenita mesmo antes da eclosão, em 2015, do conflito armado em curso no país: tensões políticas internas; controle insuficiente do governo sobre o conjunto do território; limitada capacidade administrativa; corrupção; inflação; desemprego; alto crescimento populacional (taxa de crescimento de 3,7%, das mais altas do mundo); e falta de confiança para investimentos.

Petróleo e agricultura são os dois suportes principais da economia do Iêmen. O petróleo responde por aproximadamente 80% dos ganhos com exportação e perto de 70% da receita do governo. Esta dependência deixa as contas externas e fiscais do Iêmen altamente vulneráveis às flutuações no preço internacional da *commodity*. No entanto, as reservas de hidrocarbonetos do país são, para os padrões do Golfo, relativamente limitadas, com a produção de petróleo iemenita tendo declinado para somente 150.000 barris por dia. O petróleo é encontrado no norte e no sul do país. Masila – até o presente, o maior campo de produção do país – está localizado no sul, enquanto Marib, o segundo maior, está no norte.

Enquanto o setor de petróleo domina a exportação do país, a agricultura é o suporte principal da economia interna, empregando a maioria da mão-de-obra local. O Banco Mundial estima que mais da metade da população economicamente ativa do Iêmen trabalhe nesse setor. Tal situação está, no entanto, ameaçada pelos altos níveis de

extração de água nas áreas rurais. Além disso, o aumento da demanda urbana por água tem seriamente ameaçado os aquíferos iemenitas nos recentes anos.

Segundo o Banco Mundial, 42% da população vivem ainda abaixo da linha da pobreza; o analfabetismo atinge 50% e estima-se que a taxa de desemprego real esteja acima de 30%.

À medida que a atual crise político-militar no país se aprofunda, as dificuldades econômicas (exemplificadas pelo declínio dramático da produção de petróleo dos últimos anos, em grande parte devido ao ataque contumaz de terroristas e rebeldes a infraestruturas críticas) se agravam e mesmo as tarefas mais básicas do Estado são de difícil realização, tais como manter a ordem e prover serviços básicos à população.

Com posição fiscal precária, lutando para reverter déficit de 7,7% do PIB, as autoridades recentemente estabeleceram uma série de medidas de austeridade.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1880	A corveta-encouraçada "Vital de Oliveira", então navio-escola da Marinha brasileira, visita o porto de Aden, à época colônia britânica, em escala da primeira viagem de circunavegação da Marinha brasileira (14-19 de abril).
1890	O cruzador "Almirante Barroso", então navio-escola da Marinha brasileira, visita o porto de Aden, então colônia britânica, em escala de viagem de circunavegação (5-8 de março).
1984	Em Nova York, à margem de encontro na ONU, o Brasil estabelece relações diplomáticas com a República Árabe do Iêmen e com a República Popular Democrática do Iêmen (7 de maio).
1984	Criada a embaixada do Brasil na República Árabe do Iêmen, cumulativa com embaixada em Jedá (Decreto n. 89.912, de 4/7/84). Criada a embaixada do Brasil na República Democrática Popular do Iêmen, cumulativa com embaixada na Cidade do Kuwait (Decreto n. 89.913, de 4/7/84).
1990	Fusão das duas Repúblicas na República do Iêmen (22 de maio). A embaixada do Brasil em Riade passa a acumular as funções de representação do Brasil na nova República do Iêmen.
2004	Início das negociações para a assinatura do acordo básico de cooperação técnica entre Brasil e Iêmen (novembro).
2005	Governo iemenita manifesta sua intenção de abrir missão diplomática em Brasília (abril).
2006	O então ministro iemenita da Água e do Meio Ambiente, Abdul Rahman Al-Eryani, participou da Conferência sobre a Diversidade Biológica em Curitiba (março).
2010	O embaixador Ahmed Ali Kalaz apresentou suas cartas credenciais ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qualidade de embaixador não-residente (cumulativo com Havana).

2012	O embaixador Fernando Abreu, na qualidade de diretor designado da ABC, participa, em Riade, da III Reunião Ministerial do agrupamento "Amigos do Iêmen", em representação do ministro das Relações Exteriores (23/5). O ministro iemenita da Água e do Meio Ambiente, Abdou Razaz Saleh, chefia a delegação de seu país à Conferência Rio+20 (20-24 de junho), no Rio de Janeiro. O Brasil participa do encontro ministerial do grupo "Amigos do Iêmen", em Nova York, em 27 de setembro. A ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, a iemenita Tawakkol Karman, é recebida em audiência pela então presidente Dilma Rousseff, em Brasília (7/11).
2013	O Brasil participa de novo encontro ministerial do mecanismo "Amigos do Iêmen", em Londres (março). O Diretor Geral de Transportes Aéreos do Iêmen, Mazen A. Ghanem, visita o Rio de Janeiro, acompanhado de delegação, para assinar acordo de serviços aéreos entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e sua contraparte iemenita (julho). Delegação iemenita participa, em Brasília, do Seminário Internacional de Políticas Públicas Sociais para o Desenvolvimento promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) (novembro).
2014	O Brasil participa de novo encontro ministerial do mecanismo "Amigos do Iêmen", em Londres (abril).

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Técnica	6/8/2014	Em tramitação no Congresso Nacional	

EMBAIXADA DO BRASIL EM RIADE**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR MARCELO DELLA NINA**

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (2019-2021):

I- VISITAS BILATERAIS

Relato, abaixo, as principais ações realizadas pela embaixada entre 2019-2021.

24-25/09/2021: visita do Secretário para Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, Marcos Rosas Degaut Pontes. Realizada em caráter de precursora da visita presidencial de outubro de 2019, a visita do Secretário Degaut explorou, com a parte saudita, possibilidades de desenvolvimento de aeronaves que atendessem à demanda das forças armadas locais. Estendeu, também, convite para que autoridades do Ministério da Defesa saudita visitassem o parque industrial de defesa do Brasil.

15-17/12/2019: visita da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, e comitiva governamental e empresarial. A visita foi motivada, principalmente, pela suspensão, em agosto de 2019, de planta de processamento de carne de aves da empresa brasileira BRF em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, que exporta 40% de sua produção para a Arábia Saudita, bem como de 4 SIFs no Brasil, em março do mesmo ano. Nos encontros mantidos com autoridades locais, a Ministra sublinhou a necessidade de se assegurar ambiente de negócios estável e previsível para a tomada de decisões dos investidores brasileiros, assim como de maior transparência no diálogo com o governo brasileiro sobre políticas públicas para o setor agrícola saudita. Ressaltou ainda o interesse brasileiro em exportar pescados, lácteos e açaí para o reino. O lado saudita manifestou interesse em investir no Brasil nos setores de carne de aves e grãos e na infraestrutura relacionada.

28-30/10/2019: visita do Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro à Arábia Saudita, acompanhado de comitiva. Na ocasião, manteve encontros com altas autoridades locais, entre os quais o rei Salman e o príncipe herdeiro e Ministro da Defesa, Mohammed Bin Salman, e com chefes de estado e de governo participantes da conferência "Future Investment Summit - FII". No total, entre instrumentos governamentais, empresariais e outros, foram assinados 12 acordos bilaterais. Ponto de destaque foi o anúncio, por parte do Fundo Soberano Saudita (PIF, na sigla em inglês), da intenção de realização de investimentos no Brasil de até USD 10 bilhões, conforme expresso na "Declaração Conjunta sobre Parceria Estratégica em investimentos", divulgada no dia 29/10 daquele ano. Outras possíveis áreas de interesse para cooperação bilateral mencionadas pelo príncipe foram as de defesa, mineração, combate ao terrorismo, petróleo e indústria petroquímica, agricultura/segurança alimentar e energias renováveis.

22-25/10/2021: visita do Ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque e comitiva à Arábia Saudita. Durante sua estada no país, o MME manteve encontro com seu homólogo e participou

dos fora "Saudi Green Initiative - SGI" e da "Middle East Green Initiative - MEGI". Em encontro no dia 22 com o homólogo saudita, príncipe Abdulaziz Bin Salman, o MME discutiu possibilidades de incremento do diálogo bilateral nos setores de energia e agenda climática, bem como compartilhamento de experiências e boas práticas na redução da emissão de gases geradores do efeito estufa.

18/11/2021: visita a Riade do presidente do BNDES, Gustavo Montezano, para participar de evento com representantes dos principais fundos e instituições financeiras, tanto públicos quanto privados, da Arábia Saudita. Compareceram ao evento os CEOs ou altos executivos das seguintes instituições: Public Investment Fund (PIF), Saudi Agricultural and Livestock Investment Co. (SALIC), SABB, Saudi Exim, HSBC KSA, Societe Generale, Riyadh Capital e Riyadh Bank. Também participou, pelo lado brasileiro, representantes do fundo Patria Investments, que já mantém relacionamento de investimentos conjuntos com o PIF. O evento promovido pelo Brasil teve por objetivo favorecer aproximação entre o BNDES e as principais instituições de investimento sauditas.

25/11/2021: visita ao Brasil do Ministro saudita dos Negócios Estrangeiros, Príncipe Faisal bin Farhan Al Saud. A embaixada coordenou-se estreitamente com a Chancelaria saudita para a realização da visita e produziu os subsídios e informações pertinentes.

II- SETOR POLÍTICO

2.A embaixada acompanhou os principais desdobramentos no campo político na Arábia Saudita e no Iêmen, produzindo relatórios e análises pertinentes. Apoiou, igualmente, a negociação e a assinatura de acordos bilaterais de cooperação nas áreas de vistos de visita, defesa, cultura, questões fitossanitárias, exportações/importações e de serviços aéreos. A embaixada apoiou, igualmente, as discussões em curso para promover a facilitação de investimentos e do comércio bilateral, e para a abertura de frentes inovadoras de cooperação bilateral, inclusive em ciência, tecnologia e inovação, educação, esportes e telecomunicações.

3. No que diz respeito à República do Iêmen, que a embaixada cobre em caráter cumulativo, a atividade esteve centrada no acompanhamento da progressiva deterioração da integridade territorial e institucional do país resultante do conflito iniciado em 2014. Um desenvolvimento importante nesse sentido foi a incorporação da embaixada, obtida já no início de minha gestão, no grupo informal de diplomatas ocidentais que se reúnem periodicamente nesta capital para intercambiar informações e discutir o conflito. Foram, assim, produzidas análises periódicas da crise iemenita e suas implicações em termos de segurança para a Arábia Saudita e para os países do Golfo em geral. No plano bilateral, a embaixada acompanhou duas doações financeiras efetuadas ao Iêmen pelo Brasil em 2020 e 2021, respectivamente, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), destinadas à compra de medicamentos e equipamentos para a pandemia de COVID-19.

III- SETOR ECONÔMICO-COMERCIAL

4. O SECOM da embaixada cumpriu sua função precípua de apoiar a promoção comercial de produtos brasileiros na Arábia Saudita e de produzir dados comerciais e econômicos sobre o reino. Nesse âmbito, atendeu e respondeu a mais de 850 consultas comerciais de empresas e entidades no Brasil e Arábia Saudita; realizou mais de 150 encontros de negócios, físicos e virtuais, com empresas e autoridades governamentais da Arábia Saudita e do Brasil; produziu estudos diversos, a saber: desempenho econômico da Arábia Saudita com base em dados históricos (10 anos) e trimestrais; inteligência comercial (comércio bilateral; exportações do agronegócio brasileiro para a Arábia Saudita; setores de defesa e segurança e farmacêutico sauditas) e inteligência de mercado (informações sobre produtos importados pela Arábia Saudita, e sobre empresas e feiras locais de interesse para exportadores brasileiros). Especial atenção foi dada a decisões das autoridades sauditas que pudessem impactar as exportações brasileiras de carne de frango e bovina.

5. Na área de investimentos, a embaixada manteve frequentes contatos (visitas físicas e reuniões remotas) com o Fundo de Investimento Público Saudita PIF, na esteira do anúncio da intenção de investir até USD 10 bilhões no Brasil. Nesse sentido, a embaixada organizou reuniões remotas entre o Fundo, o BNDES e outros agentes financeiros no Brasil. Também manteve contatos frequentes com a "Saudi Agricultural and Livestock Investment Company SALIC", fundo soberano que tem como missão investir no setor agrícola e que detém 34% de participação na empresa Minerva Brasil.

6. A embaixada produziu também boletins informativos sobre oportunidades de investimento no Brasil, periodicamente divulgados pelo Programa de Parcerias de Investimento (PPI) entre empresas, bancos e instituições financeiras sauditas. Na área do agronegócio, foram mantidas visitas, reuniões e contatos com a "Saudi Food and Drugs Authority SFDA", com o Ministério do Ambiente, Águas e Agricultura - MEWA e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre requisitos e certificados fitossanitários, com o fim de auxiliar empresas brasileiras a exportarem carne de aves e bovina, mel, pescados, gado vivo, equinos vivos, fertilizante orgânico e outros produtos para a Arábia Saudita. A indústria de defesa e segurança foi também objeto de atenção, tendo sido mantidas reuniões frequentes com contrapartes sauditas como o Ministério da Defesa, a "Saudi Arabian Military Industries SAMI", a "General Authority for Military Industries GAMI" e empresas privadas relevantes, de modo a apoiar os esforços do Ministério da Defesa do Brasil e empresas brasileiras do setor de ampliar a interlocução junto a atores relevantes na Arábia Saudita.

7. A embaixada buscou, igualmente, identificar oportunidades de parcerias e negócios nas áreas de serviços aéreos (possibilidade de se estabelecer linha aérea direta com o Brasil) e de saúde (possibilidade de instalação de indústria farmacêutica brasileira na Arábia Saudita), mineração e metais (reuniões de aproximação dos setores de mineração dos dois países).

SETOR CONSULAR

8. Para além das atividades de rotina relacionadas à prestação de serviços consulares a cidadãos brasileiros e à emissão de vistos para estrangeiros, o Setor Consular da embaixada viu-se, em 2020, diante do desafio de lidar com os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a comunidade brasileira residente no país, que enfrentava severas medidas de "lockdown", com fechamento das vias de comunicação terrestres e aéreas.

9. Resultado importante de tal esforço foi a organização, após intenso trabalho de coordenação com a Federação Saudita de Futebol (SAFF) e com representantes da comunidade de profissionais do futebol brasileiros na Arábia Saudita, de voo de repatriação para o Brasil sem qualquer ônus para o tesouro nacional. No voo, custeado por aquela Federação, embarcaram 138 pessoas entre profissionais do futebol e seus dependentes, mas também pessoas em trânsito, sem relação com o mundo do futebol, que se encontravam na Arábia Saudita a negócios ou turismo. Adicionalmente, a embaixada intermediou a emissão de salvocondutos de deslocamento dos viajantes entre suas cidades e os quatro aeroportos de embarque (Riade, Jeddah, Damman e Najran) com a Autoridade Geral de Aviação Civil (GACA) e com a empresa aérea Saudia Airlines.

IV- SETOR CULTURAL

10. A pandemia de Covid-19 não permitiu maiores iniciativas culturais brasileiras na Arábia Saudita entre 2019-2021. A registrar-se a participação da embaixada o evento "Screening of Films 2019", organizado pela Embaixada da Índia, em Riade, em seu auditório. No dia 8 de dezembro de 2019, foi exibido, para convidados especiais, um filme brasileiro.

V- TEMAS ADMINISTRATIVOS

11. A principal dificuldade encontrada para o desenvolvimento das atividades da embaixada, tanto no plano substantivo como no consular e administrativo, foi a carência de pessoal diplomático no posto, circunstância que se terá estendido desde o início até praticamente o fim de minha gestão.

12. Nesse contexto, busquei privilegiar as atividades e análises voltadas ao fortalecimento do relacionamento bilateral, em particular no âmbito econômico comercial e financeiro, tendo em conta a importância da Arábia Saudita como parceiro comercial do Brasil e seu potencial como investidor na economia brasileira.

13. Felizmente, foi possível reforçar o quadro de funcionários locais da Embaixada. Inicialmente, foram abertas três novas vagas para pessoal local. com grande satisfação que termino meu período à frente da embaixada em Riade deixando o posto com a lotação diplomática completa (chefe do posto, ministro-conselheiro e três secretários), além de uma assistente de chancelaria.

14. Certamente, a pandemia de COVID-19 constituiu grande desafio para a continuidade dos trabalhos da embaixada nos anos de 2020-2021. Nesse período, as rotinas do posto foram progressivamente adaptadas, com êxito, aos recursos tecnológicos de comunicação remota. Muitos dos eventos e reuniões promovidos pela embaixada ocorreram por videoconferência, a ponto de estas se tornarem recurso rotineiro, mesmo após a parcial retomada da vida normal na Arábia Saudita no segundo semestre de 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM RIADE

Candidato: EMBAIXADOR SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Sérgio Eugênio de Rísios Bath**

Nascido em Tóquio, Japão, em 1 de fevereiro de 1958, o Embaixador Sérgio Eugênio de Rísios Bath cursou três anos de engenharia elétrica na Universidade de Brasília (UnB) antes de ingressar no Instituto Rio Branco em 1980. No Brasil, trabalhou como assessor da Divisão de Energia e Recursos Minerais (1982), chefe de gabinete do Departamento Econômico (1983 a 1984), chefe interino da Divisão de Política Comercial (1991) e assessor da Secretaria-Geral de Assuntos Econômicos (1992). Foi também coordenador-executivo do Departamento de Política Comercial Internacional (1992 a 1995) e do Departamento Econômico (1996 a 1997), bem como assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (1998). Foi ainda assessor especial e chefe da assessoria especial do Ministro da Fazenda (2003 a 2014) e Secretário de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores (2015 a 2018).

No exterior, o Embaixador Sérgio Eugênio de Rísios Bath serviu na missão do Brasil junto à Comunidade Européia (1984 a 1988) e nas embaixadas do Brasil em Bogotá (1988 a 1991) e Washington (1998 a 2003), onde chefiou o setor econômico e financeiro. Desde 2018, é cônsul-geral do Brasil em Sydney.

O embaixador Sérgio Eugênio de Rísios Bath adquiriu, ao longo de sua carreira, experiência em temas econômicos, comerciais e financeiros internacionais. A confirmação de sua indicação para a embaixada em Riade em muito contribuiria para o adensamento das relações com o Reino da Arábia Saudita, sobretudo em pautas consideradas prioritárias para o Governo brasileiro, como a parceria estratégica para investimentos, o aumento da presença comercial brasileira no mercado saudita e a cooperação bilateral nos setores de indústria e serviços de defesa, agricultura, energia, mineração, ciência, tecnologia e inovação, entre outros. Da mesma forma, existe expressivo potencial no tocante às relações com a República do Iêmen, sobretudo no campo comercial e de cooperação bilateral, o que poderá vir a ser explorado quando as condições naquele país permitirem.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma embaixada que promove, de forma integrada e com visão global, as relações do Brasil com a Arábia Saudita e com o Iêmen, em todos os âmbitos e níveis, prestando contas ao governo brasileiro e esclarecendo os entes federados interessados e a opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações Brasil-Arábia Saudita e Brasil-Iêmen, inclusive sobre sua incidência no âmbito regional e internacional; e um posto que representa, promove e defende os interesses brasileiros na Arábia Saudita e no Iêmen, almejando a maximização de benefícios concretos para o Brasil, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a Arábia Saudita e com o Iêmen, assim como fomentar a cooperação bilateral em todos os âmbitos e níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com a Arábia Saudita e com o Iêmen nos âmbitos bilateral e internacional, assim como a inserção econômica competitiva do Brasil nos mercados sauditas e iemenitas, com foco na prosperidade da sociedade brasileira e no desenvolvimento sustentável de ambos os países.
2. Desenvolver cooperação ampla e produtiva com a Arábia Saudita e o Iêmen em áreas de interesse comum.
3. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Arábia Saudita e no Iêmen, em especial mediante fomento da língua portuguesa e da cultura brasileira no país.
4. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com os governos sauditas e iemenitas.
5. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros na Arábia Saudita, prospectando oportunidades e apoiando as empresas e investidores brasileiros.
6. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros no Iêmen, dentro das limitações impostas pelo conflito que vive o país.
7. Promover oportunidades de investimento no Brasil com foco na atuação externa de empresas e fundos de capital sauditas.
8. Apoiar e desenvolver a diplomacia da inovação.
9. Promover o Brasil como destino turístico junto ao público saudita e iemenita.
10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do Posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e qualidade.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I – Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) **Apoiar tratativas de cooperação em matéria de saúde animal e vegetal com vistas à intensificação do comércio bilateral em matéria agrícola**
 - *Estreitamento dos contatos com os governos saudita e iemenita, bem como com associações de classe e empresários do setor.*

2) Promover maior abertura dos mercados saudita e iemenita aos produtos do Brasil

- *Apoiar o diálogo institucional entre as autoridades sanitárias e fitossanitárias de ambos os países, com vistas a não apenas ampliar a base de produtos agropecuários que podem ser exportados para a Arábia Saudita e para o Iêmen, como manter fluido o comércio nas linhas atuais;*
- *Apoiar iniciativas dos produtores e de associações setoriais brasileiras em atividades de promoção comercial na Arábia Saudita;*
- *Apoiar iniciativas dos produtores e de associações setoriais brasileiras em atividades de promoção comercial no Iêmen, dentro das limitações impostas pelo conflito que vive o país;*
- *Favorecer a participação de exportadores e associações de produtores brasileiros em feiras e eventos realizados na Arábia Saudita;*
- *Promover maior colaboração entre câmaras de comércio e associações homólogas entre Brasil e Arábia Saudita e entre Brasil e Iêmen; e*
- *Em relação especificamente às exportações de carne de aves, apoiar as discussões bilaterais e a atuação brasileira em foros multilaterais com vistas à normalização do comércio com a Arábia Saudita neste segmento.*

3) Facilitar entendimentos em nível técnico e político com vistas à convergência de posições em foros multilaterais de comércio, em particular na OMC

4) Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com a Arábia Saudita, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos

- *Apoiar o diálogo e as gestões em favor de temas de interesse do Brasil junto ao Public Investment Fund (PIF) e outras entidades públicas e privadas locais atuantes em matéria de investimento;*
- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*
- *Manter esforços de atualização do “Guia Como Exportar-Arábia Saudita”;*
- *Organizar eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado local;*
- *Estabelecer interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes na Arábia Saudita;*
- *Apoiar a realização de missões empresariais, de lado a lado;*
- *Realizar palestras dirigidas e promover o diálogo com setores produtivos brasileiros;*
- *Realizar palestras dirigidas e promover o diálogo com setores produtivos sauditas;*
- *Apoiar empresários e investidores interessados no mercado brasileiro;*
- *Apoiar empresários e investidores brasileiros interessados no mercado saudita;*
- *Apoiar investidores brasileiros em seu processo de instalação na Arábia Saudita (“after-care”);*

- *Articular, em particular, ações integradas com o escritório da Apex-Brasil para a África e Oriente Médio em Dubai;*
- *Desenvolver e aprofundar ações de promoção comercial e “matchmaking”, em parceria com entidades como as federações de indústrias estaduais e com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira; e*
- *Promover a participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas na Arábia Saudita, como a “BIG 5 Saudi”, a “SAUDI FRANCHISE EXPO”, a “WORLD DEFENSE SHOW”, “GLOBAL HEALTH EXHIBITION”, a “FOODEX SAUDI”, a “SAUDI AGRICULTURE” e a “The Saudi International AI & Cloud Tech Expo”.*

5) Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com o Iêmen, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos, dentro das limitações impostas pelo conflito que vive o país

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros;*
- *Organizar eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado local;*
- *Estabelecer interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes no Iêmen;*
- *Apoiar a realização de missões empresariais; e*
- *Articular ações integradas com o escritório da Apex-Brasil para o Oriente Médio e para o mercado do golfo em particular.*

6) Apoiar e incrementar os trabalhos da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira

- *Realizar ações de apoio e organizar eventos conjuntos com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, visando a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais do Brasil e da Arábia Saudita; e*
- *Envolver, sempre que cabível, a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira em ações de promoção comercial patrocinadas pelo Posto.*

7) Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira na Arábia Saudita

- *Apoiar a atuação das empresas brasileiras de defesa já presentes e atuantes no mercado local;*
- *Apoiar a realização de missões e eventos para promoção da indústria de defesa brasileira;*
- *Apoiar e acompanhar todas as tratativas bilaterais com o objetivo de aproximar a demanda saudita por produtos e serviços brasileiros de defesa;*
- *Promover o melhor conhecimento recíproco das bases industriais de defesa dos dois países; e*
- *Promover a participação brasileira na feira World Defense Show.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre a resolução das pendências sanitárias e fitossanitárias
- 2) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre eventual instrumento bilateral na área de saúde animal
- 3) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações com vistas à abertura do mercado saudita a produtos e serviços brasileiros
- 4) Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais e a atores relevantes, de atividades de inteligência e promoção comercial e de ações realizadas
- 5) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre temas econômico-comerciais
- 6) Número de missões e eventos de promoção da Base Industrial de Defesa brasileira
- 7) Valor de eventuais aquisições pelo governo saudita de produtos da indústria de defesa brasileira

II – Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Apoiar e fortalecer a relação bilateral com a Arábia Saudita por meio da intensificação de visitas oficiais de lado a lado**
 - *Apoiar a realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à Arábia Saudita e vice-versa;*
 - *Apoiar substantivamente e em questões de protocolo os trabalhos preparatórios à realização de reuniões bilaterais;*
 - *Apoiar contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e sauditas, em formato presencial ou virtual;*
 - *Apoiar visitas de autoridades brasileiras à Arábia Saudita e de autoridades sauditas ao Brasil, em diversos níveis e dos diferentes Poderes; e*
 - *Apoiar e defender o interesse brasileiro no âmbito de tratativas sobre a promoção de projetos de infraestrutura bilaterais.*
2. **Apoiar e fortalecer a relação bilateral com o Iêmen por meio da intensificação de visitas oficiais de lado a lado**
 - *Apoiar a realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao governo legítimo do Iêmen e vice-versa;*
 - *Apoiar substantivamente e em questões de protocolo os trabalhos preparatórios à realização de reuniões bilaterais;*
 - *Apoiar contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e iemenitas, em formato presencial ou virtual;*

- *Apoiar visitas de autoridades brasileiras ao governo legítimo do Iêmen e de autoridades iemenitas ao Brasil, em diversos níveis e dos diferentes Poderes; e*
- *Apoiar e defender o interesse brasileiro no âmbito de tratativas sobre a promoção de projetos de infraestrutura bilaterais.*

3. Administrar e ampliar onde possível a interlocução entre as duas Chancelarias

- *Manter canais regulares de diálogo e interação com os governos saudita e iemenita, por meio do Ministério das Relações Exteriores;*
- *Apoiar processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e a Arábia Saudita e entre Brasil e Iêmen, quando cabível; e*
- *Representar o Governo brasileiro em cerimônias oficiais, quando cabível.*

4. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa saudita e iemenita

- *Manter ativamente contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa local, nos níveis nacional, regional e local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro na Arábia Saudita e no Iêmen;*
- *Manter intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre as realidades saudita e iemenita nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, militar e de segurança;*
- *Produzir regularmente de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências das políticas internas e externas saudita e iemenita, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação à Arábia Saudita e em relação ao Iêmen; e*
- *Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas oriundas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou de outros órgãos públicos por ela encaminhados.*

5. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- *Identificar temas prioritários e apoiar a negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;*
- *Prover informações e análises sobre propostas dos governos saudita e iemenita para a abertura de negociação de acordos bilaterais; e*
- *Elaborar subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelos lados saudita e iemenita.*

6. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral

- *Apoiar visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e sauditas (Conselho Shura); e*
- *Apoiar visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e iemenitas.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões bilaterais realizadas por ano durante a gestão**
- 2) Número de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão**
- 3) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, formadores de opinião, etc.**
- 4) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão**
- 5) Número de acordos e instrumentos de cooperação técnica bilateral concluídos durante a gestão**

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais nos quais Brasil e Arábia Saudita e/ou Brasil e Iêmen sejam membros**
 - *Elaborar registro sistemático e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários da Arábia Saudita e do Iêmen na Organização Mundial do Comércio;*
 - *Elaborar registro sistemático e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Arábia Saudita e pelo Iêmen em foros multilaterais, como as Nações Unidas e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;*
 - *Estabelecer diálogo com representantes governamentais sauditas e iemenitas sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais; e*
 - *Realizar gestões e apoiar encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.*
- 2. Apoiar candidaturas brasileiras a organismos multilaterais que contam com a Arábia Saudita e com o Iêmen entre seus membros**

- *Realizar gestões para buscar o apoio dos governos saudita e iemenita a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões promovidas com autoridades sauditas sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo**
- 2) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais**
- 3) Índice de apoio saudita a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais/regionais**

IV – Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa do Brasil, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Ampliar a difusão da cultura brasileira junto às sociedades saudita e iemenita e diversificar as referências culturais brasileiras**
 - *Apoiar a inserção brasileira em outros festivais de cinema;*
 - *Promover eventos de fotografia, música e dança brasileira;*
 - *Apoiar festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;*
 - *Apoiar eventos de gastronomia brasileira;*
 - *Promover a literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com feiras internacionais realizadas no país;*
 - *Fomentar a produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
 - *Fomentar o conhecimento mais amplo da música brasileira; e*
 - *Desenvolver política atualizada de atuação nas redes sociais.*
- 2. Ampliar a interlocução entre o setor comercial e o cultural do Posto como vetor eficiente de promoção da marca Brasil, agregando valor aos produtos brasileiros**
- 3. Divulgar amplamente e realizar atividades relacionadas à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil**
 - *Promover eventos relativos à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil, com eventual apoio do setor privado*
- 4. Promover intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que a Arábia Saudita e o Iêmen tenham reconhecida tradição**
 - *Promover contatos entre profissionais e artistas brasileiros, sauditas e iemenitas;*
e
 - *Fomentar o intercâmbio cultural-artístico e organização de festivais bilaterais.*

5. Promover a indústria cultural e criativa brasileira

- *Diversificar as ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores sauditas, iemenitas e brasileiros; e*
- *Apoiar as iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira na Arábia Saudita e no Iêmen, a exemplo da produção de grandes eventos.*

6. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes sauditas

- *Promover o Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores, com o apoio da EMBRATUR;*
- *Promover a participação brasileira em grandes feiras de turismo na Arábia Saudita;*
- *Fortalecer o diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo na Arábia Saudita; e*
- *Apoiar iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejarem promover seu turismo receptivo junto ao mercado saudita.*

7. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público saudita

- *Realizar eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex-Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros**
- 2) Número de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 3) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 4) Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 5) Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa - Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a Apex-Brasil realizadas durante a gestão**

V – Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Promover a cooperação com a Arábia Saudita e com o governo legítimo do Iêmen na área do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental

- *Realizar reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
- *Promover a participação brasileira em eventos na Arábia Saudita ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades sauditas em eventos realizados no Brasil;*
- *Promover a participação brasileira em eventos no Iêmen ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades iemenitas em eventos realizados no Brasil, quando aplicável;*
- *Divulgar e difundir informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
- *Apoiar o diálogo entre especialistas e acadêmicos sauditas, iemenitas e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;*
- *Apoiar a aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
- *Apoiar a negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente; e*
- *Analisar os impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima na Arábia Saudita e no Iêmen.*

2. Promover o acercamento das posições sauditas, iemenitas e brasileiras em foros internacionais de meio ambiente

- *Realizar reuniões técnicas bilaterais para tratar de possibilidades de maior entendimento de posições de lado a lado em reuniões e negociações internacionais em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.*

3. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão

VI – Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e Arábia Saudita

- *Incentivar a cooperação com governo saudita para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I;*
- *Promover iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I; e*
- *Apoiar o diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet, software e biotecnologia, entre outras.*

2. Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I

3. Apoiar a aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial

- *Estabelecer diálogo com representantes da indústria de CT&I na Arábia Saudita, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas;*
- *Apoiar a realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
- *Promover a cooperação entre parques tecnológicos dos dois países; e*
- *Apoiar e promover startups brasileiras no mercado saudita.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema**
- 2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões**

VII - Cooperação em defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Incentivar a cooperação e a interlocução entre autoridades de defesa e forças policiais do Brasil, da Arábia Saudita e do Iêmen, quando aplicável**
- 2. Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa**
 - *Prestar apoio a processos de negociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e Arábia Saudita e entre Brasil e Iêmen.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de contatos com autoridades sauditas de defesa e de reuniões bilaterais em matéria de defesa e cooperação policial durante a gestão**
- 2) Número de contatos com autoridades de defesa locais, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de defesa, e ações de promoção de produtos de defesa durante a gestão**

VIII - Apoiar as comunidades brasileiras na Arábia Saudita e no Iêmen**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Desenvolver mapeamento da comunidade brasileira na Arábia Saudita**
- 2. Garantir a oferta de serviços de qualidade aos nacionais e estrangeiros que necessitem serviços consulares**
- 3. Buscar facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território saudita, em coordenação com o Conselho de Cidadãos mantido nessa jurisdição**
- 4. Promover o diálogo consular com a Chancelaria saudita, com vistas a solucionar eventuais problemas relativos a políticas migratória e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes do Conselho de Cidadãos na Arábia Saudita**
- 2) Número de reuniões com a Chancelaria saudita sobre os temas de interesse da comunidade brasileira residente no país**
- 3) Índice de satisfação dos serviços do posto pelos usuários dos serviços consulares**



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 64, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.*

Relator: Senador TASSO JEREISSATI

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor SÉRGIO EUGÊNIO DE RISIOS BATH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, na República do Iêmen.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.



SF/22945.09940-43



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado é filho de Sérgio Fernando Guarischi Bath e Marisa Bath, tendo nascido em 1º de fevereiro de 1958, em Tóquio, Japão (brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946).

Entrou na carreira diplomática em 1980, passou a ser Terceiro-secretário em 1981, Segundo-secretário em 1985, Primeiro-secretário em 1992, Conselheiro em 1998, Ministro de segunda classe em 2003 e Ministro de primeira classe em 2009. Concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2002, e teve aprovada tese intitulada “Crise e Transformação do Sistema Financeiro Internacional: o Papel do FMI e os Interesses Brasileiros”.

Na Secretaria de Estado, passou pela Divisão de Energia e Recursos Minerais, assistente (1981-84); Divisão de Política Comercial, assessor (1991-92); Secretaria-Geral de Assuntos Econômicos, assessor (1992); Departamento de Política Comercial Internacional, coordenador-executivo substituto (1992-96); Departamento Econômico, assessor (1996-98); Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor (1998-99); e Secretaria de Controle Interno, secretário (2015-18). Além disso, foi assessor especial do Ministério da Fazenda (2003-15).

No exterior, atuou na Missão junto à CEE, Bruxelas, terceiro-secretário (1984-88); Embaixada em Bogotá, segundo-secretário (1988-91); Embaixada em Washington, conselheiro (1999-2003); e Consulado-Geral em Sydney, cônsul-geral (2018 até o presente).

Por fim, destaca-se que recebeu várias condecorações, como a Medalha do Mérito Santos Dummont, Ordem do Rio Branco (Grande Oficial e Grã-Cruz), Medalha de Honra da Inconfidência e Medalha Presidente Juscelino Kubitschek.



SF/22945.09940-43



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Arábia Saudita e o Iêmen, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

O Reino da Arábia Saudita é uma monarquia islã sunita com parlamento unicameral que se caracteriza como Assembleia de caráter consultiva com cento e cinquenta membros, por mandato de quatro anos. Desde 2015, o rei é Salman Bin Abdulaziz Al Saud, seu filho, o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, goza de grande popularidade e tem promovido reformas no plano “Visão 2030”. Dentre essas, permitiu às mulheres comparecer a estádios de futebol e conduzir automóveis.

Há 650 brasileiros residentes na Arábia Saudita, que é a principal parceira comercial do Brasil no Oriente Médio. Em 2020, a corrente comercial pendeu para o Brasil em montante de US\$ 359 milhões, impulsionado pela exportação de aves, açúcares, carne bovina e milho, enquanto nossas importações concentram-se em óleos brutos de petróleo e adubos ou fertilizantes químicos e outras matérias plásticas.

O principal produto brasileiro exportado é a carne aviária, que tem sofrido várias restrições por parte da Arábia Saudita, havendo a redução do volume exportado ao longo dos últimos anos. O total exportado em 2020 (467 mil toneladas) é 40% menor ao exportado em 2015 (789 mil toneladas). Dentre as restrições, está a gradativa redução dos números de estabelecimentos brasileiros aptos a exportar.

Apesar desse dado, há outras áreas que poderiam ser exploradas, como a de Defesa, considerando que a Arábia Saudita é um grande importador, responsável no quinquênio 2016-2020 a 11% do total do comércio global de armamentos.

A República do Iêmen, por sua vez, conta com terras férteis, em contraste com o deserto que domina o restante da Península Arábica. Em 2014, na esteira da chamada “primavera árabe”, instalou-se, no Iêmen, crise seguido de conflito, após os houthis, milícia xiita do norte do Iêmen, ter



SF/22945.09940-43



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

tomado a capital, Sanaa. Estima-se que 80% da população necessite de auxílio humanitário, o que faz dessa situação a maior crise humanitária do mundo.

Além dos houthis, o Governo central ainda enfrenta a oposição de separatistas do Conselho de Transição do Sul. Hoje, o Governo oficial permanece a maior parte do tempo em Riade ou na capital provisória de Aden.

Apesar do conflito, o intercâmbio bilateral tem sido estável e totalizou US\$ 364,4 milhões em 2019. Dentre as exportações brasileiras para aquele país destacam-se produtos primários, sobretudo açúcares e melaços e carnes de aves e suas miudezas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/22945.09940-43

9

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL**

CPF: 881.783.236-72

1969 Nascido em Belo Horizonte, em 20 de setembro de 1969. Filho de Hans Jörg Klingl e Maria Ignez de Garcia Klingl.

Dados Acadêmicos:

1990 Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior, pelo Centro Universitário UNA, Belo Horizonte

1991 Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte

1995-96 CPCD - IRBr

2002 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2013 Curso de Altos Estudos – IRBr (com louvor: tese: A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil)

Cargos:

1996 Terceiro-secretário

2001 Segundo-secretário

2006 Primeiro-secretário, por merecimento

2010 Conselheiro, por merecimento

2015 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1996-97 Divisão de Ásia e Oceania I, assistente

1997-99 Assessoria de Comunicação Social, assessor

1998-02 Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, assessor

2003-06 Embaixada em Buenos Aires, segundo e primeiro-secretário

2006-09 Missão do Brasil junto à União Europeia, primeiro-secretário

2009-11 Embaixada do Brasil em La Paz, primeiro-secretário e conselheiro

2011-15 Presidência da República, assessor especial

2015-16 Secretário-Geral das Relações Exteriores, assessor

2016- Embaixada do Brasil em Berlim, ministro-conselheiro

Publicações:

2014 "A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil" - FUNAG

 "O Brasil e o Processo Decisório na União Européia". Cadernos de Política Exterior, Ano 1/ Nº 1 – Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, Brasília (pp. 173/193)

Condecorações:

Ordem do Rio Branco, Cavaleiro

Ordem do Rio Branco, Comendador

Ordem do Mérito, Oficial, Portugal

Ordem do Mérito da Defesa, Oficial, Brasil

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil

Medalha do Pacificador, Brasil

Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil

Medalha do Mérito Alvorada, Brasil

Medalha do Mérito Santos Dumond, Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 66, DE 2021

(n° 584/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 584

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de novembro de 2021.

EM nº 00235/2021 MRE

Brasília, 9 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Belarus, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **PAULO FERNANDO DIAS FERES**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 920/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 12 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, para conhecimento e providências cabíveis, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 12/11/2021, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3005383** e o código CRC **96A78214** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**BELARUS****INFORMAÇÃO OSTENSIVA****Novembro de 2021**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Belarus
GENTÍLICO	Belarusso
CAPITAL	Minsk
ÁREA	207.600 km ² (equivalente ao Estado do PR)
POPULAÇÃO	9.349.645 habitantes (2021)
IDIOMAS	Belarusso (oficial; 36,7%); Russo (oficial; 62,8%), outras (entre elas, minorias Polonesas e Ucrânicas; 0,5%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos Ortodoxos Russos (80%); outras (Católicos, Protestantes, Judeus e Muçulmanos; 20%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (bicameral)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Aleksandr Lukashenko
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Roman Golovchenko (desde 4 de junho de 2020)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Vladimir Makei
PIB nominal (2020)	US\$ 60,1 bilhões
PIB PPP (2020)	US\$ 189,8 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2020)	US\$ 6.411
PIB PPP <i>per capita</i> (2020)	US\$ 20.199
IDH (2020)	0.823 (53º posição)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99%
EXPECTATIVA DE VIDA	74,5 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO	0,2% (2020)
UNIDADE MONETÁRIA	Rublo belarusso (BYN)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Sergey Lukashevich

**COMUNIDADE BRASILEIRA
ESTIMADA**

20

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

B	2	2	2	2	2	2	2	2	2017	2018	2019	2020	2021 (jan-)
B													
FLUXO	513,9	695,9	1.496,6	9	558,5	842,47	526,3	441,0	555,5	691,5	732,2	597,9	418,9
EXP.	9,7	21,3	18,1	7	13,4	73,98	111,9	10,3	12,4	100,5	138,1	56,1	12,5
IMP.	504,1	674,5	1.478	8	545,0	764,49	514,4	430,7	543,1	591	594,1	541,8	406,4
Saldo	-494,3	-653,2	-1.460	-	-531,5	-694,51	-502,4	-420,3	-530,7	490,6	- 456	-485,7	-393,9

PERFIS BIOGRÁFICOS**Aleksandr Lukashenko, Presidente**

Nasceu em Kopys, a 30 de Agosto de 1954. Formou-se em História pelo Instituto de Pedagogia de Mogilev, em 1975, e em Economia pela Academia de Agricultura de Belarus, em 1985. Depois de servir nos destacamentos de fronteira entre 1975 e 1977, chefiou um departamento da Komsomol (a União Comunista da Juventude), em Mogilev, de 1977 até 1978. Entre 1980 e 1982, serviu no Exército Soviético. Nos anos seguintes atuou na administração de empresas agrícolas e de construção na região de Mogilev. Sua carreira política teve início em 1990, com a eleição para o Parlamento nacional. Elegeu-se Presidente da República em 1994, na primeira eleição após a independência. Reelegeu-se consecutivamente em 2001, 2006, 2010, 2015 e 2020.



Roman Golovchenko, Primeiro-Ministro

Nasceu em Zhodzina, a 10 de agosto de 1973. Em 1996, formou-se no Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou. De 1997 a 2002, atuou como especialista na Secretaria de Estado do Conselho de Segurança da República. De 2002 a 2005, foi vice-chefe do departamento da Procuradoria-Geral da República. Em 2005 e 2006, foi conselheiro principal no Departamento de Política Externa. De 2006 a 2009, foi conselheiro principal do Departamento de Cooperação de Segurança Internacional da Secretaria de Estado do Conselho de Segurança da República. Em 2009, serviu como ministro-conselheiro da Embaixada em Varsóvia. Entre 2009 e 2013 foi o primeiro vice-chefe do Comitê Estatal para a Indústria Militar. Entre 2013 e 2018, foi embaixador nos Emirados Árabes Unidos, no Qatar, Kuwait e Arábia Saudita.



Sergey Lukashevich, Embaixador no Brasil

Nasceu na região de Minsk, a 2/2/1977. Em 1999, graduou-se na Faculdade de Relações Internacionais da Universidade Estatal de Belarus, com especialização em “Economia Mundial e Relações Econômicas”. Ingressou no serviço diplomático em 2000 e serviu nas embaixadas no Uzbequistão (2002-2006), Argentina (2008-2012), Brasil (2014-2016) e Espanha (2019-2021). Entre 2017 e 2018, foi diretor adjunto do Departamento de Protocolo no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Belarus estabeleceram relações diplomáticas em fevereiro de 1992.

Aberta em junho de 2011, a Embaixada do Brasil em Minsk completou dez anos em 2021. Além do Brasil, os únicos países latino-americanos com embaixadas em Minsk são a Venezuela e Cuba. O Brasil é também o único país de língua portuguesa com representação diplomática na Belarus.

Em 2001, a Belarus abriu Consulado-Geral no Rio de Janeiro e, em 2010, inaugurou embaixada em Brasília.

Entre os encontros bilaterais de alto nível, destacam-se a visita do então chanceler Sergei Martynov, em 2004, quando foi assinado acordo bilateral de isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais (vigente desde 25 de novembro de 2016); e a visita do Presidente Aleksandr Lukashenko, em 2010. Na oportunidade, manteve encontro com o então Presidente da República, no Rio de Janeiro.

Foram realizadas três reuniões de consultas políticas. Em 2013, o então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos I, Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, manteve consultas políticas, em Brasília, com o então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Aleksandr Guryanov. Na ocasião, firmou-se acordo bilateral que regula as consultas, bem como acordo de isenção parcial de vistos. Em outubro de 2015, o então Diretor do Departamento da Europa, Embaixador Oswaldo Biato, reuniu-se, em Brasília, com o Diretor do Departamento das Américas, Oleg Kravchenko. Em outubro de 2017, a delegação brasileira foi chefiada pelo então Diretor do Departamento da Europa, Embaixador Carlos Perez.

Em julho de 2017, visitou o Brasil o vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Belarus, Evgeny Shestakov. Manteve reunião com o então Subsecretário-Geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais, Embaixador Santiago Mourão, oportunidade em que se assinou Memorando de Entendimento para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica.

Em novembro de 2017, visitou o Brasil o Vice-Primeiro-Ministro Anatoly Kalinin. Na ocasião, realizou-se a primeira edição da Comissão Conjunta de Cooperação Econômica, presidida pelo então Subsecretário-Geral de

Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais, Embaixador Santiago Mourão, e pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Belarus, Evgeny Shestakov.

O então Ministro da Justiça, Dr. Torquato Jardim, realizou visita a Minsk de 17 a 19 de junho de 2018. Na oportunidade, foram assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e o Memorando de Entendimento entre os ministérios da Justiça.

A Belarus apoia o pleito brasileiro a um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado e adota posições próximas às do Brasil na maioria das questões em pauta das Nações Unidas e demais organismos internacionais. Ademais, costuma votar nos candidatos brasileiros nas eleições para os organismos internacionais.

Em 2021, a Belarus apoiou as candidaturas do Brasil a vaga no Conselho de Segurança da ONU (2022-2023), a cargos na União Postal Universal (UPU), na Organização Marítima Internacional (OMI), na Interpol e na Comissão de Direito Internacional (CDI).

Comércio e Investimentos

O comércio bilateral tem sido estruturalmente deficitário para o Brasil, que importa grandes quantidades de cloreto de potássio e exporta, sobretudo, aviões da Embraer e tabaco. A Embraer participou ativamente da renovação da frota de aeronaves da companhia aérea local Belavia, que conta atualmente com 15 aviões fabricados pela empresa brasileira (três do modelo 195E2, sete do modelo 195 e cinco do modelo 175).

Em 2020, o Brasil ocupou a 10^a posição entre os principais mercados exportadores da Belarus. Na América Latina, é o principal parceiro daquele país.

Nos dias 25 e 26 de abril de 2018, o chefe do escritório da APEX-Brasil para a Eurásia, com sede em Moscou, Almir Américo, visitou Minsk para consolidar canais de diálogo com instituições belarussas, buscar oportunidades para empresas brasileiras e diversificar a pauta comercial bilateral.

Assuntos Consulares

O setor Consular da Embaixada foi aberto em junho de 2019. Emite passaportes e documentos, presta assistência à comunidade brasileira e a belarussos e estrangeiros interessados em visitar o Brasil, além de disponibilizar atendimento de plantão para emergências.

A entrada em vigor do Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração, em novembro de 2016, resultou no aumento da presença de brasileiros em visita à Belarus. Desde 2020, com as restrições impostas pela pandemia de Covid-19, esse número caiu sensivelmente.

Difusão Cultural

Merece destaque o festival de arte urbana *Vulica Brasil*. Ao longo dos anos, tornou-se símbolo da cooperação entre o Brasil e a Belarus e um dos principais projetos da diplomacia cultural brasileira. Em suas várias edições, o projeto teve o apoio da Embaixada do Brasil, da Prefeitura de Minsk e do Ministério da Cultura belarusso.

Nas cinco edições do festival (2014-2017 e 2019), foram pintados mais de 40 grandes murais no centro de Minsk e em áreas próximas à rua Oktyabrskaya (que passou a ser também conhecida como “rua Brasil”). Artistas brasileiros de renome internacional como OSGEMEOS, Speto, Ramon Martins e Bruno Big deixaram suas marcas na cidade. O festival alcançou várias partes de Minsk, com pinturas em fachadas de edifícios, bondes, vagões de metrô e pontes.

Além da arte de rua, o *Vulica Brasil* promoveu exposições fotográficas, exposições, instalações e seminários com artistas, arquitetos e urbanistas. Os dias de encerramento do evento se tornaram uma tradicional festa, com arte, música ao vivo e danças brasileiras, atraindo milhares de pessoas.

Um dos grandes destaques do festival foi seu impacto urbanístico na cidade. Obras de artistas brasileiros e belarussos nas fachadas de prédios ajudaram a transformar a rua Oktyabrskaya e seus arredores. No âmbito do festival, foram implementados três projetos arquitetônicos na região, hoje

ponto turístico. A área abriga cafés, centros culturais, escritórios e galerias. A própria rua converteu-se em galeria de arte a céu aberto.

Em sua última edição (2019), o Festival contou com a participação de mais de 400 voluntários, além de artistas que sempre trabalham como entusiastas do projeto. O festival também promoveu visitas aos orfanatos de Uzda, Rudensk, Zhodino e Cherven.

Em 2021, o festival ganhou nova vida no Brasil, com a criação do Instituto de Arte e Sustentabilidade Vulica Brasil, em Brasília. Em novembro, o festival será retomado em Minsk por uma semana, com a vinda do artista brasileiro Bruno Big, palestras, *workshops*, exposição de obras e de fotografias e lançamento de livro eletrônico sobre a história do evento.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Lukashenko, no poder desde 1994, detém as prerrogativas de nomear todos os membros do Conselho de Ministros, dissolver o Congresso e designar Governadores de províncias. O Legislativo e o Judiciário atuam como órgãos legitimadores do Executivo.

A oposição veicula suas ideias de maneira limitada, sobretudo por meio da Internet e de aplicativos de comunicação nos “smartphones”.

Nas eleições parlamentares belarrussas de novembro de 2019, a OSCE avaliou que padrões internacionais de eleições democráticas não foram cumpridos, análise também compartilhada pelo SEAE da UE e pelo Departamento de Estado dos EUA. O governo belarrusso manteve a posição de que as eleições foram democráticas e obedeceram à legislação nacional e às obrigações internacionais do país.

Em agosto 2020, eleições presidenciais de legitimidade contestada geraram manifestações com milhares de pessoas nas ruas por todo o país. Houve mortes, detenções e denúncias de tortura.

Ativistas dos direitos humanos calculam haver cerca de 610 prisioneiros políticos no país.

O governo brasileiro publicou, em 20/8/2020, nota sobre as eleições belarrussas, conclamando as forças políticas do país à solução pacífica do conflito, além de haver aderido a diversas declarações, no Conselho de

Direitos Humanos da ONU, em defesa dos direitos humanos dos cidadãos belarussos.

POLÍTICA EXTERNA

Na esfera regional, a Belarus é membro da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), da União de Estados entre Belarus e Rússia, da União Econômica Euroasiática (UEE) e da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO).

Até as eleições de agosto de 2020, a política exterior da Belarus se caracterizava por movimentos pendulares em direção à Rússia e ao Ocidente.

Sanções

Em 2/10/2020, o Conselho Europeu impôs medidas restritivas a 44 pessoas identificadas como responsáveis por suposta repressão a manifestantes pacíficos, membros da oposição e jornalistas. Entre as medidas figuram a proibição de viajar à UE (incluindo trânsito) e o congelamento de bens (incluindo fundos de investimentos e contas em bancos).

Em 6/11/2020, o Conselho da UE adicionou à lista de sanções 15 membros do governo belarusso. Em 17/12/2021, foram incluídas outras 36 pessoas e entidades, incluindo empresários e empresas que se beneficiam do regime de Lukashenko e o apoiam.

Em 23/5/2021, o Conselho Europeu reagiu ao desvio e aterrissagem forçada de voo da Ryanair em Minsk. Em 4/6/2021, o Conselho da UE decidiu reforçar as sanções e proibiu o acesso de qualquer aeronave belarussa a aeroportos da União Europeia e a seu espaço aéreo. Em 21/6/2021, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia, além de Islândia, Liechtenstein e Noruega se somaram aos países que adotaram sanções. Na mesma data, o Conselho da UE anunciou sanções a mais 78 pessoas e 8 entidades belarussas. Dessa forma, a lista geral chegou a 166 pessoas e 15 entidades.

Em 24/6/2021, o Conselho da UE decidiu impor sanções setoriais contra a Belarus. O novo pacote incluiu a proibição do transporte e comércio de

certos tipos de fertilizantes à base de potássio, derivados de petróleo e tabaco. Essas sanções não se aplicam a contratos firmados antes de 25 de junho.

Entre as medidas anunciadas, constam ainda o bloqueio de acesso de representantes do governo belarusso e de bancos estatais ao mercado financeiro europeu.

Em 9/8/2021, EUA, Canadá e Reino Unido anunciaram novas sanções contra pessoas físicas e jurídicas belarussas. Pela primeira vez, as sanções atingiram os setores de defesa e material bélico, segurança, energia, fertilizantes, tabaco, construção civil e transportes, incluindo a empresa estatal "Belaruskali" (potássio) e o Comitê Olímpico Nacional.

Rússia

A Rússia é o maior parceiro político, econômico e militar da Belarus. É o destino de quase toda a produção industrial e agrícola do país e considerada uma "pátria grande". O relacionamento bilateral, no entanto, foi até recentemente marcado por contradições e sutilezas que não davam conta do estereótipo do país como "satélite de Moscou". A situação mudou radicalmente depois das eleições contestadas de agosto de 2020.

A Rússia é o principal parceiro comercial da Belarus. Em 2020, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 29 bilhões (exportações Belarus-Rússia de US\$ 13 bilhões e importações de US\$ 16 bilhões)

China

A cooperação com a China se caracteriza pela ausência de óbices políticos, e é pautada por grande pragmatismo de lado a lado. A troca de visitas, inclusive em nível de Chefes de Estado, é frequente. A presença de empresas chinesas no país é marcante, traduzindo-se em mobilidade humana, transferência de tecnologia e em percepção favorável à China entre a população local. Segundo o Ministério da Educação, há cerca de 3,6 mil estudantes chineses na Belarus.

A Belarus é participante regional da iniciativa chinesa "Belt and Road", na vertente de ligação entre a Europa e a Ásia. Em 2017 e 2019, o presidente Lukashenko participou dos foros internacionais sobre o tema em Pequim.

A cooperação militar e em matéria de segurança é um aspecto importante das relações bilaterais. Realizam-se exercícios conjuntos e o pessoal militar belarrusso e chinês recebe treinamento em instituições militares de ensino superior nos dois países. Unidades do Exército de Libertação Popular da China participaram várias vezes do desfile militar do Dia da Independência, em 3 de julho, em Minsk.

A China é o segundo maior parceiro comercial da Belarus, depois da Rússia. Em 2020, a Belarus importou da China US\$ 3,7 bilhões em produtos.

Ucrânia

A cooperação bilateral é importante para ambos os lados devido à proximidade geográfica, histórica e cultural. A Ucrânia é o segundo principal país de destino das exportações belarussas (US\$ 3 bilhões em 2020).

Até 2020, as relações bilaterais políticas eram intensas, alimentadas por visitas frequentes de alto nível. Minsk sediou cúpula entre Ucrânia, Rússia, Alemanha e França para negociações de cessar-fogo no conflito que eclodiu em abril de 2014 entre a Ucrânia e separatistas pró-Rússia.

A Ucrânia, junto com os EUA e a UE, não reconheceu o resultado das eleições presidenciais de agosto de 2020 na Belarus. Em maio 2021, após o pouso forçado de avião da Ryanair em Minsk, a Ucrânia proibiu a passagem de aviões de companhias belarussas por seu espaço aéreo. No mesmo mês, o lado ucraniano suspendeu temporariamente as importações da eletricidade da Belarus.

Polônia

Há fortes ligações culturais e históricas entre os dois países. A Polônia é o terceiro principal país de destino das exportações belarussas (US\$ 1,2 bilhão em 2020). Desde as eleições de agosto de 2020, a relação bilateral passa por expulsões mútuas de diplomatas e redução do número de funcionários nas respectivas embaixadas e consulados.

Lituânia

A Lituânia é o quarto principal país de destino das exportações belarussas, que alcançaram US\$ 1 bilhão em 2020. Até a crise política de 2020 e a imposição de sanções contra a Belarus, o porto lituano de Klaipeda, no Mar Báltico, era uma das principais rotas de escoamento das exportações belarussas.

Letônia

Os belarussos são a segunda minoria nacional na Letônia (66 mil pessoas, ou cerca de 3,5% da população do país). Os países compartilham 161 km de fronteira comum. Até 2019, eram comuns visitas bilaterais de alto nível. Em 2020, contudo, ao lado de países da UE e dos EUA, a Letônia não reconheceu a legitimidade das eleições presidenciais de 2020 e aderiu aos pacotes de sanções dos Estados Bálticos e do Conselho da EU contra a Belarus.

A Letônia tem sido importante parceiro comercial e fonte de investimentos na Belarus, assim como importante corredor de trânsito das exportações belarussas para terceiros países. Existem 322 empresas com capital letão operando na Belarus (comércio, serviços, madeira, produtos farmacêuticos, alimentos).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em meio à pandemia de Covid-19, em 2020, o PIB da Belarus registrou queda de 0,9%, ante crescimento de 1,2% em 2019. Em relatório divulgado em outubro de 2021, o Banco Mundial prevê que o PIB da Belarus registre crescimento de 1,2% em 2021 e queda de 2,8% em 2022. Segundo o relatório, as perspectivas de crescimento da economia belarussa dependerão das possíveis consequências das sanções econômicas setoriais adotadas contra o país.

A corrente de comércio total da Belarus com o exterior foi de US\$ 61,9 bilhões em 2020. Os principais destinos das exportações belarussas foram Rússia (US\$ 13 bilhões), Ucrânia (US\$ 3 bilhões), Polônia (US\$ 1,2 bilhão), Lituânia (US\$ 1 bilhão), Alemanha (US\$ 900 milhões), Irlanda (US\$ 800 milhões), China (US\$ 750 milhões), Cazaquistão (US\$ 730 milhões), Países Baixos (US\$ 690 milhões) e Brasil (US\$ 540 milhões). De

janeiro a agosto de 2021, o Brasil continuou ocupando a décima posição (US\$ 348 milhões).

De acordo com o comitê nacional de estatística, foi investido na Belarus, em 2020, um total US\$ 8,6 bilhões vindos do exterior. Os principais investidores foram Rússia (41,4%), Chipre (9,4%), Áustria (7,4%), Reino Unido (6,8%) e Irlanda (3,5%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
c.700-c.900	Povos eslavos se estabelecem no território atual de Belarus
c.1000-c.1300	Principado de Polotsk constitui o principal “Estado” eslavo em Belarus
1240-1655	Hegemonia lituana e, posteriormente, polonesa sobre Belarus
1772-1795	Três sucessivas partilhas da Polônia por Alemanha, Áustria e Rússia levam Belarus à anexação pelo Império czarista russo
1840	Nicolau I proíbe o uso do termo “Belarus” (Rússia branca) e impõe utilização de “Território do Noroeste”
1864	Revolta protonacionalista bielorrussa sufocada por Moscou, que proíbe uso do alfabeto latino e pressiona pela reconversão de católicos à fé ortodoxa
1914-1918	I Guerra Mundial: Alemanha ocupa Belarus e permite o uso de língua bielorrussa, fomenta a abertura de escolas e institutos
1919	Criação da República Socialista Soviética da Bielorrússia; exército Vermelho invade Minsk (janeiro); exército polonês invade Minsk (agosto)
1921	Tratado de Riga põe termo à Guerra Russo-Polonesa; URSS e Polônia dividem Belarus entre si
1941	Alemanha invade a URSS; Exército Vermelho evacua 20% da população bielorrussa e destrói todo o suprimento de víveres do país. Alemanha estabelece regime fantoche em Belarus; 9.000 cidades são queimadas e 380.000 pessoas são deportadas para trabalhos forçados
1944	URSS recupera Belarus; país perde ¼ de sua população, em sua maioria poloneses e judeus
1945	Belarus se torna membro-fundador das Nações Unidas
1950	Belarus se torna uma das maiores forças industriais da URSS
1986	Acidente de Chernobyl, próximo à fronteira ucraniano-bielorrussa
1991	Independência de Belarus
1994	Aleskandr Lukashenko eleito presidente
2001	Lukashenko reeleito presidente
2006	Lukashenko reeleito para um terceiro mandato

2010	Eleições presidenciais dão a Lukashenko quarta vitória eleitoral; EUA e UE impõem sanções ao país
2015	Lukachenko reeleito presidente para um quinto mandato
2017	Exercícios militares russo-belarussos "Zapad"
2020	Eleições presidenciais de agosto contestadas; milhares de pessoas protestam.
2021	UE, EUA, Reino Unido e Canadá anunciam amplo pacote de sanções políticas e econômicas contra o regime.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991	Brasil reconhece a independência de Belarus
1992	Estabelecimento das relações diplomáticas
1994	Visita do Diretor do Departamento da Europa a Minsk, a primeira entre os dois países
1999	Missão comercial belarrussa ao Brasil
2004	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros belarrusso ao Brasil
2010	Criação de Embaixada residente do Brasil em Minsk; troca de visitas de Delegações belarussa e do Governo do Estado de Goiás; visita ao Brasil do Presidente Aleksandr Lukashenko
2013	1ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Brasília, 11/11/2013)
2015	2ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Brasília, outubro)
2016	Entrada em vigor do acordo bilateral de Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns.
2016	Visita de delegação belarussa a Fortaleza-CE.
2017	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Belarus, Evgeny Shestakov. Assinatura do "Memorando de Entendimento para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica"
2017	3ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Minsk, outubro)
2017	Visita oficial ao Brasil do vice-primeiro-ministro da Belarus, Anatóly Kalinin (Brasília, 27-29 de novembro). Realização da primeira edição da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica
2018	Visita a Minsk do ministro da Justiça, Torquato Jardim (17 a 19 de junho). Primeira visita de ministro de estado do Brasil à Belarus. Foram assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e o Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Justiça.
2019	Entrada em vigor do acordo bilateral de cooperação educacional.
2020	Pandemia de Covid-19 restringe contatos.

2021	Belarus apoia candidatura brasileira a vaga não-permanente no Conselho de Segurança da ONU (2022-2023). Sergey Lukashevich é nomeado novo embaixador da Belarus no Brasil.
-------------	--

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República de Belarus	18/06/2018	Tramitação MRE
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Belarus para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica	07/07/2017	Em Vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República de Belarus, sobre Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns	15/06/2016	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional	13/08/2015	Em Vigor
Memorando de Entendimento Entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Belarus sobre Consultas Políticas	11/11/2013	Em Vigor
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus Sobre Isenção Parcial de Vistos	11/11/2013	Superado
Acordo entre o Governo da República Federativa de Brasil e o Governo da República de Belarus sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/10/2004	Em Vigor

EMBAIXADA DO BRASIL EM MINSK**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR PAULO FERNANDO DIAS FERES**

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (2019-2021):

INTRODUÇÃO

A República de Belarus é país na Europa Oriental sem saída para o mar. Bordeja a Rússia a nordeste, a Ucrânia ao sul, a Polônia a oeste, e a Lituânia e Letônia a noroeste. Seus setores econômicos mais importantes são a agricultura e a indústria manufatureira. A antiga União Soviética concentrou no país sua indústria pesada e de alta tecnologia, o que o beneficiou na era pós-soviética.

2. Até o século XX, as terras da Belarus pertenceram a diversos países (Principado de Polotsk, Grão-Ducado da Lituânia, Comunidade Polaco-Lituana e Império Russo). Em consequência da Revolução de 1917, a Belarus se tornou república da União Soviética como o nome de República Socialista Soviética da Bielorrússia (RSSB).

3. A unificação do atual território se deu em 1939, quando a porção ocidental do país, pertencente à Polônia, foi integrada à RSSB, em virtude de acordos entre Berlim e Moscou, precedentes à invasão da URSS pelos exércitos de Hitler. A amalgamação decisiva só se deu, contudo, em 1949. O país foi devastado pela guerra, perdeu um terço de sua população e mais da metade de seus recursos econômicos. Com o fim da URSS, em 1991, o país assumiu o nome Belarus e teve apenas um presidente: Alexander Lukachenko, que se elegeu em 1994 e se reelegeu sucessivamente até o presente.

4. A maior parte da população de 9,85 milhões de habitantes do país reside nas áreas urbanas em torno de Minsk e das outras capitais de divisões regionais. Mais de 80% da população é composta por bielorrussos nativos, com minorias consideráveis de russos, poloneses e ucranianos. Desde a realização de um referendo em 1995, o país tem dois idiomas oficiais: o bielorrusso e o russo.

5. Em meio à crise política e à pandemia de Covid-19, em 2020, o PIB da Belarus registrou queda de 0,9%, ante crescimento de 1,2% em 2019. Em relatório divulgado em outubro de 2021, o Banco Mundial prevê que o PIB da Belarus registre crescimento de 1,2% em 2021 e queda de 2,8% em 2022.

RELAÇÕES COM O BRASIL

6. As relações bilaterais foram estabelecidas em 1992, e a embaixada em Minsk foi aberta em 2011. O histórico é positivo nas organizações internacionais. A Belarus apoia o pleito brasileiro a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e adota posições

próximas às do País em pautas da organização. Tem apoiado candidatos brasileiros a organismos internacionais.

7. Entre os encontros bilaterais de alto nível, destacam-se as visitas do chanceler Sergei Martynov em 2004, quando foi assinado acordo bilateral que prevê isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais (vigente desde 25 de novembro de 2016); e a visita do presidente Aleksandr Lukashenko, em 2010, quando encontrou-se, em 22 de março, com o presidente brasileiro no Rio de Janeiro, naquela que foi a primeira visita de um chefe de Estado da Belarus ao Brasil. Em 2015, durante a cúpula dos BRICs na Rússia, Lukashenko avistou-se com a então presidente brasileira. Em 2012, ocorreu a visita do então chanceler Sergei Martinov ao Rio para a Rio+20.

8. Foram realizadas três reuniões de consultas políticas. Em 2013, o então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos I, embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, manteve consultas políticas, em Brasília, com o vice-ministro dos negócios estrangeiros belarusso, Aleksandr Guryanov. Na ocasião, firmou-se o acordo bilateral que regula as consultas, bem como acordo de isenção parcial de vistos. Em outubro de 2015, o então Diretor do Departamento da Europa, embaixador Oswaldo Biato, reuniu-se, em Brasília, com o diretor do Departamento das Américas belarusso, Oleg Kravchenko. Em outubro de 2017, o então Diretor do Departamento da Europa, Ministro Carlos Perez, visitou Minsk para participar de Reunião de Consultas Políticas, a primeira a ser realizada naquela localidade.

9. Em julho de 2017, visitou o Brasil o vice-ministro dos negócios estrangeiros da Belarus, Evgeny Shestakov, que se reuniu com o então subsecretário-geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais, embaixador Santiago Mourão, ocasião em que foi assinado o "Memorando de Entendimento para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica".

10. Em novembro de 2017, visitou o Brasil o vice-primeiro-ministro Anatoly Kalinin, ocasião em que se realizou a primeira edição da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica, presidida pelo então subsecretário-geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais, embaixador Santiago Mourão, e pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Belarus, Evgeny Shestakov.

11. O então ministro da Justiça, Dr. Torquato Jardim, realizou visita a Minsk de 17 a 19 de junho de 2018. Tratou-se da primeira visita de ministro de Estado do Brasil à Belarus. Foram assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e o Memorando de Entendimento entre os ministérios da Justiça.

12. Com relação à atuação conjunta no quadro dos mecanismos de integração das organizações internacionais, a Belarus apoia o pleito brasileiro por um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado, bem como costuma adotar posições próximas às do Brasil na maioria das questões em pauta das Nações Unidas e demais organismos internacionais. Da mesma forma, a Belarus costuma votar nos candidatos brasileiros nas eleições para os organismos internacionais, independentemente de troca de votos.

13. Em 2021, a Belarus apoiou as candidaturas do Brasil a vaga no Conselho de Segurança da ONU (2022-2023), a cargos na União Postal Universal (UPU), na Organização Marítima Internacional (OMI), na Interpol e na Comissão de Direito Internacional (CDI)

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

14. A corrente de comércio total da Belarus com o exterior foi de US\$ 61,9 bilhões em 2020. Os principais destinos das exportações belarrussas foram Rússia (US\$ 13 bilhões), Ucrânia (US\$ 3 bilhões), Polônia (US\$ 1,2 bilhão), Lituânia (US\$ 1 bilhão), Alemanha (US\$ 900 milhões), Irlanda (US\$ 800 milhões), China (US\$ 750 milhões), Cazaquistão (US\$ 730 milhões), Países Baixos (US\$ 690 milhões) e Brasil (US\$ 540 milhões).

15. Com o Brasil, em 2020, a corrente de comércio bilateral, estruturalmente deficitário para o lado brasileiro, foi de US\$ 598 milhões, dos quais apenas US\$ 56,2 milhões de exportações brasileiras e US\$ 541,8 milhões de exportações belarrussas. A pauta de produtos exportados pelo Brasil compõe-se de tabaco, que concentra 50% do valor, amendoins (11%), carnes de aves (5%), entre outros produtos. As importações do Brasil oriundas de Belarus compõem-se majoritariamente de cloreto de potássio (95%), utilizado como adubo ou fertilizante químico. Em 2020, o Brasil ocupou a 10ª posição entre os mercados exportadores da Belarus. Na América Latina, é o seu principal mercado. O País importa cerca de um terço de suas necessidades de potássio da Belarus.

16. Em 2021, entre janeiro e novembro, a corrente de comércio atingiu US\$ 509,9 milhões, sendo US\$ 14,3 milhões de exportações brasileiras e US\$ 495,6 de exportações belarrussas, sem significativa modificação da composição da pauta com relação ao ano anterior.

17. Vale destacar, também, que a Embraer participou da renovação da frota da Belavia, que conta atualmente com 17 aviões fabricados pela empresa brasileira. Alguns dos quais resultaram de "leasing", logo não necessariamente foram contrapartida no comércio bilateral.

18. A Belarus busca aceder à Organização Mundial do Comércio. Brasil e Belarus mantêm tratativas para reintrodução do Brasil no Sistema Geral de Preferências da União Eurasiática.

19. Vale mencionar, ainda, a visita a Minsk do chefe do escritório da APEX-Brasil para a Eurásia, com sede em Moscou, Almir Américo, em abril de 2018. O objetivo era consolidar canais de diálogo com instituições belarrussas, buscar oportunidades para empresas brasileiras e diversificar a pauta comercial bilateral.

20. De acordo com o comitê nacional de estatística belarusso, foram investidos na Belarus em 2020 um total US\$ 8,6 bilhões vindos do exterior. Os principais países que investiram na Belarus em 2020 foram Rússia (41,4%), Chipre (9,4%), Áustria (7,4%), Reino Unido (6,8%) e Irlanda (3,5%). Não há investimentos brasileiros na Belarus, nem belarussos no Brasil.

DIVULGAÇÃO CULTURAL

21. No que se refere à difusão cultural, merece destaque o festival de arte urbana "Vulica Brasil". O evento fez tanto sucesso que mudou a personalidade não apenas de uma rua ("vúlitsa" é "rua" em belarusso), mas de um bairro inteiro de Minsk. Ao longo dos anos, tornou-se símbolo da cooperação entre o Brasil e a Belarus e um dos principais projetos da diplomacia cultural brasileira. Em suas várias edições, o projeto teve o apoio da Embaixada do Brasil na Belarus, da Prefeitura de Minsk e do Ministério da Cultura belarusso.

22. Nas cinco edições do festival (2014-2017 e 2019) foram pintados mais de 40 grandes murais no centro de Minsk e em áreas próximas à rua Oktyabrskaya (que passou a ser também conhecida como "rua Brasil"). Artistas brasileiros de renome internacional como OSGEMEOS, Speto, Ramon Martins e Bruno Big deixaram suas marcas na cidade. O festival alcançou várias partes de Minsk, com pinturas em fachadas de edifícios, bondes, vagões de metrô e pontes. Até a fachada do prédio da Embaixada ganhou uma enorme pintura de OSGEMEOS.

23. Além da arte de rua, o Vulica Brasil promoveu exposições fotográficas, exposições, instalações e seminários com artistas, arquitetos e urbanistas. Os dias de encerramento do evento se tornaram uma tradicional festa, com arte, música ao vivo e danças brasileiras, atraindo milhares de pessoas.

24. Um dos grandes destaques do festival foi seu impacto urbanístico na cidade. Obras de artistas brasileiros e belarussos nas fachadas de prédios ajudaram a transformar a rua Oktyabrskaya e seus arredores. No âmbito do festival foram implementados três projetos arquitetônicos na região, que virou ponto turístico. Hoje, a área abriga cafés, centros culturais, escritórios e galerias. A própria rua virou uma galeria de arte a céu aberto.

25. Em sua mais recente edição em 2019, o Festival contou com a participação de mais de 400 voluntários, além de artistas que sempre trabalham como entusiastas do projeto. O festival também promoveu visitas aos orfanatos de Uzda, Rudensk, Zhodino e Cherven.

26. Em 2021, o festival ganhou nova vida no Brasil com a criação do "Instituto de Arte e Sustentabilidade Vulica Brasil", em Brasília.

ASSISTÊNCIA CONSULAR

27. O setor consular da Embaixada, aberto em junho de 2019, emite número crescente de passaportes e documentos, presta assistência à pequena comunidade brasileira no país, a belarussos e estrangeiros interessados em visitar o Brasil.

28. A entrada em vigor do Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração, em novembro de 2016, resultou no aumento da presença de brasileiros em visita à Belarus. Em 2018, foi divulgado na imprensa local que, durante a Copa do Mundo de Futebol realizada na Rússia, transitaram pela Belarus cerca de mil brasileiros. Não foram reportados incidentes de qualquer natureza. Desde 2020, com as restrições impostas pela pandemia de Covid-19, esse número caiu sensivelmente.

ACORDOS

29. Há em vigor dois tratados bilaterais: um sobre isenção de vistos por 90 dias e trânsito (2016) e outro sobre cooperação educacional (2019). Há propostas na área da cultura, defesa, informação comercial e tributária, e atividade remunerada de dependentes diplomáticos. Assinado em 2018 e não ratificado há um tratado sobre auxílio mútuo em matéria penal.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM MINSK

Candidato MINISTRO BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL

PERFIL DO CANDIDATO**Ministro Bernard Jörg Leopold de Garcia Klingl**

Nascido em Belo Horizonte, em 20 de setembro de 1969, o ministro Bernard Jörg Leopold de Garcia Klingl é formado em Administração de Empresas, com Habilitação para o Comércio Exterior (1990), pela UNA-BH, e em Direito (1991), pela UFMG. Ingressou no Instituto Rio Branco em 1995.

No Brasil, exerceu na Secretaria de Estado as funções de: assistente do chefe de Divisão de Ásia e Oceania I (1996-1997), assessor do Chefe da Assessoria de Comunicação Social (1997-1998) e assessor do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (1998-2002). Após 8 anos no exterior, regressou a Brasília para integrar a equipe da assessoria especial da Presidência da República, ocupando-se por 2 anos da assessoria internacional do então presidente do Senado Federal, senador José Sarney (2011-2013), e por mais dois anos na assessoria internacional de seu Gabinete pessoal (2013-2015). Nesse período defendeu, no Curso de Altos Estudos do Itamaraty, em 2013, tese sobre a evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia, aprovada com louvor e publicada em 2014 pela FUNAG. Após o período no Senado Federal, regressou à Secretaria de Estado para atuar, por dois anos, como assessor do Secretário-Geral das Relações Exteriores, até sua remoção, em 2016, para a Embaixada do Brasil em Berlim, por 5 anos, na função de Ministro-Conselheiro.

No exterior, o ministro Bernard Jörg Leopold de Garcia Klingl serviu na Embaixada do Brasil em Buenos Aires (2003-2006), na Missão do Brasil junto à União Europeia (2006-2009) e nas Embaixadas do Brasil em La Paz (2009-2011) e Berlim (desde 2016, como antes mencionado).

Foi o responsável pela organização da VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Brasília em maio de 2010, e coordenador-adjunto da 40ª Cúpula do Mercosul, realizada em Foz do Iguaçu, em dezembro do mesmo ano.

O ministro Bernard Jörg Leopold de Garcia Klingl tem formação profissional edificada sobre o Direito e o Comércio Exterior. Ademais, experimentou marcante passagem pela América do Sul e Europa, onde se dedicou a importantes temas como integração física, energia, transportes e comunicações, bem como ao contato com as instituições europeias, em particular com o Parlamento Europeu. Participou de negociações bilaterais com o objetivo de defender maior inserção do Brasil em sua circunstância geográfica e de elevar o patamar de sua interlocução com a União Europeia. Durante a atuação do ministro de Garcia Klingl na Missão em Bruxelas, o país firmou Parceria Estratégica com o bloco europeu. Em Berlim, contribuiu para reforçar os

laços históricos e estratégicos bilaterais. Foi, entretanto, sua passagem pelo Senado Federal que ajudou, como costuma apontar, a consolidar sua formação, ao proporcionar-lhe contornos mais precisos sobre o significado e a importância da identidade nacional e a relação desta com a política externa.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como referência e ponto de apoio para promoção e proteção dos interesses brasileiros na Belarus, bem como centro de observação privilegiado da geopolítica regional, com ênfase em habilitar o Governo brasileiro a melhor compreender os

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

desafios e oportunidades que se lhe apresentam, decorrentes de sua posição estratégica, de seu Governo e das conjunturas deles derivadas.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a República da Belarus, bem como a prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro em território belarusso. Observar e interpretar os acontecimentos decorrentes da situação geopolítica local, à luz dos interesses e dos princípios que orientam a diplomacia nacional.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com a Belarus no âmbito bilateral e a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado belarusso, com foco na prosperidade da sociedade brasileira e no desenvolvimento sustentável de ambos os países.
2. Desenvolver cooperação ampla e produtiva com a Belarus em todas as áreas de interesse comum, como comércio bilateral, agronegócio, desenvolvimento científico-tecnológico e cooperação educacional e cultural.
3. No que se refere ao agronegócio, estudar e avaliar alternativas viáveis para a manutenção do fluxo de cloreto de potássio, importante componente para a adubação da terra no Brasil. A Belarus, que tradicionalmente é o segundo maior fornecedor do insumo ao Brasil, é responsável por ¼ da produção mundial.
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Belarus, em especial mediante a promoção ativa da língua portuguesa e da cultura brasileira no país.
5. Oferecer serviços consulares de qualidade aos brasileiros que vivem, estudam ou fazem turismo na Belarus e aos belarussos que os necessitem.
6. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros na Belarus, apoiando as empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento
7. Promover o turismo belarusso ao Brasil.
8. Realizar o seguimento intenso e ativo de todas as iniciativas em curso ou novas no plano bilateral ou nos planos regional e internacional em que o Brasil e a Belarus sejam partes ativas.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático e consular do posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e capacidade de resposta e a melhorar a relação custo-benefício da atividade diplomática e consular do Brasil na Belarus.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Abrir um setor dedicado à promoção comercial na Embaixada do Brasil em Minsk;
2. Promover maior abertura do mercado belarusso aos produtos agropecuários do Brasil;
3. Monitorar e produzir análises sobre o mercado belarusso de fertilizantes, particularmente de cloreto de potássio, principal item da pauta exportadora da Belarus para o Brasil e insumo fundamental para o complexo agroindustrial brasileiro;
4. Diante do cenário de embargo comercial, estudar, avaliar e buscar implementar possibilidades para a manutenção do fluxo comercial de cloreto de potássio, insumo utilizado em larga escala para a adubação de terras no Brasil
5. Promover o aumento da corrente de comércio Brasil-Belarus, por meio da diversificação da pauta exportadora brasileira, atualmente concentrada em dois produtos (aviões e tabaco);
6. Promover a exportação de aeronaves brasileiras (Embraer) à Belarus, levando em conta as dificuldades decorrentes de eventuais restrições a financiamento impostas sobretudo pelos Estados Unidos e pela União Europeia de produtos destinados à Belarus;
7. Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com a Belarus, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos:
 - Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;
 - Organização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado belarusso;
 - Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes na Belarus;
 - Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;
 - Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;
 - Apoio a investidores belarussos interessados no mercado brasileiro;
 - Apoio a empresários brasileiros interessados no mercado belarusso;
 - Articular ações integradas com a Apex Brasil;
 - Participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas na Belarus.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Evolução do processo de abertura de um setor de promoção comercial na Embaixada do Brasil em Minsk:** (De acordo com disponibilidade orçamentária, preferencialmente com a contratação de um funcionário local especializado e dedicado ao tema).
- 2) **Volume e número de produtos agropecuários na pauta exportadora brasileira à Belarus.**

- 3) **Número de relatórios bimestrais enviados ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e encaminhados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).**
- 4) **Número de produtos brasileiros na pauta exportadora para a Belarus.** (Resultados estão relacionados a decisões empresariais)
- 5) **Número de aeronaves brasileiras exportadas para a Belarus.** (Resultados estão relacionados a decisões empresariais)
- 6) **Índice de promoção comercial.**
(Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais, de atividades de inteligência e promoção comercial e de ações aprovadas e realizadas durante a gestão/ Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais, de atividades de inteligência e de ações aprovadas e realizadas na gestão anterior) x 100. Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

II - Relações políticas bilaterais;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar e fortalecer as relações entre Brasil e Belarus:
 - Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à Belarus e vice-versa;
 - Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e belarussos, em formato presencial ou virtual;
 - Apoio a visitas de autoridades brasileiras à Belarus e autoridades belarussas ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos.
2. Administrar e ampliar onde possível a interlocução entre as duas Chancelarias:
 - Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Governo belarusso, por meio do Ministério das Relações Exteriores da Belarus;
 - Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Belarus, quando cabível;
 - Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais, quando cabível.
3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa belarussa:
 - Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa belarussa, nos níveis nacional, regional e local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro na Belarus;
 - Manutenção de intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade belarussa nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, militar e de segurança;
 - Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa belarussa, inclusive em suas vertentes

de segurança e defesa, gestão fronteiriça, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação à Belarus e sua ação regional e internacional;

- Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.
4. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral.
 5. Contribuir para a cooperação entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e belarussas:
 - Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes governamentais, inclusive de entes federados brasileiros e entidades subnacionais belarussas;
 - Apoio a demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e belarussas.
 6. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral:
 - Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;
 - Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo belarusso para a abertura de negociação de acordos bilaterais;
 - Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado belarusso.
 7. Apoiar e incrementar programa de cooperação técnica bilateral e ações de assistência humanitária:
 - Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos de cooperação técnica bilateral;
 - Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo belarusso para a abertura de negociação de acordos de cooperação técnica bilateral;
 - Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado belarusso na matéria;
 - Apoio à prestação de assistência humanitária.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Índice de realização de reuniões em mecanismos bilaterais:** (Nº de reuniões de mecanismos bilaterais realizadas por ano durante a gestão / Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas por ano nos cinco anos anteriores) x 100
Índice de realização de visitas oficiais de lado a lado: (Nº de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão / Nº de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano nos cinco anos anteriores) x 100
- 2) **Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa belarussa e demais assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano**
- 3) **Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e belarussos**
- 4) **Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.**

- 5) **Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e entidades subnacionais belarussas**
- 6) **Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão**
- 7) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações para promover a conclusão de acordos de cooperação técnica bilateral durante a gestão**

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais que contam com a Belarus entre seus membros:
 - Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários da Belarus, em processo de acessão, na Organização Mundial do Comércio;
 - Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Belarus em foros multilaterais, como a ONU e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;
 - Diálogo com representantes governamentais belarussos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;
 - Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.
2. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos regionais que contam com a participação da Belarus:
 - Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários da Belarus em organismos regionais e subregionais, particularmente nas suas relações com a Rússia;
 - Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Belarus em foros regionais que não contam com a participação do Brasil, como a “Comunidade dos Estados Independentes” (CEI), a “União de Estados entre Belarus e Rússia”, a “União Econômica Euroasiática” (UEE) e a “Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO).²
3. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais e regionais que contam com a Belarus entre seus membros.

² “Commonwealth of Independent States” (cis.minsk.by); “Union State of Belarus and Russia” (postkomsg.com); “Eurasian Economic Union (EEU)” (eurasiancommission.org); “Collective Security Treaty Organization (CSTO)” (<https://mfa.gov.by/en/multilateral/organization/>)

- Realização de gestões para buscar o apoio do Governo belarusso a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais por ano:** Número de reuniões promovidas com autoridades belarussas sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo; Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais
- 2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas regionais:** Número de reuniões promovidas com autoridades belarussas sobre temas regionais; Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros regionais
- 3) Índice de apoio belarusso a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais:** $(N^{\circ} \text{ de indicações positivas de apoio belarusso a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais no ano} / N^{\circ} \text{ de solicitações brasileiras apresentadas à parte belarussa para apoio a candidaturas a organismos multilaterais no ano}) \times 100$
- 4) Índice de apoio belarusso a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos regionais:** $(N^{\circ} \text{ de indicações positivas de apoio belarusso a candidaturas brasileiras a organismos regionais no ano} / N^{\circ} \text{ de solicitações brasileiras apresentadas à parte belarussa para apoio a candidaturas a organismos regionais no ano}) \times 100$

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade belarussa e diversificar as referências culturais brasileiras:
 - Apoio à inserção brasileira em festivais de cinema;
 - Promoção de eventos de fotografia, música e dança brasileira;
 - Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;
 - Apoio a eventos de gastronomia brasileira na Belarus;
 - Apoio à publicação de edições em russo e belarusso de grandes obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição na Belarus;
 - Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira.
- Divulgar amplamente e realizar atividades relacionadas à celebração da Independência do Brasil:
 - Promoção de eventos relativos à celebração do bicentenário da Independência do Brasil, com eventual apoio do setor privado;
- Promover intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que a Belarus tenha reconhecida tradição:
 - Promover contatos entre profissionais e artistas brasileiros e belarussos;
- Promover a indústria cultural e criativa brasileira:

- Diversificar as ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores belarussos e brasileiros;
- 5. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes belarussos:
 - Ação promocional do Brasil como destino turístico variado junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e influenciadores
 - Participação brasileira em grandes feiras de turismo na Belarus;
 - Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo na Belarus;
 - Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo junto ao mercado belarusso.
 - Realização de campanhas digitais direcionadas ao público belarusso por meio das redes sociais.
- 6. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público belarusso;
 - Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.
- 7. Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa na Belarus.
- 8. Abrir na Belarus um posto de aplicação do teste para obtenção do certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros “Celpe-Bras”, desenvolvido e outorgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Evolução no número de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros em relação à gestão anterior**
- 2) Número de eventos culturais alusivos à celebração da Independência do Brasil**
- 3) Número de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 4) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 5) Número de ações de promoção do turismo aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 6) Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa:** Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a Apex Brasil realizadas durante a gestão
- 7) Número de eventos realizados na Belarus para a promoção da língua portuguesa**
- 8) Abertura na Belarus de posto para realização do teste de proficiência Celpe-Bras**

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a cooperação com a Belarus na área de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental:
 - Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
 - Promover a participação brasileira em eventos na Belarus ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades belarussas em eventos realizados no Brasil;
 - Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;
 - Apoio à diálogo entre especialistas e acadêmicos belarussos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;
 - Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética, e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;
 - Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente;
 - Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima na Belarus.
2. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental:
 - Incentivo à cooperação com o governo belarusso para compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável;
 - Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**
- 2) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano**

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Belarus:
 - Incentivo à cooperação com governo belarusso para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I;

- Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I;
 - Apoio ao diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet, software, biotecnologia, entre outras.
2. Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I:
 - Realização de análises contínuas do ambiente de CT&I na Belarus, com vistas a identificar potenciais para desenvolvimento de cooperação bilateral
 3. Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial:
 - Diálogo com representantes da indústria de CT&I na Belarus, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas;
 - Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;
 - Promoção de cooperação entre parques tecnológicos dos dois países.

II) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema**
- 2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões**

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regularidade de apoio a projetos de pesquisa universitária conjunta e de mobilidade acadêmica mútua:
 - Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas belarussas;
 - Interlocução com os estudantes brasileiros residentes na Belarus e acadêmicos nacionais em visita ou intercâmbio.
2. Promover a variante brasileira da língua portuguesa:
 - Abertura de posto para realização do teste na Belarus e divulgação do exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras, além de apoio à realização de cursos especiais de preparação para o exame;
 - Apoio a eventual processo de credenciamento de instituições belarussas para fins de aplicação de exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras;
3. Ampliar o diálogo com a Belarus para cooperação na área de saúde, com especial ênfase no enfrentamento da pandemia de COVID-19:
 - Monitoramento dos avanços realizados pela Belarus na área de saúde e, em particular, no contexto de enfrentamento da pandemia de COVID-19;
 - Compartilhamento de experiências bem sucedidas na área de saúde;
 - Apoio à interlocução construtiva entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia;
 - Identificação de possibilidades de cooperação no combate à pandemia de COVID-19.

4. Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países:
 - Divulgação, junto aos setores interessados do governo belarusso, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;
 - Promoção da Base Industrial de Defesa brasileira junto ao governo belarusso;
 - Apoio às reuniões entre autoridades de ambos os países;
 - Apoio à participação governamental e empresarial belarussa em feiras de produtos de defesa brasileiros;
 - Apoio a iniciativas para promover um melhor conhecimento recíproco entre as indústrias de defesa do Brasil e da Belarus.
5. Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa:
 - Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e belarussas durante a gestão**
- 2) **Promoção da língua portuguesa no exterior:** Número de ações realizadas, de produção de material com a variante brasileira do português e de gestões para abertura de posto de aplicação do CELPE-Bras durante a gestão
- 3) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão**
- 4) **Número de contatos com autoridades de Defesa da Belarus e de reuniões bilaterais em matéria de Defesa durante a gestão**
- 5) **Índice de realização de ações de promoção de produtos de Defesa:** Número de contatos com autoridades de Defesa da Belarus, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de Defesa, e ações de promoção de produtos de Defesa durante a gestão
- 6) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação em matéria de Defesa**

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Desenvolver iniciativas de cooperação com o governo belarusso com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações:
 - Promover a cooperação técnica em áreas com externalidades positivas para as populações de ambos os países, como saúde, educação, agricultura e energias renováveis.
 - Promover a cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de desenvolvimento
2. Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com a Belarus na temática de direitos humanos:

- Continuar a defender junto ao governo belarusso as posições brasileiras em discussões relacionadas a direitos humanos;
- Acompanhar o seguimento pela Belarus da temática de direitos humanos;
- Promover a cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico**
- 2) Número de projetos e iniciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades**
- 3) Número de contatos com autoridades belarussas da área de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades**
- 4) Número de reuniões, gestões e outras ações na área de direitos humanos**

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Desenvolver mapeamento da comunidade brasileira na Belarus, de modo a melhor compreender seu perfil e suas necessidades:
 - Ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio das redes sociais da Embaixada, seja pelo portal consular do Itamaraty.
2. Promover o diálogo consular com a Chancelaria belarussa, com vistas a solucionar eventuais problemas migratórios e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros temporários e permanentes.
3. Promover a realização de formações ou cursos para os funcionários do Setor Consular, de modo a possibilitar melhor atendimento aos consulentes:
 - Promover o aprimoramento e boa utilização dos sistemas eletrônicos consulares.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Índice de reclamações do consulente:** $(N^{\circ} \text{ de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano por meio de canal de ouvidoria} / N^{\circ} \text{ de manifestações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano anterior por meio de canal de ouvidoria}) \times 100$
- 2) Duração do atendimento no guichê:** Somatório do tempo total de atendimento em guichês / total de chamadas para atendimento
- 3) Número de reuniões com a Chancelaria belarussa sobre o tema**
- 4) Tempo de espera para atendimento do consulente**

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 66, de 2021 (nº 584/2021, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.*

Relator: Senador **MECIAS DE JESUS**

Chega ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Sendo assim e atendendo ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

Filho de Hans Jörg Klingl e Maria Ignez de Garcia Klingl, o Senhor Bernard Klingl nasceu em 20 de setembro de 1969.

O indicado concluiu os cursos de Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior, no Centro Universitário de Belo



Horizonte (1990), e de Direito, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG (1991)]. No Instituto Rio Branco (IRBr), frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1995/96); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2002); e o Curso de Altos Estudos em 2013, ocasião em que apresentou e teve aprovada com louvor a tese “A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil”, posteriormente publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

O diplomata tornou-se Terceiro-Secretário (1996) e Segundo-Secretário (2001). Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário (2006); a Conselheiro (2010); e a Ministro de Segunda Classe em (2015).

O currículo enviado pelo Itamaraty dá notícia de que o Senhor Bernard Klingl serviu, entre outros, como primeiro-secretário na Missão do Brasil junto à União Europeia (2006/09); como conselheiro na Embaixada em La Paz (2009-11); e como ministro-conselheiro na Embaixada em Berlim (2016 até o momento). Para além disso, foi assessor especial da Presidência da República (2011/15), bem como assessor do Secretário-Geral do MRE (2015/16).

Ainda em atenção às normas do regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República de Belarus. Há informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desse país, suas políticas interna e externa, e economia.

A República de Belarus está localizada na Europa Oriental e faz fronteira com Rússia, Ucrânia, Polônia, Lituânia e Letônia. Conta com população de 9,85 milhões de pessoas. Esse contingente humano compartilha dois idiomas oficiais: o bielorrusso e o russo. O país possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,823 (53ª posição). Essa ex-república soviética, que não tem saída para o mar, tem aproximadamente 40% do seu território coberto por florestas. Na esfera econômica, sobressaem a agricultura e a indústria manufatureira. Há, ainda, forte presença na produção de insumos para o setor agrícola, com destaque para fertilizantes potássicos.

Em relação ao sistema político belorosso, ele é extremamente centralizado, tendo o Presidente a prerrogativa de nomear todos os membros do Conselho de Ministros, bem como de dissolver o Congresso e designar os



Governadores das províncias. O Legislativo, por sua vez, caracteriza-se como órgão de legitimação dos projetos do Executivo. Inexiste, assim, espaço para atividade da oposição. Desde 1994, Alexander Lukashenko tem sido seu presidente em insólita convergência de sucessivas vitórias eleitorais. Foi reeleito em 2001, 2006, 2010, 2015 e 2020.

As relações diplomáticas entre Brasil e Belarus foram estabelecidas em 1992. A Embaixada de Belarus em Brasília, no entanto, só foi aberta em 2010 e a brasileira em Minsk apenas no ano seguinte. Entre as visitas bilaterais de alto nível, destaca-se a visita ao Brasil do Presidente Lukashenko, em 2010.

O comércio bilateral apresenta expressivo déficit para o lado brasileiro. Importamos sobretudo grandes quantidades de cloreto de potássio [US\$ 541,8 milhões (2020)] e exportamos, de modo destacado, tabaco e açúcar [US\$ 56,1 milhões (2020)]. O Brasil é o principal parceiro comercial da Belarus na América do Sul.

Ainda no campo do intercâmbio comercial, chama atenção a venda de aeronaves da Embraer para a Belavia, empresa aérea belorrussa. A empresa brasileira, no entanto, suspendeu o fornecimento de peças, manutenção e suporte técnico aos seus clientes afetados pelas sanções impostas pela comunidade internacional à Rússia, mas também à Belarus, por conta da invasão da Ucrânia.

As informações não noticiam o tamanho da comunidade brasileira no país. De toda maneira, nossos nacionais são atendidos pelo setor consular da Embaixada, aberto em 2019.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



10

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL PAULO FERNANDO DIAS FERES

CPF: 343.342.036-04

ID: 12510 MRE

1957 Filho de José Amim Feres e Eloisa Helena de Carvalho Dias Feres, nasce em 14 de outubro

Dados Acadêmicos:

1982 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
 1985 CPCD - IRB
 1997 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
 2009 Curso de Altos Estudos, IRBr. Tese: Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
 1993 Segundo-secretário
 1999 Primeiro-secretário, por merecimento
 2005 Conselheiro, por merecimento
 2009 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2017 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1986-88 Divisão da África I
 1988-91 Divisão da África II
 1991-94 Embaixada em Pretória, terceiro-secretário
 1995-98 Embaixada em Tóquio, segundo-secretário
 1998-00 Assessoria de Comunicação Social
 2000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Assuntos Internacionais, Chefe de Gabinete
 2000-06 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Chefe
 2006-09 Embaixada em Berlim, conselheiro
 2009-10 Embaixada em Santiago, ministro-conselheiro
 2010-16 Embaixada em Lisboa, ministro-conselheiro
 2017-18 Ministério dos Direitos Humanos
 2018-19 Gabinete do Ministro de Estado
 2019- Embaixada em Minsk, embaixador

Obras Publicadas:

2010 Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil, Fundação Alexandre de Gusmão
 2011 As relações bilaterais Brasil-Portugal: desafios e perspectivas. In: Economia, Gestão e Saúde. Lisboa, Edições Colibri.

KARINA CARNEIRO MORAIS

Chefe, substituta, da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 9, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 43

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULO FERNANDO DIAS FERES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhor **PAULO FERNANDO DIAS FERES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de fevereiro de 2022.

EM nº 00011/2022 MRE

Brasília, 25 de Janeiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO FERNANDO DIAS FERES**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PAULO FERNANDO DIAS FERES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 51/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Presidente da República submete, à consideração dessa Casa, o nome do Senhor **PAULO FERNANDO DIAS FERES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil na República Popular de Bangladesh.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 15/02/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3185432** e o código CRC **A35834CF** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BANGLADESH



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República Popular do Bangladesh
GENTÍLICO:	bangladês ou bangladense
CAPITAL:	Daca (<i>Dhaka</i>)
ÁREA:	148.460 km ²
POPULAÇÃO:	166,9 milhões (2021)
LÍNGUA OFICIAL:	bengali
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (religião oficial; 86,6%); hinduísmo (12,1%); budismo (0,6%); cristianismo (0,4%) e outras (0,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Nação (<i>Jatiya Sangsad</i>); Parlamento unicameral, composto por 350 membros, com mandato de cinco anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Abdul Hamid (desde 24/04/2013)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeira-ministra Sheikh Hasina Wazed (desde 06/01/2009)
CHANCELER:	Abul Kalam Abdul Momen (desde 07/01/2019)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2021):	US\$ 355,69 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2021):	US\$ 953,39 bilhões
PIB PER CAPITA (2021):	US\$ 2.140
PIB PPP PER CAPITA (2021):	US\$ 5.730
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	4,6% (2021, est.); 3,5% (2020); 8,2% (2019); 7,9% (2018); 7,3% (2017); 7,1% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,632 (133º posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	72,5 anos
ALFABETIZAÇÃO (2020):	74,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020):	5,3%
UNIDADE MONETÁRIA:	taka
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Sadia Faizunnesa
EMBAIXADOR EM DACA	João Tabajara de Oliveira Júnior
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 14 brasileiros residentes

Fontes dos dados econômicos: FMI, Banco Mundial e PNUD.

INTERCÂMBIO BILATERAL EM US\$ MILHÕES FOB (fonte: Ministério da Economia)								
Brasil → Bangladesh	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (Jan-Out)
Intercâmbio	1.072,3	1.359,1	1.216,4	1.757,3	1.371,3	1.497,8	1.653	1.573,3 (+8,5%)
Exportações	869,1	1.147,4	1.091,4	1.600,0	1.158,0	1.317,9	1.525,2	1.479,1 (+10,1%)
Importações	203,2	211,7	125,0	157,3	213,3	179,9	127,8	94,2 (-11,5%)
Saldo	665,9	935,7	966,4	1.442,7	944,7	1.138	1.397,4	1.384,9

APRESENTAÇÃO

Com o fim da colonização britânica no subcontinente indiano, surgiram dois estados, em agosto de 1947 – a Índia, de maioria hinduísta, e o Paquistão, de maioria muçulmana. O Paquistão subdividia-se, então, em duas partes: o Paquistão Ocidental, a noroeste da Índia, e o Paquistão Oriental, no Golfo de Bengala.

As duas regiões do Paquistão estavam separadas por aproximadamente dois mil quilômetros de território indiano, configuração territorial que se revelou de difícil sustentação. Desentendimentos sobre a definição da língua oficial, a representatividade política das províncias e a distribuição de recursos econômicos no estado paquistanês levaram, na década de 1960, ao fortalecimento de movimentos nacionalistas no Paquistão Oriental.

A independência do Bangladesh foi proclamada em 26 de março de 1971, por Sheikh Mujibur Rahman, declarado primeiro presidente do país. Após passar anos preso acusado de conspiração contra o estado paquistanês por sua atuação em prol da independência, havia recebido o título de “Bangabandhu” (“amigo dos bengaleses”) e tornou-se conhecido como “Pai da Nação”.

Sheikh Mujibur Rahman e a maior parte de sua família foram assassinados durante golpe militar em agosto de 1975. Desde então, o Bangladesh foi governado por regimes militares e governos interinos até as eleições parlamentares de 1991, vencidas pelo Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP). Desde então, o BNP e a mais tradicional Liga Awami alternam-se no governo, com exceção do período de 2007-2008 (período de estado de emergência declarado por governo de transição).

O Bangladesh tem fronteiras com a Índia e com Myanmar. Concentra cerca de 167 milhões de habitantes (o oitavo mais populoso do mundo) em exíguo espaço territorial (pouco mais de 148 mil km², o que implica densidade populacional superior a 1.100 habitantes por quilômetro quadrado).

PERFIL BIOGRÁFICO

Mohammad Abdul Hamid*Presidente da República*

Mohammad Abdul Hamid nasceu em janeiro de 1944. Graduou-se em Direito pela Universidade Central de Daca. Em 1969, filiou-se à Liga *Awami*.

Participou da Guerra de Libertação de 1971 como presidente do campo de recrutamento de Meghalaya (Índia). Também serviu como comandante do subsetor da Força de Libertação do Bangladesh (Mujib Bahini).

Foi eleito membro do Parlamento bangladês, a Casa da Nação, em 1973, 1986, 1991, 1996, 2001 e 2009. Em 1986, foi eleito presidente adjunto e posteriormente presidente da Casa da Nação, sendo reeleito presidente do órgão em 2009.

Exerceu funções de presidente interino após a morte do então presidente Zillur Rahman, em março de 2013. Em abril daquele ano, foi eleito presidente do Bangladesh, em sessão do Parlamento. Em fevereiro de 2018, concorrendo como candidato único, foi reeleito ao cargo.

PERFIL BIOGRÁFICO**Sheikh Hasina Wazed***Primeira-Ministra*

Sheikh Hasina Wazed nasceu em 28 de setembro de 1947. É filha de Sheikh Mujibur Rahman, líder da independência do Bangladesh.

Graduou-se pela Universidade de Daca em 1973. Após viver seis anos no exílio, depois da morte de seu pai, em 1975, retornou ao Bangladesh, onde se tornou líder da oposição no Parlamento. Em 1991, foi uma das responsáveis pela mudança do sistema político do país, que voltou a adotar o parlamentarismo, após 16 anos de presidencialismo.

Ocupou o cargo de primeira-ministra do país entre 1996 e 2001. Foi eleita para segundo mandato em 2008, tendo sido reeleita para seu terceiro e quarto mandatos em janeiro de 2014 e dezembro de 2018, respectivamente.

Detém diversos títulos e premiações internacionais, como o de doutora *Honoris Causa* pela Universidade Católica de Bruxelas; o prêmio *Houphouet-Boigny* da Paz, da UNESCO; e a Medalha CERES, da FAO, por sua contribuição para o desenvolvimento da agricultura.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Bangladesh estabeleceram relações diplomáticas em 15 de maio de 1972. A embaixada bangladesa em Brasília foi aberta no ano seguinte. A instalação de representação diplomática brasileira, a primeira de um país latino-americano no Bangladesh, ocorreu em 1974. Em 1998, a Embaixada brasileira foi fechada, tendo sido reaberta em 2009. O Bangladesh fechou sua Embaixada em Brasília em 2002 e reabriu-a em 2012.

A mais recente visita de alto nível deu-se em agosto de 2019, com a vinda ao Brasil do ministro de Comércio, Tipu Munshi. Além de compromissos com entidades empresariais brasileiras, manteve encontro com o ministro das Relações Exteriores. Em 2011, o então vice-chanceler, Mijarul Quayes, visitara o Brasil.

Estão em vigor acordos bilaterais nas áreas de comércio, cultura e educação. Em março de 2017, foi criado mecanismo de consultas bilaterais com o país asiático e realizada sua primeira reunião, oportunidade em que foram discutidas possibilidades de adensamento das relações bilaterais. Em abril do mesmo ano, no âmbito da 136ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP), o Bangladesh recebeu onze deputados e assessores brasileiros – a primeira visita de representantes do Poder Legislativo do Brasil àquele país desde o estabelecimento de relações diplomáticas.

Há significativo potencial de cooperação a ser explorado entre os dois países. O Bangladesh já manifestou interesse em cooperação em agricultura e pecuária, sobretudo para ampliação de sua produtividade de carne e leite. Está em negociação, atualmente, acordo bilateral de cooperação técnica.

Em 2018, o governo brasileiro doou, com o apoio do Ministério da Saúde e sob a coordenação da ABC, mais de 6 mil comprimidos do medicamento antimalárico Artemeter + lumefantrina. Em 2020, o governo brasileiro fez doação de US\$ 50 mil, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos, para a aquisição, pelo Bangladesh, de "kits" de teste do novo coronavírus (COVID-19).

Na área de cooperação em defesa, está em negociação minuta de acordo-quadro bilateral. A Embaixada do Bangladesh em Brasília conta com adido de Defesa desde 2020. Em outubro último, o Brasil recebeu, em visita de estudos, delegação de 46 oficiais gerais organizada pelo National Defence College (NDC) do Bangladesh.

A Embaixada brasileira contabiliza, em seus registros, apenas 14 brasileiros residentes no Bangladesh, em março de 2021.

POLÍTICA INTERNA

País de maioria muçulmana, o Bangladesh está entre as nações mais densamente povoadas do mundo. O país é uma república parlamentarista, na qual o presidente exerce o cargo de chefe de Estado e o primeiro-ministro ocupa a posição de chefe de governo.

O chefe de Estado é eleito indiretamente, pelo Parlamento, para um mandato de cinco anos. O chefe de governo, nomeado pelo presidente, é o líder do partido que tenha maioria no Parlamento. Entre suas funções encontra-se a escolha dos integrantes do Gabinete de ministros, que são posteriormente nomeados pelo presidente.

O Poder Legislativo é unicameral, a Casa da Nação (*Jatiya Sangsad*), composta de 350 assentos, sendo 300 membros eleitos diretamente em sistema majoritário e 50, necessariamente mulheres, eleitos indiretamente por sistema de representação proporcional. Todos os membros servem por mandato de cinco anos.

O Judiciário do país conta com uma Suprema Corte, subdivida em Divisão de Apelação, composta por sete magistrados, e Divisão de Corte Superior, formada por 99 juízes. Todos são nomeados pelo presidente e permanecem no cargo até a aposentadoria, aos 67 anos. O sistema jurídico bangladês é misto, incorporando elementos do *common law* e do direito islâmico.

Os dois principais partidos políticos são a Liga Awami (AL) e o Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP). A Liga Awami, agremiação mais tradicional do país, estabelecida em 1949, defende um Estado laico e conta com ampla penetração social. Sua líder há mais de vinte anos é a atual primeira-ministra Sheikh Hasina Wazed.

O BNP foi criado em 1978 pelo então presidente da República, Ziaur Rahman, para dar-lhe sustentação política e fazer frente à Liga Awami. Desde os anos 1980, a líder do BNP é Khaleda Zia, ex-primeira-ministra (2001-2006) e viúva de Ziaur Rahman, assassinado em 1981, quando exercia a presidência do país. É considerado partido conservador, popular entre as classes mais altas da sociedade bangladesa. O BNP possui caráter secular, mas costuma formar coalizões com partidos islâmicos.

A Liga Awami e o BNP alternam-se no governo desde 1991, com exceção do período de 2007-2008, quando estado de emergência foi declarado por um governo de transição. Nas últimas eleições gerais, em 30 de dezembro de 2018, a Liga Awami obteve ampla vitória.

POLÍTICA EXTERNA

Após a independência, as relações do Bangladesh com o Paquistão foram hostis em um primeiro momento, mas melhoraram com o reconhecimento da independência do país por Islamabad (1974). Ainda em 1974, o Bangladesh logrou tornar-se membro da Organização da Cooperação Islâmica (OIC).

Em face da proximidade geográfica e da identidade cultural e histórica, a Índia e o Bangladesh têm intensa relação bilateral, a despeito de assuntos bilaterais ainda pendentes de solução (como o acordo sobre a divisão das águas do rio Teesta). O bengali é também falado na Índia por mais de 50 milhões de pessoas no estado de Bengala Ocidental. A Índia é o segundo maior parceiro comercial do Bangladesh, o qual, por sua vez, constitui o principal parceiro indiano na Ásia Meridional, além de ser o maior parceiro de desenvolvimento da Índia (nos últimos oito anos foram concedidas três linhas de crédito no valor total de US\$ 8 bilhões para o desenvolvimento da infraestrutura bangladesa).

As relações do Bangladesh com a China também são densas. Destacam-se, nesse sentido, a isenção de tarifas para 97% dos produtos bangladeses exportados para a China, recentes discussões sobre projetos de conectividade rodoviária e ferroviária entre os dois países via Myanmar, doação de 1,1 milhão de vacinas contra a COVID-19, além de acordo para produção de vacinas chinesas por indústrias bangladesas. A China é parceira estratégica do Bangladesh desde 2016 e desponta, atualmente, como seu maior parceiro comercial e principal fornecedor de equipamentos militares (74% das importações bangladesas no setor em 2010-2019). Juntamente com o Japão, a Índia e a Rússia, a China é um dos principais investidores em projetos industriais, energéticos e de infraestrutura no Bangladesh.

Os países do Oriente Médio absorvem volumoso contingente de trabalhadores bangladeses. As remessas de recursos por parte desses emigrantes constitui fonte importante de divisas para o país. Apenas na Arábia Saudita residiriam mais de 2 milhões de bangladeses. Parcela significativa das importações bangladesas de petróleo bruto também provém dos países do Oriente Médio.

Desde seu ingresso nas Nações Unidas, em 1974, o Bangladesh integrou o Conselho de Segurança como membro não permanente em duas ocasiões, nos períodos de 1979-1980 e 2000-2001. O país costuma contribuir com grande contingente para missões de manutenção da paz das Nações Unidas, tendo chegado a

ser o quarto maior contribuinte individual de tropas e policiais, ao fim de 2016. Em 2010, tornou-se o primeiro país da Ásia Meridional a ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

Na OMC, o Bangladesh defende os interesses dos países de menor desenvolvimento relativo. O país é, também, membro da Comunidade Britânica de Nações (*Commonwealth*).

Desde agosto de 2017, o Bangladesh experimenta intensificação do fluxo de refugiados da etnia *rohingya*, de confissão muçulmana, provenientes do vizinho Myanmar. Estima-se que cerca de 900 mil refugiados *rohingya* estejam hoje no Bangladesh. O país defende a repatriação efetiva e segura dessas pessoas, conforme acordado bilateralmente com Myanmar em 2017. A presença desse grande contingente populacional tem causado impactos significativos sobre a economia, a infraestrutura, a segurança e a sociedade bangladesas, especialmente na região de Cox's Bazar, onde ele está concentrado.

O Reino Unido e a União Europeia anunciaram aporte financeiro com vistas a apoiar os esforços de resposta à pandemia do coronavírus nas comunidades anfitriãs de Cox's Bazar e nos campos de refugiados. O Banco Mundial também destina apoio financeiro e material para a melhora das condições de vida naquela localidade, sobretudo durante a pandemia. O Brasil, por sua vez, tem apoiado projetos de resolução adotados no âmbito do Conselho de Direitos Humanos e da Assembleia Geral da ONU, sobre a situação dos direitos humanos dos *rohingya* e outras minorias.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Bangladesh, classificado como país de menor desenvolvimento relativo (PMDR), tem logrado resultados econômicos positivos nas últimas décadas, embora continue a enfrentar desafios na elevação do padrão de vida de sua população. De 2003 a 2019, o país tem obtido significativo crescimento econômico, entre 5,3% e 8,2% ao ano. Em 2020, em razão da pandemia, a taxa de crescimento econômico caiu para 3,5%. No período entre 2003 e 2020, a renda *per capita* do Bangladesh expandiu-se em mais de 340%. A extrema pobreza (pessoas que vivem com menos de US\$ 1,90/dia) foi reduzida de 43,5% da população, em 1991, para 14,3% em 2016 (último dado disponível no Banco Mundial). Em 2018, o Bangladesh logrou cumprir critérios para deixar a classificação de PMDR e se enquadrar como país em desenvolvimento. Tendo em conta, porém, os efeitos da pandemia de COVID-19, o

Comitê de Políticas de Desenvolvimento das Nações Unidas recomendou período de transição de cinco anos, entre 2021 e 2026.

Em 2020, o governo local lançou 23 pacotes de estímulo, envolvendo montantes da ordem de US\$ 12 bilhões. Também no ano passado, o Banco Mundial anunciou concessão de US\$ 100 milhões de financiamento a medidas de prevenção, detecção e combate à COVID-19 no Bangladesh e, em março de 2021, o Banco aprovou US\$ 500 milhões adicionais para o programa nacional de vacinação, além de pacote de US\$ 1,7 bilhão para apoiar a reconstrução pós-pandemia, com ênfase na agenda de reformas e investimentos.

A indústria têxtil bangladesa responde por cerca de 90% das exportações do país e pelo emprego de cerca de 4,5 milhões de pessoas, 80% das quais são mulheres, e representa o sustento para pelo menos 20 milhões de habitantes, contribuindo para mais de 11% do PIB.

Destaca-se, ademais, a expansão da indústria farmacêutica no Bangladesh, a única entre os países menos desenvolvidos. Impulsionada por políticas ativas do governo, a produção farmacêutica cresceu cerca de mil vezes desde 1982, para US\$ 2 bilhões, e hoje abastece boa parte do mercado interno, bem como exporta para cerca de 150 países.

Já o setor agrícola é responsável por cerca de 12% do PIB e pelo emprego de 40% da força de trabalho. Cerca de 62% da população vive na área rural e dedica-se principalmente à rizicultura (o Bangladesh é o quarto maior produtor mundial de arroz).

A ajuda internacional constitui importante fonte de receita para o país. Entre seus principais doadores, encontram-se o Japão, os Estados Unidos, o Reino Unido, a União Europeia, o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A economia bangladesa conta, ainda, com recursos financeiros enviados por nacionais que trabalham no exterior, que, em 2020, totalizaram mais de US\$ 21 bilhões.

O Bangladesh tornou-se membro do Novo Banco de Desenvolvimento (o banco de desenvolvimento multilateral do BRICS), ao depositar, em 16/09/2021, junto ao governo brasileiro, seu instrumento de acesso ao acordo constitutivo do Banco. Assim, o Bangladesh fez parte, juntamente com o Uruguai e os Emirados Árabes Unidos, da primeira expansão do NDB.

Historicamente, a balança comercial do Bangladesh é negativa. Em 2020, o país exportou US\$ 43 bilhões e importou US\$ 55 bilhões, perfazendo um déficit de US\$ 12 bilhões, amplamente compensado pelas remessas dos trabalhadores

migrantes. Os principais destinos das exportações bangladesas são: Alemanha; EUA; Reino Unido; Espanha e França. O Bangladesh importa sobretudo dos seguintes países: China; Índia; Singapura; EUA e Indonésia. O Brasil está na sétima posição entre os exportadores para o Bangladesh.

A maior parte das importações bangladesas corresponde a combustíveis e óleos minerais, seguidos de algodão, do qual o Bangladesh é o 3º maior importador mundial. Constam também entre os principais itens da pauta de importações: maquinário; máquinas elétricas e equipamentos; plásticos; e ferro e aço. A pauta exportadora do Bangladesh é concentrada em itens da indústria têxtil, mas também inclui pescados e produtos farmacêuticos. Em decorrência da pandemia, o Bangladesh caiu, em 2020, de segundo para terceiro maior exportador mundial de vestuário (atrás da China e do Vietnã).

As trocas comerciais entre o Brasil e o Bangladesh apresentaram significativo crescimento na última década, tendo ultrapassado US\$ 1 bilhão a partir de 2011. Em 2017, o intercâmbio comercial atingiu seu maior nível histórico – US\$ 1,75 bilhão. O Brasil é tradicionalmente superavitário e alcançou saldo de quase US\$ 1,4 bilhão em 2020, ao registrar exportações no valor de US\$ 1,52 bilhão (aumento de 15%) e importações de US\$ 127 milhões (queda de 29%). De janeiro a outubro de 2021, o Brasil exportou US\$ 1,48 bilhão (crescimento de 10% em relação ao mesmo período do ano anterior) e importou US\$ 94 milhões (queda de 11%), registrando superávit de US\$ 1,38 bilhão.

O principal produto exportado pelo Brasil é o açúcar, que, em 2020, correspondeu a 41% das vendas brasileiras ao país. O Brasil é o maior fornecedor do produto para o Bangladesh, detendo cerca de 83% do mercado local (a Índia, com 12%, é o segundo supridor). Algodão (21%), soja (16%) e milho (9%) são outros dos principais produtos brasileiros vendidos para o Bangladesh.

As importações brasileiras procedentes do Bangladesh concentram-se em artigos de vestuário (mais de 90% em 2020). Em outubro de 2020, foi instituída, em Dacca, a Câmara de Comércio Brasil-Bangladesh, que tem por objetivo fomentar o intercâmbio bilateral.

O Bangladesh possui elevada dependência de combustíveis fósseis em suas matrizes energética e elétrica (cerca de 82% e 98%, respectivamente), além de ter registrado forte aumento, em anos recentes, em suas importações desses produtos, sobretudo de carvão. Essa tendência reflete a expansão no acesso da população à energia elétrica, que passou de 20% para 85% desde 2000.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1757	Início do período de dominação britânica do Subcontinente Indiano.
1947	Término da Lei Britânica sobre a Colônia indiana e consequente formação dos Estados da Índia e do Paquistão.
1949	Estabelecimento da Liga Awami com vistas à autonomia do Paquistão Oriental frente ao Paquistão Ocidental.
1952	Início do movimento pela língua bengali.
1965	Guerra Indo-Paquistanesa.
1966	O líder da Liga Awami, Sheikh Mujibur Rahman, é preso após defender maior autonomia para o Paquistão Oriental.
1969	Mujibur Rahman é libertado, após forte pressão popular, regressa ao Paquistão Oriental e defende que o território passe a chamar-se Bangladesh.
1970	O Governo rejeita a ampla vitória da Liga Awami nas primeiras eleições legislativas do país e Mujibur Rahman é impedido de assumir como primeiro-ministro.
1971	Em 7 de março, Mujibur Rahman faz discurso em Daca para dois milhões de pessoas defendendo a luta pela independência. Em 25 de março, a junta militar paquistanesa lança operação militar contra o movimento nacionalista do Paquistão Oriental. Em 26 de março, Mujibur Rahman declara a independência da parte oriental do Paquistão, mas é novamente preso. Em 16 de dezembro, a Guerra de Independência é vencida pelo Bangladesh, com apoio da Índia.
1972	Mujibur Rahman é libertado, após pressão internacional, e regressa ao Bangladesh, tornando-se presidente e, posteriormente, primeiro-ministro.
1975	Em janeiro, Mujibur Rahman institui sistema de partido único. Em agosto, ele e a maior parte de sua família são assassinados em golpe militar.
1981	Assassinato do presidente Ziaur Rahman em frustrada tentativa de golpe militar.
1982	Golpe de estado liderado pelo general Mohammad Ershad, que assume a presidência do país.
1991	Khaleda Zia torna-se primeira-ministra e membro do Partido Nacionalista de

	Bangladesh (até 1996).
1996	Governo de Sheikh Hasina Wazed, filha de Sheikh Mujibur Rahman e representante da Liga Awami (até 2001).
2000	Acirramento das relações com o governo paquistanês.
2001	Confrontos fronteiriços com a Índia.
2001	Segundo governo de Khaleda Zia, marcado por instabilidade política e social (até 2006).
2008	Vitória da Liga Awami nas eleições parlamentares.
2009	Segundo governo de Sheikh Hasina e posse do Presidente Zillur Rahman.
2010	Ratificação do Estatuto de Roma pelo Bangladesh (primeiro país da Ásia Meridional a tornar-se membro do Tribunal Penal Internacional).
2011	Emenda à Constituição elimina figura do "governo de transição" com função de organizar eleições gerais.
2011	Bangladesh e Índia assinam acordo de demarcação de fronteiras que encaminhará a questão de enclaves de um país no território do outro.
2012	Exército do Bangladesh anuncia desmantelamento de plano para derrubar o governo da primeira-ministra Sheikh Hasina.
2014	Primeira-ministra Sheikh Hasina é reeleita, após eleições gerais sem a participação de partidos de oposição, que boicotaram o pleito.
2017	Início do fluxo de refugiados rohingya, provenientes de Myanmar, ao Bangladesh (agosto)
2018	Reeleição do presidente Mohammad Abdul Hamid (fevereiro). Eleições-gerais resultam em ampla vitória da Liga Awami (dezembro).
2019	Após vitória da Liga Awami, primeira-ministra Sheikh Hasina assume o governo pela quarta vez (janeiro).
2020	Centenário de Sheikh Mujibur Rahman, “Pai da Nação” e primeiro presidente do Bangladesh (março).
2021	Cinquentenário da independência do país (março).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1972	Reconhecimento da República Popular de Bangladesh pelo governo brasileiro e estabelecimento de relações diplomáticas (15 de maio).
1973	Abertura da representação diplomática de Bangladesh em Brasília.
1974	Início da presença oficial brasileira em Bangladesh, com a criação da Embaixada do Brasil em Daca.
1984	Visita oficial de delegação brasileira do Ministério da Aeronáutica a Bangladesh.
1989	Reunião, em Paris, entre o então presidente José Sarney e seu homólogo Hossain M. Ershad.
1992	Participação bangladesa na Conferência do Rio (ECO 92), com a presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, A.S.M. Mostafizur Rahman, e do ministro do Meio Ambiente e Florestas.
1994	Vinda ao Brasil do ministro da Juta, A.S.M. Hannan Shab, e do ministro da Indústria de Bangladesh, A.M. Zahiruddin Kahn.
1998	Fechamento da embaixada do Brasil em Daca (1º de agosto).
2002	Fechamento da embaixada de Bangladesh em Brasília (31 de agosto).
2009	Reabertura da embaixada do Brasil em Daca (18 de fevereiro).
2010	Missão técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) a Bangladesh (maio).
2011	Congresso Nacional aprova Medida Provisória autorizando a doação de até 710 mil toneladas a países em situação de insegurança alimentar, entre eles o Bangladesh. Visita da então subsecretária-geral de Política II, embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, a Daca (12 a 14 de junho). Missão de prospecção comercial liderada pelo vice-chanceler Mijarul Quayes ao Brasil, em 1 e 2 de agosto, oportunidade em que também se procurou fazer avançar o processo de reabertura da embaixada em Brasília.
2012	Reabertura da Embaixada bangladesa em Brasília.
2017	Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Bilaterais e realização de sua primeira reunião, em Daca (março).
2019	Visita ao Brasil do ministro do Comércio do Bangladesh, Tipu Munshi (agosto).

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Comércio	13/02/1976	19/07/1976	01/09/1976
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	27/09/1988	26/11/1991	27/12/1991

EMBAIXADA DO BRASIL EM DACA**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JUNIOR**

Transcrevo, a seguir, relatório relativo à minha gestão na Embaixada em Dacca, iniciada em 31 julho de 2017.

2. Assumi esta Embaixada um ano após o atentado terrorista do restaurante "Holey Artisan Bakery", que custou a vida de 22 pessoas (17 estrangeiros, três bangladenses e dois policiais). O atentado marcou profundamente o país em sua estrutura social e política e foi considerado o maior ataque terrorista já sofrido pelo Bangladesh desde sua independência em 1971. O governo da primeira-ministra Sheikh Hasina teve de adotar medidas de ordem estruturais para reformular a segurança interna do país, a fim de coibir e neutralizar os grupos radicais e fundamentalistas islâmicos emergentes. Hasina tem-se esforçado em propagar para o mundo a imagem do Bangladesh como um país moderno, voltado para a agenda global, com um estado laico, livre de conflitos sócio-religiosos e fundamentalistas, de modo a atrair os investimentos externos necessários para fomentar o desenvolvimento social e econômico do país.

3. Ainda em 2017, no início de minha gestão, presenciei o trágico êxodo de Myanmar para o Bangladesh de cerca de um milhão de indivíduos da minoria muçulmana myanmarese, "Rohingya", na tentativa de escapar da violência e da perseguição no país vizinho. A busca por uma resolução sustentável e digna da questão Rohingya tem-se tornado uma prioridade de política externa, bem como de segurança interna do Bangladesh.

4. Também ao longo desse período, tive oportunidade de acompanhar o processo eleitoral de 2018 no qual a primeira-ministra Sheikh Hasina foi reeleita para seu quarto mandato e terceiro consecutivo. Desde então, seu governo tem atribuído prioridade a uma agenda voltada para o desenvolvimento econômico do país, que tem registrado crescimento contínuo do PIB a taxas médias de 7 a 8% ao ano por mais de uma década. De acordo com previsão do FMI, o Bangladesh ocupará no presente exercício a posição de 33ª maior economia do mundo com um PIB de US\$ 409 bilhões, passando à frente de países como Finlândia, Chile e Malásia. Sua posição geoestratégica, entre a Ásia Meridional e o Sudeste Asiático, tem atraído atenção das principais economias do continente na disputa em torno de vantagens comerciais e das riquezas oferecidas pela região. Na última década, o Bangladesh tem recebido investimentos maciços nos setores de infraestrutura, energia e logística de países como a China, Japão, Índia e Rússia. Tais mega obras têm tornado o Bangladesh uma economia mais atraente para o investimento estrangeiro, como é o caso de empresas de porte japonesas e sul-coreanas. Com a conclusão das obras do porto de águas profundas na Baía de Bengala, em construção por consórcio nipônico, o trânsito de exportações do Ocidente para o mercado chinês será reduzido em mais de cinco mil quilômetros e meio. Pela iniciativa do "Belt and Road", o porto de Chittagong estará a mil e duzentos quilômetros de Kunming na China por rota terrestre.

5. Além disso, o Bangladesh é referência mundial graças ao programa de microcrédito do Banco Grameen, elaborado pelo Professor Muhammad Yunus, que lhe valeu, em 2006, o Prêmio Nobel da Paz. Desde então, diversas outras iniciativas, governamentais e privadas, sobretudo de ONGs (com destaque para a BRAC), têm colaborado para o franco desenvolvimento do país.

6. Outro elemento de relevo durante minha gestão, sem dúvida, foi a pandemia do novo coronavírus, talvez um dos mais significativos eventos de consequências globais desde o final da Guerra Fria ou dos ataques do 11 de setembro de 2001, que também provocou sérios distúrbios no panorama socioeconômico do país. "Acesso equitativo" às vacinas contra COVID-19 e maior solidariedade e coordenação entre as nações para o combate à pandemia têm sido prioridades do Bangladesh no cenário internacional. Não obstante, a economia bangladesa tem demonstrado resiliência diante dos efeitos da pandemia, registrando, em 2020, um crescimento do PIB da ordem de 3,5%, superior ao desempenho de seus vizinhos da Ásia Meridional, Paquistão (-0,5%) e Índia (-7,3%), conforme dados do FMI.

7. Como um dos países considerados mais vulneráveis à mudança do clima, o Bangladesh tem imprimido uma agenda ativa no exercício das presidências do Fórum de Países Vulneráveis à Mudança do Clima (CVF) e do grupo de ministros de finanças dos vinte países mais vulneráveis ao clima (V20). Durante a COP 26, a primeira-ministra Hasina sustentou em seu discurso caber aos principais emissores apresentarem Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) mais ambiciosas. Os países desenvolvidos, ademais, deveriam cumprir os compromissos de mobilizar o fundo anual de US\$ 100 bilhões para financiar os países vulneráveis ao clima em seus processos de adaptação e mitigação. Indicou, ademais, a necessidade de haver uma divisão global de responsabilidades pelas populações deslocadas pelo aumento do nível do mar, da salinidade, da erosão fluvial, das inundações e das secas.

8. No plano bilateral, a bem-sucedida I Reunião do Mecanismo de Consultas, em março de 2017, abriu uma avenida de oportunidades para a expansão do relacionamento mútuo para áreas pouco exploradas no passado. Nessas condições, durante minha gestão, foi possível envidar esforços para além da habitual esfera político-diplomática do relacionamento bilateral, trabalhar áreas como comércio, investimentos, defesa, divulgação cultural e esportiva, bem como cooperação técnica, entre outras.

9. O Bangladesh conta com cerca de 167 milhões de habitantes e um PIB per capita de US\$ 2.330,00 (FMI). Nessas condições, ficou muito claro para mim, desde o início, que todo o trabalho desta embaixada deveria estar orientado para a finalidade de se estabelecer mecanismos de acesso direto de nossas empresas a este mercado e, assim, explorar o potencial comercial de nossas relações bilaterais, sobretudo no que respeita o agronegócio. Desse modo, foi proposto à Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) um programa de trabalho estruturado, voltado para o adensamento das relações comerciais e econômicas, englobando outras áreas da esfera bilateral que iriam interagir, subsidiar e concorrer para tal finalidade.

Imprensa e Divulgação

10. O Brasil neste país é, antes de mais nada, "futebol". Cerca de 100 milhões de bangladeses torcem por nossa seleção como verdadeiros brasileiros nas copas do mundo. De modo a expandir

as relações bilaterais, seria necessário divulgar a realidade brasileira atual e seu potencial econômico e cultural, também para além do futebol. Destarte, a embaixada buscou estabelecer contato estreito e fluido com a imprensa e mídia locais, como componentes cruciais para a divulgação do Brasil no Bangladesh para além do esporte e carnaval.

Temas Culturais

11. De modo a difundir aspectos relevantes da cultura brasileira, com apoio de empresas locais, foi possível realizar a "Semana de Gastronomia e Música Brasileira" nesta cidade. O festival contou com "chef" brasileiro de alto nível para apresentar pratos da rica gastronomia regional brasileira, em forma de "Sabores e Cheiros". As pimentas e temperos trazidos do Brasil tiveram uma repercussão toda especial junto aos bangladenses. A pimenta local, trazida há 500 anos pelos portugueses, não possui sabor nem cheiro igual à do Brasil.

12. Além disso, no intuito de promover carnes brasileiras neste mercado, foi possível trazer especialista em cortes brasileiros e churrasco. Em colaboração com a "Bengal Meat", principal fornecedora local de carne bovina, o "chef" demonstrou aos bangladenses como extrair a picanha da alcatra. Embora a carne disponível em Bangladesh não seja comparável nem em sabor, nem em textura, à brasileira, "picanha" passou a fazer parte do vocabulário local desde então.

13. No plano musical, a performance da cantora Indiana Nomma e de seu trio de jazz resultou em divulgação de grande sucesso no Bangladesh com seleção de sambas, bossa nova e jazz brasileiro junto a público seletivo da elite local. A sofisticação da música nacional impressionou e revelou a diversidade cultural do Brasil em sua essência.

14. Até o início da pandemia, a embaixada promoveu, com apoio da área cultural da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) e de empresários locais, ciclos de filmes como forma de mostrar a realidade brasileira para além do que é normalmente veiculado na imprensa mundial. O público local demonstrou grande empatia com o modo de viver do brasileiro, revelando grande afinidade com o temperamento nacional, mesmo sendo as duas realidades tão distantes em seus aspectos culturais e linguísticos.

15. Em 2019, a pedido do ministro da Cultura do Bangladesh e com esforço da embaixada, foi possível alavancar participação de escritora brasileira para participar do renomado festival de literatura "Dhaka Lit Fest". Além de apresentar versão inglesa de livro que ainda estava por ser lançado no Brasil, "A Ponte para Istambul", a escritora premiada Maria Filomena Lepecki participou de três painéis de debate com escritores de diversos países de língua inglesa. O evento foi amplamente coberto pela imprensa e mídia locais, destacando a participação especial, pela primeira vez no país, de escritora brasileira.

16. De modo a engajar agentes econômicos brasileiros e chamar a atenção do público em geral, também trabalhei para divulgar o Bangladesh moderno e atual no Brasil, assim como seu potencial para as relações comerciais bilaterais. Durante a Copa do Mundo da FIFA em 2018, a embaixada conseguiu patrocínio para trazer equipe da Sport TV com a finalidade de mostrar no Brasil vídeo de como este país celebra o mega evento esportivo e como seu povo torce pelo Brasil. Foram as primeiras imagens do Bangladesh em verde e amarelo nas televisões brasileiras.

Câmaras de Comércio Bilaterais

17. Nos vários ciclos de entrevistas e divulgação das oportunidades para estreitar os laços bilaterais, dei ênfase no apoio a ser dado pela embaixada junto aos setores privados dos dois países para o desenvolvimento de comércio direto entre ambos mercados. Da interação entre a imprensa, o setor privado e a embaixada, resultou o início de processo de criação em Dacca da Câmara de Comércio Brasil-Bangladesh (Bangladesh-Brazil Chamber of Commerce and Industry – BBCCI). O processo de conclusão da câmara levou cerca de dois anos e seis meses, em função da legislação e da processualística administrativa locais. Em janeiro de 2021, a BBCCI foi oficialmente criada.

18. Em esforço paralelo, a coordenação desta embaixada com empresas e associações brasileiras resultou na criação, em 2020, em Brasília, da Câmara de Comércio Brasil-Bangladesh (CCBB), conformando, assim, o estabelecimento de ponte institucional entre os dois mercados, oferecendo agora apoio a empresas de ambos países. Atualmente, as duas câmaras estão forjando a primeira parceria entre empresas brasileiras e bangladesas no promissor setor farmacêutico, bem como iniciando as primeiras tentativas de comércio direto entre os dois países.

Comércio

19. Diante desse potencial todo, solicitei autorização para a criação de Setor de Promoção Comercial e Investimentos (SECOM) nesta embaixada. O setor passaria a contar com auxiliar e assistente técnico locais para operarem o sistema e as ferramentas disponibilizadas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) para o desenvolvimento de atividades de promoção comercial no posto. Em função das restrições orçamentárias e financeiras, a criação do SECOM foi autorizada somente em julho de 2019, com a contratação de um assistente técnico (AST) local.

Agronegócio

20. Tendo este mercado um potencial gigantesco para produtos da agroindústria brasileira, uma das primeiras medidas por mim adotadas foi a de manter encontros de trabalho com os presidentes e diretores comerciais das principais redes de supermercados, atacadistas, produtores e distribuidores de carnes avícolas e bovinas ("Agora", "Shwapno", "Unimart" e "Bengal Meat"). Sem política ou estratégia de promoção comercial para este país, as empresas locais buscam em terceiros mercados produtos do agronegócio como açúcar bruto, algodão, soja, milho, trigo e óleos vegetais.

21. A embaixada, desde então, tem apoiado empresas como a BRF, Marfrig, SEARA e a JBS, bem como associações de produtores do agro brasileiros. A pedido da Associação Brasileira de Reciclagem Animal (ABRA), a embaixada obteve junto a empresas locais apoio financeiro e técnico para a organização de seminário e rodada de negócios em hotel de cinco estrelas de Dacca, com o objetivo de promover as farinhas de proteínas animais, utilizadas para alimentação animal, bem como a aprovação dos certificados sanitários internacionais (CSIs) brasileiros, incluindo certificação "Halal". O evento culminou com visita de delegação da ABRA e gestão pessoal minha junto ao secretário adjunto de Pecuária do Bangladesh, que resultou na pré-aprovação de CSI, que se encontrava bloqueado há cerca de quatro anos pelas autoridades locais.

Certificados Sanitários Internacionais (CSI)

22. O novo ministro da Pecuária e Pesca ("Livestock and Fisheries"), após as eleições gerais de 2018, passou a rever as políticas de seus antecessores na pasta e não está processando análises de propostas de CSIs pelo momento. Suspendeu, ademais, a importação de farinha de origem animal ("Meat and Bone Meal – MBM"). Não obstante, a embaixada continua a realizar gestões junto a autoridades locais, buscando apoio de empresas e associações, para desbloquear os CSIs relativos à importação de carne bovina, frango, farinhas animais e material genético de aves. Saliento, por oportuno, que em ocasiões distintas, realizei gestões pessoais junto aos três últimos ministros de Pecuária e Pesca em prol da aprovação dos CSIs. Em esforço paralelo, a delegação brasileira na OMC está conduzindo conversações bilaterais com a correspondente delegação bangladesa no sentido de entender e obter explicações sobre a posição deste governo com relação ao tema zoossanitário.

Algodão

23. O Bangladesh foi por mim indicado, desde o início de minha gestão, como potencial mercado para a matéria prima brasileira. Nessas condições, mantive diversas reuniões com o presidente da Associação de Algodão do Bangladesh (BCA) no intuito de estabelecer estratégia de promoção do algodão brasileiro neste país, terceiro maior exportador de roupas e peças de vestuário no mundo. A demanda da indústria têxtil bangladesa é superior à produção anual brasileira da matéria prima. A BCA tem plena confiança que, caso o Brasil promova o algodão neste país, conseguiria facilmente entrar com mais de 25% ou 30% do total do produto importado pelo Bangladesh. O importador bangladesa sugeriu que, por meio das associações brasileiras de algodão e agências governamentais, o Brasil realizasse projeto de promoção da matéria prima em 2019. A embaixada o submeteu à área de promoção comercial do Itamaraty, bem como à APEX-Brasil para que examinassem, em função de suas programações anuais e orçamentárias, as possibilidades de implementar o projeto naquele exercício.

24. Em 2020, por intermédio de colaboração entre a APEX-Brasil, Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA) e suporte desta embaixada realizou-se, em dezembro de 2020, "webinar" de lançamento da marca "Cotton Brazil" neste país, que foi coberto de êxito e muito bem recebido junto aos importadores locais. Com o estabelecimento das câmaras bilaterais em ambos países e de mecanismos de comércio direto, já começa a expectativa de importadores locais em trazer o algodão diretamente do Brasil, sem intermediários.

25. Em 2018, a Embaixada deu suporte e estendeu patrocínio para um seminário técnico sobre a qualidade e as vantagens comparativas do algodão brasileiro, a pedido da Associação Matogrossense de Produtores de Algodão (AMPA). Na ocasião, a convite da embaixada, participaram do evento significativo grupo de importadores da matéria prima, as principais empresas da área têxtil, associações e autoridades reguladoras bangladesas.

Defesa

26. No âmbito do Programa de Trabalho submetido por esta missão diplomática à Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), considerei ser a defesa uma das áreas das mais lucrativas para o parque industrial brasileiro como um todo, pelo seu alto teor de valor agregado. Como nossas relações nesse campo estavam mais distantes desde que ambos países fecharam suas respectivas embaixadas na década de noventa, foram propostas ações e medidas a serem adotadas, como o estabelecimento de acordo de cooperação que contemplasse intercâmbio de oficiais, oferecimento de cursos especializados, criação de adidâncias e troca de adidos, entre outras, que, em suma, contribuiriam para as autoridades militares bangladesas terem um conhecimento melhor do potencial da indústria brasileira para as necessidades das forças armadas deste país (FFAA).

27. Pelo programa de trabalho, a embaixada relatou oportunidades reais de negócios que se apresentam nesse setor, indicando que as FFAA do Bangladesh dispõem de orçamento especial, até o ano de 2030, para aquisição, reaparelhamento e modernização de todos seus equipamentos militares, dentro de um programa denominado "Forces Goal- 2030 (FG 2030)". Esse nicho em breve será explorado entre as câmaras de comércio bilaterais, juntamente com a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), no intuito de identificar empresas brasileiras que poderiam participar das diversas licitações organizadas anualmente pelas FFAA bangladesas.

28. Durante minha gestão, me aproximei das principais autoridades militares do país como o assessor de Defesa e Segurança da primeira-ministra, chefes dos Estados-Maiores das FFAA e do departamento de compras de materiais de defesa. Salientei a importância de que os comandantes das forças brasileiras estendessem convites para seus homólogos bangladeses visitarem o Brasil para conhecerem de perto o parque da indústria bélica nacional. O assessor da PM Sheikh Hasina, general Tarique Siddique, aceitou sugestão minha de conhecer o Brasil e participar da LAAD 2019 no Rio de Janeiro e, desde então, propaga a excelência, a qualidade, e o alto grau de tecnologia dos produtos brasileiros de emprego militar. Naquela ocasião, durante a LAAD, o general Tarique manteve reuniões com dirigentes da Taurus, da Embraer, da Avibrás, assim como representantes de outras empresas da indústria de defesa brasileira.

Consulado Honorário

29. A fim de obter importante apoio para empresas brasileiras exportadoras, iniciei processo de criação de consulado honorário brasileiro na cidade de Chattogram (Chittagong). A cidade abriga o maior porto da Baía de Bengala, por onde transita mais de 80% do comércio exterior do Bangladesh. Um volume significativo de comércio exterior chinês e indiano também se processa por intermédio daquele "Grande Porto de Bengala", conforme denominação feita por Vasco da Gama no século XVI. No momento, está tramitando processo de obtenção de "exequatur" para o candidato a cônsul honorário do Brasil naquela cidade portuária.

Esporte

30. A pedido da PM Hasina, em 2019, a CCBF juntamente com a Sociedade Esportiva do Gama, organizou estágio de um mês para quatro jovens desportistas que foram eleitos os jogadores de mais destaque nos torneios da federação bangladesa de futebol (BFF) nas categorias sub-15 e sub-17. A julgar pela repercussão na imprensa e junto as autoridades esportivas locais, a bem sucedida

experiência demonstrou a compatibilidade dos desportistas bangladenses com o futebol brasileiro, abrindo as portas para o estreitamento das relações bilaterais na esfera dos esportes, bem como para a abertura de novas avenidas de colaboração e parceria entre nossas sociedades como um todo.

31. O envio dos jovens futebolistas ao Brasil se inseriu no contexto do interesse da primeira-ministra Sheikh Hasina de desenvolver um programa a ser proposto pelo lado brasileiro, que terá por objetivo maior o restabelecimento do futebol como esporte de preferência nacional número um no Bangladesh. Na opinião de Hasina, o fortalecimento da prática dessa modalidade esportiva no Bangladesh deve ser realizado exclusivamente por intermédio do estreitamento da cooperação com o Brasil, a "capital mundial do futebol". Em razão da pandemia, dois eventos não foram realizados – a vinda de Pelé no ano de 2020 e a vinda da seleção feminina brasileira de futebol, acompanhada de delegação técnica para a discussão dos pormenores da proposta de projeto de restauração do esporte no Bangladesh.

Condecorações

32. De modo a estimular ações voltadas para o bom desenvolvimento das relações bilaterais, instituí pela primeira vez no posto condecoração de personalidades e autoridades locais que têm contribuído de algum modo especial para as relações entre nossos países. Condecorei com a Ordem do Rio Branco o ex-secretário-geral da chancelaria bangladesa, o assessor de Defesa e Segurança da primeira-ministra, general Tarique Siddique, e a embaixadora Abida Islam, ex-diretora-geral para as Américas. Condecorei, ademais, o presidente do grupo industrial "Square", Anjan Chowdhury, que divulga a música brasileira trazendo músicos do Brasil para participarem do Festival Internacional de Música Folclórica de Daca por ele patrocinado anualmente.

33. No plano consular, o atentado do “Holey Bakery” e a pandemia afastaram diversos membros de uma pequena comunidade brasileira no Bangladesh. Não obstante, a embaixada, com o apoio decisivo da área consular do Itamaraty, conseguiu repatriar nove cidadãos brasileiros durante os meses mais críticos da pandemia em 2020.

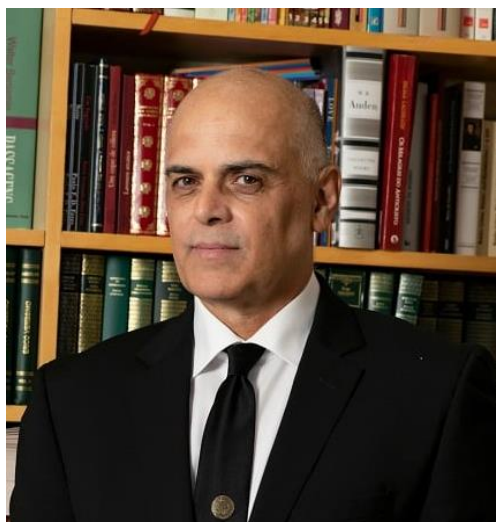
34. Finalmente, dando continuidade aos projetos acima descritos, abrindo novas avenidas de oportunidades, posso afirmar sem hesitação que o Brasil se firmará em uma posição estratégica diferenciada junto ao Bangladesh, reforçando a crescente parceria bilateral, bem como desenvolverá maior acesso a este mercado. Destaco, de modo especial, o programa do futebol e a importância de assinar acordo-quadro de cooperação técnica, para a subsequente implementação de projetos de cooperação bilateral na área agropecuária, tema de interesse estratégico para este país. O Bangladesh precisa desenvolver a pecuária, especialmente no que respeita gado leiteiro, assim como a produção de açúcar, de modo a reduzir importações significativas desses e de outros produtos agrícolas, que fazem gerar déficits crônicos em sua balança comercial.

35. Nesse contexto, sugiro realizar em 2022, ano em que nossos países celebram 50 anos de relações diplomáticas, grande evento com a vinda da seleção brasileira feminina, ocasião em que a delegação técnica se fará acompanhar para acertar os termos de referência do projeto na área do futebol, para o qual já há patrocínio dos setores privados de ambos países.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM DACA

Candidato MSC Paulo Fernando Dias Feres

PERFIL DO CANDIDATO**Paulo Fernando Dias Feres**

Paulo Fernando Dias Feres é ministro de segunda classe (MSC) da carreira diplomática. Graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1982 e ingressou no Instituto Rio Branco em 1985.

No Brasil, o MSC Paulo Feres trabalhou nas Divisões da África I e II do Itamaraty, bem como na Assessoria de Comunicação Social do Itamaraty. Foi chefe de gabinete na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial do MRE. Em 2009, foi aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, tendo defendido a tese “Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil”.

No exterior, serviu nas embaixadas do Brasil em Pretória, Tóquio, Berlim, Santiago e Lisboa e no Escritório em Taipei. Foi também encarregado de negócios na embaixada em Lagos e no Consulado-Geral em Tóquio. Atualmente, é embaixador do Brasil em Minsk, na Belarus.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com insumos para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Consolidar a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado bangladês e a parceria política com o Bangladesh, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover e defender os interesses do Brasil no Bangladesh;
3. Oferecer serviços consulares com qualidade e rapidez para a comunidade brasileira;
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais;
5. Fortalecer as relações bilaterais e em blocos regionais;
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no Bangladesh; e
7. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incrementar e diversificar o comércio bilateral com o Bangladesh

- *Promover a abertura do mercado bangladês para a exportação de carne bovina e de aves “halal”;*
- *Fornecer apoio técnico e logístico às negociações entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e sua contraparte bangladesa sobre questões sanitárias e fitossanitárias;*
- *Acompanhar e transmitir informações sobre as políticas econômica e comercial do Bangladesh, tendo presente desenvolvimentos nos setores agrícola e industrial, bem como sobre o ambiente de negócios do país;*
- *Desenvolver atividades de inteligência comercial, em parceria com a ApexBrasil e outras instituições, para identificar oportunidades de ampliação e diversificação de exportações de produtos e serviços brasileiros;*

- *Realizar eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de expansão no mercado bangladês;*
- *Facilitar contatos entre autoridades sanitárias brasileiras e bangladesas e entre empresas do setor farmacêutico, com vistas a maior fluidez no intercâmbio desses produtos;*
- *Manter interlocução frequente com os principais importadores bangladeses e outros atores locais relevantes, inclusive com as Câmaras de Comércio Brasil-Bangladesh, estabelecidas em ambos os países; e*
- *Prover apoio às empresas brasileiras com interesse no comércio com o Bangladesh, assim como fomentar a presença, no mercado local, das empresas brasileiras, em consulta com entidades setoriais brasileiras.*

2) Estimular maior intercâmbio de investimentos entre o Brasil e o Bangladesh

- *Divulgar oportunidades de investimentos recíprocos; e*
- *Apoiar empresas brasileiras e bangladesas para eventual realização de “joint ventures”.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de gestões junto a entidades setoriais e autoridades sanitárias e fitossanitárias bangladesas realizadas;
- 2) Número de reuniões de alinhamento com a ApexBrasil realizadas;
- 3) Número de estudos e relatórios de inteligência comercial elaborados diretamente pelo posto ou encomendados/contratados;
- 4) Número de telegramas sobre as políticas econômica e comercial do Bangladesh, bem como sobre o ambiente de negócios do país;
- 5) Número de eventos de divulgação de produtos brasileiros realizados;
- 6) Número de eventos de promoção de investimentos bilaterais realizados;
- 7) Número de atendimentos a empresas brasileiras com potencial interesse em exportar para o Bangladesh ou interessadas em investir naquele país; e
- 8) Número de reuniões com importadores locais com vistas a estimular a exportação de produtos brasileiros e com empresas bangladesas e o governo local (no caso de estatais) com potencial interesse em investir no Brasil.

Observação: parte dos resultados nessa área está relacionada a decisões empresariais.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Contribuir para o fortalecimento do diálogo entre o Brasil e o Bangladesh**
 - *Fomentar contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e bangladeses, em formato presencial ou virtual;*
 - *Fornecer apoio substantivo e logístico à realização de reuniões do Mecanismo de Consultas Bilaterais;*
 - *Apoiar a realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Bangladesh e vice-versa; e*
 - *Contribuir para a celebração do 50º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Bangladesh.*
- 2. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades bangladesas de política interna e externa**
 - *Enviar regularmente informações ao governo brasileiro sobre as atividades, o processo decisório e as tendências em política interna e externa do Bangladesh, inclusive nos temas de segurança e defesa, comércio e investimentos, inovação e tecnologia, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde e direitos humanos;*
 - *Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas específicas do MRE ou de outros órgãos públicos; e*
 - *Realizar visitas/reuniões/encontros/eventos envolvendo observadores e atores políticos locais com participação da Embaixada.*
- 3. Incrementar o diálogo parlamentar bilateral**
 - *Apoiar visitas/reuniões/eventos/iniciativas entre parlamentares brasileiros e bangladeses; e*
 - *Apoiar atividades de grupo parlamentar Brasil-Bangladesh, caso venha a ser constituído.*
- 4. Intensificar a paradiplomacia bilateral e a cooperação entre entidades subnacionais brasileiras e bangladesas**
 - *Apoiar visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes de entes federados brasileiros e bangladeses;*
 - *Apoiar a negociação de acordos de irmanação entre regiões e municípios brasileiros e bangladeses; e*
 - *Apoiar demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades subnacionais brasileiras e bangladesas.*
- 5. Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral**
 - *Realizar gestões junto ao governo do Bangladesh, para negociação de acordos de interesse brasileiro; e*

- *Enviar informações ao governo brasileiro sobre o andamento das negociações de acordos bilaterais, bem como sobre a tramitação interna posterior à sua conclusão.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões, presenciais e virtuais, de mecanismos bilaterais, bem como entre autoridades brasileiras e bangladesas realizadas;
- 2) Número de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Bangladesh e de autoridades bangladesas organizadas;
- 3) Número de gestões junto à chancelaria bangladesa;
- 4) Número de telegramas sobre temas de política interna e externa bangladesa, bem como sobre outros assuntos (sociais, culturais ou religiosos) de interesse para a política externa brasileira, por ano;
- 5) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e bangladeses;
- 6) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e bangladeses; e
- 7) Número de acordos negociados e concluídos durante a gestão.

Observação: parte dos resultados nessa área depende do interesse e da agenda de ambos os lados.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Contribuir para a maior aproximação do Brasil com organismos regionais asiáticos de que o Bangladesh seja membro**
 - *Acompanhar assuntos e iniciativas no âmbito de organismos regionais de que o Bangladesh é parte, como a Associação do Sul da Ásia para a Cooperação Regional (SAARC, na sigla em inglês) e a Iniciativa do Golfo de Bengala para a Cooperação Econômica e Técnica Multissetorial (BIMSTEC, na sigla em inglês); e*
 - *Manter diálogo regular com o Bangladesh, no que couber, sobre assuntos e iniciativas no âmbito desses organismos regionais.*
2. **Contribuir para a atuação do Brasil em organismos plurilaterais e multilaterais que contam com o Bangladesh entre seus membros**

- *Elaborar materiais de registro e análise sobre a atuação do Bangladesh em dossiês regionais e internacionais, inclusive como subsídio para a participação brasileira no Conselho de Segurança da ONU no biênio 2022-2023;*
- *Elaborar materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Bangladesh em foros multilaterais, como a ONU e seus órgãos, agências e programas especializados; e*
- *Manter diálogo com representantes governamentais bangladeshes sobre iniciativas e projetos de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais, bem como a respeito de ações no âmbito do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o banco de desenvolvimento multilateral do BRICS, ao qual o Bangladesh acedeu em setembro de 2021.*

3. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais que contam com o Bangladesh entre seus membros.

- *Realizar gestões para buscar o apoio do governo do Bangladesh a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de expedientes telegráficos e gestões sobre o tema dos organismos regionais do sul da Ásia por ano;
- 2) Número de telegramas sobre temas multilaterais por ano;
- 3) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais organizados; e
- 4) Número de gestões com vistas à obtenção de apoio bangladês a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais.

Observação: parte dos resultados nessa área depende do interesse e da agenda de ambos os lados.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e do turismo

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Ampliar a difusão da cultura brasileira e da língua portuguesa junto à sociedade do Bangladesh**
 - *Difundir a variante brasileira da língua portuguesa, bem como a cultura do Brasil, inclusive por intermédio da eventual criação de leitorado; e*
 - *Propor junto a potenciais parceiros locais e realizar, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira e a obtenção de patrocínios locais, eventos de promoção cultural, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais e eventos de divulgação de artistas e profissionais da cultura brasileira.*

2. Intensificar a promoção da imagem do Brasil

- *Realizar eventos de promoção da imagem do Brasil, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial para divulgação de produtos brasileiros;*
- *Associar ações de promoção da imagem do Brasil ao futebol, já que o esporte, em particular a seleção brasileira, desperta grande entusiasmo junto à população local.*
- *Fomentar a produção e difusão de conteúdo sobre o Brasil em língua bengali, com o objetivo de aumentar e diversificar as referências sobre o País.*

3. Divulgar a comemoração do bicentenário da Independência do Brasil

- *Organizar palestras e outras atividades de difusão de conteúdo relativo ao bicentenário da Independência do Brasil, tendo em conta, inclusive, que a efeméride coincidirá com a celebração do 50º aniversário das relações diplomáticas Brasil-Bangladesh, em 2022.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de eventos e ações de promoção da imagem e da cultura brasileiras, bem como eventos e ações e alusivos ao bicentenário da Independência do Brasil organizados; e
- 2) Número de ações de promoção da língua portuguesa realizadas.

V – Cooperação em agropecuária, desenvolvimento sustentável e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Intensificar a cooperação com o Bangladesh em áreas já identificadas e prospectar novas oportunidades de cooperação

- *Apoiar a conclusão das negociações sobre o Acordo de Cooperação Técnica, que já se encontram em fase avançada;*
- *Dar seguimento a propostas de cooperação técnica aventadas pelo Bangladesh, em áreas como agricultura e pecuária, com vistas a seu maior detalhamento e eventual aprovação; e*
- *Fomentar a colaboração bilateral em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como o desenvolvimento de biocombustíveis (em particular etanol), energias limpas, eficiência energética, e eliminação de resíduos sólidos, entre outros (tendo em conta a dependência de combustíveis fósseis no Bangladesh e a expansão do acesso à energia elétrica naquele país).*

2. Fortalecer a cooperação bilateral em defesa

- *Facilitar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países;*
- *Divulgar, junto aos setores interessados do governo bangladês, informações sobre produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
- *Buscar formas de coordenação entre as duas câmaras de comércio Brasil–Bangladesh, em Daca e em Brasília, e a Associação Brasileira das Indústrias de*

Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE) com a finalidade de divulgar junto às empresas brasileiras do setor as oportunidades para participação em licitações organizadas anualmente pelas forças armadas bangladesas para aquisição de equipamentos de emprego militar;

- *Elaborar, para o governo brasileiro, materiais de registro e análise sobre o setor de defesa do Bangladesh;*
- *Apoiar o processo de negociação do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Defesa, proposto pelo Brasil em 2020; e*
- *Subsidiar avaliação do Ministério da Defesa a respeito da conveniência e possibilidade de criação de adidância de defesa em Daca, tendo em conta, inclusive, que o Bangladesh estabeleceu adidância de defesa junto à sua embaixada em Brasília, em 2020.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões e gestões bilaterais, realizadas durante a gestão, com vistas à conclusão do Acordo de Cooperação Técnica, bem como à identificação, formatação e eventual início de projetos de cooperação;
- 2) Número de reuniões e gestões bilaterais, realizadas durante a gestão, com vistas à conclusão do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Defesa;
- 3) Número de contatos com autoridades de defesa do Bangladesh e de ações de promoção de produtos de defesa brasileiros; e
- 4) Número de reuniões, gestões e outras ações sobre possibilidades de cooperação bilateral em outras áreas durante a gestão.

VI - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Atualizar o mapeamento da comunidade brasileira no Bangladesh**
2. **Ampliar o apoio à comunidade brasileira residente no Bangladesh**
 - *Ampliar canais de atendimento consular e dotá-los de maior eficiência e agilidade; e*
 - *Ampliar difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reclamações de consulentes recebidas no ano por meio de canal de ouvidoria / número de atendimentos consulares realizados por ano; e
- 2) Tempo de espera para atendimento.

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 9, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.*



SF/22888.30969-76

Relator: Senador **MECIAS DE JESUS**

Vem ao exame desta Comissão a indicação pelo Presidente da República do nome do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata, que é filho de José Amim Feres e Eloisa Helena de Carvalho Dias Feres. Nasceu no dia 14 de outubro de 1957.

Em 1982, concluiu o curso de Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1985); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1997); e

de Altos Estudos (2009), ocasião em que defendeu a tese intitulada: “Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil”.

Iniciou sua carreira, no ano de 1986, como Terceiro-Secretário. Em 1993, tornou-se Segundo-Secretário. Por merecimento, em 1999, chegou a Primeiro-Secretário; em 2005, a Conselheiro; em 2009, a Ministro de Segunda Classe; e, em 2017, para o Quadro Especial.

Entre as atividades exercidas pelo diplomata ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se: Chefe de Gabinete do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria de Assuntos Internacionais (2000); Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial (2000-2006); Conselheiro da Embaixada em Berlim (2006-2009); Ministro-Conselheiro da Embaixada em Santiago (2009-2010); Ministro-Conselheiro da Embaixada em Lisboa (2010- 2016); Embaixador em Minsk desde 2019.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Popular do Bangladesh.

A partir de movimentos nacionalistas no Paquistão Oriental, deu-se a independência do Bangladesh, a qual foi proclamada em 26 de março de 1971. Com cerca de 167 milhões de habitantes e com território exíguo, o Bangladesh é o oitavo país mais populoso do mundo.

No ano de 2018, o Bangladesh cumpriu requisitos para deixar a classificação de país de menor desenvolvimento relativo passando a país em desenvolvimento. Porém, levando-se em conta a pandemia de COVID-19, o Comitê de Políticas de Desenvolvimento das Nações Unidas recomendou período de transição de cinco anos, entre 2021 e 2026.

As relações diplomáticas entre Brasil e Bangladesh foram estabelecidas em 1972.

Encontram-se em vigor acordos bilaterais nas áreas de comércio, cultura e educação. No mês de março de 2017, foi criado mecanismo de consultas bilaterais. Na primeira reunião, discutiram-se possibilidades de adensamento das relações bilaterais.



Também em 2017, no âmbito da 136ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP), o país recebeu, pela primeira vez, representantes do Poder Legislativo brasileiro (onze deputados e assessores brasileiros).

O Bangladesh tem demonstrado interesse na cooperação em agricultura e pecuária, em especial com o fim de ampliar sua produtividade de carne e leite. Um acordo bilateral de cooperação técnica vem sendo negociado. Também na área de defesa vem sendo negociado acordo quadro bilateral.

Convém destacar que, em 2020, o governo brasileiro doou de US\$ 50 mil, via Programa Mundial de Alimentos, para a aquisição, pelo Bangladesh, de “kits” de teste de COVID-19.

O intercâmbio bilateral experimentou significativo crescimento na última década: superou US\$ 1 bilhão a partir de 2011, com recorde em 2017 (US\$ 1,75 bilhão). Tradicionalmente o Brasil é superavitário.

O principal produto exportado pelo Brasil é o açúcar (em 2020, correspondeu a 41% das exportações brasileiras ao país). Somos o maior fornecedor do produto para o Bangladesh, com cerca de 83% do mercado local. Algodão (21%), soja (16%) e milho (9%) são outros dos principais produtos brasileiros vendidos para o Bangladesh.

Importamos do Bangladesh sobretudo artigos de vestuário (mais de 90% em 2020). Destaque-se que, em outubro de 2020, foi instituída, em Dacca, a Câmara de Comércio Brasil-Bangladesh, com o fim de fomentar o intercâmbio bilateral.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



11

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR

CPF.: 185.569.571-53

1959 Filho de João Tabajara de Oliveira e Anna Maria Fragelli Tabajara de Oliveira, nasce em 14 de março, em Beirute-Líbano (brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, inciso II da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1983 Direito na Universidade de Brasília (UnB)
 1985 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio-Branco (IRBR)
 1996 Diploma do Curso de Aperfeiçoamento do Diplomata (CAD) do IRBR
 2012 CAE

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
 1993 Segundo-secretário, por merecimento
 1999 Primeiro-secretário, por merecimento
 2005 Conselheiro, por merecimento
 2012 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2019 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1986-87 Departamento Consular e Jurídico (DCJ)
 1987-88 Divisão de Passaportes (DPP), assistente
 1988-91 Departamento Consular e Jurídico (DCJ), assistente
 1992-1995 Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias (CEE)
 1995-1998 Embaixada em Praga, República Tcheca
 1998-2001 Divisão de Pessoal, assessor
 2001-04 Embaixada em Paris, França
 2004-06 Embaixada em Kuala Lumpur, Malásia
 2007-09 Chefe da Coordenadoria-Geral de Assuntos dos Estados Unidos e Canadá (CGEUC)
 2009-12 Divisão de Informação Comercial (DIC), chefe
 2012-15 Agência Brasileira de Cooperação (ABC), diretor adjunto
 2015-17 Ministro-Conselheiro na Embaixada em Luanda, Angola
 2017- Embaixador em Daca, Bangladesh

Condecorações:

2019 Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco

FERNANDO PERDIGÃO
 Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 89, DE 2021

(n° 663/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 663

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de dezembro de 2021.

EM nº 00268/2021 MRE

Brasília, 1 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Albânia.

2. O atual ocupante do cargo, **FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fernando Simas Magalhães



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 1003/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 08/12/2021, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3057113** e o código CRC **9FED1E79** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009500/2021-30

SEI nº 3057113

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**ALBÂNIA****Novembro de 2021**

APRESENTAÇÃO

A **Albânia** (em albanês: *Shqipëri/Shqipëria*), oficialmente República da Albânia (em albanês: *Republika e Shqipërisë*), é um país montanhoso da península Balcânica, no sudeste da Europa. Tem uma área total de 28 748 km² e população de cerca de três milhões de pessoas.

Situada na borda ocidental da península Balcânica, limita-se ao norte com Montenegro, a nordeste com o Kosovo, a leste com Macedônia e Grécia e ao sul e oeste com o Mar Adriático, do outro lado do qual se encontra a Itália. A língua oficial é o albanês.

A Albânia fez parte do Império Otomano por mais de 400 anos. Conquistou sua independência em 1912. Seu nome em albanês é *Shqipëria*, que significa “A Terra da Águia”. Tirana, com cerca de 454 000 habitantes, é a capital e maior cidade do país.

PERFIL BIOGRÁFICO – AUTORIDADES ALBANESAS



ILIR META

Presidente

Nascido no dia 24 de março de 1969, em Çepan, Skrapar, Albânia. Graduou-se na Faculdade de Economia e Política da Universidade de Tirana, onde também realizou estudos de pós-graduação. Ilir Meta esteve engajado na política desde 1990, após o colapso do regime comunista na Albânia, e era um participante ativo nos movimentos estudantis contrários ao capitalismo. Desde 1992 foi eleito membro do Parlamento em todas as legislaturas, além de ter sido membro ativo de diversas comissões parlamentares. Antes de ser presidente, ele atuou como primeiro-ministro de 1999 a 2002. Meta também atuou como Ministro de Relações Exteriores de 2002 a 2003 e novamente de 2009 a 2010. Foi Presidente do Parlamento da Albânia de 2013 a 2017. Meta também ocupou cargos como Vice-primeiro-ministro e Ministro de Economia, Comércio e Energia. Antes disso, ocupou a presidência da Comissão Parlamentar de Integração Europeia. Em 2004, deixou o Partido Socialista da Albânia (PS), e fundou seu próprio partido, o Movimento Socialista para a Integração (LSI). Em 28 de abril de 2017, Meta foi eleito presidente da República da Albânia na quarta votação, com 87 votos de 140, e assumiu o cargo em 24 de julho de 2017. Em junho de 2021, o parlamento albanês votou por seu impeachment, mas o processo ainda depende de confirmação pela Corte Constitucional.



EDI RAMA

Primeiro-Ministro

Edi Rama nasceu no dia 4 de julho de 1964, em Tirana, Albânia. Após o colapso do comunismo no país, envolveu-se com os primeiros movimentos democráticos. Em janeiro de 1997, foi espancado por membros do serviço secreto (SHISH), como punição por suas críticas abertas ao governo Berisha. As agressões foram amplamente divulgadas. Em 1998, recebeu apelo do primeiro-ministro da Albânia, Fatos Nano, solicitando que atuasse como ministro da Cultura, Juventude e Esportes. Aceitou a oferta, envolvendo-se assim pela primeira vez na política. Em outubro de 2000, ganhou a corrida para a prefeitura de Tirana como candidato independente, apoiado pelo Partido Socialista, contra o escritor Besnik Mustafaj. Em outubro de 2005, tornou-se líder do Partido Socialista, após a renúncia de Fatos Nano. Durante as eleições parlamentares de 2013, o Partido Socialista de Edi Rama liderou a coalizão dos partidos de esquerda que obteve vitória esmagadora contra a coalizão conservadora de Sali Berisha, do Partido Democrata da Albânia. A plataforma de Rama, apelidada de "Renascimento", foi baseada em quatro pilares: integração europeia, revitalização econômica, restauração da ordem pública e democratização das instituições do Estado. Desde 15 de setembro de 2013, Rama atua como o 33º primeiro-ministro da Albânia.



OLTA XHAÇKA

Ministra das Relações Exteriores

Olta Xhaçka nasceu em Tirana em 5 de dezembro de 1979. Ocupa o cargo de Ministra para Assuntos Estrangeiros e Europeus desde janeiro de 2021. É graduada (“Honors”) em Ciências Políticas e Relações Internacionais e Mestrado em Administração Pública pela Clark University, de Massachusetts, EUA. Antes de seu engajamento político, tinha papel ativo na sociedade civil, no campo dos direitos humanos e boa governança, além de ter trabalhado como palestrante em ciências políticas na New York University de Tirana. Desde 2009, é parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Em março de 2017, foi nomeada Ministra de Bem-Estar Social e Juventude. Em setembro de 2017, foi nomeada Ministra da Defesa, posição que ocupou até janeiro de 2021.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Albânia
GENTÍLICO	Albanês
CAPITAL	Tirana
ÁREA	28.748 km²
POPULAÇÃO	2,9 milhões
IDIOMAS	Albanês (oficial), grego, dialetos eslavos
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (61,9%), cristãos (31,6%), agnósticos (5,8%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Governo e Parlamento (<i>Kuvendi</i>)
CHEFE DE ESTADO	Ilir Meta
CHEFE DE GOVERNO	Edi Rama
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Olta Xhaçka
PIB nominal (2020)	US\$ 17 bilhões
PIB PPP (2020)	US\$ 43 bilhões
PIB per capita (2020)	US\$ 6.007
PIB PPP per capita (2020)	US\$ 14.976
VARIAÇÃO PIB	3,9% (2020); 3,7% (2019); 4,2% (2018)
IDH	0,785 (68º)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	97,6%
EXPECTATIVA DE VIDA	78 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020)	11,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Lek
EMBAIXADOR NO BRASIL	Rezar Bregu (desde agosto de 2018)
EMBAIXADOR NA ALBÂNIA	Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Cerca de 80 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → ALBÂNIA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan-out)
Intercâmbio	66,8	41,2	56,4	43,0	37,2	40,1	45,9	60	59,9	49,8	51,9
Exportações	64,2	39,5	54,0	41,1	36,5	39,3	44,7	58,7	58,4	48,7	48,7
Importações	2,5	1,6	2,3	1,8	0,7	0,8	1,1	1,3	1,5	1,1	3,2
Saldo	61,6	37,8	51,7	39,2	35,8	38,4	43,6	57,3	56,9	47,6	45,5

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Albânia estabeleceram relações diplomáticas em 4 de abril de 1961, no espírito da *Política Externa Independente* do governo Jânio Quadros. Dois meses depois, em junho de 1961, assinaram Acordo de Comércio e Pagamentos, nos moldes dos acordos de comércio compensado com países do bloco oriental, então em voga.

Em janeiro de 1971, a Albânia de Enver Hoxha — já distanciada da URSS, cujo “revisonismo” denunciava — propôs a abertura de missões permanentes em Brasília e Tirana. O Governo brasileiro não acolheu a iniciativa. Em meados da década, a Albânia assumiu postura de crescente isolamento no concerto das nações, que durou até meados dos anos 80.

Em maio de 1985, o Governo brasileiro concordou com a troca de Embaixadores, a título cumulativo. Em julho de 1985, foi solicitado *agrément* para o primeiro Embaixador da Albânia no Brasil, residente em Buenos Aires. Por sua vez, em outubro de 1985, por decreto do Presidente da República, foi criada a Embaixada do Brasil na Albânia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Roma.

O então Ministro das Relações Exteriores da Albânia, Paskal Milo, realizou visita oficial ao Brasil em maio de 2000, acompanhado de delegação oficial, de comitiva de empresários albaneses e do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Albânia. O Ministro Milo foi recebido em audiência pelo Senhor Vice-Presidente da República.

Em agosto de 2008, à margem da cerimônia de inauguração dos Jogos Olímpicos de Pequim, o presidente brasileiro manteve encontro com o primeiro-ministro Sali Berisha, oportunidade em que foi comunicada oficialmente a intenção da Albânia de abrir Embaixada residente em Brasília. Em setembro do mesmo ano, o ministro das Relações Exteriores brasileiro e o ministro dos Negócios Estrangeiros Lulzim Basha reuniram-se em Nova York, à margem da LXIII AGNU.

Naquele mesmo mês, o Conselho de Ministros albanês aprovou a abertura da Embaixada, por considerar, nas palavras do PM Berisha, que “o Brasil é uma grande democracia, com marcado crescimento econômico, o que o torna um país importante não apenas no continente americano, mas no mundo”. Em 30 de junho de 2009, a Albânia comunicou a designação do embaixador Ronald Bimo como Encarregado de Negócios da Albânia no Brasil e responsável pela abertura da Embaixada em Brasília, cuja instalação deu-se em julho de 2009. Em retribuição à abertura da Embaixada permanente da Albânia em Brasília, foi instalada, em setembro de 2010, a Embaixada do Brasil em Tirana.

Em outubro de 2011, o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Albânia, Edmond Haxhinasto, realizou visita ao Brasil, quando se reuniu com o vice-presidente brasileiro e com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. O chanceler albanês manteve, ainda, reunião com ministro das Relações Exteriores, ocasião na qual foram assinados três memorandos de entendimento (sobre consultas políticas, cooperação econômica e intercâmbio acadêmico-diplomático) e um acordo sobre isenção de vistos (em tramitação no Congresso Nacional). Em 2015, visitou o Brasil o ministro dos Negócios Estrangeiros Ditmir Bushati, que se encontrou com altas autoridades dos três Poderes em Brasília e no Rio de Janeiro e foi assinado Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a Albânia.

Desde a abertura de sua Embaixada em Brasília, em 2009, a Albânia tem manifestado o interesse em que o Brasil utilize a posição deste país nos Balcãs para promover a penetração de produtos brasileiros nos mercados de toda a região, funcionando como uma "plataforma para o Mediterrâneo". O crescimento da cooperação e da integração interbalcânica, verificado nos últimos anos, daria oportunidades a empresas brasileiras em diversos setores, como os da construção civil (infraestrutura), agrícola (mecanização), têxtil, energético, alimentício, e outros.

Em 2021, Brasil e Albânia cumpriram sessenta anos do estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais.

ASSUNTOS CONSULARES

A Albânia tem uma pequena comunidade brasileira residente (não mais do que 80 pessoas), constituída, em sua maioria, por missionários pentecostais ou evangélicos e suas famílias. Grupos de religiosos de ambas as denominações têm atuado na Albânia desde o fim do regime comunista em 1991, e estão radicados por todo o interior do país. Alguns brasileiros ligados ao futebol, jogadores ou treinadores, são periodicamente contratados por times albaneses, mas tendem a não permanecer por muito tempo no país.

POLÍTICA INTERNA

A República da Albânia é uma república parlamentarista. O Chefe de Estado é o Presidente da República (Ilir Meta, desde 2017) e o Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro (Edi Rama, desde 2013). Este governa com um Conselho de Ministros, proposto por ele, nomeado pelo Presidente da República e aprovado pelo Parlamento. O Presidente da República é eleito indiretamente, por três quintos da Assembleia, para um período de cinco anos (com direito à reeleição) e o Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República, conforme proposta do partido ou coalizão de partidos que detém a maioria dos assentos no Parlamento.

O Poder Legislativo é formado por uma Assembleia unicameral (Kuvendi) de 140 deputados, eleitos para um período de quatro anos. 100 deputados são eleitos diretamente em diferentes zonas eleitorais e 40 deputados são escolhidos por sistema de listas partidárias ou de coalizões. As últimas eleições parlamentares foram realizadas em abril de 2021.

Independente do Império Otomano desde 1912, a história da Albânia foi profundamente marcada por quase meio século de prevalência do regime comunista, que teve início ao final da Segunda Guerra, com a retirada dos alemães e a vitória da resistência albanesa. Os *partisans* comunistas prevaleceram sobre os opositores nacionalistas e monarquistas. Em janeiro de 1946, foi proclamada a República Popular, sob o governo de Enver Hoxha, líder que dominou a política albanesa até a sua morte, em 1985. O governo de Hoxha caracterizou-se por uma política de extremo isolamento, assumindo e rompendo, em fases sucessivas, com o titoísmo iugoslavo, com o stalinismo soviético e com o maoísmo chinês.

Hoxha foi sucedido, em 1985, por um político mais moderado, Ramiz Alia (segundo e último líder do período comunista), que buscou realizar tímidas reformas e dar início a um processo de normalização das relações com os vizinhos. Em 1990, todavia, a crescente mobilização popular impôs a legalização de partidos políticos independentes. Nessa conjuntura, surgiram as duas lideranças que dominariam o quadro

político albanês nos anos seguintes: o médico Sali Berisha, líder do Partido Democrático (PD), de centro-direita, e Fatos Nano, da ala moderada do então Partido Trabalhista Albanês (PTA), o antigo partido único da era comunista.

Em março de 1991, nas primeiras eleições livres realizadas após a Segunda Guerra, o PTA obteve cerca de 60% dos votos, refletindo o conservadorismo dos extratos rurais (dois terços da população do país). Ramiz Alia foi eleito Presidente e foi formada uma coalizão reunindo o PTA, o PD e o Partido Socialista (PS). O apoio popular à coalizão, todavia, acabou por esvaír-se e novas eleições, realizadas em março de 1992, foram vencidas pelo PD. A Assembléia Popular elegeu, então, Sali Berisha para a Presidência.

Em 1996, o PD obteve novamente a vitória, e Berisha foi reconduzido à Presidência. Em 1997, formou-se um governo de coalizão interino. Nas eleições parlamentares de junho de 1997, venceu coalizão encabeçada pelo PS, que governou o país até 2005. Em novembro do mesmo ano, foi realizado referendo nacional — boicotado pelo PD — que aprovou, por expressiva maioria (93,5% do eleitorado), uma nova Constituição, que entrou em vigor em 28 de novembro de 1998.

As mais recentes eleições parlamentares na Albânia ocorreram em abril de 2021 e elegeram Edi Rama para seu terceiro mandato à frente do governo albanês. O Partido Socialista liderou com a conquista de 74 assentos, seguido do PD-AN (59 assentos), LSI (4 assentos) e PSD (3 assentos).

ECONOMIA

Segundo o Banco Mundial, o PIB da Albânia foi de 14,8 bilhões de dólares e a renda per capita de 5,2 mil dólares em 2020. Após a retração de 4,0% verificada em 2020, há previsão de que o país cresça 7,2% em 2021, uma das mais elevadas taxas de recuperação dos países dos Bálcãs ocidentais, estimada, em seu conjunto, em 5,9%.

Os serviços respondem por 48,6% do PIB e ocupam 43,7% da força de trabalho. O setor de turismo, responsável por mais de 20% do PIB, foi duramente atingido pela retração provocada pela pandemia de COVID-19. A indústria é responsável por 20,2% do PIB do país e emprega 20,2% da população ativa. O setor concentra-se na transformação de alimentos, têxteis e vestuário, madeiras (construção), petróleo, cimento, produtos químicos, mineração, transportes e energia hidráulica. A agricultura representa 18,5% do PIB e 36,1% da mão de obra. Os principais produtos são trigo, milho e aveias, batatas e legumes.

COMÉRCIO EXTERIOR

Os principais parceiros comerciais da Albânia são Itália, Alemanha, Grécia, Turquia, China e Sérvia. A Itália é mercado para 46% das exportações e origem de 25% das importações da Albânia. Os principais produtos comercializados são: A) exportações: têxteis e calçados; materiais de construção e metais; minerais; alimentos; máquinas e peças. B) importações: máquinas, equipamentos e peças; alimentos; produtos químicos e plásticos; material de construção; minerais e combustíveis.

POLÍTICA EXTERNA

As relações externas da Albânia desenvolvem-se em torno de quatro eixos principais: (1) a integração à União Europeia, (2) a aliança com os EUA, (3) a parceria com o Kosovo, e (4) as relações com a Itália e a Grécia.

A aspiração a tornar-se membro da União Europeia pauta grande parte, senão a maior parte, das decisões importantes do Governo albanês, tanto no plano interno como no plano externo.

A Albânia comprometeu-se, pelo Acordo de Estabilização e Associação, assinado com o Conselho da União Europeia (2006), a cumprir metas que são pré-requisito para aceder à condição de candidato a membro do bloco (pedido formal arquivado em 2009). A UE estabeleceu, em dezembro de 2010, doze "prioridades" no domínio da democracia e do Estado de Direito, cujo atendimento condiciona a abertura das negociações de adesão. Em 2011 e 2012, os progressos realizados pela Albânia foram considerados insuficientes, principalmente devido a obstáculos políticos internos, para permitir ao país alcançar o estatuto de país candidato à adesão, que é o próximo passo para aproximação à UE.

Em junho de 2014, a Albânia foi reconhecida oficialmente como candidata à adesão à União Europeia. A decisão do Conselho de Ministros da UE respaldou-se no parecer favorável do Relatório da Comissão Europeia, que reconheceu a ocorrência de progressos nos esforços da Albânia e considerou já existirem condições para aceitar sua pretensão de acesso pleno à UE. O Conselho teria ressaltado, por outro lado, haver muito ainda a ser feito com vistas ao cumprimento das metas de adequação deste país ao modelo europeu, destacando a necessidade de reformas na administração pública, no poder judiciário e no combate à corrupção e ao crime organizado. Frisou que a Albânia terá de reforçar a independência, a transparência e a responsabilidade do poder judiciário, de modo a oferecer segurança aos investidores locais e estrangeiros. Teria destacado, ainda, sua expectativa de que a Albânia contenha a tendência migratória para os países da União.

Dois mecanismos foram criados como suporte a novas candidaturas de acesso à União Europeia. O primeiro deles, denominado “Processo de Berlim”, foi lançado pela chanceler alemã em 2014, quando do aniversário dos cem anos do início da Primeira Guerra Mundial. Compõem a cimeira, além dos seis países dos Balcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Macedônia, Montenegro e Sérvia), alguns dos países da União Europeia: Itália, Alemanha, França, Áustria, Croácia e Eslovênia. Combatendo o euroceticismo, a iniciativa visa a promover o alargamento europeu e integrar ao bloco os países da região que, além da Eslovênia e a Croácia, dele ainda não fazem parte. O segundo é denominado “Open Balkans”, lançado no final de 2019 pela Sérvia, Albânia e Macedônia do Norte, mas com resistências da BiH, de Montenegro e, sobretudo, do Kosovo.

A Albânia possui relação muito próxima com os EUA. A origem dessa relação deferente é histórica: o Presidente Woodrow Wilson foi o advogado de uma Albânia independente quando, em 1919, as potências europeias relutavam em reconhecer a existência de uma nação albanesa merecedora de ter Estado próprio. Em 1999, o Presidente Clinton teve papel fundamental no processo que levou a OTAN a desencadear a campanha militar contra a Sérvia, em defesa da população de etnia albanesa da região do Kosovo.

A proximidade com os EUA traduz-se em atos que respondem a alguns dos principais interesses norte-americanos: participação albanesa nas forças da OTAN (da qual a Albânia tornou-se membro em 2009) no Afeganistão; assinatura do acordo-padrão, proposto pelos EUA aos países sob sua influência, de imunidade à jurisdição do Tribunal Penal Internacional da Haia; e concessão de asilo a prisioneiros de

Guantánamo. Fruto da proximidade diplomática entre os dois países, vale destacar a política de acolhida humanitária anunciada em agosto de 2021 pelo PM Edi Rama, atendendo a pedido do governo norte-americano, de acolher temporariamente cerca de 4.000 afegãos em trânsito para os Estados Unidos.

O alinhamento com os aliados euro-atlânticos envolve, por vezes, exercício de habilidade diplomática. Um exemplo é o receio de que o posicionamento ao lado do Ocidente conduza à impressão de que a Albânia procura afastar-se dos países islâmicos. Pressionada pela necessidade de atrair investimentos, a Albânia recém-democratizada aderiu, em 1992, à Organização da Conferência Islâmica. Com o mesmo objetivo, o primeiro-ministro Rama viajou ao Catar em abril de 2014, acompanhado de missão empresarial. Recorda-se que a Albânia ainda é um país onde o islã e o cristianismo convivem harmonicamente, graças ao longo período que o país foi declaradamente laico.

O apoio à independência do Kosovo é central para a ação diplomática albanesa. A declaração unilateral de independência de 2008 trouxe momentaneamente à tona um tema adormecido, o da "Grande Albânia". Tirana esforçou-se por esvaziar o tema, concentrando-se em contínuo *lobby* pelo reconhecimento do Kosovo independente, dentro das atuais linhas de fronteira, e separado da Albânia.

Como é comum nos Bálcãs, nem todos os albaneses étnicos estão abrigados no interior das fronteiras da Albânia. Há comunidades ou minorias albanesas em Montenegro, na Sérvia, na Macedônia e na Grécia. A proteção a essas comunidades tem sido fonte de atritos com os governos vizinhos e, historicamente, um fator de instabilidade na região.

Itália e Grécia são, possivelmente, os países europeus com maior ascendência sobre a Albânia. A Itália foi potência ocupante durante a Segunda Guerra Mundial e exerce a mais forte influência estrangeira em termos culturais. A Grécia é o país que abriga a maior comunidade de emigrantes albaneses.

Em 2022, a Albânia estreará mandato não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, coincidindo com o Brasil. O país foi eleito com votos de 175 países, incluindo o apoio unânime de todos os países do grupo do Leste Europeu, em significativa conquista para os Bálcãs Ocidentais. As prioridades multilaterais do país no órgão são: agenda de paz e segurança; proteção dos direitos humanos e do direito internacional; promoção da tolerância religiosa e apoio à luta contra o terrorismo e o fundamentalismo; combate ao terrorismo; segurança ambiental e combate à mudança climática; e defesa de um Conselho de Segurança mais eficiente e transparente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1961	Brasil e Albânia estabelecem relações diplomáticas por meio de Troca de Notas entre as Embaixadas dos dois países em Roma.
1961	Assinado, em Paris, por representantes dos dois países, o Acordo de Comércio e Pagamentos, que entrou em vigor em abril de 1963.
1985	Solicitado o <i>agrément</i> para o primeiro Embaixador albanês no Brasil, residente em Buenos Aires.
1985	Criada a Embaixada do Brasil na Albânia, cumulativa com a

	Embaixada do Brasil em Roma.
2000	Visita oficial, ao Brasil, do então Ministro das Relações Exteriores da Albânia, Paskal Milo, acompanhado de delegação oficial, de comitiva de empresários albaneses e do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Albânia.
2004	Visita da Diretora das Américas da Chancelaria albanesa, Rudina Mullahi, a Brasília.
2007	Albânia suprime unilateralmente vistos para cidadãos brasileiros.
2008	Encontro entre o Presidente brasileiro e o Premiê Sali Berisha à margem da cerimônia de inauguração dos Jogos Olímpicos de Pequim.
2008	Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores brasileiro e o MNE Lulzim Basha em Nova York, à margem da LXIII AGNU.
2009	Instalação da Embaixada albanesa em Brasília.
2010	Criada a Embaixada do Brasil em Tirana. Designado como Embaixador, Rudá Seferin.
2011	Visita ao Brasil do Chanceler albanês, Edmond Haxhinasto.
2012	Visita à Albânia do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho.
2015	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Albânia, Ditmir Bushati

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos
Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia (2015)	Albânia	Transporte Aéreo Tramitação Ministérios/Casa Civil
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Albânia, para o estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de ambos os Países (2014)	Albânia	Vistos e Imigração Em vigor

Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Albânia sobre Cooperação Mútua em Treinamento de Diplomatas (2011)	Albânia	Academias Diplomáticas Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Albânia (2011)	Albânia	Consultas Diplomáticas Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre Cooperação Econômica (2011)	Albânia	Cooperação Econômica Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre a Isenção de Vistos (2011)	Albânia	Vistos e Imigração Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre a Autorização, com Base na Reciprocidade, para o Exercício de Atividade Remunerada por Parte dos Familiares de Membros de Missões Diplomáticas ou Postos Consulares (2011)	Albânia	Dependentes - Atividades Remuneradas Em vigor
Acordo sobre Abolição Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço (2004)	Albânia	Vistos e Imigração Em vigor
Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República Popular da Albânia (1961)	Albânia	Comércio Em vigor
Acordo de Colaboração Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Albânia (1961)	Albânia	Cooperação Artístico-cultural Superado

EMBAIXADA DO BRASIL EM TIRANA**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR FRANCISCO CARLOS RAMALHO DE CARVALHO CHAGAS**

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (jul/2018 - nov/2021):

I - INTRODUÇÃO - INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A ALBÂNIA

2. A República da Albânia localiza-se no sul da Europa, na parte oeste da Península Balcânica. Limita-se a oeste pelos mares Adriático e Jônico, ao noroeste com a República de Montenegro, a nordeste com a província separatista sérvia do Kosovo, a leste com a Macedônia do Norte e ao sudeste e sul com a Grécia. Seu vizinho imediato pelo Adriático, a Itália, está a apenas cerca de 80 km de distância. A superfície da Albânia é de 28.748 km² (comparável à do Estado de Alagoas), definidos por 340 km de norte a sul e por 150 km de leste a oeste. A população é de 2,83 milhões, segundo as estimativas oficiais, com tendência decrescente em razão da baixa natalidade e da emigração. Com dois terços do território ocupado por montanhas, um terço da população está concentrada no distrito da capital, Tirana e, com 10% cada, nas cidades costeiras de Durrës e Vlora.

3. A posição geográfica da Albânia tornou-a ponta de lança de sucessivas invasões ao longo da História. No século II a.C., os ilírios – de quem os albaneses acreditam descender e eram contemporâneos a gregos e macedônios – foram conquistados pelos romanos. A partir do século IV d.C., a região passou ao Império Bizantino. Após sucessivas invasões de visigodos, hunos, búlgaros e eslavos, no século XV os albaneses caíram sob domínio otomano. Apesar da derrota, a resistência contra os turcos, conduzida por Gjergj Kastrioti Skanderbeu, é considerado o marco da nacionalidade albanesa. A Albânia declarou sua independência em novembro de 1912, ao final da Primeira Guerra dos Balcãs. No ano seguinte, contudo, as grandes potências europeias reunidas em Londres destinaram cerca de metade do território originalmente pretendido aos países vizinhos (Sérvia, Grécia e Montenegro). Em 1920, concluída a Primeira Guerra Mundial, a intervenção do presidente norte-americano Woodrow Wilson na conferência de Paris foi decisiva para a preservação da integridade territorial da Albânia em sua atual configuração.

4. A questão étnica tem relevância relativa na Albânia. As estatísticas oficiais, que apontam 97% da população como albanesa, são contestadas por outras minorias, sobretudo gregos, macedônios e montenegrinos. O tema não chega, no entanto, a despertar o antagonismo que se verifica nos demais países balcânicos.

5. O mesmo pode ser dito da questão religiosa. Herança da ocupação otomana, a maioria da população seria muçulmana sunita, seguindo-se ortodoxos gregos, católicos e muçulmanos bektashi. Embora as principais hierarquias religiosas contestem os números do censo de 2011 – quando mais de 70% da população declarou não professar qualquer das religiões listadas – pode-se afirmar que não se repetem na Albânia as tensões que prevalecem em outras partes da região. Nunca houve religião oficial e, ao final do comunismo – período em que se declarou o primeiro país ateu do mundo, as liberdades de religião, de crença e de consciência passaram a ser garantidas pela constituição nacional.

ECONOMIA

6. Segundo o Banco Mundial, o PIB da Albânia foi de 14,8 bilhões de dólares e a renda per capita de 5,2 mil dólares em 2020. Após a retração de 4% verificada em 2020, há previsão de que o país cresça 7,2% em 2021, uma das mais elevadas taxas de recuperação dos países dos Bálcãs ocidentais, estimada, em seu conjunto, em 5,9%.

7. Os serviços respondem por 48,6% do PIB e ocupam 43,7% da força de trabalho. O setor de turismo, responsável por mais de 20% do PIB, foi duramente atingido pela retração provocada pela pandemia de covid-19.

8. A indústria é responsável por 20,2% do PIB do país e emprega 20,2% da população ativa. O setor concentra-se na transformação de alimentos, têxteis e vestuário, madeiras (construção), petróleo, cimento, produtos químicos, mineração, transportes e energia hidráulica. Estima-se que o valor agregado do setor manufatureiro contribua com quase 6,3% do PIB do país.

9. A agricultura representa 18,5% do PIB e 36,1% da mão de obra. Os principais produtos são trigo, milho e aveias, batatas e legumes. A falta de equipamentos, a fragmentação das propriedades e a limitada área de cultivo (só 24% do território) contribuem para a baixa produtividade do campo na Albânia.

COMÉRCIO EXTERIOR

10. Os principais parceiros comerciais da Albânia são Itália, Alemanha, Grécia, Turquia, China e Sérvia. A Itália é mercado para 46% das exportações e origem de 25% das importações da Albânia.

11. Os principais produtos comercializados são: a) exportações: têxteis e calçados; materiais de construção e metais; minerais; alimentos; máquinas e peças. b) importações: máquinas, equipamentos e peças; alimentos; produtos químicos e plásticos; material de construção; minerais e combustíveis.

INSERÇÃO INTERNACIONAL E POLÍTICA EXTERNA

12. A Albânia é país-chave no contexto da conturbada península balcânica em que se localiza. A região é conhecida por sua história de disputas nacionalistas alimentadas por diferenças culturais, religiosas e étnicas, cuja força se pode medir pela intensidade das guerras em que se viram envolvidos os países da região ao longo da maior parte do século XX. À conquista da independência do Império Otomano, seguiram-se disputas territoriais. Palco da deflagração da Primeira Guerra Mundial, a região também foi terreno de batalha da Segunda Grande Guerra. Na sequência, viveria o tenso período da Guerra Fria e chegaria ao final do século novamente envolta nos sucessivos conflitos decorrentes da dissolução da Iugoslávia.

13. É no âmbito dos esforços de dar seguimento ao projeto de ampliação do projeto de construção de uma união europeia fundada nos princípios de paz, prosperidade e solidariedade, que melhor se pode entender a importância da contribuição que poderia ser dada pela Albânia. Apesar de suas

pequenas dimensões e população (menos de 2,9 mil de km e 2,8 milhões de habitantes) e modesto desenvolvimento econômico, o país tem, além de sua localização estratégica – apenas 39 milhas náuticas a separam da Itália – componente cultural com características muito particulares. Em meio ao conturbado cenário balcânico, os albaneses étnicos, além de também serem maioria na província independentista sérvia do Kosovo (93%), têm presença importante na Macedônia do Norte (25%) e constituem minoria importante na Grécia, em Montenegro e mesmo na Sérvia (nesta última, são maioria em dois municípios não kosovares).

14. Em todos esses contextos, as comunidades albanesas se caracterizam por comportamento que expressa traço positivo de sua cultura: a tolerância religiosa. Exemplo nesse sentido foi o refúgio dado pela sociedade albanesa, de maioria muçulmana, a judeus gregos e de outras partes da região durante a Segunda Guerra Mundial, fazendo da Albânia o único país europeu a terminar o conflito com maior número de judeus do que a princípio. Em outro contexto, mais recente, cabe mencionar a importante participação da minoria albanesa no referendo que aprovou a mudança do nome da Macedônia do Norte, encerrando disputa onomástica com a Grécia que impedia o avanço do projeto europeu do país vizinho.

15. A Albânia tem procurado também integrar-se a esforços de segurança e paz multilaterais, como membro da OTAN e participante de várias forças de paz, com destaque para as da Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Iraque e Afeganistão. O país ocupará, por primeira vez, no biênio 2022-2023, assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, juntamente com o Brasil.

16. A perspectiva de adesão à União Europeia concentra as atenções da Albânia, com o país promovendo reformas e amplo ajuste estrutural e legislativo para incorporação de normas e padrões europeus. Declarada candidata potencial em 2003, a Albânia formalizou seu pedido de adesão em 2009. O status de país candidato foi concedido em 2014. Em abril de 2018, a Comissão Europeia emitiu recomendação para a abertura formal de negociações de acesso à União Europeia.

17. Desde então, contudo, o Conselho Europeu, órgão máximo de deliberação do bloco, ainda não levou adiante o processo. Em sua mais recente avaliação, em maio de 2021, a comissão considerou atendidas as condições necessárias para a realização da primeira conferência intergovernamental de negociação da acessão albanesa. Reunido em outubro de 2021, o conselho decidiu apenas reafirmar a "perspectiva europeia" e o "engajamento estratégico" dos países da região, embora novamente sem marcar o início das negociações, processo no qual considera simultaneamente o exame das candidaturas da Albânia e da Macedônia do Norte. Além de possível relutância de países que no passado estiveram pouco inclinados a seguir adiante com o projeto de ampliação da União, o obstáculo ostensivo no momento é a recusa da Bulgária em compor o consenso exigido pelas regras decisórias do bloco enquanto não se resolve disputa bilateral sobre temas históricos e linguísticos com a Macedônia do Norte.

RELAÇÕES BILATERAIS

18. Brasil e Albânia estabeleceram relações diplomáticas em 4 de abril de 1961. As relações mantiveram-se distantes até o final da ditadura comunista de Enver Hoxha, que durou de 1944 até sua morte, em 1985. A partir dessa data, os países estabeleceram embaixadas cumulativas, a

Albânia em Buenos Aires e o Brasil em Roma. Em 2009, a Albânia decidiu transferir de Buenos Aires para Brasília sua única embaixada na América do Sul. O Brasil, em 2010, abriu embaixada residente em Tirana. O País é hoje, além dos Estados Unidos da América, o único governo americano com representação diplomática permanente na Albânia.

19. Três chanceleres albaneses estiveram no Brasil, nos anos de 2000, 2011 e 2015. Da parte brasileira, o então ministro da Agricultura e Pesca, Mendes Ribeiro Filho, visitou Tirana em 2012.

20. Há, contudo, amplo espaço para ampliação e intensificação das relações entre o Brasil e a Albânia. No âmbito político, a participação dos dois países no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio 2022-2023. No campo econômico-comercial, o Brasil consolidou posição de crescente importância no mercado albanês, tornando-se, em 2021, o principal fornecedor de carnes para o país.

II. AÇÕES REALIZADAS

21. A embaixada em Tirana procurou manter o mais amplo contato com interlocutores políticos, empresariais, dos meios de comunicação e culturais. Deu também atenção ao relacionamento com a comunidade brasileira na Albânia.

22. Serão apresentados, a seguir, comentários resumidos sobre as principais iniciativas adotadas nos âmbitos da promoção comercial e cultural e da assistência consular e à comunidade brasileira na Albânia.

PROMOÇÃO COMERCIAL

23. O comércio Brasil-Albânia se caracteriza por acentuada assimetria. Segundo os dados albaneses, as trocas bilaterais registraram, em 2020, no valor de USD 36,5 milhões, com sua quase totalidade (99,5%) correspondendo a exportações brasileiras, com aumento de 12,5% em relação ao ano anterior. Destas, 58,3% foram de carnes e produtos de origem animal. Outras vendas brasileiras importantes foram café (18,4%), produtos farmacêuticos (8,4%) e açúcar (8,2%).

24. De janeiro a agosto de 2021, o comércio bilateral totalizou USD 29,1 milhões, sendo 95% (USD 27,7 milhões) de vendas brasileiras. As carnes e produtos de origem animal representaram 52% das importações procedentes do Brasil, no total de USD 14,5 milhões, com um aumento de 39% em relação a igual período de 2020. Na balança comercial da Albânia, as carnes brasileiras representam 37% do total das importações desse grupo. Este ano o Brasil voltou a figurar como principal origem de carnes importadas pela Albânia, à frente de outros fornecedores tradicionais, como a Itália e os Estados Unidos.

25. As características particulares do comércio bilateral conferem especial importância aos temas relacionados às exportações de carnes para a Albânia. Ao assumir o posto, em julho de 2018, o setor exportador brasileiro enfrentava os sérios problemas derivados da Operação Carne Fraca, deflagrada em 2017. Estavam então sujeitas a controle sanitário todas as partidas de carnes de frango provenientes do Brasil.

26. Foram mantidos seguidos contatos com as empresas brasileiras exportadoras e com os importadores locais, diretamente e por intermédio de seu principal representante, o presidente da Associação Albanesa de Importadores de Carnes. De igual forma, a embaixada realizou gestões junto ao diretor da Autoridade Sanitária Albanesa (AKU).

27. A partir desses entendimentos e como demonstração de nosso interesse e transparência, foi sugerida a organização de contato entre as autoridades sanitárias brasileiras e albanesas, seja mediante convite para que visitem estabelecimentos no Brasil ou a vinda de representantes oficiais brasileiros à Albânia, sob a égide do Memorandum de Entendimento bilateral para cooperação em agricultura, firmado em 2012, por ocasião da visita a Tirana do então ministro da Agricultura Mendes Ribeiro Filho.

28. Em duas oportunidades foram feitas gestões de alto nível. Em novembro de 2018, quando as vendas brasileiras de carnes atingiam 90% (USD 50 milhões) do comércio bilateral e superavam o total do conjunto de nossas exportações no ano anterior (USD 45 milhões), mantive reunião com a vice-ministra da Agricultura e o diretor-geral da autoridade sanitária (AKU). De igual modo, em abril de 2019, visitei o ministro da Agricultura Bledar Çuçi, para novamente tratar de questões relacionadas à aplicação, pela fiscalização local ao produto brasileiro exportado para a Albânia, de critérios que superavam aqueles observados pelos controles da União Europeia e eram plenamente atendidos por nossos exportadores.

29. De igual modo, em agosto de 2019, realizou-se nova gestão junto ao diretor-geral da autoridade sanitária, sobre questões surgidas no controle de importações de carnes de frango, bovina e suína brasileiras. Verificou-se que, além de operações para o mercado local, estariam sendo prejudicadas partidas destinadas à Macedônia do Norte e ao Kosovo.

30. Finalmente, no final de janeiro de 2020, o ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Albânia editou nova portaria restabelecendo regime de amostragem na inspeção dos produtos de origem animal procedentes do Brasil, revogando igual normativa que, desde abril de 2017, impunha a obrigatoriedade de inspeção de 100% das cargas de carnes brasileiras.

31. A embaixada também esteve atenta à divulgação de notícias que pudessem ter efeito negativo para nossa imagem no mercado local, especialmente no setor de carnes. A esse respeito, manteve-se contato com os meios de comunicação albaneses, os quais, cabe reconhecer, agiram de forma responsável no atendimento às solicitações de que publicassem informações e notas de esclarecimento preparadas pela embaixada.

32. Não voltaram a ocorrer problemas nas exportações brasileiras do setor, salvo incidente pontual, em maio de 2021, quando carregamento de carne brasileira ocultando cocaína foi apreendido ao chegar ao Kosovo após trânsito pela Albânia, em operação promovida em coordenação com autoridades policiais italianas e norte-americanas.

DIVULGAÇÃO CULTURAL E TURISMO

33. Durante minha gestão, a embaixada procurou explorar oportunidades de promoção da cultura brasileira na Albânia, cujo interesse pelo Brasil decorre não apenas da tradicional referência ao

futebol nacional, mas foi muito despertado pela veiculação, na década de 1990, após o fim do regime comunista, de novelas de televisão produzidas no País.

34. Entre setembro e outubro de 2018, a embaixada apoiou a visita à Albânia de equipe do programa "Globo Repórter", da Rede Globo de Televisão, para a produção de edição dedicada ao país. A viagem foi coordenada com os ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Cultura, e a Agência Nacional de Turismo, para a organização da hospedagem, roteiro de viagem, acesso a locais de gravação e a realização de entrevista, entre elas com o primeiro ministro albanês Edi Rama. O programa foi veiculado no Brasil em agosto de 2019. Segundo a TV Globo, teve audiência de 50 milhões de espectadores. Sua exibição mereceu grande repercussão na Albânia, com destaque ou registro no noticiário da televisão, jornais e portais de mídia eletrônica locais.

35. A embaixada organizou ou participou dos seguintes eventos de caráter educacional ou de divulgação cultural do Brasil:

- Apresentação, na "Tirana Design Week 2019 - TDW", promovida pela Universidade POLIS de Arquitetura e Urbanismo, do projeto "Mola Structural Kit", desenvolvido pelo arquiteto e engenheiro civil brasileiro Márcio Sequeira de Oliveira, criador de ferramenta de ensino e aprendizagem, auxiliar na compreensão do funcionamento de estruturas arquitetônicas. A ferramenta foi vencedora, em 2017, do 31º Prêmio "Design" do Museu da Casa Brasileira (MCB), de São Paulo. (outubro de 2019)

- Exposição fotográfica "Brasília: Modernismo Ontem e Hoje", com imagens de Marcel Gautherot pertencentes ao acervo do Itamaraty e do professor e fotógrafo brasileiro Nick Elmoor, que foi curador da mostra. A mostra, na Universidade POLIS de Arquitetura e Urbanismo, fez parte da "Tirana Design Week 2019 - TDW", principal evento dedicado ao "design" na Albânia. A mostra teve por objetivo destacar a importância de Brasília como marco do modernismo brasileiro e patrimônio da humanidade. A apresentação, no mesmo espaço, do registro histórico de Gautherot e da atualidade do trabalho de Elmoor, permitiu realçar a atemporalidade já alcançada pela arquitetura de capital do Brasil. Obras da mostra estão hoje expostas na nova chancelaria da embaixada. (setembro/outubro de 2019)

- Realização da "Tirana Architectural Week 2020 - TAW", organizada pela Universidade POLIS de Arquitetura e Urbanismo, com a participação de profissionais e pesquisadores e designers de diversos países, entre eles Áustria, Itália, Japão, Países Baixos e Reino Unido. Em workshop virtual em razão da pandemia de COVID-19, o arquiteto e engenheiro civil brasileiro Márcio Sequeira de Oliveira apresentou o terceiro módulo do seu "Mola Structural Kit", que contou com apoio financeiro, em "crowdfunding", da Universidade POLIS. A criação de Márcio Sequeira de Oliveira tem obtido reconhecimento internacional por sua originalidade, simplicidade criativa e capacidade de traduzir complexas fórmulas matemáticas em soluções visuais de fácil apreensão por alunos dos cursos de engenharia civil e arquitetura. (outubro de 2020)

COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSISTÊNCIA CONSULAR

36. A comunidade brasileira na Albânia é estimada em cerca de 80 pessoas, em sua maioria pastores e missionários de diferentes denominações cristãs e suas famílias, jogadores de futebol e religiosos católicos.

37. Tão logo cheguei ao posto, a embaixada organizou encontro com a comunidade brasileira, ocasião em que pude testemunhar, com grande satisfação, a convivência harmoniosa de seus integrantes. Muitos de seus membros e familiares mantêm relações de amizade, desenvolvem atividades de lazer em conjunto e seus filhos frequentam a mesma escola internacional cristã de Tirana.

38. Entre as presenças missionárias brasileiras na Albânia, cabe mencionar o trabalho desenvolvido pela Igreja Presbiteriana, que anualmente tem organizado, com sua congêner local, a vinda de voluntários brasileiros para a prestação de assistência de saúde básica a comunidades carentes do interior do país. Na última edição, entre agosto e outubro de 2021, os cerca de 15 participantes brasileiros do projeto estiveram também no Kosovo.

39. Tem chamado atenção a situação dos jogadores de futebol brasileiros que tentam a vida na Albânia, atraídos por supostas ofertas de que lhes estaria sendo aberta possibilidade de acesso ao mercado profissional europeu. A maioria chega sem contrato de trabalho formal, para se submeterem a testes em times locais, apesar das recomendações em contrário, divulgadas pelo Itamaraty no Brasil e por nossas repartições consulares no exterior. Muitos permanecem em trabalho precário e alguns deles buscam apoio da embaixada para gestões no sentido de que seus agentes – também brasileiros – honrem o compromisso de assegurar seu regresso ao Brasil. O caso mais sério teve início em janeiro de 2020 e envolveu jovem menor de idade, trazido de Roraima por agente brasileiro para realizar teste e eventualmente atuar em time local, situação que é expressamente vedada pelas normas da federação albanesa. Em meio às tratativas para o regresso do menor brasileiro, o agravamento da pandemia de covid-19 finalmente convenceu o agente brasileiro a incluí-lo em grupo de outros jogadores nacionais sob sua responsabilidade e que com ele partiram para o Brasil no final de março.

40. A chegada da pandemia de covid-19 à Albânia, em março de 2020, determinou atuação da embaixada na orientação dos cidadãos brasileiros, residentes e de passagem, sobre as medidas adotadas pelas autoridades sanitárias e, especialmente, quantos às possibilidades de regresso ao Brasil.

41. Tão logo ocorreram os primeiros casos e óbitos, as fronteiras terrestre e marítima da Albânia foram fechadas. Ainda em março, foram suspensos os voos, restando apenas, por poucos dias, ligação aérea com Istambul. Nesse período foram atendidos vários turistas ou cidadãos de passagem e, com o cancelamento da temporada de futebol, jogadores brasileiros impossibilitados de continuar atuando ou realizando testes em clubes locais.

42. A facilitação no repatriamento de cerca de 40 brasileiros atendidos pela embaixada ocorreu sem custos e esteve dirigida a prestar orientação sobre locais de hospedagem e possibilidades de troca ou compra de passagens. Ao longo de período crítico da primeira onda da pandemia, de

março a junho de 2020, em coordenação com os consulados-gerais em Roma, Milão, Frankfurt e Paris, foram transmitidas aos interessados informações sobre as condições e a documentação exigida para trânsito nos aeroportos daquelas cidades. Cabe destacar o caso de casal de turistas brasileiros que, apesar da orientação em contrário, decidiu aguardar em Tirana a evolução dos acontecimentos e se viu posteriormente sem opção para deixar o país. Mediante gestões pessoais junto ao vice-ministro de Negócios Estrangeiros e ao embaixador da Itália em Tirana, obtiveram-se para o casal lugares em voo especial da Air Albania que iria buscar albaneses retidos em Roma, onde receberam apoio de nosso consulado geral.

III. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

43. A Albânia enfrentou, nos últimos dois anos, duas tragédias que comprometeram o desenvolvimento normal das atividades da Embaixada. A primeira foi o terremoto ocorrido na madrugada de 26 de novembro de 2019, provocando a morte de mais de 50 pessoas. Foram especialmente atingidas as duas principais cidades do país, Tirana e Durrës, que sofreram importantes danos em edifício e instalações, sobretudo as de construção precária durante o regime comunista.

44. A segunda foi a eclosão da epidemia de covid-19. No começo de março de 2020, foram identificados os casos iniciais e, antes do final daquele mês ocorreram as primeiras mortes pela doença, que chegou à Albânia por via terrestre, trazida por viajantes provenientes da Itália. Medidas preliminares foram adotadas pelas autoridades locais no começo de março e progressivamente ampliadas até a decretação, ao final daquele mês, de "estado de emergência nacional". Seguiu-se rigoroso "lockdown" de um mês, prorrogado até o começo de junho. No final daquele mês expirou o estado de emergência, mas foram mantidas várias medidas, que chegaram a ser ampliadas durante a segunda onda da pandemia, a partir de novembro daquele ano. Embora tenham sido retomadas a atividade das repartições públicas e as aulas, continuam em vigor o toque de recolher das 23hs às 6hs, a exigência do uso de máscara e a proibição de aglomerações ou reuniões de mais de 50 pessoas em locais fechados.

45. O período mais crítico das três ondas que atingiram o país ocorreu em fevereiro e março de 2021. Sucedendo os mais elevados registros de contaminação, superiores a 500 casos/100 mil habitantes, em meados de fevereiro, nas primeiras semanas de março ocorreu a maior incidência de óbitos, à razão de mais de 20 por dia. Muito embora, ao final de 2020, tenham atribuídas à covid-19 o total de 1.181 óbitos, as estatísticas oficiais divulgadas no início de 2021 dão conta de que, ao longo do ano passado, ocorreram na Albânia cerca de 4 mil mortes a mais do que na média dos últimos anos, diferença ainda não explicada pelas autoridades. Até meados de novembro de 2021 o número total de mortes chegou a 3 mil.

46. Relato sobre a assistência a nacionais brasileiros residentes ou retidos na Albânia no início da pandemia e que pretendiam regressar ao Brasil encontra-se no item "Comunidade Brasileira e assistência consular" do capítulo II acima.

47. No período de lockdown a embaixada funcionou inicialmente em regime de teletrabalho e depois em horário reduzido, retomando atividade normal em setembro de 2020. Deste então, voltou a suspender o trabalho presencial em duas ocasiões posteriores, em dezembro de 2020 e

janeiro/fevereiro de 2021, em razão de diagnósticos positivos de funcionários do posto. Mais uma vez, pelo mesmo motivo, o expediente normal do posto foi suspenso na semana de 15 a 19 de novembro de 2021.

IV. SUGESTÕES PARA O NOVO TITULAR

RELAÇÕES BILATERAIS

48. Brasil e Albânia cumpriram, em 2021, 60 anos do estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais. As restrições decorrentes da pandemia não permitiram organizar a devida celebração dessa data.

49. Com vistas a dar novo impulso ao relacionamento Brasil-Albânia, seria oportuno prever a realização de reunião de consultas políticas bilaterais entre as chancelarias dos dois países, em base ao memorando de entendimento nesse sentido firmado em 2011. Além de temas de interesse bilateral propriamente dito, o encontro seria propício para a troca de avaliações sobre outros temas de importância para cada país, assim como aqueles a serem abordados no âmbito da agenda do Conselho de Segurança das Nações, no qual ambos terão assento no biênio 2022-2023.

PROMOÇÃO COMERCIAL

50. Ainda que tenham sido superadas, a partir de janeiro de 2020, as questões com as inspeções de carnes brasileiras exportadas para a Albânia, mantém-se válida a sugestão de que se promova contato técnico entre as autoridades sanitárias dos dois países. Além da grande importância de nossa presença no mercado albanês, os casos acompanhados pela embaixada evidenciaram que eventuais medidas adotadas pela Albânia podem alcançar cargas brasileiras em trânsito, destinadas a outros países da região, notadamente a Macedônia do Norte e o Kosovo.

51. Igualmente no sentido de fortalecer e consolidar nossa presença no mercado albanês, seria conveniente prospectar o interesse de capitais brasileiros em participar de investimentos no setor de processamento de carnes da Albânia, o que abriria possibilidades de penetração em outros países da região, especialmente a Macedônia do Norte e o Kosovo.

ACORDOS BILATERAIS

52. Estão em vigor entre o Brasil e a Albânia acordos firmados nas áreas de isenção de vistos (2014), cooperação em treinamento de diplomatas (2011), consultas políticas entre chancelarias (2011), cooperação econômica (2011), e exercício de atividade remuneradas por familiares dos membros das missões diplomáticas ou repartições consulares dos dois países (2011).

53. Acordo sobre Serviços Aéreos, firmado em 2015 e já aprovado pelo lado albanês em 2017, foi submetido à apreciação do Congresso Nacional em dezembro de 2018.

54. Da mesma forma, caberia avaliar a retomada de proposta de acordo de cooperação técnica, negociado em 2015. Memorando de entendimento para cooperação em Agricultura, firmado em

2012, poderia ser a base para contato entre autoridades técnicas da área sanitária dos dois países, tendo presente a importância das exportações brasileiras para o mercado albanês.

55. Tendo havido recentemente caso de extradição ativa requerida pelo Brasil, seria de interesse considerar a possibilidade de assinatura de acordo bilateral nessa matéria.

TEMAS CULTURAIS

56. Os albaneses mantêm grande interesse pela cultura brasileira, seja pelo contato com as muitas novelas brasileiras veiculadas no país após o fim do regime comunista, seja como reflexo de nossa presença em centros culturais de referência da Europa de maior presença de comunidades albanesas, especialmente Roma, Londres e Paris.

57. Muito embora Tirana concentre o maior público e os melhores espaços e condições, há possibilidade de realização de atividades culturais em outras importantes capitais regionais, com destaque para Shkodra, Berat e Korça.

58. Em decorrência da pandemia, a embaixada não pode levar adiante o projeto de realização de exposição de fotografias da carreira do Pelé, que se pretendeu organizar em outubro de 2020, quando se cumpriram 80 anos do jogador brasileiro. Está disponível na embaixada o material fotográfico para a montagem da mostra "Pelé 80 anos", cedido pela embaixada em Roma, que em 2018 organizou, com grande êxito, a exposição "Pelé e Garrincha".

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA EM TIRANA

Candidato EMBAIXADOR JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR

PERFIL DO CANDIDATO**João Tabajara de Oliveira Júnior**

João Tabajara de Oliveira Júnior é ministro de segunda classe da carreira diplomática, cursou direito na Universidade de Brasília (UnB) e ingressou no Instituto Rio Branco (IRBr) em 1985.

No Brasil, o MSC João Tabajara serviu no Departamento Consular e Jurídico do Itamaraty (DCJ), como Assessor do Chefe do Departamento, bem como no Gabinete do Subsecretário-Geral da Presidência da República em 1990. Foi chefe da Coordenadoria-Geral de Assuntos dos Estados Unidos e do Canadá (CGEUC) em 2007. Exerceu a chefia da Divisão de Inteligência Comercial (DIC) em 2009 e, em 2012, ocupou o cargo de Diretor Adjunto da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Em primeiro de junho de 2012, obteve o diploma do Curso de Altos Estudos (CAE) do IRBR, tendo defendido a tese “Do Legado da Era Bush à Política Transformacional de Barack Obama”.

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à União Europeia em Bruxelas e nas embaixadas em Praga, Paris, Kuala Lumpur e Luanda. Foi também encarregado de negócios nas embaixadas brasileiras em Paramaribo e no Kuaite. Atualmente, é embaixador do Brasil em Daca, Bangladesh.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiras no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações em linha com as diretrizes da Política Externa brasileira, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a República da Albânia, assim como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no país e fomentar a cooperação bilateral em todos os níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado albanês, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Desenvolver a cooperação bilateral em áreas já identificadas como promissoras, como cooperação em matéria de educação, ciência, tecnologia e inovação, assim como explorar outros campos potenciais de atuação.
3. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Albânia e difundir a língua portuguesa junto ao público albanês.
4. Promover serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros na Albânia.
5. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais, por meio do aprofundamento do diálogo político junto ao governo albanês.
6. Fortalecer as relações bilaterais e com blocos regionais, tendo presente, em especial, a candidatura da Albânia a ingressar na União Europeia e sua participação em mecanismos de cooperação e integração na região dos Bálcãs Ocidentais.
7. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros na Albânia, com foco na condição do Brasil como principal fornecedor de carnes para o mercado albanês.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar e diversificar as exportações brasileiras para a Albânia.

- Difusão da imagem do Brasil como fornecedor de produtos competitivos e de alta qualidade em diferentes setores.
- Elaboração e/ou contratação de estudos de mercado para identificação de produtos e/ou serviços brasileiros com potencial de expansão de exportações para a Albânia.
- Organização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de venda para a Albânia.

- Apoio a empresários brasileiros que realizem ou tenham interesse na realização de negócios com contrapartes albaneses.
- Identificação de oportunidades na Albânia para empresas brasileiras do setor de defesa.
- Realização de ações destinadas a aproximar empresas albanesas e brasileiras, ampliando o conhecimento mútuo.
- Apoio a empresas brasileiras que se queiram instalar na Albânia, inclusive visando a alcançar os mercados de outros países da região.
- Apoio a possíveis atividades de interesse do escritório da Apex-Brasil na Europa junto a interlocutores na Albânia.
- Apoio à realização de missões empresariais de parte a parte.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações promovidas pela Embaixada
- 2) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada e de estudos de mercado elaborados
- 3) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras ou albanesas, bem como de associações setoriais, câmaras regionais, confederações, da Apex-Brasil e de outras entidades do setor privado
- 4) Número de relatórios de acompanhamento da economia albanesa e da balança comercial com o Brasil produzidos pela Embaixada

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fortalecer o diálogo político.

- Apoio à realização de encontros entre autoridades brasileiras e albanesas em diferentes níveis.
- Construção e manutenção de canais de comunicação fluidos com autoridades governamentais albanesas, bem como outros atores locais relevantes.
- Promoção do incremento da diplomacia parlamentar entre Brasil e Albânia.

2. Acompanhar e analisar o cenário político local.

- Produção regular de informações e análises sobre a situação política interna da Albânia, bem como sobre as principais linhas e movimentações da política externa albanesa, de modo a subsidiar o governo brasileiro em suas decisões e propostas associadas ao relacionamento com a Albânia.
- Fortalecimento de contatos com observadores e analistas locais de diferentes âmbitos, incluindo imprensa, meios acadêmicos e representantes de partidos políticos, que permitam ao posto formar uma visão plural e abrangente acerca das questões principais de política interna e externa da Albânia.

3. Ampliar o quadro de acordos bilaterais.

- Identificação, proposta e negociação de acordos com a Albânia, em diferentes formatos, sobre temas de interesse direto da sociedade brasileira.
- Seguimento dos acordos já existentes, propondo, conforme o caso, sua revisão.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de encontros entre autoridades brasileiras e albanesas
- 2) Número de encontros com atores locais relevantes, como dirigentes políticos, representantes da sociedade civil, jornalistas, acadêmicos e formadores de opinião
- 3) Número de telegramas informativos produzidos pelo posto
- 4) Número de acordos, em diferentes formatos, assinados durante a gestão

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Obter apoio a candidaturas brasileiras.

- Realização de gestões específicas junto a autoridades albanesas para assegurar o apoio a todas as candidaturas brasileiras em organismos internacionais.
- Fortalecimento dos canais de comunicação regulares com os responsáveis por candidaturas junto ao governo local, em particular no âmbito do Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros, de forma a assegurar tratamento fluido e atento das demandas brasileiras.

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de gestões específicas realizadas junto ao governo albanês em favor de candidaturas brasileiras
- 2) Número de encontros com responsáveis por candidaturas no governo albanês

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a imagem do Brasil junto ao público albanês.

- Divulgação de informações produzidas pelo governo brasileiro destinadas a promover a imagem do Brasil junto a diferentes setores da sociedade albanesa.
- Aumento do número de seguidores das páginas do posto em mídias sociais, de modo a ampliar o alcance de iniciativas.
- Construção de canais com formadores de opinião locais, de modo a facilitar a promoção da imagem do Brasil na Albânia.

2. Difundir a cultura brasileira junto ao público albanês.

- Planejamento e execução de projetos de difusão da cultura brasileira, em suas diferentes vertentes, junto ao público albanês.
- Apoio, em diferentes formatos (apoio institucional, divulgação) a iniciativas promovidas por agentes culturais brasileiros na Albânia.
- Divulgação de produtos e bens culturais junto aos meios de imprensa e instituições culturais locais, bem como junto ao público em geral por meio de mídias sociais.

3. Promover a língua portuguesa.

- Promoção do português como língua de herança junto à comunidade brasileira residente na Albânia.
- Apoio e promoção de iniciativas de divulgação do português, em parceria com instituições de ensino médio e superior na Albânia.

4. Promover o turismo ao Brasil.

- Promoção da imagem do Brasil como destino turístico para viajantes albaneses.
- Interlocução com agências e operadores de turismo.
- Divulgação de publicações, materiais promocionais, eventos ou campanhas que promovam o Brasil como destino turístico, principalmente por meio da distribuição de recibos pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM).

5. Promover a marca Brasil junto à sociedade albanesa.

- Realização de ações destinadas à promoção da imagem do Brasil na Albânia em diferentes áreas, incluindo: divulgação de informes sobre a economia brasileira e oportunidades de investimentos; difusão da imagem do Brasil como fornecedor de produtos e serviços competitivos, de qualidade e produzidos de forma sustentável; divulgação da ampla diversidade de destinos turísticos no Brasil; e promoção e difusão da cultura brasileira.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de informações produzidas pelo governo brasileiro divulgadas na Albânia
- 2) Número de encontros com formadores de opinião locais
- 3) Número de seguidores das páginas do posto em mídias sociais
- 4) Número de projetos de difusão cultural planejados e executados pelo posto
- 5) Número de iniciativas culturais apoiadas em diferentes formatos pelo posto
- 6) Número de produtores e bens culturais divulgados nos meios de mídia e cultura locais
- 7) Número de eventos realizados pela Embaixada e número de eventos realizados diretamente pela comunidade brasileira residente na Albânia
- 8) Número de eventos de promoção da língua portuguesa realizados em parceria com instituições de ensino locais
- 9) Número de gestões ou contatos realizados com agentes de turismo
- 10) Número de materiais de divulgação do Brasil como destino turístico distribuídos junto a empresas ou instituições albanesas do setor de turismo

- 11) Número de ações destinadas à promoção da marca Brasil realizadas pela Embaixada

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Apoiar o desenvolvimento de cooperação bilateral em agricultura e recursos naturais.**
 - Apoio ao desenvolvimento de cooperação, tendo como base o memorando de entendimento firmado em 2012 entre o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Proteção ao Consumidor da Albânia, com foco em temas de controle sanitário de interesse para as exportações brasileiras de carnes para o mercado albanês.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de contatos e reuniões entre autoridades dos dois países
- 2) Número de contatos e reuniões técnicas entre autoridades sanitárias dos dois países em temas relacionados à certificação e controle das exportações de carnes e outros produtos agrícolas para o mercado albanês.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Estabelecer parcerias nos campos da ciência, tecnologia e inovação (C,T&I)**
 - Retomada da proposta de Acordo Bilateral de Cooperação Técnica negociada em 2015
- 2. Promover a cooperação técnica bilateral**
 - Assinatura do Acordo Bilateral de Cooperação Técnica.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de parcerias estabelecidas nos campos de ciência, tecnologia e inovação;
- 2) Número de projetos de cooperação identificados ao amparo do acordo bilateral de cooperação técnica;

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Valorizar iniciativas de cooperação educacional voltadas à mobilidade acadêmica.**

- Apoio à internacionalização de instituições de ensino brasileiras, por meio da divulgação da oferta de vagas em cursos de graduação no Brasil.

2. Desenvolver a cooperação cultural com a Albânia

- Promoção de vínculos entre instituições culturais brasileiras e albanesas, que permitam a realização de iniciativas conjuntas ou de intercâmbio de projetos e artistas.

3. Promover a cooperação com a Albânia na área de saúde, com ênfase no enfrentamento da pandemia de COVID-19.

- Acompanhamento de desenvolvimentos da Albânia no setor de saúde, particularmente no que se refere ao enfrentamento da pandemia de COVID-19.
- Identificação de possibilidades de cooperação no setor de saúde, particularmente no combate à pandemia de COVID-19.
- Apoio à interlocução entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de estudantes albaneses candidatos à matrícula em instituições de ensino brasileiras
- 2) Número de acordos, parcerias ou intercâmbio de projetos estabelecidos entre instituições culturais brasileiras e albanesas
- 3) Número de encontros, gestões ou contatos mantidos sobre temas de saúde
- 4) Número de relatórios elaborados pela Embaixada sobre temas de saúde

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Promover iniciativas voltadas à cooperação humanitária, tendo em conta a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.**
 - Busca de definição de quadro normativo para a consecução de iniciativas bilaterais de cooperação humanitária em terceiros países.
 - Desenvolvimento, em parceria com o governo albanês, de iniciativas de cooperação humanitária com alvo em comunidades em situação de particular vulnerabilidade.
 - Celebração de instrumento voltado à promoção da cooperação humanitária.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões sobre o tema de cooperação humanitária;

- 2) Número de ações de cooperação humanitária concebidos e realizados em terceiros países

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar as atividades da comunidade brasileira na Albânia

- Estímulo à realização de encontros regulares da comunidade e a promoção de atividades dirigidas ao contato das crianças brasileiras com a língua e a cultura do País.

2. Encorajar a ampliação da matrícula consular

- Promoção de iniciativas voltadas a estimular os cidadãos brasileiros a efetuarem a matrícula consular, de modo a facilitar o mapeamento da comunidade brasileira na Albânia.

3. Assegurar a prestação de serviços de qualidade aos consulentes brasileiros.

- Monitoramento da qualidade dos serviços de atendimento a cidadãos brasileiros por parte da embaixada.
- Inclusão dos funcionários do Setor Consular nas atividades de formação e treinamento promovidas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE).
- Divulgação nas páginas do posto na Internet e mídias sociais de informações de interesse para os cidadãos brasileiros residentes ou de passagem pela Albânia.

4. Prestar apoio aos jogadores de futebol brasileiros na jurisdição do posto

- Promoção de contatos com autoridades esportivas e clubes de futebol albaneses para acompanhar a situação dos atletas brasileiros que buscam oportunidades de trabalho no país.
- Ampliação da divulgação, nas mídias sociais e diretamente junto aos interessados, de informações sobre as condições para o exercício regular da profissão na Albânia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de encontros com a comunidade brasileira na Albânia
- 2) Número de atividades desenvolvidas para crianças brasileiras na Albânia
- 3) Número de novas matrículas consulares registradas no posto
- 4) Número de referências ao atendimento consular prestado pelo posto na Ouvidoria Consular
- 5) Número de funcionários inscritos nas atividades de formação e treinamento promovidas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores
- 6) Número de informações de interesse da comunidade brasileira divulgadas nas páginas do posto na Internet e mídias sociais

- 7) Número de visitas a autoridades esportivas e clubes de futebol para acompanhar a situação dos jogadores de futebol



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 89, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno e à Decisão do Plenário da CRE, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021-CRE, aprovado em 06/07/2021).



SF/22406.87090-16



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

O indicado é filho de João Tabajara de Oliveira e Anna Maria Fragelli Tabajara de Oliveira, nascido em 14 de março de 1959, em Beirute-Líbano. É brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, inciso II da Constituição de 1946.

Em 1983, concluiu o curso de Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1985); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1996); e de Altos Estudos (2009), ocasião em que defendeu a tese “Do Legado da Era Bush à Política Transformacional de Barack Obama”.

Iniciou sua carreira, no ano de 1986, como Terceiro-Secretário. Por merecimento, em 1993, tornou-se Segundo-Secretário; em 1999, chegou a Primeiro-Secretário; em 2005, a Conselheiro; e em 2012, a Ministro de Segunda Classe. Em 2019, passou a integrar o Quadro Especial.

No Brasil, o diplomata serviu no Departamento Consular e Jurídico do Itamaraty, como Assessor do Chefe do Departamento, bem como no Gabinete do Subsecretário-Geral da Presidência da República em 1990. Foi chefe da Coordenadoria-Geral de Assuntos dos Estados Unidos e do Canadá em 2007. Exerceu a chefia da Divisão de Inteligência Comercial em 2009 e, em 2012, assumiu o cargo de Diretor Adjunto da Agência Brasileira de Cooperação.

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à União Europeia em Bruxelas e nas embaixadas em Praga, Paris, Kuala Lumpur e Luanda. Foi também encarregado de negócios nas embaixadas brasileiras em Paramaribo e no Kuwait. Atualmente, é embaixador do Brasil em Daca, Bangladesh.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Albânia.

Cuida-se de república parlamentarista, cujo anseio de se tornar membro da União Europeia tem pautado de forma considerável as decisões governamentais mais relevantes, nos âmbitos interno e externo. O país tornou-se independente do Império Otomano em 1912. Ao final da Segunda Guerra, com a saída dos alemães e a vitória da resistência albanesa, prevaleceu o regime



SF/22406.87090-16



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

comunista por quase meio século, o qual se caracterizou por seu extremo isolamento.

Assim, apesar de Brasil e Albânia manterem relações diplomáticas desde 4 de abril de 1961, haja vista essa política de isolamento albanesa, somente em 1985, o Governo brasileiro concordou com a troca de Embaixadores, a título cumulativo. A Embaixada albanesa residente em Brasília somente foi instalada em 2009. No ano seguinte, foi instalada Embaixada do Brasil em Tirana.

A Albânia tem manifestado o interesse em ser uma “plataforma para o Mediterrâneo” para que os produtos brasileiros alcancem os mercados da região. O documento informativo do Itamaraty destaca que o avanço, nos últimos anos, da cooperação e da integração interbalcânica é fonte de oportunidades para empresas brasileiras em vários setores, como construção civil (infraestrutura), agrícola (mecanização), têxtil, energético, alimentício e outros.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/22406.87090-16